

nº **05**

Revista Quadrimestral
mai. - ago. 2021



FIM DO MUNDO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação





Revista Fim do Mundo, nº 5, mai. — ago. 2021

Dossiê temático:

Revolução e Contrarrevolução

unesp 

Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 5, mai/ago 2021. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2021.

395 p.

Quadrimestral

Inclui bibliografia

Resumo em português, inglês e espanhol

1. Capitalismo. 2. Marx. 3. Crise Estrutural. 4. Transição.
5. Crítica da Economia Política. I. Universidade Estadual Paulista (UNESP).



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.



Revista científica interdisciplinar, vinculada ao pensamento crítico em diálogo com Marx, sobre temas contemporâneos e questões teóricas da modernidade. Aberta aos temas brasileiros e latino-americanos, sobre as profundas transformações mundiais promovidas pelo surgimento do novo capital financeiro, especialmente as políticas, econômicas, ecológicas, científico-tecnológicas e geopolíticas. Atenta a todas as formas da produção intelectual humana.

A **Revista Fim do Mundo** nasce seguindo o que Marx ensinara há mais de 150 anos: "os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo". Assim, a preocupação desta revista é não apenas debater teoricamente as questões fundamentais de nosso tempo, mas acima de tudo servir como uma ferramenta aos que pretendem intervir diretamente na realidade com o objetivo último da *emancipação humana*.

A **Revista Fim do Mundo** surge por iniciativa do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, que reúne intelectuais militantes das mais diversas áreas do conhecimento que por mais de 3 décadas vêm pensando criticamente e enfrentando os temas centrais em busca da superação do capital.

A **Revista Fim do Mundo** reverbera, pois, os aprofundamentos teóricos destes intelectuais, principalmente como fruto de suas dissertações, teses e do curso "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas", espaço criado pelo IBEC e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia - GPOD, em parceria com a Universidade Estadual Paulista - UNESP, visando a formação da classe trabalhadora.

A **Revista Fim do Mundo** é um espaço de socialização de artigos científicos que se apoiam em Marx e no marxismo, para compreender temas históricos e contemporâneos. As publicações terão periodicidade quadrimestral e o acesso aos trabalhos é aberto, pois acreditamos que o acesso livre e universal ao conhecimento é fundamental para o avanço da ciência comprometida com as lutas sociais, com a socialização do conhecimento e a desmercantilização completa da sociedade.

Editores:

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC

Paulo Alves de Lima Filho | IBEC

Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC

Conselho Editorial:

Adilson Marques Gennari | UNESP

Alekandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia

Carmen Junqueira | PUC-SP — Instituto Máira

Henrique Tahan Novaes | UNESP-IBEC

Maria A.N. Moraes Silva | UFSCAR

Maria Orlanda Pinassi | UNESP

Modesto Emilio Guerrero | Venezuela

Paulo Alves de Lima Filho | IBEC

Sinclair Mallet Guy Guerra | UFABC

Conselho Científico:

Adilson Marques Gennari | UNESP

Alekandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia

Aline Marcondes Miglioli | Doutoranda UNICAMP

André Moisés Gaio | UFJF

Andrés Ruggeri | UBA - Argentina

Carlos A. Cordovano Vieira | UNICAMP

Carlos Maciel Sanchez | México

Carmem Junqueira | PUC-SP — Instituto Máira

Daniel Lopes Faggiano | Instituto Máira - IBEC

Diego Barrios | UDELAR - Uruguay

Douglas Rodrigues | Doutorando UNESP - IBEC

Fabiana de Cássia Rodrigues | UNICAMP - IBEC

Fábio Campos | UNICAMP - IBEC

Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC

Ivan Lucon Jacob | Doutorando UNICAMP - IBEC

Ivanor Nunes de Oliveira | *In Memoriam*

Juan Carlos Pinto Quintanilla | *In Memoriam*

Lalo Minto | UNICAMP — IBEC

Layza Rocha Soares | Doutoranda UFF

Liev C. Maciel Sanchez | UNP - ESE - ECH -
Rússia

Lucien Sève | *In Memoriam*

Manuela Lowenthal Ferreira | Mestra pela UNESP

Marcelo Micke Doti | FATEC

Márcio Farias | Doutorando PUC-SP

Márcio H. M. Baroni | IBEC

Marcos del Roio | UNESP

Maria Aparecida de Moraes Silva | UFSCAR

Maria Orlanda Pinassi | UNESP

Marieta A. Barros Magaldi | IBEC

Modesto Emilio Guerrero | Venezuela

Natalia G. Iakovleva | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia

Neusa Maria Dal Ri | UNESP

Newton Ferreira da Silva | IFSP-IBEC

Paulo Alves de Lima Filho | IBEC

Plínio de Arruda Sampaio Jr | UNICAMP

Rogério Fernandes Macedo | UFVJM - IBEC

Sergio Bacchi | IBEC - Chile

Sinclair Mallet Guy Guerra | UFABC

Zuleica M. Vicente | Doutoranda UNICAMP - IBEC

Designer:

Tiago Stracci | Cultivare Design

Tradução e Revisão (espanhol):

Hector Ilich Meleán Durán | IBEC

Editoração:

Gláucio Rogério de Moraes | UNESP

Equipe de produção:

Angelita A. Gonçalves | Mestranda USP - IBEC

Naylla Manenti | IBEC

Maria E.L. Pessoa | IBEC

Wellington Silva | IBEC

Imagens da Capa:

Thallita Oshiro | fotógrafa

SUMÁRIO



10 Artista Convidada: Thallita Oshiro

12 Editorial: Revolução e Contrarrevolução

Debate do Fim do Mundo

21 Revolução e contrarrevolução na vanguarda capitalista da barbárie
Paulo A. Lima Filho | Adilson Marques Gennari | Fábio A. de Campos

Artigos

77 A formação do espaço capitalista
Marcelo Mücke Doti | Sinclair Mallet Guy Guerra

108 O neoliberalismo de Hayek como momento da contrarrevolução
Henrique Cunha Viana

133 Desenvolvimento como farsa e a saída Decolonial
Nathan Santos | Marcela Darido

158 O impasse dos Estados Unidos diante da China
Bernardo R. Carvalho

185 Acercamiento a la transformación del socialismo en Cuba
Alexandra Arabadzhyan

204 Apontamentos sobre o Equador do petróleo
Elaine Cristina Santos

223 Coletivo Universidade Popular: práxis em disputa junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ana Paula Ferreira de Melo

Texto para discussão

249 Conjeturas em torno a Marx
Adrián López

Ensaio Crítico

273 A Face da Revolução
Lincoln Secco

286 Venezuela: las Comunas como consigna de transición contra la regresión conservadora
Modesto Emilio Guerrero

295 Chile: el derrumbe del oasis neoliberal
Carlos A. Torres

312 Revolução e contrarrevolução: dois conceitos a serem reformulados | Manifesto do Capitalexit
Jean Sève

Resenhas

332 Friedrich Engels and the Dialectics of Nature — Kaan Kangal
Felipe Cotrim

Entrevistas

340 João Quartim de Moraes | entrevistadores: IBEC

358 Luiz Marques | entrevistadores: IBEC

Memorial

382 Traços de Cahú: a arte como resistência feminista
Ana Carolina Aguerri Borges da Silva | Jeferson Alan Vieira da Silva

Thallita Oshiro¹

10

A artista convidada desta quinta edição da **Revista Fim do Mundo** é a fotógrafa e cineasta Thallita Oshiro. Formada em relações internacionais e fotografia, iniciou seu trabalho com fotojornalismo em 2015, na efervescência das manifestações de rua convocadas pela internet e o surgimento do midialivrisimo, um sobreposto de coletivos e comunicadores no exercício de construção de uma mídia de contato em oposição às coberturas jornalísticas dos meios hegemônicos. Desde então vem cobrindo os principais acontecimentos políticos e lutas populares, com principal atenção a documentação dos movimentos sociais através do retrato.

Para a artista, todas as escolhas de enquadramento são políticas e narrativas, todo apertar de botão é também um aprendizado pessoal, uma forma de grito. Nesta perspectiva, para ela o embate corporal do fotógrafo está sempre presente na história que narra e é preciso clareza no que se comunica. Olhos atentos ao discurso que a imagem reafirma.



“O Estudante e a Revolução” [2018]
Porto Alegre - RS [Brasil]

No âmbito do cinema, destaca-se a direção do curta metragem “A Fábula de vó Ita” - 2016, em que Thallita, junto à Joyce Prado, propõem um olhar lúdico para fortalecer a luta contra o racismo a partir de uma perspectiva de representatividade na infância. O filme venceu o edital Carmen Santos Cinema para Mulheres e rodou vários festivais de cinema no Brasil.

Thallita se compreende como parte de uma geração de fotojornalistas que se envolveram com a fotografia enquanto se envolviam

¹ Contato: thaoshiro@gmail.com | instagram: @thallitaoshiro



Artista Convidada

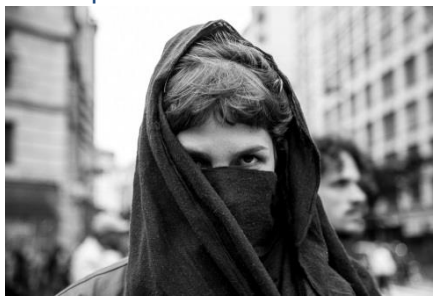
com as lutas populares. Entretanto, ressalta o desafio de transformar o trabalho que é datado, tendo em vista refletir recortes muito específicos de momentos políticos do país, em uma unidade imagética que se configure como uma narrativa mais subjetiva da luta revolucionária como um todo frente à contradição opressor/oprimido.

Capa



“Vacina no braço e comida no prato” [2021]
São Paulo - SP [Brasil]

Contra-capa



“Greve Geral” [2017]
São Paulo - SP [Brasil]

Foto de Encerramento



“Precisa-se de funcionário” [2015]
São Paulo - SP [Brasil]



Editorial nº 5: Revolução e Contrarrevolução

12

Chegamos à *Quinta Edição* da **Revista Fim do Mundo** ainda em meio à luta por sobrevivência frente a maior crise social e sanitária da história da humanidade. Os dilemas de um ano e meio de pandemia submeteram os trabalhadores ao fio da navalha da sua capacidade de reprodução social, trazendo à baila, mais do que nunca, a emergência de se organizar uma profunda transformação no modo de vida predominante, a fim de superar o domínio do capital. No Brasil, esta publicação, que almeja aprofundar o debate no campo da contradição Revolução x Contrarrevolução, chega num momento muito oportuno, em meio a um desastre humanitário fruto da gestão necrológica da pandemia no país, custando a vida de mais de 570 mil pessoas, e às voltas com um cenário político de possível aventura golpista da extrema direita, que promete um processo de ruptura com a já parca democracia, chamando o país a reciclar a (In)dependência, 199 anos depois da primeira (o que é evidentemente uma chacota, tendo em vista sua postura intrinsecamente submissa aos interesses imperialistas).

A revolução é uma forma histórica inventada pela humanidade para se livrar da opressão, principalmente aquela que emana do cerceamento da liberdade em suas múltiplas dimensões existenciais da vida. Como um ideal emancipador, a revolução também supõe sua prática constante, em que as etapas presentes de consolidação, pavimentam os patamares futuros, mais elevados, do encontro do ser-humano consigo mesmo. Uma revolução cuja raiz só pode ser alcançada com força suficiente para romper os grilhões que bloqueiam as reais demandas humanas de emancipação, como o próprio Marx nos ensina: “uma revolução radical só pode ser a revolução de necessidades reais”². Para cada lance revolucionário, no entanto, as prisões da opressão – se não forem inteiramente destruídas, também se renovam na forma de contrarrevolução, até mesmo preventivamente.

Traduzir a essência da temática revolução e contrarrevolução para nosso tempo, tempo do fim do mundo, constitui o objetivo maior deste número da Revista. Diante da catástrofe da existência humana sob o atual

² Frase escrita de Karl Marx em 1843 na obra: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*.



modo de produção da vida que nos oprime, nossa luneta do tempo mira, sem tergiversar, em direção à revolução comunista para frear a locomotiva do fim do mundo, que velozmente corre nos trilhos da contrarrevolução.

Embora seja extremamente urgente pensar nosso fim do mundo nestes quadrantes, é incrível perceber como cada vez menos o tema da revolução e contrarrevolução constitui um estatuto de pesquisas e investigações do pensamento social, pois quase não participa das preocupações políticas no âmbito teórico e prático de partidos e movimentos sociais considerados de esquerda. É nítido o rebaixamento contemporâneo dos horizontes utópicos e teóricos materialistas, que no passado energizavam o pensamento emancipador para uma posição radical contra o capital. Sem enfrentar a emergência humana de se opor ao modo de produção vigente – isto é o capitalismo histórico, o que observamos é uma miríade de pautas “progressistas” que se organizam competitivamente por gestões mitigadoras da barbárie, em torno de reparações históricas, políticas públicas e melhorismos diversos.

Nosso objetivo é, portanto, aquele de ir contra as modas escolásticas e reabilitar este campo radical do saber. Assim, ao transpor tal temática para nossa história contemporânea, sobretudo a da miséria brasileira, fica evidente a sua atualidade. Com a queda da União Soviética e a ascensão dos Estados Unidos como solitária potência capitalista mundial – plataforma estatal de um capital financeiro que apresenta transnacionalmente sua dimensão produtiva renovada com a revolução microeletrônica –, a nova ordem que nasceu no outono do século XX exigiria a destruição sistemática dos fundamentos da ordem anterior – marcada por revoluções e contrarrevoluções; uma verdadeira revolução capitalista no campo produtivo, mas, igualmente, uma contrarrevolução nos planos socioculturais.

Espécie de guia mágico do tempo do fim do mundo que nos converte atualmente em seres de expectativas revolucionárias rebaixadas, a ideologia neoliberal tornou-se o mantra das burguesias mundiais, em especial das classes proprietárias do mundo neocolonial, aliadas às do centro imperialista na construção dessa nova ordem. Entretanto, no mundo neocolonial, será a desindustrialização a comandar esse processo, aliado a um ainda mais profundo retrocesso sócio-histórico, com incremento exponencial da subordinação nacional desses países. Surpreendentemente, na maioria dos países neocoloniais, estará a burguesia e seus estratos superiores a reivindicarem o status revolucionário de seus propósitos, ao passo que as classes não capitalistas abraçarão uma timidez reformista em tudo



conducente ao fracasso das lutas populares e consequente desmanche de suas conquistas socioeconômicas alcançadas em décadas de árdua luta. Esse é o caso específico do Brasil, onde o desmanche caminhou célere e profundo, sem que se oferecesse a ele qualquer séria resposta popular contrária.

A saída desse novo fracasso histórico dá um salto dialético e passa, agora, a ser visto pelas principais lideranças da esquerda da ordem como sendo o que eles denominam de revolução social, em substituição à lógica formal do reformismo, cuja proposta de transformação não escapou da lógica formal, incremental. Em certa medida repete-se o dilema do fracasso do ciclo de reformas do pré-1964, ocasião em que a contrarrevolução engatou a sua marcha até hoje não interrompida.

O desmanche e a liquidação física das forças da democracia radical pela ação repressora das Forças Armadas – desde então braço policial da ditadura e do imperialismo – abriram caminho para a predominância liberal da assim chamada abertura democrática, que conseguiu fazer viger uma certa democracia política conservadora no corpo do projeto econômico contrarrevolucionário intocado.

O grande e maior partido popular da reforma incremental, o PT, em consonância com seu postulado lógico formal, ousou supor reverter por dentro a ordem econômica contrarrevolucionária, sem liquidar os fundamentos da ordem do capital a funcionar para a revolução neoliberal posta em marcha desde 1964. Na prática, serviu como instrumento de continuidade da contrarrevolução que hoje exacerba seu ímpeto antinacional e antipopular. Tal imperativo não se restringe à nossa experiência, mas a todo o espaço periférico que alimenta a reprodução global do capital financeiro.

Nós da América Latina, particularmente, estamos novamente às voltas com a questão vital não resolvida da história das revoluções burguesas no mundo ex-colonial, dos capitalismo da miséria, das sociedades condenadas de nascença a serem eternos campos de caça do capital mundial, inicialmente das metrópoles ibéricas europeias – Portugal e Espanha – e, depois, sucessivamente a outros países europeus, à medida que o poder econômico e político migrava de uma potência do capital à outra, até cristalizar-se o incontestado domínio da ainda insuperada potência estadunidense em vias de ser suplantada pela China. Estamos diante do velho tema da revolução democrática, desde sempre e para sempre desdenhadas e preteridas pelas burguesias neocoloniais. Revoluções que



promovam a real independência socioeconômica das nações neocoloniais, que conquistem e mantenham a plena cidadania do trabalho frente ao capital, revoluções que serão necessariamente anticapitalistas. Contra os capitalismo da miséria e suas revoluções burguesas conservadoras que perpetuam a segregação social e a subordinação nacional e, ao mesmo tempo, contra o capitalismo histórico em sua forma mais avançada e sua sede predadora de nações, biomas, solo e subsolo, dos trabalhadores miserabilizados e abandonados à sua sorte pela falácia do estado mínimo para a massa do povo e máximo para a reprodução exclusiva do capital.

É a partir de tais indagações, face a estas peijas que envolvem a revolução e a contrarrevolução, que apresentamos as contribuições deste número cinco da **Revista Fim do Mundo**. Assim, na seção **Debate do fim do mundo**, a revista já abre com um artigo dos seus editores esquadrinhando o tema principal, com o seguinte título: “Revolução e contrarrevolução na vanguarda capitalista da barbárie”. Com isso, os pesquisadores Paulo Alves de Lima Filho, Adilson Marques Gennari e Fábio Antonio de Campos mostram como o Brasil, por ser uma espécie de caso avançado de reprodução das contradições mais profundas do capitalismo da miséria, exprime o sentido da dominação imperialista neocolonial no longo prazo, de modo a bloquear qualquer experiência radical de revolução democrática, visto que se orienta nos dias que correm por um outro tipo de revolução – uma revolução da contrarrevolução, eternizando a subordinação ao imperialismo, à segregação social e ao colonialismo cultural.

Na seção **Artigos**, o trabalho: “A formação do espaço capitalista” dos pesquisadores Marcelo Micke Doti e Sinclair Mallet Guy Guerra” revela por diversos caminhos analíticos a ocupação do espaço e sua formação, antes do capitalismo plenamente constituído, ressaltando a fenomenologia das estruturas econômicas singulares. Nesse sentido, o artigo mostra no processo histórico a constituição do conceito de fetichismo do espaço, que distante de permitir a sua “humanização”, impôs uma estrutura de classes funcional à reprodução do modo de produção capitalista. Além do espaço subsumido pelo capital, no artigo “O neoliberalismo de Hayek como momento da contrarrevolução”, de autoria de Henrique Cunha Viana, é possível entender o neoliberalismo de Hayek como sendo um projeto contrarrevolucionário para o século XX. De modo a fazer uma diferenciação com o liberalismo clássico, o autor mostra como Hayek construiu seu discurso a partir do confronto com a experiência da Revolução Russa, a ser instrumentalizado como projeto político de intervenção a partir do final da



década de 1960, e, assim, servir de prevenção às aspirações de transformação social. No que tange à realidade latino-americana, o artigo “Desenvolvimento como farsa e a saída decolonial”, de Nathan Santos e Marcela Darido, expressa uma crítica às noções de desenvolvimento. Ao transitarem para independências nacionais que não romperam no essencial com o passado colonial, os países latino-americanos assumiram o status do desenvolvimento como forma de aprofundar a dependência ao imperialismo. Assim, a noção de desenvolvimento é analisada por Nathan e Marcela como uma farsa, que revela a decadência da civilização burguesa, bloqueando o pensamento econômico e social na América Latina. Superar tal condição, passa segundo os pesquisadores, pela decolonização do saber por meio de uma práxis revolucionária.

Ainda nesta seção, temos uma contribuição de Bernardo R. Carvalho: “O impasse dos Estados Unidos diante da China”. O artigo em tela traz uma questão atual sobre a “segunda Guerra Fria” no acirramento do conflito econômico entre os EUA e a China. O pesquisador mostra a semelhança do deslocamento do eixo geopolítico dos EUA para o Pacífico com as políticas externas de contenção utilizadas contra o bloco soviético. Diferente dos russos, contudo, nesta nova estratégia estadunidense, seu adversário apresenta uma política externa continuamente inovadora. Outra região que perturba as agendas externas dos EUA é a caribenha, notadamente a realidade socialista cubana que, como mostra o artigo: “Acercamiento a la transformación del socialismo en Cuba”, de Alexandra Arabadzhyan, também está sofrendo mutações. Ao investigar os últimos Congressos do Partido Comunista Cubano, além de fazer um estudo comparativo das Constituições (1976, 2019 e o projeto da última), o artigo avalia o alcance dessas mudanças e como elas podem alterar a essência dos compromissos revolucionários concebidos a partir do pensamento de Ernesto Che Guevara.

Na América do Sul, o foco se desloca para o problema do extrativismo, com o trabalho: “Apontamentos sobre o Equador do petróleo” de Elaine Cristina Santos. Mesmo diante das estimativas de esgotamento das reservas de petróleo, seu impacto negativo para o meio ambiente e para as questões sociais, ele continua sendo a principal fonte de energia como apresenta a autora. E mesmo em governos de esquerda como os já ocorridos no Equador, esta matriz foi considerada como estratégica para redução de desigualdades sociais via distribuição de renda. No entanto, o passado equatoriano de subdesenvolvimento persiste, e é isso que, em essência, o artigo aborda.



Chegando mais ao sul, novamente no Brasil novamente, o enfrentamento secular do subdesenvolvimento também passa pela relação entre o problema da educação popular e o da questão agrária. Dessa forma, o artigo: “Coletivo Universidade Popular: práxis em disputa junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de Ana Paula Ferreira de Melo, tem como objetivo investigar dois grupos do coletivo Universidade Popular (UP), entre 2007 e 2015 no estado de São Paulo. Como bem mostra a pesquisadora, as divergências teóricas e práticas que encerram o método de ensino destes grupos estão associadas ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e às formas de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na seção **Texto para discussão**, a contribuição de Adrián López: “Conjecturas en torno a Marx” procura se contrapor ao trabalho de Marcelo Doti “Grau zero da civilização não é ainda barbárie: é pior” (*RFM n. 3*), que anuncia o afastamento do autor do que ele denomina de materialismo histórico. A partir de um novo campo reflexivo inaugurado por Karl Heinrich Mordejái Marx Levy, o trabalho propõe criticar Doti, diferenciando o que Marx escreveu do que Engels disse sobre ele, e com isso mostrar uma outra perspectiva do materialismo histórico.

Na seção **Ensaio crítico**, o texto: “A Face da revolução” de Lincoln Secco, apresenta alguns elementos de ordem metodológica sobre o papel de Auguste Blanqui na invasão da Assembleia Francesa por uma multidão desarmada em 15 de maio de 1848 e as implicações teóricas daí derivadas para o entendimento da revolução.

Ainda neste espaço da Revista, temos a contribuição do intelectual e intérprete do processo de transformação venezuelano, Modesto E. Guerrero: “Venezuela: las Comunas como consigna de transición contra la regresión conservadora”, em que ele debate as perspectivas de regressão das políticas anticapitalistas na Venezuela a partir do complexo espectro de disputa pelo poder sobre as Comunas, dado estas cumprirem função central no processo de construção de uma nova República pensada sob a liderança de Hugo Chávez, para a Revolução Bolivariana. Os ensaios ainda abordam outro país da América do Sul, na perspectiva de Carlos A. Torres, em “Chile: el derrumbe del oasis neoliberal”, em que o autor se debruça sobre os recentes movimentos populares que colocaram em xeque a legitimidade do grande exemplo chileno de neoliberalismo, supostamente bem sucedido. Complementa esta seção o texto do intelectual francês Jean Sève, traduzido pelo Pesquisador Paulo Alves de Lima Filho, “Revolução e contrarrevolução:



dois conceitos a serem reformulados”, propondo uma nova abordagem sobre a organização social necessária para superar o capitalismo. Anexo ao texto, consta o manifesto de sua organização política *Capitalexit*, proposta fundada nas ideias do seu livro, de mesmo nome.

Na seção **Resenhas**, Felipe Cotrim trata da obra: “Friedrich Engels and the Dialectics of Nature (Marx, Engels, and Marxisms)” de Kaan Kangal de 2020, em que mostra a virtude do autor de reexaminar com erudição os manuscritos originais que deram origem à dialética da natureza de Engels, assim como recriar debates entre Engels, Aristóteles, Kant e Hegel.

Na seção **Entrevistas**, de modo a manter o fio condutor da edição, entrevistamos dois grandes intelectuais que atuam em questões centrais para a crítica da economia política. A primeira entrevista é de João Quartim de Moraes, professor e ex-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, que tratará de diversos assuntos, tais como: a formação teórica e política, seu exílio francês após o endurecimento da ditadura no Brasil, a questão militar, a revolução brasileira e a reconfiguração geopolítica mundial atual devido à ascensão econômica chinesa. A segunda entrevista é de Luiz Marques, também professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, cujo livro recentemente editado: “Capitalismo e colapso ambiental” tem tido grande visibilidade. Para nossa Revista, Luiz tratou do problema da existência humana diante do avanço dos problemas ambientais que o capitalismo promove, assim como da questão da educação ambiental, da proliferação do ecofascismo, da relação entre Marx e dos impasses ambientais, da crise estrutural do capital, da economia ecológica, dos limites do nacionalismo para a luta ambiental e das consequências mediatas e imediatas da destruição em curso da Floresta Amazônica e do Cerrado.

Encerramos a edição com um texto **Memorial** que homenageia a cartunista Cahú, que através de sua arte contruibui com diversas lutas sociais que almejavam a revolução, destacando-se o cartaz comemorativo pela volta de Luis Carlos Prestes do exílio na época da ditadura. E, em meio a estes profundos debates, as fotos da **Artista Convidada** Thallita Oshiro contribuem para ilustrar as reflexões que porventura emergirem a partir das leituras, da capa ao encerramento da edição, trazendo registros de distintos momentos da mobilização social brasileira e uma foto bastante provocativa de um *grafitti* da famosa fotografia do revolucionário Ernesto Che Guevara, presente em uma ocupação popular, parcialmente coberta por um cartaz escrito à mão: “precisa-se de funcionário, tratar aqui”.



Desse modo, acreditamos que foi possível cumprir a missão de recolocar o tema da revolução e contrarrevolução no campo de discussão do fim do mundo, que cada vez mais se evidencia ser uma realidade tangível para aqueles que não são cínicos ou ingênuos em relação ao capital. Boa leitura a todos.

Agosto de 2021.

19

Coordenação do Dossiê Temático

Paulo Alves de Lima Filho | Adilson M. Gennari | Fábio A. de Campos

E os Editores.



20

Debate do Fim do Mundo



Revolução e contrarrevolução na vanguarda capitalista da barbárie

Paulo Alves de Lima Filho¹
Adilson Marques Gennari²
Fábio Antonio de Campos³

Resumo

Este ensaio tem por objetivo pontuar alguns aspectos centrais não só para o necessário debate das questões relativas aos complexos processos de revolução e contrarrevolução no capitalismo contemporâneo, mas também para a necessária tomada de posição e ação política. Nossa reflexão passa pela dialética histórica do mundo capitalista em crise estrutural até chegar com especial atenção na particularidade brasileira. Neste sentido, o imperialismo, a contrarrevolução e todos as suas consequências ganham dimensão especial, sendo, portanto, também objeto de nossa reflexão na medida em que tanto os processos econômicos de subordinação histórica estrutural, quanto os processos ideológicos, adaptados ou elaborados na particularidade brasileira, são fenômenos determinantes do processo de acumulação de capital, da revolução e da contrarrevolução no Brasil. Também destacamos no artigo os limites das revoluções socialistas, que no processo, foram abandonando o preceito radical da revolução comunista defendido por Marx e Engels, para serem incorporadas pelo capital. Para coroar nossa reflexão, tecemos, à guisa de considerações finais, uma análise sobre os dilemas das contradições políticas e sociais no bojo do processo da contrarrevolução e as tarefas dos revolucionários nos dias que correm.

Palavras-chaves: revolução; contrarrevolução; imperialismo; socialismo; comunismo; Brasil.

¹ Professor aposentado da FATEC e coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | palf1951@gmail.com

² Professor aposentado da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara e membro do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | gennariadilson@gmail.com

³ Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e membro do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | fcampos@unicamp.br



Resumen

Este ensayo pretende señalar algunos aspectos centrales para el necesario debate sobre temas relacionados con los complejos procesos de revolución y contrarrevolución, en el capitalismo contemporáneo, y para la necesaria toma de posición y acción política. Nuestra reflexión pasa por la dialéctica histórica del mundo capitalista en crisis estructural hasta llegar con especial atención a la particularidad brasileña. En este sentido, el imperialismo, la contrarrevolución y todas sus consecuencias adquieren una dimensión especial. Son objeto de nuestra reflexión en la medida en que tanto los procesos económicos de subordinación histórica estructural como los procesos ideológicos, adaptados o elaborados en la particularidad brasileña, son fenómenos determinantes en el proceso de acumulación de capital, revolución y contrarrevolución en Brasil. También destacamos en el trabajo los límites de las revoluciones socialistas, que en el proceso, fueron abandonando el precepto radical de la revolución comunista defendida por Marx y Engels, para ser incorporadas por el capital. Para completar nuestra reflexión, tejemos, a modo de consideraciones finales, un análisis sobre los dilemas de las contradicciones políticas y sociales en el seno del proceso de contrarrevolución y las tareas de los revolucionarios en estos días.

Palabras clave: revolución; contrarrevolución; imperialismo; socialismo; comunismo; Brasil.

Abstract

This essay aims to point out some central aspects for the necessary debate on issues related to the complex processes of revolution and counterrevolution in contemporary capitalism and for the necessary taking of a position and political action. Our reflection goes through the historical dialectic of the capitalist world in structural crisis until arriving with special attention to the Brazilian particularity. In this sense, imperialism, counterrevolution, and all its consequences gain a special dimension. They are the objects of our reflection insofar as both the economic processes of structural historical subordination and the ideological processes, adapted or elaborated in the Brazilian particularity, are determinant phenomena in the process of capital accumulation, revolution, and counter-revolution in Brazil. We also highlighted in the paper the limits of socialist revolutions, which in the process, were abandoning the radical precept of the communist revolution defended by Marx and Engels, to be incorporated by capital. To complete our reflection, we weave, by way of final considerations, an analysis on the dilemmas of political and social contradictions in the heart of the counterrevolution process and the tasks of revolutionaries these days.

Keywords: revolution; counterrevolution; imperialism; socialism; communism; Brazil.



Introdução

Como um fenômeno contra a opressão de classe que se dá por formas de dominação pretéritas e, ao mesmo tempo, a construção de um horizonte que possa arregimentar no futuro uma radical transformação no modo de vida⁴, a revolução moderna foi uma invenção de inspiração burguesa. Nesse sentido, as revoluções holandesa, inglesa, estadunidense e francesa seriam marcos de promessas de liberdade democrática e de fundação de novos modelos políticos de dominação de classe, surgidos na transição do feudalismo para o capitalismo⁵. Diferente de meras insurreições que podem até tomar por golpe o poder e depois instaurar o terror, a revolução se constitui como um processo transformador que altera a estrutura de uma determinada sociedade em sua totalidade, imprimindo ou reafirmando uma nova dinâmica⁶. Um processo revolucionário, entretanto, quase sempre desencadeia a contrarrevolução, em que aqueles que no presente lutam pelo futuro, na forma de uma utopia ou de uma crescente expectativa, têm que vencer os que querem dilatar o passado de forma reativa, conservadora⁷.

Desse modo, as revoluções têm andado junto com as contrarrevoluções. Dentro do panorama europeu em que se originou o modo de produção capitalista (Anderson, 1985; Wallerstein, 1974) e dele pariu revoluções e contrarrevoluções, o absolutismo conservou a um só tempo o poder nas mãos da nobreza e a mercantilização da sociedade pela

⁴ Entendida a partir de um modo que condiciona as múltiplas determinações da existência social, a revolução tem no materialismo histórico uma fundamentação originalmente desenvolvida por Marx e Engels (1999; 2007; 2011).

⁵ Sobre o debate da transição do feudalismo para o capitalismo ver Dobb (1983) e Hilton (1977).

⁶ Prado Jr. é preciso neste ponto: “‘revolução’ significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais” (1987, p.11).

⁷ O duelo entre utopia e ideologia no contexto das revoltas camponesas do limiar da Idade Moderna pode ser conferido em Mannheim (1972). A revolução entendida como um distanciamento entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” está em Koselleck (2006). A resistência do passado diante do futuro que se impõe também pode ser vista em Anderson (1985), quando mostra o Estado absolutista como uma resposta para manter o poder nobre diante da crise feudal.



consolidação da classe burguesa. Havia, no entanto, um limite para essa distensão política continuando atendendo os interesses mercantis e sancionando a própria reprodução política das monarquias, legitimada pela nobreza que estava, em muitos casos, incorporada nos Estados recém-criados. Quando se atinge tal limite, em diferentes períodos históricos, nas mais diversas localidades europeias, abrem-se antagonismos que só poderiam ser resolvidos por específicos processos revolucionários.

No contexto vitorioso das “revoluções burguesas radicais” (Lima Filho, 2018), vários segmentos mais libertários, que até pretendiam levar a concepção de democracia para além de interesses mercantis e da propriedade privada, foram amputados na origem. Seria o caso revolucionário inglês do século XVII, por exemplo, onde embora houvesse um cipoal de relações cruzadas que indicavam a interpenetração de elementos burgueses em uma nobreza mercantilizada – difícil, portanto, de classificar como uma revolução de classe pura, a ideologia burguesa se mostrou progressista para ampliar o alcance dos interesses capitalistas, a fortalecer o Estado, com ou sem Rei. Quando tal progressismo concluiu a tarefa política de ampliar o espaço estatal para garantir os negócios capitalistas, habilmente, se converteu em força contrarrevolucionária bloqueando elementos democráticos que poderiam ir além desses interesses, até mesmo colocando em xeque a propriedade privada com a luta dos *diggers* e *levellers* (Hill, 1981; 1987).

Da mesma forma que a Revolução Francesa no final do século XVIII foi um processo necessário para enterrar o antigo regime feudal, igualmente se transformou em algo perigoso para a própria burguesia, visto que sua arma de luta e unificação nacional fugiu ao seu controle com a ascensão dos jacobinos no poder. A farsa liberal-democratizante das causas burguesas caiu por terra quando a fase termidoriana mostrou quem de fato deveria deter o poder, de modo a impor a contrarrevolução como força neutralizadora das reivindicações de massa, que, obviamente estavam mais além da classe burguesa. Tais pressões vindas de baixo, poderiam deslocar, ademais, o processo revolucionário para o comunismo, como a experiência pós-jacobina de Babeuf mostrou em 1796. A lição também se revelou pela impossibilidade da junção entre capitalismo e democracia, mesmo no auge de seu progressismo radical, pois só faria sentido formalmente, manipulando a representatividade política, ou no limite aplicando o próprio terror por meio de golpes e ditadura, como de fato ocorreu com a ascensão de Napoleão Bonaparte no 18 brumário em 1799. Em síntese, a democracia



substantiva só seria possível para além do capital (Marx, 2012b; Hobsbawm, 1977; Florenzano, 1981; Soboul, 1974; Lima Filho, 2018).

Com a maturação da Revolução Industrial, e a ascensão da burguesia como classe dominante no século XIX, encerrou-se um ciclo revolucionário burguês movido por ideais democráticos e progressistas, dando lugar a revoluções burguesas tardias de caráter conservador como nos casos alemão e japonês, cujo modelo ditatorial já tinha sido iniciado por Portugal e Espanha (Lima Filho, 2018). Dinamizados pela industrialização pesada que rompia a complementariedade com o capitalismo inglês, e, determinando a Segunda Revolução Industrial, por meio da centralização estatal e de padrões financeiros e tecnológicos autônomos, os desenvolvimentos da Alemanha e do Japão, ao lado da liderança estadunidense, provocaram uma intensa concorrência capitalista que deu origem ao imperialismo. À medida que se unificavam nacionalmente as classes dominantes internas destes países, e cooptavam as dominadas, em plataformas bélico-nacionalistas que se chocavam umas com as outras, a saga internacionalizante de conquista do capital financeiro era a mesma que recolonizava de modo formal o mundo periférico como na Ásia e na África, e informalmente a América Latina (Hilferding, 1983; Bukharin, 1988; Lenin, 1979).

No vasto espaço neocolonial criado para a reprodução ampliada do capital, impôs-se pelo dinheiro, armas e sangue novos mercados para exportação de produtos manufaturados e de capital, importando alimentos e matérias-primas para rebaixar os custos de reprodução dos capitais constante e variável, e, sobretudo, do ponto de vista político, transferindo as contradições internas da relação capital e trabalho para as franjas do sistema, em uma continuidade com o período escravista-colonial (Hilferding, 1983; Luxemburg, 1985). Essa etapa do capitalismo que elevava a concentração e a centralização do capital a um estágio superior (Marx, 2013; 2017; Lenin, 1979), da mesma forma explicitava o último nível de decadência ideológica burguesa, em que o irracionalismo na filosofia fez seu curso, e a economia política se converteu em “ciências econômicas”, se divorciando dos conflitos históricos para tornar-se formal, matematizante, e, essencialmente, subjetivista com os marginalistas e neoclássicos (Lukács 1968; 2020; Netto, 1998; Oliveira; Gennari, 2009).

A decadência da razão burguesa também foi contemporânea da autonomização da classe trabalhadora na luta social, passando a empunhar bandeiras revolucionárias contra o capital e a favor do comunismo. Na “Primavera dos Povos” em 1848, a luta dos trabalhadores ainda se via



embaraçada pelas pautas burguesas radicais, principalmente em capitalismo tardio como aquele vigente no espaço germânico, nucleado pela Prússia. Aqui já se demarcavam os limites revolucionários e democráticos burgueses em meio à repressão que varreu a Europa neste momento⁸. A contrarrevolução e o Golpe de Luís Bonaparte III não seriam eventos históricos circunscritos a este marco em si, mas o início de uma padronização contrarrevolucionária, cuja manifestação se deu com o fascismo e com o pós-fascismo no século XX (Marcuse, 2011). Todavia, o futuro do mesmo modo reservaria lutas revolucionárias aos trabalhadores, cada vez mais independentes dos ideais burgueses e identificadas com uma postura anticapitalista⁹. Tanto a breve Comuna de Paris de 1871, quanto as revoluções do século XX, tais como a Russa em 1917, a Chinesa em 1949 e Cubana em 1959, dentre outras, recolocavam este ideal, apesar de nenhuma delas conseguir forjar uma transição verdadeiramente anticapital, livre do Estado e na essência comunista como defendeu Marx, reféns do eterno “socialismo de transição” (Marx, 2008; 2012b; Mészáros, 2002; Lima Filho, 2018).

Desse modo, o desfecho tardio, no século XX de revoluções nacionalistas, em espaços periféricos, já trazia em sua marca um enfrentamento ao imperialismo, forma histórica do capital financeiro.

⁸ Marx sintetizou este momento da seguinte forma: “com exceção de uns poucos capítulos, todo trecho de maior importância dos anais da revolução de 1848 a 1849 traz por título: Derrota da revolução! O que sucumbiu nessas derrotas não foi a revolução. Foram os penduricalhos pré-revolucionários tradicionais, os resultados de relações sociais que ainda não haviam culminado em antagonismos agudos de classe – pessoas, ilusões, concepções, projetos, dos quais o partido revolucionário ainda não estivera livre antes da Revolução de Fevereiro e dos quais se livraria não pela vitória de fevereiro, mas unicamente por força de uma série de derrotas. Em suma: não foram suas conquistas tragicômicas imediatas que abriram caminho ao progresso revolucionário; muito pelo contrário, foi a geração de uma contrarrevolução coesa e poderosa, a geração de um adversário, e foi no combate a ele que o partido da revolta amadureceu, tornando-se um partido realmente revolucionário” (2012a, p.28).

⁹ Marx foi categórico nessa profecia: “não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado. As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias históricas para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem os seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo. Naquelas, a fraseologia superou o conteúdo, nesta, o conteúdo supera a fraseologia” (2011, pp.28-9).



Corporificado na dinâmica do capital monopolista que moveria a conquista econômica de territórios, povos e culturas, o imperialismo promoveria duas guerras mundiais, intermediadas pela maior crise já ocorrida até então do capitalismo - o *Crash* de 1929. Nessa "era de catástrofe" (Hobsbawm, 1998), em que a barbárie colocou trabalhadores contra trabalhadores a serviço do capital financeiro internacional, foi que se plantaram as sementes das lutas de descolonização, de revoluções nacionalistas e socialistas, como na América Latina. Tais contestações, ou mesmo a vaga ameaça delas, também reciclaram contrarrevoluções já testadas, em modalidades inéditas, como seria o caso das preventivas e de caráter permanente¹⁰. O caso brasileiro de revolução e contrarrevolução, a partir dos anos 1930 até os dias atuais, se insere neste quadrante histórico, como este artigo deseja mostrar adiante.

1. Imperialismo, revolução brasileira e limiar da contrarrevolução

1.1. Revolução

O espectro mundial da guerra, crise e revolução, permitiu a algumas economias subdesenvolvidas, como o Brasil na América Latina, mudarem de qualidade na sua formação econômica. Por conta da industrialização, do início da construção de uma sociedade do trabalho e da constituição de um Estado voltado para a questão nacional, temos um novo marco histórico que permitiu nascer a ideologia do desenvolvimento nacional. Segundo Nelson Werneck Sodré (1975), as transformações na formação econômica do Brasil, que se operaram a partir dos anos 1930, foram reflexos de uma crise imperialista que revelava na exata medida a sua barbárie. O tratamento da questão nacional em um país de origem colonial teria, assim, mais correspondência com a fratura da universalidade liberal burguesa realizada pela Revolução Russa de 1917¹¹, do que com revoluções burguesas radicais como o caso inglês e francês, ou mesmo como as de via prussiana – conservadoras (Lima Filho, 2018). Igualmente, difere da radicalização da revolução estadunidense com a sua Guerra Civil¹².

¹⁰ A atualização do conceito de contrarrevolução, inclusive na modalidade preventiva, pode ser encontrada em Mayer (1977), Marcuse (1973), Fernandes (2006), Grandin (2004; 2007), Arantes (2014) e Lima Filho (2018).

¹¹ Sobre este tema ver Campos (2019).

¹² Sodré desenvolveu tal proposição nos seguintes termos: "o desenvolvimento capitalista brasileiro é contemporâneo do declínio capitalista em escala mundial. Quando aquele atinge o nível em que define plenamente suas linhas, este atravessa a



No entanto, a questão nacional e a expectativa de uma revolução brasileira que pudesse fazer um acerto de contas com o passado, de modo a romper com as mazelas do subdesenvolvimento, superando a dependência externa e vertebrando um pensamento social crítico e democrático contra o “colonialismo cultural” (Furtado, 1974), se colocava como uma incógnita¹³. Trata-se na verdade da indagação de Prado Jr. (2000) de como seria possível a construção de uma civilização nacional, rompendo um passado colonial de origem ibérica lusitana, cujo eixo foi o “sentido da colonização”, que sempre nos manteve como a vanguarda da barbárie. Em outras palavras, como de um espaço colonial voltado para a especialização mercantil, e que deu origem a uma organização social sistemática de barbárie, na medida em que a escravidão constituiu, não apenas um meio para a produção agrícola voltada para o exterior, mas o cerne da sociabilidade brasileira, seria possível nascer uma nação? Prado Jr. (1987) também questionava quais os caminhos para superar esse passado, já que o país era portador de uma inovação colonial avançada para os objetivos da acumulação primitiva de capital, servindo, aliás, no futuro, de plataforma mercantil para o imperialismo se plasmar. Dessa junção do antigo modelo lusitano colonial com a moderna lógica imperialista de dominação neocolonial originou um capitalismo dependente *sui generis* no Brasil, se comparado com outras formações periféricas como foi o caso da Ásia, África, e até mesmo das Américas Hispânica e Anglo-saxônica.

Mesmo sem ter como sujeito histórico as classes populares, tampouco uma burguesia “nacional-democrática” e industrializante, a

sua fase de crise geral. Os surtos capitalistas atrasados, isto é, os que se processaram mais tarde, no tempo – o da Alemanha, o do Japão –, guardam com os que iniciaram mais cedo uma relação de concorrência, por vezes belicosa; os que avançaram na fase de declínio do regime em escala mundial guardam com os que se iniciaram cedo uma relação de dependência. As contradições, num e noutro caso, são de ordem diferente: as primeiras, como se constata pela história contemporânea, desembocam nas guerras; as últimas, nos movimentos de libertação nacional, em que, no entanto, o regime é posto em causa, na sua essência” (1975, p. 58). O aprofundamento da relação entre imperialismo e questão nacional em Sodré está em Vieira e Campos (2021).

¹³ A autonomia relativa como uma experiência de construção do sistema econômico nacional que permitisse romper o *status* de economia dependente, seja da hegemonia britânica com a Primeira Revolução Industrial, seja do imperialismo na Segunda Revolução Industrial, pode ser compreendida a partir de List (1983), Hamilton (1934), Marx, Danielson e Engels (1981) e Sampaio Jr. (1999b; 2005).



Revolução de 1930, que inaugurava a chamada “Era Vargas”, significava o encontro de várias contradições que foram se represando no decorrer dos séculos, corporificadas na dinâmica da dependência externa, do subdesenvolvimento e do colonialismo cultural, que agora começavam a tornarem-se inconciliáveis, tecendo antagonismos crescentes¹⁴. Recorrentemente, tais contradições eram acomodadas à cada conjuntura histórica, porém, a partir dos anos 1930 se tornariam mais presentes e desafiadoras, à medida que o próprio desenvolvimento capitalista brasileiro se impunha e com ele se catalisavam transformações nas diferentes órbitas das relações sociais de produção.

Do ponto de vista da herança colonial, sucessivos ciclos mercantis carregados de enorme instabilidade social para vastas populações sertanejas errantes em sesmarias, depois por latifúndios, assim como os sobreviventes indígenas do holocausto da conquista ibérica e, principalmente, afrodescendentes aquilombados ou alforriados, demarcavam a presença do passado e a necessidade da construção do futuro para superar a segregação. As revoltas contra a ordem se colocavam desde as Santidades e Quilombos no século XVI em diante, passando por volumosas e impactantes lutas sertanejas tal como em Canudos, Contestado e com o Cangaço, entre o século XIX e o limiar do XX, que, em síntese, todas elas, evidenciavam a falta de acesso à terra no Brasil.

A classe trabalhadora urbana – parte já composta por imigrantes europeus – trazia em suas algibeiras a riqueza do internacionalismo na forma de anarquismo e de socialismo, o que permitiu nascer o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. A mobilização das greves que pararam São Paulo e Rio de Janeiro em 1917, assustando a classe dominante, era uma importante dimensão dessas contradições urbanas que brotavam nas entranhas do desenvolvimento capitalista brasileiro, junto das lutas sertanejas¹⁵. As pressões vindas de baixo também encontravam eco nos estamentos superiores da sociedade, como nos jovens modernistas da elite que reivindicavam um nacionalismo antropofágico com a Semana de 1922. Não era diferente a dissidência oligárquica que se indispunha contra a hegemonia de São Paulo na República Velha. Determinada pela

¹⁴ Essa leitura das contradições que se convertiam em antagonismos abertos no século XX pode ser conferida em Furtado (1962), Sodré (1978; 1997), Prado Jr. (1985), Fernandes (2006) e Sampaio Jr. (1999a).

¹⁵ Uma síntese deste contexto pode ser vista em Ianni (1994).



superprodução na oferta do produto mercantil em face de uma inelasticidade da demanda externa, sobretudo, estadunidense, a crise do café já vinha de antes da Crise de 1929 e tinha sua manifestação política numa crise de hegemonia.

Contudo, a vanguarda dessas crises que se condensaram na Revolução de 1930, colocando no centro do debate a questão nacional, foi ocupada pelos militares. A principal expressão disso foi o tenentismo que, além da Coluna Prestes, tinha correspondência histórica com a base social da baixa patente, popular, e em muitos casos composta por afrodescendentes. Isso vinha desde a Guerra do Paraguai se constituindo um dos elementos essenciais para se pensar, nessa quadra, o protagonismo do exército ao lado dos oficiais.¹⁶

De maneira keynesiana, com a famosa queima do produto, o Estado de Vargas continuou com a política econômica de defesa da economia cafeeira, sem ter, no início, um projeto industrializante (Furtado, 1975). Os elementos mais radicais da Aliança Liberal que fizeram a Revolução de 1930, como o tenentismo, foram sendo descartados no processo, sendo que o próprio líder tenentista Luiz Carlos Prestes se converteu ao comunismo, liderando o levante de 1935 contra o Governo Vargas. A despeito da vitória na “Guerra dos Paulistas” em 1932, o período Vargas, como lembrou Florestan Fernandes (2006), manteve uma composição oligárquica que foi se transmutando para uma ordem burguesa sem se antagonizar com o passado. Do ponto de vista das reformas estatais que criariam vários órgãos, institutos e comissões de planejamento, a tentativa foi de transferir os embates oligárquicos regionais para um aparelho de Estado corporativo positivista que pudesse pautar conflitos setorialmente, conforme a função econômica que cada fração de classe teria numa economia nacional, independentemente de sua raiz regional. Esta foi a essência do ensaio de planejamento econômico estatal desde a Era Vargas, até Kubitschek e Goulart, e mesmo depois do Golpe de 1964.

A centralização estatal sempre foi pautada, entretanto, por duas forças concorrentes maiores que ela: os interesses da burguesia brasileira e os do capital internacional, que nem sempre coincidiam com os de alguns setores burocráticos mais nacionalistas. Como mostrou Sodré (1997), a Era Vargas, mesmo no modelo ditatorial do Estado Novo, sempre conciliou com o imperialismo, e quando ameaçou autonomizar-se (da relação com as

¹⁶ Sobre a questão militar e a revolução brasileira ver Sodré (2010).



burguesias), teve que recuar. Mesmo a consciência da necessidade de implantar as “indústrias de base” na segunda metade dos anos 1930, que veio principalmente do vetor nacionalista militar em meio ao problema estratégico de defesa, não permitiu se livrar da dependência externa do imperialismo, que sempre unificava endogenamente os modelos de negócios do capital internacional e do “empresariado” brasileiro, amalgamados na herança mercantil¹⁷. Com JK, esta conciliação foi substantivamente ampliada, marcando uma mudança estratégica em favor de maior subordinação ao capital internacional (Campos, 2009); que no período Jango tentou-se reverter com a “Lei de Remessas de Lucro”, por exemplo (Gennari, 1999). Sodré (1975; 1997) afirmou que, enquanto Vargas, mesmo conciliando com imperialismo, buscava criar um capitalismo de Estado em que a empresa estatal seria o núcleo central de sua estratégia de desenvolvimento nacional, Kubitschek, por sua vez, praticou um desenvolvimentismo antinacional permitindo que as empresas multinacionais se tornassem o centro dinâmico do novo modelo de desenvolvimento. Essa tendência ganharia ainda mais força após 1964, como veremos adiante.

No que tange a industrialização nos anos 1930, ela assumiu a forma conhecida de substituição de importações. A origem da indústria no Brasil foi marcada desde o final do século XIX por se desenvolver de maneira quase inercial em seus setores leves (bens de consumo não-duráveis), sendo uma diferenciação dentro da totalidade mercantil do grande capital cafeeiro (Silva, 1976). A tecnologia e as condições de financiamento externo igualmente sempre pautaram a indústria brasileira desde sua gênese, denotando sua íntima relação com o imperialismo (Campos, 2021). Quando se começou a aventar a possibilidade de implantação da indústria pesada no Estado Novo, embora se avançasse na criação de importantes indústrias de base, tal como a Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, Indústria Nacional de Álcalis e Companhia Hidrelétrica do São Francisco, e, depois, no Segundo Vargas, com o BNDE, Petrobrás e o projeto Eletrobrás, a indústria pesada só foi implantada com o desenvolvimento dos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis mediante o protagonismo das empresas multinacionais no Governo Kubitschek. Mesmo em Vargas, o avanço das indústrias de base, que forneceriam insumos intermediários e infraestrutura

¹⁷ Esta questão em relação à industrialização pode ser encontrada em Campos (2021).



para as filiais estrangeiras no futuro, já impunha também maior dependência financeira, tecnológica, comercial, cultural e militar, principalmente dos EUA (Campos, 2009).

De modo geral, a industrialização impulsionou o desenvolvimento capitalista no Brasil, deslocando a formação bruta de capital fixo, crescimento do produto, renda e emprego, em patamares inéditos. Ao mesmo tempo, como nos ensinou Marx (1999; 2013), o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que em um país periférico e dependente como o Brasil, mas que conseguiu acessar o capitalismo monopolista, impulsionou as contradições da sua formação social em que a dinâmica das relações sociais de produção tomava um novo ritmo. Como falamos anteriormente, aquelas contradições que começavam a se tornar inconciliáveis nos anos 1920, a partir dos anos 1950, e com mais força na primeira metade dos anos 1960, vão se tornando antagônicas. O capitalismo brasileiro, para avançar, teria que seguir um rumo de reformas radicais que permitissem, maior soberania, igualdade social e democracia; ou aprofundar a dependência externa, a segregação social e a autocracia.

Inúmeros fatos históricos mostraram como tais contradições sociais se acirravam. Vargas, por exemplo, criou a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943 que garantiu vários direitos aos trabalhadores, mas suspendeu a liberdade sindical. Muitas destas conquistas foram reivindicações dos próprios trabalhadores urbanos nas greves de antes de 1930. A CLT teve importância, embora sua cobertura fosse bem limitada, pois atendia apenas a um 1/5 da população economicamente ativa, visto que a maior parte dela estava na zona rural, vivendo em condições análogas à escravidão (Rodrigues, 1996). Não por outra razão, que nos anos 1950 a luta no campo se acelerou com as “Ligas Camponesas” e outras organizações, exigindo a reforma agrária. Com o fim da ditadura de Vargas em 1945, os sindicatos urbanos também começaram a se libertar da tutela estatal, e grandes greves passaram a se tornar comuns já no segundo Governo Vargas. Neste período, os sindicatos começaram a defender pautas que extrapolavam as reivindicações salariais *stricto sensu* e passaram, ao lado do PCB e de outros partidos de esquerda, a defender bandeiras nacionalistas intersindicais, como no caso da “Campanha do Petróleo é Nosso”, que culminou no monopólio estatal da extração e do refino do petróleo com a criação da Petrobrás, em 1953. Lembrando que Vargas não defendia o monopólio estatal no projeto original, mas sim uma economia mista para a Petrobrás, conforme a concepção original da Assessoria Econômica da Presidência.



As pressões se acumularam e, no período Goulart, ganharam uma dimensão qualitativamente singular, a ponto de pressionar o Congresso Nacional para apoiar projetos de lei que jamais passariam nesta instância controlada pela burguesia. As chamadas “Reformas de Base”, portanto, não era um projeto definido de cima para baixo pelo Governo Goulart, tampouco uma ruptura com o capitalismo, mas, o oposto, pois significavam demandas históricas que vinham das bases sociais de contestação ao subdesenvolvimento, exigindo reformas radicais que domesticassem o capitalismo brasileiro. Foi deste contexto de antagonismo aberto que passou a “Lei de Remessas de Lucro” no Congresso (Gennari, 1999; Campos, 2009), assim como o “Estatuto do Trabalhador Rural”, que trazia o problema do imperialismo e da questão agrária, respectivamente, para o centro do debate. Sem falar dos projetos de reforma educacional, básica e superior, assim como as reformas eleitorais, tributárias, urbanas etc.

Identificadas com os problemas seculares do Brasil, as aprovações de projetos de lei aconteciam por dentro das instâncias de representação burguesa, restando a conspiração como tática defensiva para a própria classe dominante. Estávamos na verdade diante da multiplicação de inúmeras tensões, que demarcavam as pré-condições para uma revolução brasileira¹⁸. Com o intuito de interferir politicamente na construção de projetos de transformação estrutural, foi que o pensamento social brasileiro, nesse momento crítico e democrático, ganhou um outro patamar analítico, investigando com extremo rigor o passado para a compreensão dos principais dilemas de nossa formação. Desde o “programa democrático-burguês”, sua crítica e a ampla reflexão em setores políticos ligados ao PCB, PTB, ISEB, CEPAL e outras instâncias, a temática da revolução brasileira e a possibilidade real de levá-la adiante era um *ethos* que começava a se enraizar na sociedade, e que, entretanto, seria ceifado no seu nascedouro.

O sujeito da transformação começava a se formar num complexo nacional-popular composto por trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, intelectuais, parte progressista da igreja católica, dos militares de baixa patente e alguns oficiais, assim como setores da classe média, pequenos empresários, sindicatos, partidos de esquerda e outras frações de classe. A reação à toda essa mobilização nacionalista, que apenas começava a se

¹⁸ A bibliografia sobre a revolução brasileira é extensa, mas uma boa introdução pode ser feita em Sodré (1978; 1997), Furtado (1962), Prado Jr. (1987), Fernandes (2006), Lima Filho (2018), Sampaio Jr. (1999a; 2005), Campos (2020) e Pericás (2019).



estruturar, se comparada às experiências mais avançadas como a cubana de 1959 e a chilena de 1970, veio na forma de contrarrevolução preventiva imposta por forças de um complexo multinacional, em 1964.

1.2. Contrarrevolução

À custa de duas guerras mundiais que mataram perto de 100 milhões de vidas e a invenção do fim absoluto da humanidade pelo potencial nuclear, o desenvolvimento do capital monopolista no século XX, bem como sua forma universal de conquista pelo capital financeiro internacional via exportação de bens, dinheiro e violência, produziu uma expansão econômica, militar e cultural que tinha nas corporações multinacionais seu principal determinante. Dessa nova etapa de acumulação capitalista renovou-se a política imperialista de dominação, já originalmente identificada por Hilferding (1985), Luxemburg (1983), Bukharin (1988) e Lenin (1979), parindo uma modalidade inovadora de contrarrevolução¹⁹. Na América Latina do pós Segunda Guerra Mundial, a contrarrevolução antecedia à própria revolução, de forma preventiva, defensiva e permanente, envenenando na raiz qualquer tipo de seiva que alimentasse a emancipação social, fosse ela indígena, nacionalista ou anticapitalista²⁰.

O caráter permanente deste tipo de contrarrevolução se aplicou, sobretudo, com um instrumental de terror criado a serviço de uma renovada

¹⁹ Uma síntese da atualização do debate clássico do imperialismo para autores que pensaram o capital monopolista no pós Segunda Guerra, como Baran, Sweezy, Magdoff, Hymer e Michalet, pode ser vista em Campos (2015).

²⁰ Ao estudar a experiência da Guatemala, Grandin qualificou a contrarrevolução preventiva nos seguintes termos: "all the lives under consideration here, despite providing a diversity of experiences, highlight the formative power of politics to shape human expectations. This, I think, should be a central element of any definition of the Cold War. It was not only an event (what diplomatic historians usually call superpower rivalry) or a cause (as in the Cold War did this or that to this or that country) but also an intensified phase of a larger conflict, an 'international civil war' not only between the United States and the Soviet Union or between capitalism and communism but between different views of the shape that social citizenship would take. The spread of capitalism in its raw version in the third world created a dramatic torsion between the anticipation of development and equality and the reality of exclusion and exploitation. This tension was acute in Latin America, where Catholic humanism, liberal nationalism, Native American conceptions of justice, conservative defense of collective rights, socialism, and in some countries the radicalism of militant working-class immigrants combined in different proportions to produce an extraordinarily insurgent twentieth century" (2004, p.17).



estrutura imperialista de poder forjada no complexo industrial militar estadunidense, com a função de manter a população sempre mobilizada para a guerra e para o consumo²¹. Obviamente, que este “*know how*” não se extinguiu com o período da “Guerra Fria”, pois permaneceu mais vivo do que nunca como estamos presenciando hoje²². Ademais, a contrarrevolução permanente não se limitava apenas à face violenta via administração da tortura, perseguição e mortes, explícitas nas ditaduras latino-americanas, mas, igualmente, uma face sutil de dominação no longo prazo, de forma a abduzir pautas tipicamente revolucionárias, anticapitalistas e universais, transformando-as em bandeiras “progressistas”, “cidadãs”, de reparações históricas e ganhos incrementais, como as questões identitárias que se descolaram da luta de classes; ou mesmo criando programas sociais de gestão e de monitoramento da barbárie, como aqueles do Banco Mundial, de combate focalizado à pobreza, “empoderamento” nas favelas, empreendedorismo popular etc.²³.

No Brasil, o marco da contrarrevolução permanente se deu com o Golpe de 1964, cujo ciclo histórico continua aberto nos dias que correm, como trataremos à frente (Lima Filho, 2018). Com mais força a partir das reformas financeiras do Governo Castelo Branco e do AI-5 de 1968, a ditadura tentou legitimar a violência da contrarrevolução pelo crescimento econômico que se estendeu até os anos 1970, em meio à nefasta compressão salarial e o aumento da concentração de renda. No entanto, a plataforma do capital monopolista que integrou burguesias centrais às nativas brasileiras, permitindo finalizar a sua “revolução” no estatuto do capitalismo dependente, ocorreu antes de 1964 (Fernandes, 2006). O momento de inserção da sociedade brasileira no capitalismo monopolista aconteceu a partir de 1956 com a implantação da indústria pesada no Governo Kubitschek. Por detrás da euforia dos “50 anos em 5” do Plano de Metas, em que muitos cantavam em verso e prosa a modernização brasileira,

²¹ O caráter permanente da contrarrevolução para o Brasil está em Fernandes (2006). Sobre a mobilização constante dessa forma de dominação imperialista que permanece até o momento atual pode ser vista em Mills (1968), Marcuse (2015) e Arantes (2014).

²² Para constatar a estratégia permanente da contrarrevolução, mesmo depois que foram decapitadas as principais lideranças de esquerda latino-americanas com as ditaduras, ver Rouquié (1984) e Grandin (2004; 2007).

²³ A destruição da gramática revolucionária a serviço dos interesses corporativos internacionais pode ser vista em Pereira (2010), Menegat (2019) e Polese (2020).



estava sendo implantado, por meio do capital internacional, um controle do mercado interno que iria definir, não apenas as expectativas de consumo presente, mas criar as futuras. Algo, inclusive, que não estava posto no debate clássico do imperialismo (Campos, 2009; 2015; 2021). Em especial, a indústria de bens de consumo duráveis, dinamizadas pelas empresas multinacionais, seriam verdadeiras “fábricas de sonho”, de modo que, muito mais que “alavancas para o crescimento” como diziam os economistas desenvolvimentistas, seriam instrumentos de dominação da cultura e de influência política direta nos rumos do país²⁴.

Estávamos, assim, nos inserindo em nova fase do imperialismo, diferente daquela da época de Lenin em que não era possível vislumbrar a industrialização de algumas periferias, principalmente vindas do período colonial. O ingresso do investimento direto estrangeiro (IDE) para o país, nesse momento, não significava a mera internacionalização produtiva que poderia ser instrumentalizada pelo desenvolvimentismo, mas, o oposto diria Prado Jr. (1985; 1987), pois seria uma internacionalização da superestrutura dentro de um desenvolvimento do complexo industrial militar, que tinha nas corporações um dos seus principais vértices de “doutrina de segurança nacional [imperial]”. Era, portanto, um “imperialismo total” (Fernandes, 1975; 2006)²⁵. As dimensões do mercado interno brasileiro, sua herança mercantil-escravocrata que dotava o Estado de um poder político peculiar contra o povo, e uma forte burguesia nativa para controlar internamente o ritmo de

²⁴ Ao atualizar a categoria de fetiche da mercadoria de Marx (2013), Marcuse explicitou com nitidez tal poder: “atualmente, o capital produz, para a maioria da população das metrópoles, não tanta privação material como outrora mas, sobretudo, uma satisfação ‘guiada’ das necessidades materiais, ao mesmo tempo que faz do ser humano inteiro – inteligência e sentidos – um objeto de administração, engrenado para produzir e reproduzir não só as metas mas também os valores e promessas do sistema, seu paraíso ideológico. Por trás do véu tecnológico, por trás do véu político da democracia, surge a realidade, a servido universal, a perda de dignidade humana em uma liberdade de escolha pré-fabricada. E a estrutura do poder já não é ‘sublimada’ no estilo de uma cultura liberalista, já não é sequer hipócrita (quanto retinha, pelo menos, as ‘formalidades’, a concha da dignidade), mas brutal, despida de todas as falsas aparências de verdade e justiça” (1973, p.23).

²⁵ Segundo Fernandes, o imperialismo total “organiza a dominação externa a partir de dentro em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. (1975, p. 18).



difusão da modernização imperialista, eram os atributos indispensáveis para fazer da economia brasileira estratégica para o capital monopolista e seu alcance contrarrevolucionário enquanto, *pari passu*, a mantinha dependente e subdesenvolvida, recicladora permanente do passado (Fernandes, 2006).

Não obstante a industrialização pesada nos anos 1950 ter aberto uma crise na dominação política da burguesia brasileira, diante do dinamismo econômico que vinha de fora, assim como de setores estatais e de algumas frações de classe burguesa que se radicalizaram, ou ainda, a possibilidade de organização das massas na sociedade de classes, com a articulação imperialista interna entre empresas nacionais, Estado e as corporações multinacionais, a burguesia brasileira construiria o caminho para sua “revolução”, ao ser de fato consumada em 1964 (Fernandes, 2006)²⁶. No momento em que se constituíam os grupos executivos de JK para o Plano de Metas, sobretudo o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), não estava se operando apenas uma divisão horizontal de tarefas com o “Estado desenvolvimentista”, mas uma associação subordinada ao poder contrarrevolucionário do capital financeiro internacional. Junto da indústria pesada, em que a empresa multinacional marcava o ritmo e o compasso do “dinamismo econômico”, estava se desenhando internamente um eixo de dominação imperialista que aglutinava empresários de todas origens, banqueiros, classe média, militares, grande parte da igreja católica,

²⁶ Fernandes comenta a “revolução”: “[...] os estratos burgueses aprenderam a mudar a qualidade de suas percepções e explicações do mundo, procurando ajustar-se a ‘avaliações pragmáticas’, que representam o subdesenvolvimento como um ‘fato natural’ autocorrigível e estabelecem como ideal básico o princípio, irradiado a partir dos Estados Unidos, do ‘desenvolvimento com segurança’. Dava-se, assim, ‘o último salto de limpeza do sótão’. A burguesia brasileira encontrava novos elos de ‘modernização’, descartando-se de suas quinquilharias históricas libertárias, de origem europeia, substituídas por convicções bem mais prosaicas, mas que ajustavam seus papéis à ‘unidade dos hemisférios’, à ‘interdependência das nações democráticas’ e à ‘defesa da civilização ocidental’ [...]. De classes padronizadoras da revolução democrática-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da ‘democracia’ e da ‘civilização cristã’. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os problemas nacionais e sua solução. [...]. Confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária (2006, p. 366-367)”.



prestadores de serviços, profissionais liberais, mídia, algumas cúpulas sindicais, partidos como a UDN, diplomacia estadunidense etc.²⁷.

Formava-se então um verdadeiro complexo multinacional das forças de dominação²⁸, cujo poder penetrava todo o organismo da sociedade brasileira, em que a evidência não estava posta diante da “orgia imperialista” da época de JK como mostrou Prado Jr. (1987). No momento em que a agenda da revolução brasileira se esboçou, começando efetivamente materializar-se pela ação do Congresso Nacional diante da pressão do complexo nacional-popular, o golpe tornou-se imprescindível. Assim, a conspiração se colocou como um fato, e, em 1964 em diante, o “modelo autocrático burguês” se impôs (Fernandes, 2006). Esse marco histórico, cuja sombra ali se originou, eclipsa até hoje nossa vida. Tamanha violência é medida pela perene contrarrevolução imposta de caráter antinacional, antipopular e antidemocrático. Com o Golpe de 1964, portanto, sepultou-se precocemente um pensamento social crítico e democrático que tinha na apreensão dos dilemas da formação nacional sua principal arma para a *práxis* revolucionária. Os reflexos deste infanticídio podem ser constatados no colapso atual que vive a sociedade brasileira.

²⁷ Para um mapeamento completo dos agentes da contrarrevolução nesta fase ver Dreifuss (1981; 1986).

²⁸ Segundo Campos “i)- o complexo é, por um lado, resultado da dependência externa e do subdesenvolvimento de longo prazo, em que o caráter mercantil, antissocial e subordinado da burguesia brasileira, sedimenta tal relação; ii)- essa característica perene de nossa formação interpõe-se, por outro lado, a um estágio peculiar de dominação do capital internacional na industrialização pesada a partir de 1956; iii)- tal dominação tem no ‘imperialismo total’ [FERNANDES, 2006] seu polo externo, que se manifesta internamente na junção de interesses estrangeiros ante as necessidades de desenvolvimento capitalista da burguesia brasileira; iv)- o complexo responde de fora para dentro, tanto pela necessidade de extração de mais-valor, quanto da difusão de uma promessa civilizatória antagônica ao socialismo, bem como pela segurança política, que, no limite, pode se substanciar em segurança militar; v)- a associação dependente em que se baseia o complexo, da mesma forma que viabiliza as rentabilidades dos principais negócios que se articulam à industrialização pesada, e, assim, sustentam a ampliação da base material do mercado interno, funde, de dentro para fora, interesses comuns que se solidificam no domínio político do Estado brasileiro, a serviço desse arco multinacional” (2021, p.55).



2. Imperialismo e ascensão da contrarrevolução brasileira

O imperialismo não é um fenômeno de mão única, em que a nação capitalista hegemônica apenas subordina a nação dominada *in totum*, tal como introduzimos anteriormente. Não, a sua dinâmica é mais complexa, pois imbrica os interesses de frações das classes dominantes dos dois polos contra os interesses da classe trabalhadora do país subordinado, desde pessoas comuns que se identificam com a ideologia dominante, como setores da pequena burguesia que promoveram desfiles da chamada “marcha com deus pela família, propriedade e liberdade”, até setores mais organizados, inclusive da intelectualidade, que elaboram teorias e ideologias que servirão de superestrutura ideológica para este apoio interno aos seus congêneres forâneos, como por exemplo, na reelaboração teórica do economista brasileiro Roberto Campos.

De fato, o processo é por vezes cruento com o objetivo de aumentar as taxas de lucro das corporações, e para isso é preciso aumentar a taxa de mais-valia ou taxa de exploração da classe trabalhadora. Isto seria uma mera exegese dos textos de Marx se o processo histórico real não fosse tão elucidativo: veja-se por exemplo os casos de colaboração de grandes empresas como Volkswagen que, como é de amplo conhecimento, financiou e forneceu infraestrutura para operações de repressão aos trabalhadores considerados subversivos, afora o escândalo da prisão e tortura de trabalhadores sindicalistas de esquerda nas próprias dependências das fábricas no imediato pós Golpe de 1964.

Para subsidiar a reflexão sobre os processos de contrarrevolução no Brasil, temos que considerar alguns aspectos históricos estruturais da formação da economia e da sociedade brasileira. Como já indicado anteriormente, após vários séculos na condição de colônia de exploração – verdadeira vanguarda da barbárie do capital, o capitalismo industrial emerge em condições específicas como um capitalismo hiper-retardatário, de modo que, o capitalismo verdadeiro, em configuração industrial, emerge na fase monopolista e oligopolista do sistema – aquilo que Lenin entende como processo imperialista, que significa a existência de oligopólios, organizações de trustes e cartéis, com largo desenvolvimento tecnológico, pronunciada planta industrial e, fundamentalmente, organização financeira desenvolvida, ou seja, o quadro hiper-tardio ou de via colonial irá definir os contornos fundamentais da estrutura econômica brasileira.



Posto isto, a subordinação colonial será substituída, no processo, por uma forma determinada de subordinação dos polos ex-coloniais aos polos dominantes do imperialismo, leia-se a Inglaterra no século XIX e início do século XX e fundamentalmente os EUA a partir da Segunda Guerra Mundial. É neste quadro historicamente constrangedor que a economia brasileira transitará de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial, cujo processo de acumulação de capital significará simultaneamente a formação das chamadas classes sociais modernas.

Como na explicação de Florestan Fernandes (2006), diferentemente dos casos históricos clássicos, haverá a formação de uma "aristocracia burguesa", onde igualmente diferente dos capitalismo clássico, aqui a burguesia nascente industrial não confrontará as tradicionais elites agrárias, já que dependiam das divisas de suas exportações para a criação do próprio parque industrial nacional (Furtado, 1975).

Como salientado na introdução deste artigo, a chamada burguesia moderna teve suas origens nas frações das classes europeias na transição do feudalismo para o capitalismo. São frações de comerciantes, pequenos empreendedores dos burgos e das corporações de ofícios, grandes mercadores de escravos, de especiarias e utensílios diversos, nobres aburguesados, donos de terras e até setores poderosos do clero. Essas frações de classe encabeçaram um movimento revolucionário contra o feudalismo e o poder do Estado medieval, da nobreza e do clero, que culminou nas revoluções burguesas, principalmente na França, na Inglaterra, Países Baixos etc. Assim, a burguesia criou e/ou assimilou também as grandes conquistas no campo simbólico, como o Iluminismo, o Renascimento, além de avanços consideráveis nas ciências. Contudo, houve uma radical mudança na burguesia moderna em meados do século XIX, impulsionada pelo próprio desenvolvimento e a maturidade que o modo de produção capitalista e a luta de classes que lhe é peculiar. De classe revolucionária a burguesia se transmutou em classe contrarrevolucionária e conservadora, principalmente a partir dos eventos que marcaram a Comuna de Paris, como observamos na introdução deste artigo.

Pois bem, no caso da particularidade brasileira, temos que considerar que aqui, as classes dominantes foram forjadas no mesmo processo global da história, mas com a peculiaridade de ter sido parida no processo de colonização, das sesmarias e fundamentalmente da escravidão dos povos indígenas da terra e dos negros africanos por quase quatro séculos. Desse modo, àquelas frações de classe supracitadas, juntam-se aqui novidades nas



classes burguesas globais, em que se incluem aqui, por exemplo, os sesmeiros, escravocratas, capitães do mato, bandeirantes, milicianos matadores de quilombolas e desafiadores da ordem, e outras espécies de tipos humanos locais. É neste ventre que se originaram as novas frações modernas da classe dominante no Brasil, ou seja, além de emergir na fase contrarrevolucionária da burguesia global, transitou no bojo de uma classe já plasmada pela brutalidade dos processos de acumulação primitiva e da escravidão de pessoas.

Nascida já na etapa imperialista, esta fração “moderna” da classe capitalista industrial jamais pôde experimentar os ares da chamada democracia burguesa que impulsionaram as clássicas revoluções burguesas na Europa. Ao contrário, a nova fração industrial brasileira se vê coagida, de um lado, pelas forças do imperialismo a se colocar na qualidade de sócia menor de suas congêneres dos países dominantes, e, de outro lado, internamente são débeis para subjugar as elites agrárias e desta forma só lhe resta a conciliação com as classes agrárias conservadoras, numa aliança pelo alto, contra os interesses das classes trabalhadoras (Fernandes, 2006). Assim, ela nasce do ventre da contrarrevolução e assim crescerá e se desenvolverá como classe antidemocrática, contra os chamados interesses nacionais e obviamente contra as bandeiras dos trabalhadores rurais (reforma agrária) e urbanos (reforma urbana, reforma trabalhista etc.). Esse processo se transformará numa permanente tensão política, tendente a golpes de Estado e regimes de exceção.

O processo de desenvolvimento industrial se dará nesse complexo processo político, às vezes embasado nas ideias nacional desenvolvimentistas da CEPAL de Furtado e Prebisch, outras vezes mais orientado pelas ideias proto-neoliberais e conservadoras, como por exemplo, na trinca Gudin-Campos-Bulhões.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que dera passos crescentes desde a década de 1930, como visto no item anterior, chegará no final da década de quarenta com um parque industrial ainda de caráter embrionário. Estava em andamento a implantação de um novo padrão de acumulação, principalmente no Governo de Juscelino Kubitschek, que, fundado no tripé Estado, capital nacional e capital internacional, engendrará um desenvolvimento com enormes desequilíbrios estruturais, com destaque para o processo inflacionário; a crise estrutural do balanço de pagamentos, que se tornará estruturalmente deficiente sua conta corrente; a intensificação sem paralelo das desigualdades sociais, principalmente após as políticas do



pós Golpe de 1964 e por fim, a concentração brutal da propriedade e da renda, alçando o país, por vezes, a campeão mundial no *ranking* de concentração de renda. Todas essas contradições são desdobramentos das políticas econômicas e sociais das classes dominantes brasileiras ou das forças sociais que buscavam a efetivação de uma economia subordinada aos interesses do capital financeiro internacional.

2.1. Elementos da ideologia conservadora de Roberto Campos

Ao refletir sobre desenvolvimento econômico, Roberto Campos produziu sua tese de que existe uma incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e redistribuição de renda. Campos coloca o desenvolvimento, ou na verdade, o crescimento econômico, como prioritário sobre as questões sociais. Defendeu que a redistribuição do bem-estar é uma “ilusão” que “consiste em buscar-se o desenvolvimento social, isto é, a distribuição do bem-estar em ritmo mais rápido que o possibilitado pelo estágio de desenvolvimento econômico, e, frequentemente, em detrimento deste” (Campos, 1963, p.91) Neste sentido, Campos desenvolve tais ideias, afirmando que:

[...] a opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da ideia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico do que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo do desenvolvimento é rápido, a desigualdade é tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixo o ritmo de desenvolvimento por falta de incentivo adequado, o exercício da justiça distributivista se transforma numa repartição da pobreza (Campos, 1963, p.115).

Essas ideias, publicadas no final dos anos cinquenta, reaparecerão mais tarde como parte da orientação geral de vários governos pós golpe de 1964, que ficaram conhecidas como “teoria do crescimento do bolo”. Como é de conhecimento geral, o ritmo do crescimento econômico foi muito acelerado no chamado “Milagre Econômico Brasileiro” de 1968 a 1973, entretanto, o crescimento do bolo, que ganhou grandes dimensões, não só não foi posteriormente dividido como, muito pelo contrário, tal política transformou-se em política deliberada de concentração de renda, colocando o Brasil sempre entre os países do mundo com o maior nível de concentração, o resultado foi o crescimento desmesurado da pobreza e da desigualdade social por décadas. A maldade das classes dominantes hiper-



retardatárias fica evidente nas explicações teóricas de seus intelectuais orgânicos. Para Campos (1963, p.116) “em nossa escala de valoração cultural, a preservação dos incentivos para o crescimento do produto deve ter prioridade sobre medidas destinadas à sua redistribuição. ” A primeira pergunta que deveríamos fazer é: escala de valoração de quem, cara pálida? Na reflexão de Campos, distribuir renda deprimiria o investimento e comprometeria o crescimento econômico. Além da clara influência da teoria da população de Malthus, no mais, as reflexões de Campos sobre desenvolvimento econômico vão se apoiar nas ideias do economista conservador W.W. Rostow, que via etapas de desenvolvimento econômico sempre dentro do modo de produção capitalista, que deveria se transmutar de uma sociedade arcaica para uma arrancada que a levaria para uma hipotética sociedade moderna de alto consumo. Mais tarde, já nos anos 1980, Campos incorporará em suas ideias conservadoras as teses neoliberais que ainda estavam em voga na Inglaterra de Margareth Thatcher.

Poderíamos nos alongar com a apresentação da totalidade do pensamento econômico conservador, especificamente na elaboração de Campos, o que deixamos para outra ocasião. Para os propósitos de discutir a questão da contrarrevolução, cremos elucidativo expor apenas mais um aspecto, refiro-me especificamente à questão da “institucionalização política”. Neste quesito, Campos tangenciará o tema da luta de classes e da instabilidade política, por exemplo. As teses de Campos neste quesito demonstram um inequívoco caráter conservador ou autoritário. De fato, é constante em suas obras, especialmente a partir da década de sessenta, a afirmação de que “certa dose de autoritarismo se faz necessária” no período que chama de modernização da economia. No fundo, sua visão autocrática que procuraremos apresentar adiante, presta-se para viabilizar as propostas de seu modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil.

As considerações de Campos sobre o assunto estão intimamente relacionadas com o que ele entende por “atos” ou “imperativos” da “Revolução de 64”, que podem ser sintetizados em três momentos distintos. O primeiro refere-se a fase de “incruenta cirurgia econômica”; o segundo refere-se à “transição ordeira do comendo”; e finalmente o terceiro refere-se à “institucionalização política do ideário pela constitucionalização”.

Refletindo dentro do universo Rostowiano (Rostow, 1971), Campos (1977, p.29) inicia afirmando que “o mais importante fator de descontinuidade do processo de desenvolvimento e a principal causa do colapso, após a arrancada, é a instabilidade política. (...) A modernização traz



instabilidade, mas o processo de modernização deflagra a instabilidade. Os regimes políticos primitivos e não diferenciados, de tipo hierárquico e autoritário, tendem a ser estáveis”.

Quanto à modernização política, desta vez no universo teórico do sociólogo estadunidense Samuel P. Huntington, Campos (1977, p.30) entende que a modernização política “inclui a racionalidade de autoridade, a diferenciação de funções políticas, e, finalmente, a expansão da participação política. A racionalização da autoridade requer uma certa concentração de poder, antes dispersos entre autoridades tribais, religiosas, familiares ou éticas, de modo a se formar uma autoridade política nacional. Há, entretanto, uma crucial distinção entre grau de participação política e grau de institucionalização política, e uma defasagem entre as duas leva inevitavelmente à instabilidade”.

Campos justifica a necessidade de um governo autoritário na medida em que o chamado grau de institucionalização é menor que o grau de participação política das massas. O agravamento da crise econômica e social no Brasil, no início dos anos 1960 confirmará as teses de Florestan Fernandes (2006), em que se verifica que da brutal tensão social que emerge efetivamente da forma histórica de objetivação do capitalismo no Brasil, verificamos que as formas bonapartistas de regime (intervenção ou golpes militares) se alternam com tentativas de institucionalização de um modelo autocrático-burguês de dominação social. No bojo deste complexo processo político e econômico, Campos evidencia sua clara identificação e inserção política enquanto intelectual orgânico das possibilidades concretas de atuação de nossas classes dominantes.

Segundo Campos, a análise do Golpe de 1964, chamado por ele de “Revolução”, para se conquistar a normalidade democrática,

[...] é necessário além da consolidação do ritmo de desenvolvimento econômico, deve ficar ligada ao processo obtido na satisfação de certas condições: Em primeiro lugar, suficiente popularização da Revolução. Em segundo, ambiente internacional favorável, particularmente em nossa particular área de segurança na América Latina. Em terceiro lugar, uma renovação da classe política (congresso e executivos estaduais), a ser alcançada por qualquer dos três processos: cassação de subversivos e corruptos; b) cooptação horizontal, pela atração de tecnocratas e executivos para a área política, e; c) recrutamento vertical, pela cooptação de políticos jovens,

bafejados pelo apoio militar, ou pela eleição direta de elementos não compromissados com postulados demagógicos e revanchistas. Em quarto lugar, o controle satisfatório de surtos terroristas e extirpação de focos de guerrilhas revolucionárias. (Simonsen; Campos, 1975, p. 230).

Após todos esses “passos”, Campos entende que dever-se-ia buscar a institucionalização política da “revolução” pela eleição de um político comprometido com as ideias de 1964.

2.2. O Golpe de 1964

O início dos anos 1960 foi marcado por uma brutal crise econômica e social. No que tange à crise econômica, é notório que o Governo de João Goulart herdou grandes desequilíbrios das contradições do Plano de Metas de JK, ou do esgotamento cíclico do enorme pacote de investimentos daquele período. Daí a acentuada queda nos investimentos, crescimento da capacidade ociosa, acompanhado da queda das taxas de lucros e queda do ingresso de capitais internacionais. Era a crise estrutural de uma economia centrada fundamentalmente no setor de bens de consumo duráveis para o mercado interno, com capacidade industrial instalada internacionalizada e com necessidades crescentes de remuneração dos capitais internacionais, seja de investimento, seja de empréstimos. Era a manifestação de uma crise na esfera da circulação internacional de capital (Oliveira, 1977).

Todo o processo acelerado da industrialização brasileira fora marcado pela sempre elevada taxa de exploração da força de trabalho urbana. No campo, a taxa de exploração era ainda maior pois a legislação trabalhista não alcançava os trabalhadores rurais que ficavam a mercê da verdadeira guerra social que marca e sempre marcou a processual acumulação primitiva do capital no Brasil.

Naquele contexto, Celso Furtado elaborou o Plano Trienal para tentar dar certa direção à política econômica do governo para os anos 1963-1965, Plano que fora desafortunadamente interrompido pelo Golpe de 1964. Mais tarde Furtado (1974) irá elaborar uma célebre crítica ao desenvolvimentismo capitalista brasileiro em seu *O Mito do desenvolvimento econômico*. A radicalidade da crise econômica e social do início dos anos 1960, engendrada pelas contradições do capitalismo brasileiro, ganhou no início de 1964 um desenlace conservador marcado pelo golpe contrarrevolucionário de 31 de março.



As regras do jogo foram alteradas, mudando-se o movimento da luta de classes no Brasil em favor das classes dominantes. Os sindicatos, que apoiavam o governo deposto, foram marginalizados. A partir daí terá início um duro golpe na classe trabalhadora. Os índices de reajuste salarial passaram ao encargo direto e exclusivo do governo federal, eliminou-se a estabilidade no emprego (usada pelos sindicalistas para evitarem as demissões) e substituíram-na pela opção forçada ao fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS, que a um só tempo dava um golpe na organização dos trabalhadores e conseguia uma nova fonte de poupança.

Logo que assumiu o governo golpista, o General Castelo Branco convocou Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos para assumirem, respectivamente, os Ministérios da Fazenda e o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, de onde emergiu a formulação do PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, que deveria dar as diretrizes gerais para a política econômica de 1964 a 1966. Agora a orientação monetarista ganhava força no governo, já que Roberto Campos já havia transitado para uma elaboração mais próxima ao monetarismo. As novas condições políticas de exclusão da classe trabalhadora da arena política, possibilitava grande margem de manobra para a nova equipe econômica.

Verificou-se, na prática, uma reversão de interpretação, cuja visão predominantemente estruturalista de Celso Furtado, cedia lugar a uma interpretação que ressaltava as “virtudes dos instrumentos monetários de combate à inflação”. No fundo, coube a equipe Campos-Bulhões a tarefa de destruir todos os entraves para o livre fluxo do capital internacional, dos quais a “Lei de Remessa de Lucros”; as tendências anteriores de reformulação estrutural (reformas de base); a luta da classe trabalhadora contra o sistemático arrocho salarial; a luta política contra o imperialismo, e por fim, as restrições ao ingresso de capital internacional devido às tensões políticas, são alguns exemplos. Abria-se assim o terreno para um grande processo de superexploração da força de trabalho que se alimentava de uma política de repressão política associada a uma política salarial de sistemático arrocho salarial, que perdurará por mais de duas décadas.

Na realidade, a inflação que naquele período já possuía como fontes causais complexas inter-relações estruturais, que tinham em suas bases uma acumulação de capital fortemente oligopolizada e internacionalizada em crise. O déficit orçamentário era então, apenas uma manifestação fenomênica de todo o processo. No entanto, a nova equipe econômica conservadora entendia que o problema era o excesso de demanda, ou seja,



estava subentendido que era necessário cortar a demanda, o que na verdade era uma justificativa teórica para o largo arrocho salarial a classe trabalhadora amargaria ao longo de todas as duas décadas de ditadura militar. A nova política salarial previa reajustes somente a cada 12 meses e, em 1965, o direito de greve fora abolido na prática, pois greves só eram permitidas em caso de atraso nos salários.

Cabe ressaltar algumas mudanças nas políticas fiscal e monetária e o rearranjo nas instituições de regulação da economia nacional, onde ganhou relevância a criação do Conselho Monetário Nacional, que inicia suas atividades a partir da segunda metade de 1964 e que atuava basicamente como órgão de previsão e coordenação das contas fiscais e monetárias. Destaca-se ainda a transformação da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, no Banco Central do Brasil, ato que entre outras coisas, buscava o efeito de desvincular a coordenação da política monetária do controle do Banco do Brasil que funcionava também como prestador que o setor público se apoiava e ainda como principal banco comercial.

No bojo da reorganização dos instrumentos de política fiscal de caráter altamente centralizados, o Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Sr. Roberto Campos, detinha plenos poderes e apoio do Presidente Castello Branco e pôde assim propor lei proibindo que os governos estaduais emitissem títulos sem permissão federal, impedindo assim, que os Estados lançassem mão da emissão de papéis para cobrir/rolar seus déficits orçamentários.

Em linha com as orientações apontadas no PAEG, onde o déficit federal era visto como o grande responsável pela espiral inflacionária, Campos e Bulhões lançaram-se ao chamado “saneamento” das empresas estatais, principalmente nas áreas de ferrovias, navegação e exportação de petróleo, que tiveram seus preços elevados (a chamada inflação corretiva).

Outro instrumento de política fiscal e que foi pela fundamental de estabilização foi sem dúvida a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN em 1964, e consigo todo o esquema de indexação da economia. As ORTNs eram títulos reajustados mensalmente segundo a média móvel do índice de preços por atacado e passou a indexar todo o mercado de capitais a partir de 1965, garantindo assim, ao capital, certa proteção do processo inflacionário.

Ao contrário da proteção ao capital, a política salarial perpetró um largo esquema de arrocho salarial. Campos e Bulhões instituíram uma fórmula onde os salários seriam reajustados somente a cada 12 meses. A



base de cálculo do reajuste seria o salário médio real pago nos últimos 24 meses e os trabalhadores teriam uma compensação do aumento de produtividade do ano anterior. Todo o esforço da classe trabalhadora para intervir nas determinações das reposições das perdas salariais e influenciar na elaboração da política salarial era rechaçado pelo governo. Toda as reações da classe trabalhadora contra o arrocho salarial passaram a ser sistematicamente reprimidas pelo governo. Vale lembrar que a partir de 1965 o direito de greve fora abolido. Estavam criadas as bases para o processo de arrocho salarial que iria permear o processo de acumulação de capital no Brasil até arrebentar as greves no final dos anos 1970 e nos anos 1980.

Quanto ao fluxo de capitais, além da alteração profunda na “Lei de Remessa de Lucros”, retirando-se as cláusulas que entendiam como capital internacional apenas os influxos originais e não o montante total do capital aqui acumulado, também houve mudanças no sentido de tornar sem efeito a moratória da dívida do período Goulart. Com isso e com a elaboração de um programa de estabilização aos moldes do que propunha o FMI, o fluxo de capitais e empréstimos foram restabelecidos já em 1965. Estavam estabelecidas as bases do financiamento da acumulação de capital para o futuro próximo.

Segundo Paul Singer (1982), os contornos significativos da política de estabilização adotados por Campos-Bulhões, foram os seguintes:

A política anti-inflacionária praticada entre 1964 e 1967 não se limitou aos salários, embora estes tenham sido essenciais. O déficit orçamentário da União foi limitado, graças à diminuição das inversões públicas numa primeira fase e foi financiado em grande parte ampliando-se a dívida pública. Isso foi possível graças ao lançamento de títulos com reajustamento monetário, recurso para o qual Carvalho Pinto, em 1963, não tinha obtido aprovação do Parlamento. Além disso, melhorou-se consideravelmente o aparelho arrecadador e o sistema tributário, o que permitiu elevar a receita do governo, o que também contribuiu para reduzir o déficit. Finalmente, instituiu-se estrito controle do crédito, limitando-se a expansão dos meios de pagamento, o que teve por efeito reduzir o aumento da demanda efetiva. Usaram-se, enfim, os instrumentos tributários, creditícios e monetários clássicos no sentido de refrear a inflação. (Singer, 1982, p.55).



3. Revolução na contrarrevolução e tarefas dos revolucionários no fim do mundo

3.1. Questões do capitalismo contemporâneo e da transição comunista

Em meados dos anos 70 do século XX, uma nova revolução tecnológica de caráter microeletrônico fará surgir o quarto órgão da máquina, seu órgão de controle, um novo órgão que enfim possibilitará completar-se a Revolução Industrial iniciada em fins do século XVIII (Bacchi, 2008). Assim surgirá um novo capital produtivo que integrado ao capital monopolista dominante forjará o novo capital financeiro, que imprimirá nova dinâmica à reprodução mundial capitalista, possibilitando o trânsito a uma sua nova ordem mundial sob orientação ideológica neoliberal (Lima Filho, 1997). Esta nova ordem caracterizar-se-á pelo impulso homogeneizante do espaço econômico mundial através de políticas econômicas de subordinação aos imperativos do novo capital financeiro, impostas pelas potências centrais capitalistas a todo o orbe mundial. Tal homogeneização implicará a necessária destruição sistemática dos Estados nacionais, a reespecialização das atividades produtivas e a interconexão imediata das aplicações financeiras na compra de ativos estratégicos de toda a espécie e nas dívidas públicas dos Estados nacionais, de forma a drenar sistemática e obrigatoriamente, sob a forma de lucros privados, parcelas significativas de dos orçamentos públicos de todos os países do mundo.

Essa nova força produtiva do capital posta a serviço do novo capital financeiro, ao promover a reorganização mundial do sistema capitalista, o fará por meio da negação de qualquer controle nacional à regência mundial do capital financeiro, consubstanciada em verdadeira guerra contra os interesses nacionais e os controles estatais nacionais sobre o capital e o trabalho assalariado, assim como sobre o espaço geográfico nacional com suas reservas estratégicas de minerais, florestas e água potável, em especial sobre os fantásticos aquíferos da América do Sul e as novas imensas jazidas de petróleo brasileiro e da Guiana, para não falar sobre a já instalada potência petrolífera da Venezuela.

Abre-se, dessa forma, para a maior parte das nações do planeta, uma nova era histórica de luta desesperada pela garantia, conquista ou reconquista da plena soberania nacional, assim como pela transformação da humanidade em força coletiva de luta pela superação da ordem mundial do capital. Adentra a humanidade uma era do fim do mundo, fim de um mundo moldado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.



As nações da América Latina encontram-se, pois, diante de inauditos desafios vitais. Não completaram suas industrializações – e em sua maioria mal avançaram nesse processo –, iniciadas com atraso de dois séculos e já estão diante da falência da estratégia das ditaduras antinacionais dos anos 1960 aos 1980, assim como dos neoliberalismos sociais melhoristas, sob a ameaça permanente de trânsito a ditaduras neoliberais de ultradireita, de inspiração pinochetista. As forças democráticas do melhorismo social neoliberal, na ausência das forças da democracia radical, liquidadas pela onda ditatorial que varreu boa parte desses países, em especial os mais desenvolvidos – Brasil, Argentina, Chile, Uruguai – não tem força para superar os desafios impostos pela ascensão da ultradireita neoliberal antidemocrática com forte incentivo do imperialismo estadunidense (algo semelhante ao que ocorre na Europa com a Polônia, Hungria, Ucrânia e quem sabe, na Bielorrússia), seja pela via democrática – caso do Brasil – ou pela ditatorial, caso da Bolívia em 2019 (neste caso, de modo inédito e surpreendente derrotado o Golpe em 19 deste mês pela força da democracia radical popular). Isso indica que, na região, se entrou em uma era de profundas contradições socioeconômicas, era de revoluções e de contrarrevolução, era de profunda regressão neocolonial posta pelo avanço do novo capitalismo mundial neoliberal assim como pelo ultradireita antidemocrática e regressista (Sampaio Jr., 2017).

Diante da falência das formas de industrialização nacional e de subordinação neocolonial, ditatorial ou democrática, o desenvolvimento histórico desses países se encontra em um impasse. Incapazes de escapar ao desmanche cíclico de seus avanços socioeconômicos ocorridos nos últimos dois séculos, se encontram na encruzilhada entre a regressão neocolonial aberta, como o Brasil, ou a revolução social radical, como a Bolívia e a Venezuela, de caráter democrático e com controle estatal estratégico sobre o capital, posto a funcionar em prol da expansão e aprofundamento da soberania econômica da nação e do incremento do poder popular. A variante neocolonial implica radical desindustrialização, regressão social e aderência neocolonial aos ditames da política imperial norte-americana, ao passo que a variante revolucionária exige reindustrialização sob a égide do novo capital produtivo de base microeletrônica, que agora transita a formas ainda mais complexas e amplas de controle da produção com a tecnologia 5G.

Mais, a guerra do novo capital financeiro pela destruição dos fundamentos socioeconômicos dos Estados nacionais na América Latina,



significa também o descortinar de uma era de guerra a quente, com consequências imprevisíveis, já marcada e em processo de preparação, a envolver os EUA, secundados pelo Brasil e Colômbia contra Venezuela e Guiana. Situação gravíssima, a conspirar contra qualquer intento de emancipação nacional dos países da América Latina, em especial contra a necessária e vital reindustrialização, sem a qual a distância relativa e profundidade produtiva desses países em relação aos mais desenvolvidos se amplia dramaticamente. Ou seja, o nível de subordinação neocolonial se eleva potencialmente a um grau jamais visto no século XX.

Mesmo para o Brasil, recente ex-oitava potência industrial mundial, a situação é seríssima e incerta. Ocorre um ataque sistemático e devastador sobre o meio ambiente e leis trabalhistas, sobre as relações geoestratégicas, assim como sobre o complexo educacional-científico-tecnológico e a cultura nacional, embora não havendo limitações técnicas, científicas ou financeiras caso se procedesse efetivamente à reindustrialização nacional, os impedimentos políticos a esse caminho serão extremos. Vive-se uma situação inédita de regressão aos estágios iniciais da República, no início do séc. XIX. A fome, o desemprego e a miséria alcançaram níveis altíssimos (Observatório, 2021). A única força externa capaz de minimizar os efeitos da regressão em processo seria a conjugação de esforços solidários dos países do BRICS, mas o grau de fragmentação política dos países do Mercosul bloqueia suas possibilidades de ação antiregressista, com auxílio contundente da política externa dos EUA para impedi-la. Recai, pois, sobre as frágeis forças democráticas radicais, seus cientistas e teóricos de modo especial, a tarefa de apontar as vias de saída deste túnel escuro da contrarrevolução em processo, de oferecer à população desorganizada e manipulada, elementos para a compreensão e meios para libertar-se do pesadelo em que vive.

Não é outra coisa o que desejam e fazem muitos no Brasil e alhures, no continente americano, latino ou não, em particular. Entre eles, nós, da ordem dos cavaleiros da emancipação, pretendentes a seguidores dos mestres e perseguidores do rastro da história. A bem da verdade, já no pós-II Guerra surgiam os intelectuais orgânicos despartidizados, donos de crítica própria, que de certa forma se esforçavam por iluminar os caminhos vedados à militância disciplinada no códex oficial. Sartre, Simone de Beauvoir, e tantos mais de vertentes distintas – Althusser, Morin, Marcuse, Gunder Frank, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes etc. - naturalmente passaram a servir de bússolas às birutas tresloucadas da



transformação social sob os fortes ventos da história. Nossa ousadia coletiva foi e permanece sendo enfrentar a necessidade de manter bem alta a lanterna, manter o farol da crítica sempre aceso, com luz fraca ou forte, mas atentos e dispostos a diminuir os custos de nossa marcha sempre incerta.

Para que saibam todos, diferentemente de outros projetos, nossa revolução é comunista, aquela que tem por objetivo superar por completo os fundamentos da ordem capitalista, a mercadoria, a propriedade privada e, por conseguinte, o capital, o Estado, de modo a eliminar a cisão entre a produção e reprodução material e intelectual da sociedade, o que, de modo obrigatório deve transformar a massa da população, dos trabalhadores, em força a um só tempo politicamente regente e expressão direta do poder, contra a intermediação da força externa do Estado herdado da sociedade de classes. O motor vital da revolução comunista é, portanto, a força conjugada e solidária dos trabalhadores a construir sua sociedade com a força e labor voluntário de suas mãos e cabeças. Nada pode ou deve substituir esse complexo de relações sociais. Ele é a medida e expressão da liberdade desejada, da emancipação humana pela qual lutamos. Tudo o mais é passageiro e existe para perecer no trajeto que vai da revolução política vitoriosa e da nova democracia das maiorias, até o fim do Estado e da mercadoria, até o governo do poder direto das maiorias.

Neste exato momento a força dos de baixo se impôs de maneira surpreendente e memorável nas eleições do 19 de outubro de Bolívia e na votação pelo plebiscito no 25 do mesmo mês no Chile. Ambas, a seu modo, impuseram à política burguesa e à contrarrevolução, a força da vitória da democracia radical em pé, derrotando dois golpes de Estado. Um que arrastou, por décadas, no sangue, no pó, na miséria e na injustiça as esperanças do povo chileno e outro, boliviano, que sequer ainda teve tempo de saciar sua sede de liberdade, pois ainda sob o sangue dos seus mortos e das recentes barbaridades costumeiras. É um alerta mais que gritante aos militantes da transformação social, sobre o caminho a seguir pelas revoluções políticas radicais se desejam vingar, ter vida longa neste campo histórico neocolonial.

Contrastando com estas vitórias retumbantes, vive-se o impacto das derrotas extraordinárias. Foi assim que no Brasil ocorreu e transcorre a vitória e o deslanchar de nova fase da contrarrevolução. Da revolução da contrarrevolução iniciada com o desmanche da cúpula do PT e no salto de qualidade ocorrido em 2016 - com a deposição da presidente eleita - que continua a contrarrevolução de 1964, que por sua vez prossegue após 1985,



até mesmo depois de 1988, quando foi aprovada a nova Constituição e teve fim, oficialmente, a ditadura política civil-militar iniciada em 1964 (Lima Filho, 2016). Esta revolução da direita e ultradireita, solidárias, conscientes, contrarrevolução radical, extrema, recrudescida, destinada a completar as tarefas remanescentes de 64. E o povo? O povo elegeu seu algoz à Presidência da República. Vizinho do colapso ideológico das antigas burguesias antinacionais, medrou e se expandiu nessas classes o cafajestismo delinquente, que ascendeu ao poder maior da nação, aliado às velhas e novas direitas, assim como às milícias leigas e religiosas, como um poder bélico, político, econômico e social, criminoso e poderoso, cada vez mais poderoso. Guiado pelos militares, que assim voltaram ao centro do poder e se tornaram novamente árbitros ativos dos rumos da contrarrevolução.

3.2. A necessidade da revolução democrática para uma nova ordem social

Estamos diante de uma gravíssima situação nacional. As esquerdas conservadoras, partícipes do status-quo parlamentar brasileiro, ao não compreenderem ser o próprio capital o agente da demolição nacional em curso, não elegem os trabalhadores como eixo da transformação socioeconômica necessária. Para nós, da democracia radical, ao contrário, é preferível uma derrota eleitoral com os trabalhadores humilhados e miserabilizados pelo desmonte neoliberal colocados como centro vital de sua própria libertação, do que a vitória da esquerda conservadora por obra do abraço conjugal com a burguesia e seu programa, criadora deste pandemônio neocolonial que nos avassala. É preciso abrir caminhos para quebrar o círculo vicioso das derrotas e desmanches sucessivos, fortalecer o polo transformador.

São muitas as variantes de democracia à venda, rolando na praça. A finada Nova República, na fase final, experimentou o duopólio PT x PSDB, cujo neoliberalismo social e econômico pretendeu conviver e guiar com segurança o melhorismo nos marcos da fúria nacional, sob batuta mundial, do novo capital financeiro. As burguesias vetaram essa democracia melhorista, com ajuda substantiva do poder imperial estadunidense. Executam uma verdadeira revolução da contrarrevolução, realizam as premissas inconclusas do golpe de 1964. Puseram no poder a ultradireita, adepta da democracia restritíssima da autocracia sob jugo plutocrático banqueiro.



A experiência de construção de um capitalismo melhorado sob o império do novo capital financeiro faliu. A experiência dos governos petistas assim o demonstrou. Em toda a parte, tanto aqui quanto no Chile, é isso o que nos espera. Em toda a América Latina faliu também similar experiência sob a égide do desenvolvimentismo, entre as décadas de 50 e 70 do século XX. O que fazer, então? Quais as novas dificuldades em nosso caminho e que rota seguir doravante?

Os marxistas brasileiros já haviam descoberto, nos anos 1960, a impossibilidade, em nossa particularidade histórica - assim como na de todas as ex-colônias ibéricas - de realização da democracia capitalista com soberania econômica e política nacional. Nossas burguesias nunca quiseram isso²⁹. Pertencem a um complexo socioeconômico mundial programado para produzir e reproduzir neocolônias, vanguardas, portanto, da barbárie.

Somente a expansão, o salto democrático sob a égide dos interesses das maiorias trabalhadoras na construção de novos poderes institucionais nos levará à estabilidade democrática e à plena soberania, com cidadania plena do trabalho frente ao capital. A isso se chama de *revolução democrática*, cerne da tão novamente falada *revolução brasileira*. Infelizmente, nenhuma das esquerdas conservadoras, da mais à menos civilizada, pensa assim.

Ou seja, ainda estaremos por longo tempo sujeitos aos sucessivos desmanches promovidos pela contrarrevolução permanente de adequação neocolonial, advogada desde sempre por nossas classes proprietárias e seus amos. Sem uma poderosa força da democracia radical, revolucionária, não haverá reconstrução alguma da nação, não quebraremos o encantamento que nos prende à miséria, à dependência neocolonial e à batuta da contrarrevolução³⁰.

²⁹ Em 1964, elas definitivamente se despedem da emancipação da nação. Vide Oliveira (2008, p. 31).

³⁰ O Partido dos Trabalhadores (PT) lançou, em 21 de setembro de 2020, o *Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil* (Partido dos Trabalhadores, 2020), em parceria com a Fundação Perseu Abramo (FPA) e a participação de alguns dos principais atores do campo progressista, sejam movimentos e centrais de trabalhadores como CUT, MST, UGT e Força Sindical ou representantes de partidos como PSOL, PDT, PSB e PCdoB. Nas palavras do ex-presidente Lula (Silva, 2021) "este não é um plano de um partido, é um plano de nação, para as pessoas que não aguentam mais viver do jeito que estão vivendo".



Hoje, nestes instantes, todas as forças da democracia conservadora, do derrotado melhorismo mais civilizado até a antidemocracia no poder se organizam para disputar a divisão do orçamento público nas próximas eleições municipais, todas elas solidárias com a alienação política, social e econômica dos trabalhadores como resultado das unânimes reformas capitalistas promulgadas pelo congresso, por iniciativa do executivo. Todas as forças da democracia conservadora estão unidas em torno de sua nova democracia, advinda dessas reformas exclusivas pró-capital, forma de recriar a inserção neocolonial da nação, ou seja, a destruição desta e sua transformação em espaço de regência exclusiva de classes burguesas neovassalas do novo capital financeiro, forma específica de refeudalização capitalista da reprodução social, de neocolonização do país.

Sua nova democracia pressupõe a expulsão dos trabalhadores da arena socioeconômica e política em prol daquilo que, para todas elas, é pressuposto estratégico em maior ou menor grau, as reformas capitalistas exclusivas dos interesses do capital e a inevitável constrição da democracia ao mínimo necessário para o livre negócio dos blocos políticos da ordem. A liofilização da ultradireita antidemocrática no poder, ora posta em movimento pelos blocos parlamentares políticos maiores do capitalismo, interessa a estes para a absorção da vanguarda da ultradireita e seus amos militares, controlando-a para os fins burgueses comuns, como também para a divisão do orçamento público, embora a ultradireita ainda permaneça sendo fonte vital e dinâmica das reformas nacionais necessárias ao capital e sua arquitetura mundial neoliberal. A grande novidade desta etapa da *revolução da contrarrevolução* em processo é o intento de fagocitação do polo de vanguarda da ultradireita - o governo e os militares -, pelos grandes blocos da direita revolucionária, pelo assim chamado Centrão. Pela primeira vez na história pós-ditatorial, com o fim da Nova República, todos os blocos de sustentação da ditadura se encontram aliados e sob o comando, agora controlado, do executivo emergido dos porões da ditadura e amparado e conduzido pelos regentes daquela, os militares. A Arena e os porões da ditadura guiados por suas forças armadas, desdobram-se, solidários, em sua faina coletiva contrarrevolucionária. Caso os arroubos golpistas do executivo possam ser assim abafados, isso em nada diminuirá o ímpeto reformador da contrarrevolução. O projeto radical neoliberal continua seu processo de destruição da nação. Ajudado pela pandemia enfrentada com evidente teor genocida e, agora, pelas queimadas arrasadoras, ele dá um novo salto de qualidade. Os trabalhadores continuam, desse modo, vítimas do círculo



vicioso das inevitáveis derrotas sucessivas e dos subseqüentes desmanches de suas conquistas em ciclos crônicos de repressão e violência institucional necessários para mantê-los ordeiros e disciplinados em sua avançada miséria e desemprego, em sua acrescida impotência política.

Para além do caráter genocida, ecocida e obscurantista (na versão portuguesa da *intolerância inquisitorial*) da economia política do projeto colonial lusitano, a destruição neocolonial em curso, porém, atropelada pela pandemia, eleva esta sua forma particular a níveis incríveis (Intercept, 2021). Dá-se um salto qualitativo que surpreendentemente nos aproxima da Primeira República, na fronteira do Estado colonial, liderado pelo núcleo ditatorial da extrema direita, remanescente da contrarrevolução de 1964, capitaneado pelas FFAA avassaladas, atrás da qual segue o cortejo eufórico das nossas classes proprietárias, classes médias norte americanizadas e seus políticos, a preparar guerra contratada pelos gringos contra a irmã vizinha Venezuela, comprometidas com a guinada geopolítica de sujeição neocolonial do Brasil (Neto, 2021). Para tal, inéditas manobras ocorreram agora em setembro (2020), na Amazônia, em treinamento de guerra dos “azuis” contra o inimigo “vermelho” (UOL, 2021). Só a revolução democrática abre as portas para a reconstrução nacional e à transição comunista.

A falência do neoliberalismo se escancara na situação chilena. O que ali está na rua gritando, uivando, reiterando seu chamado, no limite de suas forças, é a democracia em pé, dos e para os trabalhadores (Titelman, 2019). Ela é a expressão da real e massiva socialização da política, de reconquista do território nacional parasitado pelo Estado e, em nosso caso, também pelas milícias paraestatais de matriz ideológica laica ou religiosa, que permite alcançarmos as demais etapas econômico-sociais da transição. Foi exatamente o que ocorreu, por exemplo, na Rússia, Cuba ou Venezuela – para citar alguns exemplos –, para além de seus percalços naturais, pois o trânsito à democracia anticolonial e anticapitalista conta com uma teia de impasses, desde os teóricos até o cerco implacável do imperialismo e classes nacionais a ele subalternas, que só o tempo, a força da unidade das maiorias trabalhadoras e a emancipação da teoria das malhas das seitas e partidos herdados do século anterior poderão superar.

A revolução democrática é quem abre as portas para a transição a uma nova ordem social, ela é o primeiro passo radical da negação da democracia estreita em que vivemos, da democracia sentada, bem-comportada, conservadora, do e para o capital. Esta democracia faliu, as maiorias ruelas, marchadoras, insubmissas, sublevadas, descobriram seus



limites e os denunciam ao mundo, sem medo. É o caso exemplar do Chile, em 2020. A democracia melhorista das radicais reformas ultraliberais da contrarrevolução pinochetista faliu em seu intento de domesticar para todo o sempre os trabalhadores miserabilizados, esmagados pela ditadura formal e real do capital. As raízes insurgentes da classe trabalhadora chilena, educada por Recabarren³¹, rebrotaram com força e viço inauditos, surpreendentes, espetaculares³².

A revolução democrática é herdeira, antes de tudo, do bloco de forças da democracia radical, contra a ordem do capital. Quando esta última, por várias razões, não tem ou perdeu expressão política, como é o caso dos EUA, em sua derrota ocorrida em inícios do século vinte, determina um trânsito doloroso dos assalariados pela provação da radical democracia exclusiva do e para o capital, que ali já dura quase um século. É preciso que se diga que socialistas e comunistas nasceram e existem para e com a democracia radical. Abandona-la implica, com sempre implicou, em somar-se ao bloco melhorista, conservador.

No Brasil, perdeu-se na neblina o bloco da democracia radical, perseguido, caçado, assassinado, incinerado e por fim, em consequência disso e também como fruto de suas inconsistências teóricas, pulverizado nas malhas das forças da democracia conservadora, que ocupa todo o espectro da ordem e vai da autodenominada esquerda civilizada até as franjas da antidemocracia no poder.

Os grupos da democracia radical, altamente minoritários, dentro e fora da ordem, através de seus porta-vozes, agora proclamam a consigna ritual da necessidade imperiosa da *revolução socialista* como solução de nossos problemas nacionais e mundiais (Dirceu, 2018, pp. 465-6). Contudo, este apelo é equívoco. Ocorre que o socialismo, na conceituação derivada dos fundamentos do marxismo russo e herdada da II Internacional, após a formalização staliniana da Revolução Bolchevique e, posteriormente, universalizada como verdade incontestada, não passa de uma forma histórica, um nome e um conceito incorreto para um passo incompleto e condenado à não realização da transição ao comunismo. O que, de fato, importa à maioria trabalhadora e à humanidade, é saber superar o capital antes que ele destrua

³¹ Luis Emilio Recabarren, fundador do movimento operário socialista do Chile, dos partidos que o expressam.

³² O bloco chileno da Revolução Democrática está, de fato, negando, subvertendo o sentido original, histórico, desse processo, não expressa a sublevação das ruas.



a vida humana no planeta (Marques, 2020). Ou seja, o fundamental, para elas, assim como para Marx, é o comunismo, a negação do capital pela realização do poder político das maiorias e propriedade direta dos meios de produção pelos trabalhadores. Esse sempre foi o nosso programa, do qual nos esquecemos no século XX (Sève, 1999). Daí a necessidade de compreendermos, agora e sempre, o momento da revolução política, ou seja, da revolução democrática radical, a necessidade de *transitar da democracia neocolonial do capital – limite histórico da democracia burguesa no vasto mundo ex-colonial – à democracia ampliada, anticolonial, popular, anticapitalista, sob controle das maiorias*. É uma maneira de escapar ao lugar comum, com fundamento teórico, do termo *socialismo e seus derivados* erigidos pela II e depois pela III Internacional como suposta primeira etapa da transição comunista, que não nos levaram ou levarão a nenhum lugar, a não ser às inevitáveis derrotas, que obscurecem o essencial, qual seja, o controle das maiorias sobre o capital e toda a reprodução social, derivado da revolução política necessária e urgente (Sève, 2019).

Pois o projeto neoliberal, de transição radical ao controle social o mais pleno do capital sobre a reprodução capitalista, é essencialmente antidemocrático, de negação democrática do trabalho na sua nova democracia. Para superá-lo, só com uma democracia das, e para as maiorias, contra o capital e o capitalismo como sua forma histórica. Esse é o nervo vital da revolução brasileira, uma revolução democrática radical e anticapitalista.

Mas as eventuais forças e personalidades da democracia radical estão fortemente imantadas a seus nichos conservadores. Notemos que mesmo no Chile, caso extremo de democracia em pé, de universal e reiterada ocupação de ruas, praças e bairros, estas forças e personalidades ainda não iniciaram sua transição ao centro trabalhador sublevado, em grande medida devido ao hábito ideológico consagrado, cristalizado no século XX, de apelação seja à democracia em abstrato, seja ao socialismo, figura retórico-política evanescente já incapaz de empolgar as massas, tal como ocorrera até meados do século XX.

É plenamente justificável que nossos irmãos monoteístas apelem aos seus lugares sagrados identitários, sejam os destroços sobranceiros da fortaleza de Davi, ao Vaticano ou a Meca. Mas os vastos campos da emancipação humana, para a democracia radical, para os revolucionários da democracia das maiorias, estão descortinados no legado da transição comunista teorizado por Marx. Nosso projeto é o comunismo como superação do reino



do capital e jamais o muro das lamentações socialistas, teórica e praticamente incapaz de fazer o controle político das majorias comandar a revolução democrática, aquela que inicia a caminhada rumo à superação do capital.

3.3. Revolução e contrarrevolução na contemporaneidade

O fim da URSS e seu posterior desmanche inaugurará uma nova era, era de aceleração dos processos mundiais de transformação social, de revoluções e contrarrevoluções. Os EUA, única e solitária potência mundial remanescente iniciará o dismantelamento sistemático da ordem mundial herdada da II GM. Após a URSS, seguir-se-á a Iugoslávia, seguida do Oriente Médio. Típicas guerras imperialistas, agora a expressar o apetite desse outro e mais poderoso capital produtivo, surgido da revolução microeletrônica (Bacchi, 2008; Lima Filho, 1997), cuja expressão financeira exigirá a criação de uma nova ordem mundial do capital.

Essa nova ordem exigirá a destruição sistemática dos fundamentos da ordem anterior, uma verdadeira revolução capitalista no campo produtivo, mas uma contrarrevolução no plano sociopolítico. Ou seja, o avanço da nova revolução produtiva projetada para o futuro, carrega a regressão nos campos da cultura, leis, política, ideologia, costumes. A expressão ideológico-prática genérica desse processo será o neoliberalismo, a exigir a liquidação dos Estados nacionais e o controle sobre seus territórios e fluxos de capital, colocando-os ao serviço exclusivo do punhado de famílias e multinacionais que passarão a governar o mundo destituído de suas centralidades nacionais anteriores. Essa ideologia transformar-se-á no mantra das burguesias mundiais, em especial das classes proprietárias do mundo neocolonial, aliadas às do centro imperialistas na construção dessa nova ordem. A sua *lebensraum* agora é o mundo todo.

Aliada à regressão sociocultural, ideológica e dos costumes emergirão, ao lado da neodemocracia neoliberal (restringida por força da necessária destruição democrática movida pelo novo capital), formas radicais de antidemocracia (que flertarão com o neofascismo) e novos personagens burgueses a compor a nova camada social, nova categoria ideológica e social de *cafajestes delinquentes*, cujas expressões maiores serão Steve Bannon, Casaleggio, Berlusconi, Trump e Bolsonaro³³. Daí o processo da

³³ Aaron James (2012) os definirá como *assholes*, livremente traduzido como cafajeste. Ver também: Empoli (2020).



revolução na contrarrevolução realizar-se como ação de dois irmãos *xipófagos*, processos simultâneos, solidários e contraditórios, amigos e inimigos (Soros, 2000), concorrentes e aliados, proto-emancipatórios e obscurantistas. Essa desconcertante unidade de contrários constitui sério obstáculo à intelecção do processo e à própria estabilização capitalista.

Duas revoluções se acotovelam, contraditoriamente unidas, na transformação capitalista do capitalismo. A *revolução antidemocrática radical da ultradireita* e a *revolução antidemocrática conservadora do novo capital financeiro*, ambas votando adesão ao neoliberalismo, sob a mesma bandeira teórica. No caso brasileiro, os dois braços da revolução da contrarrevolução. O novo capital financeiro arrasta as já existentes e estabilizadas frações burguesas e capitalistas a ele coligadas sob a égide da fé neocolonial radical. Por sua vez, novas frações burguesas e capitalistas, fora da constelação financeira dominante, cuja ascensão julgam ameaçada pela poderosa coligação hegemônica, se expressam através da ultradireita. Ambos os blocos revolucionários embarcam unidos na aventura golpista de 2016, mas as contradições imanentes a esta soldagem oportunista serão responsáveis pela dissolução do contubérnio, hoje observada. A revolução da ultradireita, para Bannon, exige ser mundializada (Empoli, 2020) a do capital financeiro já é universal. Só falta os comunistas se decidirem a unificar suas forças mundiais e ousarem proclamar ao mundo os anúncios de uma nova era de igualdade, fraternidade e liberdade entre os povos e nações, uma revolução de salvação planetária, dado o colapso da reprodução mundial do capital com a exacerbação neoliberal de sua crise estrutural.

A revolução do capital financeiro quer o desmanche do Estado e da nação, portanto, por advogar o império das razões neoliberais do lucro, dos padrões multinacionais maiores e seu Estado imperial. A revolução neoliberal da ultradireita quer a liquidação do Estado e da nação pelas razões da fé cristã em sua vertente pentecostal mundialmente empenhada em cruzada reevangelizadora, da anticiência, da mentira, do engano e da violência abertas, da plena liberdade para a predação ilimitada da força produtiva, dos povos indígenas e dos recursos naturais sob proteção nacional e mundial. Estão unidas no afã de destruir o Estado e reduzir a democracia, em graus diversos, ao mínimo necessário para sua regência autocrática. Igualmente no ódio ao povo, sua conquista e sua democracia, assim como ao controle estatal sacramentado na Constituição de 1988. As ordens autocráticas (imperial, multinacional, financeira, midiática, militar, eclesiástica e miliciana), por sua vez, disputam entre si o poder e a primazia, pois ao não serem,



nenhuma delas, democráticas, o grau de retrocesso impresso nas suas razões é distinto. Todas solidárias nos desígnios evidentes de destruição estatal, nacional e democrática declaradas, tem forças relativas bem diferenciadas e alto grau de letalidade em sua ação conjunta. Tão mais alto quanto menos conscientes, organizadas e unidas as forças populares. O polvo revolucionário atua conjuntamente e contra si mesmo, em seus vários braços. Soros (2000) reconhece ser o momento histórico “*revolucionário, coisa que não se via desde a dissolução do império soviético*” (Cucolo, 2021). O Departamento de Estado dos EUA, de seu lado, usa o polvo autocrático de todos os modos possíveis, definitivamente é potente força de comando da revolução da contrarrevolução.

O partido militar atua em ambos os campos revolucionários, garante de ambos os retrocessos³⁴. Ambos os campos revolucionários atuam no sentido de impor a exclusividade do controle do capital sobre a reprodução social. Para isso se exige a destruição do Estado (e da nação, portanto) e o descontrole sobre o capital. Mas há contradições insolúveis entre ambas as ordens do descontrole. A revolução neoliberal do capital financeiro tem pauta mundial, tal como a defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, da democracia (por mais que a restrinja), da carta constitucional, i.e., se mantém em marcos civilizatórios mínimos, de uma barbárie civilizada, digamos. Ao passo que a homóloga da ultradireita, dos *capitais bandeirantes* (cuja sanha escravocrata é inconteste) não tem compromissos civilizatórios modernos, digamos, expressa barbárie nua e crua, radical.

Condenados os espaços coloniais à sua posterior condição neocolonial secularmente estável, estes conformarão um tipo particular, inédito, de sociedade do e para o capital, na qual a contrarrevolução constituirá a expressão imanente de sua reprodução histórica. Somente se manterão neocoloniais por meio do exercício permanente da contrarrevolução garantidora desse estatuto de alienação nacional crônica. Daí podermos dizer que estamos em um *espaço particular das revoluções burguesas conservadoras, a evoluir conservando o status de subordinação nacional neocolonial, de capitalismo da miséria*, apêndices neocoloniais das sucessivas potências dos capitais mundialmente dominantes, a começar pelo

³⁴ Vide Opiniões do Coronel aposentado Marcelo Pimentel Jorge de Souza sobre o Partido Militar e sua influência. Vide Teodoro, Plínio “*Bolsonaro foi criado pelo Partido Militar que está no poder, diz coronel crítico à politização*” (TEODORO,2021); Marcelo Pimentel Jorge de Souza “*A palavra convence e o exemplo arrasta*”(SOUZA, 2021).



metropolitano lusíada, por sua vez vassalizado pela Inglaterra desde o século XVII. Por sua vez, como vimos anteriormente, a expressão ideológica central da contrarrevolução mundial passará por vários estágios e, após a Revolução Russa de 1917, consolidar-se-á o anticomunismo até os dias atuais.

No mundo neocolonial sob a égide do novo capital financeiro contemporâneo, a desindustrialização estará no centro do processo neocolonial, aliado a um ainda mais profundo retrocesso sócio histórico, com incremento exponencial da subordinação nacional desses países. Surpreendentemente, na maioria dos países neocoloniais, a burguesia e seus estratos superiores reivindicarão o status revolucionário de seus propósitos dentro do paradigma iluminista – uma impensável desindustrialização revolucionária –, ao passo que as classes não capitalistas abraçarão uma timidez reformista defensiva em tudo conducente ao fracasso das lutas populares e conseqüente desmanche de suas conquistas socioeconômicas alcançadas em décadas de árdua luta. Esse é o caso específico do Brasil, onde o desmanche caminhou e caminha célere e profundo, sem que se ofereça a ele qualquer séria resposta popular contrária.

Para algumas das principais lideranças brasileiras da esquerda democrática conservadora da ordem, a nova teoria da via de saída desse novo fracasso histórico dá uma pirueta dialética e passa agora a ser vista por elas como sendo o que elas denominam de *revolução social* (Dirceu, 2018), em substituição à lógica formal do reformismo até então abraçado, cuja proposta de transformação não escapou da lógica formal, incremental. Em certa medida, neste movimento pendular, repete-se o dilema do fracasso do ciclo de reformas do pré-1964, que tratamos no primeiro item deste artigo, ocasião em que a contrarrevolução engata a sua marcha até hoje não interrompida. Os jovens revolucionários de então – os atuais líderes da esquerda da ordem –, então guiados por velhos revolucionários desiludidos com o fracasso da via incremental, em sua maioria, abraçarão o salto dialético inspirados na Revolução Cubana e, de armas na mão, procederão ao fracassado intento de reversão da ordem ditatorial da contrarrevolução, abraçados a nova ideologia socialista revolucionária.

Em grande medida, o desmanche e liquidação física das forças armadas da democracia radical pela ação repressora das Forças Armadas – desde então braço policial da ditadura, do anticomunismo e do imperialismo – abriu caminho para a predominância liberal na assim chamada abertura democrática, que consegue fazer viger uma certa democracia política



conservadora no corpo do projeto econômico contrarrevolucionário até ontem intocado e agora substantivamente aprofundado.

O grande e maior partido popular da reforma incremental, o PT, em consonância com seu postulado lógico formal, ousou supor reverter por dentro a ordem econômica contrarrevolucionária, sem, contudo, ousar liquidar os fundamentos materiais da ordem do capital, a funcionar para a revolução neoliberal posta em marcha desde 1964. O grande fracasso que se sucederá e no qual o país ainda se encontra imerso, irá desmanchar em poucos anos as décadas de conquistas socioeconômicas da assim chamada transição democrática. De modo que estamos novamente a braços com a tentativa de gestar o processo de um novo salto dialético, versão segunda, comandado pelos mesmos ex-jovens revolucionários da antiga democracia radical, agorinha mesmo desencarnados de sua imediata opção reformista anterior, incremental e democrática conservadora e vestidos de verdes uniformes de campanha. Bom alertarmos ser esta uma realidade brasileira, onde vigoram a um só tempo a contrarrevolução econômica iniciada em 1964 e a revolução capitalista da contrarrevolução de matriz neoliberal radical da ultradireita. O mesmo não ocorre em Cuba, na Venezuela ou Bolívia e em muitos países da América Latina onde ainda sobrevivem as forças da democracia radical.

Mesmo nos EUA, a regressão sociopolítica não conseguiu se impor plenamente, graças à fracassada reeleição de Trump, embora o bloco político do cafajestismo delinquente seja tremendamente expressivo, a prometer uma era plena de sérias incógnitas políticas (Chomsky, 2021). O avanço produtivo da revolução microeletrônica se prepara para abandonar a regressão sociopolítica e abraçar uma versão do *New Deal*, capaz de relançar o capitalismo estadunidense e esmaecer as grandes contradições socioeconômicas impostas pelo neoliberalismo trumpista. Os rápidos zigzagues desta era de transição – e a Bolívia é um caso emblemático, mas não só, vide Equador, Chile ou México – bem evidenciam a aceleração do tempo histórico, a enervação do ritmo das transformações necessárias aos povos em confronto com aquelas exigidas pelos monopólios.

Ocorre estarmos novamente às voltas com a questão vital não resolvida da história das revoluções burguesas no mundo ex-colonial, dos capitalismo da miséria, das sociedades condenadas de nascença a serem eternos campos de caça do capital mundial. Inicialmente das metrópoles ibéricas europeias – Portugal e Espanha – e, depois, sucessivamente de outros países europeus, à medida que o poder econômico e político migrava



de uma potência do capital a outra, até cristalizar-se o incontestado predomínio da ainda insuperada potência norte-americana em vias de ser suplantada pela China. Estamos ainda às voltas com o velho tema da revolução democrática radical, questão desde sempre condenada e para sempre desdenhada e preterida pelas burguesias neocoloniais e seus teóricos (Lima Filho, 1999). Revolução que promova a real independência socioeconômica das nações neocoloniais, que conquiste e mantenha a plena cidadania do trabalho frente ao capital, revolução que será necessariamente anticapitalista. Revoluções a um só tempo *contra os capitalismos da miséria e suas revoluções burguesas conservadoras* - que perpetuam a miséria e a subordinação – assim como *contra o capitalismo histórico em sua forma mais avançada* e sua sede contemporânea predadora de nações, biomas, solo e subsolo, dos trabalhadores miserabilizados e abandonados à sua sorte pela falácia do Estado mínimo para a massa do povo e máximo para a reprodução exclusiva do capital.

Esse duplo caráter anticapitalista confere a ela sua extrema complexidade. A um tempo a transcorrer sob a égide do capital sendo, portanto, uma *revolução nos marcos da transformação burguesa* – pois impossível abolir a relação capital por decreto – porém, em simultâneo, a exigir o *máximo controle possível sobre ela e contra ela*, para que funcione para a massa da população, em especial para os trabalhadores e deserdados da ordem em geral, sendo, pois, uma *revolução proletária e popular, ou seja, uma revolução anti-capital, uma revolução, comunista*, também impossível de ser finalizada por decreto.

Eis o seu segredo. A revolução democrática radical, no mundo neocolonial de matriz ex-colonial, se desenrola sob a dialética dessa dupla bandeira, a um só tempo contraditória e complementar. A depender das forças sociais em disputa em ambos os campos, elas marcham mais céleres ou estancam, avançam ou regridem, vingam ou fracassam. É uma possibilidade presente em todas elas, sem exceção. Da Revolução Russa à Cubana, da Boliviana à Venezuelana. Quando não ousam ir contra o capital, quando permanecem no âmbito de suas determinações e controle por parte das classes proprietárias ou burocracias partidário-estatais revolucionárias, quando se limitam a ousar avançar por via da esgrima incremental, então se autocondenam à morte anunciada e desvelam ao longo das décadas o espetáculo da tragédia dos supremos esforços coletivos do povo, do seu desmanche inglório, sistemático, inevitável.



As revoluções democráticas radicais nos espaços neocoloniais das ex-colônias ou das revoluções burguesas conservadoras europeias possuem, pois, duplo caráter anticapitalista, duas faces indissociáveis, complementares e contraditórias. Um anticapitalismo relativo à sua particularidade, ao caráter das revoluções burguesas conservadoras, às suas iniquidades antiproletárias, antipopulares, antidemocráticas, belicistas, imperialistas e antinacionais - como foi o caso da Itália, Alemanha, Japão, países balcânicos, Polônia e Rússia, assim como de todos, sem exceção, os países ex-coloniais (com exceção de Cuba, Venezuela ou Bolívia contemporaneamente). Um outro anticapitalismo relativo ao máximo controle possível do capital necessário ao encaminhamento da solução dos problemas seculares da maioria trabalhadora, processo sob o controle crescente dela própria, assim como do capitalismo em sua forma história genérica, universal, contemporânea. Dois anticapitalismos, um relativo à revolução burguesa radical e seus objetivos - *máxima reprodução expandida do capital* em prol da conquista da soberania política e econômica da nação, sem mais os entraves imperialistas, i.e., neocoloniais; outro, anticapitalismo vinculado à revolução comunista, à *necessidade de superar o capital*, de emancipar-se dele. Um, voltado à emancipação nacional; outro, à plena emancipação dos trabalhadores.

Sob o império dessa polaridade entre a revolução democrática radical e a revolução comunista, tais revoluções podem oscilar entre realizar-se seja como revolução democrática radical incompleta ou como comunista incompleta, salvo todas as demais possibilidades de interação dialética entre essas incompletudes. O diapasão dessas interações espalha-se em vasto espectro histórico, indo de Estados socialistas tais como o da Romênia de Ceucescu à Rússia de Brejnev e Gorbachov, da China a Moçambique e Angola, da Coreia do Norte ao Vietnam.

Daí podermos afirmar ser a tal *sociedade socialista* proclamada pela teoria oficial marxista-leninista como sentido das revoluções políticas proletárias nada mais nada menos que uma especial *forma híbrida de sociedade do capital* ajustada a seus múltiplos e contraditórios objetivos, ou seja, das classes e camadas que os representam, a oscilar entre a necessária permanência do capital e a necessidade de superá-lo, entre a emancipação nacional e a emancipação plena do trabalhador³⁵.

³⁵ Engels, em 1853, previra a inevitabilidade da ocorrência de revoluções prematuras e suas possíveis trágicas consequências. Para enfrentar tal situação, havia que resolver teoricamente essa questão, coisa que não ocorreu e que tanto afligiu e ainda



Assim sendo, há dois modos de escapar às revoluções burguesas conservadoras para conquistar a plena emancipação nacional: a revolução democrática radical anticapitalista e a sua antítese antidemocrática radical, ou contrarrevolução capitalista. O primeiro, liderado pelos partidos populares anticapitalistas, em geral sob forte influência socialista e

aflige os revolucionários dos séculos XX e XXI. "É muito bom que desta vez o nosso partido aja em condições completamente diferentes. Todas aquelas bobagens socialistas que em 1848 ainda tinham que ser defendidas contra os democratas puros e republicanos do sul da Alemanha, as idéias absurdas de Louis Blanc, etc., além disso, mesmo aquelas coisas que fomos forçados a propor a fim de encontrar pontos de referência para nossos pontos de vista na situação confusa da Alemanha - tudo isso agora será defendido por nossos adversários - Srs. Ruge, Heinzen, Kinkel e outros. As pré-condições para a revolução proletária, medidas que nos preparam e abrem caminho - como uma única república indivisível, etc. - são coisas que tínhamos então de defender contra pessoas que em virtude de sua vocação natural normal, deveriam tê-los realizado, ou pelo menos exigido - tudo isso já está reconhecido, esses senhores aprenderam tudo isso. Desta vez, poderemos começar desde o Manifesto *, graças em particular também ao processo de Colônia, no qual o comunismo alemão (especialmente na pessoa de Roser) foi aprovado no exame de admissão. Tudo isso, é claro, se aplica apenas à teoria; na prática, como sempre, teremos de nos limitar a exigir, antes de mais nada, medidas decisivas e absoluta implacabilidade. E é aí que reside o problema. Parece-me que uma bela manhã nosso partido, devido ao desamparo e letargia de todos os outros partidos, terá que tomar o poder para finalmente realizar tais coisas que não atendem diretamente aos nossos interesses, mas aos interesses do general revolucionário e especificamente pequeno-burguês; Neste caso, sob a pressão das massas proletárias, vinculadas às suas, em certa medida falsamente interpretadas e apresentadas na eclosão da luta partidária, declarações e planos impressos, seremos obrigados a realizar experiências comunistas e fazer saltos, que nós próprios sabemos muito bem como são inoportunos. Ao fazer isso, vamos perder cabeças - esperançosamente apenas no sentido físico - haverá uma reação e antes que o mundo seja capaz de dar uma avaliação histórica de tais eventos, seremos considerados não apenas monstros, dos quais não daríamos a mínima, mas também tolos, o que é muito pior ... *É difícil imaginar outra perspectiva. Num país tão atrasado como a Alemanha, no qual existe um partido avançado e que é arrastado para uma revolução avançada junto com um país tão avançado como a França, no primeiro conflito sério, assim que um perigo real ameaçar, será a vez de esse partido avançado agir, e isso seria, de qualquer modo, prematuro.* No entanto, tudo isso não é importante, e o melhor que se pode fazer é preparar com antecedência em nossa literatura partidária uma justificativa histórica para o nosso partido, caso isso realmente aconteça. No entanto, nosso desempenho no palco histórico em geral agora será muito mais impressionante do que da última vez" (Engels, 1965, pp. 485-493, grifos nossos).



comunista, inventou a tal revolução socialista. O segundo modo, em geral liderado por partidos pró-capitalismo, inventou o fascismo, o nazismo e correlatos. Assim é que as chamadas revoluções socialistas não passam de serem revoluções democráticas radicais duplamente anticapitalistas, porém incapazes conceberem e, conseqüentemente, de superarem a relação capital, embora perfeitamente capazes de alcançar a emancipação nacional, e formas próximas da plena cidadania social, ideológica, política do trabalhador nessa sociedade do capital. Entretanto, há forças da conservação muito poderosas nessa transição, *de fato uma transição comunista*. As revoluções democráticas radicais duplamente anticapitalistas do século XX e contemporâneas, não passam de ser formas de sociedades do capital em transito à emancipação econômica dos trabalhadores – em geral apropriam-se dessas revoluções, e ao assim fazê-lo bloqueiam e desmancham a possibilidade histórica de realização da emancipação econômica dos trabalhadores, em geral estrangendo o grau de emancipação destes nas demais esferas - social, política e ideológica. Ao assim operarem, essas forças conservadoras, de fato, mesmo sem o quererem, estão consolidando e expandindo nessas revoluções a força social do capital, pavimentando, objetivamente, a regressão capitalista desses países. As três principais forças de conservação, na experiência histórica dessas revoluções, tem sido (além das classes proprietárias) o imperialismo, o(s) partido(s) e o Estado da revolução sob o controle deste(s), a(s) igreja(s), em geral sustentáculos do regime pré-revolucionário.

Torna-se evidente que o conceito de revolução socialista, de fato, mascara o processo transitivo, ao lançar sobre ele certa luz imutável, divina, da supostamente consagrada teoria socialista, i.e., do infalível pressuposto teórico garantidor do infalível compromisso emancipatório. Na realidade, a sociedade socialista não passa de ser uma *fase transitiva da revolução democrática radical no sentido da emancipação econômica dos trabalhadores*, cujo diapasão é de *larguíssimo espectro*, indo desde ditaduras altamente repressivas, anti-emancipação dos trabalhadores e economias incapazes de escapar à sina da subordinação, até democracias populares com alto desempenho no processo da emancipação.

3.4. Notas contemporâneas: estado de sítio ou a estratégia do cupim

Vivemos um estado de sítio, semelhante àquele vigente desde 1961, após o ultimato militar contra a posse de Jango. Das lideranças maiores daquele então, somente Brizola entendeu o sentido do golpe adiado. Hoje



não me parece que a situação seja mais bem compreendida, ao contrário, digamos, muito menos hoje, dada a falência teórica grassante nas hostes democráticas.

Brizola convoca o povo e congrega apoios institucionais, comando local do exército em primeiro lugar. A *cadeia da legalidade* transforma o veto militar em acordo mediado pelo congresso – instaurado o parlamentarismo – e, este, desfeito logo mais pelo plebiscito sobre forma de governo, que conferiu vitória esmagadora ao sistema presidencialista (Bandeira, 1983). Porém, o estado de sítio, sendo forma estrutural da conjuntura, do golpe adiado, não se desfaz. Um ato de ousadia inesperado, desfechado pelo general Mourão (esses Mourões...) fez demolir o castelo de cartas que sustentava o governo.

A máquina do golpe, metodicamente construída pelo Departamento de Estado dos EUA, generais e empresários brasileiros e seus aliados monopolistas, banqueiros e fazendeiros, a velha pequena burguesia neocolonial e seus modernos rebrotes, rapidamente dominou a cena *após* o desfecho do golpe. Suas vertebranças foram, então, conquistando as instituições sob as asas do novo poder contrarrevolucionário.

Desta vez, a revoada ao centro do poder executivo é o primeiro ato do pontificado de Jambol, seguida do cerco e conquista de posições vitais nos demais poderes, conformando a estratégia do cupim, revoada e ocupação do território, construção do murundu³⁶.

A rainha da revoada invasora é Jambol. Sabemos, contudo, que o coletivo de térmitas pode decidir substituí-lo assim que lhe convenha. As térmitas são nossas forças armadas.

Não há para as térmitas outra estratégia que não seja a de criar, o quanto antes, o seu itacuru, de tal forma a dominar todo o espaço, todas as reentrâncias. O sentido da revoada é a dominação do espaço conquistado, a construção do itapecuim, a deglutição de matéria viva ou morta, sobre a qual pousou.

Assim, o bloco jambólico vai criando sua teia de poder nas instituições, suas posições estratégicas conquistadas. O Executivo avança sobre a polícia e judiciário, sobre a educação e a cultura, sobre os meios de desinformação, sobre o congresso e as forças armadas. Conquista maioria no congresso, o Centrão passa a apoiá-lo.

³⁶ Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU (LIS, 2020).



Basicamente, o Centrão representa as forças de apoio da última ditadura, finada em 1985. Estará com o governo, com ele ou sem ele, haja o que houver, desde que lhe interesse, fisiológico que é.

Rachado, no Congresso emerge outro bloco de direita, direita democrática. Amplia-se, assim, o bloco democrático, agora em leque, da esquerda à direita, cuja postura é defensiva. Direita e esquerda, contrários à ultradireita política, em versões neoliberais diferentes.

Síntese: de sucuris e cupins. À espera do tamanduá.

O golpe já foi dado e passou por várias etapas. Tudo o que virá depois serão seus desdobramentos. A estratégia de cerco e assédio permanente começa com o desmonte do PT. A partir daí, em movimentos sucessivos, a constrição da sucuri irá esmagando a presa. A revoada do cupim é o ato de tomada do poder político. Daí em diante a rainha e as térmites passarão a ocupar e corroer o Estado e destruir a nação.

Referências

- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ARANTES, P. E. **O Novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BACCHI, S. **La Crisis final del capitalismo**. El hombre y la máquina. Santiago: Ernesto Carmona Editor, 2008.
- BANDEIRA, M. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, 6ª edição.
- BUKHARIN, N. **A Economia mundial e o imperialismo**. São Paulo, Abril Cultural, 1988.
- CAMPOS, F. A. **A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAMPOS, F. A. Imperialismo e Internacionalização dos Mercados Latino-Americanos nos Anos 1950, **Economia Ensaios**, v. 30, p. 7-34, 2015.
- CAMPOS, F. A. Imperialismo, formação econômica russa e Revolução de 1917, **Revista Novos Rumos**, v. 56, p. 1, 2019.



- CAMPOS, F. A. **Introdução à formação econômica do Brasil**: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília--SP: Lutas Anticapital, 2020.
- CAMPOS, F. A. "Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira" In: CAMPOS, F. A.; MACEDO, F. C.; VIEIRA, C. A. C.; MARIUTTI, E. B.; MIRANDA, H.; FIX, M. A. B. **Imperialismo, subdesenvolvimento e território**: dimensões teóricas, históricas e empíricas (Orgs.) Curitiba: CRV; Campinas-SP: IE/Unicamp, 2021.
- CAMPOS, R. **Ensaio de história econômica e sociológica**. Rio de Janeiro: APEC, 1963.
- CAMPOS, R. "Arrancada e Colapso". In: SIMONSEN, R.; CAMPOS, R. **A Nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- CHOMSKY, N. "Protests Unleashed by Murder of George Floyd Exceed All in US History - Interview", **Truthout**, May 7, 2021.
- CUCOLO, E. "Em livro, Soros defende sociedade aberta contra autocratas e redes sociais". **Folha de São Paulo**, 17/07/2021.
- DIRCEU, J. **Memórias**. São Paulo: Geração Editorial, v.1, 2018.
- DOBB, M. **A Evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.
- DREIFUSS, R. 1964: **A Conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, R. **A Internacional capitalista**: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- EMPOLI, G. **Os Engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020
- ENGELS, F. "Carta 42 - Engels - Weidemeyer, 12 DE abril de 1853, Manchester, 12 de abril de 1853" In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Completas**. 2.ed. Moscou, 1965.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Global, 2006.
- FLORENZANO, M. **As Revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- FURTADO, C. **A Pré-Revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.



- GENNARI, A. M. **A Lógica da subordinação, aspectos do conservantismo brasileiro**: As ideias de Roberto de Oliveira Campos. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- GENNARI, A. M. **Réquiem ao capitalismo nacional**: Lei de Remessas de Lucros no Governo Goulart. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- GRANDIN, G. **The Last colonial massacre**: Latin America in the Cold War. Chicago: University of Chicago Press. 2004.
- GRANDIN, G. **Empire's Workshop**: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism. Macmillan. 2007.
- HAMILTON, A. **Papers on public credit, commerce and finance**. Columbia University Press, 1934.
- HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- HILL, C. **A Revolução inglesa de 1640**. 2.ed. Porto: Presença, 1981.
- HILL, C. **O Mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- HILTON, R. (Org.) **A Transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBSBAWM, E. J. **A Era das revoluções**: Europa 1789-1848. 7.ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1977.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, O. **A Ideia de Brasil moderno**. 2. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- INTERCEPT**. Militares pedem mais dinheiro para defesa em novo plano que ameaça paz na América do Sul <https://theintercept.com/2020/07/31/militares-plano-defesa-ameaca-paz-america-sul/>. 31 jul. 2020.
- JAMES, A. **Assholes**: a theory. New York: Doubleday, 2012.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LENIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.
- LIMA FILHO, P. A. A Emergência do novo capital In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.) **Desafios da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- LIMA FILHO, P. A. **Os Cavaleiros da tétrica neblina**. Capitalismo e soberania no mundo ex-colonial: caso do Brasil. São Paulo, mimeo., cap.1, 1999.



- LIMA FILHO, P. A. "O Desmonte da nação ou a revolução da contrarrevolução". **IELA**, <https://iela.ufsc.br/noticia/o-desmonte-da-nacao-ou-revolucao-da-contrarrevolucao> acesso em 30/03/2016.
- LIMA FILHO, P. A. **Pensando com Marx I**. Marília: Lutas anticapital; São Paulo: Aramarani, 2018.
- LIS, L. "Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU". **G1**, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>. 17 jul. 2020.
- LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, G. **A Destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Abril Cultural, 1985.
- MAYER, A. **Dinâmica da contrarrevolução na Europa, 1870-1956**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MARCUSE, H. **O Homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.
- MARCUSE, H. "Prólogo" In: MARX, K. **Os 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARCUSE, H. **Contrarrevolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARQUES, L. "O Colapso socioambiental não é um evento, é o processo em curso", **Revista Rosa**, n.1, 2020.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores), 1999.
- MARX, K. **As Lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. "A Guerra civil na França (1871)" In: MARX, K. **A Revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, v.2, 2008.



- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; DANIELSON, N. F.; ENGELS, F. **Correspondência 1868-1895**. México: Siglo XXI Editores, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MENEGAT, M. **A Crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MILLS, C. W. **A Elite do poder**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- NETO, M. D. "O amparo militar a Bolsonaro". **A Terra é redonda**, <https://aterraeredonda.com.br/o-amparo-militar-a-bolsonaro> acesso 24/08/2021.
- NETTO, J. P. "Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista". In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR**. "Realidade cruel, desemprego e fome atingem o Brasil", <https://observatorio3setor.org.br/noticias/realidade-cruel-desemprego-e-fome-atingem-o-brasil/> acesso em 23/08/2021.
- OLIVEIRA, F. **Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. M. **História do Pensamento Econômico**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plano de reconstrução e transformação do Brasil**: outro mundo é preciso outro Brasil é necessário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.
- PEREIRA, J. M. M. **O Banco mundial como ator político, intelectual e financeiro** (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PERICÁS, L. B. (Org.) **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- POLESE, P. **Machismo, racismo, capitalismo identitário**: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade. São Paulo: Hedra, 2020.
- PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.



- PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.
- PRADO Jr., C. **A Revolução brasileira**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RODRIGUES, L. M. "Sindicalismo e Classe Operária 1930-1964" In: GOMES, A. M. C. (Org.) **O Brasil republicano: sociedade e política**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (História Geral de Civilização Brasileira; t.3, v.3), v.10, 1996.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. "Os Impasses da formação nacional", In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. (Org.) **Os Clássicos da revolução brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. **Crônica de uma crise anunciada**. Crítica da economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.
- SÈVE, L. **Commencer par les fins: la nouvelle question communiste**. Paris: La Dispute, 1999.
- SÈVE, L. "**Le communisme?**" Première partie. Paris: La Dispute, v.4, ch.2, 2019.
- SILVA, L. I. O que pretende o PT com o Plano Nacional de Reconstrução e transformação do Brasil. São Paulo: **Brasil de Fato**. <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/21/o-que-pretende-o-pt-com-o-plano-nacional-de-reconstrucao-e-transformacao-do-brasil> acesso 24/08/2021.
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. O. **A Nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- SINGER, P. **A Crise do Milagre**, interpretação crítica da economia brasileira. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOBOUL, A. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Difel, 1974.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à Revolução Brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



- SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SODRÉ, N. W. **Brasil**: radiografia de um modelo. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SODRÉ, N. W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- SOROS, G. **Open society**. Reforming global capitalism reconsidered. New York: Little, Brown, 2000.
- SOUZA, M.P.J. "A palavra convence e o exemplo arrasta". **Revista Interesse Nacional**, <http://interessenacional.com.br/2021/06/21/a-palavra-convence-e-o-exemplo-arrasta/>. 2021.
- TEODORO, P. "Bolsonaro foi criado pelo "Partido Militar", que está no poder, diz coronel crítico à politização". **Fórum**, <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/bolsonaro-foi-criado-pelo-partido-militar-que-esta-no-poder-diz-coronel-critico-a-politizacao/>. 08 jun. 2021.
- TITELMAN, N. "A nova esquerda chilena", **Nueva Sociedad**, n. 2019, dezembro 2019.
- UOL**. "Exército simulou guerra entre países da Amazônia e gastou R\$ 6 mi", <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/10/14/exercito-simulacao-guerra-amazonia-venezuela-jornal.htm>>. acesso 24/08/2021.
- VIEIRA, C. A. C.; CAMPOS, F. A. "Imperialismo e questão nacional em Nelson Werneck Sodré" In: CAMPOS, F. A.; MACEDO, F. C.; VIEIRA, C. A. C.; MARIUTTI, E. B.; MIRANDA, H.; FIX, M. A. B. **Imperialismo, subdesenvolvimento e território**: dimensões teóricas, históricas e empíricas (Orgs.) Curitiba: CRV, 2021.
- WALLERSTEIN, I. **O Sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, v.1, 1974.

Recebido em 15 ago. 2021 | aceite em 25 ago. 2021.



Artigos



A formação do espaço capitalista

Marcelo Micke Doti¹

Sinclair Mallet Guy Guerra²

Resumo

O artigo faz um retrospecto pelas várias maneiras de ocupação do espaço e sua formação, sua construção antes de chegar ao espaço capitalista e sua específica construção, sua fenomenologia por estruturas econômicas próprias e bastante diversas. Com isso, além de se verificar um percurso histórico, o artigo também verifica este no qual vivemos, sua percepção, seus gerenciamentos dos afetos: é desta maneira que surge, por exemplo, o conceito de fetichismo do espaço como poderosa maneira de gerenciar percepções e suas conceituações sobre a sociedade e o espaço ocupado. O artigo demonstra o espaço como força produtiva e necessidade de sua antropogênese: processo que não significa "humanização" do espaço, mas construção por meio de relações de produção e estruturas de classe. Mostra ainda como as estruturas do capital o produzem constituindo uma força produtiva peculiar de desenvolvimento mais lento; porém, com os desdobramentos industriais o espaço é finalmente subsumido pelo capital.

Palavras-chaves: Capital; formação histórica; fetichismo do espaço.

¹ Professor e pesquisador em regime integral (RJI) do CPS (CEETEPS) do Estado de São Paulo na Faculdade de Tecnologia (Fatec/Campus Mococa) e psicanalista (em formação). O campo intelectual de meus estudos configura-se especialmente nas interfaces entre filosofia da tecnologia, sociedade e formas atuais de sujeição. Isso envolve e articula de maneira muito especial a filosofia, a crítica social e a psicanálise com suas potencialidades de intervenção nesta crítica não sendo apenas, mas também, um campo clínico. Dentro desta perspectiva dá-se, então, estudos relacionados com as TICs e suas modalidades, suas configurações sobre os indivíduos dentro de uma sociedade de controle e de modulação das subjetividades, afetando-as tanto em seu fazer psíquico como também em seus atos educacionais fortemente imbricados. Isto é altamente relevante quando se fala em mundo digital e educação, sobretudo a depender qual o conceito de educação está em evidência: educação como formação e engajamento de sujeitos em complexidades da realidade histórica e social a lhe permear a existência.

Formado em Ciências Econômicas (Unesp/FCLAr), mestrado em Filosofia Política (Unicamp/IFCH), mestrado em Sociologia (Unesp/FCLAr), doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos (Unicamp/FEM) e pós-doutorado em Pesquisas Energéticas (UFABC/CECS). | marcelo.micke@uol.com.br

² Doutor em Economia da Energia pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. Docente do Programa de Pós Graduação em Economia política Mundial da UFABC.



Resumen

El artículo revisa las diversas formas de ocupación del espacio y su formación, su construcción antes de llegar al espacio capitalista y su construcción específica, su fenomenología a través de estructuras económicas propias y muy diversas. Así, además de verificar un camino histórico, el artículo también verifica este en el que vivimos, su percepción, su gestión de los afectos: así surge, por ejemplo, el concepto de fetichismo espacial como una forma poderosa de gestionar las percepciones y los afectos. sus conceptualizaciones sobre la sociedad y el espacio ocupado. El artículo demuestra el espacio como fuerza productiva y necesidad de su antropogénesis: un proceso que no significa “humanización” del espacio, sino construcción a través de relaciones de producción y estructuras de clase. También muestra cómo las estructuras del capital lo producen, constituyendo una peculiar fuerza productiva de desarrollo más lento; sin embargo, con los desarrollos industriales, el espacio finalmente es subsumido por el capital.

Palabras clave: Capital; formación histórica; fetichismo espacial.

Abstract

The article reviews the various ways of occupying space and its formation, its construction before reaching the capitalist space and its specific construction, its phenomenology through its own and very diverse economic structures. Thus, in addition to verifying a historical path, the article also verifies this one in which we live, its perception, its management of affects: this is how, for example, the concept of space fetishism emerges as a powerful way to manage perceptions and their conceptualizations about society and occupied space. The article demonstrates space as a productive force and a need for its anthropogenesis: a process that does not mean “humanization” of space, but construction through production relations and class structures. It also shows how the structures of capital produce it by constituting a peculiar productive force of slower development; however, with industrial developments, space is finally subsumed by capital.

Keywords: Capital; historical formation; space fetishism.

Introdução

Falar do espaço como base material do valor em qualquer modo de produção, precisa começar pelo fim. Ver-se-á brevemente como todo modo de produção interage e produz intercâmbio com o espaço. O referido fim, no entanto, é o entendimento do espaço mercantil e “mercantilizável” – significa dizer, sempre pronto a se transformar ou se objetivar em mercadoria, a *fenomenologia do capital* – do capitalismo atual. Faremos uma pequena história do espaço do capital como retorno analítico do processo. Forma de vislumbrar com tintas fortes uma tela mista e paradoxal de deslumbramento, beleza, horror e medo.



As notícias que corriam naquele dia [após o furacão Katrina em setembro de 2005] dentro do abrigo diziam que Richard Baker, um proeminente congressista republicano da cidade [Nova Orleans], havia declarado a um grupo de lobistas que “Nós finalmente fizemos a limpeza dos prédios públicos de Nova Orleans. Nós não podíamos fazer isso, mas Deus fez.” Joseph Canizaro, um dos mais ricos empreendedores de Nova Orleans, tinha acabado de expressar um sentimento parecido: “Acho que nós temos um terreno limpo para começar de novo. E com esse terreno limpo, temos algumas oportunidades muito grandes”. Durante toda aquela semana, a Assembléia Estadual da Louisiana, em Baton Rouge, havia ficado cheia de lobistas das corporações preocupados em abocanhar aquelas grandes oportunidades: impostos menores, pouca regulamentação, trabalhadores mais baratos e uma “cidade menor, mais segura” – o que, na prática, significava planos para derrubar os projetos públicos de construção de moradias, substituindo-os por condomínios. Ouvindo aquela conversa sobre “novos começos” e “terrenos limpos” era quase impossível esquecer o vapor tóxico produzido por entulho, fluidos químicos e dejetos humanos a poucas milhas dali, ao longo da estrada (KLEIN, 2008, p. 13).

As considerações sobre espaço feitas neste artigo possuem um ponto de vista teórico e histórico. Sistemáticas no sentido de considerar o espaço como base da produção e ao mesmo tempo objetivação do valor e das formas sociais de existência. Mas é engano imaginar que o “terreno limpo” seja apenas espaço, fria realidade da existência do *H. sapiens*. Do ponto de vista produtivo, da realização de novos valores, com destaque e ênfase dentro do capitalismo, “terreno limpo” é tão simplesmente o espaço de produção e valorização, comercialização e centralização de novas riquezas. A sociedade, no entanto, é formada de classes e, para o “empreendedor”, o “terreno limpo” é mais um espaço produtivo. Para a linha teórica deste artigo é o terreno expurgado de pessoas, seres humanos até então existentes. Mesmo que o fundo sistêmico seja entender a produção de valor, o espaço organizado para este e, desta forma, antropomorfizado, nunca verá a realidade brutal e social de classes e suas formas de limpeza. Sim, poderíamos resumir dizendo: há um *fetice do espaço*, não vemos a luta de classes, as espoliações, segregações e violências instauradoras do que se vê.



Esse fetiche transforma-se em um “vício do espaço geográfico”: fixa-se no imaginário “uma realidade” fragmentada, sem totalidade e sem processos históricos.

Um modo de produção como forma pela qual se define em grandes linhas a produção de valores através da troca orgânica da sociedade com a natureza só pode, em sua própria essência, produzir determinadas interações espaciais. Para ser mais preciso: o espaço é organizado de tal forma que através de sua análise pode-se entender a produção do valor e as características mais gerais do nível econômico do referido modo de produção em suas diversas formações sociais.

Qualquer formação social em modos de produção distintos vai organizar um espaço econômico de produção. Este espaço antropogênico tem sua base no espaço natural. O espaço geográfico é o resultado dessa interação ou articulação da sociedade com a natureza por meio dos instrumentos tecnológicos que elevam a capacidade produtiva do trabalho humano. Cada instrumento e cada técnica desenvolvida dentro de determinada sociedade tem como função dado nível de interação e controle da natureza. A partir disso forma-se um espaço não mais natural, mas sim antropogênico, transformado e produzido pela sociedade em função de suas necessidades e suas capacidades; também de suas relações e divisão de classes e determinado nível das forças produtivas do momento.

Entretanto esse espaço não é homogêneo: já evidenciado anteriormente pela referência ao *fetiche* e as lutas de classes. Não é espaço pertencente a todos e controlado em função da produção de valores para a sociedade. Em todos os modos de produção expressos em luta de classes em seus mais diversos níveis (internamente a uma sociedade ou entre formações sociais diferentes e espaços também diferentes) o espaço revela essa desigualdade. Sua transformação e a produção de uma materialidade civilizacional determinam-se pela estrutura de classes. A estrutura política e econômica da exploração e dominação de classes revela-se pelas formas do espaço: a distribuição das habitações, o tamanho delas, os meios de transporte, a distribuição dos recursos públicos, a localização das infraestruturas de bem-estar social etc. Por este motivo diz-se que o espaço não é homogêneo e referente à estrutura classista da sociedade. Porém sendo o espaço visível, sensível aos olhos e paixões, pode ser mostrado e



exposto à exaustão em meio de comunicação: está formado assim um sórdido elemento cultural, ideológico e *fetichista*³.

A sua forma de análise também não é homogênea. Pelo contrário, extremamente complexa a construção do espaço social e, portanto, a análise não pode ser simples. Exige elevado grau de observação da sociedade e de suas múltiplas articulações. A totalidade social como horizonte metodológico marxista inclui a observação do espaço como momento de objetivação do trabalho social e é uma maneira de perceber a parte material, física da totalidade. Nos exemplos anteriores é possível ver a heterogeneidade dos espaços: o espaço público contra as formas e tamanho das habitações. Também é possível distinguir o espaço da realização da produção e do trabalho imediatamente realizado enquanto força física e o espaço do descanso. Mas sempre é possível perceber que ele está construído em torno das formas e características do modo de produção e sua divisão em classes⁴.

³ Percebam um insidioso elemento disso como exemplo: novelas ou teledramaturgia. Ao mostrar que se passa em uma cidade como São Paulo e para mostrar a passagem do tempo, mostram-se cenas com pontos turísticos da cidade, elementos belos e distantes. A “força da grana que ergue e destrói coisas belas” só fica com a grana das coisas belas. Pode-se, sim, construir ideologia apenas com imagens e usar o próprio espaço para isso. Com um “detalhe” brutal: pessoas vivem e morrem por um naco deste espaço, vivem e morrem vidas sem sentido sob viadutos, o Pe. Júlio Lancelotti precisa quebrar blocos para que as pessoas possam dormir sob “um teto”. Este exemplo é apenas para ilustrar quantas narrativas e elementos do discurso ideológico se constrói sobre algo aparentemente tão simples: o espaço geográfico.

⁴ Supomos que uma das maneiras de conduzir análises que coloquem a teoria do valor-trabalho como fundamental para entender a sociedade atual está nesta interação entre sociedade e espaço, ou sociedade e natureza na construção de um espaço antropogênico. A teoria do valor-trabalho é um dos pilares da construção marxista. Através dos avanços profundos da tecnologia e da ciência foi possível a teóricos como Habermas colocar ênfase nesta como as forças produtivas atuais eliminando erroneamente o trabalho direto como força produtiva. A construção sistêmica que compreenda o ser humano como parte da natureza e sua função específica nesta, seus desdobramentos evolutivos e os desenvolvimentos sociais possibilitados pela sua forma natural conduzindo-se até a transformação do espaço como atributo dessas suas capacidades e produzindo valores como objetivação do seu trabalho por meio da interação com natureza são os elos, mediações, determinações e articulações necessárias para uma construção teórica do marxismo. Resgatar-se-ia, assim, seu papel extremamente atual como síntese teórica de compreensão de um mundo complexo e necessitado de uma transformação urgente.



Com o capitalismo não é diferente. Pelo contrário, nenhum modo de produção produziu tantas e tão amplas modificações e transformações do espaço como este. Modo de produção este com sua estrutura típica de classes e de produção do valor assim como de seu acúmulo, centralização e concentração transformou e produziu um espaço típico às suas finalidades. Esta construção do espaço é, no entanto, histórica. Não surge como num passe de mágicas. Da mesma forma que o capitalismo vai se afirmando como modo de produção, consolidando-se, seu espaço próprio para produção de valores e acumulação da riqueza é também um produto histórico.

A intenção é mostrar, neste trabalho, alguns momentos dessa formação espacial. Mais precisamente como a organização⁵ do mesmo atende a requisitos de dominação econômica e política no sentido de produção e reprodução econômicas bem como acumulação de centralização capital. Logo o sentido do texto é sugerir não uma precisa historiografia, mas as formas principais da organização desse espaço e a sua apropriação de classe.

Espaço medieval e suas limitações

Conhecida a velha asserção de inexistência de comércio medieval. Inexata asserção, por sinal. Na verdade, tem-se um comércio extremamente limitado há alguns núcleos urbanos, trocas comerciais continentais em torno desses núcleos além de um comércio marítimo através do entorno europeu: Mediterrâneo, tanto oriental como ocidental, costa atlântica, mar do Norte e Báltico. Sem esquecer o comércio por entre os largos espaços asiáticos: Península Arábica, costa do Levante e além. As Cruzadas, como sabido, constitui um elemento comercial e, para historiadores do mundo islâmico, a primeira expressão do imperialismo europeu. Em hipótese alguma este significado está errado.

⁵ O conceito de *organização* segue aqui o de David Harvey em *O Novo Imperialismo* (2005) quando ele aborda a *organização espaço-temporal*. O conceito envolve tanto o sentido de organizar o espaço em torno da acumulação quanto o de fixar (*fix*) no espaço as estruturas necessárias para a produção. O intento de aproximar nossa abordagem com o conceito de organização tal como sugerido por Harvey tem motivação que remonta ao conceito de materialidade desenvolvido em nosso doutorado.



Além da asserção imprecisa sobre inexistência de comércio medieval e as limitações da produção, portanto, outro problema ao se abordar o medievo consiste em ser um período enorme. Abordar largos períodos como esse é buscar uma generalização grande – do ponto de vista da escrita da história, a historiografia, sempre teremos imprecisão – e com isso tentar a aproximação de um conceito vasto. Sempre o perigo da armadilha do conceito: colocar uma “armadura” sobre a realidade, sobre o concreto, fixando-o de modo definitivo e, poder-se-ia dizer, “engessando-o”. Esta armadilha só pode ser evitada através do processo dialético de constante aproximação da realidade sintetizando uma parte expressiva desse método analítico.

Pode-se sim dizer um comércio debilitado durante um período muito grande de consolidação de alguns espaços jurídicos (reinos) que poderiam favorecer o comércio por meio de alguma segurança material. Também este era expressão de algum tipo de produção local como os cereais, madeiras, peles, peixe do norte no intercâmbio com produtos como azeite, azeitona, vinhos do Mediterrâneo além das sedas e outras especiarias (estes últimos não mais dependentes das condições locais de produção, mas adquiridos no Oriente) por meio de comerciantes do sul como os venezianos. Posteriormente entram em cena os florentinos e genoveses. No entanto, somente na baixa Idade Média, ou seja, a partir do século XI o comércio e mesmo a produção intensificam-se. Há, então, uma precisão no tempo ao invés de um largo período medieval. Do século XI em diante pode-se falar inclusive de certo revolucionar de técnicas e produção: seria a “revolução industrial da Idade Média” (GIMPEL, 1977) com conseqüente aproveitamento diferenciado de fontes de energia (uso mais intenso, por exemplo, dos moinhos hidráulicos).

No caso da alta Idade Média existia um espaço pouco desenvolvido de forma integrada visto o excedente econômico pequeno para circular extra feudo. Isso vai se refletir em um dos aspectos das forças produtivas que, em um processo circular, reflete-se sobre a própria produção (movimento dialético das determinações). Em outros termos: o baixo desenvolvimento dos meios de transporte, circulação e comunicação. Sabe-se da função importante do espaço nacional para a formação do capital e de uma burguesia comerciante: o espaço e a força que viriam a existir com eles.

As formações da Europa feudal também não conhecem o fato nacional. O excedente de origem interna é aqui relativamente importante, mas quase não circula fora do



feudo, pelo menos durante toda a alta Idade Média. Contudo, a partir do século XIII e principalmente XVI [comércio das cidades italianas e depois do Atlântico], na Europa Atlântica (Inglaterra, França, Espanha e Portugal) o comércio a longa distância aumenta o volume de excedente ao adicionar-lhe transferências de origem externa. A renda em gêneros cede lugar à renda em dinheiro; esta alimenta uma produção mercantil simples (artesanal) próspera que se insere neste comércio. As monarquias absolutas dos quatro países citados centralizam uma parte cada vez maior do excedente, asseguram a circulação apoiando-se nos comerciantes da época mercantilista e unem numa nação as terras dos seus reinos (AMIN, 1973, p. 23).

Estes aspectos da centralização do poder político e econômico faz parte do desenvolvimento de transição para a consolidação final do capitalismo como modo de produção hegemônico no mundo e organizador dos espaços mundiais para a sua reprodução. Esta organização do espaço nacional como sustentáculo para a expansão comercial será referida posteriormente.

Interessa-nos ainda o fato da fragmentação feudal. E nisto Samir Amim nos dá mais uma indicação para entender esse espaço de produção econômica. Enquanto assim permanecesse, fragmentado, desarticulado, desconectado, impossivelmente gerador de excedentes comerciáveis⁶ só poderia deixar a cristandade latina como civilização periférica no mundo (ver nota 6 à frente):

⁶ É fundamental entender que o espaço não é uma figura conceitual. Trata-se de entender como ele é a base material da produção de riqueza. É o entendimento que a matéria transformada pelo trabalho social se transforma em valor e o aumento da produtividade desse trabalho pode proporcionar excedentes comerciáveis. Tudo isso se faz em íntima articulação de espaço, forças produtivas, matéria e trabalho. No caso do feudalismo, o baixo nível de desenvolvimento tecnológico aliado a transportes deficientes tornava o espaço não conectado, articulado: não seria possível aumentar a produtividade do trabalho, dos excedentes e nem mesmo comercializá-los uma vez que os transportes – um dos aspectos das forças produtivas – eram totalmente ineficientes. Neste sentido é que se fala em articulação, fazendo conexão conceitual com o *intercâmbio (verkehr)* de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1986), p. 28.



Devido à Europa bárbara ser atrasada com respeito às regiões de civilização antiga, não chega a se estabelecer aí um modo de produção tributário acabado; é, pois sob a forma embrionária e inacabada deste que se constitui o feudalismo. A ausência de um poder central [existente em todo modo tributário] forte que centralize o excedente dá aos senhores feudais locais um poder mais direto sobre os camponeses (AMIN, 1973, p. 26).

Esta característica particular da formação europeia proporciona um espaço fragmentado e atrasado. A consolidação do espaço em uma integração dinâmica e produtiva, com excedentes sendo produzidos e comercializados, assim como a extração dos excedentes de outros espaços pelo globo e seu acúmulo na Europa levaria ainda alguns séculos. Esta dor do parto constituiria o “milagre europeu” (JONES, 1981). Porém dor sentida intensamente – na carne, nas almas e em toda a extensão da vida, desde o nível individual, coletivo até o social – por camponeses e populações nativas de todos os continentes.

Para o intuito a que se obriga este artigo – o de precisar momentos para esclarecer a formação e organização de um espaço do capital e para o capital – conclui-se pela limitação do espaço medieval para produção, mesmo existindo um acúmulo de capital financeiro ocorrido neste período final da Idade Média e fundamental para etapas futuras do desenvolvimento socioeconômico. As linhas de comércio eram especialmente litorâneas e abarcavam pequenos pontos da costa. Não transformavam o interior dos espaços jurídicos de reinos e Estados em processo de formação. Evidente que uma asserção desse tipo é conceitual: uma concepção ou imaginário de espaço é formada em nosso intelecto (o concreto pensado de Marx) através de um processo histórico. Vislumbra-se o espaço físico limitado desse processo de comércio – intensificado em relação à degradação da alta Idade Média – quando se tem em vista o espaço extremamente desenvolvido do capital no qual todos os pontos do planeta praticamente estão submetidos à sua lógica própria: produção reprodução, acumulação e centralização das riquezas. Trata-se de usar novamente as idéias de Marx na qual é a fisiologia e anatomia humanas que permitem descobrir a do macaco.

Precisamente neste sentido indica-se a limitação do espaço construído, produzido ou organizado da Idade Média em seu estágio final. Um espaço pouco organizado para valorar o valor. Espaço que tangencia



alguns núcleos sociais. Não aprofunda uma organização do espaço no sentido da *intensidade espacial*, quer dizer, uma “internalização” da produção (ARRIGHI, 2013), ou submissão física e total do espaço na produção de riqueza. Pouco do mesmo é tocado e um materialidade pouco intensa produzida. A antropogênese do espaço em sua forma capitalista só estava esboçando o que se tornaria.

Comércio, transição e os “mares nunca de antes navegados”⁷

Momento crucial e decisivo na história do desenvolvimento capitalista e da civilização européia. O acúmulo de capital através do comércio já ocorria nos estágios finais do feudalismo em decomposição. Mas somente através do comércio de longo curso estabelecido pelas navegações e do processo de colonização que o espaço europeu cresceria. Em outros termos, os espaços controlados pela atividade econômica e expansionista européias. Na conceituação de Pierre Chaunu⁸ seria a expansão da cristandade latina, até então simples civilização, simples formação social entre outras muito à frente desta em termos tecnológicos e de riquezas. As navegações e todos os eventos relacionados a ela não são certamente o processo iniciador do capitalismo. No entanto através de seu desenvolvimento ter-se-á uma acumulação e concentração de riquezas muito maiores, sobrepujamento da civilização cristã latina sobre as demais. Mai importante, porém, do que a questão das riquezas e a acumulação para os objetivos deste artigo: a demarcação de um espaço capitalista mais mundializado, integrado e construído para as suas finalidades objetivas de reprodução e expansão do capital. A formação de um espaço mundializado de reprodução econômica e todas as suas conseqüências seriam estabelecidas a partir deste momento. Desnecessário dizer que neste processo de formação de uma civilização global coincidindo com o desdobrar ou espriair do capitalismo pelo mundo temos também um processo de controle imperial europeu de espaços. Formação de espaços de exploração incorporados à civilização em ascensão.

⁷ Camões. *Os Lusíadas*. Canto I, 1.

⁸ Ver Chaunu, *Expansão Europeia: do Século XIII ao XV* (1978), mapa entre as pp. 38-9. Neste é possível verificar que no sentido de formação e expansão dos espaços de centralização de poder e de riquezas a cristandade latina é totalmente insignificante neste momento histórico.



Por meio das navegações e do processo de colonização, portanto, haverá um contínuo desenvolvimento de estruturação dos espaços novos conhecidos, dominados e controlados pelo comércio europeu em ascensão. Este espaço estruturado para esta finalidade constituirá uma das mais fantásticas fontes de acúmulo de riquezas em moldes bem diferentes dos espaços construídos por outros tipos de império e de ação imperialista. O capitalismo é modo de produção distinto e os espaços não são apenas fontes tributáveis: são fatores determinantes no processo produtivo da riqueza, de expansão, controle e poder.

Nos sistemas sociais antigos a raiz econômica do expansionismo era a cobrança de tributos: na verdade, a apropriação do excedente disponível ou obtível de sociedades militarmente fracas. De modo geral os "imperialismos" antigos deixavam intacta a base econômica dos territórios conquistados ou dominados. A pilhagem, a pirataria, a captura de escravos e o estabelecimento de colônias eram aspectos conhecidos e típicos das atividades dos antigos construtores de impérios (MAGDOFF, 1978, p. 8).

O processo inicial de expansão do capitalismo não difere muito do mesmo. No entanto, como será abordado, isso vai mudar com o processo de colonização das Américas e depois com o desenvolvimento do processo de industrialização.

Ao invés de um espaço *passivo* e de extração dos tributos torna-se um espaço *ativo*. Nestes espaços os braços, pernas, sangue, carne, músculos e almas irão verter-se sobre eles, irão molhar os solos para deixar prontas e acabadas as riquezas e os produtos ambicionados pelos comerciantes e elites, camadas sociais privilegiadas a consumir e deliciar-se com os frutos extraídos, roubados, saqueados. Na linguagem técnica do processo valorizador e da teoria econômica falaremos apenas de transformação da matéria por meio do trabalho humano. Sim, é a antropogênese de um novo espaço e a construção da materialidade de uma civilização que nasce para o capital. No entanto, tal linguagem – ainda que técnica – é muito pobre para expressar toda a miséria e violência cometida no nascimento dessa civilização do capital.

No entanto o processo colonizador viria em etapa posterior. Inicialmente o que o espraiamento do capitalismo em ascensão vai produzindo é o *espaço de fluxo* importante em qualquer processo



econômico, modo de produção ou formação socioeconômica. Trata-se do espaço pelo qual as riquezas podem fluir. Neste caso as rotas comerciais estabelecidas. Aqui o significativo papel dos genoveses no financiamento do empreendimento espanhol e português. O espaço constitui-se, então, como uma força produtiva em construção e dependendo da extensão deles uma força produtiva que pode levar séculos para seu desenvolvimento mais potencializado⁹.

O mais significativo é o estabelecimento de um espaço de fluxos comerciais com o oriente através de processo, ou seja, continuidade desenvolvida em cada momento histórico, aos poucos. É sobre esse movimento “molecular” ou “atomístico” dos atos históricos que a consciência teórica deve tentar construir o conceito. Tem-se neste momento a continuidade das tentativas portuguesas, por exemplo, de estabelecer rotas comerciais através do périplo africano desde a tomada de Ceuta em 1415 até a chegada final de Vasco da Gama no oriente indiano em 1498. A importância do processo é que um espaço é estabelecido no sentido de serem rotas que permitirão o transporte de mercadorias e o acúmulo de riquezas por parte dos comerciantes. O capitalismo nascente, desvinculando-se dos grilhões feudais, vai estabelecendo seu próprio espaço de produção de riqueza. Como todo modo de produção necessita inevitavelmente de espaços geográficos e antropogênicos para a reprodução social por meio da produção de valores e a manutenção dos ajustes classistas, ou seja, relações de classe, o capitalismo também vai moldando, produzindo o seu. Os constantes e contínuos processos sociais em toda a sua extensão histórica (homens e mulheres fazendo a história cotidianamente) levam-nos a entender o conceito como produção mental. Neste caso é a compreensão de um espaço que revela o desdobramento do

⁹ Os espaços de expansão europeia começam a se constituir com as Cruzadas (MAALOUF, 1989) como o primeiro momento do imperialismo europeu. Logo, o primeiro momento constitutivo da acumulação e centralização de riquezas que levaria ao capitalismo. No entanto, a plenitude deste espaço como “estrada” dos fluxos de riqueza apenas na Revolução Industrial. Posteriormente teremos os imperialismos e, na contemporaneidade, os espaços cibernéticos e seus fluxos de capital especulativo. Isto é um brevíssimo relato histórico, sumário ao extremo, de como a construção de espaços pode levar séculos, mas como as raízes estão plantadas no tempo da longa duração. Inclusive o tempo encurtando ao máximo o espaço (HARVEY, 2013; BUCCI, 2021).



capitalismo e sua superior forma de produzir riquezas subordinando classes e espaços, mesmo neste momento ainda com espaços restritos formados.

Posteriormente aparece o colonialismo como um novo tipo de espaço. As Américas tornando-se o “espaço-berço” do novo colonialismo surgem para a história durante o processo de expansão europeia, mas somente com o colonialismo efetivo, a ocupação de espaços e a produção econômica de valores realizados nestas terras é que este momento histórico se conclui e novo espaço é produzido: espaço intenso de produção por meio de trabalho escravo em todas as gamas étnicas, especialmente do grande comércio do riquíssimo tráfico negreiro.

Existe aqui uma profunda ligação do processo colonial com o desabrochar das manufaturas na Europa. Neste caso a história da colonização passa a ser a história da construção do espaço constantemente ampliado e integrado na reprodução capitalista européia, agora senhora civilizadora do mundo e rumo ao salto industrial posterior. Estes espaços ampliados e integrados podem ser vistos nas Américas como fronteiras de conquista, como fronteiras de produção econômica de valor e extração do mesmo por classes possuidoras de terras e detentoras do monopólio comercial. As trocas comerciais desiguais estabelecem relações de produção internacionais enriquecendo as manufaturas – especialmente inglesas – e todas as classes coloniais relacionadas a este comércio. São ao mesmo tempo os comerciantes, como referido, mas também os proprietários de minas e de terras a espoliar o trabalhador, no caso brasileiro quase sempre o negro cativo.

O espaço se desdobra na forma de novas terras a serem exploradas e sua população espalhando a ordem econômica nova com destruição das já existentes nestes territórios: o novo civilizatório é barbárie. Mas ocorre também a intensificação dos fluxos de mercadorias: produtos coloniais invadindo a Europa assim como escravos comercializados para as terras americanas. Os espaços em seu processo de construção pelo modo de produção, não são apenas realidade em sua existência física e imóvel, mas também a interligação entre eles, a integração, o intercâmbio. Os transportes ganham evidente destaque neste ponto.

Pode-se verificar uma questão conceitual e teórica fundamental. Qualquer modo de produção e as formas mais diversas de sociedade interagem com o espaço, a matéria, na produção de uma materialidade: é um princípio básico ordenador de uma civilização e seu processo civilizatório. Os valores como síntese e objetivação do trabalho humano são



aqui representados. Trata-se do processo de antropogênese do espaço. No caso do capitalismo em suas primeiras fases de desdobramento como uma longa transição acumulativa e centralizadora de riquezas percebe-se a extensão cada vez maior dos espaços por onde o mesmo se estende. O *espraiamento* passa a ser um conceito e não figura de linguagem, imagética: é o processo pelo qual o modo de produção vai integrando espaços mais distantes e maiores nos quais a riqueza é produzida e pelos quais ela flui.

Duas considerações são ainda indispensáveis. Em primeiro lugar, mesmo com este potencial enorme de espraiamento e integração, o capitalismo está longe de ainda controlar espaços mundiais gigantes. Muitos dos espaços controlados e postos a produzir riquezas são ainda como que pontos sobre a superfície terrestre. Na ótica geopolítica dos colonizadores, no entanto, esses pontos aparecem como necessidades maiores. Podem não produzir riquezas efetivas, mas devem ser conquistados e controlados. É o caso da expansão geográfica brasileira, por exemplo. Por fim nunca deve ser esquecido que espaços maiores significam populações maiores e a potencialidade produtiva também estendida, expansão da produção e, em determinadas condições, aqueles que consumirão os produtos.

Neste sentido deve ser feita uma referência fundamental à formação dos Estados Nacionais como centro organizador do poder, mas também da economia, da produção e da uniformidade do comércio. Assim:

Andreas Ryff, um mercador barbudo e vestido em couro [na Alemanha em fins de 1550], está voltando para a sua casa em Baden; numa carta que escreve à esposa conta que visitou trinta feiras e que é perturbado por abrasões provocadas pela sela. Porém perturba-se mais ainda com os prejuízos daqueles tempos; durante a viagem é parado a mais ou menos cada dezesseis quilômetros, com a finalidade de pagar pedágio; entre Basle e Colônia paga trinta e um tributos.

E isso não é tudo. Cada comunidade que visita tem seu próprio dinheiro, suas normas e regulamentos, suas próprias leis e organização. Só na região ao redor de Baden há 112 medidas de comprimento diferentes, 92 medidas quadradas diferentes, 65 medidas diferentes para secos, 163 medidas diferentes para cereais, 123 medidas diferentes para líquidos, 63 medidas especiais para bebidas e 80 tipos de pesos diferentes denominados libras (HEILBRONER, 1996, p. 25).



No ambiente que viria a ser chamado de Alemanha em finais do século XIX isso era um problema intensificado pela enorme desorganização política e territorial. Este ponto é essencial: a organização no sentido de conduzir à centralização não é apenas a ordem política e administrativa sendo objetivada. Objetivação – ou seja, transformação em realidade concreta daquilo que são projetos políticos, ideologias organizadas, de determinadas classes e elites – significa neste caso a formação do território, espaço pelo qual se espria o poder político, mas também o econômico no sentido da produção, tributação, comércio etc.

Por este motivo que Heilbroner ao perscrutar os motivos que levam ao surgimento de um pensamento econômico autônomo em relação à filosofia, seu desenvolvimento como ciência separada das outras não coloca só a força do mercado, mas outros fatores também tais como as “unidades políticas da Europa”:

Sob as explosões de lutas camponesas e conquistas da realeza, a existência de um feudalismo precoce abriu caminho para as monarquias centralizadas. E com as monarquias deu-se o crescimento do espírito nacional; sucessivamente, isso significou proteção real para indústrias favorecidas, tais como os grandes trabalhos de tapeçaria francesa, o desenvolvimento de armadas e de exércitos, com todas as suas indústrias satélites. A infinidade de regras e regulamentos que atormentavam Andreas Ryff e seus companheiros mercadores durante o século dezesseis abriu caminho para leis nacionais, medidas comuns e moedas circulantes mais ou menos padronizadas (id., p. 36).

Sem contar ainda que durante este processo de centralização em todos os sentidos de formação de espaços nacionais consistentes e coerentes (centralização política, administrativa, legal, econômica etc.; homogeneização do espaço) ocorre o surgimento das grandes companhias de comércio de longo curso proporcionando a acumulação de capital por meio da espoliação extremamente acentuada do espaço asiático, sobretudo. Mostra-nos um aspecto importante de todo o processo: estes desenvolvimentos históricos ocorrem em função de determinadas classes mercantis e elites políticas. Assim, o espaço formado é a objetivação de uma ideologia, porém fortemente articulada, ou seja, é um *projeto político*.

A formação dos Estados Nacionais centralizados estaria na base de uma série muito grande de processos históricos como fator determinante



para o arranque definitivo do capitalismo e sua organização do espaço mundial de maneira integral e irreversível. O pensamento político moderno está surgindo neste momento e as bases para o pensamento econômico também. Refletindo na forma de uma totalidade determinada como orientadora do nosso raciocínio – ou *totalidade estruturada* como diria Althusser – não seria nenhum atrevimento dizer estar neste momento em latência uma das questões mais controvertidas para entender as lógicas políticas e econômicas da expansão capitalista: as lógicas territoriais de poder e econômicas, na conceituação de Harvey. Mas este assunto conduz a um estudo mais abrangente impossível neste momento.

A extensão espacial no sentido acima referido acaba por produzir massas enormes de consumidores e trabalhadores e a acelerada urbanização requer, no entanto, um novo passo histórico e mudanças fundamentais na construção do espaço pelo capitalismo.

A “internalização” da riqueza: a indústria¹⁰

Não é nem de longe a intenção deste artigo explorar as origens e desenvolvimentos socioeconômicos que desembocaram no processo de industrialização das nações hoje consideradas hegemônicas e nem mesmo na primeira que o fez, a Inglaterra. Sendo o objeto a construção do espaço pelo capitalismo, o processo de industrialização – força produtiva não necessariamente capitalista, mas associada ao mesmo após mais de 200 anos de desenvolvimento do capital associado à indústria – é sem dúvida

¹⁰ É bom que se afirme desde já que não consta dos interesses deste artigo a exploração das causas ou o debate sobre o significado do processo de industrialização conhecido universalmente como *Revolução Industrial*. A intenção é simplesmente apresentar as conseqüências e potencialidades espaciais dela. Trata-se da relação adiante apresentada entre os processos históricos e socioeconômicos de acumulação de capital e as necessidades dessa acumulação; as potencialidades e possibilidades tecno-produtivas que o espaço oferece ao ser transformado e antropomorfizado pelas relações sociais de produção e, por isso, o espaço como força produtiva. Sinteticamente, para o momento, os desdobramentos espaciais da industrialização é o fundamento deste item. Para um debate sobre o conceito de *Revolução Industrial*, a posição de diversos autores sobre ela assim como os desdobramentos causais é aconselhável a leitura do livro de Nino Salamone, *Causas Sociais da Revolução Industrial* (1980) que apresenta uma visão sintética, porém bastante instigante desse processo histórico.



aquele marcante de profunda ruptura e produz o que se poderia chamar de espaço moderno do capital. Talvez – e não cabe aqui entrar em polêmica e nem mesmo fazer um esboço, mesmo fundamental, de periodização – seja o momento histórico separador entre o “velho” e o “novo” e todo o desdobramento histórico posterior em termos de espaço e integração mundial sejam apenas continuidades deste. Fundamental a expressão de Arrighi neste ponto de “internalização” da acumulação. Esta expressão será guia para os primeiros esboços deste desdobramento.

Ao fazer isto já se está, neste artigo, colocando uma mudança, transformação ou mais precisamente uma *ruptura* fundamental. Significa dizer que a acumulação capitalista anterior se fizera, sobretudo a partir do comércio e espoliação colonial. Em termos de construção do espaço para o desenvolvimento do capitalismo, formação do espaço capitalista de acumulação, eram os *espaços de fluxo* como vimos chamando e o ordenamento territorial das colônias já em uma segunda etapa comercial. Neste caso transformações profundas no espaço ocorreram, mas não ainda na magnitude que estava por aparecer.

Durante o processo de transição para o capitalismo com o declínio feudal e o comércio e espoliação coloniais como mola propulsora da acumulação, poucos espaços foram amplamente construídos como o que iria fazer o intenso processo de industrialização. Naqueles estágios anteriores no longo processo de acumulação ter-se-ia um desenvolvimento progressivo e constante no sentido de formar ou produzir espaços aptos para aquela. Espaços que correspondiam ao processo econômico, por um lado, e pelas técnicas e tecnologias possíveis para a época. Fato a nunca ser esquecido: a produção do espaço, a objetividade que se põe *contra* – no sentido de obstáculo – a sociedade jamais é formado a partir dos desejos e necessidades puras e simples dessa. As forças produtivas do momento são elementos determinantes e centrais neste processo. Assim, mesmo com um desejo social, ou seja, de uma classe social e de elites políticas sedentas de poder, de infinita acumulação de riquezas, esta não se pode fazer infinitamente. O espaço se põe *contra*, ou *contra* na medida das outras forças produtivas do momento: só são colocadas as tarefas que se podem resolver dado o patamar das forças produtivas do momento. Neste ponto a história se põe como processo lento e cabendo ao intelectual a pura paciência do conceito para lhe entender o cerne. É profundamente empolgante, excitante e sedutor em longas linhas mestras formar um conceito e dar por entendido um processo. Mas o conceito só surge através



do longo conhecimento dos processos e conexões de cada momento histórico¹¹. No caso mencionado do desdobrar das navegações e colonização agora o espaço construído era o necessário e possível¹² para este momento da acumulação: rotas comerciais – em conexão com a cartografia e seu desenvolvimento como ciência fundamental – entrepostos comerciais, domínio de principados asiáticos, aprisionamento de escravos em franjas do litoral africano bem como o ouro, caravanas comerciais e, em maior escala do espaço, a formação dos Estados Nacionais e do processo de colonização das Américas, o espraiamento da produção e do capital pelos mesmos.

A industrialização a partir de fins do século XVIII iria provocar, por um lado, uma nova etapa de acumulação de capital sem precedentes na história e iria construir um espaço correspondente para essa: agora existem tecnologias passíveis de responder aos dilemas históricos da acumulação. E dentro dos parâmetros mencionados anteriormente, ou seja, dentro das possibilidades que as forças produtivas impunham e das necessidades de acumulação. Conveniente dizer que as necessidades econômicas de

¹¹ Não se tem a intenção prolongar essa digressão e descaminho do texto, porém necessária. No entanto, a formação conceitual é justamente o processo pelo qual o sujeito do conhecimento debruça-se sobre a realidade e tenta lhe retirar as “entranhas”, fazê-la falar, “torturá-la” para expressar em termos de concreto pensado aquilo que é real. A realidade é infinita e manhosa enquanto o pensamento é limitado – é a tese de todo materialismo como nos diz Lukács. Por isso não adianta a “tortura”: o conceito só é alcançado pela paciente progressão intelectual do sujeito do conhecimento. A forma mais audaciosa de conceito e talvez suprema seja o processo de *periodização*, ou seja, dividir o tempo histórico. É lhe pôr ordem, ordenar o tempo. Entender como a sociedade está ordenada em seu fazer cotidiano por forças que não percebe, que não entende e não vê. O intelectual tem esta função, de elaborar o conceito. Mas pode também cair em sua armadilha: chega-se demasiadamente rápido à conclusão. O espaço como realidade física é também princípio metodológico: a compreensão dos processos temporais juntamente com suas correspondentes manifestações no espaço podem nos garantir maior precisão conceitual. No caso abordado trata-se do desenvolvimento do capitalismo como o tempo de ascensão e acumulação, mas também na medida das possibilidades permitidas pelo espaço. Assim ocorre um lento desdobrar da acumulação e da construção do espaço possível em função das determinações das forças produtivas. Esta nota metodológica é fundamental para o entendimento do artigo ora apresentado.

¹² A dialética entre o necessário e o possível, ou seja, as necessidades e as possibilidades são exemplarmente desenvolvidas por Engels em *Anti-Dühring* (1979).



acumulação procurarão extrair ao máximo as potencialidades das forças produtivas. E, feita esta observação, pode-se afirmar uma das características marcantes do espaço que se formaria para a acumulação estar condicionada aos meios de transportes mais dinâmicos e ágeis proporcionados pelo desenvolvimento industrial e tecnológico. Estes produziram um aprofundamento territorial da reprodução capitalista, possibilitando a extração e produção de excedentes antes inalcançáveis para o capital global.

A questão do aprofundamento dos espaços a serem explorados e submetidos à lógica do capital irá constituir a forma ou maneira pela qual o *mundo moderno* passa a ser visto aos olhos daqueles que presenciam e vivem as mudanças. Elemento, portanto, cultural, mas somente visível para a sociedade e para a cultura formada porque o capital se torna fenômeno no espaço, uma *fenomenologia do capital* a partir da antropogênese social – logo de classe – do capital nos espaços e territórios por onde o mesmo exerce seu poder. As maneiras pelas quais ocorre esse espraiamento do capital pelo espaço, revolucionando e transformando, subvertendo o que havia antes, são múltiplas e procurar-se-á citar apenas alguns momentos desse processo como mais significativos¹³.

Neste nível fenomênico dos espaços tem-se especialmente o gerenciamento do olhar, da imaginação, da sensibilidade e da mente humanas e de toda a sociedade, percebendo aquilo antes inexistente e o ritmo da urbanização como o mais significativo. As cidades industriais superpopulosas causarão impacto sobre a cultura ao atingir a todos das maneiras mais diversas. Espanto e horror coexistirão nelas. Também repulsa e idolatria, admiração e escárnio, deleite e perdição, tanto para a consciência intelectual que dissecava como navalha essa atmosfera carregada das sujas cidades industriais, como à consciência do artista até chegar a toda população que aí vive e sente o cheiro da morte pelo trabalho. Durante todo

¹³ As formas pelas quais o espaço e o tempo são percebidos como totalmente transformados pelo ritmo incessante dessa modernização sob os impulsos do capital podem ser vistos em Marshall Berman, *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar* (1986) com especial destaque para o primeiro ensaio do livro no qual o autor mostra o *Fausto* de Goethe. Aqui o personagem aparece como o *fomentador*, o empreendedor destruindo os espaços antigos, da tradição e implantando um novo espaço e as suas conseqüências temporais subseqüentes. É precisamente isso que o capital faz em sua expansão: modifica uma estrutura dada, converte o espaço original e erige formas novas de produzir alterando o ritmo da vida e a percepção do espaço e do tempo. Isso é a modernidade. No caso de Goethe, apesar de viver em um país atrasado economicamente a percepção da modernidade era evidente.



o século XIX esses aspectos iriam acentuar-se mais ainda¹⁴. São espaços moldados tipicamente por e para o capital. Aqui nas cidades o capital encontra seu *locus* espacial mais privilegiado. E não se trata de fenômeno apenas, ou seja, objetivação do processo econômico do capital sobre a matéria e o espaço e posteriormente percepção pela consciência das formas mais díspares possíveis. É o uso do próprio espaço como necessidade produtiva na sua imanência de ser o local da acumulação. Todas as percepções sentidas e vividas acima de horror e admiração e seu corolário respectivo são para o capital e a classe que o movimenta pura frieza de concentração e centralização de riquezas.

Essa propriedade natural dava ao proprietário [a riqueza mobiliária] um prestígio quase mágico. Não podia ser “privado”; o aristocrata tinha uma auréola romântica; como diria um sociólogo do século XX, ele foi marcado por um carisma. O proprietário de dinheiro, de capitais, de títulos e ações, perdeu esse prestígio. Retirou da propriedade todo o valor místico. Onde? Em que quadro? Na vida citadina, meio (ambiente, meio, mediação, intermediário) da transformação. Eis aí enfim, nomeado o monstro, o lugar das metamorfoses e dos encontros, o espaço teatral que mistura o ilusório e o real, que simula a apropriação (onde a apropriação aparecendo como alienação constitui o “direito à cidade”) –

¹⁴ Duas observações são fundamentais. Em primeiro lugar não é necessário recuar para o século XIX: basta-nos observar o crescimento a partir dos anos 1950 na América Latina e dos anos 1970 no leste e sudeste asiáticos de suas cidades. Estas foram movidas pelo impulso de burguesias locais comprometidas como sócios minoritários do capital internacional e pelo Estado financiador de projetos desenvolvimentistas espoliador de força de trabalho imensamente barata e aos montes abarrotando com sua imundície de pobreza essas megalópoles “pós-modernas” de miséria. Sua paisagem – o aspecto fenomênico mais ilustrativo do capital espalhando-se e construindo o espaço – é sempre semelhante. Desnecessário falar muito: o fenômeno é ilustrado da exposição *Éxodos* de Sebastião Salgado na qual um dos aspectos dessa são as megalópoles: “Às vezes, eu esquecia onde estava. Cairo? Jacarta? Cidade do México? Vi as mesmas ilhas de riqueza em mares de pobreza, como as áreas verdes de Manila, que são campos de golfe particulares em vez de parques abertos ao público” nos diz Salgado. A segunda observação refere-se à bibliografia que neste caso é vasta, mas pode ser ilustrada pelo mesmo livro de Marshall Berman nos ensaios III e IV sobre Baudelaire e São Petersburgo. Para pensar o Brasil um dos livros pode ser o de Lúcio Kowarick, *A Espoliação Urbana* (1979) e os poemas, entre outros, de Walt Whitman.



onde enfim o capital vitorioso parece ter descoberto o trabalho humano como fonte de riqueza (LEFEBVRE, 1999, p. 36).

Mas as cidades ainda conseguiriam sob os efeitos da tecnologia dos transportes acelerarem seu gigantismo. Os efeitos seriam percebidos com destaque muito especial nas metrópoles e megalópoles do século XX e XXI. Ainda que o fenômeno da urbanização tenha surgido e marcado sua existência moderna na primeira metade do século XIX é somente na data mencionada que ele assume a forma do “monstro”. Sob a tecnologia dos transportes as cidades poderiam se espalhar por quilômetros em linhas ininterruptas de construções, concreto e asfalto. Poderiam inchar de forma desmesurada e garantir ainda que as pessoas (já que esse “amontoado de gente” com especial ênfase nas metrópoles do mundo subdesenvolvido está longe de ser chamado de *cidadão* – doce referência a um tempo em que o capitalismo industrial surgia junto com as lutas sociais nas ruas e em boa medida com a burguesia lutando junto) circulassem pelos seus espaços totalmente determinados pelo capital. De forma mais notável para servirem como força de trabalho barata. Fantástico mundo do capital neste espaço controlado pela tecnologia dos transportes: mais massas humanas podendo movimentar-se e servir para valorizar cada vez mais a acumulação. As cidades – com destaque para as gigantescas – são o espaço *par excellence* do capital.

Um aspecto crucial desdobrar-se neste momento. Este articula muitas formas pelas quais o capital constrói seu espaço e molda cada vez mais a si mesmo e suas características como concentração e centralização da riqueza através da produção de valores por meio da transformação da matéria nestes mesmos espaços e suas populações. Este aspecto a se desdobrar são os transportes mais rápidos possibilitados pelas novas tecnologias no uso da energia (não mais limitada às fontes animadas como o foi durante toda a existência do *H. Sapiens* com alguns poucos momentos pontuados de fuga deste conceito generalizante como rodas d’água, moinhos de vento etc. assim como as várias formas de energia que se desenvolveram pelo século XIX como o uso do carvão, eletricidade e petróleo) e das técnicas mecânicas.

Neste caso temos tanto os navios à vapor como as ferrovias possibilitando espaços – em sua especificidade de territórios e regiões – cada vez mais vastos articulados com a reprodução do capital. O resultado é a produção cada vez maior e mais diversificada de mercadorias em diversas partes do planeta como também a possibilidade de venda. Enquanto navios



mais potentes podiam levar cargas enormes que um comerciante do século XIII jamais poderia imaginar atravessando “mares nunca de antes sequer imaginados”, as ferrovias penetravam profundamente nos espaços terrestres. Enquanto os navios estabeleciam esquemas portuários e rotas comerciais estabelecendo o espaço de fluxo, as ferrovias faziam o mesmo, mas também integravam cidades, populações, plantações ao grande comércio mundial. Transformavam assim a própria natureza do espaço em sua originalidade física em um espaço antropogênico¹⁵.

Além disso, é característico que estes setores não apenas moldam o espaço e aumentam o poder reprodutivo do capital como também dinamizam outro setor econômico a colocar mais valor ainda neste poder reprodutivo. Trata-se do setor de bens de capital e as ferrovias neste caso constituem destaque todo especial.

É evidente que nenhuma economia industrial pode se desenvolver além de certo ponto se não possui uma adequada capacidade de bens de capital. Eis porque – mesmo hoje – um índice isolado para se avaliar o potencial industrial de qualquer país é a quantidade de sua produção de ferro e aço.

Esta imensa indústria [do carvão], embora provavelmente não se expandindo de forma suficientemente rápida rumo a uma industrialização realmente maciça em escala moderna, era grande o bastante para estimular a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a ferrovia. Pois as minas não só necessitavam de máquinas à vapor em grande quantidade e de grande potência, mas também de meios de transporte eficientes para trazer grandes quantidades de carvão do fundo das minas até a superfície e especialmente para levá-las da superfície aos pontos de embarque (HOBSBAWM, 1986, pp. 59-60).

E para concluir sobre os trilhos, suas máquinas e o espaço que cortam potencializando-os como geradores de riqueza, também existe o já

¹⁵ Não se deve esquecer que o conceito de antropogenia do espaço pode parecer abstração, ou seja, um espaço que tornado humano pelas forças de uma genérica e hipotética humanidade. Todo o conteúdo de classe seria retirado deste esquema conceitual. O espaço antropogênico significa aquele feito pelas forças humanas organizadas em determinadas relações de produção. Neste caso relações submetidas à força do capital, uma antropogenia com marca de nascimento bem característica e pouco abstrata.



mencionado aspecto cultural que esta revolução produtiva, material e espacial vai proporcionar:

Nenhuma outra invenção da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinham as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-30) e planos para sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental, embora sua execução fosse geralmente retardada (id., p. 61).

Estas formas novas e rápidas de articular o mundo proporcionariam o elemento tecnológico, a força produtiva básica para – naquela dialética anteriormente referida de necessidade econômica e possibilidade tecnológica de fazê-lo – moldar mais uma característica do espaço como força produtiva¹⁶ mais mundializada: uma divisão internacional e espacial do trabalho. Nem oportuno e menos ainda possível, mas neste ponto encontramos justamente uma das origens ou uma das mais fortes determinações do subdesenvolvimento, ou desenvolvimento capitalista retardatário, incompleto e desigual. São produzidos no mundo espaços de acumulação de capital centralizados – nestes dá-se o controle do que produzir, para quem produzir e como produzir – e os fornecedores de recursos estabelecendo uma lógica perversa de espoliação espacial e do trabalho em benefício de burguesias e elites políticas tanto internas (as fracas burguesias nativas dependentes e covardes) quanto externas.

Este assunto é fundamental e marca até hoje um amplo debate sobre desigualdade mundial assim como desigualdades espaciais e econômicas internas em muitos países: pode-se perceber na segregação espacial das cidades gigantes dos países pobres de forma desumana. Também está na raiz do debate congênere sobre o desenvolvimento e suas possibilidades nos países retardatários. Mas também marca o problema do imperialismo

¹⁶ Apenas para enfatizar: as tecnologias produtivas vão se integrando no espaço e o constituindo com tecnologias espaciais. Nessa profunda articulação de espaço e tecnologias e a subsunção daquele a estas temos a concepção de espaço como força produtiva. Da mesma maneira podemos pensar assim para a natureza. No entanto, no caso desta teríamos que adentrar pelo conceito de natureza e tal discurso não é parte deste artigo.



dos séculos XIX e XX e seu debate, o imperialismo capitalista “clássico”. Evidente também a impossibilidade de desenvolver a totalidade e exaustão do assunto, mas fica um exemplo também clássico. Este ilustra a divisão espacial e internacional do trabalho e da produção conectada com os meios tecnológicos dos transportes para buscar e controlar espaços vitais antes impossíveis de produção econômica. Trata-se da colonização e partilha intensa e rápida da África anteriormente restrita às faixas litorâneas.

Tudo isso marca o processo de “internalização” referido por Arrighi. “Internalização” da acumulação ele vai nos dizer. Porém com essa também a formação espacial uma vez que se não produz riqueza para acumular sem transformação da matéria em objetos úteis e, no capitalismo, vendáveis, valor de troca. Tudo isso por meio de outra mercadoria a marcar o capitalismo como modo de produção, a força de trabalho. A acumulação é expressa, em um sistema de mercado complexo e dinâmico como é o capitalismo, em dinheiro, meio de troca. Mas sempre a precisar da produção material e dos espaços para isso. Por este motivo que a “internalização” pode ser dita em dois sentidos. Em primeiro lugar uma contraposição a uma etapa de acúmulo por meio da atividade comercial nos quais as mercadorias de base para esta não eram produzidas – ou o eram de forma precária, pequena e incipiente – dentro do espaço europeu. Em segundo lugar – em uma interpretação deste artigo – a “internalização” espacial como incorporação de novos espaços produtivos em um mercado mundial mais articulado, um capital mais mundializado produzindo um aglutinamento, uma antropofagia de tudo em seu seio valorizador, mas também concentrador.

O globo como espaço

Em outro contexto afirmamos ser o termo globalização errôneo em muitos sentidos. No contexto ideológico é apenas afirmação falseadora de uma expansão capitalista “benéfica”. Mas também errônea em seu sentido mais semântico possível em relação à pretensa realidade desejante de expressão. Sendo uma forma de expansão do capitalismo e este sendo movido por forças humanas *determinadas* (de classes, países e elites totalmente distintas, mas sempre forças humanas transformando o mundo, antropomorfizando a realidade física com forças desiguais – classes, empresas, Estados, etc.) o que se constrói é um *mundo*, não o globo: este é realidade física dada, o *globo terrestre*. As forças humanas *determinadas*



agindo em coletividade constroem o *mundo determinado*. Logo, mesmo neste sentido semântico – e não poderia ser diferente, pois palavras, comunicação é o meio de expressão e propagação da ideologia – percebe-se no termo globalização total inadequação como o mínimo a ser dito.

No entanto é precisamente *globo* que se quer insistir neste momento. Afinal é sobre a realidade física dos espaços terrestres o questionamento, ou seja, o próprio globo é o espaço para a reprodução do capital, para a acumulação e centralização de riqueza, para a expropriação e espoliação humanas com a crescente desigualdade socioeconômica e o aumento da pobreza relativa e absoluta. Neste sentido o aumento da classe trabalhadora e a perda constante e cada vez maior de todas as possibilidades sociais de controle sobre a produção. Verdadeiramente o capitalismo tornou-se global em todos os sentidos possíveis¹⁷.

Ao longo do século XX o capitalismo desdobrou-se pelo globo de maneira imperativa e não só imperial. Praticamente todos os espaços e as sociedades neles existentes – o espaço social, conjunto organizado do território ou região organizado por determinada sociedade e suas formas produtivas – tornaram-se submetidos à lógica pura da acumulação e da centralização pelo capital. O controle desses espaços pelo capital é consequência não só lógica como inevitável. Em termos muito práticos

¹⁷ Neste parágrafo estão contidos vários conceitos e ideias que se procurará expressar de maneira condensada. Em primeiro lugar a ideia do Prof. Dr. Adílson Marques Genari que o capitalismo pode acabar com a pobreza. Concordamos afirmativamente com esta opinião. Pode não ser viável economicamente ou politicamente nas estruturas de classe atuais e suas frações superiores de financistas, mas existe a possibilidade de extingui-la ainda que não seja o verificado nas últimas três ou quatro décadas inclusive nos países centrais (ver Naomi Klein sobre o “espalhamento” neoliberal pelo mundo e suas políticas econômicas altamente perversas). No entanto, aumenta a concentração de renda e a pobreza relativa e absoluta. Isso quer dizer que em relação ao padrão civilizatório que as forças produtivas permitem alcançar em termos de produtividade do trabalho, nível de bem-estar social e expectativas de vida cultural e coletiva melhores percebe-se constante desigualdade. Neste sentido é que o capitalismo ao se espriar de forma tentacular pelo globo destrói as potencialidades que suas próprias forças conjuram e o faz na necessidade não só de acumular, mas de centralizar a riqueza e seu potencial produtivo. Assim, se o capitalismo pode prescindir da pobreza não o pode do controle privado para centralizar o que, como e para quem se produz. Ver István Mészáros, *A Necessidade do Controle Social* (1987). Temos aqui o grande narcótico e vício do capitalismo: não pode permitir o controle social dos meios de produção e, como consequência lógica, dos espaços de produção.



passa-se a constatar espaços – regiões, lugares, territórios – há milhares de quilômetros de distância controlados por algum escritório em Nova York, Londres, São Francisco, Tóquio, Xangai etc. Firmas gigantes investem e controlam de muito longe a atividade produtiva de milhões, bilhões de trabalhadores¹⁸.

Mesmo assim, apesar da enorme impressão causada pelo século XX e o XXI já bem adentrado em todos, as principais tecnologias – como parte do processo mais geral das forças produtivas – permissivas do processo de desenvolvimento de novos espaços ou penetração capitalista, transformação e controle desses já haviam sido desenvolvidas em quase sua totalidade ao longo do século XIX, especialmente no que se refere aos transportes. Por este motivo sustentou-se anteriormente o complexo revolucionar produtivo ao longo dos séculos XVIII-XIX como a base social, econômica (com isso temporal e espacial), política e ideológica do mundo moderno. No entanto, no sentido da produção de espaços para o capital, muitos processos novos estavam por se desdobrar e levar à formação de um globo como espaço ou território do capital: o *mundo é o limite*¹⁹. As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), a microeletrônica como base daquelas e a robótica como a mais completa subsunção do trabalhador ao capital e total liberdade deste marcam para sempre o capital atual, seus novos espaços e seus novos imaginários bem como novas formas de *Videologias* (BUCCI; KEHL, 2015; BUCCI, 2021) e poderes desestruturadores de revoltas.

As determinações centrais do desenvolvimento industrial podem se articular com momentos do processo de desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos. Nestes o processo de espraiamento do capital pelos seus espaços conduziu a terríveis problemas como já se teve

¹⁸ Os exemplos são desnecessários, pois por demais evidentes. Cabe apenas adicionar que esse controle é tanto econômico quanto político, assim como empresas de base ou consumo. No caso do controle político deve-se enfatizar, por exemplo, acordos que beneficiam a instalação de uma empresa em uma pequena cidade moldando suas formas, seu ritmo de crescimento, a especulação imobiliária, seus novos bairros, a infraestrutura para que a empresa esteja ajustada no espaço local etc.

¹⁹ Poder-se-ia fazer uma pequena brincadeira e dizer que as cidades não são o espaço do capital *par excellence*, mas sim o globo o é *par excellence*. No entanto, trata-se de uma questão que envolve muitos aspectos e determinações. As cidades moldam a concentração humana de produção – além dos aspectos culturais, especulações imobiliárias e financeiras etc. O globo torna-se o espaço de conexão mundial e articulação dos muitos espaços produtivos (tais como as próprias cidades) em uma rede de entrelaçamento produtivo.



oportunidade de citar. Era, no entanto, a necessidade de acumulação em escala crescente do capital, além dos tão conhecidos fatores geopolíticos relacionados à guerra fria. A sociedade produz seu movimento de maneira dialética e, portanto, as determinações históricas acima se imbricam e mutuamente se explicam. O resultado são os novos espaços sociais de acumulação, centralização e controle da riqueza com todas as consequências para o elemento *social* da lógica *espacial*.

Dois outros conjuntos tecnológicos, econômicos, produtivos e históricos também moldariam os espaços no século XX e além, para dentro do XXI: o poder fenomenal das comunicações referidas (TDICs) – imbricada à robótica e microeletrônica – e as redes de energia. Esta última conducente às recentes formas do imperialismo como demonstra Harvey (2005a; 2005b).

As comunicações já se tinham feito revolucionar durante o século XIX por meio dos transportes mais rápidos. No entanto, neste momento, durante o XIX, as comunicações ligavam-se com os transportes através da materialidade destes. As mercadorias transportadas estavam relacionadas de forma muito íntima com as necessidades de comunicação para o controle do capital e assim instruções, ordenamentos etc. de firmas, especuladores, países deviam avançar em pedaços de papel (meio físico, material) junto com trens e navios. Mas os princípios tecnológicos do que viria separar a comunicação dos transportes por meio das telecomunicações também já se alicerçava no século XIX: o desenvolvimento e pesquisas com ondas eletromagnéticas. Não cabendo neste momento nenhuma especulação mais profunda e necessária, porém em outra oportunidade entre o meio tecnológico e o controle do espaço, interessa apenas evidenciar que as telecomunicações passaram a controlar os fluxos de capital, de investimentos, da especulação e, com isso, o controle de populações inteiras através de informações. Controlando populações e produção, como referido, tem-se o controle do espaço social. O alargamento e desenvolvimento deste processo assim como sua intensificação viriam ao longo das décadas de 1950-60 em diante com o uso de computadores aperfeiçoados pela microeletrônica com esta sofisticando, diminuindo o tamanho e potencializando a rapidez de informações e a posterior conexão em rede. *Controlar* o capital, a produção, a especulação, exércitos e pessoas – bilhões de pessoas em todo o globo – ficou muito mais fácil. E a palavra-chave em relação ao capital e ao seu espaço continuará sempre sendo *controlar*: controle implícito e explícito em acumulação e centralização do capital. O



resultado e o tamanho atingido por este controle econômico e *videológico* é atualmente descomunal (BUCCI, 2021).

Por fim as redes de energia, tão necessárias como todas as outras, ou seja, de transportes, comunicação e telecomunicações também produzem um espaço do capital mais e mais mundializado. Neste caso, porém nada de *imaterial*²⁰ está sendo transportado: trata-se de matéria necessária para a produção de valor junto ao trabalho humano. Exemplifica-se o espaço da energia e suas redes por meio da fonte mais consumida em todo o mundo e aquela que moldou boa parte da história do século XX: o petróleo.

Desde o princípio, este extraordinário produto criou problemas completamente novos e novos tipos de organização. Sua produção caprichosa encoraja a formação de cartéis e de *controle centralizado*. Sua distribuição desigual, seu estado fluido e sua dependência de transporte emprestaram-lhe a capacidade especial de unificar, primeiro os Estados Unidos e depois o resto do mundo. Os oleodutos e os petroleiros que o transportam tornaram-se as *artérias* do mundo industrial; mas, por isso mesmo, é capaz de romper o equilíbrio político (SAMPSON, s.d., p. 362, itálico dos autores)

Difícil terminar sem apresentar a relação inevitável estabelecida entre política e as redes de energia referidas – no caso o petróleo. É sobre política e geopolítica a referência quando se coloca o conceito de *controle*. Neste universo a economia dos manuais acadêmicos morre por não enxergar um centil além das relações microeconômicas. Neste universo o capitalismo vai moldando seu espaço e o controlando cada vez mais

Os governos ocidentais não podem mais fugir do problema de controlar as companhias de petróleo, conforme fizeram no passado. Políticos e diplomatas devem enfrentar as

²⁰ O destaque para *imaterial* provém do fato de que pouco importa a forma do produto, uma informação por e-mail ou um tênis produzido na Indonésia, uma pesquisa no Wikipédia ou um litro de gasolina refinada em Paulínia com petróleo de Campos, sendo produtos *materiais* ou *imateriais* são produtos simplesmente porque representam mercadorias. Cada uma tem sua especificidade, mas elas *são* (no sentido filosófico mesmo de *ser*), pois vieram ao mundo como *fenomenologia do capital*, acumular riqueza. Quanto as questões culturais envolvidas na mercadoria informação e a eterna manipulação e ideologização da sociedade não cabe nos limites deste artigo.



implicações do fluido que os ajudou a construir o seu mundo e ligar operações das companhias a sistemas de escolha e *controle democráticos*. O público precisa conhecer o custo completo, tanto econômico quanto político, de sua dependência da energia que considerava garantida (id., p. 363, itálico dos autores)²¹.

Conclusão

O objetivo básico deste artigo foi apresentar algumas relações históricas pelas quais o capital expresso como civilização e cultura do capitalismo constrói seu próprio espaço, tanto aquele vislumbrado pelos olhos e sentidos humanos como através da análise conceitual do domínio da abstração, o concreto pensado. Por este motivo o risco grande em periodizar formando núcleos temporais de formação desse espaço. Tenta-se sempre em análises deste porte uma busca através dos infinitos processos moleculares de produção e acumulação de capital – na expressão de Harvey em seu *O Novo Imperialismo* –, algumas linhas diretrizes, alguns padrões permissivos para estabelecer homogeneidades temporais. Isto é justamente o conceito em história: temporalização do espaço e espacialização do tempo, porém dentro de determinadas estruturas de produção e de classes.

Por outro lado, o artigo não procurou apenas apontar estes momentos conceituais. Procurou-se também dar algumas indicações sem aprofundamento teórico da necessidade do espaço como fonte de

²¹ Destaca-se que o livro de Sampson termina após o primeiro choque do petróleo de 1973, mas indica em inúmeras passagens a íntima relação sempre existente entre poder político e controle do petróleo. Por este motivo a crítica sem meias palavras feita à economia dos manuais. Por outro lado, hoje a maior parte da produção mundial de petróleo está nas mãos de empresas estatais, nem por isso melhorando ou produzindo condições melhores de vida para as populações locais. No que diz respeito ao controle estatal do petróleo ver Séréni, “A nova era do petróleo estatal”. Os limites da análise de Sampson, mesmo muito bem documentada, crítica e instigante, reside naquilo que as palavras sugerem na forma de ideologia. Ao falar em *público* o autor não especifica controle público, mas conhecimento. Além disso, falar em *público* sugere uma massa abstrata de pessoas de interesses completamente diferentes que pouco podem influir em controle de empresas do porte das petrolíferas. Argumentação de um jornalista liberal o que, no Estados Unidos atual, já é muita coisa.



acumulação de capital. Qualquer modo de produção molda seu espaço para as suas necessidades produtivas. E não poderia ser de outro modo: sem a transformação da matéria contida no espaço e desenvolvida ao longo do tempo jamais haverá produção de valores. Estabelece-se assim relação intrínseca, dialética entre necessidade do espaço e da matéria a lhe formar o conteúdo para a produção e, por outro lado, a transformação deles através do desenvolvimento das forças produtivas bem como subsumindo o espaço (e o tempo) como forças produtivas do capital²².

O capitalismo coloca-se como o modo de produção hegemônico: levantado com o "milagre europeu" como nascente modo de produção da periférica cristandade latina – nas palavras de Chaunu – para suplantar todos os coexistentes e todos os antecedentes em termos de controle do espaço, do tempo, da matéria e da energia. Suas forças produtivas mais dinâmicas e poderosas moldaram como nenhum outro modo de produção o espaço. Não é necessário repetir as palavras de Marx e Engels do *Manifesto Comunista* sobre a sua capacidade de revolucionar para esclarecer mais. Estas relações históricas e de desenvolvimento das forças produtivas só confirmam as questões teóricas não aprofundadas do espaço, do tempo, da matéria, da energia e do trabalho humano como as categorias sobre as quais qualquer realidade socioeconômica é construída. Sobre esta realidade atual é que bilhões de consciências se voltam na maior parte do tempo procurando viver, ter alegria, mas com uma apreensão que provoca coceras na alma.

Referências

- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual:** ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

²² Este artigo poderia ter uma continuidade para falar sobre o tempo. Por exemplo, as TDICs são formas pelas quais o olhar e o tempo tornam-se força de trabalho para o capital, forma de *valor de gozo* (BUCCI, 2021). O tempo como força produtiva e o olhar como trabalho ficará para outro artigo.



- BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- _____. KEHL, Maria Rita. **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- CHAUNU, Pierre. **Expansão Europeia do Século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira, 1978.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GIMPEL, Jean. **A revolução industrial da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005b.
- _____. **A condição pós-moderna**. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: 1789/1848**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- JONES, Eric. L. **O Milagre Europeu (1400 - 1800)**. São Paulo: Gradiva, 1981.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. São Paulo: DP & A, 1999.
- MAALOUF, Amin. **As cruzadas vistas pelos árabes**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**: a economia da política externa dos estados unidos. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.
- SALAMONE, Nino. **Causas sociais da revolução industrial**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- SAMPSON, Anthony. **As sete irmãs**: as grandes companhias de petróleo e o mundo que elas construíram. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

Recebido em 11 jul. 2021 | aceite em 16 ago. 2021



O neoliberalismo de Hayek como momento da contrarrevolução

Henrique Cunha Viana¹

108

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar elementos para a defesa de que o neoliberalismo de Hayek compõe o projeto contrarrevolucionário no século XX. Inspirados em Fredric Jameson e Paul Ricoeur, empreendemos uma leitura da suspeita de sua teoria do "liberalismo verdadeiro", investigando os fundamentos de sua defesa da sociedade de mercado e crítica ao coletivismo. Compreendendo que o seu discurso se constrói a partir do confronto com a experiência da Revolução Russa, apontamos brevemente como o neoliberalismo é mobilizado como projeto político de intervenção a partir do final da década de 1960, como forma de reação às aspirações de transformação social. Por fim, retomamos nossa hipótese de que a base do neoliberalismo do autor reside numa ontologia social que bloqueia desde o início qualquer forma de coletividade e solidariedade ampliada, em favor da concorrência e de uma dinâmica social sectária, potencialmente destrutivas do laço social.

Palavras-chave: Hayek; Neoliberalismo; Contrarrevolução.

¹ Doutorando em Economia pelo Cedeplar/UFMG (CNPq). Mestre em Filosofia e Bacharel em Ciências Econômicas. | viana.henriquec@gmail.com



Resumen

El propósito de este artículo es presentar elementos para la defensa de que el neoliberalismo de Hayek compone el proyecto contrarrevolucionario del siglo XX. Inspirándonos en Fredric Jameson y Paul Ricoeur, realizamos una lectura de la sospecha de su teoría del “verdadero liberalismo”, investigando los fundamentos de su defensa de la sociedad de mercado y crítica al colectivismo. Entendiendo que su discurso se construye a partir del enfrentamiento con la experiencia de la Revolución Rusa, señalamos brevemente cómo se movilizó el neoliberalismo como proyecto de intervención política a partir de finales de los años sesenta, como forma de reacción a las aspiraciones de transformación social. Finalmente, volvemos a nuestra hipótesis de que la base del neoliberalismo del autor reside en una ontología que bloquea desde el principio cualquier forma de colectividad expandida y solidaria, a favor de la competencia y una dinámica social sectaria, potencialmente destructiva del vínculo social.

Palabras clave: Hayek, Neoliberalismo, Contrarrevolución.

Abstract

This paper aims at presenting elements for the defense that Hayek's neoliberalism is one of the last great moments of the counterrevolutionary project in the 20th century. Inspired by Fredric Jameson and Paul Ricoeur we undertook a “suspicion reading” of his “true liberalism” theory, investigating the foundations of his both defense of market society and criticism of collectivism. Understanding that his discourse is built from the confrontation with the experience of the Russian Revolution, we briefly point out how neoliberalism was mobilized as a political intervention project from the late 1960s onwards, as a form of reaction to the aspirations of social transformation. Finally, we return to our hypothesis that the basis of the author's neoliberalism resides in a social ontology that blocks from the beginning any form of expanded collectivity and solidarity, in favor of competition and a social dynamic based on sectarianism, potentially destructive of the social bond.

Keywords: Hayek; Neoliberalism; Counterrevolution.

Introdução

Uma das tarefas da contrarrevolução é obscurecer o pensamento utópico e a pré-figuração de um mundo transformado que são fruto do momento revolucionário, que se constrói como um projeto coletivo de transformação e busca de outras formas de sociabilidade e organização da vida cotidiana. Além do confronto direto, a contrarrevolução é também costurada através das estratégias de descrédito e ofuscamento deste vislumbre de um novo mundo possível. Pensando a sua dimensão utópica, a revolução é um processo de abertura, de “lampejo” de um projeto transformador que alarga o horizonte de ação em um momento histórico, a partir do que está latente neste momento, no sentido dado por Adorno (2016). Já a contrarrevolução, filha da revolução e inseparável dela, como diz



Compagnon (2011, p. 25), constitui-se a partir de uma estratégia ativa de oposição a este projeto de emancipação, mas que se distingue do mero reacionário e tradicionalista.

Isso porque a contrarrevolução possui uma *teoria da revolução*: discerne os seus elementos progressivos e avanços, e se posiciona no interior deste quadro, tomando em parte a linguagem da revolução (ibidem). Esse é, nos parece, o caminho discursivo tomado pelo *ceticismo liberal* quanto à construção de uma sociabilidade solidária e comum que seja fruto de um projeto intencional de intervenção no real. A transformação social e uma sociedade sem classes, por exemplo, são consideradas *disfuncionais* ou *impossíveis* pelo discurso liberal; ou ainda, associa-se a elas um custo alto demais a pagar: o fim das liberdades individuais.

Argumentamos neste trabalho que a vertente *neoliberal* do liberalismo - que tem sua estrutura erigida após a Revolução Russa de 1917, com uma teoria sobre a revolução e uma retórica destinada ao descrédito de seu projeto - é uma das últimas grandes articulações contrarrevolucionárias deste tipo. Para tanto, propomos possibilidades interpretativas sobre esta relação, partindo de uma breve análise de momentos-chave da construção do *neoliberalismo* de Hayek, um dos fundadores dessa corrente teórica. Lemos a formatação deste neoliberalismo com as lentes de uma dialética entre utopia - representada pela revolução - e ideologia - identificada com o discurso contrarrevolucionário. Apresentaremos, então, o discurso neoliberal de Hayek como estratégia de contraposição à Revolução de 1917, discutindo alguns dos meios discursivos utilizados para "apagar" ou "enfraquecer" o momento utópico de concepção das possibilidades de uma sociabilidade comum, desenvolvido no seio do movimento revolucionário.

No lugar de defender a simples manutenção da ordem ou o retorno ao passado, a contrarrevolução se distingue das outras estratégias de contraposição aos projetos emancipatórios por ser propositiva, dado que discute as mudanças e os novos caminhos propostos pela revolução. Ela admite, portanto, a irreversibilidade dos processos históricos e a impossibilidade de "apagar" a revolução; possui também uma visão do passado e daquilo que deve ser conservado. Seu traço fundamental é, todavia, a *construção de um novo futuro*, diferente do esboçado pela revolução.

Antoine Compagnon nos diz que o pensamento contrarrevolucionário nasce da Revolução Francesa, com os *antimodernos*, após a decadência da revolução e o surgimento de um fatalismo em relação aos seus avanços. É



nesse sentido que escritores como De Maistre, Tocqueville e Baudelaire manifestaram desconfiança em relação à integração das recém-formadas “massas” no jogo político, associando demandas populares à decadência do governo, propondo em seu lugar a aristocracia.

As contrarrevoluções não são, contudo, idênticas: elas enfrentam o que emerge especificamente do momento revolucionário em questão. A Revolução Francesa, *burguesa*, põe problemas *burgueses* para os contrarrevolucionários. Outros são os desafios postos em momentos revolucionários distintos, como nos anos de 1848, 1870 e 1917, se focalizamos a tradição filosófica europeia. O caso que tratamos - o discurso neoliberal de Hayek - nos parece ser uma resposta aos problemas postos pela Revolução Russa de 1917. Ainda que se torne um movimento político de maior envergadura apenas após os eventos do Maio de 1968 e das lutas anticoloniais da década de 1970, podemos defender que o neoliberalismo se formou como resposta à Revolução Russa; antes, portanto, de sua difusão como um *novo modo de governo* (Dardot e Laval, 2016).

O neoliberalismo - uma *nova racionalidade*, segundo Dardot e Laval (2016) - forma-se também numa disputa contra o *liberalismo social* e intervencionista do Estado de Bem-Estar, forma de adaptação do pensamento liberal frente à revolução. Podemos entender que o *Welfare State* é uma resposta adaptativa e acomodativa das demandas populares, no interior de um arranjo capitalista; fruto, portanto, da luta de classes. O *neoliberalismo*, nesse quadro, é *contrarrevolucionário* porque menos adaptativo, na medida em que se constrói de maneira menos conciliatória em relação à revolução. Enquanto estratégia de oposição frontal - ainda que sem um “estrategista”, seguindo Foucault (Dardot e Laval, 2016) -, tem o sentido de *desgastar, minar*, reduzir as possibilidades de uma solidariedade ampla no mundo contemporâneo. Apesar de não ser fruto do plano consciente e minucioso de um grupo de poder, esse discurso pode ser pensado como reação difusa aos projetos de emancipação que, a partir de uma perspectiva de classe, progressivamente transforma-se em um movimento político. Hostilizando a solidariedade ampla vislumbrada na Revolução Russa e contra a acomodação keynesiana, este projeto ganha maior atenção a partir de 1970, numa tentativa de hegemonizar o campo liberal e reagir às crises da época.

Buscaremos o sentido ideológico do discurso de Hayek a partir da leitura de Jameson (1992) da ideologia enquanto função discursiva ou forma de constrangimento do alargamento do horizonte de transformação do real.



A ideologia nos aparece, então, menos como um conjunto de proposições de um ideólogo, e mais como um tipo de limitação ou constrangimento dos modos narrativos que, mesmo que de forma inconsciente, reduz o campo do possível dentro de um discurso. Em vez de uma narrativa fechada e projetada, a ideologia é um limite, uma lente que cria “vistos” e “não-vistos” do real, sendo o “não-visto” o seu “ponto de impossível”, como quer Badiou (2017).

Se não há *intencionalidade* nessa construção ideológica, tentamos compreender como se orienta o *constrangimento* no discurso de Hayek, ou seja, o que nos permite apontar as chamadas *escoras metafísicas* do seu neoliberalismo, para utilizar outra expressão de Fredric Jameson (1974). A “escora metafísica” é a teoria ou metafísica *não-dita* ou *silenciada* em um determinado discurso, entendendo que as asserções sobre o mundo social frequentemente envolvem uma *ontologia social*, um modelo de pensamento sobre o funcionamento do mundo. Porém, estes modelos frequentemente não se mostram enquanto tais, permanecendo “velados”. Nossa análise do liberalismo de Hayek busca, portanto, identificar o modelo de pensamento que se desprende de suas proposições, para compreender o núcleo de sua sistematização e defesa do liberalismo verdadeiro.

A partir daí, acreditamos poder mostrar como o seu *ceticismo neoliberal* faz parte de uma estratégia contrarrevolucionária. Longe do direito natural, ou ainda da simples doutrina do *laissez-faire*, o liberalismo de Hayek baseia-se, como veremos, na ideia de que a ordem liberal e concorrencial é a única plausível e conforme os tempos modernos. Diferentemente do liberalismo clássico, a propriedade privada não aparece em sua obra como “direito inquestionável”, tampouco a sociedade de mercado é considerada “natural”. O argumento de Hayek é que as formas de organização social do capitalismo surgiram ao acaso, e foram “selecionadas” por serem as mais bem adaptadas à natureza humana. Passo a passo, propomos uma leitura que identifica na crítica de Hayek ao coletivismo uma *ontologia social contrarrevolucionária*.

As estratégias contrarrevolucionárias do neoliberalismo de Hayek

i. Linhas gerais da defesa de Hayek da sociedade de mercado

Como dissemos, o ceticismo liberal de Hayek parece responder ao problema da Revolução Russa. Desvia, portanto, do liberalismo clássico e do jusnaturalismo na sua justificação da propriedade, com seu conceito de



liberdade negativa². O autor empenha-se em refundar o liberalismo, respondendo aos seus críticos e provendo uma teoria o mais consistente possível que sirva de defesa da tradição. Como aponta Mariutti (2016, p. 55)

O seu propósito explícito é a defesa da sociedade de mercado (ou, mais precisamente, nos seus termos: *extended order of the market*), isto é, um tipo de ordem descentralizada e heterogênea (ele diria plural) que preserva essas características exatamente por estar além do alcance imediato da razão e do planejamento central.

Na teoria de Hayek, o liberalismo verdadeiro, a teoria correta da sociabilidade, se contrapõe ao coletivismo, visão ou forma de governo essa marcada por uma ideia de todo social que potencialmente anula o traço individual. Adiantando nossa sistematização, a defesa do liberalismo verdadeiro e a condenação *hayekiana* das teorias coletivistas passam por três momentos cruciais: i) uma metapsicologia humana, ii) uma teoria da informação, e iii) o conceito de "grande sociedade". Em cada um destes momentos, para apresentar uma teoria renovada, Hayek modifica os argumentos clássicos do liberalismo.

Nos termos de uma metapsicologia, o argumento *smithiano* dos impulsos de *self-love* e autopreservação da ação humana são a inspiração de Hayek. Porém, consciente dos problemas teóricos da associação das "paixões" empiricamente observadas à uma noção de natureza humana, a sua metapsicologia acaba por escapar ao naturalismo. Preservando o *self-love* e a motivação auto interessada da ação individual, as razões de ser desta forma do comportamento humano não residem num individualismo patológico egoísta ou na natureza, e sim no problema da informação. Hayek defende que a limitação do conhecimento do indivíduo explica o interesse individual imediato como o guia nos assuntos humanos. Dado este fato, a metodologia de análise do comportamento humano deve também privilegiar a esfera individual e os interesses individuais imediatos. Não sabemos nem podemos saber mais do que os nossos próprios motivos para a tomada de decisões. Tampouco nos é acessível qualquer extrapolação das consequências de nossas ações, além dos seus efeitos imediatos em nossa esfera de influência. Nisso se baseia a perspectiva individualista - a necessidade de defender uma esfera de atuação privada com fins privados,

² Ver Merquior (1991)



não submetida ao escrutínio público - o que não se confunde com um pretensão “egoísmo” patológico humano.

Essa metapsicologia associada a uma teoria do conhecimento ressalta a ignorância inarredável da mente humana individual e a impossibilidade de apreensão de um todo, e é o que dá as bases para a denúncia do autor às formas de coletivismo. Elas representam, para Hayek (1958, p. 14), uma diminuição artificial e danosa da esfera de poder privado:

114

The real question, therefore, is not whether man is, or ought to be, guided by selfish motives but whether we can allow him to be guided in his actions by those immediate consequences which he can know and care for or whether he ought to be made to do what seems appropriate to somebody else who is supposed to possess a fuller comprehension of the significance of these actions to society as a whole.

Uma vez que é impossível apreender as consequências da ação ou ter controle sobre outros motivos que não aqueles diretamente acessíveis à consciência individual, qualquer tentativa de controle das ações da esfera privada, além de um ataque à liberdade, constitui uma *ilusão* em relação ao processo social. Assim, uma denúncia ética ou moral do individualismo seria totalmente inválida, uma vez que não podemos conhecer objetivos *comuns* entre os indivíduos.

Os dois primeiros momentos - teoria do conhecimento e metapsicologia - conformam a teoria da sociabilidade ampliada do autor. Segundo a narrativa de Hayek, dado que a sociedade como um todo é “cega” em relação à vontade individual, a forma da organização social é fruto de uma *seleção social de formas*, cujo critério é a adaptabilidade às condições históricas. O autor diferencia duas formas de ordem: a “espontânea” (*cosmos*) e o fruto do desenho ou *design* humano (*taxis*), esta última como resultado de fins ou projetos concebidos por indivíduos. Para o autor, os projetos de transformação social - mesmo os coletivos - são uma forma de *taxis*, de posição de fins externos ao próprio organismo social. Já o *cosmos*, enquanto ordem espontânea, é validado pela experiência: torna-se a forma hegemônica de organização social sem desenho externo, fazendo-se uma *ordem* propriamente dita quando se espraia e passa a ser *regente* daquele organismo social.



O *cosmos* - surgido aleatoriamente e selecionado socialmente por conta da adaptação às condições determinadas de uma sociedade - foge, portanto, das limitações da cognição humana, dado que não parte do controle ou deliberação de um indivíduo limitado. A grande sociedade - a realidade dos grandes grupamentos que excedem o clã, a tribo e a comunidade limitada - conheceu seu ordenamento espontâneo na forma da sociedade de mercado. A sociedade de mercado tem os preços e a tomada de decisões individuais como grandes princípios regulativos, sendo o mercado o grande regulador e distribuidor de prêmios segundo uma "vontade coletiva" descentralizada. Esse *cosmos* apareceu "por acaso" e tornou-se o princípio da organização social porque foi a forma que mais se adaptou à grande sociedade, ainda que não escolhida por uma mente individual.

Segue-se que qualquer tentativa de transformar essa ordem é *artificial*. A *taxis* nunca pode provar-se como superior ao *cosmos*. Por outro lado, a experiência e o processo de adaptação da ordem de mercado explicam sua consolidação e aceitação, confirmando sua posição de melhor ordem possível. O coletivismo - tanto como teoria quanto como forma de organização da sociedade -, para Hayek, é como uma fantasia ilusória de planejadores e dirigentes centrais. Esses últimos acreditam na possibilidade de apreender o que é bom, correto e acertado para toda uma comunidade, mas não sabem, de fato, as motivações e os interesses individuais. Daí todo o início do argumento de *O caminho da servidão*: Hayek (1990) critica fortemente a ideia de planejamento econômico e social, uma "engenharia" dos assuntos humanos. No coletivismo, um problema que se conforma através da ação dispersa de indivíduos é suposto solucionável a partir do *design* de um indivíduo dirigente, com o poder de estabelecer a norma para o conjunto da sociedade (ibidem).

ii. Investigando as escoras metafísicas

Primeiramente, é necessário pontuar que a teoria de Hayek é de fato mais sofisticada no tocante à psicologia humana: o seu individualismo não é fundamentado na ideia de natureza humana egoísta, mas na impossibilidade da ação fora da esfera privada. Todavia - e esta é a tônica de nosso comentário - essa proposição sobre a esfera de ação humana é *ideológica*, uma vez que é *restritiva*, no sentido discutido por Jameson (1992) e Ricoeur (2015). O argumento de Hayek parte de um *limite* claro e *incontornável* imputado à razão que é *restritivo* do horizonte de alargamento



revolucionário. Partindo de uma asserção com a qual muitos concordariam - a limitação da razão individual -, o autor em seguida associa a revolução à *taxis* de um indivíduo, de maneira sub-reptícia. Como no debate do cálculo socialista, a dispersão da informação justifica o individualismo e a sociedade de mercado, para Hayek (1940).

A questão fica mais clara quando pensamos na crítica de Hayek ao *design*. De fato, há vários perigos na postura tecnocrática de um planejador central que se sente representativo de uma vontade geral, ou esclarecido suficientemente para propor uma solução adequada a problemas que envolvem o tecido social e um conjunto potencialmente ilimitado de relações interpessoais. Contudo, todas as formas de organização social que não a da sociedade de mercado são identificadas por Hayek ao planejamento central autocrático, inclusive o socialismo. As marcas do socialismo - discussão coletiva e democrática em relação aos *fins sociais* - são apagadas do discurso do autor, que reduz o socialismo à *taxis*. Ao identificar o socialismo como uma forma de organização social produzida pela *mente individual*, implementando um novo modo de organização social de forma autoritária, Hayek ignora a dimensão popular do processo de transformação social. Daí não ser possível conceber, a partir desta *ontologia social*, fins coletivos que sejam debatidos e construídos em conjunto, nos quais a informação seja coletada, discutida e expressa numa proposta de arranjo social além da *taxis* de um indivíduo. Hayek parece ter em mente os falanstérios de Fourier quando fala de Marx: seu ponto de impossível é a associação livre e a coletividade.

Talvez consciente dos limites dessa primeira aproximação de *O caminho da servidão*, Hayek apresenta uma outra justificativa para a sua afirmação sobre a impossibilidade de apreensão de fins coletivos, agora a partir do conceito de grande sociedade. Numa longa citação que se faz necessária:

We must never forget, though, that the "large society" consists not only of individuals but also of loosely associated and often overlapping micro-societies, in which solidarity and altruism retain great significance, because they support voluntary cooperation, although they do not represent a suitable foundation for the extended society. It is our dilemma that we have to adjust our lives to two different types of order. If we applied the rules of the micro-society to the macro-society, as our instincts demand, we would



destroy the latter. We must learn to live in two different types of order for which it is misleading to even use the same name. The extended society cannot emerge if we treat all men as neighbors, and everybody will benefit if we refrain from doing so, and if we replace the rules of solidarity and altruism with the rules of several property and honesty and truthfulness in our actions concerning others instead. The moral imperative to treat everybody as neighbors would have prevented the emergence of the large society, which demands a transition from the community of concrete purposes to a community of abstract rules. Altruism and solidarity lose their moral quality when they have to be enforced because the common perception of goals is missing. (Hayek, 2013, 241-242)

Mostra-se aqui a reatualização de Hayek da temática das paixões por meio de sua teoria da informação. Não é que o altruísmo e a cooperação não façam parte da psique e das motivações humanas: fazem e são formas também importantes para a organização social. Não temos aqui uma natureza humana pensada dogmaticamente, o *self-love* nem mesmo é eleito como motor principal da ação, dado que concorre com o altruísmo. Porém, Hayek prontamente acrescenta: altruísmo e solidariedade não oferecem a fundamentação adequada à sociedade estendida. Dado o crescimento da população e a explosão dos grandes centros urbanos - a conformação da "grande sociedade" - a solidariedade ampliada torna-se impossível³. Há duas ordens: uma das micro-sociedades, ou comunidades, e outra da sociedade expandida e, portanto, dois regimes diferentes da ação humana. A coletividade é restrita à comunidade fechada, na qual é possível pensar em fins comuns e sociais; o altruísmo é, porém, incompatível com as grandes sociedades contemporâneas, segundo o autor.

O conceito de ideologia permite explorar os recursos discursivos que *restringem* as soluções possíveis aos problemas sociais concretos (Jameson, 1992). No complexo argumento de Hayek, as "escoras metafísicas" podem emergir à superfície se seguimos uma análise da suspeita (Ricoeur, 1988), tendo em conta a historicidade de seu discurso e a reformulação pretendida do liberalismo clássico. Aqui, o altruísmo é constitutivo da ação humana, pode até oferecer as bases para a organização social, mas *ele não é mais*

³ Hayek oscila, em verdade, entre a ideia da *impossibilidade* da solidariedade e a defesa da necessidade de abdicar dela. Ver Merquior, *op. cit.*, p. 192.



possível em nossos tempos. A justificação é ideológica porque diz da impossibilidade sem evidência. Ainda que Hayek apele à “observação empírica”, o fundamento do seu argumento é, em verdade, um ontologia que bloqueia, *de início*, a possibilidade de construção de solidariedade ampliada e objetivos sociais comuns na grande sociedade. A associação humana é limitada, o que faz da sociabilidade da “grande sociedade” o único caminho. O autor ontologiza o presente, em resumo, defendendo a organização atual como a única possível.

Há semelhanças entre a crítica ao *design* social e a resistência de Hayek em conceber uma coletividade ampliada. Lá, o autor não consegue imaginar um *plano coletivo* de transformação social - que significaria a erosão dos privilégios da propriedade - e força a associação entre socialismo e implementação de um projeto *individual*, de *uma mente*. Aqui, o coletivo é mais uma vez impossível, e qualquer sentimento de comunidade em grupamentos humanos maiores está fadado ao fracasso. Essas voltas sem justificativa, que são quase petições de princípio, nos levam a crer que a sua ontologia social implica, desde o início, a impossibilidade de conceber *ação e vontade coletivas*. Percebe-se que não é o objetivo de Hayek *negar a existência* da solidariedade dentro da grande sociedade, e sim restringi-la a pequenas associações, em pequenos grupos com interesses alinhados. Curiosamente, o esquema de Hayek inclusive valida a organização e a solidariedade para a defesa de interesses políticos na micro-sociedade - as elites econômicas, por exemplo -, mas considera inválido um tal alinhamento para grupos maiores - o que seria o caso da organização política dos despossuídos, por serem maioria. E a consequência necessária de uma expansão da solidariedade é a *destruição da grande sociedade* e de todas as suas conquistas.

iii. Cosmos e seleção social

Na sua teoria da evolução cultural, Hayek confere aos indivíduos a habilidade de reconhecer a melhor forma possível de organização social, o que permite que a sociedade de mercado seja selecionada como o melhor modo de organização⁴. No avanço da defesa de Hayek, essa ordem revela-

⁴ Marx também estava consciente do que há de “não dirigido” da ordem do mercado, mas nessa passagem irônica, ressalta os momentos de intencionalidade na configuração da *norma*. “Elas sabem que a atual ‘ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária’ só pode dar lugar à ‘ação espontânea das leis da economia social do trabalho livre e associado’ mediante um longo processo de



se, porém, *eterna*: mais uma vez nos deparamos com o momento ideológico, enquanto *restrição do possível*. Hayek não parece conceber a possibilidade de “selecionar” outra forma de organização social após o advento da sociedade de mercado. O que aconteceria se a experiência coletiva mostrasse a maior adaptabilidade de outros modos de ordenamento para o funcionamento da sociedade, a partir do diagnóstico dos grupos em luta política a respeito da disfuncionalidade do ordenamento atual, expresso na sua insatisfação e defesa da necessidade de transformação⁵? Hayek diria que essa seleção seria ilusória, afinal ele afirma de modo pouco justificado a impossibilidade de se encontrar outra forma de organização social, mesmo que pelo reconhecimento propriamente sensível dos males da sociedade de mercado, como parte da experiência da classe trabalhadora.

Outro componente ideológico na sua separação entre *cosmos* e *taxis* é a abstração do poder na conformação da norma “espontânea”. Ainda que Hayek sustente que a agência do indivíduo frente o organismo social é insignificante, ele reconhece, como vimos, a existência de associação livre entre pequenos grupos que poderiam, sem prejuízo ao seu arranjo teórico, influenciar a forma de organização social. Temos aqui uma incoerência, na medida em que ele ora nega, ora afirma a possibilidade de influenciar a organização social por meios políticos. Afinal o que garante que o modo de organização da sociedade de mercado não foi defendido por grupos de poder que se beneficiaram dela? A associação de pequenos grupos com interesses alinhados é uma lacuna no argumento de Hayek, porque abre caminho para algum nível de dirigismo do processo social na conformação do *cosmos*, incluindo a organização de classe. Se não há espaço para que uma micro-sociedade seja forte o suficiente para *impor* a ordem à grande sociedade⁶, abre-se, todavia, um flanco para a analítica do poder marxista: podemos pensar que os grupos dirigentes têm poder suficiente para *impor a*

desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a ‘ação espontânea das leis econômicas da escravidão’ e com a ‘ação espontânea das leis econômicas da servidão’”. MARX, Karl. “Primeiro rascunho”. In: *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 132.

⁵ A partir, por exemplo, de ontologias e normatividades resistentes à lógica do capitalismo hoje (Jaeggi e Fraser, 2020).

⁶ Tampouco o faz Marx: pode-se dizer que sua visão - seguindo a leitura de Lukács em sua *Ontologia* - está bem próxima da ideia de *ordem espontânea*, dado que a lógica do capital não é produto de uma mente ou de um grupo, sendo o organismo social “a síntese dos pores teleológicos”, individuais, mas mediados pela coletividade.



agenda da sociedade civil-burguesa. Isto é, têm o poder de estratificar a “norma” mais afeita aos seus interesses. Assim, quando levamos em conta o poder, a ideia de ordem espontânea de Hayek enfraquece, já que a sociedade pode ser cega à vontade individual, mas não necessariamente à pressão de grupo e, em nossos termos, à pressão de classe.

O economista e filósofo austríaco reconhece a existência do poder, apesar de ocultá-lo em sua narrativa sobre a seleção natural da melhor ordem possível. Podemos dizer que chega mesmo a encobrir toda a sua extensão: discutindo a manutenção da grande sociedade, Hayek (1985) é um defensor do “assentamento” ou tradução da “ordem espontânea” em ordenamento jurídico, a fim de *estratificá-lo*. Ou seja, a ordem que surge “espontaneamente” deve ser assegurada por um arranjo jurídico coercitivo para que não seja destituída. Não seria isso uma forma de *criação ou design* da ordem, que necessita inclusive de pressão política e poder de intervenção de seus partidários?

Contudo, o discurso sobre o “mecanismo de seleção” apresentado por Hayek abstrai o poder, sobretudo a possibilidade aberta aos grupos dirigentes de *moldar* a norma por meio da *violência*, da guerra. Seria esse o caso, por exemplo, dos cercamentos de terra, tal como analisados por Marx; ou ainda, da necessidade de regulação e coordenação do processo de desenvolvimento da sociedade de mercado, tal como exposta por Karl Polanyi. Abstraindo o poder e a coerção estatal, baseando sua narrativa na pretensa espontaneidade da sociedade de mercado, Hayek exige-se inclusive de explicitar o *funcionamento* dessa seleção: não há maiores considerações sobre como um modo de organização que surge por acaso, em um local determinado, é capaz de difundir-se e espalhar-se espontaneamente. A abstração do poder e da política é uma forma de contornar essa lacuna.

Como dissemos a propósito dos cercamentos de terra, poderíamos avançar à dinâmica do imperialismo e da colonização, evidenciando a omissão, na narrativa de Hayek, do uso da força para a criação de uma sociedade global sob o jugo do capital. É importante para o capitalismo a destruição da vida comunal que fora da sua lógica, por meio da apropriação espúria e a sujeição de populações inteiras através da guerra, da conquista territorial e da manutenção de colônias. Numa rápida referência factual, poderíamos dizer que o espriamento da sociedade comercial pelo globo se deu antes pela violência do que pela disseminação por “seleção”. O silenciamento da própria história da sociedade comercial é um outro indício



da estratégia de contenção do discurso de Hayek, que vê uma coleção de ações direcionadas a um fim - qual seja, a acumulação privada e a coerção da sociedade de mercado - como um *acaso*, sem intervenção, sem disputa política e sem poder.

Num caso de flagrante contradição em relação à dimensão individualista, Hayek (1958, p. 26) chega a menosprezar a individualidade e a satisfação pessoal, ao defender a dimensão coletiva de homogeneização dos sujeitos, necessária à manutenção da sociedade de mercado:

This cult of the distinct and different individuality has, of course, deep roots in the German intellectual tradition and, through the influence of some of its greatest exponents, especially Goethe and Wilhelm von Humboldt, has made itself felt far beyond Germany and is clearly seen in J. S. Mill's Liberty. This sort of "individualism" not only has nothing to do with true individualism but may indeed prove a grave obstacle to the smooth working of an individualist system. It must remain an open question whether a free or individualistic society can be worked successfully if people are too "individualistic" in the false sense, if they are too unwilling voluntarily to conform to traditions and conventions, and if they refuse to recognize anything which is not consciously designed or which cannot be demonstrated as rational to every individual. It is at least understandable that the prevalence of this kind of "individualism" has often made people of good will despair of the possibility of achieving order in a free society and even made them ask for a dictatorial government with the power to impose on society the order which it will not produce itself.

É necessário, segundo Hayek, uma boa dose de "aceitação da ordem" para a continuidade da sociedade de mercado. Segue em seu texto uma defesa da coerção, da criação de mecanismos de difusão do ideal liberal, numa verdadeira estratégia de convencimento que permita a *estratificação da ordem espontânea*, na contramão da justificação da ordem liberal pelo "mecanismo de seleção". O *cosmos* necessita, assim, de intervenção, da *transformação dos sujeitos*, a fim de adaptá-los à sociedade de mercado. Em termos mais claros: a própria sociedade de mercado precisa de *design* e *intervenção* para sua permanência como forma hegemônica de organização



social. E, mais uma vez, o argumento *hayekiano* pode mostrar a restrição ideológica ou “escora metafísica”. O *design* só é negado à coletividade que pretende “selecionar” uma outra ordem; por outro lado, é válido para assegurar a sociedade de mercado. E vai além: a proposta de intervenção para “estratificação da norma” é colocada por Hayek nos termos de uma *indução* do comportamento adequado à nova ordem da concorrência e da decisão na esfera individual. Justamente a propriedade privada e seu alastramento a todas as esferas da vida é o melhor mecanismo de indução dessas práticas.

Contornando a justificação da propriedade privada como *direito natural*, Hayek defende-na como a melhor forma de adaptação e indução dos sujeitos às práticas necessárias à grande sociedade, como única forma de coordenação das vontades particulares, dada a impossibilidade de definição de fins coletivos. Tem-se um curioso arranjo: ao *projeto neoliberal* é permitido o *design*, intervenção, a associação de agrupamentos e comunidades para a defesa da “ordem espontânea”. Já às demandas coletivas de transformação social, todos esses mecanismos do arcabouço mobilizado pelo autor são negados: os indivíduos devem se *ajustar* às forças da sociedade, por mais irracionais que pareçam (Hayek, 2013, p. 244). Caso defenda-se uma nova “ordem espontânea” coletivamente na forma da luta política da maioria, essa ordem *nova* é denunciada como i) *hiper-racional*, ii) impaciência das massas ou ainda iii) mera contra-norma.

Fechando a exposição das contradições desse modelo, passamos à questão da concorrência e da propriedade. Em sua discussão sobre o iluminismo escocês, uma variante do “individualismo verdadeiro”, em seus termos, Hayek (1958, p. 14) diz que foi profundamente influenciado pela grande intuição dessa escola: “how these limited concerns, which did in fact determine people's actions, could be made effective inducements to cause them voluntarily to contribute as much as possible to needs which lay outside the range of their vision”. Além dos fatos da grande sociedade e da limitação da razão individual tornarem a sociedade de mercado a única possível, Hayek aponta para as grandes vantagens das quais é possível tirar proveito a partir desse arranjo, na medida em que a disseminação da informação e o esforço privado são *somados* em direção a uma maior opulência geral. A instituição da propriedade privada, a mais afeita a essa ordem, não só é a única possível, ela é como uma dádiva. O que leva, no argumento de *Individualism: true and false*, à defesa da herança e à desigualdade dos pontos de partida entre os indivíduos:



From the point of view of individualism there would not appear to exist even any justification for making all individuals start on the same level by preventing them from profiting by advantages which they have in no way earned, such as being born to parents who are more intelligent or more conscientious than the average. Here individualism is indeed less "individualistic" than socialism, because it recognizes the family as a legitimate unit as much as the individual; and the same is true with respect to other groups, such as linguistic or religious communities, which by their common efforts may succeed for long periods in preserving for their members material or moral standards different from those of the rest of the population" (Hayek, 1958, p. 31)

Se o acúmulo de poder na sociedade de mercado pode ser um subproduto, fruto de questões exógenas, incontroláveis e não racionais, a herança significa, pelo contrário, a manutenção do poder na forma do *clã*, dado o privilégio advindo da transferência de propriedade, que estratifica as diferenças sociais. E Hayek mobiliza o mérito não do ponto de vista do indivíduo, mas da família, da comunidade e até mesmo da religião. Há, segundo o autor, uma transferência hereditária de uma "sabedoria profunda" que justifica a manutenção dos privilégios de um *clã*, ou de uma classe, poderíamos dizer. A defesa da herança é uma forma de *deus ex machina* no argumento de Hayek, por não representar qualquer consequência necessária de seus pressupostos. A "transferência da sabedoria profunda" abstrai, novamente, dos primórdios da acumulação: a expropriação violenta. Hayek adere, assim, ao mito de fundação da sociedade civil-burguesa nos contratos livres e vantagens obtidas pelo "convencimento" e pela "informação".

Por último, o autor mobiliza também a tese da indivisibilidade das liberdades para justificar a ordem de mercado, como aponta Merquior (*op. cit.*, p. 191). Assim como outro expoente do *neoliberalismo*, Milton Friedman, o teórico austríaco defende que apenas com liberdade econômica é possível sustentar as liberdades política e civil. Diz ainda que "o jogo do mercado equilibra concentrações de poder político" (*ibidem*). O socialismo que Hayek critica, ao contrário, denuncia o poder coercitivo do mercado e sua estratificação inevitável. Ao tomar como indissociáveis a liberdade do indivíduo e a liberdade do mercado, o autor abstrai a coerção econômica. Não reconhece, portanto, a contradição das liberdades, dado que o poder do dinheiro e do capital acumulado, resultados do monopólio da



propriedade, são potencialmente limitantes da liberdade dos despossuídos. Como defendemos anteriormente e desenvolvemos na próxima seção, esse projeto ideológico de restrição do horizonte do possível, via *reatualização* do pensamento liberal, reformulando o *ceticismo contrarrevolucionário*, não nos parece um ponto isolado na história das ideias, e sim um momento ou parte de um projeto, ainda que sem um projetista.

As raízes do neoliberalismo e a dialética utopia-ideologia

124

Se o século XIX compreende as variantes social de John Stuart Mill e concorrencial de Spencer no liberalismo - uma acomodativa, a outra reativa - , no século XX temos a disputa entre o liberalismo social de Keynes e o *neoliberalismo* de Hayek, duas propostas divergentes de manutenção da sociedade de mercado. No interior desse quadro, acreditamos que o pensamento de Hayek pode ser entendido como o momento *contrarrevolucionária* do liberalismo no século XX: no sentido de ser mais que um mero *conservantismo*, por apresentar um arranjo teórico acompanhado de uma "teoria da revolução" que lhe dá base, seguindo o conceito de Compagnon. Consciente das lacunas do pensamento liberal, o autor formula um projeto que responde ao problema da revolução, mas no sentido da restrição do alargamento de horizontes proposto por ela. Afinal, Hayek chama de impossível, no plano teórico, aquilo que havia ocorrido de fato em 1917, a saber, a mobilização coletiva de um projeto de transformação social e a posição de fins comuns entre indivíduos.

Se o autor restringe a esfera da ação ao espaço privado e fala da impossibilidade de valores coletivos, o próprio fato da revolução demente a noção da implausibilidade da ação coletiva, da *práxis transformadora*. Hayek classifica o projeto de transformação como uma *ilusão*, por conta da impossibilidade da solidariedade ampliada: o máximo que o coletivismo pode implementar é a *taxis* do planejador central. Concordando que engenharia social de um indivíduo é de fato um problema a ser evitado por todo corpo político que se pretende transformador⁷, ainda assim não cabe a

⁷ Nesse sentido, o comentário de Marx (2011, p. 60) sobre a Comuna de Paris e seu caráter coletivo, não determinado e baseado na *práxis* é instrutivo sobre a forma da ação revolucionária: "A classe trabalhadora não esperava milagres da Comuna. Os trabalhadores não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir *par décret du peuple*. Sabem que, para atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento



objeção em bloco a qualquer impulso coletivo de conformação de uma sociedade baseada na solidariedade e na justiça social, entevendo nesses projetos a degeneração das conquistas liberais, como faz Hayek.

A revolução é condenada de início, dada a inevitabilidade da barbárie caso haja associação coletiva e transformação social. Nisso consiste a teoria da revolução: a identificação dos pilares do socialismo, inclusive de seus componentes subjetivos - crença na transformação, na decisão coletiva e na solidariedade -, junto do esforço de reformular o liberalismo, modificar as suas teses e “responder” às aspirações de transformação. A construção da nova sociabilidade, de uma sociedade sem classes, é então dita impossível, numa versão do constrangimento ideológico discursivo.

De todo modo, a contrarrevolução neoliberal se conforma também como projeto de atuação política: o debate filosófico e sua ontologia não esgotam a estratégia de contraposição às aspirações emancipatórias, como bem apontaram Dardot e Laval (2016), no livro *A nova razão do mundo*. Podemos dizer que, acima das teses teóricas dos autores deste projeto neoliberal - dos ordoliberalis alemães até Mises, Hayek e Friedman, em sua versão americana -, encontra-se uma estratégia de criação, de forja de uma *nova mentalidade*, com um projeto consciente de intervenção. A ordem espontânea, paradoxalmente, também requer *design*: o que traduz-se, nas recomendações dos neoliberais, num plano de tornar a *concorrência* a regra geral para as relações interpessoais.

O plano de intervenção, endossado por Hayek, como vimos, propõe a criação de mercados regidos pela concorrência em todos os campos possíveis da vida social, a fim de *aclimatar* os indivíduos à nova ordem. A “nova razão do mundo” é a concorrência, a ser inculcada em todas as esferas, transformando os sujeitos em “empresários de si”. A disseminação ampla e irrestrita do ideal neoliberal tem como objetivo a restrição da esfera da solidariedade. Configura, assim, uma dupla estratégia: no campo teórico, afirma a impossibilidade desta solidariedade, já na forma de política de Estado, se dedica a solapar os espaços possíveis de solidariedade ampliada.

O movimento contrarrevolucionário do neoliberalismo, em sua tentativa de desarranjar as aspirações utópicas alargadas, conforma um

econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm nenhum ideal a realizar, mas sim querem libertar os elementos da nova sociedade dos quais a velha e agonizante sociedade burguesa está grávida”.



discurso a partir do seu contrário, a restrição ideológica, propagandeando a “nova razão”. Tudo concorre para a justificação da sociedade de mercado como a única possível: seja teoricamente, seja na *implementação real da norma da concorrência*, como forma de estancar qualquer movimento coletivo contra-normativo ou gestado a partir de outras normatividades e ontologias. De um lado, o plano do discurso, de outro, a coerção estatal, nunca excluída a possibilidade de *violência do Estado* para a manutenção da norma.

Em tempos menos turbulentos, a estratégia propagandística surte efeito, não sendo necessário o uso da violência. O projeto neoliberal pode conseguir, em sua recusa da historicidade da sociedade - como atesta a ideia contraditória da sociedade de mercado como um *acaso eterno* -, ontologizar o presente e dirimir a imaginação utópica. Como discutem Adorno e Horkheimer (1985) em *Dialética do esclarecimento* a propósito da indústria cultural, os signos da cultura hegemônica exercem uma enorme pressão no sentido da adequação subjetiva à ordem capitalista. O resultado é a “liquidação do trágico”: a conformação de um sistema quase total de controle por meio da propaganda da “nova mentalidade”, quase sem resistência; subjetivamente, representa a repressão das pulsões de transformação e negação do existente, o recalçamento das figuras utópicas.

Quando a concorrência e a fiel aceitação da norma liberal regem a consciência subjetiva, a revolta, a sublevação e a recusa do mundo dado são cortadas na *fonte*, por conta do medo da *tragédia*, desencadeada pela contestação da norma. A negação da ordem leva à punição, tendo como resultado a marginalização social total no mundo administrado. A colonização das esferas da vida obstrui a construção de uma sociabilidade em outras bases. Subjetivamente, a aniquilação de outras formas de ser em comunidade e de práticas alternativas é equivalente ao modo imperialista de aniquilar os modos de vida não capitalistas. Tudo isso concorre para a ontologização do presente, reforçando o constrangimento ideológico, tornando a propaganda ainda mais eficaz.

Como indicado na letra do próprio Hayek, o neoliberalismo tem um ideal de normalização e homogeneização subjetiva, o que acaba por facilitar a dominação e o controle da consciência, via “internalização da norma”. Tudo concorre para o descrédito do projeto de transformação social: de um lado, o discurso manifesto na esfera pública - com a difusão das ideias neoliberais em *think tanks*, universidades, institutos de pesquisa, visando a criação de um consenso (Dardot e Laval, 2016) -; de outro, num plano mais



sutil, a propaganda ideológica via indústria cultural e imposição da concorrência às variadas esferas da vida. Completando o quadro de dissuasão da contestação da norma, a ordem liberal faz o uso da violência estatal quando necessário⁸. Os resultados subjetivos dessa dupla estratégia são bem trabalhados por Zizek e Fredric Jameson: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Vide a profusão de produtos da indústria cultural sobre o apocalipse, a destruição completa da terra por guerras ou danos ambientais irreparáveis, além das diversas distopias de uma vida de sofrimento e carências. Tudo está no horizonte da *fantasia*, menos o fim do capitalismo. Entendido como a fase final e mais bem acabada da sociabilidade humana, além de, claramente, a *única possível*, suas patentes tendências destrutivas não conseguem mais despertar a insatisfação e o impulso de transformação, movimentos ditos fadados ao fracasso.

Retomando o *contrarrevolucionário* no argumento neoliberal, é paradoxal a condenação do chamado *coletivismo* em nome da liberdade, dada a aceitação da intervenção e do *design* para a estabilização da nova ordem e da nova racionalidade. Isso nos leva a crer que, para essa “nova razão”, a concorrência e a sociedade de mercado são como as “fases últimas” da aventura humana, ontologizadas na teoria e forjadas jurídico-culturalmente. Para avançar a discussão da utopia como forma de transcendência, tomemos o comentário de Ricoeur (2015, p. 319) a Mannheim:

O traço diferencial é que a utopia é “situacionalmente transcendente”, ao passo que a ideologia não o é. Como sugeri em momento anterior, o critério que permite determinar quem conhece a “realidade” de uma situação e pode assim decidir sobre o que é transcendente coloca outro problema. O segundo aspecto do caráter transcendente da utopia é que ela é fundamentalmente realizável. Isso é importante, pois um preconceito vai de encontro à utopia: ela seria somente um sonho. Ao contrário, Mannheim sustenta que ela abala a ordem estabelecida. Assim, uma utopia está sempre em vias de

⁸ Como diz Marx (2011, p. 55), “Após toda revolução que marca uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado revela-se com uma nitidez cada vez maior”.



realizar-se. A ideologia, ao contrário, não tem de ser realizada, visto que é a legitimação daquilo que é.

Também junto de Ernst Bloch (2015, pp. 143-144), poderíamos pensar a esperança como estruturante da vida humana, e a utopia como uma *função* dessa esperança:

Pois o olhar para a frente se torna tanto mais aguçado quanto mais claramente se torna consciente. Nesse olhar, o sonho quer ser plenamente claro; a intuição, correta, evidente. Só quando a razão toma a palavra, a esperança, na qual não há falsidade, recomeça a florescer. O próprio ainda-não-consciente deve se tornar *consciente* quanto ao seu ato, consciente de que é uma emergência, e *ciente* quanto ao conteúdo, ciente de que está emergindo. Chega-se assim ao ponto em que a esperança, esse autêntico afeto expectante no sonho para a frente, não surge mais como uma mera emoção autônoma [...], mas de modo *consciente-ciente* como *função utópica*. Seus conteúdos são oferecidos primeiramente em representações, essencialmente nas da fantasia, que diferem das representações de recordação. As representações da fantasia não compõem tão-somente o que já existe, de modo aleatório (mar petrificado, montanha dourada e coisas semelhantes), mas também o que dá continuidade, de modo antecipatório, ao que existe nas possibilidades futuras de seu ser-diferente, de seu ser-melhor.

São justamente estes dois aspectos da utopia - transcendência e figuração antecipatória do ser-melhor, tais como desenvolvidos por Ricoeur e Bloch - que o discurso *neoliberal* pretende vetar, coibir, desqualificar. Numa última aproximação, poderíamos dizer que o que está em jogo nessa dialética utopia-ideologia é a mobilização dos afetos e das *paixões humanas* e o direcionamento dessas pulsões. De um lado a defesa do *amor próprio*, no auto interesse imediato como guia da ação humana e da concorrência como modo de organização das relações interpessoais. De outro, a aposta na solidariedade ampliada e na construção de uma sociedade sem classes e cooperativa.

Num último comentário, é necessário pontuar que a estratégia de *governamentalidade* do neoliberalismo é potencialmente dissolvente do tecido social, ao se contrapor ao que há de aglutinador na experiência social



por meio da concorrência. As afinidades apontadas por Adorno e Horkheimer entre antissemitismo e esclarecimento são instrutivas. Tentando apagar a *animalidade* e iniciando um processo de *hiper-racionalização* do mundo social, o esclarecimento acaba de ter por *resto* ou *sobra* a possibilidade de mobilização dessas pulsões *arcaicas e primitivas* para fins espúrios. Algo parecido pode ser dito sobre a racionalidade neoliberal e o dogma da concorrência: ao diminuir os espaços de solidariedade social, pode fazer com que essas paixões e impulsos humanos recalcados retornem de outra maneira. Afinal a *função utópica* e o movimento aglutinador de grupo não desaparecem e podem, perversamente, ser mobilizados não em favor de uma sociabilidade ampla, mas de forma sectária. Daí os subprodutos do mundo encastelado das micro-sociedades no interior da grande sociedade: o antissemitismo, a xenofobia, a opressão às minorias e o fascismo. A dimensão expectante da vida, para falar com Bloch, pode se traduzir em utopia e projeto de mudança; mas a propaganda ideológica pode também apresentar o mesmo mundo excludente do presente em nova roupagem, como um projeto “novo”. Em vez da mudança, da negação do atual, o discurso ideológico pode criar a narrativa de um presente “decadente” e apresentar uma “saída nova” que é, na verdade, a radicalização dos problemas atuais. A função utópica é então degradada em ideologia excludente.

Essa “nova” aglutinação em torno de um projeto não se dá mais, todavia, com vistas a fins coletivos e genéricos: frequentemente envolve a eleição de um inimigo ou um “mal” a ser expurgado para a “restauração” da normalidade, como lembra Bloch (2015). O que há de *associativo* e *expectante* nas paixões e pulsões humanas é conduzido para o sectarismo. A solidariedade reduzida, ideal do *projeto neoliberal*, tem suas afinidades com os processos de agregação baseados na criação de um “outro” a ser excluído. A ausência de solidariedade ampla como projeto dá lugar a um terreno fértil para formas autoritárias de governo.

Assim, nos parece que a estratégia contrarrevolucionária do neoliberalismo constitui ela mesma um grande fator de desagregação social, potencialmente destrutivo da grande sociedade. O sectarismo parece ser o resultado do seu processo de apagamento da solidariedade e implementação da *nova racionalidade*. O acirramento das tensões sociais não está inscrito no próprio projeto desde o seu início, mas a possibilidade de radicalização e destruição de qualquer sentimento coletivo mais abrangente podem ser pensadas na chave do “retorno do recalçado”. A



desagregação causada pelo neoliberalismo pode, enfim, abrir espaço para a violência e para a agonia social se não houver o contrapeso da aspiração pela transformação da vida com vistas a uma solidariedade alargada.

Considerações finais

130

Tentamos mostrar neste texto como o neoliberalismo de Hayek é um momento da contrarrevolução no século XX. Nos parece que o discurso neoliberal em geral faz parte de uma “estratégia sem estrategista” de contraposição à Revolução Russa de 1917, gestado nos anos seguintes a ela como uma resposta aos problemas e demandas populares emancipatórias desta época. Posteriormente, após os anos de 1970, é mais uma vez mobilizado, agora não só como teoria social, mas como *projeto de governo*, no momento das agitações populares em torno do Maio de 1968 e das lutas anti-colonialistas. Por isso acreditamos que o neoliberalismo pode ser lido na chave da contrarrevolução, tal como elaborada por Compagnon (2011), ou seja, como resposta à revolução que possui uma teoria dela e avança a proposição de nova ordem.

Inspirados no conceito de ideologia de Jameson e Ricoeur, buscamos expor alguns fundamentos e lacunas da defesa de Hayek do “liberalismo verdadeiro”, teórica e praticamente. Analisando brevemente a metapsicologia, a teoria do conhecimento e o conceito de grande sociedade do autor, mostramos como é possível compreender que o neoliberalismo *hayekiano* possui uma ontologia social que restringe o horizonte do possível da ação humana de forma, acreditamos, infundada. Compreendendo limites de seu *ceticismo liberal*, de sua ideia de evolução cultural e de sua justificação da sociedade de mercado, acreditamos ter indicado algumas *petições de princípio* de seu argumento. E elas se mostram, numa análise da dialética utopia-ideologia, como “escoras metafísicas”, modos de silenciar o “ponto de impossível” deste modelo de pensamento.

Após a análise dos argumentos de Hayek contra o coletivismo e em defesa da sociedade de mercado, ressaltamos que mesmo a sociedade de mercado necessita intervenção para consolidar-se, o que nos leva ao neoliberalismo prático, enquanto forma de governo. Utilizando-nos da ideia de uma “nova razão do mundo”, apontamos brevemente como o neoliberalismo se estrutura também enquanto proposta normativa, de introdução das relações de concorrência e do mercado em quantas esferas



da vida forem possíveis por meio seja da cultura, seja do ordenamento jurídico.

Por fim, a partir da discussão teórica e prática do neoliberalismo e retomando os momentos ideológicos da teoria de Hayek, retomamos a ideia de contrarrevolução como forma de estreitamento da imaginação utópica. Junto da indústria cultural, a implementação de um ordenamento jurídico e cultural pautado na concorrência e a tentativa de eliminar os espaços de solidariedade ampliada - pautados por outras práticas, ontologias e normatividades - têm como consequência o assujeitamento dos indivíduos à "nova razão do mundo", eliminando o tanto quanto possível a dissidência e a capacidade de imaginar outros mundos que não o do capitalismo. Além da permanência da exploração e da expropriação, falamos ainda de como as tentativas de eliminar a solidariedade são disruptivas do próprio laço social, podendo, paradoxalmente, causar danos irreversíveis à sociabilidade da grande sociedade, colocando fim às liberdades individuais por abrir espaço para discursos fascistas, sectaristas e excludentes.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2016.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2015.
- COMPAGNON, Antoine. **Os antimodernos**: de Joseph de Maistre a Roland Barthes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- HAYEK, Friedrich. "Individualism: true and false". In: **Individualism and economic order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- _____. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- _____. "The overrated reason". In: **Journal of the History of Economic Thought**. Vol 35, n. 2, junho/2013.
- _____. "Socialist Calculation: The Competitive "Solution"", **Economica**, New Series, 7(26): 125-149, 1940.



- JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**: narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. **The prison-house of language**: a critical account of structuralism and russian formalism. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- MARIUTTI, Eduardo. Sobrevivência do maior número: notas sobre o pensamento de Hayek. **Novos estudos CEBRAP**. v. 35, n. 3, pp. 53-64, 2016.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo**: antigo e moderno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
- RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- _____. **O conflito das interpretações**. Trad. M.F. Sá Correia Porto: Rés, 1988.

Recebido em: 04 jun. 2021 | aceite em 20 jul. 2021



Desenvolvimento como farsa e a saída Decolonial

Nathan Santos¹
Marcela Darido²

133

Resumo

No presente artigo, baseando-se nas teorias decoloniais latino-americanas, propomos uma crítica às noções de desenvolvimento. Quando foram destituídos os poderes metropolitanos nas ex-colônias, os processos de independência deflagraram o desenvolvimento do capitalismo para além da Europa e a América constituiu o lócus privilegiado para a continuidade do saque e dominação colonial sob a égide do capitalismo. Junto às relações de produção do assalariamento e propriedade privada, os padrões de consumo e a consolidação dos Estados-Nação modernos no Novo Mundo, instaurou-se a cosmovisão capitalista. Uma história unilinear, um único modo de viver e somente um padrão de produção de conhecimento e organização social, difundido com êxito pelo Imperialismo. A noção de desenvolvimento como farsa denota a reprodução inacabada, imperfeita e colonial da civilização burguesa, disposta pelo arcabouço que constrangeu o pensamento econômico e social na América Latina. A superação de tal farsa reside na decolonização do saber e na práxis revolucionária.

Palavras-chave: desenvolvimento; teorias decoloniais; América Latina.

¹ Doutorando em desenvolvimento econômico pelo IE/Unicamp e mestre em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. | nathan.santos08@gmail.com

² Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Graduada em Educação Física pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. | marcela.darido@gmail.com



Resumen

En este artículo proponemos una crítica de las nociones de desarrollo, basada en las teorías descoloniales latinoamericanas. Cuando los poderes metropolitanos fueron depuestos en las antiguas colonias, los procesos de independencia desencadenaron el desarrollo del capitalismo más allá de Europa y América constituyó el lugar privilegiado para la continuación del saqueo y la dominación colonial bajo la égida del capitalismo. Junto con las relaciones de producción asalariada y la propiedad privada, los patrones de consumo y la consolidación de los Estados-nación modernos en el Nuevo Mundo, se estableció la cosmovisión capitalista. Una historia unilineal, una forma de vida única y un solo patrón de producción de conocimiento y organización social, difundido con éxito por el imperialismo. La noción de desarrollo como farsa denota la reproducción inconclusa, imperfecta y colonial de la civilización burguesa, ordenada por el marco que constreñía el pensamiento económico y social en América Latina. Superar semejante farsa pasa por la descolonización del conocimiento y la praxis revolucionaria.

Palabras-clave: desarrollo, teorías decoloniales; América Latina.

Abstract

In this article we propose a critique of the notions of development, based on Latin American decolonial theories. When the metropolitan powers were deposed in the former colonies, the independence processes triggered the development of capitalism beyond Europe and America constituted the privileged locus for the continuation of colonial plunder and domination under the aegis of capitalism. Along with wage-earning production relations and private property, consumption patterns and the consolidation of modern nation-states in the New World, the capitalist cosmovision was established. A unilinear history, a single way of life and only one pattern of knowledge production and social organization, successfully spread by Imperialism. The notion of development as farce denotes the unfinished, imperfect and colonial reproduction of bourgeois civilization, arranged by the framework that constrained economic and social thought in Latin America. Overcoming such a farce lies in the decolonization of knowledge and revolutionary praxis.

Keywords: development; decolonial theories; Latin America.

Introdução

“A modernização é a instrumentalização da razão dominante que o capital impõe”³. Sustentamos, no presente artigo, que o desenvolvimento é o veículo da modernização para a América Latina. Isto o coloca como a expressão técnica da racionalidade capitalista sendo, portanto, burguês, eurocêntrico, correspondente à dominação racial e sexual. Se o colonialismo é o pecado original do capitalismo, o desenvolvimento na América Latina é anátema, embora tenha se fantasiado como o caminho da salvação. Aqui, negaremos a salvação; buscamos Aruanda. Rejeitamos o eurocentrismo

³ Quijano (1991), *tradução nossa*.



como modo de produção do conhecimento e abrimos os caminhos em direção a libertação e emancipação de todos os povos pela práxis que as teorias decoloniais imperam.

Também, a modernização é a continuação da dominação e exploração colonial; o modo pelo qual o capital articulou a divisão internacional, sexual e racial do trabalho para manter a extração de riquezas das antigas e neocolônias, direito *divino* dado à Europa e aos EUA. A dominação política direta é suprimida pela emergência de burguesias nacionais/locais que passam a operar em todo globo, mantendo a dependência via relações organizadas pelo capital. Por último, a lógica do capital é tal que comporta apenas a exploração e dominação, em todos os âmbitos da vida humana.

Em sequência, temos que a concepção de desenvolvimento econômico sempre foi controversa (Chang, 2010). O termo, em geral, sugere um processo de mudança que tem como fim algo “superior” ao estado inicial. Nesse sentido podemos entender desenvolvimento como um termo relacional, que depende de uma preconcepção do que seria esse tal “estado superior”. Sendo assim, os fins e os meios desse processo de mudança estão balizados nas concepções sociais que delimitam os diferentes paradigmas que tomam o desenvolvimento como mote. Em que pese as diferenças teóricas, o desenvolvimento está dotado de um sentido concreto, que diz respeito à modernização e o eurocentrismo, como aventado anteriormente.

Isto é, tanto o estado superior, ponto de chegada, quanto os diferentes meios defendidos por diversas teorias, se inscrevem em um único modo de produção de conhecimento: o *eurocentrismo*; e, com um objetivo em particular: a *modernização*. Temos como modernização o processo de inserção das ex-colônias na modernidade, isto é, o padrão civilizacional disposto pelo capitalismo e suas novas relações sociais de produção. Processo este orientado pela Colonialidade do poder⁴ e posto em prática pelas tentativas desenvolvimentistas na periferia⁵ do capitalismo. O

⁴ “Quando o colonialismo foi eliminado, a relação colonial de dominação entre ‘raças’ não só não se extinguiu ao mesmo tempo, mas se fez em muitos casos mais ativa e decisiva na configuração do poder, deslocando-se de uma institucionalidade (o colonialismo) a outra (países independentes e/ou Estados-Nação) e em consequência rearticulando-se em escala global. Disso dá conta o conceito de colonialidade do poder.” (QUIJANO, 2000 p.47, *tradução nossa*)

⁵ Utilizaremos os conceitos de centro/periferia para traçar um diálogo com as teorias que cunham o termo. Nossa ressalva está no fato de que a teoria captura,



Eurocentrismo, por sua vez, é o modo de produção de conhecimento que decorre destas novas relações e da cosmovisão estabelecida pelo capitalismo.

Para a América Latina, diferentes concepções de desenvolvimento vieram à luz. Vale destacar a atividade da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que chegou a configurar uma escola de pensamento econômico. Para além, uma grande variedade de intelectuais, entre liberais e marxistas radicais, abordaram o tema, mas poucas dessas formulações levaram em conta a questão racial. De uma forma geral, elas podem ser divididas entre reflexões democrático-burguesas – como as teorias modernizadoras, associadas ao estrutural-funcionalismo – e socialistas – ligadas à teoria do imperialismo –, havendo algumas tentativas de emancipação, que não sucederam. Entretanto, o que elas têm em comum é o fato de compreenderem a realidade de forma parcial e distorcida (Quijano, 2005).

A partir da década de 1990, na América Latina, começam a se desenvolver as teorias denominadas decoloniais. Essas podem ser vistas como uma continuidade da luta de resistência protagonizada dentro dos países periféricos contra o capitalismo colonial/moderno, contando com intelectuais de diversas áreas do saber, e sua reflexão se dá sobre as relações de dependência e colonização mundial. Tais estudos trouxeram um importante aporte para o entendimento das possibilidades e limites do desenvolvimento econômico, assim como um profundo questionamento sobre o que deveria ser *desenvolvimento*.

Nossa reflexão aborda as principais correntes do desenvolvimento econômico na América Latina, com o objetivo de desvelar sua incapacidade de transformação social e compreensão acertada da concretude das relações sociais. Decorre desta abordagem a noção do desenvolvimento como farsa e a alternativa na práxis revolucionária da autonomia e emancipação da modernidade ocidental capitalista.

Contexto histórico mundial

Quando pensamos nas teorias de desenvolvimento com foco no Brasil e na América Latina, falamos do período após a Segunda Grande Guerra,

geralmente, somente o âmbito econômico das relações de subserviência e dominação entre os países centrais e periféricos.



marcado por continuidades e transformações. Como principal elo de continuidade apontamos a Colonialidade do poder, considerada relação de poder mundial que suplantou as relações de poder do período colonial, capaz de garantir a continuidade das relações desiguais entre ex-colônias e antigas metrópoles. Ela se coloca como uma relação de dominação mundial que se mantém mesmo após a independência das colônias, pode ser entendida também como “uma associação de interesses sociais entre os grupos dominantes (classes sociais e/ou “etnias”) de países desigualmente colocados em uma articulação de poder, mais que uma imposição do exterior.” (Quijano, 1992, p. 11, *tradução nossa*).

A segunda continuidade é o marco temporal do Imperialismo, a fase monopolista do capitalismo internacional, analisada por Lenin (2012). Como já apontado por Marx (2013), o capital, historicamente, passa por um processo de concentração e centralização. Esse processo tem no imperialismo sua fase superior, contando com a formação do capital financeiro, um acirramento da dominação dos países periféricos pelos países centrais, assim como da concorrência intercapitalista mundial. Esse processo fez com que eclodissem as conhecidas primeira e segunda Grandes Guerras.

Como parte das transformações, temos o processo de inserção dos Estados Unidos como nova potência mundial e o fortalecimento do chamado bloco socialista no pós-guerra, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Além da clara mudança na divisão do poder mundial, a Guerra Fria inaugura a divisão bipolar do mundo: de um lado a *civilização ocidental* capitalista liderada pelos Estados Unidos, chamada de primeiro mundo; do outro, os países que viviam sob o regime do “socialismo realmente existente”, liderado pela antiga URSS e chamados de segundo mundo. Na periferia, se encontram os países do chamado “Terceiro Mundo” que eram disputados pelos dois blocos anteriormente citados. Nosso objeto se dirige a esses países, mais especificamente, a América Latina.

Nesse cenário, a civilização ocidental precisou renovar seus paradigmas de superioridade, difundindo a modernidade para o Terceiro Mundo em disputa. Quijano (2014) organiza oito importantes pontos para pensarmos mais profundamente nas mudanças e continuidades dessa nova realidade: i) no âmbito do capital industrial houve uma revolução científico-tecnológica, que gerou desemprego estrutural; ii) financeirização industrial; iii) tecnocratização/instrumentalização das subjetividades e do horizonte do sentido histórico específico da Colonialidade/modernidade/eurocentrada; iv) o fortalecimento do capital industrial/financeiro e a derrota dos setores da



burguesia internacional nazi/fascistas possibilitou a desintegração do colonialismo na Ásia e África; v) consolidação do chamado socialismo realmente existente; vi) a divisão do mundo em dois campos políticos, que confluíam na nova visão de modernidade e premiavam os novos movimentos sociais que giravam em torno de eixos como a ética social do trabalho, gênero, subjetividade e autoridade coletiva; vii) o surgimento de um novo padrão de disputa/conflito social em torno das questões de raça, etnia e gênero, e; viii) derrota dos movimentos antiautoritários, antiburocráticos pelo mundo e a imposição da globalização.

Portanto, o fim da Segunda Grande Guerra trouxe – em conjunto com a divisão do mundo em dois campos de influência (soviético e norte-americano) – uma disputa entre duas perspectivas de desenvolvimento, uma ligada ao avanço do capitalismo e outra a uma transformação social balizada numa revolução do modo de produção. Para a última, o desenvolvimento só seria possível no socialismo. Outra consequência importante foram os processos de independência nacionais focalizados principalmente na Ásia e na África, que junto com a América Latina formaram o chamado Terceiro Mundo, composto de países formalmente independentes com uma economia dependente.

N'Krumah (1967) descreve com minúcias os instrumentos utilizados pelo imperialismo para manter a extração neocolonial de riqueza e dominação política na Ásia, África e América Latina. Algumas atividades formaram forçosamente novos mercados, por meio de serviços de rádio e informação, cinema e interação internacional de associações de trabalhadores norte-americanos, o que difundia padrões de consumo, ética do trabalho e relações produtivas capitalistas. Também, a consolidação do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e diversas ações de "auxílio" econômico via Organizações das Nações Unidas (ONU) deixaram o Terceiro Mundo suscetível a entrada de capitais que acompanhava uma supervisão e obtenção de dados econômicos.

Mesmo com a reorganização mundial, a diferenciação do centro como espaço de controle do capital como relação social e da produção permanece. O paradigma modernidade/colonialidade/eurocentrada⁶, apontado pelos estudos decoloniais, ainda se coloca como ideologia hegemônica influenciando as teorias do desenvolvimento. Seja pela via de repetição da trajetória dos países centrais – para as teses que tentam criar

⁶ Cf. Quijano (1992).



caminhos específicos, contudo mantendo como meta a realidade dos países capitalistas centrais –, ou mesmo para os que ansiavam uma mudança radical da realidade social pela revolução, a influência eurocêntrica é inegável.

“O conceito de desenvolvimento, como um cavalo de Tróia, nasce com a marca civilizatória do ocidente capitalista industrial para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo” (Lisboa, 1996, p. 14). Os teóricos que pensaram desenvolvimento como “desenvolvimento capitalista”, como Lewis (2010) e Rostow (2010), hegemonicamente aderiram à uma perspectiva de ampliação das relações de produção capitalistas. Esta aproximação liberal se compreendia como a forma de nivelar o desenvolvimento aos patamares dos países do centro. Os EUA se transfiguram no novo marco do desenvolvimento, deixando os Estados europeus em segundo plano. Mesmo com o surgimento da nova potência de dominação mundial na fase imperialista do sistema capitalista mundial, a hegemonia do controle da subjetividade, da cultura, do conhecimento e de sua produção ainda permanece eurocentrada.

Deste modo, partindo das reflexões de Quijano (2005) acerca da herança europeia nas ex-colônias, pode-se depreender que o que foi discutido dependeu do sucesso da reprodução da modernidade nos EUA. Tanto a homogeneização da classe trabalhadora pelo extermínio dos nativos e segregação dos negros, quanto o estabelecimento do modo de produção industrial e a consolidação de uma burguesia nacional, demarcaram o bem-sucedido ingresso dos EUA na modernidade. Isto posto, havendo um processo de tecnocratização/instrumentalização da racionalidade – como argumentamos –, ele ainda permanece de pertencimento branco/europeu e masculino. Expressão disso é a continuidade de sua perspectiva evolucionista eurocêntrica que é unidirecional, evolucionista e dualista⁷.

Mesmo sem nos estendermos na discussão sobre identidade, podemos demarcar algumas dinâmicas que se relacionam com a mundialização do capitalismo como modo de produção e a articulação de dominações extraeconômicas com o capital. Quijano (2005) aponta para o fato de que o contato do colonizador com as Américas possibilitou a emergência da primeira identidade: a América; seguida da Europa. Em consonância, surgem o *índio* e o *negro*, para justificar as relações de dominação da escravidão moderna, aglutinando dezenas de etnias e

⁷ Para Quijano (1992) essas são as características centrais da modernidade que tem seu marco inicial na colonização da América.



civilizações em duas identidades pelo colonizador – este, *branco* e europeu, mas que manteve suas diferenciações pela homogeneização ocorrida em cada um dos Estados unificados. As raças, socialmente construídas se tornaram o mais eficaz instrumento de dominação já verificado (Quijano, 2005). Tais relações de dominação – expressas na exploração colonial do trabalho escravo, tráfico negro e do capital mercantil – incorreram tanto na divisão internacional do trabalho, quanto na articulação do racismo enquanto estrutura capitalista. Isto é, a necessidade de difusão e réplica da civilização europeia moderna pelo mundo, ao invés de suplantar a divisão da humanidade em raças, deu continuidade a supremacia branca inaugurada no colonialismo.

Ainda, o patriarcado⁸ – sistema mais antigo⁹ que a classificação social em raças – também ganha forma especificamente capitalista pela sua subsunção ao capital. A divisão sexual do trabalho reflete nas relações sociais de produção de modo a cindir o trabalho produtivo e reprodutivo implicando uma dominação masculina/heteronormativa e burguesa, aprofundada pelas relações raciais. A articulação de tais estruturas com o capital possibilita um intrincado sistema de dominação que permite a exploração para âmbitos além do estritamente econômico. Deste modo, é necessidade que esse modo de vida incorpore as justificativas ideológicas para manter esse complexo sistema de dominação. É tarefa implacável do eurocentrismo a difusão da supremacia branca e masculina, em conjunto com os ideais iluministas de liberdade individual e igualdade entre os homens.

Com a construção de organismos multilaterais, a influência dos Estados Unidos se espalha até hoje para os países do Terceiro Mundo, levando a sua visão de desenvolvimento capitalista. N’Krumah (1967) destaca, para além do que já foi aventado, o modo como os EUA utilizavam o *governo invisível*¹⁰: diversas instituições supostamente desvinculadas ao governo, mas que estavam por demais relacionadas com as agências de inteligência norte-americanas. Também, por meio dele, os EUA determinavam a ação em convenções internacionais.

A CEPAL é um caso particular. Ligada à ONU, apresentou um espaço maior para as formulações que valorizam as propostas regionais de

⁸ Ver Saffiotti (2009).

⁹ Cf. Lerner (1986).

¹⁰ Termo que referencia Wise e Ross (1965).



desenvolvimento, como continuidade aos debates regionais que já aconteciam no Chile, México, Peru e Argentina (GROSFOGUEL, 2013). Filho e Corrêa (2011) destacam o modo pelo qual a esta instituição propôs, dos anos 1950 a 1970, interpretações que confrontavam a noção de desenvolvimento do centro do capitalismo, se configurando numa escola de pensamento. Como principal discordância, estava a noção da impossibilidade de reprodução do desenvolvimento norte-americano numa concepção natural e faseológica, pelo fato de que a divisão internacional do trabalho implicava na manutenção da deterioração dos termos de troca. Filho e Corrêa também argumentam que, atualmente, a CEPAL adere ao arranjo institucional da ONU, dirimindo a força e atividade de contestação. Para nós, a continuidade entre o seu contexto de criação e trajetória diz respeito ao sentido da modernização colonial.

Filho e Corrêa (2011) descrevem essa dinâmica sem qualificar o que pretendemos argumentar, destacando a criação da CEPAL em conjunto com outras quatro Comissões Econômicas, em 1948. Eles ressaltam o objetivo de contribuir ao desenvolvimento econômico latino-americano via coordenação de políticas desenvolvimentistas e integração da região e uma missão, em um espaço multilateral e supranacional de governança política, que se inscrevia nos “valores próprios da civilização ocidental” (Filho e Corrêa, 2011, p. 93)

Primeiro, mesmo as tentativas de autonomia e contraponto foram boicotadas pelos países centrais. Para os locais em que havia a ameaça do comunismo, como Coreia do Sul, a estratégia foi viabilizar o desenvolvimento capitalista. Em outros locais, havendo maior controle ou ausência do perigo comunista, minou-se a possibilidade de desenvolvimento, mantendo as relações de dependência. As elites nacionais agiram como sócios menores do centro do capitalismo. Segundo, uma comissão econômica que foi criada dentro dos marcos dos “valores próprios da civilização ocidental” e num espaço multilateral de governança política – no qual as relações de poder continuavam as do colonialismo –, tanto não poderia propor rompimento com as condições de dominação, como não seria direcionada para algo que não fosse a reprodução da civilização burguesa.

Por último, findando o colonialismo¹¹ no pós-guerra, não se extinguiu a dominação colonial e, principalmente, a racial. Pelo contrário, elas se

¹¹ Cf. Césaire (2006).



fortaleceram como a ferramenta essencial da nova configuração do poder mundial, segundo a teoria da colonialidade do poder. Assim, a relação entre raça e divisão internacional do trabalho se mantém intacta.

Passado colonial: América, o berço do capitalismo moderno e do subdesenvolvimento

142

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *identidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (Quijano, 2005, p. 107),

A construção do primeiro padrão de poder realmente mundial, associada ao primeiro modo de produção mundializado – o capitalismo –, se inicia com a acumulação primitiva (Marx, 2013). Como vimos, há uma relação estrutural da divisão entre raça, divisão do trabalho e que incorpora, também, a antiga divisão sexual do trabalho. O processo de racialização hierárquica dos povos conquistados foi uma arma importante para garantir o domínio colonial e, hoje, o imperialismo e neocolonialismo.

Essa relação de poder, ainda vigente, se constitui por três elementos centrais: a colonialidade do poder; o capitalismo colonial/moderno, e; o eurocentrismo. Quijano define o eurocentrismo como “o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII” (Quijano, 2005, p. 115).



Apesar de manter raízes mais antigas, ela tomou hegemonia mundial seguindo o fluxo do domínio burguês europeu e sua conformação foi associada à secularização do pensamento dentro das necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/ moderno, estabelecido a partir da América

A constituição da modernidade é eurocentrada desde seu início. Coloca a Europa como exclusiva produtora e protagonista dessa modernidade e, nesse sentido, a própria modernização significa uma "europeização"¹². É nessas bases que o complexo cultural racionalidade/modernidade europeia se torna parâmetro universal. Colonialidade do poder, pode ser definida, então, como um sistema de controle social que cria hierarquias entre as populações (étnicas e raciais), atribuindo papéis e constituindo uma divisão do trabalho. (Quijano, 2005). Assim, as categorias de raça, cor e etnia se tornam essenciais, ou melhor, fundamentais na construção e na história do mundo e, principalmente, da América Latina. De um lado negros, indígenas e mestiços explorados e perseguidos com base na divisão racial e sua associada divisão do trabalho; do outro, brancos que se comportam como sócios menores do eurocentrismo e da supremacia racial branca, confluindo com os interesses da elite europeia e impossibilitando a conformação de um interesse realmente nacional.

Ao entender a divisão racial do mundo e sua relação intrínseca com a divisão internacional do trabalho, é possível perceber como a criação de novos sujeitos balizados nas diferenças raciais, a partir da colonização das Américas (negros, índios e mestiços), está intimamente ligada ao chamado subdesenvolvimento¹³. Sendo assim, a possibilidade de um desenvolvimento desses setores passa, necessariamente, por desvelar o racismo e a colonialidade do poder.

Segundo Quijano (2005), os países da América que possuíam maioria branca conseguiram estabelecer um Estado-Nação, o fizeram a partir da não

¹² Zea (1986) destaca a "Norte-mania" na América Latina, que se relaciona como uma continuidade da europeização, dada a ascensão dos EUA no pós-guerra. Ela expressava o fato de as elites crioulas desenvolverem novas formas de colonialismo ao buscarem no Norte modelos que estimulariam o desenvolvimento.

¹³ Quando nos referimos ao subdesenvolvimento, recobramos a interpretação estruturalista do conceito. Apesar de não aderirmos à teoria, sua contribuição permite localizar nosso objeto – as ex-colônias latinoamericanas em modernização – e o caráter inerente de subordinação.



incorporação dos sujeitos não-brancos das sociedades. Já, nos países onde existe uma maioria de povos originários ou de negros e mestiços é possível perceber que a consolidação de um Estado-nação tem se colocado historicamente como um processo incompleto.

Essa leitura pode ser um importante complemento ao “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior. O autor não conseguiu interpretar as implicações da raça na formação do Brasil. Inclusive caiu na armadilha do racismo – aderindo a uma qualificação racial hierarquizada – ao defender que os negros tiveram papel passivo na formação do país, esta mais “resultante do simples fato da presença dele [do negro] e da considerável difusão do seu sangue, que uma *intervenção ativa e construtora*” (Prado Jr., 1987, p. 272, *grifos nossos*). Ainda assim o autor aponta a necessidade de superar as travas dos resquícios coloniais para a possibilidade de desenvolvimento nacional. Sua teoria de imperialismo, nesse sentido entra no rol de teorias que não conseguiram superar as amarras da colonialidade eurocêntrica.

Rist (1996) aponta que as relações entre colonizador e colonizado se transformam na nova dicotomia *desenvolvido/subdesenvolvido*. Isso estabeleceria uma nova relação entre os países que já não era mais de luta de libertação e/ou independência, mas de um possível desenvolvimento ilusório a partir dos modelos de progresso da modernidade ocidental, tendo como principal vitrine os Estados Unidos. Embora seja verdade que o molde estadunidense tenha se elevado ao objetivo dos países subdesenvolvidos, defendemos que as novas relações oriundas das relações colonizador-colonizado consubstanciam a colonialidade do poder. Que, por sua vez, deve ser fator central da luta de classes pela emancipação dos povos oprimidos e explorados.

As teorias do desenvolvimento

No período em que as teorias de desenvolvimento tomam força e proeminência, também se abrem novas expectativas e possibilidades de desenvolvimento para os países do chamado Terceiro Mundo¹⁴. Principalmente devido a consolidação dos Estados Unidos como potência mundial, o surgimento do Fordismo como novo paradigma da produção industrial e a destruição de importantes polos econômicos da Europa. Se

¹⁴ Cf. Fanon (1979).



inicia um período de “redistribuição” de recursos de produção e estruturas produtivas pelo mundo, que em nenhum momento ou de nenhuma forma significou a deslocamento do poder das grandes potências centrais, mas possibilitou certa prosperidade para os países periféricos (Quijano, 2014). Segundo Sen (1988), a discussão sobre desenvolvimento se concentrou, no período, em torno de formas para obter desenvolvimento econômico, em particular sobre o aumento do PIB e do emprego total. Chang (2010) aponta que antes do neoliberalismo, em meados da década de 1970, havia um certo consenso de que o desenvolvimento estaria sustentado numa mudança estrutural das bases de produção. Em outras palavras, a industrialização é uma premissa necessária ao próprio desenvolvimento, trazendo outros avanços consigo.

Até pelos menos o começo do século XX, na América Latina se admitia hegemonicamente a ideia da modernidade eurocentrada como verdade universal. Este fato não traz espanto quando levamos em conta que aqueles que estavam nos espaços de construção do saber ou nos espaços de poder dos países eram, inicialmente, europeus e, posteriormente, brancos – identificados com o ocidente e o eurocentrismo (Quijano, 2005). Nesse cenário, a colonialidade do poder apagava e ainda apaga os negros, indígenas e mestiços como sujeitos da constituição tanto da história nacional, como da construção da subjetividade coletiva e do conhecimento racional.

A partir dessa realidade é possível observar que a maioria dos debates de desenvolvimento ou de modernização nacional em nossa região se tratam, na verdade, de projetos de ocidentalização. O enraizamento da racionalidade eurocentrada não nos permite ver profundamente a realidade local, distorce nossa experiência histórica e torna os planos para o futuro apenas uma continuidade da conhecida colonialidade do poder. No Brasil, até mesmo os projetos mais audazes de desenvolvimento secundarizaram, invisibilizaram ou simplesmente negaram os problemas raciais e étnicos nacionais como elementos fundamentais do subdesenvolvimento.

Quijano (2000) destaca que uma dupla questão está proposta a partir do debate sobre desenvolvimento. A primeira são as condições e determinantes históricas que explicam as diferentes trajetórias do desenvolvimento do padrão capitalista em regiões e países distintos. A segunda, dado o padrão de poder capitalista, se seria realista replicar na América Latina as condições históricas que possibilitaram o desenvolvimento em outras regiões. Há centralmente três importantes linhas de pensamento



sobre desenvolvimento na América Latina constituídas: i) liberal – oriunda do pensamento de Adam Smith e David Ricardo –, que defende a exportação com base na concepção de vantagens comparativas; ii) desenvolvimentista – ou da modernização –, que tem como principal referência a CEPAL, e; iii) a marxista, aqui recortada nas reflexões acerca do imperialismo. Vamos nos ater às visões da modernização e marxista, dadas suas pretensões de superação das relações de subserviência ao centro capitalista, ao menos teoricamente.

Perspectiva desenvolvimentista ou da modernização

A teoria da CEPAL se baseia na relação centro/periferia assim destacada por Prebisch:

“Os Estados Unidos, a meu ver, desempenham ativamente o papel de centro cíclico principal, não só no continente, mas em todo o mundo; e os países latino-americanos estão na periferia do sistema econômico [...] Por que chamo os Estados Unidos de centro cíclico? Porque deste país, em função da sua magnitude e de suas características, partem os impulsos de expansão e contração na vida econômica mundial e especialmente na periferia latino-americana, cujos países estão sujeitos às influências destes impulsos, como haviam estado anteriormente [...] Eu creio que o movimento cíclico é universal, que há um só movimento que vai se propagando de país a país. Portanto, não se deveria dividir o processo em várias partes independentes; não há um ciclo nos Estados Unidos e um ciclo em cada um dos países da periferia. Tudo constitui um só movimento, mas dividido em fases muito distintas com características claramente diferentes, segundo se trate do centro cíclico ou da periferia” (Prebisch, 1981, p. 34-35).

Para Prebisch (2011), há uma heterogeneidade na periferia do sistema capitalista, contrastando relações de produção pré-capitalistas e relações de produção com alto desenvolvimento tecnológico e máxima remuneração semelhante as dos países centrais. Contra a ideia de vantagens comparativas, defendia a concepção de deterioração dos termos de troca, implicando em desvantagens para os países produtores de bens primários, o que trazia a necessidade de modificações estruturais produtivas na América Latina.



A CEPAL defendia a industrialização por substituição de importações a partir da coordenação de um Estado forte, a transformação da estrutura agrária e uma homogeneização dos diferentes territórios, garantindo o fortalecimento do mercado interno e a dependência das economias periféricas ao mercado mundial. Nesse sentido, as contradições do desenvolvimento “para dentro” seriam: a abundância de mão de obra *versus* técnicas intensivas em capital importadas do centro – somada à incapacidade da atividade exportadora de absorver o excedente de mão de obra; escassez de divisas – que geraria a necessidade de integração regional para criar um mercado regional; inflação com origem nas deficiências estruturais da economia; e escassez de poupança em relação aos volumes necessários para investimento.

Outro setor importante das teorias desenvolvimentistas, que aparece como uma ruptura da CEPAL, é a Escola de Campinas. Ela parte da concepção de que no Brasil há desenvolvimento da acumulação de capital mesmo com limitações do consumo das massas e a não satisfação de suas necessidades. Sua análise se faz a partir da dupla determinação momento mundial/passado nacional¹⁵. Nessa concepção, as diferentes fases do capitalismo mundial levam à formação de diferentes formas de capitalismo nacional, sendo elas: a) capitalismo originário – Acumulação Primitiva; b) capitalismo retardatário – capitalismo comercial, e; c) capitalismo tardio – capitalismo monopolista. No capitalismo tardio não há mais potencial de desenvolvimento autônomo.

Segundo a teoria da Escola de Campinas, na particularidade brasileira há um processo de autodeterminação do capital, que tanto não nega a dependência e o subdesenvolvimento, como convive com a heterogeneidade estrutural do país. Essa autodeterminação, iniciada a partir da internalização do setor produtivo de bens de capital, possibilita uma autonomia relativa, já que a reprodução ampliada do capital industrial se torna endógena e dominante. De acordo com Mello (1975), essa autodeterminação permite libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital. Levantam-se como condicionantes internos para o desenvolvimento: a estrutura produtiva e financeira, a orientação política, o padrão de acumulação e a dinâmica cíclica.

¹⁵ A crítica teórica à autodeterminação do capitalismo brasileiro está desenvolvida em Sampaio Jr. (1999).



As teorias marxistas do imperialismo

148

A teoria do imperialismo destaca conceitos centrais como: i) a concorrência intercapitalista; ii) as exportações de capital; iii) a unidade capitalista via capital financeiro¹⁶; iv) a rivalidade imperialista; v) as rivalidades nacionais; e vi) a mobilidade de capital definida pela natureza estatal do imperialismo. Ela parte da constatação de que a exportação de capital foi essencial para a reconstrução pós-Segunda Grande Guerra. Nesta conjuntura, a América Latina foi uma grande receptora de Investimento Direto Externo. Para esta abordagem, isso se deu já na fase imperialista, ou seja, não só era incapaz de gerar desenvolvimento, como era um capital de controle e poder. Por não ter acertado as contas com o passado, a América Latina não tem padrão de investimento e tecnologia autônomos. Sendo assim, sua industrialização se deu de forma dependente e sob o poder do capitalismo monopolista.

Frank (1968) defende que a América Latina é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, sua origem colonial permitiu e permite a atualização da dominação imperialista. Assim como os desenvolvimentistas acreditam na heterogeneidade latino-americana que formou a articulação entre moderno e arcaico. Grosfoguel (2013) aponta que a transposição da ideia do homem livre e soberano é trazida para o Estado-Nação, fundando a ideia desenvolvimentista de um Estado livre e soberano que controla e regula racionalmente o desenvolvimento nacional. Para o autor os debates de desenvolvimento na América Latina entre 1940 e 1990 fazem parte do que denominou de uma "geocultura da modernidade", que dominou o mundo desde a Revolução Francesa.

Conforme veremos em sequência, Aníbal Quijano contribui com a qualificação destas teorias como saídas socialistas que falharam ao transplantar conceitos marxistas à uma realidade deslocada na América Latina, contrariando o método de Marx. O que, por fim, refletiu na prática política dos partidos socialistas e comunistas revolucionários latino-americanos.

¹⁶ Cf. Hilferding (2007).



O contraponto decolonial

Destarte, qualificamos a decolonialidade como um projeto surgido simultaneamente com o sistema-mundo moderno/colonial, assim como para Bernardino-Costa & Grosfoguel (2016). Tal projeto relaciona a prática teórica com a intervenção e oposição ao controle e dominação colonial. Para nós o elo está disposto mais apropriadamente pelo surgimento e desenvolvimento das relações do capital, e a transformações dos elementos de dominação colonial instrumentalizadas às necessidades do Imperialismo. Ainda segundo Bernardino-Costa & Grosfoguel (2016), a ideia na qual orbita o conceito de Colonialidade já estava presente em diversos autores na tradição do que eles chamam “pensamento negro”, como Aimé Cesáire, Frantz Fanon, Eric Williams, Angela Davis, bell hooks, entre outros. No entanto o conceito de Colonialidade foi formulado explicitamente por Immanuel Wallerstein no início dos anos 1990 e retomado por Aníbal Quijano.

Retomando nossa discussão, as vertentes latino-americanas, que se consolidam na discussão acerca do significado de desenvolvimento, têm seus debates geralmente dentro do que se denominou “padrão de conhecimento eurocêntrico”. A primeira vertente das teorias da modernização, associada principalmente ao chamado estrutural-funcionalismo, impôs como sentido comum e universal a divisão da experiência humana em áreas específicas como economia, sociedade, cultura e política, segundo Quijano (2000). Para a cultura, outorgou-se a condição de sede e fonte das explicações sobre as diferenças entre os grupos humanos frente ao desenvolvimento.

A segunda vertente, teorias do imperialismo capitalista, se vincula ao materialismo histórico. Ao se apropriar das contribuições teóricas do marxismo sobre esse período – principalmente as de Lenin, Hilferding e Rosa de Luxemburgo –, aponta a dependência estrutural como base das diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dentre seus teóricos brasileiros encontramos Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes e os marxistas da Teoria da Dependência.

Em ambas as teorias o problema do desenvolvimento se relaciona com as consideradas estruturas arcaicas de produção que devem ser superadas, mas se diferenciam na sua perspectiva de como isso deve se dar. Para os desenvolvimentistas, deve ser através da modernização estrutural, com a industrialização e avanço tecnológico das relações de produção. Para os marxistas, ele deve ser por via da revolução socialista, com exceção



àqueles que ainda acreditam na necessidade de desenvolver o capitalismo brasileiro em frente ampla com setores progressistas da burguesia local.

Ambas as vertentes secundarizam as questões cultural e ideológica no processo de desenvolvimento. Mais relevantemente, elas prescindem a materialidade do racismo e do sexismo nas relações sociais de produção, passando ao largo das implicações da colonialidade do poder no capitalismo. Isso esbarra em problemas centrais para pensar a realidade mundial e, principalmente, a latino-americana quando levantamos o que Grosfoguel (2013) aponta como as três divisões axiais da construção da modernidade: trabalho e capital, europeus e não europeus, e; homens e mulheres.

Quijano (2005) chega ao cerne do problema das teorias da modernização e marxistas ao contrapô-las com a aplicação do eurocentrismo à experiência histórica na América Latina. Como esse modo de produção do conhecimento “opera como um espelho que distorce tudo o que reflete” (Quijano, 2005, p. 129), ele conduz a uma imagem que não nos pertence e, por essas teorias, só podemos seguir sendo o que não somos de fato. Mesmo que existam traços históricos europeus em alguns dos nossos aspectos materiais e intersubjetivos, somos profundamente distintos do que o eurocentrismo permite afirmar e, esse espelho, só pode apresentar uma imagem parcial e distorcida.

Assim, a organização de Estados-Nação modernos na América Latina é o centro da questão que o eurocentrismo não permite superar. Como estrutura de poder, isto é, a ferramenta que controla o trabalho, o sexo, a autoridade, a raça, o conhecimento etc., os Estados também se constituem como produto deste poder. Eles expressam uma construção de hegemonia, homogeneização e identidade nacional ao longo de um período e de certo território. E nisto reside o problema da civilização moderna latino-americana (Quijano, 2005).

Para contextualizar essa questão, Quijano (2005) apresenta quatro trajetórias de modernização na América Latina: i) a decolonização/democratização via revoluções radicais, projetos derrotados no Haiti e no Peru, tendo a Bolívia e o México avançado até o limite e extinção nas décadas de 1960 e 1970; ii) a homogeneização colonial/racial via genocídio dos povos nativos, tendo as maiores expressões no Cone Sul e a Colômbia apresentando-se como uma variante na substituição de indígenas por negros; iii) a frustrada tentativa de homogeneização cultural via genocídio cultural de indígenas, negros e mestiços, tomando lugar no



México, Peru, Equador, Guatemala, América Central e Bolívia, e; iv) a democracia racial via o apagamento das relações de discriminação e dominação colonial dos negros, no Brasil, Colômbia e Venezuela, onde dificilmente se reconhece uma cidadania verdadeira de negros, indígenas e mestiços.

Em suma, Quijano (2005) exprime o fato de haver um elemento que limita a nacionalização da sociedade e do Estado, impedindo o desenvolvimento e sua democratização: a questão racial. Em outras palavras, é o modo como a ideia de raça se torna um instrumento de dominação que limita os processos de construção do Estado-Nação no molde eurocêntrico. Os grupos dominantes desses países adotam a perspectiva eurocêntrica como algo próprio, impõe o modelo europeu de formação do Estado, mas este está balizado em estruturas de poder organizadas em torno das relações coloniais.

Por um lado, a via democrático-burguesa da modernização atesta a necessidade de revolução burguesa e superação das estruturas feudais e semi-feudais. Uma impossibilidade histórica já que assume a existência de um feudalismo latino-americano. Por outro, as correntes socialistas, projetam uma revolução de um proletariado industrial urbano e a formação de um Estado dirigido pelos trabalhadores. Uma solução impraticável dada a heterogeneidade das relações sociais de produção na América Latina. Assim, se exprime o modo pelo qual são transpostas categorias e conceitos que não podem voltar ao concreto das relações nas sociedades latino-americanas. Categorias que pairam no ar como conceitos parciais e distorcidos (Quijano, 2005).

Na verdade, conforme afirma Quijano (2005), a América Latina articula todas as formas conjuntas de controle e exploração do trabalho com o capital. Não há qualquer sequência evolucionista ou linearidade histórica, como propõe o eurocentrismo. Uma saída deve considerar a decolonização e redistribuição radical de poder, não limitada somente ao âmbito econômico, mas aos demais, o que nos ajuda a dar materialidade para a luta de classes, por exemplo, mas para a emancipação como um todo. A dominação é o requisito da exploração. A raça é o mais eficaz instrumento de dominação. A associação de ambas constitui o classificador universal do atual padrão de poder capitalista no mundo.



Considerações finais

152

Como regra, as teorias do desenvolvimento na América Latina podem ser enquadradas como reflexo de uma espécie de Iluminismo latino-americano. Enquanto se apropriam de alguns elementos iluministas, são incapazes de acomodar os já ilusórios elementos de liberdade individual, direitos dos homens e igualdade, onde a homogeneização cultural e étnica das sociedades não foi levada à cabo. Mesmo alguns teóricos que pretendem a revolução socialista, se perderam em uma ode ao iluminismo e à concepção faseológica da superação do capitalismo, pela qual o inalcançável desenvolvimento pleno das forças produtivas seria condição indispensável para a emancipação do proletariado. Não pretendemos, em todo caso, desqualificar o materialismo histórico-dialético – posto que é o método que nos apropriamos–, nem propor uma interpretação que desloque a essencialidade da luta de classes na construção da história humana.

As reflexões aqui apresentadas se dão no sentido da abstração do concreto em sua totalidade, no reconhecimento que – por efeito do colonialismo e da construção social da raça – o ser social na sociedade de classes está disposto à raça como constituinte de suas subjetividades, bem como a organização social do trabalho e os padrões mundiais de poder. Nesse sentido, só podemos compreender a difusão incompleta da modernidade, levando-se em conta a colonialidade do poder, que organiza aspectos – para além do âmbito econômico – das demais esferas da vida na região e sua relação com o globo, com destaque a hierarquia social racializada.

Justamente pelo fato de que o âmbito econômico, apesar de central, está implicado pela colonialidade do poder, ao prescindir a raça como articulador do capital, se impossibilita o entendimento da realidade latino-americana; esta, demarcada desde sua constituição pela colonização, a divisão racial ligada a divisão do trabalho como elemento estrutural, tanto de sua realidade quanto de sua dependência, que perdura até hoje. De outro modo, ao invés de se desenvolver um Estado ou região, se desenvolve um padrão de poder. Decorre que: i) o Estado não pode ser sozinho o lócus do desenvolvimento, pois, como apontamos, não é soberano nem livre; ii) teorizar e propor políticas de desenvolvimento alheias às mudanças no padrão de poder internacional é uma tarefa inútil, ainda mais para os



países da América Latina, que não conseguem superar a dependência do “Ocidente”, mantida pela colonialidade.

Aqui, enfatizamos que nossas questões não negam possíveis avanços do conjunto de tais teorias reformistas, muito menos propomos uma perspectiva provinciana como realidade universal, tal como fez o eurocentrismo. De todo modo, nosso argumento é que assim como os avanços podem tomar lugar, é regra que o recrudescimento da exploração e liberalização das relações capitalistas também se façam presentes. Como o racismo é um elemento estrutural da sociedade capitalista, uma proposta de desenvolvimento nos marcos desse sistema não pode ser capaz de quebrar a barreira da desigualdade racial; elemento chave para a divisão internacional do trabalho. Assim se constituem limites estreitos e a ilusão da capacidade de se quebrar as correntes da dependência.

Primeiro, apontamos que, por regra, as teorias do desenvolvimento latino-americanas apresentam uma debilidade que faz parte de uma estrutura mundial de poder e dominação do saber. Aquelas, tentam reproduzir a civilização moderna na periferia, mas acabam por reforçar constituição do capitalismo mundial como vemos hoje. Isto, longe de ser reflexo apenas do racismo individual de seus autores – podendo também sê-lo, já que estamos discutindo uma realidade concretamente racista –, conforma a ideologia burguesa ao disputar hegemonia entre correntes econômicas dentro da ordem capitalista. Segundo, é essa dinâmica que necessita combate e disputa implacável. Por um lado, a continuação das relações capitalistas e aprofundamento da tentativa pragmática de modernização e desenvolvimento só pode significar a reprodução da dominação colonial e exploração na América Latina, isto é, do racismo, sexismo e das classes. Por outro, a prática e reflexão revolucionária negam os grilhões eurocêntricos nas relações materiais e no saber.

Defendemos a recuperação dos conceitos que nos permitam, além de vislumbrar uma nova sociedade, transformar a presente. Eles não podem estar alheios a reflexão, pois se manifestam na materialidade da vida social e podem, então, serem apreendidos por nós. Somente quando, conscientes de nossa condição da diferenciação imposta pela dominação colonial, nos afirmamos específicos podemos atestar, por força da prática revolucionária, uma universalidade concreta. Apenas assim, o racismo pode emergir à abstração como algo total, que organiza a vida material, e não apenas um problema comportamental, de alocação subótima ou do indivíduo. Também, é o que possibilita que nos enxerguemos para fora do espelho do



eurocentrismo e tenhamos uma imagem apurada de quem somos e para onde devemos ir.

Portanto, a prática revolucionária dos povos oprimidos, explorados e racializados para a América Latina está em recuperar nossa verdadeira *ancestralidade* no que nos precedeu: a luta ininterrupta pela liberdade e humanidade. As respostas para a emancipação estão muito mais na Quilombagem e Marronagem¹⁷, nas insurreições, nas lutas operárias e populares que subvertem a lógica capitalista, reumanizando os sujeitos desumanizados pela lógica do capital, do que nos preceitos iluministas de pretensa igualdade. Se manifestam verdadeiramente nos ideais da Revolução Haitiana que subverteram os preceitos da Revolução Francesa ao afirmá-los na reivindicação de sua humanidade contra a supremacia racial e o escravismo. Estão, de certo, na busca por Aruanda, muito mais do que na subserviência e flagelo cristãos – por meio da qual, aliás, os europeus saquearam, trucidaram e exterminaram povos e culturas. Também, ainda que não tenhamos abordado ao longo do artigo, é necessário demarcar que a retomada e reelaboração de nossa relação com a terra e os recursos naturais, em definitiva oposição à supremacia da valorização do capital, se qualifica para além da tarefa de emancipação, como imperativo à sobrevivência da humanidade.

Vejam, não nos referimos a uma metafísica abstrata e de identificação vazia. Isto é o movimento concreto dos elementos que constituíram a luta de classes no Brasil, assim como na América Latina. É o que fez os homens e mulheres; trabalhadores urbanos ou da terra; negros, indígenas e, mesmo, brancos; que aqui estavam ou foram trazidos a força, lutarem por si e pelos outros, pela autoemancipação e reconhecimento de sua humanidade. É o que move os quilombos de hoje, as aldeias, os assentamentos dos Sem-terra, os terreiros, as comunidades. A luta popular por terra e por moradia, por condições básicas de saúde, educação e infraestrutura. A auto-organização da vida para além e por fora do Estado. Por fim, Toussaint L'Ouverture, em resposta a Napoleão – que havia solicitado que as bandeiras dos exércitos haitianos demarcassem que apenas a França havia reconhecido a liberdade e igualdade de direitos aos “bravos negros” do Haiti – sintetiza o que queremos afirmar: “Não é uma liberdade circunstancial, concedida apenas a nós, que queremos; é a absoluta adoção do princípio de que

¹⁷ Ver Moura (2001; 2013).



nenhum homem, nascido vermelho, preto ou branco, possa ser propriedade de outro”.¹⁸

Referências

- BERNARDINO-COSTA, Joaze & GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016
- CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre el colonialismo**. Ediciones Akal, 2006.
- CHANG, Ha-Joon. (2010) “Hamlet without the Prince of Denmark: How development has disappeared from today’s ‘development’ discourse”. In S. Khan and J. Christiansen (eds.), **Towards New Developmentalism: Market as a Means rather than Master**, 2010.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FRANK, André Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. SINAL, 1968.
- GROSGOQUEL, Ramón. Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina. **REALIS – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais**, v. 3, n. 2, 2013.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Venetta, 2019.
- HILFERDING, Rudolf. **Finance capital: a study of the latest phase of capitalist development**. London & New York: Routledge, 2007.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LERNER, Gerda. **The Creation of Patriarchy**. New York: Oxford University Press, 1986.
- LEWIS, Arthur W. “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra”. In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- LISBOA, Armando de Melo. Desenvolvimento: uma ideia subdesenvolvimento. **Revista Plural**, n. 7, v. 5, p. 71-78, jan./jun. 1996.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁸ Schoelcher (1982 apud. Haider, 2019, p. 143).



- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição a revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 1975. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280564>>. Acesso em: 5 out. 2020.
- MOURA, Clóvis. **A quilombagem como expressão de protesto radical**. Os quilombos na dinâmica social do Brasil, Maceió, Edufal, 2001.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**, 1ªed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PREBISCH, Raúl. **Crescimento, desequilíbrio e disparidades**: interpretação do processo de desenvolvimento econômico. O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, p. 153-245, 2011.
- PREBISCH, Raúl. "Prefácio". In: RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.
- QUIJANO, Aníbal. **América Latina en la economía mundial. In: Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. CLACSO, Buenos Aires, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, E.(org.). **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura, p. 43-66, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. Revista del CESLA. **International Latin American Studies Review**, n. 1, p. 38-55, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. La modernidad, el capital y América Latina nacieron en el mismo día. Entrevista de Nora Velarde. ILLA, **Revista del Centro de Educación y Cultura**, n. 10, jan., p. 42-57, 1991.
- RIST, Gilbert. Le development. **Histoire d'une croyance occidentale**. Paris, Presses de Sciences Po, 1996.
- ROSTOW, Walt W. "A decolagem para o crescimento autossustentado". In AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. **A economia do**



- subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil, p. 13-19, 2009.
- SAMPAIO JR., Plínio S. A., **Entre a Nação e a Barbárie:** os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis, Vozes, p. 17-34, 1999.
- SEN, Amartya. **The concept of development.** Handbook of development economics, v. 1, p. 9-26, 1988.
- WISE, David; ROSS, Thomas. **O governo invisível.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- ZEA, Leopoldo. **América Latina en sus ideas.** Mexico City: Unesco and Siglo XXI, 1986
- .

Recebido em 15 out. 2020 | aceite em 20 jul. 2021



O impasse dos Estados Unidos diante da China

Bernardo R. Carvalho¹

Resumo

Na medida em que avançamos no século XXI, têm ficado cada vez mais claros os contornos geopolíticos de um conflito em escala global – ao antagonizar a China, os Estados Unidos levaram alguns analistas a falar em uma segunda Guerra Fria. Neste artigo procuro demonstrar que, de fato, o deslocamento do eixo estratégico norte-americano em direção ao oceano Pacífico apresenta consideráveis paralelos com a estratégia de Contenção [Containment] empregada contra o bloco soviético. Procurei, contudo, expor as dificuldades de reedição desta estratégia por parte dos Estados Unidos diante de um adversário cuja política externa tem se mostrado cada vez mais inovadora.

Palavras-Chave: Estados Unidos; China; Guerra Fria.

Resumen

A medida que avanzamos hacia el siglo XXI, los contornos geopolíticos de un conflicto a escala global se han vuelto cada vez más claros: al antagonizar a China, Estados Unidos ha llevado a algunos analistas a hablar de una segunda Guerra Fría. En este artículo trato de demostrar que, de hecho, el desplazamiento del eje estratégico norteamericano hacia el Océano Pacífico presenta un paralelismo considerable con la estrategia de Contención empleada contra el bloque soviético. Sin embargo, traté de exponer las dificultades de Estados Unidos para reeditar esta estrategia ante un adversario cuya política exterior se ha mostrado cada vez más innovadora.

Palabras clave: Estados Unidos; China; Guerra Fria.

Abstract

As we move into the 21st century, the geopolitical contours of a conflict on a global scale have become increasingly clear – by antagonizing China, the United States has led some analysts to speak of a second Cold War. In this article I try to demonstrate that, in fact, the displacement of the North American strategic axis towards the Pacific Ocean presents considerable parallels with the Containment strategy employed against the Soviet bloc. I tried, however, to expose the difficulties of the United States reissuing this strategy in the face of an adversary whose foreign policy has shown itself to be increasingly innovative.

Keywords: United States; China; Cold War.

¹ Doutorando em História pela UFMG, com graduação e mestrado na mesma área pela UFSJ e UFJF, respectivamente. O autor agradece ao auxílio do camarada Thiago Canettieri na elaboração dos mapas. | bernardorcarvalho@hotmail.com



Introdução

Um dos efeitos contínuos da atual crise política brasileira é um debate público altamente poluído, contaminado quase diariamente por um governo cuja principal característica talvez seja sua completa dissociação com os problemas de real interesse nacional. Em meio a uma conjuntura intelectual já bastante desvirtuada, a questão da emergência da China como desafiante à altura do poder global exercido pelos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria é o principal exemplo de como um debate público turvo e viciado mantém o país à deriva, em uma posição geopolítica errática, e sujeito a decisões tomadas longe daqui.

A partir da necessidade, portanto, de se desvencilhar das armadilhas inerentes à conjuntura atual, proponho neste texto partir de uma visão panorâmica, de maior alcance, do confronto entre as potências chinesa e norte-americana, distante de leituras exasperadas e da excitação que o debate a respeito tem provocado na opinião pública. Considerando que, pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, o Brasil tem reiterado sua opção por conferir o estatuto de *aliado estratégico* à potência que se afirmou, na Guerra Fria, como polo ideológico e geopolítico da contrarrevolução, procuro avaliar as principais dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos em sua estratégia de contenção do aumento do poder geopolítico chinês no século XXI. Ainda que eu não tenha propriamente uma interpretação original sobre a matéria, minha intenção é identificar caminhos alternativos para abordá-la, em uma direção contra-dogmática – portanto, contra-hegemônica –, de modo a contribuir, possivelmente, com o fomento a uma cultura estratégica para o Brasil.

O texto encontra-se dividido em duas partes, às quais se segue uma breve conclusão. Na primeira parte traço o percurso do pensamento geopolítico dos Estados Unidos no século XX, conferindo ênfase às formulações do período da Guerra Fria; este será um levantamento necessariamente breve e incompleto, mas acredito que suficiente ao menos para que apontemos para os principais marcos que levarão à reflexão subsequente. Na segunda parte, em maior extensão, dedico-me mais especificamente ao impasse enfrentado pelos Estados Unidos neste século XXI, em que a superpotência mundial se inquieta diante da emergência de um rival cujas reais capacidades vinham sendo, em boa medida, menosprezadas — até pouco tempo.



Parte I: Marcos do pensamento geopolítico norte-americano no século XX: um brevíssimo panorama

160

China e Estados Unidos vêm medindo forças abertamente no que foi logo reconhecido como uma “guerra comercial”, pelo menos desde que Donald Trump assumiu a presidência do país norte-americano. Contudo, embora o fato histórico que terá levado ambos os países ao engajamento no conflito seja a ascensão da China como potência *econômica* mundial, a análise que se segue irá perseguir a evolução política — ou, mais precisamente, *geopolítica*, desse embate.

Convém, portanto, começar pela lembrança de que antes da guerra comercial, protagonizada do lado ocidental do conflito por Trump, manobras decisivas foram postas em curso pelo governo Barack Obama em relação ao Oriente, aliás, como uma de suas prioridades, no que ficou conhecido, em conjunto, como o “Pivô Para a Ásia”, antes chamado, mais explicitamente, de “política de reequilíbrio [*rebalancing*] em direção à Ásia-Pacífico”. Jin Canrong, em artigo para o Fórum Econômico Mundial, observa a implicação da escolha de Obama pelo termo “reequilíbrio”: a de que teria havido na Ásia, até determinado momento, um suposto equilíbrio, cujo rompimento teria se dado precisamente pela ascensão chinesa a patamares econômicos e geopolíticos imprevistos — e certamente indesejados — pelos Estados Unidos².

Desde então, teve efeito um deslocamento do eixo estratégico norte-americano em direção à China, expresso em movimentações subjacentes à disputa comercial, e transformando, aliás, o oceano Pacífico em seu domínio militar prioritário — desde 2012 cerca de 60% das forças marítimas e aéreas norte-americanas estão lá operantes³. Trata-se, evidentemente, de uma adaptação estratégica ao novo — e em boa medida incalculado — desafio representado pela China, em uma linha de ação que decerto tem muitos

² “How America’s relationship with China changed under Obama”. *World Economic Forum*, 14 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/12/america-china-relationship/>>. Acesso em: 20 abr. 2021. Todos os textos doravante citados cujos originais encontram-se em inglês são de tradução livre minha.

³ “The U.S. military pivot to Asia: when bases are not bases”. *Reuters*, 14 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-asia-military-idUSBRE8AD05Y20121114>>. Acesso em 20 abr. 2021.



paralelos com a *política de contenção* empregada pelos EUA em relação ao bloco soviético durante as primeiras décadas da Guerra Fria, ou seja: o cerco cerrado ao adversário, com o objetivo de conter a difusão de sua influência e de prevenir a conquista de posições militares fora de seu território.

No ensaio “The War on China”, Izak Novák⁴ traça as conexões entre este deslocamento gravitacional em direção ao oceano Pacífico e uma geoestratégia de longo prazo para a manutenção do poder e do estatuto de potência global por parte dos EUA: o controle efetivo — pelo menos da maior parte possível — da região Centro-sul da Eurásia. Antes, porém, de explorar em mais detalhes as ideias de Novák, façamos um breve (e necessariamente incompleto) histórico da referida geoestratégia norte-americana: trata-se de uma tese cuja origem pode ser traçada pelo menos desde de 1904, com a publicação de um artigo do geógrafo britânico Halford Mackinder, que foi sendo reciclada por estrategistas de várias potências ao longo do século XX. Segundo Mackinder, o vasto território compreendido pelas porções Norte e Central da Ásia e pelas planícies do Leste Europeu constituiria a zona pivotal do mundo, ou *heartland*, conforme o autor, e contornando-a, estaria a zona posteriormente nomeada por outros autores de *rimland*, ambas destacadas no mapa a seguir (*Figura 1*).

Mackinder, no referido artigo e em textos posteriores, especulava que o controle desta zona pivotal por parte de uma potência (ou, talvez, de uma aliança entre potências) assentaria as bases para o domínio da “Ilha Mundial”, isto é, as massas continentais da Europa, Ásia e África em conjunto. Sendo um estrategista dedicado à consolidação da hegemonia britânica, o autor propunha que o Reino Unido deveria efetivar seu poder naval em torno da Ilha Mundial, de modo a fazer da *rimland* uma barreira de contenção ao estabelecimento de uma hegemonia sobre a *heartland*.

É certo que a tese de Mackinder é um tanto rudimentar, mas, conforme adiantei, ela foi sendo sofisticada por outros autores dedicados à geopolítica mundial e, no que aqui mais nos interessa, motivou a tomada de decisões estratégicas por parte de líderes de algumas potências, como veio a ser o caso daquela que sucedeu o Reino Unido em escala mundial. Nos Estados Unidos, foi Nicholas Spykman quem adaptou a tese ao novo quadro geopolítico mundial do pós-Segunda Guerra; conforme demonstrado pelo

⁴ “The War on China”. *Qiao Collective*, 2 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.qiaocollective.com/en/articles/war-on-china>>. Acesso em 20 abr. 2021.



mapa da *Figura 1*, o território correspondente à *heartland* praticamente coincide com o da União Soviética, e por isso as ideias de Mackinder repercutiram consideravelmente entre os estrategistas norte-americanos. Spykman, contudo, inverteu o corolário da tese de seu predecessor: para ele, o controle da *rimland* é que era crucial, adaptando a geoestratégia às condições objetivas da segunda metade do século XX. Os EUA deveriam, portanto, efetivar seu domínio — idealmente — sobre toda a extensão da *rimland*, e assim assegurar a contenção da URSS.

Figura 1: posição da Heartland na Eurásia, segundo Mackinder, e contornando-a, a Rimland



Fonte: elaboração do autor.

Por certo, a tese de Spykman contribuiu para a definição do horizonte estratégico norte-americano, e na medida em que progredia a Guerra Fria, os EUA dedicaram cada vez mais esforços para prevenir que os soviéticos expandissem sua influência para além de seu território, por sobre a *rimland*. O principal continuador desta tradição teórico-estratégica inaugurada em Mackinder e adaptada aos objetivos norte-americanos do pós-Segunda Guerra por Spykman foi provavelmente o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA Zbigniew Brzezinski, que assumiu este cargo em 1977 e



permaneceu altamente influente entre a cúpula do Departamento de Estado norte-americano por pelo menos mais duas décadas.

Izak Novák, em seu ensaio já mencionado inicialmente, retoma uma tese de Brzezinski explicitada em seu livro de 1997 *The Grand Chessboard*, ou, *O Grande Tabuleiro de Xadrez*; este tabuleiro estaria situado precisamente no espaço mais central da Eurásia, ou seja, bem no meio da extensão territorial indicada por Spykman como a zona pivotal da Guerra Fria. Mesmo depois do conflito com a URSS, segundo Brzezinski, caberia aos EUA tornar-se finalmente o árbitro único desta região, e ao assentar seu domínio, garantir que a supremacia norte-americana fosse definitivamente assegurada. Para ele, era imperativo, portanto, que nenhum desafiador eurasiático emergisse com capacidade para minar o arbítrio estadunidense sobre o “grande tabuleiro” (VENIER, 2011).

Para delimitar este “grande tabuleiro de xadrez” no centro da Eurásia de modo mais objetivo, Novák extrai de sua análise do pensamento estratégico norte-americano a ideia do “Triângulo de Controle”: um polígono geoestratégico que estabelece o alvo territorial prioritário a ser controlado — na prática, de modo a prevenir tanto o avanço de posições por parte da Rússia (pelo sul de seu território) e da China (pelo oeste de seu território), quanto a emergência de novas potências médias regionais — leia-se: principalmente o Irã. A seguir o Triângulo pode ser visualizado na *Figura 2*.

Ao longo de toda a vasta região compreendida pelo “Triângulo de Controle” os EUA têm pressionado militar e economicamente os países que não aderem voluntariamente à sua influência, por meio de cercos (realizados por frotas navais e pela supremacia aérea mantida a partir de bases em países aliados), sanções econômicas, incitação a revoltas e guerras civis e, no limite, invasões militares e destruição de sua infraestrutura. Foi o que ocorreu com o Iraque, o Afeganistão, a Síria e o Irã. Do outro lado, os principais aliados dos EUA na região são Israel (que tem parte de seu orçamento de defesa custeado pelos norte-americanos), Arábia Saudita e Índia, que é um contendor histórico da China, com quem tem disputas fronteiriças na região do Tibete. Os demais países onde se registra presença militar norte-americana — aqui considerada como pelo menos uma instalação militar compartilhada com as forças armadas locais — são a Turquia, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, o Paquistão e o Quirguistão.



Figura 2: Localização do "Triângulo de Controle", conforme publicado por Novák em seu blog.



Fonte: Blog Izak Novák ⁵.

Logo, considerando-se, de um lado, a política de "reequilíbrio" da administração Obama no leste asiático e a guerra comercial encampada por Trump contra a China, conforme inicialmente mencionado, e de outro, a manutenção da estratégia de domínio norte-americano sobre a região central da Eurásia, vemos os contornos de um cerco geoestratégico que, grosso modo, se fecha em torno da China a leste, sul e oeste de seu território. No entanto, é fundamental observar que uma das principais características deste cerco, ao contrário do que ocorreu durante a Guerra Fria em relação à URSS, é sua realização — em boa medida — em caráter de

⁵ Disponível em: <<https://izaknovak.wordpress.com/2020/04/17/62/>>



improvisação, quase emergencialmente (mas veja-se: “emergencialmente” em uma escala temporal geopolítica!).

Em uma analogia simples com um jogo de xadrez, é como se os EUA, mesmo possuindo mais peças no tabuleiro a esta altura da partida, tivesse sido obrigado a reelaborar sua estratégia por mais vezes do que gostaria, e em caráter altamente experimental, enquanto do outro lado da disputa, a estratégia chinesa tivesse adquirido ainda maior sofisticação, elevando seu grau de coerência interna — e mais: sem que isso fosse imediatamente evidente para seu adversário.

Este quadro de acentuada incerteza e insegurança em que se encontram os EUA em relação a seu estatuto de potência hegemônica se explica em função de uma série de fatores, dos quais considero serem preponderantes: 1) uma estratégia errática empregada na região do “Triângulo de Controle”; 2) a subestimação do paradigma de desenvolvimento chinês; e, talvez principalmente, 3) a inesperada atratividade, para cada vez mais países, de um horizonte global multipolarizado — o que atinge criticamente a ideologia estadunidense do pós-Guerra Fria. Não será o caso de desenvolver aqui o tema da erosão do controle dos EUA sobre o Oriente Médio e Centro-oeste Asiático, mas os dois outros pontos, que aliás são estreitamente relacionados entre si, decerto merecem maior atenção.

Conforme procurei adiantar no início do texto, as análises que enfatizam a magnitude do crescimento econômico chinês tendem a ignorar ou obscurecer a dimensão estratégica deste fenômeno, interpretado meramente como um modelo atípico de enriquecimento do país. Acreditou-se, portanto, ao menos durante algum tempo, que o crescimento da China era apenas uma expressão do crescimento do capitalismo mundial. O processo de Reforma e Abertura da economia chinesa, implantado a partir do final da década de 1970, foi interpretado no Ocidente como uma manifestação inequívoca tanto da superioridade da economia de mercado na geração de riqueza, como da incorporação e enquadramento da China ao regime de capitalismo global, administrado pelos EUA. Mas a partir de 2010, quando o PIB chinês se tornou o segundo maior do mundo, começou-se a evidenciar a insuficiência desta narrativa, incapaz de explicar a sucessão de feitos chineses apenas pela repetição de que o país se tornava “mais capitalista”. Não por acaso, as análises passaram aos poucos a deixar de se limitarem a aspectos econômicos, e adquiriram maior conteúdo geopolítico.



A subestimação do paradigma de desenvolvimento chinês, portanto, consistiu na ilusão de que a China crescia dentro de balizas controláveis — ou, pelo menos observáveis — pelos EUA, em um limite seguro para a manutenção da liderança norte-americana sobre a economia política global, particularmente conforme exercida sobre os países do “Terceiro Mundo”, ou, “em desenvolvimento”, para usar o termo mais corrente. Tem ficado cada dia mais evidente, no entanto, que há uma originalidade no paradigma de desenvolvimento chinês, que pôde ser alcançada a partir de sua progressiva dissociação em relação aos modelos concorrentes da Guerra Fria — o soviético e o norte-americano. E um dos aspectos mais originais deste paradigma emergente, conforme tem se revelado nestas primeiras décadas do nosso século, é o lançamento de programas de “crescimento associado” a outros países; mais precisamente, àqueles do outrora chamado “Terceiro Mundo”. A robustez destes programas, cuja maior expressão é a Nova Rota da Seda, tem dado ensejo à inesperada e crescente atratividade de um horizonte global multipolarizado, no qual reemerge com renovada importância a questão do desenvolvimento como objetivo político — um tema que até há pouco tempo havia sido virtualmente excluído das agendas de governo pelo mundo.

Em outra ocasião poderemos ter oportunidade de explorar o tema da originalidade do paradigma chinês, em sua maturação de um *desenvolvimentismo com características multilaterais* — e aqui minha escolha de palavras pretende expressar um corolário do Socialismo com Características Chinesas. Prosseguindo em nosso objetivo neste texto, que é o de nos voltarmos para o lado ocidental do conflito entre potências que está posto diante de nós, observemos mais de perto as dimensões do impasse norte-americano e a crise de sua autoatribuída liderança internacional. A disputa eleitoral de 2020 e a vitória de Joe Biden pela presidência decerto representarão um marco no futuro do enfrentamento geopolítico com a China, mas para especularmos sobre o que vem adiante, seria prudente observarmos, ainda que por alto, como os próprios estadunidenses têm se debatido sobre e se preparado para o desafio.

Parte II: Uma encruzilhada no século XXI



Optei por introduzir este texto a partir de um brevíssimo histórico dos fundamentos da geoestratégia norte-americana na Guerra Fria, o que deve fazer um certo sentido se levarmos em conta que este foi um conflito que durou cerca de 45 anos (o que é mais tempo do que o “pós-Guerra Fria” em que vivemos) e, portanto, define em grande medida a nova geoestratégia, dirigida à China. Não por acaso, em um debate na revista *Foreign Policy* em 2005, reeditado em 2009, entre dois intelectuais dedicados ao tema, as comparações com a estratégia de Contenção à União Soviética e com a evolução do conflito que dominou a segunda metade do século XX foram parte importante dos argumentos de ambos os lados⁶.

Os participantes do debate, que foi curto mas teve ideias dignas de nota, eram John Mearsheimer e o já citado Zbigniew Brzezinski. Basicamente, a principal diferença entre ambos é sobre a possibilidade da disputa entre EUA e China escalar a ponto das potências desencadearem um conflito bélico. Brzezinski, que aliás atuou na retomada das relações entre os dois países quando serviu no Departamento de Estado na década de 1970, considera improvável a eclosão de uma guerra. Segundo ele, o estatuto de potências nucleares é algo decisivo na dissuasão de um conflito direto; além disso, em suas palavras:

As lideranças da China não estão inclinadas a desafiar os Estados Unidos militarmente, e seu foco continua no desenvolvimento econômico e na conquista de maior aceitação como grande potência. [...] Uma política externa conflituosa poderia ameaçar este crescimento, [considerando que] em um confronto o comércio marítimo chinês seria interrompido completamente. [...] De sua parte, as lideranças chinesas parecem muito mais flexíveis e sofisticadas do que muitos aspirantes anteriores ao estatuto de grande potência.

Parece-me que estas afirmativas têm envelhecido relativamente bem, já que até esta segunda década do século a China continua demonstrando ambições militares circunscritas; apesar do aumento constante de

⁶ “Clash of Titans”. *Foreign Policy*, jan./fev. 2005. Disponível em: <<https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/07/A0034.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.



investimento no setor, tendo em vista as dimensões do país, as forças armadas chinesas não apresentam um poderio realmente desproporcional em relação a boa parte dos países vizinhos. Em 2018 o orçamento de defesa chinês foi registrado em 250 bilhões de dólares, enquanto os gastos militares dos EUA no mesmo ano foram da ordem de 650 bilhões. Quanto à dissuasão nuclear, mencionada por Brzezinski, é o caso de lembrarmos da disparidade entre as duas potências: a China tem pouco mais de 300 ogivas nucleares, nenhuma delas acoplada a sistemas de lançamento, enquanto os EUA somam mais de 6.000 ogivas, das quais aproximadamente um terço se encontram instaladas, em posições fixas (de defesa) ou móveis — em submarinos e aviões bombardeiros (de ataque)⁷.

Da parte chinesa, a propósito, em janeiro de 2021 a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China reafirmou que o país pratica uma política de manutenção de seu arsenal nuclear em níveis mínimos, dentro do considerado necessário à segurança nacional, precisamente de acordo com a filosofia da dissuasão, além de se comprometer ainda, sob quaisquer circunstâncias, a não usar ou ameaçar usar armamentos nucleares contra nações que não os possuam, ou em Zonas Livres de Armas Nucleares.

Mas para John Mearsheimer, um objetivo geopolítico a ser perseguido pela China seria o de eliminar a presença norte-americana no leste asiático, a partir de uma lógica de estabelecimento de hegemonia sobre seu entorno, o que seria, segundo ele, a construção do caminho para a reconquista da província de Taiwan, o que representaria uma potencial fonte de conflito armado com os EUA. O autor parte de um raciocínio teórico segundo o qual Estados poderosos tentam assegurar seu domínio regional, ao mesmo tempo em que procuram dificultar que outras potências façam o mesmo em regiões mais distantes, procurando interpretar em que medida a China estaria reeditando uma estratégia histórica norte-americana de assertividade sobre o mundo:

A China não pode ascender pacificamente, e se mantiver seu dramático crescimento econômico nas próximas décadas, os Estados Unidos e a China provavelmente se envolverão em

⁷ "Status of world nuclear forces". *Federation of American Scientists*, mar. 2021. Disponível em: <<https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/>>. Acesso em 20 abr. 2021.



uma intensa disputa de segurança, com considerável potencial para a guerra. [...] A China provavelmente tentará dominar a Ásia como os Estados Unidos dominam o hemisfério ocidental. [...] O que eles provavelmente irão fazer é concentrarem-se na construção de sua economia até o ponto de fazê-la superar a dos EUA. Então poderão traduzir seu poderio econômico em poderio militar e preparar as condições de ditar os termos para os demais Estados da região, além de criarem todos os tipos de problemas para os Estados Unidos.

Mas, conforme explicitarei na primeira parte do texto, se há um programa desenvolvimentista com fortes características multilaterais sendo levado a cabo pela China, e se esta multilateralidade começa com os vizinhos, como é o caso, creio que a argumentação de Mearsheimer é realmente limitada para se compreender a estratégia chinesa em longo prazo. Mas é inegável que suas ideias repercutem com algum entusiasmo em Washington, onde atua diuturnamente um poderoso *lobby* pró-guerra, e por isso merecem atenção.

O autor acredita que diante da impossibilidade de se conter o crescimento econômico da China, os EUA devem costurar uma coalizão militar de equilíbrio com outros países asiáticos, sobretudo Japão, Coréia do Sul, Singapura, Índia e inclusive o Vietnã (Austrália e Filipinas não são mencionadas, mas por certo também fariam parte). Assim teria-se, de fato, a reedição de uma estrutura importante da Guerra Fria: duas coalizões militares medindo forças de maneira perene — outrora representadas pela OTAN e o Pacto de Varsóvia. Do lado chinês o autor especula o envolvimento do Paquistão, Coréia do Norte, Camboja, Laos e — não tão seguramente — Myanmar⁸. Quanto à possibilidade de um conflito nuclear, Mearsheimer entende que apesar da dissuasão, na qual consiste o principal fundamento do domínio deste tipo de armamento, haveria um cenário plausível para sua utilização, conforme explica em entrevista para uma rede japonesa:

⁸ “Mearsheimer: ‘The US won’t tolerate China as peer competitor’”. *Deutsche Welle*, 23 set. 2020. Entrevista. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/chinas-rise-and-conflict-with-us/a-55026173>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Não é surpreendente que durante a disputa [da Guerra Fria] tenha sido muito difícil, se não impossível, começar uma guerra na Europa, porque ninguém em seu juízo perfeito começaria uma guerra com a possibilidade de aniquilação nuclear. Agora, contrastando com a situação do leste asiático, que é o ponto central de inflamação entre Estados Unidos e China, os três locais de onde se poderia desencadear uma guerra envolvem o Mar do Sul da China, Taiwan e o Mar do Leste da China. Estas áreas não se equiparam ao front central [europeu]. É possível imaginar uma guerra convencional limitada irrompendo em uma delas. [...] Então, caso a China ou Estados Unidos se vejam sendo derrotados neste tipo de engajamento, pode haver uma séria tentação ao recurso às armas nucleares, já que os Estados Unidos estão comprometidos a utilizar tais armas para defender o Japão, se o Japão estiver perdendo uma guerra convencional. Há quem afirme ser unimaginável que os Estados Unidos ou a China realmente usem armas nucleares. Mas eu não acho que isso seja verdade, porque estas armas estariam sendo empregadas no mar. A China continental não seria atingida. Portanto, é possível pensar em termos de uma “guerra nuclear limitada”⁹.

Em todo caso, este é ainda um cenário fruto de especulação, mas de fato, a perspectiva de um conflito armado no leste asiático é pensada em termos de uma guerra aérea, marinha e cibernética — sendo este o componente que mais vem ganhando importância, em função do rápido avanço da fronteira tecnológica. Não é simplesmente — e nem principalmente — por razões de mercado que as empresas tecnológicas chinesas têm sido um alvo prioritário dos EUA na guerra comercial. A presença militar norte-americana no cerco oriental à China tem aumentado principalmente nesta dimensão. Em janeiro de 2020 o Pentágono anunciou o início de duas “Operações de Domínio Múltiplo”, ou seja, com ênfase em inteligência, informação e afirmação de supremacia cibernética e espacial, sendo esta a atividade prioritária do Exército em suas instalações nas regiões

⁹ “U.S.-China rift runs real risk of escalating into a nuclear war”. *The Asahi Shimbun*, 17 ago. 2020. Entrevista. Disponível em: <<http://www.asahi.com/ajw/articles/13629071>>. Acesso em 20 abr. 2021.



dos oceanos Pacífico e Índico, enquanto a Marinha e a Força Aérea dedicam-se às “Operações de Liberdade de Navegação”, realizando manobras em águas cuja soberania é disputada pela China com outros países do sudeste Asiático e com o Japão¹⁰.

Mas apesar da progressiva escalada de tensões nos mares do leste e do sul da China, a estratégia de contenção empregada pelos norte-americanos na região é bem mais antiga. Desde o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1972, e da subsequente assinatura dos Três Comunicados conjuntos (em 1972, 1979 e 1982), os EUA têm mantido uma atitude ambígua de cooperação e ameaça, principalmente em relação à questão de Taiwan.

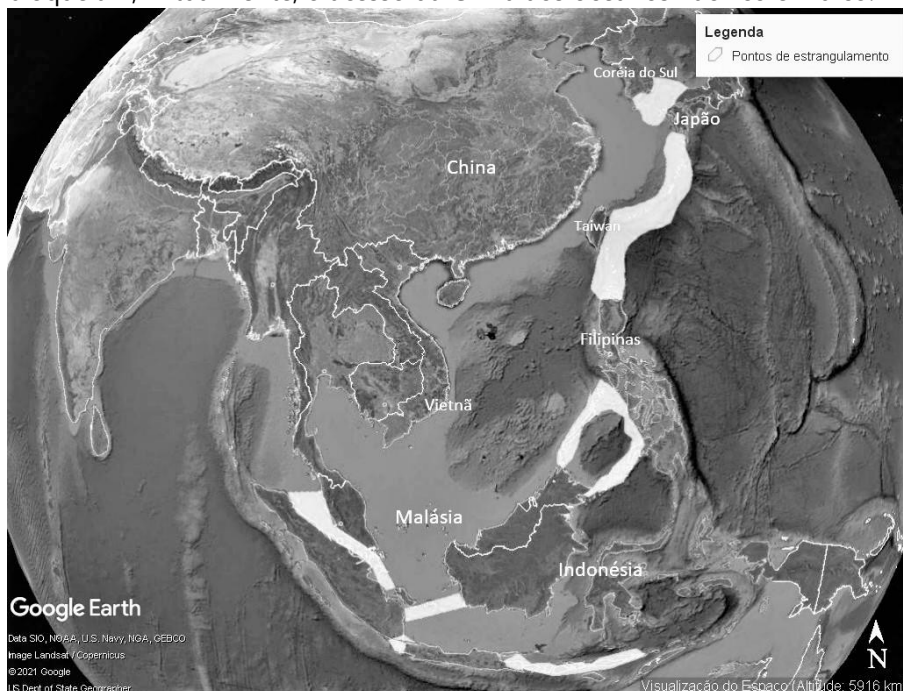
A província chinesa independente, autodeclarada “República da China” e reconhecida diplomaticamente como tal por apenas 15 países membros da ONU, é uma ilha situada em um ponto estratégico, e marco geográfico de divisão entre os mares do leste e do sul da China, virtualmente bloqueando o acesso dos chineses do continente ao oceano Pacífico (a norte e nordeste da ilha entra-se em águas territoriais japonesas, e ao sul, em águas territoriais filipinas, tal como pode ser observado no mapa abaixo, que destaca os “pontos de estrangulamento” da China no acesso a ambos os oceanos, Pacífico e Índico). Por isso, apesar dos EUA não estarem entre aqueles 15 países, eles nunca abandonaram a tática de equilíbrio de poder através do estreito de Taiwan, e desde o triunfo da Revolução Chinesa, quando se deu a separação da província, estimulam e facilitam para que a ilha se mantenha desafiadoramente armada; nos últimos anos, as vendas de armamento de ponta norte-americano para Taiwan têm aumentado consideravelmente¹¹.

¹⁰ “US Army aiming to counter Chinese ‘threat’ with Indo-Pacific security expansion, top official says”. *South China Morning Post*, 11 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/military/article/3045646/us-army-aiming-counter-chinese-threat-indo-pacific-security>>. Acesso em 20 abr. 2021.

¹¹ “Billions in Weapons Sales to Taiwan are Shaking up East Asia”. *The National Interest*, 12 jan. 2021. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/blog/reboot/billions-weapons-sales-taiwan-are-shaking-east-asia-176264>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Figura 3: Destacados em branco, os "pontos de estrangulamento" que bloqueiam, virtualmente, o acesso da China aos oceanos Pacífico e Índico.



Fonte: elaborado pelo autor a partir do software Google Earth.

É inegável, portanto, que tem havido uma sensível e constante escalada das tensões militares nos mares do leste e do sul da China, o que se expressa por exemplo na publicação, pelo Pentágono, de um Relatório Anual ao Congresso, intitulado *Desenvolvimentos militares e de defesa envolvendo a República Popular da China* (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2020), que nesta sua última edição adota uma linguagem altamente alarmante, análoga à publicação anual da última década da Guerra Fria, *Poderio Militar Soviético*¹². Na língua inglesa, a palavra *warmonger* é um adjetivo que define um indivíduo que constantemente encoraja a agressão militar contra países ou grupos considerados hostis, alguém que promove

¹² "What's Missing From The Pentagon's China Report – Taiwan's Missiles". *Forbes*, 2 set. 2020, Aerospace & Defense. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/davidaxe/2020/09/02/wad-up-the-pentagons-propagandistic-china-report-and-toss-it-in-the-trash/?sh=180347055437>>. Acesso em 20 abr. 2021.



publicamente a ida à guerra; publicações como a do Pentágono, portanto, alimentam o “imaginário *warmonger*”, tão presente na vida política norte-americana, e o *lobby* da bilionária indústria bélica se mantém praticamente inquestionável, sobretudo entre as elites do país.

Contudo, apesar desta escalada, há setores e grupos de influência importantes que atuam em Washington — de certa forma — no sentido oposto, como vimos no caso de Brzezinski, que aposta na improbabilidade de que se desencadeie um conflito armado. Ele próprio, aliás, tem advogado publicamente pela criação de um informal “Grupo dos Dois”, ou simplesmente “G-2”, que seria uma espécie de cúpula entre os governos de ambos os países, dedicada a discutir problemas globais conjuntamente e evitar uma segunda Guerra Fria. Ao adotar esta postura pró-conciliação com a China, Brzezinski está, por certo, defendendo o legado de sua geração de diplomatas, que como Henry Kissinger, construiu relações com a China na década de 1970 a partir de uma perspectiva de distensionamento.

Mas para além do legado de seu trabalho, se levarmos em conta o que já expus na primeira parte deste texto sobre o pensamento geoestratégico de Brzezinski, eu especularia que sua inclinação por relações mais amigáveis e cordiais entre Estados Unidos e China se deve a um reconhecimento do fracasso da tentativa de domínio norte-americano sobre o Oriente Médio e Oeste da Ásia. A total precariedade do controle exercido pelos EUA na região inviabilizaria um cerco realmente efetivo em torno da China, como em alguma medida conseguiu-se realizar em relação à União Soviética. Soma-se ainda, talvez como fator principal, o fato de que o exercício da liderança norte-americana sobre o mundo encontra-se em momento de crise, que se prolonga para além do que qualquer estrategista estadunidense gostaria de encarar, e um novo conflito militar poderia ter efeito crítico sobre sua legitimidade como *a* potência mundial. É como disse Kissinger: “Não importa com quanto altruísmo os Estados Unidos percebam seus objetivos, uma insistência explícita em sua predominância iria unir o mundo gradualmente contra o país, e forçar sobre ele imposições que eventualmente o deixariam isolado e destituído [de seu poder global]” (2001, p. 468).

Ora, nos últimos anos não se tem demonstrado muitos sinais de “altruísmo” por parte dos Estados Unidos em sua política externa; o governo Trump, aliás, realizou precisamente o contrário, adotando uma postura de franca oposição às instituições de governança global. E se com a vitória de



Joe Biden é verdade que, no geral, tal postura certamente será abandonada (ele já decretou o retorno dos EUA ao Acordo de Paris e à OMS), no geral — dialogando com os termos de Kissinger —, o fato de já termos chegado até aqui na escalada de tensões entre as duas potências aponta para uma insistência apenas menos explícita e incisiva na manutenção da liderança estadunidense, já que, afinal, o *America first* foi derrotado nas eleições. Isto significa que Biden terá como prioridade a reconstrução da suposta legitimidade norte-americana para liderar o restante do mundo, como fica claro na primeira série de *tweets* de Antony Blinken como novo Secretário de Estado, dirigindo-se a seus equivalentes sul-coreano e japonês¹³.

A abordagem de política externa do Partido Democrata de fato apresenta uma inclinação aos recursos do *soft power* (poder brando), mas esta expressão é por vezes utilizada, sobretudo oficialmente, como um eufemismo para certos métodos de sabotagem da integridade nacional de outros países. Foi justamente ao longo das mais de quatro décadas de Guerra Fria que os Estados Unidos aperfeiçoaram seus meios de emprego do *soft power*, tanto em relação ao próprio bloco soviético como a vários outros países do mundo, buscando estabelecer seu domínio cultural e econômico sobre outras sociedades. É preciso ter claro, portanto, que “poder brando” e “poder firme” (ou, *hard power*) não são estratégias excludentes que se alternam entre um governo e outro, mas são táticas complementares, que viabilizam uma à outra. Por isso, a retomada de um diálogo mais aberto e constante com seus aliados e potenciais aliados não significa, de maneira alguma, que Biden esteja disposto a desescalar as tensões militares com a China, e a adotar, como faz a potência asiática, uma política nuclear eminentemente defensiva.

A última oportunidade concreta de uma mediação possivelmente mais construtiva entre os EUA e a China ocorreu, provavelmente, durante o segundo governo Obama, quando algo próximo do G-2, sugerido por Brzezinski, chegou a se esboçar. Em 2015, num encontro entre os

¹³ “Today, Foreign Minister Kang and I affirmed the enduring strength and importance of the U.S.-ROK Alliance, the linchpin of peace, security, and prosperity for a free and open Indo-Pacific region and stressed the importance of U.S.-ROK-Japan cooperation”. *Twitter*, 26 jan. 2021, 7:37 PM. Disponível em: <<https://twitter.com/qiaocollective/status/1354475098464391170>>. Acesso em: 20 abr. 2021.



presidentes dos dois países, Xi Jinping sugeriu em linhas gerais a elaboração de “um novo modelo de relações entre grandes potências”¹⁴, baseado em termos de cooperação bilateral, respeito mútuo e não confrontação, levando-se em conta o status recíproco de principais parceiros comerciais. Contudo, logo no ano seguinte, na corrida eleitoral à presidência ambos os candidatos, Donald Trump e Hillary Clinton, adotaram uma retórica de hostilidade e confrontação em relação à China¹⁵. Nos EUA, mesmo os setores intelectuais e políticos inclinados a promoverem relações mais transigentes entre os dois países têm dificuldades em romper com a tradição estratégica belicista e impositiva, arraigada no pensamento norte-americano.

Um exemplo interessante é o do cientista político Graham Allison, que viu com entusiasmo a atitude do presidente chinês no encontro com Obama em 2015 (WONG, 2018)¹⁶; antes, ele havia se notabilizado por ter cunhado a expressão “armadilha de Tucídides” para sintetizar a teoria segundo a qual a crescente inquietação de uma potência em relação ao crescimento de outra pode levar a um ponto em que uma ação militar direta fatalmente irá ocorrer. A referência ao historiador grego clássico é feita a partir de uma passagem de seu livro sobre a Guerra do Peloponeso: “Foi a ascensão de Atenas e o medo que isso incutiu em Esparta que tornou a guerra inevitável”. Mas outro autor, o economista Michael Hudson, é implacável com a analogia, e ao criticá-la demonstra a hesitação da elite estadunidense em explicitar seus próprios valores, interesses e conflitos internos, como afirma em diálogo com o jornalista Pepe Escobar:

¹⁴ “Remarks by President Obama and President Xi of the People’s Republic of China in Joint Press Conference”. *The White House under President Barack Obama*, 25 set. 2015. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/09/25/remarks-president-obama-and-president-xi-peoples-republic-china-joint>>. Acesso em 20 abr. 2021.

¹⁵ “In Trade Stances Toward China, Clinton and Trump Both Signal a Chill”. *The New York Times*, 29 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/06/30/business/international/hillary-clinton-donald-trump-trade-china.html>>. Acesso em 20 abr. 2021.

¹⁶ “Thucydides Trap author Graham Allison says China and US must work together and not end up on path that leads to war”. *South China Morning Post*, 10 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/2178905/thucydides-trap-author-says-china-and-us-must-work-together-and>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Há um conflito entre dois sistemas; entre o sistema do capital financeiro e o sistema do socialismo industrial [...]. Os neoconservadores falam a partir desta falsa ideia da história da Grécia Antiga e do problema de Tucídides, de um país com inveja do desenvolvimento de outro país [...]. Se olharmos para esta analogia [...] com a guerra entre Atenas e Esparta, é difícil dizer quem é quem. De um lado temos Atenas, uma democracia apoiando outras democracias e [em troca] contando com seu suporte militar; as elites militares destas outras democracias eram obrigadas a pagar tributos a Atenas por sua proteção e apoio, e esta era a fonte de recursos de Atenas para sustentar sua marinha e erigir uma estrutura própria de defesa. Portanto, tratava-se de uma democracia que explorava seus aliados, para se enriquecer por via da guerra.

Do outro lado temos Esparta, que apoiava oligarquias locais na derrubada das democracias, [para que tomassem o poder e se tornassem aliadas dos espartanos]. Ora, trata-se igualmente dos Estados Unidos. Então, os Estados Unidos representam ambos os lados da Guerra do Peloponeso, se sua democracia estiver tanto explorando democracias aliadas como apoiando oligarquias no Brasil, na América Latina, na África e em todo o mundo. Então, poderíamos dizer que o problema de Tucídides é entre dois lados, dois aspectos dos Estados Unidos, e não tem nada a ver com a China¹⁷.

A provocação feita por Hudson é interessante por poder estender-se à disputa presidencial de 2020. Vejamos: do lado "ateniense", Joe Biden e sua agenda de reintegração e transigência, bastante voltada ao objetivo de assegurar que seus aliados realmente estejam do seu lado em quaisquer circunstâncias, oferecendo-lhes, em contrapartida, garantias de segurança e cobrando participação ativa no enfrentamento ao adversário. Do lado "espartano", Donald Trump e sua retórica virulenta, demonstrando cada vez

¹⁷ "A Hard Look at Rent and Rent Seeking with Michael Hudson & Pepe Escobar". *YouTube*, 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lquO TcMZIQ>>. Acesso em 20 abr. 2021.



maior inclinação, ao longo de seu governo, a enfrentar cada vez mais diretamente a China, mantendo excitados os setores pró-guerra da elite política e econômica norte-americana — não por acaso, manteve no Departamento de Estado o cão de guarda Mike Pompeo, um notório “anti-diplomata”.

A vitória de Biden, no entanto, não deve se desdobrar numa grande virada estratégica em relação à China por uma razão quase estrutural: sua visão de mundo, e a dos estrategistas que o informam, não dá mostras de ter se emancipado da gramática da Guerra Fria. Será, de fato, uma abordagem diferente, mas ainda expressiva de um mesmo esquema de pensamento, calcado em grande medida no século XX, mas com raízes bem mais longínquas; como afirma Cristiano Cabrita sobre o novo presidente e a ideologia estadunidense, o mundo de Joe Biden é “marcado por uma visão excepcionalista, liberal, messiânica, moralista, de uma nação que se considera distinta de todas as outras e cujo papel é liderar as democracias de todo o mundo”¹⁸. Em linhas gerais, portanto, a evolução da grande estratégia norte-americana contra a China nos próximos anos deve manter uma certa coerência interna. Esta estratégia é esquadrinhada por Izak Novák, em seu texto aqui já citado, a partir da distinção feita por ele entre três pilares centrais; são eles:

Contenção: Os EUA estão ativamente construindo alianças (Índia, Japão, Austrália, Coreia do Sul), enquanto intervêm política e militarmente em países vizinhos (o “Triângulo de Controle”), a fim de pressionar os flancos geopolíticos da China.

Balkanização: Por meio de [incitação à] subversão de maneira aberta e, provavelmente, encoberta, os EUA têm procurado apoiar movimentos separatistas na China, particularmente em Hong Kong, Xinjiang e no Tibete. Xinjiang é de importância crucial para a estratégia estadunidense em função de seu papel central na Nova Rota da Seda [em inglês conhecida como Belt and Road Initiative].

¹⁸ “Biden, a política externa e o excepcionalismo americano”. *Estado da Arte*, 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://estadodaarte.estadao.com.br/excepcionalismo-eua-cabrita/>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Sabotagem econômica: Por meio da restrição à entrada de investimento chinês nos EUA, da perseguição de empresas específicas e, por certo, da guerra comercial, estão em curso esforços para reprimir a ascensão meteórica da economia chinesa, que está a caminho de eclipsar a dos EUA em várias frentes¹⁹.

Quando a nova porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki afirmou que Pequim desafia a segurança, a prosperidade e os valores estadunidenses, e que, portanto, seria necessária uma nova abordagem em relação ao país asiático, por “nova abordagem” ela se referia a uma intensificação das táticas elencadas por Novák, e não uma mudança de direção²⁰. De fato, conforme matéria do portal *Político*, já foi feito um remanejamento de pessoal no Conselho de Segurança Nacional, que reflete a prioridade direcionada à China: agora, a diretoria incumbida da região do Indo-Pacífico é a mais importante, galgando à posição anteriormente ocupada pela diretoria encarregada do Oriente Médio²¹.

Essa mudança é ainda uma expressão do que apontei na primeira parte do texto como uma das causas principais da crise de hegemonia dos EUA: a estratégia errática empregada no “Triângulo de Controle”, ou, mais amplamente, no Oriente Médio, onde os norte-americanos tentaram, sem sucesso, estabelecer seu domínio e controle por meio, sobretudo, da chamada “Guerra ao Terror”. George W. Bush pretendia, originalmente, que a invasão do Iraque, em 2003, repetisse o “sucesso” da Guerra do Golfo, levada a cabo por seu pai em 1990, e fosse apenas uma primeira operação, em uma estratégia de longo prazo, de estabelecimento de controle militar e político sobre o mundo árabe — e, é claro, sobre as vastas reservas de petróleo da região, o que lhes permitiria controlar o preço do produto no mercado mundial.

¹⁹ “The War on China”. *Qiao Collective*, 2 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.qiaocollective.com/en/articles/war-on-china>>. Acesso em 20 abr. 2021.

²⁰ “Watch: Jen Psaki holds White House briefing”. *PBS News Hour*, 25 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.pbs.org/newshour/politics/watch-live-jen-psaki-holds-white-house-briefing>>. Acesso em 20 abr. 2021.

²¹ “White House shifts from Middle East quagmires to a showdown with China”. *Político*, 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.politico.com/news/2021/01/28/biden-china-foreign-policy-463674>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Não por acaso Trump alardeava, durante sua campanha, que retiraria as tropas do Oriente Médio, cuja permanência na região é extremamente onerosa para a economia norte-americana, mas apesar de seu estilo disruptivo, nem mesmo o ex-presidente foi capaz de reverter as garantias asseguradas pelo *lobby* belicista. Na verdade, a impossibilidade dos EUA de deixar de valer-se ostensivamente do seu *hard power* se deve, basicamente, ao que Giovanni Arrighi identificou como estado de “dominação sem hegemonia”. Em linhas gerais, isso significa que os EUA vêm perdendo seu capital político, tendo pouco a oferecer concretamente como *a* grande potência mundial, e em compensação, sentem a necessidade de afirmar sua capacidade coercitiva sobre os outros países. Em suma, como diz Arrighi em seu livro *Adam Smith em Pequim*:

[...] longe de estabelecer os fundamentos de um segundo século norte-americano, a ocupação do Iraque comprometeu a credibilidade do poderio militar dos EUA, enfraqueceu sua centralidade e a de sua moeda na economia política global, e fortaleceu a tendência de emergência da China como uma alternativa à liderança norte-americana no Leste Asiático e mais além (2007, p. 209).

Em decorrência das últimas grandes demonstrações de predomínio militar dos EUA sobre o mundo, portanto, reeditar uma estratégia de contenção contra uma superpotência adversária tem se tornado cada vez mais difícil, se não já inviável. Além da crise de seus status de garantidor da segurança mundial — papel que vem desempenhando de maneira deplorável, e até ambígua, mesmo diante das potências europeias, seus clientes preferenciais — os EUA enfrentam outro problema crítico em seu enfrentamento à China: a questão de seu déficit orçamentário. O ex-Secretário do Tesouro Lawrence H. Summers alertava, em um artigo que data ainda de 2009, sobre os riscos do que chamou de “destruição fiscal assegurada”. Trata-se de uma analogia com o mecanismo da Guerra Fria que prevenia que as duas potências fossem às vias de fato e eclodissem uma



“guerra quente”: a “destruição mútua assegurada” pelo domínio equilibrado de armamento nuclear²².

A partir do pós-Guerra Fria os EUA se endividaram de maneira acentuada, o que levou Summers a observar com severa preocupação o fato de que o país mais economicamente importante do mundo seja também o que, de longe, se endivida mais aceleradamente. O economista alertava que o “vício dos EUA em gastar agora ameaça minar aquele ciclo econômico virtuoso global”, referindo-se à expansão da economia mundial e à globalização liderada por seu país. É interessante notar também que mesmo um alto funcionário do capitalismo norte-americano, como é o caso do autor que menciono, advertia que “o apetite voraz dos EUA por investimento drena um capital que poderia, de outra forma, ir parar em países que dele precisam mais”.

Ora, a “dominação sem hegemonia”, de que falava Arrighi, decorre em grande parte de uma situação paradoxal, que a advertência de Summers reproduzida acima deixa entrever: a potência norte-americana, que procurou diligentemente enquadrar o mundo nos termos de uma economia capitalista integrada em torno de si a partir do pós-Segunda Guerra, por meio da coerção e do consenso, tem encontrado dificuldades cada vez mais críticas até mesmo para permanecer na “gerência” do mercado mundial de capitais. Os vultosos investimentos chineses em projetos de infraestrutura em outros países, sobretudo da África e Ásia, dão mostras destas dificuldades, já que são realizados sem passar pelo crivo e pela supervisão norte-americana. Neste cenário, portanto, a emergência de um adversário que ofereça concretamente a possibilidade de reformas na arquitetura econômica global — reformas que se realizariam em franca oposição a um sistema internacional que gravita rigorosamente em torno de uma única potência, pode constranger os Estados Unidos a reavaliarem drasticamente as suas ambições para um futuro não tão distante.

²² “America Overdrawn”. *Foreign Policy*, 27 out. 2009. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2009/10/27/america-overdrawn/>>. Acesso em 20 abr. 2021.



Conclusão

Janeiro de 2021. Na edição virtual do Fórum Econômico Mundial, o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, faz um discurso dirigido a outros chefes de Estado intitulado: “Que a chama do multilateralismo ilumine o caminho a ser seguido pela humanidade” (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2021)²³. Enquanto isso, em Washington, é publicado pelo Conselho Atlântico, o *think tank* oficial da OTAN, um artigo de autoria anônima intitulado: “Para conter a ascensão da China, os EUA devem focar em Xi [Jinping] – Proposta para uma reformulação completa da estratégia [norte]americana”²⁴.

Neste artigo, aliás inspirado pelo chamado “Longo Telegrama”, um documento histórico da Guerra Fria, de 1947, em que seu autor, um diplomata norte-americano em Moscou, traçava as linhas gerais da estratégia de contenção, afirma-se, ainda que tangencialmente, a necessidade de uma postura ainda mais belicosa por parte dos Estados Unidos. Seu autor anônimo pretende impulsionar uma escalada de desconfiança, animosidade e acusações contra o líder chinês, de modo a minar sua autoridade diante do mundo, e sua legitimidade entre o povo chinês. Afirma-se, ainda, a necessidade de que se assegure a confiança dos aliados, que segundo ele “não são opcionais, mas cruciais, já que eles podem frequentemente alcançar o que os Estados Unidos não podem, seja particularmente em países, regiões ou instituições”.

Esta abordagem utilitária em relação aos “aliados”, que, no limite, dá margem a possíveis manipulações, ameaças e suborno, contrasta enormemente com o que chamei, na primeira parte deste texto, de *desenvolvimentismo com características multilaterais*, que tem sido proposto pela China em escala cada vez mais ampliada. A propósito, em um

²³ “Let the Torch of Multilateralism Light up Humanity’s Way Forward: Special Address by H. E. Xi Jinping”. *Ministry of Foreign Relations of The People’s Republic of China*, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx/662805/t1848323.shtml>. Acesso em 20 de abr. 2021.

²⁴ “To counter China’s Rise, the U.S. Should Focus on Xi: A proposal for a full reboot of American strategy toward China”. *Politico*, 28 jan. 2021, Magazine. Disponível em: <<https://www.politico.com/news/magazine/2021/01/28/china-foreign-policy-long-telegram-anonymous-463120>>. Acesso em 20 abr. 2021.



pronunciamento na Alemanha, em 2014, Xi Jinping expressava preocupação quanto aos termos com que seu país se defrontava em sua ascensão ao estatuto de grande potência:

O sábio chinês Lao-Tzu disse: “Um grande Estado deve ser o estuário de um rio, onde todas as correntes do mundo se reúnem”. A China está disposta a fortalecer o diálogo e a comunicação com o mundo com a mente aberta, e a ouvir as vozes do mundo. Esperamos que o tempo possa esclarecer em relação aos preconceitos e mal-entendidos, e que o mundo possa ver a China a partir de uma perspectiva mais objetiva, histórica e multidimensional, e assim compreender sinceramente a verdadeira China (apud ZHANG, 2015).

Não é casual que esta seja uma mensagem entregue no “Primeiro Mundo”, que é a partir de onde se disseminam os “preconceitos e mal-entendidos”. Quanto aos países em desenvolvimento, os termos das relações são mais sofisticados, justamente porque são estes os que mais têm a ganhar com a perspectiva de um mundo efetivamente multipolarizado. A China tem o mérito, conforme também já foi dito na primeira parte deste texto, de conferir renovada legitimidade à questão do desenvolvimento, ensejando sua reinserção nas agendas políticas de médio e longo prazo de outros países. Isto é algo que, aliás, reflete uma notável coerência em relação à política externa adotada após a vitória da Revolução Chinesa, em 1949, quando Zhou Enlai, o principal formulador das relações internacionais da recém-fundada República Popular da China, afirmava:

Os povos da Ásia e África criaram brilhantes civilizações e deram formidáveis contribuições à humanidade. Mas, desde tempos modernos, a maioria dos países da Ásia e África, em graus variados, têm sido sujeita à pilhagem e opressão colonial. Nossas vozes têm sido suprimidas, nossas aspirações, destruídas, e nossos destinos têm sido colocados nas mãos de outros. Portanto, não temos escolha, a não ser levantar-nos contra o colonialismo (ZHOU, 1955).

De fato, ao longo do século XX, dezenas de países do então chamado “Terceiro Mundo” encontraram-se, em diferentes momentos e circunstâncias, diante de um dilema: como promover seu desenvolvimento econômico sem



submeter sua soberania e sucumbir ao enorme poder gravitacional das grandes potências? A China construiu uma solução no mínimo interessante, obviamente marcada por muitas contradições, mas que permite-lhe ostentar um marco absolutamente notável: a erradicação da pobreza extrema em 2020, que sendo um feito alcançado pelo país mais populoso do mundo, tende a exercer pressão positiva sobre o sistema internacional como um todo. Por outro lado, a observação das atuais tendências da política externa dos Estados Unidos, em correlação com seu histórico, tem me levado a crer que os estrategistas em Washington estão demonstrando certa predisposição a abandonar algo que Henry Kissinger observou no prefácio de seu clássico *Sobre a China*:

A relação entre China e Estados Unidos tornou-se um elemento central na busca pela paz mundial e pelo bem-estar global. Oito presidentes [norte-]americanos e quatro gerações de líderes chineses conduziram essa relação delicada de um modo surpreendentemente consistente, considerando as diferenças do ponto em que cada um começou. Os dois lados recusaram-se a permitir que os legados históricos ou as diferentes concepções de ordem doméstica interrompessem sua relação essencialmente cooperativa (2011, p. 14).

Enfim, diante da possibilidade de sérias perturbações na “busca pela paz mundial e pelo bem-estar global”, procurei neste texto atentar à leitora e ao leitor brasileiro para alguns dos contornos do enorme conflito geopolítico que se desenha para o mundo na medida em que avançamos neste século XXI. Adotei a perspectiva de um impasse norte-americano por uma razão prática: nós brasileiros parecemos acreditar, em geral, que detemos um certo status estrutural de “aliado especial” dos Estados Unidos; há razões históricas para esta crença, e ela absolutamente não carece de fundamento. Contudo, não podemos nos furtar em encarar de maneira mais realista o fato de que o movimento da história implica em mudanças constantes, de curto, médio e longo prazo, ainda que nem sempre evidentes ou previsíveis. Seria o caso de estarmos, portanto, mais atentos àquilo que Maquiavel conceituou como *fortuna*: “um poder disruptivo que causa estragos na história” — segundo interpretação de Thierry Ménissier (2012, p. 24) — se quisermos sobreviver enquanto nação soberana e preservar nossa dignidade.



Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**. Londres; Nova York: Verso Books, 2007.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**. Nova York: Basic Book, 1997.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. São Paulo: Objetiva, 2011.
- KISSINGER, Henry. **Does America Need a Foreign Policy?** Towards a diplomacy for the 21st century. Nova York: Simon & Schuster, 2001.
- MACKINDER, Halford J. "The Geographical Pivot of Asia". **The Geographical Journal**, vol.170, No. 4, dez. 2004.
- MÉNISSIER, Thierry. **Vocabulário de Maquiavel**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE. Military and security developments involving the People's Republic of China: Annual Report to Congress. Washington: **Department of Defense**, 2020. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>>. Acesso em 20 abr. 2021.
- SPYKMAN, Nicholas. J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New York: Harcourt, Brace, 1942.
- VENIER, Pascal. "**Main theoretical currents in geopolitical thought in the twentieth century**". L'Espace Politique [En ligne], 11 fev. 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacepolitique/1714>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ZHANG Fenzhi. **Xi Jinping: How to read Confucius and other Chinese classical thinkers**. Nova York: CN Times Books, 2015.
- ZHOU Enlai. "Main Speech by Premier Zhou Enlai, Head of the Delegation of the People's Republic of China, Distributed at the Plenary Session of the Asian-African Conference", 19 abr. 1955, **History and Public Policy Program Digital Archive**, Peking: Foreign Languages Press, 1955. Disponível em: <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121623.pdf?v=e1cd06384e2e67bdff11f809ead78849>>. Acesso em 20 abr. 2021.

Recebido em 22 abr. 2021 | aceite em 20 jul. 2021



Acercamiento a la transformación del socialismo en Cuba¹

Alexandra Arabadzhyan²

185

Resumen

Este artículo presenta un primer acercamiento al tema de los cambios actuales del sistema económico y político en Cuba. La investigación abarca varios aspectos de estas transformaciones apoyándose en el reflejo de los cambios en documentos oficiales lo que se considera la etapa de institucionalización de las medidas que antes podrían concebirse temporales. Se ofrece análisis de unas decisiones tomadas por el Partido Comunista de Cuba en los últimos Congresos, así como un estudio comparativo de las constituciones (1976, 2019 y el proyecto de la última) del país para mostrar alejamiento del vigente sistema socialista cubano del fundamento socialista existente antes del derrumbe de la URSS que se nutría de la teoría marxista. El artículo plantea que los cambios principales (estructurales) han tenido lugar desde el VI Congreso con la aplicación de la actualización del modelo económico y social cubano. Además, propone un estudio de dichas transformaciones a través de cuestionar sustanciales aspectos del socialismo aplicando la perspectiva del pensamiento de Ernesto Che Guevara.

Palabras clave: socialismo; marxismo; Cuba; Ernesto Guevara; actualización del modelo económico cubano.

¹ Este trabajo es un acercamiento preliminar al estudio más profundo de los cambios actuales en Cuba. El análisis comparativo propuesto en este artículo presenta una versión breve de la investigación más abarcadora, por eso no incluye un espectro completo de los documentos oficiales que deberían tenerse en cuenta en un estudio más integral que en la actualidad esta en fase de desarrollo.

² Investigadora junior en el Instituto de Economía Mundial y Relaciones Internacionales Yevgueni Primakov de la Academia de Ciencias de Rusia, doctoranda en el Instituto de Historia Mundial de la Academia de Ciencias de Rusia. | aleche28@gmail.com



Resumo

Este artigo apresenta uma primeira abordagem à questão das mudanças atuais no sistema econômico e político de Cuba. A pesquisa abrange vários aspectos dessas transformações, a partir da reflexão das mudanças nos documentos oficiais, que é considerada a fase de institucionalização das medidas que antes poderiam ser consideradas temporárias. É feita uma análise de algumas decisões tomadas pelo Partido Comunista de Cuba nos últimos Congressos, bem como um estudo comparativo das constituições (1976, 2019 e o projeto da última) do país para mostrar o distanciamento do atual Sistema socialista cubano da base socialista existente antes do colapso da URSS e fundamentado pela teoria marxista. O artigo afirma que as principais mudanças (estruturais) ocorreram desde o VI Congresso com a aplicação da atualização do modelo econômico e social cubano. Além disso, propõe um estudo dessas transformações por meio do questionamento de aspectos substanciais do socialismo a partir da perspectiva do pensamento de Ernesto Che Guevara.

Palavras-chave: socialismo; marxismo; Cuba; Ernesto Guevara; atualização do modelo econômico cubano.

Abstract

This article presents a first approach to the issue of current changes in the economic and political system in Cuba. The research covers various aspects of these transformations, relying on the reflection of main changes in official documents, considering it as the stage of institutionalization of the measures previously conceived as temporarily. The paper offers an analysis of some decisions made by the Communist Party of Cuba in the latest Congresses, as well as a comparative study of the constitutions (1976, 2019 and the project of the letter) of the country to show the distancing of the current Cuban socialist system from the socialist foundation that existed before the collapse of the USSR, nourished by Marxist theory. The article states that the main (structural) shifts have taken place since the VI Congress with the application of the updating of the Cuban economic and social model. Furthermore, it proposes a study of these transformations in the concept of socialism through the perspective of Ernesto Che Guevara's thought.

Keywords: socialism, Marxism, Cuba, Ernesto Guevara, updating Cuban economic and social model

Introducción

Socialismo como ideología ha sido el eje principal de la sociedad cubana desde los años 60. Generalmente los investigadores suelen subrayar la fecha del 16 de abril de 1961 como el comienzo de la trayectoria hacia el socialismo, ya que aquel día tuvo lugar el discurso del comandante Fidel Castro Ruz en el cual el líder máximo de la Revolución anunciaba: "esta es la revolución socialista y democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes. Y por esta revolución de los humildes, por los humildes y para



los humildes, estamos dispuestos a dar la vida"³. Es decir, aquel día las autoridades de la isla decidieron transmitir al pueblo el resultado de su elección a favor del acercamiento a la Unión Soviética en la escena mundial y del desarrollo interno según los principios del socialismo en su versión marxista.

Sin embargo, parece que todavía no estaba totalmente claro qué significaba construir el socialismo en Cuba y, paralelamente, ya había empezado el proceso de elaboración de la teoría y práctica socialistas para el caso cubano teniendo en cuenta los rasgos específicos de la isla y su pueblo. Así nació el dualismo del socialismo cubano en el que, por un lado, los líderes de la Revolución tendían a apreciar la experiencia soviética y bajo algunas circunstancias copiar lo que había hecho el primer país socialista del planeta. Por otro lado, sentían la necesidad de cambiar esas prácticas adoptándolas al caso cubano, pero continuando apelando a la teoría marxista.

La Cuba de hoy sigue siendo socialista, según declaraciones oficiales de sus líderes actuales. Así lo afirmaba Raúl Castro Ruz que sustituyó a su hermano mayor Fidel en 2008 en los cargos del Presidente del Consejo de Estado y Presidente del Consejo de Ministros, y finalmente en 2011 llegó a ser el Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba. Lo mismo continúa afirmando el sucesor de Raúl, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, que desde el 19 de abril de 2018 desempeñaba los cargos del Presidente del Consejo de Estado y de Presidente del Consejo de Ministros. Dejó de realizar estas funciones siendo elegido el Presidente de la República, el cargo surgido tras la aprobación de la nueva Constitución del país apoyada por el pueblo cubano el 24 de febrero de 2019 en un referéndum. Y ya en abril de 2021 en el VIII Congreso del Partido Comunista de Cuba Miguel Díaz-Canel fue escogido el Primer Secretario del Comité Central del PCC sustituyendo a Raúl Castro.

Muchas veces se hace énfasis en que Díaz-Canel es una persona que nació en 1960, es decir, ya después del triunfo de la Revolución, y pertenece a la nueva generación que no conoció en persona la drástica situación neocolonial y dependiente sufrida por la isla durante el régimen de Fulgencio Batista y antes de este bajo el dominio de los EEUU (BAMBIRRA, 1974). Por ende, según la opinión del politólogo cubano Rafael Hernández (2018, p. 12–13), escogiendo a Díaz-Canel como un cuadro comprobado y fidedigno, Raúl Castro garantizó la continuidad de las ideas y el plan de

³ Citado en el Informe Central del VI Congreso del Partido Comunista de Cuba, 2011, p. 2.



desarrollo llevado a cabo por su gobierno, el cual consiste en un proceso controlado de transmisión del poder de la así llamada "generación histórica" a la nueva generación que no participó en la guerra de guerrillas ni en la Sierra, ni en el Llano.

El joven líder del país aludió a la idea socialista en su discurso en la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas pronunciado el 26 de septiembre de 2018, mostrando su actitud hacia el fenómeno a toda la comunidad internacional: "El cambio generacional en nuestro gobierno no debe ilusionar a los adversarios de la Revolución. Somos la continuidad, no la ruptura. Cuba ha proseguido dando pasos para perfeccionar su modelo de desarrollo económico y social, con el objetivo de construir una nación soberana, independiente, socialista, democrática, próspera y sostenible. Ese es el camino que escogimos libremente" (Intervención del Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de Cuba, Miguel Díaz-Canel, en el debate general del 73º Período de Sesiones de la Asamblea General de Naciones Unidas, 2018).

No obstante, el concepto de socialismo ha sido transformado y repensado, y eso se reconoce por los propios docentes universitarios cubanos y los miembros del Partido Comunista de Cuba, que es el único partido legal en el país y de este modo puede ser concebido como el organismo crucial que refleja la ideología socialista en la Cuba de hoy.

Investigando la visión del rumbo socialista actual de Cuba analizaremos la dinámica que se refleja en unos documentos oficiales que abarcan el asunto. El problema del socialismo aparece en muchas discusiones que tienen lugar durante diversos eventos del Partido, así que parece racional concentrarnos en los más importantes, que son los Congresos del Partido Comunista de Cuba. El último de ellos es el VIII Congreso que se celebró desde el 16 hasta el 19 de abril de 2021 en La Habana. Este evento tuvo lugar en unas circunstancias drásticas que fueron el resultado del impacto de la pandemia del coronavirus que desestabilizó la economía del país limitando sus actividades tanto en el interior como en el exterior. Por eso, acudiremos a los documentos del penúltimo Congreso celebrado en 2016 cuando la coyuntura externa era más favorable y a los documentos del VI Congreso que dieron el principio a la actualización del modelo económico y social cubano que, a nuestro modo de ver, puede considerarse un parteaguas del rumbo socialista cubano. Además, para llevar a cabo nuestro análisis indagaremos las Constituciones del país que representan la institucionalización de los principios socialistas. En otras palabras, haremos una breve comparación de la carta magna del 1976 y la del 2019 y su proyecto para aclarar cómo se ha ido cambiando el concepto



del socialismo. En la siguiente parte del estudio cuestionaremos otro aspecto de la evolución ideológica en Cuba que está entrelazada con el ideario de Ernesto Che Guevara que se conoce como uno de los participantes de la construcción del socialismo en Cuba en los años 60 (PERICPAS, 2014, TABLADA, 1987, YAFFE, 2012, 2014).

Rasgos de la dinámica del concepto del socialismo según las fuentes oficiales

Durante el VII Congreso Raúl Castro, siendo el líder de los órganos políticos esenciales del Estado, presentó el Informe Central en el cual aclaró las nuevas tendencias del desarrollo de diferentes ámbitos de la sociedad cubana en aquel momento. En relación al tema del socialismo señaló que el futuro del país se vinculaba con el "socialismo próspero y sostenible" (Informe Central al VII Congreso del Partido Comunista de Cuba, 2016)⁴. Además, destacó que del existente abanico de métodos neoliberales ninguno sería aplicado "en el socialismo cubano", pero al mismo tiempo prestó mucha atención al tema de implantar herramientas monetarias, diversificación de la propiedad privada y otros aspectos ligados a la economía mercantil que en actualidad van penetrando poco a poco en el sistema cubano, a pesar de haber sido prohibidas o fuertemente limitadas durante décadas por las autoridades de la isla. Citada implantación de la propiedad privada sobre los medios de producción puede ser considerada consecuencia de la grave crisis económica sufrida en Cuba después de la caída del campo socialista y desmembramiento de la URSS, pero fue fijada como una parte integral del sistema cubano solo después del comienzo de la actualización del modelo económico y social cubano, o sea, del VI Congreso.

Asimismo, podríamos reseñar que, según el punto de vista de las autoridades y la élite política cubana que está representada por los altos cargos del Partido, la prosperidad y sostenibilidad del socialismo cubano vienen de la mano con el proceso de adaptación de instrumentos mercantiles que día a día se hacen más presentes en la economía de Cuba.

Esta lógica ya fue prevista en los famosos Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución aprobados por el VI Congreso del Partido Comunista de Cuba que tuvo lugar entre el 16 y el 19 de abril de 2011. Los Lineamientos demuestran que el Partido ha admitido una variedad de desafíos ante los cuales se enfrenta la isla desde el comienzo del período especial en los tiempos de paz y explican la necesidad de aprovechar lo que

⁴ Lo que también fue reiterado en el VIII Congreso (FIGUEREDO, O., BALÁN, 2021)



pueden dar las palancas de la economía de mercado. De igual modo, en los Lineamientos se subraya que “el sistema económico que prevalecerá en nuestro país continuará basándose en la propiedad socialista de todo el pueblo sobre los medios fundamentales de producción, donde deberá regir el principio de distribución socialista “de cada cual según su capacidad a cada cual según su trabajo” (Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución aprobados, 2011, p. 9). El documento también asegura que el proceso de la actualización del sistema será basado principalmente en la planificación, cuyo sentido se contrapone al funcionamiento del mercado. Sin embargo, en las condiciones actuales no se puede evitar el uso del mercado, así que dicho documento constituye puntos que prevén un distanciamiento más profundo del modelo planificado y estatal, dando lugar a una transición hacia una economía más abierta y libre, mientras la misma forma de planificar ya incluye el control y la regulación del mercado, es decir, prevé implantación del mercado al plan.

Los cambios más actuales principalmente derivan de las decisiones tomadas en el VI Congreso, por eso en este artículo indagamos más estas raíces que nos enseñan cómo ha desarrollado la situación desde aquel entonces.

Respecto a los Lineamientos (2011), conviene señalar que el lineamiento 2 (p. 10) postula la necesaria promoción de modalidades no estatales de gestión, entre las cuales se encuentra el trabajo por cuenta propia, lo que en su ser es una forma de pequeña producción mercantil. El lineamiento 14 (p. 12) asegura que las finanzas de empresas no pueden ser intervenidas, es decir, ni siquiera el Estado tiene derecho a influir en ellas. Los lineamientos 53 y 54 (p. 15) presuponen el fortalecimiento del sistema de crédito y el sistema bancario en general. El lineamiento 178 destaca que es necesario “adoptar un nuevo modelo de gestión, a tenor con la mayor presencia de formas productivas no estatales, que deberá sustentarse en una utilización más efectiva de las relaciones monetario-mercantiles, delimitando las funciones estatales y las empresariales, a fin de promover una mayor autonomía de los productores, incrementar la eficiencia, así como posibilitar una gradual descentralización hacia los gobiernos locales” (p. 26). Es notable que la mayoría de dichas transformaciones tengan el mismo fin que consiste en lograr más eficiencia en todos los tipos de actividad económica.

De ahí podemos resumir que en lo que se refiere a la esfera económica de la sociedad, *el concepto actual del socialismo en Cuba no solo permite implementar las medidas capitalistas, sino también busca profundizarlas aunque en los discursos oficiales siempre se acentúa que el fundamento del desarrollo es la planificación y seguirá siéndolo pase lo que*



pase. Al mismo tiempo se trata de proteger los logros en el terreno social tales como la gratuidad de los servicios médicos y la educación, garantizados para todo el pueblo y otras ventajas traídas gracias a la política ejercida después del triunfo de la Revolución. Esta direccionalidad, a grandes rasgos, ha sido continuada y profundizada por las decisiones del VII y el VIII Congresos.

Para concluir la investigación del flanco socio-económico, añadiremos que el citado principio socialista (muy divulgado y usado en la URSS) obviamente contradice a lo que sucede en Cuba hoy cuándo un empleado de una fábrica de puros gana unos 20 dólares **al mes**, mientras que el poseedor de una casa familiar puede ganar más de 100 dólares **al día** gracias al flujo creciente de turistas. Resaltemos que el último en realidad incluso ya puede vivir sin trabajar, lo que se dice trabajar, cobrando el dinero de su propiedad, por lo tanto la idea de “de cada cual según su capacidad a cada cual según su trabajo” en ese momento es contradicha al igual que el concepto de justicia social como tal. Y claro está que cuanto más se desencadene la mercantilización, más desigualdad habrá en la sociedad. Todo esto deriva de que, desde la perspectiva de la teoría marxista, se va ampliando no solo la producción mercantil, sino la posibilidad de formación del capital lo que se estimula también por la implantación de libertad de contrato lo que conduce a la explotación (Decreto-Ley Nº304, 2012, p. 2078., Ley Nº116, 2014, p. 465). No obstante, desde la óptica oficial el país está en el derrotero hacia un socialismo “próspero y sostenible”.

Continuando con el aspecto político, sería crucial indagar en el proyecto de Constitución de la República de Cuba aprobado por la Asamblea Nacional de Poder Popular de Cuba, el órgano principal de representación del pueblo que ejerce facultades legislativas, en julio de 2018 (Proyecto Constitucional de la República de Cuba, 2018, p. 3). Este proyecto evidencia que la sociedad cubana hoy en día vive una amplia gama de cambios que ya se fijan en la legislación del país. Consecuentemente, el citado proyecto es una de las mejores representaciones de las novedades no solo en la realidad de Cuba, sino en la visión formal del socialismo en sí. De antemano es preciso notar que este proyecto después de discusiones públicas fue transformado y el texto final de la nueva Constitución de la isla fue aprobado el 24 de febrero de 2019 por el pueblo cubano a través del referéndum con más del 86% de votos a favor de la Constitución.

Históricamente, desde 1959 hasta 1976 en Cuba funcionaba la Ley Fundamental de 1959 que en su mayor parte expresaba lo que ya había sido incluido en la Constitución del 1940. En 1976 entró en vigor la nueva Constitución apoyada por el pueblo cubano a través del mecanismo de



referéndum. Esa versión de la carta magna luego fue enmendada en unas nuevas circunstancias del derrumbe del campo socialista⁵.

En lo concerniente a aspectos conceptuales e ideológicos, ya en el preámbulo del proyecto nos damos con una corrección significativa. En la variante de 1976 la construcción de la sociedad comunista (¡sic!) (Constitución de la República de Cuba, 1976, p. 1) se percibe como el objetivo del desenvolvimiento de la isla después de la Revolución, mientras que en el proyecto esa parte del preámbulo está omitida, así como la postulación de que el Partido Comunista va al frente del pueblo cubano hacia dicha meta.

Es más, la palabra "comunismo" como tal ya no figura en el proyecto de la Constitución, si bien en la Constitución de 1976 el artículo 61 hace hincapié en que el pueblo cubano tomó la decisión de "construir el socialismo y el comunismo" (Constitución de la República de Cuba, 1976, p. 14). En la Constitución de 1976 el comunismo vuelve a aparecer en el preámbulo en el cual se postula que los cubanos tienen conciencia de que "sólo en el socialismo y el comunismo, cuando el hombre ha sido liberado de todas las formas de explotación: de la esclavitud, de la servidumbre y del capitalismo, se alcanza la entera dignidad del ser humano" (Constitución de la República de Cuba, 1976, p. 1). Es decir, en 1976 los ciudadanos cubanos tenían esa conciencia, considerando el comunismo un valor esencial y necesario. Por consecuencia, lo propuesto en el proyecto nos hace meditar en varias cuestiones: ¿habrán perdido esa conciencia? ¿Cómo podrían explicar la omisión de este término los autores del proyecto? Además, ¿ya no creen que el capitalismo es una forma de explotación? En el caso contrario, es menester explicar por qué han eliminado esa frase del texto del proyecto.

Lo curioso es que después de las consultas *con el pueblo* este fragmento del preámbulo volvió a ser modificado y ahora incluye unos de los puntos de la carta magna de 1976: "Cuba no volverá jamás al capitalismo como régimen sustentado en la explotación del hombre por el hombre, y que solo en el socialismo y en el comunismo el ser humano alcanza su dignidad plena" (Constitución de la República de Cuba, 2019, p. 1-2). En otras palabras, en la versión final de la Constitución la palabra "comunismo" ya aparece, aunque no se dice de una manera directa que es la meta de la sociedad cubana. No obstante, también vuelve a estar presente el reto de la explotación que se asocia con el capitalismo.

⁵ En este artículo no nos enfocamos en los cambios de la Constitución hechos en 1992 y 2002 a causa de la brevedad del formato, pero esta tarea se emprende en el estudio aparte que es más profundo y que vamos llevando a cabo.



También hay que destacar que la nueva Constitución tiende a evitar el vocabulario marxista sustituyéndolo con frases y construcciones sinónimas pertenecientes al discurso nacionalista. En el artículo dedicado a los principios de la democracia socialista, por ejemplo, la expresión “las masas populares” (Constitución de la República de Cuba, 1976, p. 15) se reemplaza por “el pueblo” (Constitución de la República de Cuba, 2019, p. 7), y en el proyecto no figuraba el principio del internacionalismo proletario, aunque a la versión final lo incluyeron (Constitución de la República de Cuba, 2019, p. 1).

En definitiva, el discurso ideológico y su reflejo en el sistema se han suavizado, han pasado desde ser radicales y estar en la extrema izquierda del espectro político apoyándose en la teoría marxista, a estar en una posición más centrista. Esto, a su vez, hace reflexionar en si el sistema cubano se ha acercado a los representantes de la izquierda liberal que parece ser la versión del pensamiento socialista moderno más divulgado en los países del Occidente.

A favor de esta presuposición también atestigua el intento a insertar en la nueva carta magna modificaciones en relación a la definición del matrimonio, reforma que legaliza las parejas homosexuales. Así en la Constitución de 1976 bajo el instituto de matrimonio se concibe “la unión voluntariamente concertada de un hombre y una mujer con aptitud legal para ello, a fin de hacer vida en común” (Constitución de la República de Cuba, 1976, p. 8). El proyecto lo ve como “unión voluntariamente concertada entre dos personas”. Este cambio ha sido discutido drásticamente por la sociedad cubana, así que en fin no ha sido incluido en la versión final de la carta magna después de las consultas populares.

Además, en el artículo que proscribe discriminación, en la versión nueva ha sido añadido la prohibición de discriminar por razones de “género, orientación sexual, identidad de género” (Proyecto Constitucional de la República de Cuba, 2018, p. 11) que antes no figuraban en el texto de la Constitución de 1976.

Es probable que la introducción del cargo del Presidente de la República que debe tener entre 35 y 60 años (al empezar el primer periodo) y no puede ejercer sus funciones más de dos periodos sucesivos, además de que el Jefe de Estado no puede compaginar esa función con el cargo de Primer Ministro, que es el Jefe de Gobierno, también sea un intento de ser más democráticos y parecidos a un modelo que presupone división de poderes. Tampoco podemos pasar por alto que la nueva Constitución incluye propiedad privada sobre “determinados” medios de producción a la lista de las formas de la propiedad existentes en el país (Constitución de la



República de Cuba, 2019, p. 3), lo que señala abiertamente distanciamiento del socialismo cubano anterior que se basaba en la cláusula marxista de la necesidad de eliminación de la propiedad privada sobre los medios de producción como paso a la extinción de la explotación y de las clases sociales.

El clímax de tendencias descritas se representa en el primer artículo dedicado al Estado cubano. Según la nueva carta magna, "Cuba es un Estado socialista de derecho y justicia social, democrático, independiente y soberano, organizado con todos y para el bien de todos como república unitaria e indivisible, fundada en el trabajo, la dignidad, el humanismo y la ética de sus ciudadanos para el disfrute de la libertad, la equidad, la igualdad, la solidaridad, el bienestar y la prosperidad individual y colectiva" (Constitución de la República de Cuba, 2019, p. 1). Es una modificación relevante, ya que la variante del 1976 postulaba que Cuba "un Estado socialista de obreros y campesinos y demás trabajadores manuales e intelectuales" (Constitución de la República de Cuba, 1976, p. 2). Aquí la atención se presta al carácter proletario del estado cubano, mientras que la nueva Constitución incluye el rasgo del estado "de derecho", enfatizando su aspecto democrático. Sin embargo, al haber postulado ser un Estado de derecho, el gobierno se compromete a garantizar al pueblo todos los derechos y libertades. Si fracasa al hacerlo, por ejemplo, si no garantiza la libertad de prensa, será vulnerable frente a la comunidad internacional que tendrá razón interpellando por qué el gobierno cubano viola su propia carta magna. Otra peculiaridad llamativa es el acento en la prosperidad individual que viene antes de la colectiva y eso que el socialismo es la trascendencia de lo individual, cuya preponderancia es el producto de la sociedad y conciencia burguesa, hacia lo comunitario.

De ahí deriva la evidente transformación en la concepción del socialismo cubano. Todos los cambios mencionados caben en la vigente agenda del discurso de la izquierda liberal y son parecidos al orden del día de los países latinoamericanos que se identifican con el socialismo del siglo XXI, pero este concepto se aleja del fundamento del socialismo cubano anterior que transcurre transformaciones ya poco compatibles con la economía política marxista.

No obstante, todavía falta mucho para que la ideología de Cuba pueda coincidir con ese lineamiento de pensamiento. Quizá el ejemplo más destacable en ese sentido sea el artículo sobre el rol del Partido Comunista de Cuba en la sociedad. Si bien en la Constitución de 1976 se define como "vanguardia organizada marxista-leninista de la clase obrera", "la fuerza dirigente de la sociedad y del Estado, que organiza y orienta los esfuerzos



comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista” (Constitución de la República de Cuba, 1976, p. 2), en la variante final de la nueva carta magna encontramos unos cambios que abarcan no solo el tema de comunismo. “El Partido Comunista de Cuba, único, martiano, fidelista, marxista y leninista, vanguardia organizada de la nación cubana, sustentado en su carácter democrático y la permanente vinculación con el pueblo, es la fuerza política dirigente superior de la sociedad y del Estado” (Constitución de la República de Cuba, 2019, p. 1). Resulta que ahora el Partido se ha transformado en un instituto democrático, pero a la par se añade su carácter único que implica acento sobre el unipartidismo como peculiaridad del sistema político cubano que, desde el punto de vista teórico, no es un rasgo de democracia (burguesa). Merece la pena enfatizar que en la nueva Constitución el Partido se asocia primero con la figura de Martí, si bien en la variante de 1976 ni siquiera se mencionaba en esta parte ya que se consideraba más significativo el carácter marxista-leninista del Partido.

Se deduce de las tendencias trazadas una índole ambigua de las tentativas de Cuba. El país pone mucho empeño en democratizarse, pero continúa aferrándose en unos aspectos que contradicen al concepto de democracia como se comprende en los países capitalistas y apelando a nociones e ideas socialistas que hereda de su pasado. Y su pasado se contraponía a los estados capitalistas. En este punto se entreabre un nudo gordiano que se hace aún más evidente en el discurso transmitido por unos representantes del ámbito académico del país. Por lo visto, actualmente la élite académica ve su tarea general en explicar los citados cambios basándose en los términos del pasado histórico de Cuba confirmando la declarada continuidad de la Revolución y omnipresencia de sus héroes. Sin embargo, en realidad sus intentos a veces resultan ser un uso de las nociones, citas y figuras sin profundizar holísticamente en lo que esas personas decían y opinaban. Esto parecería haber pasado con la apelación al ideario de Ernesto Che Guevara.

El rol del ideario de Ernesto Che Guevara en las transformaciones actuales en Cuba

Es obvio que podemos ver la imagen del guerrillero heroico en cualquier rincón de la isla de la Libertad, sus citas también aparecen en variadas murallas, aunque la mayoría de la población ya no se de cuenta de quién fue el Che en realidad y qué pensaba sobre los problemas del socialismo. No obstante, lo que es más es que su ideario a veces se



interpreta por representantes del círculo académico que lo utilizan para justificar las transformaciones estructurales y conceptuales que tienen lugar hoy en día en Cuba.

Así parece curioso el artículo "Aproximación a "El socialismo y el hombre en Cuba" escrito por Dra. Delia Luisa López García (2015). Se basa en investigación de las ideas del Che interpretando unos de los asuntos centrales de su ideario reflejados en su texto famoso que se conoce bajo el título "El socialismo y el hombre en Cuba". La investigadora resume el desarrollo del pensamiento marxista, señalando que el Che habiendo fomentado su Sistema Presupuestario de Financiamiento se contraponía al pensamiento marxista de Charles Bettelheim y sus partidarios que propugnaban "la tradicional estrategia socialista de desarrollo" (LÓPEZ GARCÍA, 2015, p. 100).

Más aún, según la opinión de la autora, la visión sobre la edificación del socialismo que profesaba el Che es la que debe ser aplicada por los cubanos. Para explicar ese deber López García, habiendo afirmado que los académicos han olvidado la esencia de lo que decía y escribía el Che, explica algunos aspectos del pensamiento guevariano entre los cuales se encuentran "la relación masa-vanguardia" (LÓPEZ GARCÍA, 2015, p. 100) y la "participación popular" (LÓPEZ GARCÍA, 2015, p. 101). Luego, la autora subraya que hubo dos momentos en la historia de Cuba cuando el país se desvió de la correcta vía de la construcción del socialismo. Primera vez tuvo lugar en 1961-1962 en forma del así llamado "sectarismo" de Anibal Escalante. Sin embargo, López García no analiza las consecuencias de lo sucedido y solo afirma que en aquel momento fue afectada la participación popular. Lo mismo aconteció por segunda vez más tarde, cuando fue aplicado el Sistema de Dirección y Planificación de la Economía. La autora postula que fue entonces cuando "fueron implantados mecanismos en la gestión de la economía nacional, así como instaurados en la vida de las instituciones políticas de la sociedad prácticas y métodos provenientes de la realidad de la URSS y Europa Oriental que poco tenían que ver con la idiosincrasia de nuestro pueblo y con las nuevas formas masivas de hacer política inauguradas por la Revolución. Todo ello influyó negativamente en la transición socialista cubana" (LÓPEZ GARCÍA, 2015, p. 102).

A la vez la autora supone que el sistema soviético de cálculo económico fue concebido por la URSS como el único camino de la construcción socialista, mientras que en realidad solamente expresaba la experiencia propia de la URSS misma que de hecho también postulaba Guevara (2007) y no podía responder a los retos específicos con los cuales tenía que enfrentarse Cuba. De ahí vienen muchas de las plagas de Cuba



socialista que implantó elementos del sistema vicioso soviético llevando a cabo el Sistema de Dirección y Planificación de la Economía (SDPE). Entre esas medidas en el artículo se menciona “la creciente monetización de motivaciones” (LÓPEZ GARCÍA, 2015, p. 103), contra los cuales el Che peleaba tanto (GUEVARA, 1964a). Como resultado, la enajenación en la sociedad cubana no fue superada y debido a los errores mencionados Cuba fue desviada de la trayectoria correcta. Aunque durante la Rectificación los líderes entendieron que se habían equivocado y que había que estudiar el pensamiento del Che de nuevo, el proceso histórico no les dio tiempo para realizarlo: cuando se desmembró la URSS y Cuba fue sumergida en una crisis gravísima durante la cual ya no era posible llevar a cabo lo planeado. Así que ahora es menester volver a indagar la visión del Che y seguir sus consejos.

La autora tiene toda la razón, subrayando que deberíamos leer lo que el Che escribió para conocer su obra y sus ideas. Sin embargo, en nuestra opinión, tenemos que conocer primero las realidades de la Unión Soviética también, los retos con los cuales se enfrentaba. Y en lo que se refiere al Che, lo deberíamos conocer integralmente y no solo elegir lo más favorable para nosotros mismos. Es decir, si la Cuba actual acudiera a la figura de Guevara, tendría que interpelarse qué pensaría el Che sobre lo que sucede ahora en la isla, cómo se puede interpretar la realidad de Cuba hoy en día desde la óptica guevariana.

Primero, toquemos el tema de la meta final, en definitiva, la esencia del desarrollo. La autora cita la siguiente afirmación del Che: “Para construir el comunismo, simultáneamente con la base material, hay que hacer al hombre nuevo” (LÓPEZ GARCÍA, 2015, p. 105). ¿Acaso la Cuba actual todavía trata de construir el comunismo? Esa parte ha sido omitida en el proyecto de la nueva carta magna de la República.

Segundo, está claro que el Che criticaba con fervor revolucionario y marxista el cálculo económico, pero ¿qué es este sistema de autogestión financiera? Es una versión mucho menos viciosa de lo que presentan los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución. Tienen la misma tarea que ya hemos citado: “utilización más efectiva de las relaciones monetario-mercantiles”. Y el Che ideando su Sistema Presupuestario de Financiación hacía hincapié en que las categorías capitalistas debían desaparecer a lo largo de la transición al socialismo (GUEVARA, 1964a). Y Cuba en 2019 incluyó hasta la propiedad privada sobre medios de producción en su Constitución lo que significa que esta medida se queda en el sistema cubana para mucho tiempo. El Che siendo marxista condenaría esa decisión.



El problema también consiste en que es muy probable que el lector del artículo piense que la drástica situación en la cual se encuentra la Cuba de hoy es la culpa de la URSS. Lo que en realidad no es así teniendo en cuenta que el gobierno de la isla estaba consciente de sus pasos, inclusive cuando se negó a continuar el proyecto del Che y decidió adherirse al CAME e implementar unos elementos del cálculo económico. Si hubiese seguido los consejos del Che, ¿qué habría pasado con Cuba después de la caída del campo socialista?

Sin embargo, la acusación de la URSS aparece en muchos escritos de la academia hoy en día. Así, los profesores Santos Vítores y Hernández García (2017) en su artículo "Cuba y socialismo del siglo XXI" opinan que "actualmente, al decir de Armando Hart, "va quedando atrás, para siempre, el "socialismo" del siglo XX europeo, aquel vencido "socialismo real" que no lo fue porque, precisamente, no fue socialismo". El fracaso del socialismo en esos países sirvió de lección incuestionable acerca de que el socialismo había que renovarlo y perfeccionarlo en el siglo XXI, tomando en cuenta los aciertos y errores cometidos y las realidades de cada país" (SANTOS VÍTORES, HERNÁNDEZ GARCÍA, 2017, p. 14). Claro que el socialismo real sufrió derrota, pero, primero, no se puede llamar todo el período soviético con un mismo nombre sin indagar en las diferencias que hubo durante todo el período de la existencia de la URSS. Una cosa es el modelo de la NEP, otra – la industrialización llevada a cabo durante el gobierno de Stalin, etc. Diversas etapas suponían tanto diferentes herramientas económicas, como cambios en lo político (entre ellos el papel de los consejos). Es más, el cálculo económico criticado por el mismo Che no era una parte integral del sistema económico de la URSS en la etapa de industrialización. Además, su aplicación surgió no desde el aire, fue un intento de responder a los desafíos encarados por la producción y planificación en la URSS y para lograr indicadores de productividad laboral más altos. Así que hablar de toda la experiencia soviética como de algo monolítico revela el poco conocimiento del orador de las realidades y los problemas de la sociedad e historia del primer país socialista del planeta.

Segundo, la caída del "socialismo real" no significa que hoy solo haya una opción para el socialismo que ofrecen los profesores: el socialismo del siglo XXI que, según los autores, implica un abanico de formas de propiedad, "participación democrática activa en los procesos de toma de decisiones" e "igualdad de derechos e igualdad de oportunidades para todos los ciudadanos" (SANTOS VÍTORES, HERNÁNDEZ GARCÍA, 2017, p. 22), es una *variante* del socialismo. Esta no cabe en el pensamiento marxista, según el cual el socialismo presupone propiedad social sobre los medios de



producción y por ende desaparición de la explotación, el mercado laboral y la situación de la fuerza de trabajo como una mercancía. No obstante, los autores se olvidan de que a la par existe, por lo menos en teoría, el modelo guevariano, que *contraponía el plan y la ley del valor y el mercado*, reivindicando eliminación de la explotación y desenvolvimiento de la *planificación centralizada* a través de la socialización que en las primeras etapas de la construcción socialista se realizaría a base de la nacionalización (y no la diversificación de las formas de la propiedad), mientras el Estado plasmaría los intereses del proletariado (GUEVARA, 2015a, p. 199, 2015b, p. 227). Así que existen alternativas tanto al cálculo económico, con el que muchas veces se asocia el socialismo real lo que no es totalmente cierto, como al socialismo del siglo XXI, pero la disyuntiva guevariana está aún más lejos del socialismo del siglo XXI que del socialismo real. Eso se debe a que la postura de Guevara era más radical y más cercana al marxismo del mismo San Carlos, como lo llamaba el comandante.

Aún más, en el artículo de Dra. López García se destaca también que el Che siempre señalaba la necesidad de la participación de masas en el proceso político y de ahí la autora concluye que “la participación es para el Che, la característica distintiva de la democracia socialista, aunque no utilizó a menudo el término” (LÓPEZ GARCÍA, 2015, p. 101). Es verdad que el Che siempre acentuaba la participación de masas mediante varias organizaciones que funcionaban en Cuba, pero hoy ya no desempeñan ese papel. La experiencia de estar en Cuba abre la realidad: una parte significativa de la gente ya no considera dichas organizaciones valiosas y muchos sueñan con emigrar debido a la complicada coyuntura económica. ¿Qué diría el Che al ver que la juventud cubana tiene esos sueños? ¿Qué resumen haría sobre el estado de la conciencia en la isla que él mismo tanto trataba de desenvolver?

Al fin y al cabo, ¿a qué se refieren los académicos volviendo a mencionar varias veces la necesidad de participación del pueblo en el proceso político? ¿Quiere que empiece a desarrollarse en Cuba la democracia participativa que implica oposición legal, es decir, otros partidos? ¿O que se dividan los poderes y que la gente cubana lo apruebe habiendo tomado parte en las discusiones sobre la reforma constitucional? Es preciso notar que en el pensamiento del Che no encontramos indicaciones al proceso electivo ni la visión sobre el problema de democracia como tal (LÖWY, 2003). Podríamos reseñar que en este aspecto hay una brecha en el pensamiento del Che, quizá, no lo pensase tanto como consideró los retos económicos que eran más vigentes o, por lo menos, no tuvo tiempo para meditar en ese reto y proponer algún tipo de su resolución



práctica, aunque por supuesto subrayaba el papel de las masas y la necesidad de contrarrestar la burocratización.

No obstante, es preciso indicar que el reto de la democracia, que en sí mismo es crucial, no puede irse apartado del modo de producción vigente. Si se diversifican las modalidades de la propiedad y se permite contratar, es evidente que surgirá la petición de haber un sistema que represente los intereses del incipiente capital. Empero, la tarea de una sociedad socialista que parte de la teoría y práctica marxista consistiría en buscar nuevas formas de la vida política que derivan del modo de producción socialista, que parecería un punto sin resolver por el “socialismo real”, tampoco por la Cuba actual.

Consideraciones finales

Resulta que en la actualidad varios intelectuales citan al Che subrayando parcialmente lo que decía sobre la moral, la conciencia y su crítica de lo que hacía la URSS inclusive para justificar, por lo menos de algún modo, la transformación de modelo del socialismo cubano que presupone cambios que parten del proceso de crítica y autocrítica. Pero eso es algo que carecería de sentido si vemos las ideas del comandante en su complejidad, ya que lo que sucede hoy en Cuba la aleja cada día más de la sociedad nueva y el hombre nuevo por los cuales murió el Che que era marxista y defendía las bases marxistas de la teoría de la construcción del socialismo. Guevara dio la vida por la erradicación de la explotación y la superación de la alienación en todo el mundo, no la dio por ver que el “hombre del siglo XXI” (GUEVARA, 2016, p. 153) quiere legalizar la propiedad privada sobre los medios de producción. Dio la vida por solidaridad internacionalista y luchando contra el imperialismo, no la dio para criar a la juventud que quisiera vivir en los Estados Unidos.

Si lo que se quiere es leer al Che y plasmar sus ideas en la praxis, se hace evidente una cosa: hay que replantear los lineamientos y la actualización del modelo económico que buscan implantar al socialismo el mercado. Hay que trabajar más y repensar la práctica y los errores del socialismo real y el socialismo cubano que existía antes de la caída del bloque socialista, puesto que estos contienen mucha experiencia que hoy día suele despreciarse. Por último, hay que estudiar y eliminar en sí mismo el ansia de lucro. Tal vez, los procesos de la actualización sean la resolución encontrada por la sociedad cubana al efecto devastador del bloqueo económico y la impotencia de llevar a cabo una integración regional abarcadora no tan mercantil en comparación con otros proyectos



integrativos a través del ALBA. Sin embargo, no caben en la visión de Ernesto Guevara sobre la construcción del socialismo como un sistema económico que supera el capitalismo, porque, desde el punto de vista del Che, el modo de producción socialista es incompatible con las herramientas mercantiles.

En lo que se refiere al aporte del Che a los asuntos éticos y culturales de la sociedad socialista, convendría enfatizar que Guevara en su crítica del famoso manual soviético hacía hincapié en que el craso error de la URSS tuvo lugar primero en la introducción de la NEP en los años 20 (GUEVARA, 2007, p. 10-12). Según la opinión del Che, fue entonces cuando la superestructura del naciente socialismo soviético fue contagiada por el afán de lucro. Es decir, la tergiversada superestructura impidió el desarrollo del hombre más consciente y eso, a su vez, traería más tarde el regreso al capitalismo. Aplicando este análisis (aunque no nos parece una explicación suficiente para entender los procesos que sucedían en la URSS y se debería enfocar el mismo modo de producción, sobre todo, las herramientas y limitaciones de planificación en diversas etapas de la historia soviética y los desafíos de la productividad laboral y disminución de la jornada de trabajo) a la realidad de la Cuba actual, quizás, podamos hacer la misma conclusión. Che puso todo su empeño en modificar la superestructura cubana que entrañaba muchos rasgos del periodo anterior caracterizado por la conciencia más bien pequeñoburguesa o por lo menos por el deseo de acercarse al “modo de vivir americano” (GUEVARA, 1964b, p. 591). Sin embargo, la actualidad de la isla nos muestra que en este camino todavía quedan muchos retos irresueltos.

Referencias

BAMBIRRA, V. **La revolución cubana**: una reinterpretación. México: Nuestro tiempo, 1974.

Constitución de la República de Cuba, 1976. Disponible en: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/6/2525/51.pdf> (fecha del acceso 04.05.2021)

Constitución de la República de Cuba, 2019. Disponible en: <http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%20240%20KB-1.pdf> (fecha del acceso 04.05.2021)

Decreto-Ley N°304. **De la contratación económica**. Gaceta Oficial N°62 Ordinaria de 27 de diciembre de 2012. p. 2077–2078.

FIGUEREDO, O., BALÁN J. Raúl Castro presenta Informe Central del 8vo Congreso del Partido Comunista de Cuba. **Cubadebate**. 16 de abril de 2021. Disponible en:



- <http://www.cubadebate.cu/noticias/2021/04/16/raul-castro-inaugura-en-la-habana-el-8vo-congreso-del-partido-comunista-de-cuba-presenta-informe-central/> (fecha del acceso 04.05.2021)
- GUEVARA, E. Apuntes críticos a la economía política / Ed. Por M.C. Ariet García. Bogotá: Ocean sur, 2007.
- GUEVARA, E. El socialismo y el hombre en Cuba. In: F. Fernández Buey (Ed.), **Escritos revolucionarios**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2016. p. 139–158.
- GUEVARA, E. Entrega de premios de emulación socialista. En: **Che en la Revolución cubana**. Tomo V. Discursos (1964–1965) / Comp. O. Borrego Díaz. La Habana: José Martí, 2015a, p. 183–201.
- GUEVARA, E. Reuniones bimestrales. 28 de septiembre de 1962. En: **Che en la Revolución cubana**. Tomo VI. Ministerio de industrias / Comp. O. Borrego Díaz. La Habana: José Martí, 2015b, p. 219–241.
- GUEVARA, E. **Sobre el sistema presupuestario de financiamiento**. 1964a. Disponible en: http://www.archivochile.com/America_latina/Doc_paises_al/Cuba/Escritos_del_Che/escritosdelche0060.pdf (fecha del acceso 04.05.2021)
- GUEVARA, E. The Cuban Economy: its Past, and its Present Importance. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944), v. 40, Nº 4, 1964b, p. 589–599.
- HERNÁNDEZ, R. Cuba probable. La transición socialista y el nuevo gobierno. **Latin American Perspectives**, Political Report Nº1332, 2018.
- Informe Central del VI Congreso del Partido Comunista de Cuba, 2011. **Granma**. Disponible en: http://www.granma.cu/file/pdf/PCC/6congreso/informe_central_6to_congreso.pdf (fecha del acceso 03.11.2018)
- Informe Central al VII Congreso del Partido Comunista de Cuba. **Cubadebate**. 17 de abril de 2016. Disponible en: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/04/17/informe-central-al-vii-congreso-del-partido-comunista-cuba/#.W91RzNUzblU> (fecha del acceso 04.05.2021)
- Intervención del Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de Cuba, Miguel Díaz-Canel, en el debate general del 73º Período de Sesiones de la Asamblea General de Naciones Unidas. Nueva York, 26 de septiembre de 2018. **Cubadebate**. 26 de septiembre de 2018. Disponible en: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2018/09/26/diaz-canel-en-onu-aqui-esta-la-revolucion-cubana-fiel-a-sus-principios/#.W91FedUzblU> (fecha del acceso 03.11.2018)



Ley Nº116. **Código de Trabajo**. Gaceta oficial Nº29 Extraordinaria de 17 de junio de 2014. p. 453–483.

Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución aprobados, 2011. Disponible en: <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/esp/l160711i.pdf> (fecha del acceso 04.05.2021)

LÓPEZ GARCÍA, D. L. Una aproximación a “El socialismo y el hombre en Cuba”. **Estudios del Desarrollo Social**: Cuba y América Latina, Nº3, 2015, p. 97–107.

LÖWY, M. Ni calco ni copia: Che Guevara en búsqueda de un nuevo socialismo. **Lutas Sociais**, Nº. 9/10, 2003, p. 37–42.

PERICÁS, L. B. **Che Guevara y el debate económico en Cuba**. La Habana: Casa de las Américas, 2014.

Proyecto Constitucional de la República de Cuba. 2018. Disponible en: [http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/2018_07_25%2021_10%20Tabl%20oide%20Constituci%C3%B3n%20\(sin%20precio\)%20B&N.pdf](http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/2018_07_25%2021_10%20Tabl%20oide%20Constituci%C3%B3n%20(sin%20precio)%20B&N.pdf) (fecha del acceso 04.05.2021)

SANTOS VÍCTORES, P.I., HERNÁNDEZ GARCÍA, M.Á. Cuba y el socialismo del siglo XXI. **JURIS**, Rio Grande, v. 27, Nº2, 2017, p. 11–23.

TABLADA, C. **Acerca del pensamiento económico de Ernesto Che Guevara**. La Habana: Casa de las Américas, 1987.

YAFFE, H. Che Guevara and the Great Debate, Past and Present. **Science & Society**, Nº76(1), 2012, p. 11–40.

YAFFE, H. **Ernesto “Che” Guevara**: socialist political economy and economic management in Cuba. Ann Arbor: ProQuest LLC, 2014.

Recebido em 13 mai. 2021 | aceite em 20 jul. 2021

Apontamentos sobre o Equador do petróleo

Elaine Cristina Santos¹

204

Resumo

A economia das sociedades mundiais do século XX reconheceu no petróleo a sua principal fonte de energia. Contudo, a partir do século XXI, muitas alterações ocorreram face às possibilidades de esgotamento, das oscilações de preços do óleo negro, além das mudanças climáticas e dos impactos sociais destes processos. Apesar disso, o petróleo continua relevante na economia capitalista. Em que pese as contradições quanto ao decréscimo das divisas oriundas da exploração petrolífera na América Latina, os governos denominados à esquerda nas últimas décadas adotaram essa matriz energética como a principal fonte de financiamento do seu desenvolvimento social. Fundaram suas políticas de redução das desigualdades, na renda oriunda do extrativismo dos recursos naturais. O caso a ser analisado é o do Equador, que experienciou um período de bonança petrolífera (2006-2013), porém o país não conseguiu dar o salto esperado e romper com as estruturas que o prendem ao subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Energia; Equador; Petróleo; Desenvolvimento; Progressismo.

¹ Socióloga, Licenciada em geografia, possui mestrado em Energia, Sociedade e Meio Ambiente pela Universidade federal do ABC (UFABC). Doutora em Sociologia pelo Programa Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI do Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, Portugal. Integra o *Grupo de Estudios en Geopolítica y Bienes Naturales* – IEALC/CLACSO, que tem como seu tema a exploração de Lítio na América Latina. | elainesantosabc@gmail.com



Resumen

La economía de las sociedades mundiales del siglo XX reconoció al petróleo como su principal fuente de energía. Sin embargo, a partir del siglo XXI se han producido muchos cambios ante las posibilidades de agotamiento, las fluctuaciones del precio del petróleo negro, así como el cambio climático y los impactos sociales de estos procesos. Sin embargo, el petróleo sigue siendo relevante en la economía capitalista. A pesar de las contradicciones en cuanto a la disminución de las divisas provenientes de la exploración petrolera en América Latina, los gobiernos de izquierda de las últimas décadas han adoptado esta matriz energética como la principal fuente de financiamiento de su desarrollo social. Han fundado, en los ingresos procedentes de la extracción de recursos naturales, una inversión de las políticas para reducir las desigualdades sociales en varias áreas. El caso que se analizará es el de Ecuador, que vivió un período de bonanza petrolera (2006-2013), pero que no logró dar el salto esperado y romper con las estructuras que le impiden el subdesarrollo.

Palabras Clave: Energía; Ecuador; Petróleo; Desarrollo; Progresismo.

Abstract

The economy of twentieth-century world societies recognized oil as their main source of energy. In the 21st century, the now-global economy has identified important changes in the oil industry, from new possibilities of petroleum depletion to unexpected price fluctuations. Social scientists have been studying the social impacts of these processes, concluding that, despite climate change, oil may remain relevant in the capitalist economy in the foreseeable future. Then, despite the decline of foreign exchange from oil exploration in Latin America, left-wing governments in recent decades have still chosen to adopt this energy matrix as the main source of financing for their social development programs. The great Latin American leftist bet on the extractivist industry to reduce social inequalities is analyzed here through the case of Ecuador, which after a period of oil bonanza (2006-2013) failed the expectations of breaking with the structures that hold it back from development.

Keywords: Energy; Ecuador; Oil; Development; Progressism.

Introdução

O propósito deste artigo é traçar algumas linhas acerca da tragédia latino-americana, rica em recursos naturais e desigual em diversos aspectos, atravessada por um histórico de dependência neocolonial e econômica que está longe de ser vencida. Partir-se-á do esgotamento das políticas neoliberais na década de 1990 quando muitos governos denominados à esquerda foram eleitos. Neste ínterim, assistiu-se um aumento das políticas sociais e ciclos de desenvolvimento que, a princípio, aparentavam uma grande guinada de melhorias, mas que atualmente demonstram claramente seus limites. Muitos dos discursos aparentemente revolucionários vieram acompanhados de práticas duvidosas e reformistas, mas não descartáveis,



naquele momento mesmo os mais esperançosos em tais programas fomentavam suas dúvidas. O alívio econômico para a população pobre veio muito mais da conjuntura internacional, que das ações políticas dos governos, em grande parte, orientadas pelo Banco Mundial.

O enfoque é dado pela abundância em matérias primas energéticas e a dependência ao petróleo, especialmente no Equador, que nas últimas décadas tentou se apropriar das rendas geradas pela atividade petrolífera como motor para o seu desenvolvimento. Segundo Santos (2019) o Equador enfrenta de um lado o constrangimento de uma economia exportadora baseada na exploração do petróleo para superar a dependência e de outro, o degradante legado ambiental e social deixado pelo extrativismo petrolífero desde os anos 1970. Em relação a sua atividade petrolífera, o Equador também enfrenta um sério problema que é sempre descuro; a falta de tecnologia e planta industrial para realizar todo o processo de exploração e refino do petróleo. A partir de contratos com empresas estrangeiras, Rafael Correa tentou solucionar o refino no país modernizando a sua principal refinaria, a de Esmeraldas. Em 2017 o site do Ministério de Hidrocarboneto² divulgou que as três refinarias equatorianas Esmeraldas, Shushufindi e La libertad estavam a funcionar no seu máximo, contudo, o país necessitava importar o petróleo para consumo interno devido a ausência de uma refinaria com tecnologia suficiente para tornar o seu petróleo de alta qualidade. Com a modernização refinaria de Esmeraldas o Equador passou a importar petróleo para refinar, algo completamente atípico, que significou um novo endividamento como tentativa de manter as contas em sua exportação (Villavicencio, 2015). Desta feita, o país que produz atualmente 536.700 barris por dia³, menos de 1% comparado a produção mundial, necessitaria arrimar-se em uma política de exploração de acordo com a demanda e oferta do país, além de promover a construção da planta industrial tecnológica a fim de evitar importações e saída de moeda, fato que derroca na ausência de condições de agregação de valor internamente. A escassez de industrialização do petróleo extraído também determina a dependência do país das importações derivadas ao petróleo, em 2009 representavam 98% das importações e energia (Viola Reyes, 2014:105).

No pano de fundo desta questão está a tentativa de superar as crises vivenciadas nos anos 1980-90 que levaram o país à dolarização sob o

² Disponível em <<https://www.eppetroecuador.ec/?p=3647>> 02.08.2021

³ Dados obtidos do Banco Central do Equador.



governo do presidente Jamil Mahuad⁴, em meio a crise política, falência de dez bancos e superinflação, a saída pela dolarização da moeda nacional também foi um “campo de teste para dolarização latino-americana⁵” aumentando a vulnerabilidade do país e da região (Valter, 2015). Na análise de Valter (2015:11) a dolarização trouxe ao país alguma estabilidade monetária – impulsionada também por ajustes alinhados ao FMI (Fundo Monetário Internacional) – porém aumentou sua vulnerabilidade externa. Por outro lado, após a dolarização não ocorreu nenhum crescimento extraordinário, o país se beneficiou do aumento dos preços no mercado internacional da sua principal commodity – o petróleo – logo, o *corréismo*⁶ balizou a maior parte do seu discurso⁷ no extrativismo como saída da condição de subdesenvolvimento.

Fala-se⁸ em <maldição da abundância> para designar o modelo político econômico vivenciado nos países sul americanos, exportam natureza, porém são poucos os reflexos positivos disto na economia interna. Acumulada em poucas mãos e fazendo uso da superexploração do trabalho em detrimento do meio ambiente, as riquezas são levadas para fora, por meio do rentismo, em paraísos fiscais (Acosta, 2009). Isto significa que no capitalismo rentista o ganho é realizado fora do país, desta perspectiva, a América Latina historicamente desempenhou um papel peculiar dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) marcada pela grande dependência tecnológica e uma incapacidade de competir igualmente em termos científicos e tecnológicos com os países hegemônicos, tornou-se exportadora de matérias primas de baixo valor agregado (Rodrigues, 2016).

A questão energética

O título deste tópico é também a própria negação dele, visto que não existe uma questão energética, mas o debate entre energia, sociedade e meio ambiente está diretamente relacionado à ocupação no mundo, a

⁴ Governou o Equador de 1998 a 2000.

⁵ Rohter (2000).

⁶ Período em que o país foi governando por Rafael Correa – 2006-2017.

⁷ Ainda que tenha aprovado uma Constituição em 2008, considerada umas das mais avançadas do mundo no que tange ao meio ambiente e comunidades tradicionais.

⁸ Diversos autores versaram acerca deste assunto Acosta (2006:2009), Schuldt (2006), Stiglitz (2006), Gudynas (2006) tentando revelar a contradição na abundância de recurso naturais mundialmente essenciais com imensa desigualdade.



produção do espaço. A energia está no âmago do sistema capitalista e em grande parte dos países latino americanos⁹ foi o motor do desenvolvimento bem como da corrupção, do extrativismo predatório, da perda de direitos e de terras das comunidades originárias. Tão importante como tratar as decisões e limites das políticas na América Latina é entender a função histórica da energia, em especial dos combustíveis fósseis no capitalismo, considerando que a crise climática está diretamente relacionada com as ondas de acumulação, ou seja, produz-se riqueza e miséria ao mesmo tempo, no limite dos recursos naturais. A forma como a situação energética e climática é debatida gerou uma série de interesses nas temáticas relacionadas a sustentabilidade, modos de vida e produção de energia “limpa”, conceitos extremamente carregados de contradições, porém, o paradoxo central está diretamente relacionado ao modo de produção atual (Bellamy & Diamanti, 2018).

Os usos relacionados a energia foram se alterando ao longo dos anos, o petróleo chegou a ser utilizado de modo esporso para iluminação em alguns períodos da história, mas é no século XX que este combustível passa a impulsionar as relações econômicas e políticas (Fuser, 2013). Fuser (2013) afirma que a disponibilidade de recursos e seu constante uso passaram a determinar a localização geográfica das produções manufaturadas, atualmente a localização dos recursos já é considerada um fator secundário, visto que o petróleo pode ser armazenado utilizado somente quando necessário.

Em contraste com a radiação solar, que muda de intensidade entre a noite e o dia e de acordo com o ritmo das estações, os combustíveis fósseis podem ser utilizados 24 horas por dia e 365 dias por ano, com intensidade constante, permitindo a organização da produção independentemente do tempo social, biológico e dos demais ritmos naturais (Fuser, 2013:05).

O capitalismo moderno teve o petróleo como principal combustível e sua importância crucial na reprodução econômica, Klare (2006) foi um dos autores que abordou a dependência ao petróleo e possíveis guerras

⁹ A exemplo das operações “Lava Jato” no Brasil, que denunciaram relações ilegais entre o setor público e o privado na realização de grandes obras, como as hidrelétricas de Belo Monte e as do Rio Madeira e Jirau, energia e política são questões centrais nos dias atuais, estão intimamente relacionadas.



advindas da busca insana pelo óleo negro, que não pode ser considerado uma commodity qualquer. O autor defende a hipótese que o petróleo fortalece a hegemonia¹⁰ e ao mesmo tempo, torna um país dependente desta matéria-prima, regido por preços oscilantes e o constringe a fazer concessões antidemocráticas levando a conflitos, guerras, um modelo insustentável. Como afirmaram Fiori & Nozaki (2019) o petróleo é um recurso indispensável à segurança estratégica das grandes potências que disputam basicamente as mesmas reservas, situação confirmada quando os Estados Unidos passam a considerar tudo que envolve o Golfo Pérsico como uma questão de segurança nacional.

É esta estreita aliança, e a visão do petróleo como uma *"commodity geopolítica"*, que explicam a utilização de todo e qualquer meio que seja necessário para assegurar o controle dos novos recursos e mercados que apareçam, mesmo que seja necessário mudar regimes e governos, ou corromper governantes, políticos e executivos, ou mesmo juízes, procuradores, religiosos e quem quer que seja necessário para a realização de seus objetivos estratégicos (Fiori & Nozaki, 2019: p. 5).

No caso norte americano a estratégia seria garantir o acesso ao petróleo estrangeiro combatendo possíveis instabilidades e conflitos que tais ações gerassem (Klare, 2006: 130-131). Fuser (2007) em seu artigo acerca da Doutrina Carter iniciada no Pós II Guerra Mundial¹¹, comenta que este foi o momento em que os Estados Unidos assinalavam a importância de manter as reservas de petróleo sob controle e no acercamento aos países Árabes, por meados da década de 1950, se depararam com o impulso do nacionalismo.

¹⁰ No caso a avaliação é feita a partir dos Estados Unidos.

¹¹ Torres Filho (2004) faz uma análise do petróleo no final da década de 1990 e início dos anos 2000, demonstrando um possível "choque de petróleo" que como foi demonstrado não ocorreu devido aos descobrimentos de novas reservas, bem como o uso do óleo de xisto. Contudo ainda permanece como a principal fonte de energia. O autor afirma ainda que o petróleo consolidou sua importância na Primeira Guerra (1914-1919) quando os animais de carga foram substituídos por máquinas, na Segunda Guerra (1939-1945) o combustível também foi essencial no desenrolar conflito (Torres Filho, 2004:21).



Mas as pressões nacionalistas logo voltaram a ganhar impulso, ajudadas pela onda anticolonial e terceiro-mundista dos anos 50, culminando com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960. Uma nova agenda marcou as relações entre os EUA e os países produtores dali em diante – uma agenda de conflito, em que se sobressaíram a nacionalizações das concessões petrolíferas, a elevação dos preços e a politização das questões relativas às remessas de petróleo (Fuser, 2007:24).

Já nos anos 1980 o presidente Carter anunciou o acesso as reservas do Golfo Pérsico como fundamentais, segundo Fuser (2007) a Doutrina de Carter impôs mudanças no acesso ao petróleo comparado à 1945, a ideia era obter domínio sem a necessidade de empregar diretamente seu poderio militar. A doutrina assinalou uma mudança restaurando a influencia norte americana no Golfo até a queda de Saddam Hussein, a proposta foi alcançar acesso, a influência e o controle das fontes de energia no mundo inteiro (Fuser, 2007: 27).

O interesse norte americano em outros países mesclava conflitos internos e intervenções, durante as Guerras até a crise do petróleo em 1973, houve uma hegemonia norte americana, o dólar fixado garantiu alguma estabilidade e acesso, por outro lado, impôs a necessidade desta matéria-prima para funcionamento do sistema (Klare, 2006). A partir da Segunda Guerra Mundial, após o descobrimento de diversos poços petrolíferos no Oriente Médio, a América Latina necessitou pensar de forma mais estratégica seus combustíveis, tendo em conta que até a Primeira Guerra os recursos eram majoritariamente explorados por empresas estrangeira (Fontaine, 2008: 67).

No que tange a América Latina, ainda que o petróleo esteja concentrado na Venezuela e no Brasil¹², todo continente possui riquezas que interessam aos países centrais e, ao mesmo tempo, são países que passaram por processos de nacionalização impulsionados por uma situação internacional de preços elevados, além das mudanças políticas internas em virtude da rejeição do modelo liberal dos anos 80 e 90 (Viola Reyes, 2014:101). O caso petrolífero equatoriano apresenta características

¹² Segundo o relatório da BP, Statistical Review of World Energy (2019:14) Venezuela possui 303,3 mil milhões de barris provados enquanto que o Brasil aparece em segundo lugar com 13,4 mil milhões de barris provados e na sequência tem-se o Equador com 2,8 mil milhões de barris provados.



peculiares devido a sua tardia entrada na onda de exploração petrolífera em 1960 apenas 4% da inversão se declarava como estrangeira, 1972 o número representava cerca de 46% em 1978 este número subia para 58%, no período militar de Rodrigues Lara, um terço do território estava comprometido e entregue as empresas petrolíferas (Etchart, 2011: 32). E foi justamente no choque do petróleo de 1973, que o Equador¹³ se tornou membro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) como um mecanismo de idealizar políticas de cunho nacionalista aproveitando a demanda externa, logo, o país se tornou – junto com Argentina, Colômbia e Venezuela – dependente das inversões externas (Fontaine, 2008; Etchart, 2011).

O papel do Petróleo no Equador

O petróleo é fulcral na economia capitalista; por meio dele geram-se rendas virtuosas; subsídios cruzados, ou seja, a dependência da renda oriunda deste hidrocarboneto é importante para geração de emprego, renda e investimentos sociais. O Equador é economicamente dependente de suas reservas petrolíferas concentradas na região Amazônica. Após tantos anos de exploração de seus recursos naturais pelos países desenvolvidos, com a eleição de Rafael Correa em 2006, houve uma alteração na forma de conduzir a economia. De imediato o governo imprimiu uma visão nacionalista revendo os contratos petrolíferos e se apropriando de quase 80% da riqueza deste bem natural, o que permitiu a concretização de políticas sociais importantes (Paz & Cepeda, 2012).

Desde 1998, os países sul-americanos passavam por grandes alterações, principalmente no que tangia aos combustíveis fósseis. O relatório da CEPAL¹⁴ de 1997 afirmava ser o domínio do setor privado o aspecto mais visível das mudanças, também se refere ao fato da América Latina e Caribe encontrarem-se muito longe de níveis adequados de eficiência e transformação energética, considerando que em alguns países havia obsolescências de parques industriais (*apud* CEPAL, 1997: 23). O mesmo relatório estabeleceu que a reforma petroleira tendeu a favorecer o setor privado lhe conferindo um maior protagonismo, alentando que, a

¹³ O país retirou-se da OPEP em 1992 regressando em 2007 e retirando-se novamente em 2020, o que lhe desobrigaria a respeitar as cotas de produção.

¹⁴ Comissão Econômica para América Latina e Caribe.



inversão estrangeira e as novas modalidades de contratação com as operadoras privadas não incluíam totalmente a presença do Estado nos países com maior dimensão petrolífera (CEPAL, 1997). Tais políticas foram se alterando nos anos 2000 com um maior protagonismo do Estado, da nacionalização e da incorporação das reservas de lítio (Bolívia, Chile e Argentina) que aparecem hoje com grande possibilidade de fazer frente ao petróleo em algumas áreas, como a produção de baterias dos veículos elétricos e smartphones (Fornillo, 2016).

Nas últimas décadas o Equador fundamentou grande parte das suas políticas de alteração social baseando-se na renda oriunda do petróleo. E em conformidade com a mudança Constitucional de 2008, o governo de Rafael Correa realizou reformas nas leis de hidrocarbonetos, enfatizada no Decreto 314 de 20 de Dezembro de 2010 que assinalou o petróleo como um recurso estratégico, no artigo I do Capítulo I declarou ao Estado exclusividade das empresas públicas¹⁵ na exploração e na exportação dos hidrocarbonetos. Sendo assim, no Título II artigo 15 garantiu ser papel do Estado; preservar o interesse nacional na execução das diferentes fases da indústria de hidrocarbonetos, aproveitar os recursos do petróleo e suas substâncias associadas preservando o meio ambiente, conservando a biodiversidade e a capacidade de regeneração natural dos ecossistemas de forma a assegurar as gerações presentes e futuras; promover o desenvolvimento sustentável, ampliando o mercado de trabalho e gerando valor agregado por meio da exploração dos hidrocarbonetos.

No período concernente entre 2000-2005 a finalidade era saldar a dívida pública, houve um crescimento da participação de companhias privadas na produção do petróleo, já em 2006 quando da eleição de Correa houve uma viragem, onde se eliminou os fundos petroleiros, pretendendo dar outro destino a renda, colocando em primeiro lugar a dívida social (Miguel Ruiz & Iturralde: 2013). Além da aposta no fortalecimento das empresas públicas de hidrocarboneto, houve a renegociação dos contratos com empresas estrangeiras em um contexto em que os preços do petróleo no mercado internacional eram elevados (Miguel Ruiz & Iturralde: 2013). Quando Rafael Correa anunciou o aumento dos impostos, a Petrobras foi uma das primeiras a se retirar em 2007 e o campo petrolífero passou a ser

¹⁵ Consultado a 28.06.2016 em: <<http://www.hidrocarburos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/08/REGLAMENTO-LEY-DE-HIDROCARBUROS.pdf>>



explorado pela estatal Petroamazonas (Gomes, 2008). Portanto, Rafael Correa foi alterando a política e a receita do petróleo extraído.

Se no início da década, o Estado respondia por 67% do total de petróleo produzido no país e 33% para outras companhias, até 2010 essa proporção havia sido modificada em benefício do Estado, o que correspondia naquele ano 82% do total produzido, enquanto as companhias mantiveram 18%. Isto é explicado por pelo menos dois fatores: pelo aumento da produção da Petroecuador e da Petroamazonas e pela diminuição dos investimentos e da produção de empresas privadas, mas também pela redução da participação das empresas no percentual da produção resultante dos contratos que tinham com o Estado, que passou de 75% em média em 2001 para 47% em média em 2010¹⁶ (Miguel Ruiz & Iturralde: 2013: 99).

Escribano (2012) situa bem as políticas energéticas no período de Rafael Correa e chama de “trilema” a tríade que embasou este governo; ambientalismo, conservação e investimento estrangeiro. Em contrapartida, tais bases foram completamente incongruentes com os anseios daqueles que o elegeram. O Ministério de Minería Ecuatoriano¹⁷ enfatizava a necessidade de impulsionar a mineração com o objetivo de cambiar a matriz produtiva do país para enfrentar os desafios futuros. Porém, os gastos públicos triplicaram no período que concerne 2006-2011, sendo que 57% foram financiados pela renda petroleira, que beneficiou os mais ricos (Mayoral (2012, 240). Em 2009 a crise financeira reduziu em 40% os ingressos petroleiros, o governo esforçou-se para que tal situação afetasse o mínimo

¹⁶ Tradução livre da autora. No original - Si a comienzo de la década, al Estado le correspondía el 67% del total de petróleo producido en el país, mientras que a las compañías el 33%, para 2010 tal proporción se había modificado en beneficio del Estado, al cual correspondió en ese año el 82% del total producido, mientras que las compañías se quedaron con el 18%. Esto se explica al menos por dos factores: por el incremento de la producción de Petroecuador y Petroamazonas y la disminución de las inversiones y la producción de las privadas, pero también por la reducción de la participación de las compañías en el porcentaje de la producción resultante de los contratos que tenían con el Estado, el cual, pasó del 75% en promedio en 2001 al 47% en promedio en 2010 (Miguel Ruiz & Iturralde :2013:99).

¹⁷ Consultado a 20.04.2018 em <<http://www.mineria.gob.ec/plan-nacional-de-desarrollo-del-sector-minero/>>



possível os gastos públicos, para tal intento recorreu ao endividamento externo (Mayoral, 2012: 241).

A política petrolífera equatoriana foi alterada pelo governo de transição de Alfredo Palacio¹⁸, no qual o ex-presidente, Rafael Correa participou como Ministro de Economia e Finanças. Houve uma nacionalização parcial dos lucros extraordinários a partir da reforma das leis em 2003, em 2007 determinou-se a renegociação de todos os contratos de associação ou a completa nacionalização (Fontaine, 2008). Neste sentido, o petróleo passou a ter grande peso na economia, a partir de 2006, o petróleo passou a ter o mesmo peso que durante o período de 1975 a 1985, considerado o período áureo do petróleo no país (Ospina Peralta, 2013). Conquanto, existia a possibilidade da diminuição desta dependência nos próximos anos devido aos investimentos realizados em outras áreas energéticas, que, apesar de incipientes, tiveram algum impacto (Ospina Peralta, 2013).

Em 2015 o então ministro e coordenador de setores estratégicos Rafael B. Bonilla¹⁹ declarou em uma coletiva que o país tinha um plano para um desenvolvimento energético sustentável e afirmou que “mais de 90% da energia elétrica seria gerada a partir de fontes renováveis, gerando a economia de 1 bilhão de dólares devido à diminuição das importações de combustíveis e à redução das emissões de CO₂ em mais de 6,3 milhões de toneladas por ano²⁰”. Cisneros & Proaño (2012) no ilustre trabalho de investigação do setor energético equatoriano com vistas à uma projeção de curto e longo prazo (2010-2030), indicavam que o país precisaria incorporar novas tecnologias permitindo a diversificação de sua matriz energética e a promoção de energias limpas com o intuito de diminuir a dependência e o uso do petróleo. A distribuição e o volume de petróleo retirado neste período possuem relação com diversos fatores geopolíticos, que dificultam qualquer controle em um país periférico e dependente como Equador (Acosta Ruiz & Iturralde, 2013).

¹⁸ Após a derrubada de Lucio Gutiérrez em 2004.

¹⁹ Segundo a página de setores estratégicos do governo. <<http://www.sectoresestrategicos.gob.ec/ecuador-tiene-una-estrategia-para-el-desarrollo-energetico-sostenible-min-rafael-poveda/>> [10.04.2017]

²⁰ Tradução livre da autora. No original - más del 90% de energía eléctrica será generada a partir de fuentes renovables, trayendo un ahorro de 1.000 millones de dólares por disminución de importación de combustibles y reduciendo las emisiones de CO₂ en más de 6,3 millones de toneladas anuales.



No Artigo 315 da Constituição, o Equador faculta a criação de empresas públicas que estimulem setores estratégicos à criação de serviços públicos para um aproveitamento sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento de outras atividades económicas, como parte de uma diversificação produtiva. Entendendo que a gestão pública no caso do petróleo é de fundamental importância o governo também aprovou em 7 de abril de 2008, a inscrição no Registro Mercantil em 23 de abril de 2008, Petroamazonas Ecuador S. A como pessoa jurídica de direito público sendo seus acionistas únicos as empresas estatais Petroecuador y Petroproducción. O Artigo 3 do Decreto 314 destaca que, a Petroamazonas Ecuador S. A., poderá desenvolver projetos em âmbitos locais, regionais, nacionais e internacionais. Segundo Guaranda (2011) com a eleição de Rafael Correa na presidência houve uma mudança de proposta e do discurso que estava relacionado a exploração do petróleo

Essa proposta foi coerente com outras propostas vindas de setores ligados à Aliança País e outros movimentos sociais que demandavam maior capacidade reguladora do Estado. No entanto, os setores ligados ao ambientalismo e ao movimento indígena olhavam com dúvida e preocupação para o discurso cada vez mais radical e eloquente do presidente que, a pretexto de criticar as relações entre o Estado e as transnacionais, expressava a necessidade de explorar os recursos naturais existentes e a serem descobertos, porque em sua opinião dentro de um governo honesto e patriótico, como qualifica sua administração, essa exploração era possível porque agora os equatorianos gozavam dos benefícios da exploração de petróleo (Guaranda, 2011: 04²¹).

²¹ Tradução livre da autora. No original: Esta propuesta era coherente con otras propuestas provenientes de sectores vinculados a Alianza País y a otros movimientos sociales que reclamaban mayor capacidad reguladora del estado. Sin embargo, los sectores vinculados con el ambientalismo y el movimiento indígena, miraban con duda y preocupación el discurso cada vez más radical y elocuente del Presidente que a pretexto de criticar la relaciones entre el estado y las transnacionales, manifestaba la necesidad de explotar los recursos naturales existentes y por descubrir, pues a su criterio dentro de un gobierno honesto y patriota, como él califica su gestión, esta explotación era posible pues ahora los ecuatorianos si disfrutaran de los beneficios de la explotación petrolera (Guaranda 2011: 04).



Manteve o discurso nacionalista, mas com uma continuidade das políticas extrativistas para exportação, De La Torre (2018) afirma que por ser um líder de cunho populista, invocou uma missão pessoal que o coloca como salvacionista, disto passou a recorrer a uma série de táticas violentas e “justificadas” em nome da modernização. Para Acosta Ruiz & Iturralde (2013:128-129) os canais de transmissão para saída da crise estão inter-relacionados, logo, no caso do Equador não seria possível sair da alta dependência extrativista petrolífera sem algum tipo de fomento econômico estrutural.

1) impactos comerciais, basicamente devido à alta volatilidade do preço das matérias-primas exportadas (principalmente petróleo, cobre e grãos), o que poderia resultar na reversão da recente tendência favorável em termos de comércio e menores volumes de renda;

2) impactos decorrentes da redução dos fluxos de capital (hoje muito altos na região), resultado tanto do ponto anterior (uma vez que grande parte do IDE é destinado ao setor de matérias-primas) quanto de eventual vazamento do capital, alimentado por medidas dos países metropolitanos para enfrentar a crise, como uma queda repentina da taxa de juros para incentivar o retorno do capital;

3) a redução de remessas de países da União Europeia e dos Estados Unidos²².

Os autores concluem que “(...) sob o governo de Rafael Correa, as receitas médias do petróleo triplicaram em relação aos antecedentes

²² Tradução livre da autora. No original – (...) la atención sobre tres posibles canales de transmisión de la crisis mundial hacia América Latina, los cuales se hallan interrelacionados: 1) impactos comerciales, básicamente por la alta volatilidad del precio de las materias primas que se exportan (principalmente petróleo, cobre y granos), lo que podría traducirse en la reversión de la tendencia favorable reciente en los términos del intercambio y menores volúmenes de renta; 2) impactos por la reducción de los flujos de capital (hoy muy altos en la región), que serían resultado tanto del punto anterior (ya que buena parte de la IED está destinada al sector de las materias primas), como por una eventual fuga de capitales, alimentada por medidas de los países metropolitanos para enfrentar la crisis, como una súbita baja en la tasa de interés para incentivar el retorno de capitales; 3) la reducción de las remesas provenientes de países de la Unión Europea y de los Estados Unidos (Miguel Ruiz & Iturralde, 2013: 128-129)



históricos do chamado período de ‘retorno à democracia’” (Acosta Ruiz & Iturralde, 2013: 94). O aporte de tais autores é bem interessante, pois a investigação já sinalizava a dependência petrolífera como um agravante ao Equador caso a China abrandasse seu crescimento, neste cenário, mesmo os Estados Unidos poderiam ser arrastados por uma nova recessão sequenciada desde os estragos da crise financeira de 2008 (Acosta Ruiz & Iturralde, 2013). Porém, os autores não contavam com uma pandemia, ainda que pandemias possam sempre aparecer como sombras avassaladoras deste modo de produção onde tudo, mesmo a tragédia, se transforma em mercadoria. Esta crise permanente não está localizada apenas no Estado²³ mas sim em toda a desarticulação de mecanismos de saúde, de territórios, de moradia e alimentação que, assumidos de forma débil, ao longo das últimas décadas, espelham um regime de acumulação que não se interrompeu.

Considerações finais

O desenvolvimento dos países latino-americanos depende fundamentalmente dos recursos naturais, acrescenta-se a isto o atual momento de complicações e retrações políticas e econômicas que parte destes países atravessam. No caso do petróleo, as oscilações de preço no mercado mundial acabam gerando diversos problemas aos países cuja moldura estrutural continua pautada nesta matéria-prima, logo, (re) pensar o papel da energia, no caso deste artigo, do petróleo, perpassa por repensar a utilização dos recursos estratégicos, dado que os recursos naturais latino americanos são historicamente fonte das disputas dos centros de poder (Rodrigues, 2015).

No caso do Equador o ascenso de venda de commodities e financiamento dos programas sociais a partir desta renda foi circunscrito até meados de 2013 – ano em que Rafael Correa desistiu da Iniciativa Yasuní ITT²⁴ que pretendia deixar o bloco 43 inexplorado em troca de recursos financeiros de países <desenvolvidos>. Após uma década da chamada “Revolução Cidadã”, no primeiro momento de confronto com a força do capital internacional quanto a extração petrolífera, Rafael Correa agindo em

²³ Tendendo ao neoliberal/keynesiano

²⁴ Em 2008 o Governo Correa lançou uma iniciativa denominada Yasuní ITT que pretendia deixar o petróleo debaixo da terra, em troca de pagamentos dos países desenvolvidos.



em contradição ao plano de governo apresentado à sociedade. As políticas petrolíferas no Equador criaram fortes alterações sociais no país e apontaram para um tipo de desenvolvimento que, apesar de comprometido com a redução das desigualdades, não sublevoou ultrapassar a dependência do óleo negro tampouco o histórico de extrativismo predatório no país. Do contexto equatoriano, foi perceptível não ser possível, em economias de via neocolonial dependente, ainda que imbuído discursivamente de radicalidade, lutar somente na contenção de danos colaterais, mudanças legais em tempos de abundância das divisas – tal como a alta dos preços do petróleo. Fortalece-se o capitalismo de Estado por um período, no entanto, os danos também são socializados e bastante visíveis.

Atualmente, ainda com intenso debate acerca de uma “retomada verde”, é o petróleo que movimenta grande parte do sistema produtivo e isto é facilmente notável já que o mundo enfrenta uma crise e por todos os lados percebemos ocupação e conflitos cujo pano de fundo está sempre relacionado a energia e seu abastecimento. Porém, sempre é necessário que nem tudo que se passou no Equador nas últimas décadas, pode ser explicado por meio da queda dos preços das commodities, neste caso do petróleo, que ainda é a força motriz do desenvolvimento econômico atual.

Recentemente, as eleições presidenciais de 2021 elegeram o banqueiro Guillermo Lasso marcando o retorno do conservadorismo no país, demonstrando que o que acontece no Equador é uma minúcia do que se passa neste continente. Ou seja, os governantes focam-se em reformas devido as grandes desigualdades sociais e são unicamente reformistas, omitindo nosso estatuto dentro divisão internacional de produção. E o maior desafio daqui para a frente será governar com estruturas políticas e institucionais tão desagregadas com uma esquerda que ainda crê na mudança somente por via eleitoral e na domesticação do capital. O Equador, tal como diversos países que vivenciaram a chamada *onda progressista* nas últimas décadas e o retorno do conservadorismo nos últimos anos, demonstrou-nos que estamos despreparados e precisamos amadurecer o projeto de país e um projeto de poder, além de coordenar e melhorar as formas de organização que já existem. Neste sentido, é preciso refletir acerca das características e as formas como as lutas se colocam frente a crise que vivemos. Crise esta, que nas últimas décadas revelaram-se conjunturais/estruturais demonstrando novas formas de dominação ideológica.



Referências

- ACOSTA, Alberto. (2005) **Breve história económica del Ecuador**. Corporación Editora Nacional. Quito.
- ACOSTA, Alberto. (2009) Procesos Económicos Contemporáneos: Impacto de las reformas neoliberales en la economía. In del CASTILLO, M. Ángel (Ed.) "**Ecuador contemporáneo: análisis y alternativas actuales.**" Murcia: Universidad de Murcia, Servicios de Publicaciones, 350p. (pp.27-72).
- ACOSTA RUIZ, Miguel & ITURRALDE, Pablo. (2013) **La alquimia de la riqueza**, Estado, petróleo y patrón de acumulación en Ecuador. Centro de Derechos Económicos y Sociales (CDES) <<http://www.opsur.org.ar/blog/2013/06/24/la-alquimia-de-la-riqueza-estado-petroleo-y-modelo-de-acumulacion-en-ecuador/>> Consultado a 12.06.2019
- AGUIRRE, Milagros et al. (2014) **La restauración conservadora del correísmo**. Montecristi Vivi, Ecuador – Quito. <https://www.sudamericarural.org/images/en_papel/archivos/La-restauracin-conservadora-copia.compressed.pdf> Consultado a 20.08.2019
- BELLAMY, Brent, Ryan & DIAMANTI, Jeff. (2018) **Materialism and the critique of energy**. Published by MCM' Publishing, Chicago Alberta.
- CEPAL (1997) **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**. <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5617/1/S9700012_es.pdf >
- CISNEROS, I. C. M., PROAÑO, F. R. D. (2012) **Planeación estratégica del sector energético en Ecuador 2010-2030**. Proyecto de tesis aprobado en la pontificia Universidad Católica de Ecuador para la obtención del título de magíster en administración de empresas con mención en negocios internacionales. Quito. <<http://repositorio.puce.edu.ec/bitstream/handle/22000/6936/2.39.001342.pdf>> Consultado em 10.05.2017
- DE LA TORRE, Carlos (2018) "Ecuador After Correa". **Journal of Democracy**, Volume 29, Number 4, October, pp. 77-88 (Article) Published by Johns Hopkins University Press DOI: <<https://doi.org/10.1353/jod.2018.0064>> Consultado a 19.05.2019
- ESCRIBANO, Gonzalo. (2012) "Ecuador's energy policy mix: Development versus conservation and nationalism with Chinese loans." **Energy Policy**, Elsevier, vol. 57(C), pp. 152-159.



- <<https://ideas.repec.org/a/eee/enepol/v57y2013icp152-159.html>>
Consultado a 20.05.2019
- ETCHART, N. P. (2011) **Violencia y sufrimiento tóxico**: la lucha por justicia ambiental en Dayuma, Amazonía ecuatoriana. (Tesis de Maestría en Ciencias Sociales con mención en Antropología). FLACSO Sede Ecuador, Quito.
<<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/handle/10469/6282>>
Consultado a 12.03.2019
- FIORI, José Luis & NOZAKI, William (2019) **Petróleo, guerra e corrupção**: entender Curitiba
<<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/petroleo-guerra-e-corrupcao-para-entender-curitiba/>> Consultado a 11.08.2020
- FONTAINE, Guillaume. (2003) **Petróleo y desarrollo sostenible en Ecuador**.
<<http://www.flacso.org.ec/docs/sfpetroleo.pdf>> Consultado a 12.08.2019
- FONTAINE, Guillaume. (2008) Sangre y petróleo. Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo (Reseñas). **Íconos**, Revista de Ciencias Sociales. Los retos del pluralismo jurídico, Quito: FLACSO sede Ecuador, (no. 31, mayo): pp. 161-163. ISSN: 1390-1249. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10469/4054>> Consultado a 21.05.2018
- FORNILLO, Bruno. (2016) **Sudamérica Futuro**. El Colectivo-CLACSO, Buenos Aires
- FUSER, Igor. (2007) O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter. **Lutas Sociais** - Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP
<<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18655/13842>> Consultado a 11.04.2019
- FUSER, Igor. (2013) **Energia e relações internacionais**. Editora Saraiva, São Paulo.
- GOMES, F. Luís (2008) Após nacionalizar petróleo, Equador pode exigir indenização da Petrobras. **Jusbrasil**. Consultado <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/119027/apos-nacionalizar-petroleo-equador-pode-exigir-indenizacao-da-petrobras>> Consultado a 11.02.2019
- GUARANDA, Wilton. (2011) **La necesidad imperiosa de reformar una ley caduca**: análisis sobre las reformas a ley de hidrocarburos. <https://www.inredh.org/archivos/boletines/boletin_ley_hidrocarburos.pdf> Consultado a 10.05.2019



- OSPINA PERALTA, et al (2013) **Estamos haciendo mejor las cosas con el mismo modelo antes que cambiarlo**: La revolución Ciudadana en Ecuador, 2007-2012. Instituto de Estudios Ecuatorianos (IEE) / Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA) / Centro Internacional Miranda (CIM), La Paz, Bolivia. <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3809/1/Ospina%2C%20P-CON-012-Estamos.pdf>> Consultado a 10.02.2019
- KLARE, Michael T. (2006) **Sangre y petróleo**. Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo. Tradução de J. A. Bravo Urano, Barcelona.
- MAYORAL, M. Fernando. (2012) "El desempeño de la Economía Ecuatoriana durante el gobierno del economista Rafael Correa." in MANTILLA, S. et al. **Rafael Correa, balance de la Revolución Ciudadana**. Quito: Centro Latinoamericano de Estudios Políticos: Editorial Planeta del Ecuador S.A. (pp.237-266)
- PAZ, Miño & CEPEDA, Juan J. (2012) Luces y sombras de las revolución ciudadana (Política Pública). En La Tendencia. **Revista de Análisis Político**. Movimientos sociales, mujeres, gobierno, Quito: FES-ILDIS, (no. 13, abril-mayo): pp. 73-76. ISSN: 13902571
- ROHTER, Larry (2000) Using the Dollar To Hold the Line; U.S. Currency Becomes Ecuador's. **New York Times**. <<https://www.nytimes.com/2000/01/18/business/using-the-dollar-to-hold-the-line-us-currency-becomes-ecuador-s.html>> Consultado a 04.08.2020
- RODRIGUES S. Bernardo. (2015) Geopolítica dos Recursos Naturais estratégicos na América do Sul. **Perspectivas**, São Paulo, v. 45, p. 63-87, jan./jun.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. (2019) **Uma história da onda progressista sul-americana** (1998-2016). Editora Elefante.
- TORRES FILHO, Ernani T. (2004) "Petróleo: concorrência, regulação e estratégia", **Revista Economia Política Internacional**, no. 2 - Julho a setembro.
- VALTER, Leonardo, Krause (2020) **Dolarização no Equador**: os determinantes, o processo e os impactos. Trabalho de Conclusão submetido ao curso de Graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/130358>> Consultado a 11.08.2020
- VILLAVICENCIO, Fernando. (2015) Insólito Ecuador importara petróleo para su refinaria. **Ecuador Noticias**. <<http://ecuadornoticias.org/nacionales/destacados/716-insolito->



[ecuador-%20importara-petroleo-para-su-refineria](#) > Consultado a 10.05.2019

VIOLA REYES, Carolina (2014) **El petróleo y el gas en la geopolítica de la integración energética suramericana**. Tesis para obtener el Título de maestría en ciencias sociales con mención en Gobernanza Energética Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede Ecuador Departamento de Desarrollo, Ambiente y Territorio <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/handle/10469/6945>> Consultado a 04.08.2019

222

Páginas Consultadas

ANP (Agência Nacional de Petróleo)

<<http://www.anp.gov.br/>>

Petroecuador

<<https://www.eppetroecuador.ec/?p=3647>>

Recebido em 01 jun. 2021 | aceite em 11 ago. 2021.



Coletivo Universidade Popular: *práxis* em disputa junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Ana Paula Ferreira de Melo¹

223

Resumo

O propósito deste artigo será compreender a diversidade de dois grupos do coletivo Universidade Popular (UP), atuante entre 2007 e 2015 no estado de São Paulo. Para tanto, nos utilizamos de arquivos, fotos, entrevistas e textos acadêmicos escritos pelos próprios integrantes. Focalizamos as divergentes orientações de militância dos jovens universitários do coletivo UP, com metodologias educacionais distintas: de um lado, a educação popular freireana, de outro orientações marxistas não-freireanas. As divergências em termos de metodologia educacional vinculam-se ainda às análises concretas da realidade dos anos 2010-2011, sobretudo no que diz respeito ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e às estratégias de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chaves: Universidade Popular (UP); MST; educação popular; organização; militância.

¹ Escola Nativa. | anacirculodecultura@gmail.com



Resumen

El propósito de este artículo será comprender la diversidad de dos grupos del colectivo Universidade Popular (UP), activo entre 2007 y 2015 en el estado de São Paulo. Para ello, utilizamos archivos, fotos, entrevistas y textos académicos redactados por los propios miembros. Nos centramos en las orientaciones de militancia divergentes de los jóvenes universitarios del colectivo UP, con diferentes metodologías educativas: por un lado, la educación popular freireana, por otro lado, orientaciones marxistas no freireanas. Las diferencias en términos de metodología educativa también están ligadas a análisis concretos de la realidad de los años 2010-2011, especialmente en lo que respecta al gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) y las estrategias de lucha del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

Palabras clave: Universidade Popular (UP); MST; educación popular; organización; militância.

Abstract

The purpose of this article will be to understand the diversity of two groups from the Universidade Popular (UP) collective, active between 2007 and 2015 in the state of São Paulo. For this, we use files, photos, interviews and academic texts written by the members themselves. We focus on the divergent militancy orientations of young university students from the UP collective, with different educational methodologies: on the one hand, Freirean popular education, on the other hand, non-Freirean Marxist orientations. The differences in terms of educational methodology are also linked to concrete analyzes of the reality of the years 2010-2011, especially with regard to the Workers' Party (PT) government and the struggle strategies of the Landless Rural Workers Movement (MST).

Keywords: Universidade Popular (UP); MST; popular education; organization; militancy.

Introdução

O coletivo Universidade Popular (UP) surgiu durante a greve de 2007 das universidades federais e estaduais do Brasil, opondo-se sobretudo ao decreto do governo José Serra que retiraria a autonomia política e econômica das universidades². Esta greve durou em torno de três meses e contou com a participação dos estudantes. Nesse momento havia diversos coletivos estudantis que discutiam e apoiavam a greve junto aos trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Sobre o decreto do governo José Serra, ver o texto do professor Alvaro Bianchi "Autonomia universitária como projeto: o estado de uma contenda".



Em 2008, o coletivo UP começa a se envolver com o acampamento Elizabeth Teixeira, localizado na cidade de Limeira–SP, e depois passam a atuar em outras áreas do MST, mais especificamente o Assentamento Milton Santos e o acampamento Roseli Nunes³ na cidade de Americana - SP. Com a relação entre o coletivo UP e integrantes do MST dessas outras áreas, a luta foi se intensificando, mas também criando inúmeros conflitos dentro do coletivo. Os conflitos começam a aparecer fortemente com as ideias da frente de comunicação do coletivo UP que passam a conviver intensamente com integrantes radicais do MST.

Segundo José Silva⁴, integrante do coletivo UP, da frente da EJA:

Em 2009 eles procuraram (...), conversaram com um militante da direção nacional do Movimento pra se inserir como formadores do setor de formação do Movimento. Eles trabalharam muito bem, trabalharam bastante em 2010 (...). A gente tinha uma discordância sobre método e a noção de formação de consciência, só que a gente tinha por princípio unidade na ação. Então a legitimidade que a gente conquistou em 2008 e 2009 foi apropriada por esse núcleo aí, que eu vou dizer mais vanguardista, que era UP também. E aí eles se tornaram formadores, se tornaram militantes mesmo, eles tinham peso de dirigentes (...). Passaram a conviver com a direção, e trabalharam bastante no setor de formação e no setor de comunicação, participaram do espaço do Movimento bem orgânico. Rodaram o estado (...). (entrevistado, José Silva, 9 de setembro, 2015).

A frente de comunicação do coletivo UP atuava dentro das áreas com a juventude do MST, elaborando jornais, participando de atividades e reuniões com lideranças do MST. A atuação dessa frente se dava de um modo diferente da atuação das outras frentes do coletivo UP. Ela começa a tomar uma forma que, para alguns membros do coletivo, pode ser considerada como tendo um perfil vanguardista. Para a própria frente de comunicação a ideia de educação popular e a metodologia freireana muitas vezes limitava o trabalho deles na luta com o povo.

³ Áreas ocupada em 2010 por integrantes do MST na região de São Paulo, cidade Americana.

⁴ Os nomes citados nas entrevistas são fictícios, pois não houve autorização de referenciar os verdadeiros nomes por parte dos entrevistados.



O fato é que as práticas das distintas frentes passam a operar com sentidos diferentes. Enquanto um grupo já queria atuar como um grupo de militantes aderentes à estrutura organizacional do MST o outro ainda se considerava “apenas” como um grupo de estudantes, que não deveria procurar direcionar ninguém. Essa última orientação passou a ser forte dentro do coletivo, embora enfrentasse bastante resistência por parte do grupo reunido na frente de comunicação. Ambos os grupos discordavam abertamente nas reuniões internas do UP.

De um lado, argumentava-se a partir da questão de classe, afirmando-se que por não viverem naquele espaço dos Sem Terra as tomadas de decisões não poderiam ser feitas pelo coletivo, mas sim pelos acampados, a base do MST. Por outro lado, ia se dando uma forte aproximação de militância dos integrantes da frente de comunicação com os militantes radicais do MST. Ali estava se dando uma espécie de aliança.

Os conflitos gerados dentro do coletivo UP e do MST a partir das políticas do governo federal em 2010.

Nessa mesma época, no ano de 2010, o momento era de fortes conflitos internos ao MST, em distintas regiões do Brasil. As lutas no campo estavam sendo apaziguadas pelo governo brasileiro, dirigido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O agronegócio crescia e a luta por reforma agrária estava estagnada. Isso era particularmente problemático tendo em vista que no governo anterior, de caráter neoliberal e de oposição aos movimentos sociais, assentou-se mais famílias que durante o governo do PT⁵. Com esse conflito, várias lideranças saem dos movimentos sociais, inclusive lideranças importantes do MST no Estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul. Essas lideranças começaram a criticar fortemente as relações que os movimentos sociais tinham com o governo, culminando com a saída de 51 membros em 2011⁶.

De acordo com o pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o governo do PT faltou ao compromisso com a luta agrária, apoiando o agronegócio. O seu governo deveria, no primeiro mandato, cumprir o Plano

⁵ <https://www.cartacapital.com.br/politica/politica-agraria-do-governo-lula-valorizou-o-agronegocio>

⁶ Ver *Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina)* e o projeto estratégico defendido por elas. <http://passapalavra.info/2011/11/48866>



Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que assentaria 520 mil famílias. Todavia

Na realidade, assentou-se em torno de 220 mil famílias apenas, embora o governo divulgasse dados de mais de 500 mil. Esses dados não correspondem à realidade porque eles somaram como assentamentos novas áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens. (entrevista com Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Revista Carta Capital, 12 de janeiro, 2011).

227

Ainda de acordo com o pesquisador, o governo do PT não fez o que prometeu para os movimentos sociais, que era assentar famílias que estavam em área de ocupação, e não constando que as famílias já assentadas fizessem parte desses números. Além disso, o autor denuncia as políticas de regularização fundiária na Amazônia, coordenadas pelo INCRA, como “legalização da grilagem”, favorecendo o avanço do agronegócio na região. Essa política do governo PT, que estaria em continuidade às políticas de governos anteriores, é apontada pelo pesquisador como um dos fortes motivos que leva a saída dos militantes dos movimentos sociais.

Essas discussões trazidas pelo pesquisador já estavam sendo postas pelos integrantes do MST que estamos aqui qualificando como “radicais” dentro do Movimento. Frente a esses conflitos diversos movimentos sociais que constituem a base de luta do PT começam a se enfraquecer. A incoerência do governo levava diversas lideranças a entrarem em conflito, enfraquecendo os movimentos sociais e inclusive o MST. Gerou-se um enorme desconforto por terem apoiado um governo que vencera as eleições presidenciais com o apoio popular, dos movimentos sociais, mas que passou a fazer a política do agronegócio, gerando riqueza aos donos do latifúndio, colocando terras públicas a favor do privado e fortalecendo a alimentação não saudável no Brasil. Todas essas políticas do governo do PT foram questionadas dentro do MST por militantes que atuaram durante uma vida toda dentro do Movimento.

O contato direto da frente de comunicação com a direção regional do Assentamento Milton Santos⁷ e com a direção da seção regional de São

⁷ Sobre o assentamento Milton Santos, conferir o texto Assentamento Milton Santos: uma luta – por fora e por dentro – da esquerda para garantia do território (1ª parte): <http://passapalavra.info/2014/05/95285>



Paulo permitiu, de certa forma, uma compreensão acerca dos problemas de uma maneira talvez mais clara por estar com uma relação mais próxima com essas lideranças. Enquanto isso, a outra parte do coletivo UP estava mais preocupada com os problemas pontuais do acampamento Elizabeth Teixeira, buscando formas de entender as limitações do acampamento e optando, diante das disputas políticas, fazer um trabalho ligado a questões do cotidiano.

Acreditamos que o que diferenciava os grupos nessas escolhas era o olhar sobre o que era mais urgente para cada um desses grupos do UP. Ao mesmo tempo em que havia uma coerência teórica interna a esses grupos, eles também tinham suas afinidades nas relações com os integrantes do MST. Essas relações interferiam de forma concreta na luta dos dois grupos divergentes.

Gradativamente as linhas teóricas e metodológicas foram se definindo mais claramente dentro do coletivo UP. A frente de comunicação estava dialogando e concordando com a direção do Assentamento Milton Santos, que disputava a orientação política dentro do MST de maneira mais radical contra os chamados “governistas”. Em 2011 a direção desse assentamento estava em intensa luta em defesa da terra conquistada, sofrendo a ameaça de uma reapropriação por parte de uma poderosa família de especuladores de São Paulo.

Já a direção regional do MST em São Paulo seguia outra linha, que defendia o governo do PT. Por sua vez, os membros do UP que estavam frequentemente discordando da frente de comunicação não necessariamente eram favoráveis a esta orientação governista da direção do MST. Não obstante, não se alinhavam com os radicais do MST, que decidiram por uma ruptura completa com o PT.

Com essa divisão, tudo gerava enormes conflitos e contradições. As lutas estavam inteiramente ligadas nessa época a dois lugares com relações bastante distintas tanto com o governo federal comandado pelo PT quanto com o MST. Um era um assentamento e o outro um acampamento do MST. A forte ligação com esses dois espaços de luta foi constitutiva da formação política do coletivo UP no seu cotidiano.

Na opinião de Rosa, da frente de comunicação, faltavam estudos sobre outros temas para entender o Movimento Sem Terra e a conjuntura política da época.



Não era que a gente era contra a leitura dos textos que o pessoal propunha, o que nos incomodava era que fosse só esse tipo de texto sabe. (...) Era Paulo Freire e todos os outros teóricos da área, da educação popular, pensando só na educação popular. Muito na discussão do método pedagógico, não é que a gente achasse isso desimportante, isso era importante e continuo achando agora. Mas se limitava muito a isso, mas que a gente achava que tinha coisas que a gente precisava estudar que a gente não sabia direito, mas que a gente sabia que deveria ser estudado, como a questão agrária, por exemplo, história do MST, é (...) alguma coisa que desse elementos para história da esquerda, do tipo assim, onde que a gente estava se metendo ali? em que momento da história política, econômica, social, que a gente estava intervindo ao passar a estar ali naquele acampamento? (entrevistada, Rosa 02 de fevereiro, 2016).

Com as divergências de linhas políticas, o coletivo vai se dividindo em termos de direcionamento nos estudos e de afinidades dentro do próprio MST. Os vínculos vão se construindo e perpassando os limites de classe, as relações humanas vão ficando mais próximas, de forma que integrantes do UP passam a ser companheiras de luta e da vida de militantes do MST. Para além do trabalho de formação política, chega-se a viver de forma mais íntima com integrantes do MST. Os sentimentos entre algumas pessoas vão se tornando mais pessoais, criando laços mais fortes. Essas relações também foram pontos de muitos conflitos, mas com isso a história vai se construindo, e os conflitos vão aumentando dentro do coletivo UP.

À proporção em que essas relações foram estabelecendo laços afetivos mais fortes nos diferentes grupos com distintas pessoas do MST, entendemos que as correntes de pensamento vão se cristalizando dentro do coletivo. O cotidiano foi dando formas à maneira de cada grupo pensar, sentir e agir.

Para Joana,

Existia muitas divergências né, estudos e influências diversas, o grupo sempre foi bem heterogêneo. Mas assim, eu acho que existia um grupo numa perspectiva mais libertária, mais anarquista, que tinha inclusive uma influência de autores mais clássicos da educação popular também, como Paulo



Freire e Mauricio Tragtenberg. Existia também um outro grupo que era mais marxista, que tinha outras leituras com a sociologia, que tinha uma ligação mais com a sociologia, e que tinha uma perspectiva um pouco mais ligada mesmo à constituição da análise da sociedade brasileira, na análise da economia, um pouco mais ampla, menos associada talvez à educação popular, mas às questões econômicas sociológicas gerais. (entrevistada, julho de 2015, ex-integrante do UP, Joana).

Nessa fala a integrante mostra claramente a sua visão das diferenças dos grupos, identificando variações de identidade política, como libertários, anarquistas e marxistas, pois as leituras teóricas conduziam também às disputas em meio aos diálogos nos espaços do coletivo UP. Contudo, devemos sublinhar que embora não houvesse uniformidade teórica, em diversos momentos obteve-se unidade na prática.

A formação do coletivo Universidade Popular a partir da Greve de 2007 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Com a passagem pela greve e participação dos partidos dentro do movimento grevista em 2007, os estudos acabaram se voltando para a reflexão sobre a realidade do trabalhador brasileiro, da sociedade brasileira, sobre o modelo excludente de educação universitária, entre outros problemas gerados pela nossa sociedade desigual. Com isso os integrantes começam a entender profundamente que a nossa política é extremamente desigual, o povo não tem efetivas escolhas. Como sintetiza a bela frase militante “os nossos sonhos não cabem nas urnas”, recorrente em movimentos sociais no Brasil, o coletivo já enxergava que sem a participação direta do povo nas políticas públicas, nos espaços de trabalho e inclusive na micropolítica da sua vida cotidiana, não haverá sociedade justa.

As principais questões colocadas durante o início do processo de formação do coletivo foram: o que é a centralização dos partidos? O autoritarismo intelectual? A universidade brasileira elitizada? Essas questões estavam sempre sendo retomadas dentro do coletivo, a cada entrada de um integrante do coletivo UP. Cansados do espaço burguês, autoritário tanto pelo poder do conhecimento como também pelas vias do sistema seletivo de classe, os estudantes se rebelaram a partir da greve de 2007 e daí avançaram para dar continuidade à luta popular. Além dos estudos, a busca



pela periferia e pelos oprimidos foi permanentemente pauta de luta do coletivo UP. O coletivo já entendia que trabalhar com a educação popular seria uma escolha por uma educação de luta, e nele a educação popular permaneceu.

No livro *Na Autonomia do Povo o Poder Popular: experiência com educação popular no acampamento Elizabeth Teixeira*, publicado em 2014, mostra-se claramente o perfil da maioria dos membros. Podemos ver que o próprio título do livro evidencia que a educação popular para muitos do UP é essencial para trabalhar com o povo. O coletivo acreditava na autogestão, nas escolhas feitas pelo povo e com o povo. Entendia-se necessário articular o saber da cultura popular com os conhecimentos científicos, ligando a prática de luta que os sem terra têm diante da vida cotidiana com os conhecimentos de formação política teórica. Para os educadores populares, essa formação deve ser relacionada com a prática do povo, deve fazer sentido concreto, não idealizado, sobretudo levando em consideração que não somos nós os verdadeiros oprimidos:

Acreditamos, então, que seja necessário olhar para processos históricos e retomar os princípios da educação popular abandonados ao longo dos últimos anos, inclusive pelos movimentos sociais, na medida em que os mesmos (ou suas direções majoritárias), optaram por um caminho de privilegiar a atuação por dentro e o diálogo (necessário) com o Estado. É a partir desse resgate que tentaremos repensar o trabalho de base junto aos trabalhadores (considerando aqui o sentido ontológico do trabalho) que vivem no campo e da cidade. (artigo, FREITAS e RODRIGUES, s/d, pág. 05)⁸.

É interessante pensar a partir dessa publicação feita por dois integrantes do UP. Há uma necessidade de acreditar na educação popular, que construiu uma história de luta na América Latina, unindo os povos oprimidos, mas que estaria sendo deixada para trás até pelos movimentos sociais. Podemos então reafirmar que a educação popular foi escolhida pelo coletivo UP, ou talvez por uma parte dele, para fortalecer a base do MST no acampamento Elizabeth Teixeira. O UP construiu as suas ideias a partir de seus estudos que lhe indicavam que o trabalho prático com a base do MST

⁸ FREITAS, Fabio et RODRIGUES, Tessy. **O Educador Popular e o Intelectual: reflexões sobre o trabalho de base**. Trabalho de conclusão de curso "Autogestão, Tecnologia Social e Economia Solidária na América Latina. UNICAMP s/d, pa. 05 ,



seria a forma mais próxima de dar concretude ao que eles acreditavam como ideal de luta.

Imagem 1. Encontro do Universidade Popular



Fonte: acervo do autor.

Um dos textos que influenciou os militantes do coletivo foi *Miséria da teoria*, de E. P. Thompson, lido para destrinchar dois conceitos muito utilizados por Roseli Caldart: os conceitos de "experiência de classe" e de "consciência de classe". Outros textos importantes para o coletivo foram *Burocracia e ideologia* e *A escola como organização complexa*, de Mauricio Tragtenberg, além do clássico *O capital*, de Karl Marx.

O nome do coletivo foi influenciado por um texto de Daniel Caribé⁹ "Ensaio para uma universidade popular", lido por vários integrantes do UP. Esse texto delinea o que seria uma verdadeira universidade popular. Depois da sua leitura, os estudantes começaram a chamar o coletivo em formação de "Universidade Popular". Eles então, a partir das leituras e influências dos textos que foram lidos, passam a falar sobre coletividade, autonomia e autogestão, crítica dos partidos, movimento estudantil no Brasil e crítica às políticas do Partido dos Trabalhadores em 2007 (o que se relaciona às greves das universidades).

⁹ Daniel Caribé é mestre em Administração (Universidade Federal da Bahia) e trabalha com educação popular assessorando cooperativas e movimentos sociais.



Como integrantes do coletivo UP passam a ser dirigentes do MST?

Em 2010, dois integrantes da frente de comunicação passam a assumir a função de direção do MST na regional de São Paulo. Ou seja, estudantes estavam se constituindo não apenas como militantes orgânicos dentro do Movimento Sem Terra, mas estavam também se tornando lideranças da base. Nesse momento o coletivo UP começa a ter um grande mal estar. A ideia de disputar liderança ia de encontro ao que pensavam aqueles que acreditavam em auto-organização. Os mais libertários e freireanos passam a se sentir traídos, não aceitando que esses integrantes pudessem ser a liderança do povo. Para esses membros do coletivo UP conduzir o povo era uma ofensa. Era recorrente o discurso de que “não somos liderança, trabalhamos com a base, somos um apoio a ela e não lideranças”. Ou ainda, “não estamos aqui para formar ninguém, e sim para aprender com o povo”. Esse discurso teve muito apoio dentro do coletivo, influenciando muitos integrantes nas decisões entre fazer ou não fazer determinadas ações dentro do acampamento.

Já os que não estavam convencidos por esse discurso atenderam ao convite da direção regional de São Paulo para construir formação de base na periferia no interior de São Paulo. Nesse aspecto, eles não estavam sendo contraditórios com a prática do Movimento. Sobretudo, estavam sendo coerentes com aquilo que pensavam ser a melhor prática revolucionária.

Para Joana, integrante da frente de comunicação, o convite se deu também por uma relação de afinidade política entre os integrantes do UP que se destacavam em ações conjuntas com o Movimento e os próprios dirigentes regionais do MST:

O UP começou a atuar conjuntamente com o MST, e na época o Gilmar Mauro, que era dirigente Estadual, propôs que entrasse dois componentes do grupo. Na direção regional houve todo um conflito em relação a isso.

(...) é que foram convidadas duas pessoas que tinham um debate político um pouco mais afinado com o que a regional se propunha a fazer, foram convidadas as duas pessoas, mas depois disso foi levado para o coletivo. Só que isso não foi bem recebido pelo coletivo (UP), mesmo assim essas duas pessoas entraram para a direção regional, para o setor essencialmente de comunicação e formação. Era muito mais um setor operacional que um setor de fato de



direcionamento político, essa era a contradição e acabava sendo uma coisa de estar ali pra dar um suporte, dar um apoio, mas que não tinha uma isenção, não tinham voz, os dois estudantes estavam ali só para cumprir um papel importante. (entrevistada, julho de 2015, Joana).

Assim, segundo Joana, quando os membros da frente de comunicação se tornaram integrantes da direção regional do MST, eles não eram lideranças que poderiam fazer o que pensassem, eram um apoio, que cumpriam determinados papéis colocados pelo Movimento.

Como a frente de comunicação do UP tinha se aproximado bastante durante as suas atuações políticas dentro das reuniões do Movimento, os coordenadores regionais indicaram dois deles para integrarem a seção regional de São Paulo, no setor de comunicação e formação. Pode-se dizer que havia aí uma convergência no entendimento de como fazer política popular para o povo.

Por outro lado, embora se possa considerar a importância das referidas afinidades políticas no convite feito pelo Movimento aos membros da frente de comunicação, é importante enfatizar que outros integrantes do coletivo UP já tinham recebido convites para fazerem parte da coordenação de educação da regional do Movimento, mas recusaram em função da escolha de trabalhar diretamente com a base. Sendo assim, o fator mais determinante nessa questão dos cargos de direção era a opção por uma integração mais horizontal com a base do Movimento. Os membros do UP que seguiam essa orientação passaram a ter cada vez mais contato com a base, em detrimento do contato com as lideranças regionais, deixando muitas vezes de lado as reuniões em que se definiam pautas e decisões do Movimento regional. Eles passaram a escutar diretamente a base, atuando em atividades práticas dentro do acampamento Elizabeth Teixeira, como levantar barracos e construir alguns espaços para atuar com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a ciranda infantil, entre outras coisas.

As escolhas estavam sendo feitas a todo momento, e para esse grupo o importante era atuar com aquela base. Temia-se a possibilidade de gerar discórdia no MST, além, é claro, da intenção de fortalecer a própria base na influência dos processos decisórios do Movimento.

O coletivo UP vivenciava fortemente a vida cotidiana dos acampados do Elizabeth Teixeira. Diante dessa vivência, uma parte do UP permaneceu focada no cotidiano do acampamento, lidando com as suas dificuldades e propondo para os acampados e acampadas um suporte para o



planejamento das atividades que foram pouco a pouco se concretizando, como o cultivo de hortas, a educação de jovens, crianças e adultos, a construção da escola e a formação em agroecologia junto ao Movimento. Assim, o objetivo principal era apoiar o desenvolvimento do acampamento.

Pode-se dizer que esse trabalho do coletivo feito dentro do acampamento deveria ser realizado pelos diversos setores do MST. Mas diante da precariedade do Movimento nessa região de São Paulo (Limeira e Americana), o coletivo UP passa a envolver-se organicamente nesse trabalho. As tarefas que deveriam ser realizadas por setores como o da Produção e da Educação passam a ser assumidas como tarefas do coletivo por alguns anos.

Já a frente de comunicação estava sempre participando das reuniões do Assentamento Milton Santos, acompanhados da juventude local do Movimento, com quem fomentavam debates. Eles ainda colaboravam com o *Jornal Semeando*, que foi realizado junto com a juventude.

Com essas relações estabelecidas nos espaços da militância do MST a frente de comunicação recebe o convite feito pela direção regional do MST para participar de uma reunião. Eles são chamados por dois integrantes do Movimento que eram militantes há muito tempo e que faziam parte da direção regional, adiantando-lhes que eles seriam convidados para fazer parte da direção regional. Uma das pessoas da frente de comunicação questionou “mas quem vocês querem chamar para fazer parte da direção? O pessoal do coletivo UP ou o grupo do jornal?” (entrevista, 2016, Rosa). Ao questionar o MST sobre quem estava sendo chamado para participar das reuniões, a frente de comunicação já estava se colocando como um grupo à parte do coletivo UP, mesmo que essa não fosse a intenção naquele momento.

Normalmente, decisões sobre questões mais amplas, que extrapolavam problemas mais estritos e práticos, deviam passar pela deliberação de todo o coletivo. Porém, para a frente de comunicação não importava muito colocar as suas decisões em debate, já sabendo das diferenças políticas entre eles e o grande grupo. Sendo assim, no caso do convite eles discutiram internamente, entre a frente, se iriam aceitá-lo ou não, mas só colocaram para o coletivo UP depois da decisão já tomada e da reunião com o MST.

Segundo alguns entrevistados do coletivo UP o desconforto sobre a atitude estava relacionado à falta de debate e de companheirismo, pois os espaços conquistados dentro do Movimento foram uma construção do coletivo Universidade Popular e não apenas de uma frente. Com isso, esses



integrantes passam a ser vistos como pessoas arrogantes e vanguardistas, dentro do coletivo UP, por terem tomado uma decisão (entrar ou não para a direção regional do MST) que na visão da maioria do coletivo UP caberia a todos os integrantes.

As reuniões internas nesse momento estavam sendo palco de disputa política ideológica, com a discordância central entre aqueles que defendiam uma intervenção com direcionamento político para desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores e os que aderiram à educação popular, acreditando na autogestão como princípio de respeito à autonomia da base do próprio MST. Para José Silva,

2010 foi uma loucura (...) foi a gente ser convidado pelo Movimento Sem Terra e entrou um outro grupo com o qual a gente não tinha muito afinidade, mas a gente permitiu trabalhar junto com a gente. Aí eles se tornaram militante, a gente não. Por outro lado, a gente deixou um buraco (...). Não podemos culpar as pessoas também. 2011 houve uma ocupação de terra bem marcante, e aí a gente estava mais maduro como educadores, com mais estrutura e avançamos como coletivo. (entrevistado José Silva, 9 de setembro, 2015).

No entendimento de José Silva, o convite feito pelo MST deveria ser feito ao coletivo UP e não apenas à frente de comunicação.

Deve-se sublinhar que com a ocupação¹⁰ em 2011 todos os integrantes do UP passam a fazer parte da organização estrutural do acampamento, uns fazendo a ciranda com as crianças, outros fazendo trabalhos pontuais em barracos, tentando auxiliar no que podiam junto com os integrantes da frente de comunicação e com os novos dirigentes do MST.

Mas, já no fim de 2010, é a frente de comunicação que se consolida como parte do MST, passando a integrar um grupo de lideranças que tem a função de coordenar a base dos Sem Terra. Eles fazem então a formação política de acordo com o modelo do Movimento. Nessa formação eles retomam junto com os integrantes radicais do MST a maneira antiga que o Movimento fazia para ocupar terras. Nas palavras de Rosa, integrante da frente de comunicação:

¹⁰ Ocupação Helenira Rezende, feita em 2011 na cidade de Americana estado de São Paulo, ocupada por 600 famílias. Essa ocupação foi organizada pelos recentes militantes do coletivo UP junto com os militantes do MST.



O nosso lema era “vamos voltar às raízes do MST”. (...) Tem um textinho que chama “Ocupação é a solução”. E “Ocupação é a solução” é um lema do MST, (...) aquela coisa “reforma agrária na lei ou na marra”, “ocupação é a solução”. Então era muito assim, vamos voltar às raízes do Movimento. Vamos voltar à sua radicalidade perdida, digamos assim, vamos retomar aquela radicalidade. A gente acreditava que isso era possível, a partir da vontade, da determinação de um grupo bem intencionado. (Entrevista de Rosa, 22/02/2016).

Entre 2010 e 2011, houve um conflito entre os membros do MST da coordenação regional de São Paulo da região Campinas, Limeira e Americana. Os dirigentes discutiam sobre as ocupações e a postura do governo federal com o MST. Reflexões críticas ao governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) estavam sendo feitas por diversas coordenações do MST nas regiões do Brasil, e inclusive por parte da coordenação do Assentamento Milton Santos (município de Americana - SP) que estava próxima da frente de comunicação do coletivo UP, tendo também aproximação com a direção do acampamento Elizabeth Teixeira (município de Limeira - SP). Assim, muitos assumiram a postura de franca oposição ao governo federal.

A frente de comunicação, por sua vez, escrevia o jornal *Semeando a Terra* com a juventude sem terra, fazendo um trabalho de informação sobre a política nas áreas ocupadas, a situação entre os acampamentos locais e os trabalhadores das usinas, esclarecendo sobretudo sobre quem mandava nas terras da região, quem eram os grandes proprietários. Em meio a essas questões, a frente trazia ainda uma pauta importantíssima e polêmica: a questão de se saber de qual lado o governo do PT estava. Isso chamou a atenção de um dos dirigentes regionais do Movimento, que era do acampamento Elizabeth Teixeira. Ele então pediu à frente de comunicação para que eles não se colocassem de tal maneira, isto é, que não expusessem tão dura e veementemente a sua crítica ao governo, que não iria ser legal. Segundo uma das entrevistadas da frente de comunicação a publicação do jornal com o ataque frontal ao governo deixou o dirigente do MST preocupado, por isso ele começou a ir algumas vezes às reuniões dos jovens para entender o que estava acontecendo. De fato, esses conflitos em torno da questão de ser ou não favorável ao governo estavam mexendo com todos que estavam integrados na luta pelas políticas agrárias no Brasil.



O Movimento Sem Terra não conseguia trabalhar diretamente com essas áreas da região de São Paulo, deixando um certo vazio organizativo que permitira ao coletivo UP se organizar de forma autônoma com a base. O UP passa de certa forma a ser um elemento aglutinador dos grupos de sem-terra da região, contribuindo para que se forjasse uma unidade territorial e política naquele espaço. Mas, ainda assim, insistia no discurso de que “não somos sem terra, somos estudantes que atuamos naquela área diretamente com a base”. Enquanto a frente de comunicação tomava fôlego para continuar na dinâmica de ocupação de terra e com a ideia do processo de formação política, a outra parte do Universidade Popular estava atuando com a base sem querer relações diretamente com a direção e coordenação do Movimento.

Em um dos jornais escrito pela frente de comunicação encontramos os seguintes títulos: “Na crise o governo beneficia os empresários e não defende os direitos dos trabalhadores”, “MST luta contra a redução de verbas do Governo para a Educação!” e “O lucro crescente dos empresários produz lixo, impedindo a Reforma Agrária de produzir alimentos baratos e saudáveis para a população”. Nos textos atacavam-se de maneira direta os rumos da economia brasileira e determinadas escolhas políticas do PT. Entendia-se que o PT reduzira os gastos para a educação pública e o apoio às políticas empresariais do agronegócio, deixando de lado as políticas de reforma agrária e privilegiando os empresários brasileiros e as multinacionais em detrimento dos trabalhadores.

Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho do jornal *Semeando*, escrito pelos jovens sem terra com a orientação da frente de comunicação em 2009:

Para discutir um acordo pela melhoria das condições de trabalho no campo, empresários sentaram à mesa de negociação junto ao governo e trabalhadores rurais no início deste ano. Nesse acordo o governo não conseguiu tirar dos empresários avanços básicos para os trabalhadores, como a criação de um piso salarial nacional. O atual sistema de pagamento por produção leva os cortadores de cana a trabalhar até a exaustão e a morte. (...)

Além disso, os usineiros não foram obrigados a cumprir os poucos pontos positivos aceitos. Por outro lado, enquanto se negou aos trabalhadores melhorias de salários e alimentações, o governo em 2008 emprestou 1 bilhão de



reais para usinas acusadas de condições degradantes do trabalhador.

Frente a isso Lula prefere investir em seus amigos empresários do que defender o povo trabalhador. Temos que colocar um basta nesta situação. Quantos trabalhadores terão de morrer de tanto trabalhar para salvar empresários que recebem milhões do governo? (Jornal *Semeando*, 2009, Campinas, SP)¹¹.

A partir desse trecho fica evidente a formação política que os integrantes do UP estavam fazendo com a juventude, eles articulavam as leituras de acordo com os acontecimentos políticos em torno das questões agrárias e voltavam-se para críticas diretas ao governo federal. A partir dessas leituras os jovens debatiam e elaboravam o jornal, escrevendo textos, desenhando charges, publicando fotos etc. Com o apoio de um sindicato de esquerda os jornais eram impressos.

O jornal era um meio de informação para os sem terra das áreas do acampamento Elizabeth Teixeira, do Assentamento Milton Santos e do acampamento Roseli Nunes. Ele também era marcado por poemas, textos de reflexão e desenhos dos jovens sem terra.

Em suma, pode-se dizer que a juventude sem terra estava sendo formada politicamente pela frente de comunicação, que estava também articulada com a coordenação intelectual do Assentamento Milton Santos, linha minoritária dentro do Movimento. O restante do coletivo UP evitava esse tipo de interferência direta na orientação política, especialmente no que diz respeito às polêmicas problemáticas sobre a reforma agrária e a relação do MST com o governo comandado pelo PT.

As articulações entre grupos de linhas divergentes, tanto do coletivo UP como do próprio MST, se dava em função também da avaliação sobre a conjuntura política mais ampla. Embora todos do coletivo UP fossem em alguma medida críticos ao governo comandado pelo PT, os integrantes da frente de comunicação assumiram uma postura de oposição radical ao governo enquanto os demais optavam por uma via de não confronto direto, insistindo em mediações com o MST, o governo e o PT. Quer dizer, de um lado havia aqueles que não acreditavam em nenhuma possibilidade de diálogo ou de disputa do governo “por dentro” da sua institucionalidade. E de outro havia aqueles que persistiam na postura de fazer apenas o

¹¹ Jornal *Semeando*, 3ª edição, Campinas, SP, agosto de 2009.



tensionamento político “interno”, sem romper com o MST e sem fazer condenação pública do governo do PT. Em certa medida, essa postura tinha a ver com uma avaliação menos negativa do governo, talvez o considerando, dentro das possibilidades eleitorais imediatas, o que havia de melhor ou de “menos pior” frente às forças políticas mais conservadoras e reacionárias do Brasil.

Para Rosa, o UP, através de suas atividades organizativas, conquistou espaço dentro do MST:

“existia um reconhecimento do Movimento (...) que todas atividades do UP eram atividades mais ricas e bem organizadas que estavam acontecendo aqui na região (...). E pensando todas as frentes do UP, a ciranda, a EJA, e aí vai abrindo outras frentes, como agroecologia e o negócio vai crescendo. (Rosa, 02, fevereiro 2016).

Como o coletivo estava todo articulado com a base, se organizando por frentes, essa ideia de organização feita pelo UP é muito parecida com a organização do MST. Além disso, os integrantes do UP passam a participar organicamente das reuniões, mutirões e ocupações do MST.

A adoção desse modelo organizativo e a forma que o coletivo UP escolheu para trabalhar com os sem terra mostravam para o MST que estava atuando de maneira orgânica. Essa percepção do Movimento contrastava com a auto-imagem de muitos dos integrantes do coletivo UP. Nos debates internos revelavam que não se sentiam capazes ou à vontade em serem considerados militantes orgânicos. É claro que enquanto havia membros que negavam a condição de intelectuais orgânicos, acabamos de ver a posição oposta da frente de comunicação, que integrava e fazia trabalho de base com a juventude do MST, conscientemente assumindo a condição de intelectuais orgânicos.

Já a frente de EJA comprometia-se sobretudo com a humanização das relações, no sentido de dar um salto qualitativo nas relações intersubjetivas. Por meio da educação popular, esses integrantes do UP querem aprender a entender o lugar do outro (os sem terra), como é ser sem terra, como é respeitar o outro da maneira que eles vivem, considerando que nós éramos de outra classe social, éramos estudantes numa universidade elitizada, levávamos uma vida confortável, na qual temos tudo o que precisamos e



passamos a conviver com pessoas que não faziam parte da nossa realidade social.

Por sua vez, a aceitação dos integrantes do UP para compor a direção regional era coerente com o que eles acreditavam teoricamente e com as práticas que vinham desenvolvendo, como a confecção do já referido jornal. Ao começarem a atuar com a coordenação local mais radical, eles se unem aos que passam a divergir da linha da direção nacional do MST, centrada em João Pedro Stédile, e da direção estadual da época, que tinha à frente Gilmar Mauro.

Com isso conseguimos entender que as tensões estavam sendo produzidas por meio da realização de determinadas ideias distintas e, por vezes, sob certos aspectos, divergentes. Quando colocadas em prática, perfaziam-se caminhos diferentes. As escolhas teóricas e metodológicas, em última instância fruto de convicções que carregam um componente de crença, afastaram e tencionaram os dois grupos que se conformaram no interior do coletivo UP.

Enquanto um grupo estava pensando em estabelecer a orientação teórico-metodológica de Paulo Freire para fortalecer a base do acampamento Elizabeth Teixeira e assim reforçar a resistência e a luta pela reforma agrária naquele espaço, o grupo da frente de comunicação, dedicando-se também a estudos separados do Coletivo, acompanhava politicamente os dirigentes do Assentamento Milton Santos.

Construção de um acampamento em 2011 pelo grupo de comunicação do coletivo UP.

A construção de uma ocupação chamada Helenira Resende¹², em 2011, foi um trabalho de base da coordenação regional do MST, composta pelos integrantes da frente de comunicação do UP e pela coordenação do Assentamento Milton Santos. Em 2010, esses integrantes percorreram várias regiões do Estado de São Paulo e, inclusive, outros estados brasileiros para conhecer o trabalho do Movimento.

Na ocupação Helenira Resende os dirigentes da regional de Americana do MST tencionaram pela escolha de uma área próxima ao Assentamento Milton Santos, onde havia mais um acampamento chamado de Roseli Nunes. O grupo de comunicação do UP que fez a formação de

¹² Sobre a ocupação Helenira Resende ver: <http://passapalavra.info/2011/09/46649/>



base das famílias para essa ocupação tiveram a ideia de uni-la ao acampamento Roseli Nunes, formado por pessoas que viviam há um tempo nas proximidades do Assentamento Milton Santos. O acampamento Roseli Nunes era um lugar mais periférico, sem estrutura física adequada para se viver dignamente e constituído de pessoas que tinham uma condição de vida pior que a dos assentados que moravam ao lado.

Então a ideia foi unir forças entre quem já tinha uma experiência em ocupação com aqueles que iam fazê-la pela primeira vez. Nesse momento dois membros do MST que residiam no Assentamento Milton Santos, e que representavam a linha mais radical do Movimento naquela região de São Paulo, revelaram para os novos integrantes do Movimento que iriam sair do MST. Em reação, esses integrantes os pressionaram para não saírem naquele momento, para esperarem um pouco mais, pois era necessário que eles continuassem na direção para apoiar a próxima ocupação.

Os novos integrantes do MST formavam em torno de 500 famílias. A contribuição do coletivo UP para a ocupação foi na realização de tarefas que já fazíamos no acampamento Elizabeth Teixeira.

O coletivo todo contribuiu com o novo acampamento de acordo com as possibilidades, realizando campanhas de arrecadação de fundos para infraestrutura e comparecendo nos atos de apoio. Estivemos lá também quando, infelizmente, esse acampamento foi despejado, (COLETIVO UNIVERSIDADE POPULAR, pág. 27, 2015).

Ou seja, o coletivo UP como um todo deu apoio ao acampamento Helenira Resende. Ainda que não fosse consenso dentro do UP a atuação de companheiros de coletivo no papel de liderança pelo Movimento, decidiu-se pelo apoio à ocupação por se tratar de uma ação do MST com base popular. Vivíamos aí a contradição entre os nossos papéis: não queríamos ser liderança, mas indiretamente nos tornamos. Alguns acampados que atuavam como coordenadores dentro do acampamento não viam com bons olhos a indicação de estudantes do coletivo UP para funções de direção da seção regional do MST, pois se imaginava que haveria de serem os próprios acampados em processo de formação política que viriam a assumir tais funções. Alguns integrantes do UP já sabiam desses questionamentos, sentiam a tensão das polêmicas dentro do acampamento Elizabeth Teixeira e do Assentamento Milton Santos, em razão das nossas intervenções naquele espaço.



Classe, “basismo” e hierarquia: conflitos entre *praxis*

O coletivo UP tinha uma grande preocupação com o tipo de relações que estava tecendo com os sem terra. A forma mais adequada era objeto de muita polêmica. A frente de comunicação questionava se o coletivo estava no espaço dos sem terra como um grupo de militantes ou de assistencialistas. Ao que os demais membros retorquiam com a questão da classe a qual nós pertencíamos. Para uma parte do UP, incluindo aqueles de tendência libertária que travavam um forte debate com a frente de comunicação, era evidente que as decisões concernentes aos acampamentos e assentamentos não poderiam ser nossas e sim da base do MST.

A preocupação colocada sobre a questão de classe era especialmente relevante para aqueles que já se orientavam por uma linha claramente freireana. Eles acreditavam na educação popular e na luta feita de maneira pontual como apoio à resistência naquela comunidade.

Para a frente de comunicação o basismo era um erro no qual o coletivo UP deixava de assumir a responsabilidade pelos rumos políticos concernidos à luta social pela terra com a qual se envolvera. Mas para o resto do UP não assumir o papel de líderes, incumbidos de fazer formação política tradicional (de formação de quadros), era uma escolha coerente com a intenção da educação popular. Eles acreditavam que aprender daquela maneira junto com a base através do Movimento Sem Terra fazia mais sentido para a prática numa linha de educação popular do que ser liderança numa linha vanguardista¹³.

Outro tema permanente dentro do coletivo UP era o da hierarquia do MST. Isso era muito falado, pois os integrantes que trabalhavam com a base sentiam o quanto ela estava sem informações, desde a questão das informações jurídicas sobre a área ocupada até as questões políticas do Movimento. Em vários momentos, inclusive na frente da EJA, os integrantes do Universidade Popular eram chamados pela base do acampamento para fazer formação política, pois criticavam a coordenação local do Movimento. Se por um lado era evidente que se tratava também de um problema de relações pessoais, onde acampados se indispunham com a coordenação do acampamento e com os dirigentes regionais, havia o argumento de que o

¹³ A frente de comunicação foi chamada muitas vezes de vanguardista pelos integrantes que acreditavam na educação popular de maneira auto organizativa.



acampamento fora deixado de lado, e que muitas pessoas que viviam naquela comunidade já nem sabiam mais o que era ser um sem terra.

Os integrantes da linha da educação popular escutavam muito a base, mas muitas vezes nas reuniões internas quando se era colocado que fomos chamados para sermos formadores políticos da base dentro do acampamento o debate se dava de uma maneira superficial, talvez porque achássemos que o nosso trabalho da EJA com os círculos de cultura já fosse um trabalho de base. Conquanto reconhecêssemos nossas próprias limitações, entendíamos que a educação popular nos colocava numa relação mais horizontal com a base do Movimento, o que implicava em “formação de base” para ambas as partes do processo educativo. Então, para a maioria de nós, havia a concepção de que éramos aprendizes da luta, estávamos aprendendo com o povo no dia a dia e com o MST.

Para Simone, a organização do MST teoricamente entra em contradição com a forma de pensar a autogestão:

O MST tem a forma organizativa por dirigentes, núcleo de base, enfim a gente era horizontal. Só que a gente tinha que lidar com isso, às vezes a gente queria uma coisa super horizontal, mas chegava lá a gente tinha que falar com o dirigente de tal setor, de tal área, sempre assim. Isso colocava em choque o nosso jeito de fazer, tinha vez que lidava um pouco melhor, reconhecendo que tinha essa coisa de direção, mas às vezes a gente conseguia (...). Usava uma metodologia mais autogestionária, e aí esbarrava na hierarquia do próprio MST, por exemplo, fazia uma reunião das mulheres para decidir o que fazer, as mulheres discutiam, aí vinha o MST e barrava a decisão das mulheres, com a decisão da estadual para dizer o que ia fazer. Aí o nosso trabalho tinha sido só de aparência. Isso era uma coisa dentro do grupo que a gente discutia, tinha gente que ficava mais brabo com isso, mais revoltado e tinha gente que lidava melhor com as instâncias organizativas do MST. (ex-integrante do UP Simone, 9 de agosto, 2016).

O coletivo sempre organizava uma pauta de modo horizontal, respeitando a base do Movimento, respeitando as escolhas da base. Nós colocávamos de maneira clara as questões em jogo para que eles pudessem decidir determinadas ações que íamos fazer em conjunto. Mas o Movimento trazia resoluções de cima para baixo, eram sempre as lideranças que



escolhiam e diziam como deveria ser. Isso causava um transtorno enorme para aqueles do UP que acreditavam na autogestão.

Conclusão

Vimos que as propostas do UP por vezes colidiam com propostas do MST. Acreditamos que a dificuldade em obter consenso tinha a ver também com a diferença de efetiva proximidade com a realidade local. Apesar de não morarmos dentro do acampamento a nossa relação com as pessoas em seu território era mais intensa, estávamos presentes em quase tudo, desde os mutirões a processos de formações da educação popular, de escrita de jornais, formação agroecológica etc.

Isso nos remete a pensar sobre a militância na dimensão do cotidiano. Encontramos em Calado (1997) importante discussão a esse respeito:

O "cotidiano", enquanto categoria - e a exemplo de tantas outras - tem sido objeto de diferentes abordagens, de acordo com as perspectivas teórico-metodológicas que as orientam. Uns acentuam mais sua dimensão psico-social, enquanto outros tratam de enfatizar aspectos mais diretamente sociológicos. Uns e outros, ao acentuarem traços diferentes observáveis nas relações do cotidiano, não o fazem apenas sob o olhar específico do seu domínio preferido: também se deixam impregnar de diferentes visões de mundo. (CALADO, pág. 06, 1997).

Com relação ao pensamento do autor sobre o cotidiano, a prática do coletivo UP se deu das duas maneiras, tanto pela dimensão psicossocial como pelo aspecto sociológico. Os grupos do coletivo procuraram atentar para esses dois fatores, desenvolvendo suas metodologias estratégicas para entender a realidade do povo. Com isso, as teorias vão sendo entrelaçadas com as suas respectivas práticas, tendo em vista as relações *humanas/sociais* envolvidas com o trabalho dos populares. O autor ainda se refere ao cotidiano como um envolvimento de situações e experiências que perpassam a nossa maneira de *jeitos/modos* de *gerir/articular*, que fazem ressignificar as nossas ações, as expressões do nosso corpo, a nossa subjetividade, passamos a ter outras potencialidades a partir da nossa tomada educadores de consciência diante dos *limites/sombras/misérias* que encontramos com os acampados. O nosso cotidiano passa a ter outras vestes, ou seja, estamos sendo também modificados, transformados diante



das relações, aprendendo a entender a ética dentro das relações pessoais nas situações de conflitos. Então para nós é evidente que o coletivo Universidade Popular se transformara nesse cotidiano vasto de sensações, emoções e conflitos.

A experiência do coletivo UP se constrói em uma multiplicidade de situações imersas no cotidiano. Podemos destacar dois pontos dessa experiência: o primeiro é o amadurecimento intelectual (teoria e prática) do coletivo UP, potencializando a sua capacidade de lidar com as diferenças dentro e fora do próprio coletivo, transformando-se estudantes em militantes dentro de um dos maiores movimentos sociais do mundo.

Uma coisa interessante é pensar que essas divergências não foram para além do espaço do coletivo, não eram levadas para os espaços do MST, pois eles sabiam que isso não poderia acontecer, e nisso o coletivo se mostrou muito maduro.

O segundo ponto é que o coletivo conseguiu trabalhar dentro dessa diversidade com o MST, ele teve um crescimento de conscientização de como trabalhar em coletivo e com o povo. Com essa singularidade os dois grupos do UP cresceram juntos, amadureceram e não deixaram de lutar junto com os sem terra.

Graças a essa maturidade conquistada ele conseguiu desempenhar de forma séria o seu trabalho. Isso foi decisivo para o êxito do trabalho do coletivo e para as lutas realizadas durante o período de divergências¹⁴.

Referências

- CALADO. Alder Julio Ferreira. **Ensaio de Passos de Uma Utopia Libertadora**: o cotidiano como oficina de tecelagem. João Pessoa, PB. COLETIVO UNIVERSIDADE POPULAR (Org.). **Na autonomia do povo, o poder popular**: experiências com Educação Popular no acampamento Elizabeth Teixeira. Campinas, 2013.
- CARIBÉ, Daniel. **Ensaio para uma universidade popular**. Disponível em <http://gtup.files.wordpress.com/2010/06/univesidade-popular.pdf>, acessado fevereiro, agosto 2017.

¹⁴ O coletivo UP se desfez em 2015. Atualmente temos ex-membros do UP atuando em movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).



- HILSENBECK Alex. Assentamento Milton Santos: uma luta – por fora e por dentro – da esquerda para garantia do território (1ª parte). **Revista: Passa Palavra** <http://passapalavra.info/2014/05/95285>
- MELO, Ana Paula Ferreira de et al. **Na Autonomia do Povo o Poder Popular: experiência com educação popular no acampamento Elizabeth Teixeira.**
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio. Entrevista. In: **Revista Carta Capital**, 12 de janeiro de 2011.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, política e sindicalismo.** São Paulo: Cortez, 1990.

Recebido em 07 jun. 2021 | aceite em 20 jul. 2021.



Texto para Discussão



Resumen

El artículo aspira a que, por medio de una polémica fraterna con un trabajo del Profesor Doctor Marcelo Doti, se posea una perspectiva renovada acerca de Karl Heinrich Mordejái Marx Levy. Dentro de esa tentativa, sugerimos que hay que diferenciar entre lo que escribió Marx, entre lo que dijo sobre Karl su amigo Engels y lo que hicieron de ambos, los diversos y múltiples marxismos. Proponemos entonces, que no existe Sistema en el nieto del rabino Levy, que sus investigaciones son abiertas, que su materialismo es uno complejo y no gnoseológico ni ontológico. Que insiste una Dialéctica del Clinamen, la que es una interacción "menor" del Desvío y de la Incertidumbre, opuesta a la Dialéctica Molar, Mayor, Metafísica de Hegel, que hay nueve o más planos de abstracción en los estudios de "Karlchen", que el retroimpacto de la base y de la superestructura sigue vigente en sociedades como la capitalista, entre otros numerosos tópicos.

Palabras clave: Clinamen; incertidumbre; materialismo complejo.

¹ Este artículo es una respuesta al texto de discusión "El grado cero de civilización aún no es barbarie: es peor" de Marcelo M. Doti, publicado en el tercer número de Revista Fim do Mundo. Cf. <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n03.p227-244>.

² Licenciado en Historia por la Universidad Nacional de Salta, provincia de Salta, Argentina, con Summa Cum Laude, en la Carrera de Historia de la Facultad de Humanidades. Es por igual, Doctor en Humanidades por idéntica institución y es especialista en múltiples campos del saber. En la actualidad, es investigador del Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | albertonascimento616@gmail.com



Resumo

O artigo aspira que, por meio de uma polêmica fraterna com um trabalho do professor doutor Marcelo Doti, há uma perspectiva renovada em Karl Heinrich Mordechai Marx Levy. Dentro desta tentativa, sugerimos que é preciso diferenciar entre o que Marx escreveu, entre o que seu amigo Engels disse sobre Karl e o que se fez de ambos, os diversos e múltiplos marxismos. Propomos então, que não há Sistema no neto do Rabino Levy, que suas investigações estão abertas, que seu materialismo é um complexo e não gnoseológico ou ontológico. Que insiste em uma dialética do Clinâmen, que é uma interação "menor" do Desvio e da Incerteza, em oposição à Dialética Molar, Principal, Metafísica de Hegel, em que existem nove ou mais planos de abstração nos estudos de "Karlchen", que o impacto nas costas da base e da superestrutura ainda está em vigor em sociedades como a capitalista, entre muitos outros tópicos.

Palavras-chave: Clinâmen; incerteza; materialismo complexo.

Abstract

The article aspires to, through a fraternal polemic with a work by Professor Doctor Marcelo Doti, a renewed perspective is possessed on Karl Heinrich Mordechai Marx Levy. Within this attempt, we suggest that you have to differentiate between what Marx wrote, between what his friend Engels said about Karl, and what that made of both, the diverse and multiple Marxisms. We propose then, that there is no System in Rabbi Levy's grandson, that his investigations are open, that his materialism is complex and not gnoseological or ontological. That a Dialectic of Clinamen insists, which is a "minor" interaction of Deviation and Uncertainty, as opposed to Hegel's Molar, Major, Metaphysical Dialectic, that there are nine or more planes of abstraction in the studies of "Karlchen", that the back-impact of the base and the superstructure continues in force in societies such as the capitalist one, among numerous other topics.

Keywords: Clinamen; uncertainty; complex materialism.

Glosas marginales a un Heinrich recargado

Este artículo aflora motivado como una sugerencia de replanteo alrededor de "Karell", a manera de un Heinrich posible. Lo que a su vez tiene su origen en que el Prof. Dr. Marcelo Doti, en su artículo "Grau zero da civilização não é ainda barbárie: é pior", difundido por esta misma Revista, anuncia que él dejó de ser marxista, desesperanza de la cual inferimos que para él es casi imposible la liberación de los atareados manuales, acaso por ser ellos cómplices de su propia dominación, y que ahora las batallas y análisis son, de acuerdo a lo que sí proclama, culturales. Además, el Dr. Marcelo se opone al *Materialismo Histórico*.



De lo muy apretadamente sintetizado, se aprecia que en la propuesta de Doti aflora, a través de ciertos puntos de partida que asume el Dr. Marcelo, un Levy al que desearíamos contraponerle otro Marx.

Podemos comenzar delineando que el autor que glosamos, no explicita con claridad algunos de aquellos mojonos de arranque, sino que procede dándolos por sabidos, por entendidos, por supuestos y por presupuestos, por lo cual asume tesis que no demuestra, haciendo como si estuvieran suficientemente argumentadas. Así, al decir de cierto Pierre Bourdieu, establece en calidad de tesis, enunciados no téticos y no respaldados.

En otros puntos de partida en relación con el nacido en Trier, es más explícito. Esa es la situación con su parecer en conexión con la retroinfluencia entre base y superestructura, o con respecto al "Materializm Historyczny" (Materialismo Histórico).

Lo primero que habría que adelantar, es que a partir de los resultados que se desprenden de la MEGA2, que es la edición que aspira a ser integral y exhaustiva de los escritos de Marx, lo que fue difundido acerca de Heinrich, lo que fue publicado desde su deceso hasta 2021 y que pudiera ser adjudicado a Karl..., dio una muy inexacta sensación de que había un pensamiento acotado, formulado, definido, con *bordes nítidos*, que podría atribuirse a Marx. Dio la impresión de que en "Karell"³, había un Pensamiento (מַשְׁבֵּה מַי – "Maj.asheveh"), Un sistema, Un pensamiento *und ein System* (y un Sistema).

No parece ser de esta guisa, en absoluto. Lo publicado en vida de Mordejái, es una ínfima porción de ese gigantesco corpus de fuentes que la MEGA2 se propone divulgar por primera vez, de forma global.

Por otro lado, lo publicado por el mismo nieto del rabino Levy, fue en incontables ocasiones, revisado, vuelto a plantear, enriquecido y a veces, hasta abandonado, según lo que asoma en el resto de los escritos que la MEGA2 anhela difundir.

En simultáneo, en esos otros testigos, existen líneas de pesquisa que son inéditas en comparación con lo que se tiene asumido por "propio" de Marx y con lo que sería lo más *representativo* de su firma, de su estilo, de su

³ Para *driblar* las redundancias, emplearemos diversas formas de mencionar a Engels y a su hermano de luchas.



sello. E. g., “exempli gratia”⁴, la edición sin las intervenciones de *Friedrichen*, del volumen III de *El capital*⁵, parecen indicar que en Karell no habría ni una “*θεωρία*”, ni una hipótesis de la caída de la tasa de beneficio, sino a lo más una conjetura o una sospecha⁶. Para Michael, la injerencia de Engels en la publicación del tomo III, dio la pésima impresión de que los asertos conjeturales, especulativos de Heinrich acerca de la declinación de la cuota de ganancia, eran una teoría y una hipótesis.

Como coda marginal y concediendo que lo que pincela Michael fuera positivo, cabe anticipar que el hecho probable de que los enunciados de Marx alrededor de la caída de la tasa de lucro, sean conjeturales, no impide que podamos afanarnos en la elaboración de nociones con el estatuto de una hipótesis. En uno de mis libros parcialmente acondicionados para una eventual publicación⁷, obra que fue divulgada en su momento por Internet..., sostengo que una de las cuestiones que están en juego en la declinación de la cuota de lucro, es una concepción entrópica del movimiento agitado del capital, entropía que implica que no toda la plusvalía puede ser convertida⁸ en ganancia. Por este acontecimiento, hay que introducir elementos de incertidumbre⁹ en la fórmula original de Mordejái. Y últimamente, di con la idea de que la curva que grafica la caída de la tasa de beneficio, podría ser similar a la curva multifractal¹⁰ de un electrocardiograma¹¹ o a una curva multifractal de otra índole aunque análoga y por ende, la ecuación¹² tendría

⁴ En un antiguo referato que desaprobó mi artículo de la época en que fue escrito, los evaluadores llegaron a preguntarse por el significado de esas y de otras abreviaciones que debieran ser de sobra conocidas por los que se asumen sabios en sus funciones de árbitros, roles que aprovechan para censurar las posiciones que no son de su agrado.

⁵ MARX LEVY, 2014, edición de los tres volúmenes juntos de más de 2400 páginas, afincada en los manuscritos originales.

⁶ Esta es la postura de Michael Heinrich (“clickar” la palestra en <https://www.youtube.com/watch?v=Nu22pPgs8Mo&t=145s>), la cual es rechazada por Andrew Kliman.

⁷ LÓPEZ, 2017a.

⁸ LÓPEZ, 2014a.

⁹ LÓPEZ, 2016a.

¹⁰ MANDELROT, 1997.

¹¹ AGUILAR MOLINA, 2015.

¹² Los que como Sweezy, confundido con marxista, cuando en el fondo no lo era..., buscan socavar a Heinrich en sus intuiciones acerca de los precios, alrededor de la interacción entre monopolios, competencia y oligopolio, etc., se equivocan y



que ser alterada para albergar esta intuición, aunque no en la dirección de un sobreestimado¹³ Sraffa y de los hipervalorados esraffianos.

Como fuere, lo que deseamos cincelar es que, si bien no estamos impedidos de proseguir las investigaciones de Marx más allá de donde él las llevó..., eso no tiene que cegarnos para vislumbrar que tal vez podría argumentarse, como lo pincela Michael Heinrich, que Karl no elaboró el concepto de la declinación de la cuota de ganancia, a manera de una teoría o como una hipótesis, sino en calidad de una especulación esquemática y provisoria. En cualquier circunstancia, no habría que dar por sentado que Marx edificó una teoría o una hipótesis alrededor de la caída de la tasa de beneficio, sino que habría que darse a la faena de demostrar que eso fue así¹⁴ o que no lo fue. Mas, el debate en torno al estatuto del clinamen de la cuota de lucro es un caso entre miles.

A lo anterior, se agrega que las discusiones que Levy entablaba con otros, de la estatura de Proudhon, de Vogt o de Bakunin, ocasionaba que en Karell se inauguraran otras líneas de pesquisa, que se dejaran de lado otras que había comenzado o que se enriquecieran otras de larga data. F. i., en la aburrida, extensa y mala obra sobre Vogt¹⁵, Marx enuncia perlas acerca de innumerables isotopías. De lo que adelanta¹⁶ en las pp. 130 y 317, se puede destilar que las revoluciones, en algunas circunstancias, pueden estropear las cosas en lugar de mejorarlas.

A partir del comentario de pp. 198/200 que Heinrich efectúa sobre la emancipación de los siervos en la Rusia de Alejandro II, puede elaborarse que no siempre lo que parece ser condicionado por vectores económicos, es realmente impactado sólo por esos factores. En la liberación de los siervos en Rusia, hubo un cúmulo de elementos en interacción compleja, actuando en

conducen a la teoría crítica marxista, que no es la frankfurtiana (la cual no es deconstructiva para nada), a callejones sin salida.

¹³ LÓPEZ, 2012.

¹⁴ Concordamos con Kliman en que sí existe una teoría sobre la caída de la tasa de beneficio en Mordejái, y que no es ni una hipótesis, ni una conjetura, ni algo provisional.

¹⁵ MARX LEVY, 1977.

¹⁶ El sepultado en 1883, adopta el juicio de un tercero, puesto que no objeta esa opinión..., acerca de los inconvenientes que pueden suscitar los sacudones en la Historia:

"... [Una] revolución [puede] arruinar todo lo que se le [venga] en gana." – "... [Eine] Revolution [kann] alles ruinieren, [was] Sie wollen" (MARX, 1977, p. 137).



la *longue durée*¹⁷. Es oportuno retener este pasaje, a causa de lo que se polemizará alrededor de la dialéctica entre “bázis” y superestructura, desestimada sin argumentaciones por Doti.

En definitiva y a partir de la MEGA2, no hay en Marx ni un *pensamiento orgánico*, ni un Sistema y quedará mucho, mucho para ser re examinado, cuando la MEGA2 concluya. Aun cuando creemos que la cuota de ganancia es una teoría, lo que habita en Karell es una constelación de especulaciones, de rupturas¹⁸, de reformulaciones, de conjeturas, de continuidades, pero casi todas en estado de bosquejo provisional. Este Mordejái es muy diferente del editado por Engels, el cual sí aflora orgánico, sistemático, etc., y es el que fue transmitido a los marxismos y es el que acabó feamente estandarizado.

Desembraguemos. El artículo que apostillamos, no se refiere todo él al nieto de Levy; nuestro comentario, sí. No obstante, el artículo culturalista del Dr. Marcelo, enuncia algunos asuntos sobre Marx y es esto lo que discutimos, para lo cual debimos guiar una panorámica de lo que concebimos en torno al sepultado en Londres.

Habiendo presentado lo que puede deducirse de los resultados de la MEGA2, pasemos a tallar que hay que distinguir entre Karell, Friedrichen y los infinitos usos y abusos que se concretaron de Marx, usos que dieron origen a los variados y desbalanceados¹⁹ *marxismes*.

En este punto, nuestra apreciación es extrema y radical. Los marxismos han sido una espantosa simplificación²⁰ de Heinrich, incluso en gente como Korsch, Sánchez Vázquez, Lukács, Theotônio dos Santos, Bensaïd, Dussel, Mészáros, Maxi Nieto, Löwy, Iñigo Carrera, entre miles de otros. A tales intérpretes de Mordejái hay que conocerlos, mas, a la hora de acercarse al nacido en Tréveris, es necesario hacer tabla rasa y dejar de lado

¹⁷ “... Alejandro II ... dio un paso más en la política practicada durante siglo y medio por sus antepasados ...” [“... seit anderthalb Jahrhunderten ...” –lo destacado es nuestro (MARX, 1977, p. 200)].

¹⁸ HEINRICH, 2018.

¹⁹ Existen reaccionarios disfrazados, como en el caso de los integrantes del mal denominado *marxismo analítico*, que no es ni “mark’sistakan”, ni analítico, y que vomitan atrocidades en desmedro de Karell, cautivando a los que se seducen con volteretas.

²⁰ CHAVEZ DÍAZ, 2010.



a t o d a la tradición marxista, de la A a la Z, por demasiado poco²¹ sutil en comparación con Marx y con lo que hoy, en 2021, podemos expresar de él por él, desde y a través de su firma, desde los barcos en que navegó, con o sin barba, lejos o cerca de la Muerte, de ese olvido dulce, que provoca menos espanto y perplejidad que la vida.

En cuanto a Engels, él detenta aspectos muy luminosos y disparadores, por lo que no hay que despreciarlo como un sencillo segundo violín desafinado. Para comenzar, sin Friedrichen no habría habido *Марксизмы* –“Marksizmy”... Y no únicamente porque ayudó a vivir a su entrañable amigo o porque contribuyó en cientos de ocasiones, con Temas, Objetos y Problemas que Levy se apropiaba como suyos, sino porque Engels volvió marxista²² a Marx, si pudiera delinarse esta enormidad. V. g., fue la lectura del famoso “Boceto...” de Friedrichen²³, lo que sacó a Karell fuera de sus ejes jovenhegelianos y lo sumergió de lleno en las cuestiones terrenales de la Economía.

Sin embargo y a pesar de lo indicado, es impostergable separar a Heinrich de su amigo. No sólo en virtud de que Karell es más intrincado que Engels, sino por mero rigor analítico. Nosotros pues, nos dedicaremos a Marx, casi sin alusiones a Friedrichen.

El materialismo de Karell y “su” *dialekt'ik'a*

Realizadas las aclaraciones, digamos que uno de los mojones de arranque de Doti es que asume indistinguibles a Heinrich, a Engels y a los múltiples marxismos.

En dos isotopías, esto es particularmente delicado. En la primera, al no diferenciarse suficientemente a Marx de Friedrichen, se imputa al primero lo que es propio de Engels. Es lo que sucede con el tema desgastado de que la economía es La Causa en la historia, en lo social, en la cultura y en la Historia.

²¹ Esos “Marksizmder” (marxismos) mal comprendieron la *dialektik* en Levy, su “materyalism”, la concepción de la Historia, la narración de la *secuencia* de los modos de producción, la revolución socialista, la teoría de los precios, la hipótesis de una génesis del tiempo, la teoría de las clases*, entre otros asuntos.

* Apostamos porque en el expulsado de Bélgica, hay una hipótesis de diversos sectores sociales que integran “grupos”, en los cuales están zurcidas las clases.

²² LÓPEZ, 2014c.

²³ ENGELS, 1981.



Empero, aquí habrá que deslindar a un Friedrich estimulante de otro más simple.

En el segundo asunto, al no escindirse con nitidez a Karell de los infinitos “marxizmusok”, la inexacta interpretación de la *dialectica*²⁴ entre “Basis” e hiperestructura como un mecanicismo brutal²⁵, que es propio de la mayoría de aquellos *μαρξισμούς* (marxismos)..., acaba por ser injustamente adjudicada al enojado con los Bauer.

Sobre esas dos isotopías, regresaremos más adelante; presentamos el caso para graficar lo que implica no distinguir entre Marx, Friedrich y los “Марксизми” (*Marksizmi*).

Uno de los ejes que convendría haber abordado, es lo del remanido materialismo²⁶ de Heinrich, lo cual no concreta el Dr. Marcelo. No es una deficiencia, sino acaso lo que convendría haber tematizado.

Empero, es plausible que la mirada lineal de Doti en torno al estatuto de la economía y sobre la dinámica de la retroinfluencia²⁷ entre “base” y sobreestructura, esté asociada con un entendimiento clásico, por parte del Dr. Marcelo, del materialismo en el enemistado con Bakunin.

Para nosotros, el *materializŭm* de Karell, no tiene que ver con la primacía de la “Materie” y de lo material sobre lo que no lo es. Eso es el “marxismo”²⁸ político leninista, desde Ilich a Gramsci...

Ya en su Tesis Doctoral, acerca de la que difundimos un comentario²⁹ que se apoyaba en unas glosas de 1995, Levy advertía que la noción de la *matière* en calidad de un sustrato fundamental, corre el riesgo de travestir la “*материя*” en un concepto y por ende, en una abstracción y en un Idealismo. De ahí lo profundamente errado del intento de Uliánov de cimentar el materialismo.

El *υλισμός* (materialismo) de Karell tampoco es económico o economicista. No es filosófico, en la medida en que Heinrich quiso evitar que

²⁴ LÓPEZ, 2017b.

²⁵ LÓPEZ, 2016b.

²⁶ LÓPEZ, 2014c.

²⁷ Acudimos a esos lexemas que los empujamos a ser sinónimos de “דיאלקטיקה – *dýpłektíyko*”, para esquivar las redundancias aunque, para algunos, podamos caer en imprecisiones.

²⁸ El denominado “marxismo” leninista en sus múltiples vertientes (Vlódimir, Trotski, Stalin, Mao, Gramsci, Althusser, entre otros), no es considerado marxista por nosotros, pero acá no lo podemos especificar. No obstante, hacemos la concesión en aras de la claridad expositiva.

²⁹ LÓPEZ, 2010a.



hubiera "Philosophie" en él, dado que la consideraba una mala ideología. No es un *Materialismo Histórico*³⁰, al que no únicamente no formuló jamás como tal, en cuya no instrumentación coincidió asimismo Engels..., sino que el "материализм" plural de Levy no se reduce a las causas materiales actuando en los procesos humanos.

Como primera aproximación, habiendo despejado lo que ese *Materialismus* no es, puede decirse que el "חַקְרָנוּת -jòmərənūt (materialismo)" de Karell es un *réalisme scientifique*, en el sentido de emplear los mecanismos discursivos de las ciencias, sus procedimientos, para enfocar los procesos sociales. Es un realismo no metafísico para el estudio de la Historia y no es un "υλισμός gnoseológico", en el sentido de una fe en la materia, en lo material y en la verdad³¹.

Hay que concretar otra desaceleración.

La hamaca científica en la que se acomoda Mordejái, no lo conduce al positivismo, ni a una fidelidad incondicional hacia las *Wissenschaften*. De ellas, desconfiaba bastante, así como de los "scientifiques", dado que las ciencias eran serviciales con el capital y en virtud de que los científicos desarrollaban el capitalismo. Heinrich fue un crítico revolucionario, un satírico y hasta un notable escritor. No fue historiador, ni economista, ni filósofo, ni antropólogo, ni sociólogo.

En virtud de que el Moro estima lo incierto, el azar, lo indeterminado, lo que aparece de golpe, tal cual puede apreciarse en su Tesis Doctoral alrededor del clinamen, el *materializmas* de Karl es un "materialistis" de lo aleatorio y de lo *indeterminatu* e indeterminista.

La otra amortiguación consiste en que hay que diferenciar planos de razonamiento en el modo de discurrir de Levy, aunque semejante aserto no pueda ser justificado en el contexto de estas débiles apostillas.

³⁰ En nuestra Tesis de Doctorado, tuvimos que pactar de mala gana con aquellos lexemas, para eludir la pésima disposición del Jurado que –mal–entendió en la evaluación de esa pesquisa, a la que buscaron desaprobar... Empero, al interior de la Tesis misma, dejamos suficientes indicios de que nos apartábamos de lo que se comprendía por *Materialismo Histórico* y en escritos posteriores a 2006, desmantelamos los significantes imperiales en la tarima.

³¹ Tampoco es plausible justificar lo adelantado, pero lo publicamos para que no se enturbie el *materijalizam* no filosófico de Karell, con un materialismo ontológico y gnoseológico, de la altura del que esgrimió Lukács.



Por un lado, figuran³² los instantes de la dialéctica menor que va de la praxis a la teoría³³, momentos que se diferencian entre sí.

De esa suerte, obtenemos la Crítica (1), la que está allende el proceder de las “Wissenschaften”. Por el otro, se encuentran los protocolos científicos –2–, que es lo que emplea Marx, aunque sin hacer ninguna ciencia en especial. Ubicamos por igual, el registro de las glosas sistemáticas que se plasman en cuadernos de notas (3), lo cual seguía en Karl una estrategia específica. Encontramos los diagnósticos políticos –4. Está el nivel de las preferencias subjetivas (5), como el de las valoraciones estéticas, el de las opciones vitales, etc. Asoman el hojaldre de la praxis política insurgente –5–, el de la postcrítica (6), el de los aforismos³⁴ al estilo de las apostillas a Feuerbach –7–, el nivel de las metáforas literarias (8) y el de la pos ciencia –9. Esas nueve maneras de argumentar, no son idénticas y se refieren a disímiles ámbitos objetuales, a diferentes problemas, a distintas isotopías.

Entonces, el *materializŭm* del amado por Lenchen es uno que es un realismo científico, que no es ontológico y que supone una diferenciación epistemológica entre desiguales formas de razonar. Esto no es demostrado explícitamente por Marx, pero puede inferirse de su práctica, de su escritura, de sus textos.

A causa de que él, adelantándose a Althusser, sostiene que cada práctica social es una manera de significar lo social, el “matérialisme” de Levy puede ser concebido como un materialismo semiótico, en el aspecto no metafórico de que los signos son concretos y en tanto poseen impactos materiales en la existencia de los agentes.

Es un *materializm semiótico* también, porque la categoría no es el objeto; es lo que se destila en el “Prólogo”³⁵ de 1858 a los *Grundrisse*.

Es un materialismo “vital”, en el sentido de que lo que Marx anhela es un estado de existencia en el que los hombres sean libres de los impactos de los vectores económicos, de los componentes ideológicos, de los factores

³² LÓPEZ, 2010b.

³³ El momento complementario, es el de la interacción suave que va de la teoría a la praxis, dialéctica que se convierte en una interacción de la liberación, y en la cual hay que ir de la revolución continua al anarquismo permanente, y de la anarquía constante a la rebelión permanente, para eludir estructuras edipizantes, castradoras y autoritarias como los partidos políticos, sean estos de derecha o de izquierda y sean burgueses o de leninismo de vanguardia.

³⁴ Es un recurso que el nacido en Tréveris, no abandona ni en su madurez.

³⁵ MARX LEVY, 1971, 2011d.



políticos, etc., en suma, de lo que los limitan y de lo que está más allá de sus potencialidades.

Por lo anterior, es un *материализм complejo, estético* y que responde al Paradigma de la Complejidad³⁶, siendo Heinrich uno de los que gestaron el citado Paradigma, al contrario de lo que esgrime, en incontables pasajes de sus obras, ese snob intelectual que es Morin, antiguo estalinista recalcitrante.

Tal vez si Doti hubiera abordado el estatuto del materialismo en el co fundador de la *Internacional*, se hubiera explicitado con mayor claridad que su interpretación de la incidencia de la economía en los procesos, y que su intelección de la dialéctica entre "Basis" y superestructura, son comprensiones triviales y atrapadas en lo que esloganizaron los *marksizmy*, los anti marxismos y la postmodernidad, sin haber podido huir de esas significaciones epocales. O quizá se hubiera percatado de que, si asimilaba el *materijalizam* de Karell como un "materialismo" abierto, se puede entender de otra forma el impacto de la economía en la historia, y la dinámica de la interacción entre "βάση" y sobreestructura.

Otro aspecto que acaso le convendría haber discutido al Dr. Marcelo, es el de la dialéctica en Marx. Si uno repite lo que se dijo hasta el bostezo..., no se saca gran cosa de un tema devaluado en esos parques jurásicos que son las universidades, en las que no sobreviven los que son realmente más capacitados, sino los que responden a alguno de los endogrupos de turno, de accionar mafioso y gangsteril, que trafican influencias, y que *rankean* a los que hacen carrera en la Burocracia de "institutos" que no suscitan efectos y afectos en la tenue existencia de nadie...

Al respecto, nosotros, a partir de la Tesis de Doctorado de Heinrich, concluimos que la interacción que él asumirá, no será tanto la Dialéctica Mayor, Molar, que podría ser endosada a cierto Hegel, sino la *Dialectică Menor*, Grupuscular, de Epicuro y Lucrecio.

Para algunos, como el periodista cultural Nicolás González Varela, con quien tuvimos unos penosos intercambios entre Noviembre de 2019 y Marzo de 2020, alrededor de esa isotopía y acerca de mi perspectiva sobre Marx..., es un desatino sostener que la interacción en Karell puede interpretarse con una delirante "Dÿælektÿykeh del Clinamen", que provendría de Epicuro y de Lucrecio, tentativa que casi la despreció de vil y pos moderna. Nosotros

³⁶ GARCÍA, 2006 (aunque es un libro interesante, es demasiado positivista y científicista...).



votamos por que tal criterio no es una arbitrariedad, ni es algo postmoderno y confiamos en que puede justificarse con el análisis puntilloso de los escritos de Heinrich. Por ende, concediendo demostrado que esto es una posibilidad con visos de realidad..., la interacción en Marx sería entonces, una *Dialekt'ik'a de la Incertidumbre*, dado que el clinamen supone la aparición de lo imprevisible³⁷.

No queda en ello la interpretación de la "dialectique" en Karel, sino que alcanza a los instantes por los que aquella interacción palpita, a los cuales modifica. Y esto, más que Heinrich mismo, ya es mi propia sugerencia.

Por los constreñimientos de espacio, no puedo ser más detallado y no me queda otro recurso que decir que habría dos grandes Series Dialécticas. En la Primera, tendríamos una *Vitalosfera*³⁸, un "fuera de lo dicho", una Ceroidad³⁹, una Primicidad o Afirmación, y una Segundidad o Atesis. Una Terceridad, Afirmación, Tesis, Construcción y Posición; una Cuarticidad o Negación, Deconstrucción y Oposición; una Quintidad⁴⁰ o Doble Negación, Reconstrucción, Composición y Deriva. Una Sexteridad o Clinamen y una Septidad o Diseminación.

La Octeridad sería la Segunda Cericidad de la Segunda Serie, Serie que reiteraría los momentos en lid.

Por descontado, la *διαλεκτική* no es un Método⁴¹ y no existe "metodë" dialéctico.

Como fuere, la interacción en Marx, entendida como una Dialéctica Menor del Desvío, sería una interacción más productiva, compleja, estimulante, disparadora, etc., que la tradicional atribuida a Wilhelm (nos expresamos así, porque existen los que niegan que Hegel haya formulado dialéctica alguna –es el caso del chileno Pérez Soto⁴²).

En consecuencia, si el *материализм* de Karel es un materialismo sutil e intrincado, y si la "dialektika" en él es una que no es una Dialéctica Mayor,

³⁷ Sería ineludible distinguir entre *caos*, "desorden", *azar*, "probabilidad", *incertidumbre*, "contingencia", entre otras nociones que no podemos desgranar en esta propuesta.

³⁸ LÓPEZ, 2016b.

³⁹ Seguimos a determinado Charles Sanders Peirce, de quien hilvanamos algunos artículos. Por ejemplo, en LÓPEZ, 2017c.

⁴⁰ LÓPEZ, 2015b.

⁴¹ A pesar de la desmesurada defensa del leninista Althusser, ir a FERNANDEZ LIRIA, 2019.

⁴² Puede apreciarse una intervención en <https://www.youtube.com/watch?v=LLjtZcSCw1Y>.



filosófica, metafísica, se poseerían los elementos para poder sospechar de cualquier comprensión de Heinrich que lo haga mecanicista y torpe.

Por lo demás, un entendimiento no vulgar, típicamente marxista y leninista de la interacción en el descendiente del rabino Levy, lo desmarcaría inmediatamente del *Materialismo Dialéctico*, que no es ni materialismo, ni dialéctico, sino una monstruosidad política que incentivó la aparición de la sponsorada Escuela de Frankfurt, de Lyotard, de Castoriadis, de Baudrillard, de Vattimo, de lo más reaccionario en Foucault⁴³, de lo más conservador en Deleuze, del lacanismo inconsecuente de Miller, de la jerga delirante de Guattari, en síntesis, de las infinitas⁴⁴ caras y caretas del Pensamiento Único⁴⁵ en cuanto formación cultural del capitalismo⁴⁶ actual, que no es ni senil⁴⁷, ni tardío, ni de la información, ni pos industrial, ni de la publicidad, ni cibernético, ni de los servicios, ni de los intangibles culturales, ni de los simulacros baudrillardianos, ni de la telecomunicación⁴⁸, ni del mercado totalitario, siendo un "kapitalizm" succionador de plusvalía industrial. Más avanzado que en 1895, *of course*, pero industrial al fin y al cabo. Con propiedad privada, con capital, con labores, con salario, con dinero, con Estado, con mercancías, con precios y con intercambios en la esfera de la circulación.

⁴³ De unas esqueléticas líneas de **La ideología alemana**, se puede filtrar que en las condiciones históricas generales, hay que incluir al cuerpo humano y a sus usos, por lo que es ineludible sumar en esas condiciones universales lo que podríamos denominar como una "somatopolítica", la cual es una *política para la administración de los cuerpos humanos*, "somatopolítica" que se entrelazaría con la anatomopolítica y con la biopolítica, a las que habría que extenderlas más allá de la Época Clásica y, tal vez, para desiguales sociedades de diferentes etapas:

"c. *Condições geológicas, hidrográficas etc. O corpo ...*" ["c. *Geologische, hydrografische Bedingungen usw. Der Körper ...*" –MARX LEVY, 2007, p. 29].

⁴⁴ LÓPEZ, 2014d.

⁴⁵ LÓPEZ, 2015a.

⁴⁶ LÓPEZ, 2014b.

⁴⁷ Por lo que esta colectividad puede dar de sí, acorde a los sorprendentes *Grundrisse...* (MARX LEVY, 2011), es factible que a la comuna burguesa le queden unos 300 años más.

⁴⁸ Y esto, aun cuando yo mismo ideé que el "καπιταλισμός", *kapitalismós*, de la época, es un capitalismo en el cual los mass/media son una "argamasa" que le da cohesión y que contribuye en la disminución de la brusquedad de las crisis –LÓPEZ, 2008.



Una de las cuestiones que demostró el covid⁴⁹, que encubre la debacle secular y cíclica del “מזלֵי־הַיָּמִים”, *kapýtypliyžm*, que se hace eco de la de 1920..., es que los servicios, que impulsaron a los ideólogos de la sociedad de la información y etc., pueden detenerse, pero no la industria, ni la energía, ni la agricultura. La Pandemia hizo evidente que lo Real en el capitalismo, aquello de lo que no se quiere saber, es la producción industrial, energética y agrícologanadera. La plaga argumentó como nadie que existimos en un *capitalismus industrial* y no en esas fantasías teóricas que eclosionaron luego del derrumbe del Muro de Berlín. No respiramos en una colectividad postindustrial, de mera ruleta financiera, de capital ficticio y parasitario, pos estatal, postnacional y pos racial (que se lo anoticien a Floyd...). Es un capitalismo de sometimiento real del trabajo al capital, de alta tecnificación y de hegemonía del plusvalor relativo, estructurado en “cinturones” –centro, semiperiferia y periferia– y en *mundanidades* (Primer Mundo, ... Quinto Mundo –me es imposible desplegar estas nociones en el artículo de la ocasión).

Vinculado con lo adelantado, está el lugar de las faenas en Heinrich. Vuelve a asomar el defecto de homologar a Karell con los “marikisīsitochi”. Fueron los marxismos, los que insistieron obcecadamente en la centralidad del trabajo en el lector de Balzac.

Quisiéramos argumentar que Levy efectúa una constatación: las tareas fueron y son trabajopoder en la historia y en la Historia, en virtud de que mujeres y varones, no controlan democráticamente y en nexos libres de dominio, sus condiciones de existencia. Mas, una colectividad emancipada debiera ser una comuna del fin del trabajo... Habría una estetoesociedad y un estetocomunismo; una estetohistoria, una estetotemporalidad⁵⁰.

⁴⁹ Si no hubiera estallado el covid, la recesión que nos hostiga sería apreciada en calidad de una debacle secular y sistémica. Empero, si la Pandemia cede hacia Noviembre de 2021, puede que el estancamiento de 2020 dure a manera de una crisis análoga a la de 1929 y hasta 2025.

⁵⁰ Puede concebirse de cuando en el volumen II de los *Grundrisse*, el frecuentador del *British Museum*, exclama que las alteraciones científicotecnológicas pueden llevar a que lo sustancial sea el cultivo del Arte y no el trabajo inmediato, necesario, cotidiano:

“... reducción del tiempo de labor imprescindible a un mínimo [para que así exista tiempo] ... para la formación artística ...” –“... Reduzierung der notwendigen Arbeitszeit auf ein Minimum [damit es Zeit gibt] ... für die künstlerische Ausbildung ...” (MARX LEVY, 1976b, p. 229).



Lo que puede todavía dar de sí Heinrich

Otro de los ejes asumidos como tesis por el Dr. Marcelo, es su creencia de que en Marx no pareciera haber instrumentos para un enfoque de la cultura.

Lo precedente, unido a que imagina que Karell postulaba un causacionismo economicista, y empalmado a la crítica que efectúa Doti contra el "binarismo" de la base y de la hiperestructura, le impiden atisbar al Dr. Marcelo que, para determinado Heinrich, para cierto Levy..., un modo de producción en calidad de etapa histórica, es una forma de producción semiósica y por consiguiente, cultural. El régimen del capital es capitalcultura... A lo largo de mi Tesis Doctoral de mil páginas, argumenté *in extenso* lo anunciado.

Como fuere, parecen existir dos maneras, entre otras, de entender la retroinfluencia impugnada por Doti.

La primera, es comprender que se trata de una metáfora, de una licencia en el seno de una reflexión teórica y que es una imagen que puede ser útil para entender que la superestructura es una estructura súper, una base que se duplica. Es una "βάση" exponenciada. Y se trata de un feedback, de que la base recibe los impactos de la hiperestructura y viceversa. No existen ni Causa Inmóvil aquí, ni Causa Primera. Fueron los marxismos obtusángulos, savonarola, los que predicaron esa cuestión torquemada leninista.

La segunda es aceptar que, por más que se trate de una metáfora, es abordada por el lector de Racine, en cuanto noción operativa. Con ese espíritu, puede tematizarse la dialéctica en escena con la vía abierta por Bourdieu. La base es una estructura estructurada y la superestructura es un conglomerado de estructuras que estructuran.

Si concebimos la interacción de esa forma, la sobreestructura como una estructura que estructura es una esfera de semiosis o una semiosfera, en los parámetros de Lúrij Lotman⁵¹. Por ende, el capital ya es un capitalsemiosfera. Y lo mismo aconteció en otras formas de gestación de riqueza. La servidumbre feudal era ya un modo de cultura y de barbarie.

⁵¹ LOTMAN, 1996.



Por lo rápidamente delineado, no se comprende por qué el Dr. Marcelo protesta en desmedro de la categoría de *alienación*, ya que la cultura, la familia, la socialización, la educación, implican enajenación⁵².

Por añadidura, la noción de "alienación" es importante en el Psicoanálisis, tanto en Freud como en Lacan. Doti incurre en una contradicción⁵³ con los principios de uno de los zócalos discursivos en los que se apoya, que es el Psicoanálisis de marcada impronta lacaniana.

⁵² A raíz de que nosotros concebimos que la alienación abarca un campo semántico intrincado y muy, muy complejo, que buscamos desplegar en su multidimensionalidad en un inédito de 1992, es que creemos impostergable diferenciar entre *enajenación* y "extrañamiento", y entre *reificación* y "cosificación".

Esmerilando mucho lo que debiera ser expuesto con parsimonia y aceptando que la categoría de *alienación* alberga otros sememas o sentidos que el que punteamos aquí..., con el horizonte de que se aprecie con nitidez cómo podría deslindarse entre "enajenación" y *extrañamiento*, sería posible enunciar que habría un aspecto de la alienación que la remitiría al displacer, al malestar por sentir que el trabajo es tarea penosa. Este plano de la enajenación, es algo que vincula la alienación con la subjetividad, con la percepción.

Una de las facetas del "extrañamiento" es el de que el trabajo es una labor triste. Lo penoso radica en tener que trabajar; por ello, el socialismo **de** Heinrich supondría un derecho a la vagancia y una jubilación a los cincuenta*, para que el agente posea tiempo para disfrutar la ociosidad.

Por su lado, uno de los costados de la "reificación" es el proceso por el que las cosas y las personas, emergen como terceros poderes incontrolables. La *cosificación* es como si hubiera una "antropomorfización" de los objetos, donde las cosas parecen estar animadas y parecen conservar relaciones humanas entre sí. La reificación es más general que la cosificación, la cual es más acotada.

Por eso, el socialismo **de** Marx es también el fin de la enajenación, del extrañamiento, de la reificación, de la cosificación, de las dialécticas inmanejables, de la economía jorobando la vida de las personas, de los gobiernos haciendo lo mismo, de los intelectuales encerrados en sus úteros de teorías, de la escisión entre "Basis" y sobreestructura, del despotismo del Tiempo.

* Al respecto, existe un cuestionario que hizo el mismo Levy, donde establece lo que apuntamos.

⁵³ Otra incoherencia de ese tipo, lo constituye su rechazo, su denegación, su repudio de Karell y la auto percepción de ser un revolucionario sin barbarie, sin grado cero, sin lo Peor. *However...* ¿se puede ser contestatario, rebelde, crítico, sin Marx?



Idénticamente, el Dr. Marcelo es inconsecuente en su oposición a la categoría *sujeto*, la cual es nodal en el continuador francés de Sigmund. Baste aludir a lo del “sujeto⁵⁴ barrado”...

Por lo demás, el Psicoanálisis de Émile arguye que no es posible el grado cero de nada, puesto que esa especie de *ras del suelo* es lo Real, es lo que no se puede lenguajear. La Física de los agujeros negros demostró lo mismo, en el sentido de que la singularidad, que es lo infinitamente compacto del hoyo negro, no puede ser vista y para analizarla, es impostergable hacer malabarismos⁵⁵ que permitan un enfoque indirecto de lo que ocurre en el agujero negro. Por lo que no existe “grado cero” en la psiquis, en la cultura y en la dinámica del universo.

Por último, hace tiempo, de manera independiente y en co autoría⁵⁶, delinéé que las técnicas y que las tecnologías eran lenguajes. Es una noción que esculpió años antes el mismo Lotman⁵⁷.

¿Implica eso que no se pueda ir allende el “maestro”? De ninguna manera y en primer lugar, porque no existen los maestros. No obstante, hay que deslindar a Mordejái de lo que hicieron de él sus glosadores de manual, los anti marxistas, los reaccionarios, los conservadores, los estructuralistas, los postmodernos y los pos estructuralistas.

⁵⁴ Empero, desde **La ideología alemana**, que en el amado por Demuth, ubicamos los componentes para una crítica deconstructiva de la Filosofía del Sujeto y para un desgajamiento del Sujeto...

⁵⁵ Uno de los aspectos de las investigaciones de Martín Maldacena, quien es un pésimo docente y expositor, es que para conocer lo que ocurre en el interior de un hoyo oscuro, se supone lo que acontece en el horizonte de sucesos del agujero negro, con partículas interactuando a altas energías, equivalentes y superiores a las del CERN.

Para una introducción, puede asistirse a una de las conferencias del físico argentino en <https://www.youtube.com/watch?v=moDmOk05YCc>.

⁵⁶ Uno de tales artículos, es CARRIQUE et al., 2009.

⁵⁷ En el fondo, creemos que un estudio riguroso de la cultura, puede realizarse desde alguna de las vertientes de la “סמייוטיקה”, *Σμνυοτύκη*, entre las que destaca la de Iúrij, antes que con una falsa ciencia como la Sociología* o en lugar de la Antropología.

* Aunque sea excesivo, sopesamos que ni la Economía, ni la Sociología son ciencias.

Es plausible que la “Économie” no lo sea nunca, a raíz de que es un saber que versa alrededor de un Objeto, que es la *ekonomi*, de la que, según cierta interpretación de Heinrich, que es la nuestra, hay que desamarrarse. Y puede que la “Социология”, *Sotsiologiya*, adquiera alguna vez el estatuto que ansía de “ciencia”, si deja de ser un campo de batallas en desmedro de Karell, esto es, si abandona las ideologías en las que se encuentra apresada.



La vigencia de Karell es tal, porque el capitalismo sigue acá y en virtud de que una revolución a lo Marx, no sucedió todavía. Los levantamientos del Siglo XX, fueron insurgencias leninistas y bastante, bastante autoritarias. Heinrich no tiene que ver con lo que ocurrió⁵⁸.

Tampoco puedo demostrar lo que continúa, pero Marx fue anarquista, tal cual lo sospechaba Rubel⁵⁹, que es uno de los poquísimos a los que personalmente rescato de la gigantesca tradición marxista (agrego a Freeman, a Moseley, a Kliman, a Shaikh, a Musto, al Subcomandante Insurgente Marcos, del EZLN, y a Bellamy Foster).

Si lo precedente fuera así, el comunismo de Levy era un *anarcomunismo*⁶⁰. Mas, en el socialismo, en calidad de una presunta primera

⁵⁸ MARX LEVY, 2013, nota 14, p. 55, entre otros locus.

⁵⁹ RUBEL, 2011.

⁶⁰ Se me urgió que respalde casi exhaustivamente esa oración, esa plegaria, mas, en los costados, en los linderos, en los bordes, en las fronteras de un diminuto esbozo, es inviable.

Lo que puedo concretar es sugerir que se piense como revelación de una tendencia anarquista* en Mordejái, que él renegó** del Partido, que estimó la Comuna, que sostuvo que los municipios socialistas serían como átomos epicúreos, entre otras ideas:

puede ocurrir que "... en ciertos límites, las ... esferas de producción se comporten entre sí como lo harían países extranjeros o colectividades comunistas" ["... Innerhalb bestimmter Grenzen, verhalten sich die ... Produktionsbereiche wie fremde Länder oder kommunistische Kollektive zueinander" –MARX LEVY, 1959c, "Capítulo X", p. 134 (lo subrayado es nuestro)–].

El Análisis del Discurso, permite invertir el orden de las palabras para desentrañar equivalencias. Por ende, si las sociedades comunistas habrán de ser a manera de esferas, es que son como municipios locales. Si tales unidades de área reducida son a su vez como si fueran naciones separadas unas de otras, es que esos municipios son como átomos que interactúan conservando su relativa independencia. En consecuencia, los microuniversos socialistas son federaciones anti estatales, de tamaño moderado. Por esta senda, puede concebirse que las colectividades socialistas sean a modo de unidades de anarquía, de átomos epicúreos, para recuperar una imagen de la juventud filosófica de Marx. "Quod demonstrandum erat" (*que era lo que había que argumentar*).

* Lo que practicamos, es que subrayamos de Karell aquello que el "establishment" repele, según sea la circunstancia. F. e., como el leninismo es recalcitrante con respecto al anarquismo, tallamos que Mordejái fue un pensador anarquista y observamos hacia dónde nos conduce lo que enarbolamos.



fase del anarcomunismo..., habría ya bastante anarquismo, a pesar de Bakunin.

La rebelión por el socialismo, no es efectuada por ninguna jomeini vanguardia, ni por ningún Partidoturbante, sino por el pueblo en armas. No se hace con Fuerzas Armadas institucionales.

El Estado es disuelto, como sucedió con la Comuna.

Es suprimido el dinero, se anulan los salarios monetarios, no hay compra-venta de nada.

Tamaña insurgencia no aconteció y las que sucedieron fueron una horrible caricatura de este bello anarquismo.

Puede que Jacques-Marie Émile, tenga algo de razón en su escepticismo, cuando sostiene que los revolucionarios desean un Amo, que todos somos basura, que las montoneras acaban en la peste, que la vida no es muy edificante y que las rebeliones considerables son imposibles, a raíz de que todos estamos bajo el yugo del Significante. Puede ser. Pero... también puede no ser y valdría el esfuerzo en seguir insubordinándose, tal cual lo ilustraron Espartaco y sus gladiadores soñadores. Por Marx, precisamente; para que haya mañana, mañana y asomen colores en este perro mundo de grises y de hombres grises.

Así que llegamos quedamente a este final, a esta errancia, a esta deriva, en la que intentamos proclamar que puede aprovecharse a Heinrich de una forma no soviética, no marxista, no rusista, no occidental, no savonarola leninista, no frankfurtdólatra, no partidócrata, no estadólotra, no metodólatra, no científicista, no simplona/mente, no foucaultdólatra, para que respire un Karl fluido, tercermundista, acuoso, borgiano, molecular, cortazariano, del Sur, jazzero, femenino, piazzolero, oriental, no patriarcalista,

Frente a los anarquistas que defenestran a Heinrich, la actitud no sería la de estar de buenas con el leninismo, sino evitarle a Marx las ventiscas heladas del anarquismo, de ese que se vuelve recalcitrante, conservador, reaccionario, odioso con relación al oriundo de Trier.

** MUSTO publicó que el Karl cercano a su deceso, redactó en Mayo de 1880, en co autoría con varios, entre los que se ubicaba Engels, el Programa del Partido Socialista de Francia. Puede que esto sea interpretable como un giro que contrarió, estando de salida de su vida, su anterior lucidez con respecto a esa estructura desvincijada y previsible, que es el Partido.

Nosotros valoraríamos el Mordejái anterior, el que se alejaba de esa clase de organizaciones. Por ese tipo de inconsecuencias y por lo que nos entrenó a leer el Psicoanálisis..., es que sostenemos que en Levy existe e insiste un Marx y un antiMarx..., tensión que hay que aprender a interpretar.



de estepa, de rizomas, bluesero, feminista, y con el horizonte de que las luchas por otra historia y por otra Historia, no queden en combates de palabras a propósito de palabras, en teorías que se enclaustran monjerilmente para pelear contra otras teorías teorizantes, sino para que las luchas intelectuales, conceptuales, sean una continuación de los combates entre las clases, en pos de una comuna sin clases, con otra cultura, sin malestar, sin angustia, sin órdenes castrantes, sin machismo, sin barbarieS, sin patriarcalismo, sin locos, sin policías, sin cárceles, sin manicomios. Entonces, acaso enmascarados, podríamos exclamar desde lo Otro de la cultura, desde alguna selva, desde una bahía, desde otro cabo o península, *para todos... ¡todo!*

Referencias

- AGUILAR MOLINA, Ana María. **Análisis fractal y multifractal de señales de interlatido cardíaco**. In: 2015, Tesis de Maestría, Instituto Politécnico Nacional, Escuela Superior de Física y Matemáticas, México, en <<https://tesis.ipn.mx/bitstream/handle/123456789/28455/AGUILAR%20MOLINA%20ANA%20MARIA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>.
- Carrique, Amalia et al. **“Los mass/media la lengua la Literatura”**. In: 2009, en <<https://www.eumed.net/rev/ccss/03/cal.pdf>>.
- CHÁVEZ DÍAZ, Romina. “Ese otro Marx, sin las anteojeras de Lenin”. In: **Salta 21**, periódico digital, 2010, en <<https://salta21.com/adrian-lopez-ese-otro-marx-sin-las/>>.
- DOTI, Marcelo Micke. Grau zero da civilização não é ainda barbárie: é pior. **Revista Fim do Mundo** 03 (2020): 227-244. <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n03.p227-244>.
- ENGELS, Friedrich. “Boceto para la crítica de la Economía Política”, en Federico Engels **Escritos de juventud**. México: FCE, 1981, en <<https://historiaycritica.files.wordpress.com/2014/06/federico-engels-escritos-de-juventud.pdf>>.
- FERNANDEZ LIRIA, Carlos. **Marx 1857. El problema del método y la dialéctica**. Madrid, Akal Ediciones, S. A., 2019.
- GARCÍA, Rolando. **Sistemas complejos. Conceptos, métodos y fundamentación epistemológica de la investigación interdisciplinaria**. Barcelona: Editorial Gedisa, S. A., 2006.
- HEINRICH, Michael. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna, volume 1 (1818–1841)**. In: 2018, en



<<https://drive.google.com/file/d/19KLG61oggtXhN1M21fV2U1B3UeyHqdg4/view>>.

LÓPEZ, Edgardo Adrián. "El esquema 'L' como 'cuadrado semiótico'. Un posible 'rostro' del poder en la era capitalista mass/mediática". In: 2008, en <<https://www.redalyc.org/pdf/310/31045605.pdf>>.

_____. **Regalos y capturas. Los usos de la dialéctica (Marx reconsidered)**. Málaga: Universidad de Málaga, 2010a, en <<https://www.eumed.net/libros-gratis/2011a/920/index.htm>>.

_____. "Los giros de Marx. Elementos para una *ética menor* de la enunciación". In: **Salta 21**, diario digital, 2010b, en <<https://www.eumed.net/ce/2010a/eal.htm>>.

_____. "Piero Sraffa y el barbado de Alemania: ¿superación de la cuota de beneficio o un fraude intelectual?". In: **Salta 21**, periódico digital, 2012, en <<https://salta21.com/piero-sraffa-y-el-barbado-de/>>.

_____. "Torbellinos. Apuntes para la comprensión de la tasa de ganancia. Contra la 'tinellización' de Marx". In: **Salta 21**, diario digital, 2014a, en <<https://salta21.com/torbellinos-apuntes-para-la/>>.

_____. "La poesía de Marx". In: 2014b, en <<http://nangamarx.blogspot.com/2014/10/la-poesia-de-marx-karl-el-propugnador.html>>.

_____. "Lo que es el Pensamiento Único: un complejo de ideologías en el capitalismo actual (I)". In: **Salta 21**, periódico digital, 2014c, en <<https://salta21.com/lo-que-es-el-pensamiento-unico-un/>>.

_____. "O que é o *Pensamento Único*". In: 2014d, palestra en <<https://www.youtube.com/watch?v=qlo8wb8x51l>>.

_____. "La dialéctica base/superestructura, otra vez". In: **Salta 21**, periódico digital, 2015a, en <<https://plataformadistritocero.blogspot.com/2017/01/la-dialectica-basesuperestructura-otra.html>>.

_____. "RizosMarx". In: **Salta 21**, diario digital, 2015b, en <<https://salta21.com/rizosmarx/>>.

_____. "Marx theatrum". In: **Salta 21**, periódico digital, 2015c, en <<https://salta21.com/marx-theatrum/>>.

_____. "Lo que es el Pensamiento Único: el desmenuzamiento del Neoliberalismo (II)". In: **Salta 21**, diario digital, 2015d, en <<https://salta21.com/lo-que-es-el-pensamiento-unico-el/>>.

_____. "Otra vez, el barbado de Trier y sus rimas alrededor de los precios (III)". In: **Salta 21**, periódico digital, 2016a, en <<https://salta21.com/otra-vez-el-barbado-de-trier-y-sus/>>.



_____. "La *Basis* duplicada en la superestructura en *La cartuja de Parma*". In: **Salta 21**, diario digital, 2016b, en <<https://salta21.com/la-basis-duplicada-en-la/>>.

_____. **Los lenguajes íntimos de Marx**. In: 2017a, en <<https://onedrive.live.com/?cid=D9864817D0C85C9A&id=D9864817D0C85C9A%21336&parId=D9864817D0C85C9A%21335&o=OneUp>>.

_____. "Peirce en sus labirintos (I)". In: **Salta 21**, periódico digital, 2017b, en <<https://salta21.com/peirce-en-sus-laberintos-i/>>.

LOTMAN, Iurij. **La semiosfera I. Semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Frónesis-Cátedra, S. A., 1996, en <<http://culturaspopulares.org/populares/documentosdiplomado/I.%20Lotman%20-%20Semiosfera%20I.pdf>>.

MANDELBROT, Benoît. **La geometría fractal de la Naturaleza**. Barcelona: Tusquets Editores, S. A., 1977, en <https://archive.org/stream/pdfy-IAHD8SOkMGrTE8g6/138416567-Mandelbrot-Benoit-La-Geometria-Fractal-de-La-Naturaleza_djvu.txt>.

MARX LEVY, Karl Heinrich Mordejái. **El capital**. México: FCE, 1959c, tomo III, en <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmFuYXJjb2NvbXVuaXN0YWlwfGd4OjQxNjlxMDE5ZTljYWlxMzQ>>.

_____. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, S. A., 1971, volumen I.

_____. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, S. A., 1976a, tomo II, en <http://ecopol.socials.uba.ar/wp-content/uploads/sites/202/2013/09/Marx_Grundrisse_Vol.-2.pdf>.

_____. **El señor Vogt**. México: Juan Pablos Editor, 1977, en <<https://pensaryhacer.files.wordpress.com/2015/01/el-sec3b1or-vogt.pdf>>.

_____. **O capital**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1996, volume I, en <<https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2009/08/marx-o-capital-vol-1.pdf>>.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **O capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a, tomo I, en <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/co>



[ntent/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf>.](#)

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b, edición notable que abarca los tres libros, en <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Karl Marx - Grundrisse \(boitempo\) completo.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Karl%20Marx%20Grundrisse%20(boitempo)%20completo.pdf)>.

_____. **Glosas marginales sobre la obra de Bakunin, *El Estatismo y la anarquía***. México: Instituto de Investigaciones Interdisciplinarias para la transformación social, 2013.

_____. **Das Kapital – Vollständige Gesamtausgabe in 3 Bänden**. In: 2014, en <<https://www.pdfdrive.com/das-kapital-vollst%C3%A4ndige-gesamtausgabe-in-3-b%C3%A4nden-d194592042.html>>.

_____. "Cuestionario para una encuesta obrera (1880)", en <Seminario de Pedagogía Revolucionaria, en <http://seminariopedagogocrita.blogspot.com/2014/05/cuestionario-para-una-encuesta-obrera.html>>.

_____. **O capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, volume III.

MUSTO, Marcello. **Karl Marx, 1881/1883. El último viaje del Moro**. México: Siglo XXI Editores, S. A., 2020.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **Obra filosófica reunida. Tomo I (1867–1893)**. México: FCE, 2012a.

_____. **Obra filosófica reunida. Tomo II (1893–1913)**. México: FCE, 2012b.

RUBEL, Maximilien. "Marx, teórico del anarquismo". In: **Salta 21**, diario digital, 2011, en <<https://salta21.com/el-espiritu-politico-de-un-marx/>>.

Recebido em 29 jun. 2021 | aceite em 10 jul. 2021



Ensaaios Críticos



Resumo

O artigo tece considerações metodológicas acerca do papel de Auguste Blanqui na invasão da Assembleia Francesa por uma multidão desarmada em 15 de maio de 1848.

Palavras-chave: Revolução Francesa de 1848; Auguste Blanqui; Motins populares

Resumen

El artículo hace consideraciones metodológicas sobre el papel de Auguste Blanqui en la invasión de la Asamblea francesa por una turba desarmada el 15 de mayo de 1848.

Palabras clave: Revolución Francesa de 1848; Auguste Blanqui; disturbios populares

Abstract

The article presents methodological considerations about the role of Auguste Blanqui in the invasion of the assembly by a unarmed crowd in May 15, 1848 in France.

Keywords: French Revolution of 1848; Auguste Blanqui; popular riots.

Introdução

Em fevereiro de 1848 houve um protesto em Paris contra a proibição dos banquetes, ordenada pelo Ministro François Guizot. Os tradicionais banquetes pela ampliação do sufrágio eram a forma da oposição driblar a proibição de comícios, mas dessa vez tudo desaguou numa onda popular. Os soldados abriram fogo e mataram dezenas de manifestantes no Boulevard des Capucines. Os motins não diminuíram, a Guarda Nacional passou ao lado dos rebeldes e no dia 24 de fevereiro a Monarquia orleanista (1830-1848) caiu (RUDÉ, 1991, p.183).

A República que se seguiu tinha um governo provisório com a presença de um socialista, Louis Blanc, e um único trabalhador, Albert (Alexandre Martin). Formaram-se oficinas estatais para os desempregados,

¹ Professor Livre Docente de História Contemporânea na Universidade de São Paulo (USP). | lsecco@usp.br



adotaram-se a jornada de dez horas, sufrágio masculino adulto e direito à organização entre outras medidas.

A República não correspondeu ao movimento popular. Em 17 de março o grupo ao qual Auguste Blanqui pertencia organizou um comício pelo adiamento das eleições e pela abolição da “exploração do homem pelo homem”. O receio de que o eleitorado conservador das províncias criasse uma assembleia conservadora era justificado, pois no final do mês seguinte foi eleita uma maioria absoluta de republicanos moderados e monarquistas e menos de 10% de socialistas (APRILE, 2000, pp. 79–80).

No dia 15 de maio, 14 mil desempregados invadiram a Assembleia, desarmados, para apresentar uma petição em defesa da Polônia, uma questão que gozava de ampla simpatia nos meios socialistas europeus. Blanqui, Raspail, Barbès e Albert estavam à frente.

Entre os deputados presentes estava Alexis de Tocqueville. Em suas lembranças de 1848 Tocqueville descreveu as pessoas de condição social inferior quase sempre de maneira depreciativa: uma velha ambulante que o empurra; uma empregada e um empregado doméstico ambiciosos²; um porteiro bêbado e “socialista” etc. No entanto, quando descreve o proletariado como classe o considera um “conjunto maravilhoso” pela sua coragem combatente. Era também uma forma de valorizar a vitória da sua classe.

Não nos surpreende, portanto, o retrato que ele fez de um homem que se tornava uma lenda do proletariado francês:

Foi então que vi aparecer por sua vez, na tribuna, um homem a quem só vi nesse dia, mas cuja lembrança sempre me encheu de aversão e de horror; tinha as faces macilentas e murchas, os lábios brancos, o ar doentio, malévolo e imundo, uma palidez suja, o aspecto de um corpo bolorento, sem nenhuma roupa branca visível, uma velha sobrecasaca negra, grudada sobre membros franzinos e descarnados; parecia ter vivido em um esgoto de onde acabava de sair; disseram-me que era Auguste Blanqui. Blanqui diz algo sobre a Polônia; em seguida, centrando-se nos assuntos internos, pede vingança pelo que chamava de ‘os massacres de Rouen’, recorda ameaçadoramente a miséria na qual o povo era deixado... (TOCQUEVILLE, 2011, p.168).

² Aliás, empregados de Adolphe Blanqui, irmão de Auguste.



Claro que ele só de passagem revela que aquela ação tinha demandas: um exército para libertar a Polônia, um imposto extraordinário sobre os ricos e a retirada das tropas de Paris. Sobre o aspecto macilento, se é que correspondia à verdade, não é preciso dizer muito sobre o fato de que Blanqui passara anos em uma prisão.

Método

Os seres humanos conjuram em seu auxílio os espíritos do passado, diz-nos Marx. Ao lado de uma crítica da paródia feita em 1848, há em o *18 Brumário de Luis Bonaparte* um elogio da tragédia de 1789. Esta evocava os mortos para glorificar as novas lutas .

A Revolução do futuro, desde então, utilizou a tradição de lutas passadas a fim de reforçar as tarefas do presente. A função da memória no materialismo histórico é a de encontrar no passado os exemplos de resistência. Mas ela deve ser confrontada com o processo histórico objetivo no qual se insere.

A desmontagem de relatos como o de Tocqueville pode nos conduzir a dois caminhos: a disputa de memória; e à pretensão de um retrato fiel do acontecimento. Eles não são excludentes, embora o cientificismo do século XIX levasse à ideia de que era possível reproduzir o fato imparcialmente; e o presentismo defenda que um conhecimento objetivo é impossível, afinal, só temos projeções do pensamento sobre o passado.

Escolheremos outra metodologia. Não consideraremos que o cientista é o reflexo da realidade objetiva que ele analisa. E muito menos de que não existam evidências do passado. Não teremos dúvidas de que o "15 de maio" existiu. Entretanto, a organização daquilo que aconteceu, a forma narrativa e o encadeamento dos fatos, podem estar carregados da subjetividade envolvida na pesquisa.

Essa organização pode alimentar mitos. Mas não é esse o papel da História, ainda que seja ela a fornecer matéria-prima para a memória. Poderíamos narrar as peripécias sombrias de Hitler supondo que ele teria sobrevivido, recôndito, numa aldeia austríaca ou numa fazenda do Chile com a mesma arte narrativa de um bom historiador, mas isso não seria História porque simplesmente não aconteceu. Assim como uma narrativa cativante sobre a batalha de Lepanto por Fernand Braudel não é um romance porque sua matéria é um passado comprovado por evidências. A ficção não precisa



tê-las. A afirmação de que os genocídios africano, indígena das Américas ou judeu não tenham existido não é científica.

Isso nada tem a ver com a veracidade do próprio conteúdo dos documentos. As cartas falsas do Presidente Artur Bernardes (1921), o Plano Cohen (1937) e a campanha eleitoral de 2018 foram falsificações grosseiras que se tornaram fatos na medida em que influenciaram ações e decisões reais das pessoas. Nesse caso é a falsificação o fato e não o conteúdo falsificado, que devemos registrar e não considerar que as *fake news* fascistas são apenas uma narrativa como qualquer outra. Igualmente veremos que se uma parte do 15 de maio de 1848 pode ter sido uma armadilha fabricada pela polícia, ainda assim integrou a dinâmica do movimento popular daquela época.

O fato é uma coisa em si e outra para o conhecimento. Nós lidamos sempre com fatos que trazem a marca do sujeito cognoscente, ou melhor: consideramos as sucessivas camadas de interpretação presentes nos registros e na bibliografia: "toda história real se manifesta também como historiografia" (KOJÈVE, 2002, p. 472). O fato histórico do ponto de vista da sua existência empírica é um fragmento da história acontecida; enquanto objeto do conhecimento historiográfico ele é produto da relação entre sujeito e objeto, como em qualquer ciência (SCHAFF, 1987). Todo fato pode se tornar histórico na medida em que integra uma totalidade que lhe dá sentido ao relacioná-lo com outros fatos. Trata-se do princípio dialético de que o conhecimento dos fatos empíricos não se concretiza senão pela sua integração num conjunto (GOLDMAN, 1955, p. 16).

Relatos

É preciso transcender os relatos e não tomá-los como se fossem equivalentes à História. Sejam eles discursos de oprimidos ou de opressores, foram constituídos em alguma medida de forma relacional e tiveram como referência uma *forma mentis* comum. Ainda que possam ser radicalmente opostos politicamente. Mais ainda quando tratamos de reconstituições bem posteriores, sejam elas orais ou escritas.

Quando jovens historiadores foram gravar as memórias de sobreviventes de uma aldeia massacrada em 1945 pelos nazistas descobriram que eles culpavam os que se haviam juntado aos guerrilheiros (HOBBSAWM, 1998, p.282) e não estaria sua memória informada pela conjuntura direitista italiana dos anos 1990? No caso aqui em tela



evidentemente se tratam de textos compostos em momento mais ou menos próximo aos acontecimentos e restritos a um grupo social muito específico³.

Agora podemos confrontar a versão de Tocqueville com outras. Sabemos que no dia 15 de maio François Raspail leu uma petição, mas não conseguiu se fazer escutar. Barbés subiu à tribuna. Blanqui estava ao pé dele. Eis que a multidão clama: “*Où est Blanqui? Blanqui à la tribune! Nous voulons Blanqui!*”. V. Bouton diz que Blanqui permanece imóvel; de vez em quando ele aparece e provoca uma emoção violenta, espécie de trovão. Ele permanece fixo, com uma força desconhecida (DOMMANGET, 1972).

Segundo o jornal *Le Moniteur* de 16 de maio, Blanqui falou longamente sobre o tema: exigiu que a Polônia recuperasse os limites de 1772 e que a França não guardasse a espada na bainha até que isso acontecesse. Em seguida desviou o assunto para a justiça social, contra a repressão em Rouen, pela libertação de presos políticos e a multidão o interrompeu gritando “Justice!”. Alguém se aproximou de Blanqui e lhe disse algo. Ele prosseguiu e falou da miséria do povo. Os populares gritaram “Bravo!”. Dissertou acerca da crise econômica e do desemprego; e a multidão: Bravo! Bravo! Alguém disse: “Viemos aqui para exigir todos os nossos direitos, sejam eles quais forem.” O *Comte Rendu du Représentant du Peuple*, mais sucinto nos registros dos acontecimentos, acrescenta que alguém censurou Blanqui que estavam ali para tratar somente da Polônia e que Blanqui incorpora a reprimenda e recomeça dizendo que todos os povos são irmãos (BLANQUI, 1977, p.208). O periódico *Le Messageur* de 16 maio de 1848 que quase não se refere a Blanqui, informou que ele preferiu tratar da causa do povo e não da moção sobre a Polônia.

Blanqui queria retomar o discurso, mas há muito barulho, até que um homem do povo disse: “Silêncio, cidadãos, no nosso interesse”. Blanqui é inteligente. Ele justificou as demandas sociais porque é um ponto de similitude entre o povo francês e o polonês, mas retomou a questão específica e disse que depois de chamar a atenção dos deputados para si mesmo, o povo exigia sua atenção agora inteiramente para resolver a questão polonesa (AGULLON, 1992, pp.143-144).

³ Um estudo aprofundado, que está longe de ser o caso aqui (o de um exercício com algumas fontes), exigiria ao menos a análise do processo dos acusados de maio de 1848 no qual 266 testemunhas de acusação tomam depoimento e 62 testemunhas de defesa. E isso nos levaria a uma “concretização” ainda maior do nosso objeto.



Quanto à sua face, ele de fato parece pálido e frio em meio a um burburinho assustador, segundo Victor Hugo. Outra testemunha, Hippolyte Castille, também acentua sua frente pálida. Mas ambos dão atenção mais ao efeito político de sua presença. E Castille dá outra interpretação para a palidez, como se fosse anúncio de uma nova Revolução: a frente lisa de Blanqui provêm das “sombras das masmorras” e a “multidão entende que o dia vai assumir uma nova face”. Os “representantes da reação não deixam sua bancada (...). A calma de uma energia superior, que o acontecimento não embriaga (...) irrompe no olhar do Sr. Blanqui que convida com poucas palavras a Assembleia ao silêncio” (DOMMANGET,1972).

Madame D'Agoult, socialmente muito próxima ao espírito aristocrático do Conde de Tocqueville, deixou uma descrição diversa de Blanqui. A autora era filha de um nobre francês *émigré* e de uma alemã. Com a família, estabeleceu-se na França depois da Restauração. Teve atribulada vida, abandonou seu marido para viver uma violenta paixão com o compositor Litz, inspirou uma personagem de Balzac e deixou, entre muitos livros, uma História da Revolução de 1848. Nos relatos há um insistente poder de provocar o silêncio na fala de Blanqui:

“Sua aparência é estranha, seu semblante impassível; seu cabelo preto cortado curto, o casaco preto abotoado até o alto, a gravata e as luvas negras lhes dão um ar sombrio. Diante dele, o silêncio se estabelece; a multidão, até então agitada permanece imóvel, por medo de perder uma só das palavras que vai pronunciar o misterioso oráculo das sedições” (DOMMANGET,1972).

Historiografia

O Congresso de Viena estabeleceu a partir de 1814 que não aceitaria principalmente duas ideologias: o liberalismo e o nacionalismo. Em 1848 os políticos descobrem uma ameaça maior que havia penetrado as massas parisienses: o socialismo. Os acontecimentos seguintes demonstrarão que para derrotá-lo será preciso abandonar outro objetivo daquele Congresso: jamais permitir que um membro da família Bonaparte retornasse ao comando da França. Afinal, as sucessivas crises que expeliam os setores mais radicais da Revolução para o ostracismo tornaram a eleição de Luiz Bonaparte em dezembro de 1848 e seu golpe de Estado três anos depois as únicas saídas para a burguesia. Na linguagem de Marx tratou-se de sacrificar



sua representação política em nome da salvação dos seus interesses econômicos.

Rússia e Áustria eram os artífices da nova ordem de 1814. A Inglaterra estava fora do continente e tinha um império além mar; a Prússia ainda era militar e economicamente frágil para ameaçar o império austríaco. E a França estava readmitida, porém isolada.

A Primavera dos Povos de 1848 abalou seriamente aquele acordo porque foi o triunfo dos nacionalismos e a promessa do liberalismo constitucional, ainda que na maioria dos casos a Revolução fosse um fracasso político na curta duração. E na França um Bonaparte chegou ao poder. As chancelarias da Áustria e Prússia tiveram que aceitar a situação de fato.

Áustria era uma organização imperial, oriunda do velho império Habsburgo (parte austríaca, depois da divisão das possessões de Carlos V no século XVI). A parte ibérica, dos países baixos, da Itália e América foram mantidas por Filipe II e a parte "germânica", o *Erbland*, por Maximiliano.

Naquele Império que progressivamente se tornava multinacional "ser" austríaco era pertencer a uma elite livre de sentimentos nacionais, habitualmente falante do alemão e lotada na burocracia imperial e dotada de privilégios estamentais. A Áustria era uma coleção de "ilhas" cujas nobrezas deveriam ser cosmopolitas. A nobreza era a garantia da unidade.

Assim, os primeiros nacionalismos serão ainda proclamações de intelectuais. Inventavam um passado. Os alemães nacionalistas lembravam o Sacro Império Romano; os húngaros as Terras de Santo estevão; os tchecos as Terras de São Venceslau etc.

Mas os países eram muito diversos e diversas as lealdades ao Império. A. J. P. Taylor definiu 1848 como o despertar das nações: "O ano de 1848 marcou a transição de uma maneira de viver inconsciente para a consciente busca de uma" (TAYLOR, 1985). Para ele 1848 não foi produto da Revolução Industrial, mas da ausência dela. Em Viena havia um proletariado sem terra, mas não capitalismo industrial. Este era o padrão de 1848. Assim, 1848 tornou-se o início da pregação de intelectuais em nome de nações que supostamente adormeciam no folclore camponês. Não por acaso, uma das forças de 1848 foram os estudantes. Subordinados em Budapeste à *gentry*⁴; mas dominantes em Praga e atuantes na Itália.

⁴ O termo varia muito de acordo com o país, desde o fidalgo português ao nobre desprovido de terras e em empregos públicos da Hungria (*Dzsenti*). Na Inglaterra,



No “programa” de 1848 ao lado de uma Hungria associada à Áustria como Estado soberano e a unificação da Itália e Alemanha, estava a Independência da Polônia, embora haja quem interprete aquele processo de um “ponto de vista não nacional” em favor de uma afirmação das instituições liberais (ARTZ, 1963, p. XI).

A Polônia repartida entre as potências, exibiu uma atividade revolucionária constante desde o levante de novembro de 1830-1831 e do seu esmagamento pela Rússia. A revolta na Galícia em 1846 e os julgamentos de Berlim no ano seguinte fragilizaram sua participação na Primavera dos Povos. Os poloneses agiram prematuramente (DAVIES, 1986, p. 166). Ainda, vários exilados das insurreições derrotadas viviam na França e se envolveram nas tentativas revolucionárias e sociedades secretas do país.

A França, caso mais importante de 1848, estava numa situação híbrida. Não se pode dizer que o país estivesse tão industrializado quanto a Inglaterra, mas a questão nacional havia tido um desenvolvimento bem anterior, desde a Revolução de 1789 e os clubes revolucionários não eram indiferentes ao internacionalismo, ainda que a palavra não fosse usada.

Além disso, o avanço das forças produtivas pós crise de 1848 foi notável e a Revolução de 1871 não será mais um levante de uma coalizão de interesses, mas de uma classe: a trabalhadora de Paris. Por isso também a Revolução em Paris tinha as características dos motins populares anteriores somadas a novas; entre os populares revolucionários a variedade era grande: operários dos ateliês, artesãos, pequenos lojistas e locadores, locatários etc. E entre os soldados muitos camponeses e populares parisienses. Apesar dessa constatação, parece óbvio que a Burguesia recruta sempre seus soldados entre o povo e isso não elimina a contradição fundamental que 1848 trouxe à tona. Para Marx e Tocqueville era algo nítido: a luta de classes. E não estavam errados.

Na França, a notícia de que patriotas poloneses estão sendo massacrados por tropas prussianas e austríacas provoca a indignação dos clubes republicanos. Muitos poloneses militam neles. Wolowski interpela a Assembleia e esta decide debater o tema no dia 15 de maio.

em oposição à nobreza hereditária (duques, marqueses, condes, viscondes e barões, tratados com o prenome lord) era a “pequena nobreza” de cavaleiros tratados pelo prenome *Sir* a partir do período Stuart. (D`ávila, 2017, p. 295-317).



História e Memória

Marx confere ao que ele denomina “as memórias históricas” duas funções: a primeira a de glorificar novas lutas; a segunda a da “erudição antiquária” que visa apenas simular a repetição do passado para manter o *status quo*.

Assim, 1789-1814 é o período da memória revolucionária e 1848-1851 o da memória conservadora que muda o regime político para manter a dominação de classe. Cromwell invocou a fraseologia bíblica e os profetas do Velho Testamento; Robespierre, Desmoullins, Saint-Just, Napoleão, as roupagens da República, do Consulado e do Império Romanos. O espírito revolucionário era chamado não para “rondar outra vez” e sim para enfrentar a missão de sua época: erigir a moderna sociedade burguesa. Depois disso, a fraseologia se torna oca nos seus sucessores e a política vai da tragédia à farsa.

Todavia, a Revolução do século XIX “não pode colher sua poesia do passado, mas unicamente do futuro”. As outras revoluções buscaram modelos passados porque necessitavam ocultar o seu conteúdo. A fim de obter o apoio social, a Burguesia elaborou uma ideologia que cobriu seus interesses com um discurso universal. O proletariado não porta uma outra ideologia contrária à dominante. Ele critica a todo o momento o seu passado, preserva uma memória de lutas que se materializa em documentos e espaços de organização e não em monumentos contemplativos. O proletariado não vive nenhuma opressão particular a ser resolvida no sistema burguês. Ele sofre a miséria universal e vai além de qualquer doutrina que antecipe o conteúdo futuro de uma Revolução que Marx sequer consegue nomear: “Lá a frase foi além do conteúdo, aqui o conteúdo vai além da frase” (MARX, 1928).

Ora, se não há o que invocar do passado, se não há uma linguagem a se tomar de empréstimo, qual seria o papel da memória proletária? As lições de seu próprio passado de lutas devem ser resgatadas enquanto memória e também objetivamente contrastadas com a ciência da História. Marx louva “a insurreição de junho, o mais colossal acontecimento na História das guerras civis europeias”, denuncia o assassinato de 3 mil insurgentes e 15 mil deportações sem julgamento. Essa práxis revolucionária, por outro lado, “zomba” das primeiras tentativas, das medidas insuficientes, dos erros, e é sempre “autocrítica”, nas palavras de Marx.



A própria Revolução de 1848 não foi inútil porque em vez do aprendizado “das lições e experiências” num ritmo escolar, o proletariado pode usar o método abreviado da prática revolucionária para entender as condições necessárias de uma revolução social e não de superfície.

A Revolução política não muda o modo de produção e se disfarça com as fantasias parlamentares. Na Revolução social o seu primeiro ato negativo e destrutivo ainda é político (o método abreviado de aprendizado em 1848), mas no momento imediatamente seguinte o teatro político se descortina e os bastidores ficam à mostra. Ora, em minha opinião é exatamente o que fazem “Blanqui e os seus camaradas” em 15 de maio de 1848. E o proletariado em junho do mesmo ano. E a conclusão de Marx é que maio e junho devem se reunir. O ato político e o conteúdo que o ultrapassa e o contém.

De Volta à Marcha dos Acontecimentos

Blanqui não é insensível à tragédia polonesa, mas pondera que a situação econômica francesa é suficiente para ocupar o povo. Submeter-se a uma provocação e à possível repressão pode fazer retroceder a simpatia popular pelo movimento. No entanto, a Sociedade Republicana Central, conhecida como o Clube Blanqui (apesar do homenageado recusar esse título) ultrapassa seu líder e decide ir à Assembleia. Registre-se que o adversário de Blanqui, Barbès, também é contra. Blanqui considera aquilo uma loucura, mas jamais deixaria de marchar com os militantes. Não à sua frente, mas com eles. Italianos, irlandeses e poloneses se juntam ao cortejo reunido no Boulevard du Temple. Blanqui é vigiado por espões da polícia (DECAUX, 1976, pp.361-377). Há 50 mil homens, mulheres e crianças. Ou entre 20 e 40 mil (ROBERTSON, 1987, p. 80; AMANN, 1970, pp. 42-69). O objetivo da manifestação é que uma comissão adentre a Assembleia.

Wolowski assume a tribuna e diz que a Polônia não é morta, ela adormeceu apenas. Na confusão Raspail vê homens quebrando tudo e reconhece policiais entre eles. Não é à toa que Georges Sand considerou o evento obscuro e Daniel Stern misterioso (DECAUX, 1976, p. 365).

Quem é esse Blanqui tão incompreensível, embora tão presente naqueles relatos? Podemos nos aproximar dele realmente?

Auguste Blanqui (1805-1881) é filho de um deputado girondino da Convenção. É irmão de um famoso economista burguês, Adolphe. Participa da insurreição de julho de 1830 e de outras subseqüentes. Ele não é um



teórico, mas defende “o comunismo do solo e dos meios de produção”. E bem antes de Marx ele se recusa a perder seu tempo com “discussões prematuras sobre possíveis formas de sociedade futura” (ZEVAÉS, 1933, p. 23).

Ele foi preso depois da Insurreição de 12 de maio de 1839. O povo de Paris o libertou em fevereiro de 1848. Seria novamente aprisionado em 15 de maio. Embora aquilo fosse um protesto desarmado a Assembleia resolveu dar uma lição ao povo e condenou diversas pessoas por tentativa de golpe de Estado.

A ideia de que os “blanquistas” invadiram a Assembleia para dissolvê-la e impor um novo governo provisório é comum e frequente em notas de rodapé da obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx. Mas foi um certo Aloysius Huber quem declarou a Assembleia dissolvida. Blanqui disse que era um grande erro e Paul de Flotte, seu amigo, subiu à tribuna e negou a dissolução da Assembleia. Porém, o motivo para acusação de um golpe de Estado já estava dado. Huber tinha militância no movimento popular, mas era suspeito de ter sido um espião policial na Monarquia de Luis Filipe. A própria facilidade com que a população entrou no recinto, sem repressão alguma, foi um indício de que a decisão de invadir foi uma armadilha (ROBERTSON, 1991, p.69).

Vê-se que Blanqui não é um amador e nem sua presença no parlamento foi um acaso ou produto de ação individual apenas. Ele estava com o movimento real dos operários. Com as considerações acima negamos o mero fato rememorado pelos relatos e reencontramos um Blanqui concreto.

Demonstradas as sucessivas mediações entre o Blanqui dos relatos e o rosto real de uma Revolução inconclusa, entendemos que o concreto é um real revelado pela pesquisa que revisita o que historiadores disseram e reinterpreta a documentação situando-a numa totalidade.

Para uns, os fatos são inacessíveis. O historiador só atinge os enunciados sobre eles. No entanto, é assim em qualquer ciência. Uma pesquisa deve constituir o seu objeto. Ainda que este seja uma rocha que podemos tocar e obter sensações, elas estariam longe de nos dizer o que é uma rocha sem o concurso da Geologia⁵.

⁵ Obviamente não devemos ignorar o debate sobre as diferenças entre a objetividade nas ciências do espírito e nas da natureza, mas não é esta a discussão aqui.



Nos relatos tudo é imediato, abstrato e desprovido das mediações do conhecimento da trajetória de Blanqui e do próprio movimento popular. O que não significa que a abstração não fosse real e realmente vivenciada pelas testemunhas. Entre todas elas, há diferentes ângulos a serem recuperados pela historiografia de acordo com a posição teórica de cada um, afinal Blanqui também se tornou um mito e parte importante de uma tradição, envolvendo biógrafos, romancistas, militantes e pensadores como Walter Benjamin (HUTTON, 2013, pp. 41-54). São as sucessivas negações determinadas daquele fato empírico que nos conduzem à síntese dos relatos, do conhecimento histórico acumulado e da sua inserção numa totalidade.

Lemos que algumas características coincidem: a palidez, um estranhamento com as vestes, como se não fossem as de um popular comum e nem as de um endinheirado; como se Blanqui tivesse um papel ímpar no seio do povo que o acolheu; sua liderança é incontestada, pois ele não pede a palavra e nem a tribuna. Um dos relatos revela que pressionado diante da grade, quando ela se rompe, ele é mais empurrado para dentro da Assembleia do que lidera a ocupação. Uma historiadora sugeriu que ele acompanhou a manifestação apesar de ser contrário a ela para não perder a liderança. Pode ser, mas também pode muito bem ter sido a simples fusão dele com o movimento, já que não marcha à frente da passeata.

Os presentes pedem que ele fale. Ele diverge do movimento, ressalta a situação de penúria do povo. É chamada a sua atenção e ele incorpora a decisão coletiva, mesmo não sendo a sua. Os relatos convergem na imagem de uma plateia silenciosa diante do orador. Mesmo Tocqueville, a mais crítica das testemunhas oculares, ouviu cada palavra de Blanqui.

Em junho, haveria outros rostos. Outros líderes menos experientes, como um certo Pujol que agitou os primeiros instantes da guerra civil do proletariado contra a burguesia. Mas decerto os insurretos teriam libertado Blanqui uma vez mais. Em 1871 a Comuna o elegeu presidente *in absentia* e tudo fez para obter sua libertação dos versalheses.

As fontes aqui selecionadas foram unânimes: no dia 15 de maio uma multidão ouviu Blanqui no parlamento. Foi um acontecimento real. Suas roupas provocavam o estranhamento que talvez o próprio conjunto de manifestantes também provocasse nas testemunhas que atuavam no teatro político do parlamento. Seu rosto era pálido como o dos pobres de Paris. Mas naquele instante, era mais do que um rosto empírico e ordinário. Ele era a face da Revolução.



Referências

- AGULLON, M. **1848: o aprendizado da República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- AGULLON, M. **Les Quarante-Huitards**. Paris: Gallimard, 1992.
- AMANN, Peter. A "Journée" in the Making: May 15, 1848. **The Journal of Modern History**, Vol. 42, No. 1, (Mar., 1970).
- APRILE, Sylvie. **La Ile Républicque et le Second Empire**. Pygmalion. 2000.
- ARTZ, F.B. **Reaction and Revolution**. New York: Harper and Row, 1963.
- BLANQUI, Auguste. **Oeuvres Complètes**. Tome I. Éditions Galilée, Paris, 1977, p.208.
- D'ÁVILA, L. "A aristocracia inglesa do início da modernidade e a dissolução da nobreza feudal". **Revista TEL**, Irati, v. 8, n.2, jul. /dez. 2017
- DAVIES, Norman. **Heart of Europe: a short History of Poland**. Oxford, 1986.
- DECAUX, A. **Blanqui ou la Passion de la Revolution**. Paris: Perrin, 1976
- DEAECTO, Marisa. **História de um Livro: a Democracia na França de François Guizot. 1848-1849**. Cotia: Ateliê, 2021.
- DOMMANGET, Maurice. **Auguste Blanqui et la Révolution de 1848**, Paris, Mouton, 1972.
- GOLDMAN, L. **Le Dieu Caché**. Paris: Gallimard, 1955.
- HOBBSAWM, E. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUTTON, Patrick H. "Legends of a Revolutionary: Nostalgia in the Imagined Lives of Auguste Blanqui". **Historical Reflections / Réflexions Historiques**, Vol. 39, No. 3, Winter 2013.
- KOJÈVE, A. **Introdução à Leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- MARX, K. **Le 18 Brummaire de Louis Bonaparte**. Paris: Editions Internationales, 1928.
- ROBERTSON, Priscila. **Revolutions of 1848**. Princeton, 1987. *Le Messageur*, Paris, 16 mai 1848.
- RUDÉ, G. A. **Multidão na História**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SCHAFF, A. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- TAYLOR, A.J.P. **The Habsburg Monarchy 1809-1918**. Penguin, 1985.
- TOQUEVILLE, Alexis de. **Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- ZEVAÉS, Alexandre. **Une révolution manquée: l'insurrection du 12 mai 1839**. Paris: Editions De La Nouvelle Revue Critique, 1933



Venezuela: las Comunas como consigna de transición contra la regresión conservadora

Modesto E. Guerrero ¹

Resumen

Hugo Chávez se refirió a las Comunas como las bases de la nueva República Bolivariana, el sostén del gobierno y la medida que garantizaba el cambio de naturaleza del Estado, de capitalista a anti capitalista. Sin embargo, las acciones del gobierno de Maduro muestran una tendencia acelerada a revertir y frenar las medidas anti capitalistas para reconsolidar el Estado burgués y asegurar la supervivencia de una nueva burguesía surgida. Maduro quisiera pactar para sobrevivir, pero no puede hacerlo. Por lo tanto, el gobierno avanza con políticas de entrega en un plan aperturista. Para comprender esos retrocesos y tendencias en Venezuela, debemos revisar y repasar que fueron, que son y hacia donde van las Comunas. Eso nos proponemos en el siguiente escrito.

Palabras clave: comunas; poder; transición.

Resumo

Hugo Chávez referiu-se às Comunas como as bases da nova República Bolivariana, o apoio do governo e a garantia de mudança da natureza do Estado, de capitalista a anticapitalista. No entanto, as ações do governo Maduro mostram uma tendência acelerada para reverter as medidas anticapitalistas, reconsolidar o estado burguês e garantir a sobrevivência de uma burguesia recém-surgida. Maduro gostaria de fazer um pacto para sobreviver, mas não pode. Portanto, o governo implementa políticas de entrega em um plano de abertura. Para entender esses retrocessos e tendências na Venezuela, devemos revisar o que eram as Comunas, o que são agora e para onde estão indo. Esse é o propósito deste texto.

Palavras-chave: comunas; poder; transição.

Abstract

Hugo Chávez referred to the Communes as the basis of the new Bolivarian Republic, the support of the government and the guarantee of a change in the nature of the State, from capitalist to anti-capitalist. However, the actions of Maduro's government show an accelerated tendency to reverse the anti-capitalist measures, reconsolidate the bourgeois state and guarantee the survival of a newly emerged bourgeoisie. Maduro would like to make a pact to survive, but he cannot. Therefore, the government implements surrendered policies in an opening plan. To understand these setbacks and trends in Venezuela, we must review what the Communes were, what they are now, and where they are going. This is the purpose of this essay.

Keywords: communes; power; transition.

¹ Periodista venezolano, autor del ensayo biográfico sobre el líder de la Revolución Bolivariana *¿Quién inventó a Chávez?* | meguerrero00@gmail.com



Introducción

El pasado 12 de junio de este año 2021 cuatro trabajadores campesinos fueron apresados por fuerzas policiales en el Estado Yaracuy, en el centro del territorio nacional. El fundo se llama "La Promoción" La causa judicial los acusa de gestionar desde hace cinco años la propiedad comunal de un predio que pertenecía al terrateniente opositor llamado Roberto Smith, conocido opositor anti chavista. Así lo informó el canal de televisión comunitario TatuTV.

No es una novedad lo de Yaracuy. En 2017, en plenas guarimbas opositoras, la Policía Nacional Bolivariana y la Guardia Nacional Bolivariana desalojaron con violencia a un grupo de familias de 40 viviendas en la localidad Los Tramojos en el estado Guárico. La crueldad usada fue novedosa: amarraron de pies y manos a las familias junto a sus enseres. Las personas desalojadas pertenecían al Consejo Campesino Zamorano y habían recibido la propiedad de 4.863 hectáreas de manos del mismo Comandante Chávez aplicando el Art. 1º de la "Ley de Tierras baldías y Ejidos".

Estos hechos no son aislados y no han sido revisados en los tribunales. Al contrario, los jueces locales confirman las medidas policiales y la expropiación de los trabajadores comuneros. Esto puede resultar sorprendente cuando recordamos las veces que el Presidente Hugo Chávez se refirió a los Consejos Comunales y las Comunas como las bases de la nueva República Bolivariana, el sostén del gobierno desde 2012 y la medida que garantizaba el cambio de naturaleza del Estado, de capitalista a anti capitalista.

Sin embargo, esos eventos permiten evidenciar una tendencia acelerada hacia lo opuesto, o sea: revertir y frenar las medidas anti capitalistas para reconsolidar el Estado burgués y asegurar la supervivencia de una nueva burguesía surgida de un país que se anormalizó (respecto a las normas burguesas del poder) entre 1999 y 2012.

Para comprender esos retrocesos y tendencias en Venezuela, debemos revisar y repasar que fueron, que son y hacia donde van las Comunas y los Consejos Comunales Campesinos. Eso nos proponemos en el siguiente escrito.

Estos retrocesos evidenciados en las Comunas, Consejos Comunales y en otros sectores sociales de trabajadores, plantean interrogantes de fondo. ¿Hasta donde ha retrocedido el proceso de transformaciones sociales y políticas radicales conocido bajo el nombre de "revolución bolivariana"?



¿Cuál es el contexto nuevo que facilitó ese retroceso? ¿Cómo definir a un régimen (sistema institucional) que se ha modificado a favor de los ricos, nuevos y viejos? ¿Cuál es el estado actual de los movimientos sociales del chavismo, sus vanguardias?

Sobre estos temas referiremos –sin profundizar– en este escrito, a partir del órgano más creativo, progresivo y prometedor generado por la revolución bolivariana: las Comunas y los Consejos Comunales.

El contexto y la dinámica

Estados Unidos, como imperio dominante en el hemisferio, está decidido a hacerle pagar a Venezuela por haber insurgido contra su dominación imperial. En realidad, no fueron muchos los avances; ni se llegó a un cambio de naturaleza social del Estado, no obstante; los cambios y reformas fueron suficientes para condenar al país como enemigo a destruir.

Este castigo imperialista se da en medio de una pandemia, que en términos sociales y de la economía de los trabajadores constituye un desplome del nivel de vida en un breve lapso de pocos meses. Algo similar se conoció sólo dos veces en los últimos 100 años: en 1914-1918 y 1939-1945. De ese modo, lo que vivimos tiene efectos sociales de una guerra mundial, con muchas muertes pero sin bombardeos ni ocupaciones territoriales. Ese clima adverso favorece la agresión imperialista.

El objetivo de EE.UU. es convertir a Venezuela, en lo que el teórico jurídico italiano pro imperialista Mario Betattis, definió durante 1975 en la ONU, como un “Estado Nación fallido”. Haití, Somalia, Paraguay, Palestina y otros, son ejemplos. Cuba se salvó de esa condición debido a su régimen social colectivizado, a pesar de tener menos recursos naturales que Paraguay o Somalia. Y Argentina, que fue condenada a comienzos del siglo XX, sobrevivió por la fortaleza de su economía interna y porque el peronismo surgió temprano, a mediados de 1945.

La idea consiste en mantener sociedades castigadas, llevadas a formas de barbarie y descomposición crónica, como medio para que sus gobiernos capitulen y se sometan a la dominación imperialista. En este punto se impone una definición marxista del Estado Nación, de su gobierno y su sistema político, en esta fase, y preguntarnos ¿Cuál es la tendencia en esos tres planos? De esa definición dependerá la corrección o incorrección de la política y las tácticas políticas.



Al observar esas definiciones existen presiones para adoptar una posición sectaria que olvide o desdeñe la relación nación oprimida/nación opresora y se niegue a defender a la Venezuela de Maduro frente a agresiones externas. Pero también existen presiones en sentido opuesto: La oportunista. Que, en este caso, sería la que mantiene ilusiones en el gobierno en su forma actual, en nombre del peligro externo.

La pregunta ordenadora es: ¿Venezuela sigue siendo un Estado nación independiente, o ya perdió esa condición con el gobierno de Maduro?

289

Los datos y señales de la conducta gubernamental indican que la independencia nacional ganada entre 2002 y 2012 está en riesgo de perderse. Un riesgo cada más serio e inminente. Nada indica que el gobierno intente profundizar nada para mantener el carácter independiente.

Las medidas deberían ser una política externa e interna definida por su anti imperialismo y su anti capitalismo. Sin embargo, desde los últimos meses, el gobierno está en un estado de latencia decreciente: ni avanza en su actitud anti imperialista, ni retrocede al punto de capitular completamente.

Lo que predomina ahora es un peligroso carácter dual en la conducta gubernamental que se define por lo que está aconteciendo y está realizando en el momento actual, y no por discursos o declaraciones, ni por su pasado y menos por hipotéticas actuaciones futuras.

Maduro quisiera pactar para sobrevivir, pero no puede hacerlo. Por lo tanto, el gobierno avanza con políticas de entrega en la economía interna como las denominadas Zonas Económicas Especiales, siguiendo los ejemplos de China y Vietnam, pero sin capacidad de hacer lo mismo en la política externa y sin contar con el favor del mercado mundial para ese plan aperturista.

¿Por qué?

Por lo menos dos factores influyen en esa situación:



- a) Porque aún teme al movimiento chavista de base, incluso a un sector del funcionariado bajo. La simpatía despertada por la APR² es una señal de su cautela.
- b) Porque el imperialismo, ningún imperialismo aceptó jamás una media capitulación. En eso funciona la ley del embarazo, excepto cuando se lo impide una resistencia física.

Esta dualidad es por definición transitoria y no puede sostenerse por un tiempo prolongado. Representa un fenómeno que fue observado en el sandinismo de mediados y finales de la década de los años 80. Es útil para abordar fenómenos y combinaciones intermedias en las relaciones entre países oprimidos y países imperialistas.

Así, la naturaleza actual del Estado venezolano está por definirse y puede depender de lo que resulte del actual complejo de procesos externos e internos. Es decir, estamos ante una extraña combinación. Desde lo económico y financiero tiende a convertirse en una semicolonía, pero no de EE.UU., sino de China. Es una novedad compleja porque ese imperio oriental se autodenomina "Comunista", aunque en su Comité Central se sientan dos de los cincuenta explotadores millonarios más poderosos del mundo.

Es una anomalía histórica mundial que determina, a su vez, anomalías en países y economías relacionadas con China. Y resulta curioso, una vez que en los documentos financieros firmados por Venezuela no existen cláusulas específicas de un pacto de tipo semicolonial, como ocurre con Argentina en su contrato con China para explotar el yacimiento de Vaca Muerta. O en África, para obtener minerales. Es posible que la atadura semicolonial de Venezuela se anude de otra manera, con otro formato jurídico.

Casi toda la deuda externa venezolana (unos 60 mil millones de dólares), es con China. Sólo una pequeña parte de ella es con bancos privados de EE.UU. y Europa. Por eso, el comercio exterior venezolano actual depende de la Bolsa de Shanghai. Así, el gobierno de Maduro convierte sus Petros³ para pagar importaciones, y los convierte en dólares y otras divisas en la Bolsa de Shanghai para pagar contratos de compra.

Sin duda es un efecto derivado del bloqueo y de la batería de casi 300 sanciones contra quienes vendan o compren a Venezuela. Pero también

² Alternativa Popular Revolucionaria (APR) es una coalición política de izquierda chavista de Venezuela crítica con la Administración de Nicolás Maduro (N.E.)

³ Criptomoneda estatal creada por el Gobierno de Venezuela em 2018 (N.E.)



devela un carácter de clase de la política económica del gobierno que no gobierna para los pobres y trabajadores, sino para garantizar las buenas relaciones con un nuevo sector capitalista comercial y posiblemente bancario. De esa forma, los 54 mil millones que heredó del último gobierno de H. Chávez, cerca del 35% lo aplicó en subsidios, préstamos graciabiles y favores a empresas. Sólo el aporte a la POLAR, en 2015 sumó unos 5 mil millones de dólares.

Ese carácter de clase (nuevo respecto al Chávez de 2002 a 2012) no es accidental, sino sistémico. Se puede verificar en lo que se ha hecho al interior de la economía y la sociedad de los trabajadores, como el desmontaje de toda la economía de tendencia anti capitalista. De las 1.359 empresas expropiadas entre 2002 y 2012, puestas bajo control del Estado o de los trabajadores, mediante distintas fórmulas jurídicas, solo quedan en pie alrededor de 135, casi un 10%. Las más grandes de esas 135 empresas producen a aproximadamente 30% de su capacidad instalada (Lácteos Los Andes, la empresa de Válvulas en Carrizal, Estado Miranda y otras). Este desmesurado desmontaje de lo avanzado hasta 2012 debilitó al Estado nación y al movimiento chavista, comunal y obrero al mismo tiempo en formas desiguales.

Para definir el cambio en el carácter del Estado y su condición de independiente, se requiere conocer el resultado en los siguientes procesos

- Lo que resulte del bloqueo y las sanciones imperialistas en términos políticos para el gobierno y el Estado.
- Lo que se pacte en las negociaciones secretas y las públicas, entre el gobierno de Nicolás Maduro, el Reino de Noruega (hasta ahora) y Estados Unidos.

Debemos comentar que no existe a la vista un “factor latinoamericano” en esas negociaciones. La demonización del chavismo convenció a los gobiernos que podrían ser amigos, como el argentino, basado en el voto peronista y progresista, a tomar distancia de la “peste venezolana”. Es decir, la demonización dio resultados.

Igualmente, las conductas políticas del imperialismo (EE.UU. y la UE) medidas en su conjunto, no indican la probabilidad de intervenciones directas en Venezuela. Las amenazas y los espavientos trumpistas son parte



del temor en unas elecciones adversas que dependen del 4% del voto cubano-venezolano de La Florida.

Varios obstáculos median entre la absoluta necesidad de EE.UU. de borrar al chavismo de Venezuela y la posibilidad relativa de hacerlo. Como en Libia o Irak.

292

La situación social interna en Estados Unidos es tan tensa que solo encuentra parangón con los candentes años pre revolucionarios de 1968 a 1975, previos a la caída de Nixon. O antes en 1943 cuando el bipartidismo fue partido por el surgimiento de un candidato laborista de izquierda, al que tuvieron que asesinar para frenar su ascenso a la Presidencia.

La crisis sistémica capitalista brotada en 2008 no ha cerrado sus heridas en el sistema financiero, comercial ni en la estructura de poder global. El nerviosismo de Trump reflejaba el terror que siente toda la burguesía yanqui de perder su lugar en el sistema mundo, ante una China potencia, que amenaza con desplazar a EE.UU. como el imperio dominante en una o dos décadas.

Ni Brasil ni Colombia parecen prestarse como avanzadas de frontera para una acción militar seria contra Venezuela. Ni lo acepta un parte del generalato brasileño, ni puede el uribismo colombiano, abatido por la rebelión de mayo y junio de 2021.

Más recientemente, el triunfo de Castillo en Lima elimina al Grupo de Lima como bastión contra Venezuela.

A la oposición anti chavista le fracasaron todas, absolutamente todas las intenciones serias de golpes de Estado, o de instalar situaciones de guerra civil urbanas localizadas en Caracas, San Cristóbal, Maracay, Zulia y otros centros urbanos. Además del fracaso político y diplomático, que también fue una derrota física de la derecha, a favor de Nicolás Maduro.

A Estados Unidos le fracasó el único intento serio de ocupar el territorio venezolano, generar una guerra civil y desmontar al chavismo.

La "Operación Cúcuta" resultó un fiasco, un desastre. No se puede definir como derrota porque no hubo enfrentamientos físicos, excepto el choque entre el centenar de paramilitares colombianos contra milicianos venezolanos en un poblado fronterizo llamado La Negra, al norte de Santander, donde los milicianos y milicianas los corrieron hasta el interior de la selva. Esa "media victoria" de Maduro contra el imperialismo no tuvo los efectos sociales y políticos de Playa Girón en 1961. El gobierno de Maduro se



negó a aprovechar la victoria político-militar de Cúcuta y Santa Elena de Uairén para avanzar social y políticamente hacia el socialismo. Al contrario, la utilizó para negociar, retroceder e ingresar a la fase de desmovilización social del chavismo. Una paradoja que resulta fatal.

Las señales indican un tipo de capitulación, en la que el gobierno cedería en lo económico y en las relaciones internacionales, pero preservando dos puntos: el primero, la soberanía territorial-nacional y el segundo, el control del gobierno.

Esta podría ser una variante "nicaragüense". Así, el gobierno garantiza al imperialismo las tareas y el rol/representación de lo que haría la derecha opositora burguesa si gobernara Miraflores. Quizá, las tropelías de las FAES y otros organismos y el sospechoso secuestro de Carlos Lanz sean adelantos de ese rol buscado.

El carácter autoritario/bonapartista del gobierno no está consolidado, ni cerrado en el tiempo, o sea es tendencial, aunque cada vez pesa más.

Una buena puesta en escena de esa tendencia autoritaria/bonapartista es el discurso de Maduro del día 29 de septiembre cuando evidenció que el objetivo central del gobierno no es desatar una batería de medidas anti bloqueo, sino impedirle a la próxima Asamblea Nacional la capacidad parlamentaria de oponerse a la concentración del poder en el Ejecutivo.

El recurso es el "Estado de excepción y de guerra", con la ideología tramposa de "luchar contra bloqueo". De esa forma, el gobierno quiere dismantelar al próximo parlamento del rol que hasta hoy ocupa el Supremo Tribunal en el sistema político. Es simple: Todas las decisiones de tipo económica y financieras quedarán en manos de Miraflores, una vez que la Asamblea Constituyente de Diosdado Cabello vote la "Ley anti bloqueo".

Este Poder Ejecutivo hasta ahora gobernó con la Corte Suprema y las fuerzas policiales/militares. Su base social es el funcionariado y una nube de ilusión difusa que reposa en las mentes agobiadas del movimiento chavista.

El nuevo pacto político de gobernabilidad (el Régimen Político) nació en marzo de 2013, entre el PSUV y los generales de las FANB. Se amplió desde 2015 a fuertes grupos comerciales y a jefes policiales enriquecidos con métodos de mafia, como ha develado el Comisario Urpin desde la PNB.

Sin embargo, el movimiento chavista y bolivariano de Venezuela cuenta con enormes ventajas comparativas si lo comparamos con la Nicaragua de la degeneración sandinista. Primero, en Venezuela el movimiento sobrevive, a pedazos y en barbarie económica, pero sobrevive.



Al contrario que en Nicaragua, donde el movimiento sandinista agotó sus capacidades revolucionarias en 1989 y lo siguiente fue el gobierno de Ortega con Alemán, algo así como si en Venezuela gobernaran Maduro con el jefe de las empresas Polar.

Segundo, el chavismo cuenta con un programa social avanzado, el Programa de la Patria. Y hereda un instrumento programático de transición llamado Golpe de Timón. Ambos programas se apoyan en la autoridad póstuma del líder bolivariano. Una autoridad que el gobierno también conserva, pero a la cual reacciona cuando es implementada por el movimiento popular.

Aunque esté deformado por los babosos ropajes semi religiosos tras su muerte en 2013, Hugo Chávez sigue pesando en la memoria actual de lo que resta del "chavismo salvaje", como lo ha denominado Iturriza, para referirse al chavismo de los años 2002 a 2012. Muy a pesar de que desde marzo de 2013 Hugo Chávez fue consagrado como "Comandante supremo" y otros títulos sobre naturales, todos contra natura, algo que ni los cubanos se atrevieron a hacer con Fidel Castro.

Podemos afirmar, no obstante, que considerando que Venezuela tiene en contra todo lo que ocurre en el resto del continente, es difícil encontrar ventajas similares en la historia de movimientos similares.

De ese modo, se imponen consignas democráticas junto con las sociales. Así, la defensa de una economía no dolarizada es fundamental para desmontar la estrategia económica de capitulación a la burguesía. Y **la defensa de las Comunas y el proyecto de un Estado Comunal como consigna de transición actúa contra la estrategia de concentrar el poder en el Poder Ejecutivo y la Corte Suprema.**

Recebido em 20 jun. 2021 | aceite em 20 jul. 2021



Chile: el derrumbe del oasis neoliberal

Carlos A. Torres ¹

Resumen

Analiza la crisis neoliberal precipitada en Chile y su pérdida de legitimidad a partir de octubre 2019 cuando los movimientos sociales irrumpen en las calles interpelando al sistema político en su conjunto. Aborda las contradicciones entre movimientos sociales y partidos políticos tradicionales y el desarrollo de una nueva cultura política. Examina el proceso de la Convención Constitucional, su conformación y proyección histórica para superar la constitución legada por Pinochet. Y la participación de los pueblos indígenas y la paridad de género. Evalúa la sistemática violación de Derechos Humanos durante la rebelión social y el rol del Presidente Sebastián Piñera al respecto. Explora la próxima elección presidencial y la perspectiva de la elección de un gobierno de izquierda moderada o del centro político.

Palabras clave: Chile; neoliberalismo; fin de la historia.

Resumo

Analisa a crise neoliberal precipitada no Chile e sua perda de legitimidade a partir de outubro de 2019, quando os movimentos sociais irromperam nas ruas desafiando o sistema político como um todo. Aborda as contradições entre movimentos sociais e partidos políticos tradicionais e o desenvolvimento de uma nova cultura política. Examina o processo da Convenção Constitucional, sua conformação e projeção histórica para superar a constituição legada por Pinochet. E a participação dos povos indígenas e a paridade de gênero. Avalia a violação sistemática dos direitos humanos durante a rebelião social e o papel do presidente Sebastián Piñera a esse respeito. Explora as próximas eleições presidenciais e a perspectiva de escolher um governo moderado de esquerda ou de centro político.

Palavras-chave: Chile; neoliberalismo; fim da história.

Abstract

It analyzes the neoliberal crisis precipitated in Chile and its loss of legitimacy as of October 2019 when social movements burst into the streets challenging the political system as a whole. It addresses the contradictions between social movements and traditional political parties and the development of a new political culture. It examines the process of the Constitutional Convention, its conformation, and historical projection to overcome the constitution bequeathed by Pinochet. And the participation of indigenous peoples and gender parity. It evaluates the systematic violation of Human Rights during the social rebellion and the role of President Sebastián Piñera in this regard. It explores the upcoming presidential election and the prospect of choosing a moderate left-wing or political center government.

Keywords: Chile; neoliberalism; end of history.

295

¹ Cientista Político, Master en Ciencias Políticas (Universidad de York, Canadá), Doctor (C) Universidad de Buenos Aires (UBA). | carlostorresp@yahoo.ca



Introducción

296

Desde el mes de octubre 2019 se inicia un abierto proceso de cuestionamiento al orden neoliberal dominante en Chile. Las movilizaciones de los años anteriores, de diversos movimientos sociales exigiendo reivindicaciones sectoriales, son catalizadas por el masivo e insubordinado despertar caracterizado como estallido social, revuelta o rebelión popular. Sin afán de detenerme a precisar esta conceptualización que puede ser definida desde diversas matrices de análisis, dada la complejidad del proceso político actual, optaré por hablar de rebelión social.

Este fenómeno de insubordinación ciudadana constante nos acompaña con sus diversas manifestaciones y matices hasta la actualidad signado por turbulencias que sacuden al conjunto de la sociedad en las áreas de la salud producto del Covid19, economía, política, corrupción, seguridad, legitimidad gubernamental, violencia represiva y militarización policial del Wall Mapu, por mencionar las más expresivas que cruzan las instituciones y espacios sociales del país.

Desde la herencia de diecisiete años de la dictadura se construyó en Chile un andamiaje que aprisionó y cercenó las antiguas instituciones sistémicas y sociales del país convirtiendo las correlaciones sociales, políticas, culturales y económicas en lugares y dinámicas mercantiles. Las cuales pasaron a ser controladas por el mercado (privado) dejando al arbitrio de las transacciones monetarias los servicios y programas sociales previamente en manos del Estado o entidades del sector público. De ese modo la agenda neoliberal le da el zarpazo a los bienes del Estado y por extensión, bienes comunes del país. Y en otro sentido se instaura una suerte de híbrido democrático en el que coexisten procesos electorales y funcionamiento de partidos acompañado de un férreo Estado autoritario para controlar jurídicamente y reprimir con bestialidad



dictatorial a la disidencia social y política². Una larga lista de todo lo que solventamos a precio de usura en la actualidad en el pasado se pagaba a compañías del Estado sin fines de lucro; los servicios sociales y los bienes comunes pasaron a engrosar los activos del gran capital, conocemos los nombres de quienes se han enriquecido ilícitamente y las empresas que se han apropiado de lo nuestro³. Esto lo consigna un estudio presente de la revista Forbes donde se consagra algunas de las mayores fortunas de Chile. Con el beneplácito de la dictadura primero y el amparo de los gobiernos de la Concertación después el capital se adueñó desde nuestras aguas hasta las pensiones⁴, unos impulsaron el despojo y otros lo consintieron y hasta el presente mirar hacia el techo les parece más cómodo que enfrentar su conversión al liberalismo socialdemócrata, aceptando las reglas del juego legadas de la dictadura y su anclaje social en la mesa del rey. El despojo de los bienes comunes y del trabajo rentaba bajo la egida del capital liberado de las amarras del envejecido Estado.

² Relativización del valor de la democracia. El neoliberalismo percibe la democracia como una circunstancia histórica pero no la concibe como un proyecto consustancial de la libertad económica. En ese sentido, entiende que la libertad a la que apela trasciende el imaginario político de la democracia. Es decir, podría haber neoliberalismo sin democracia. <https://www.significados.com/caracteristicas-del-neoliberalismo/>

³ Chile aparece con 8 nombres en el tradicional ranking de la revista especializada, con Iris Fontbona y la familia Luksic, Julio Ponce Lerou, Horst Paulmann, Sebastián Piñera y familia, Roberto Angelini, Álvaro Saieh, Patricia Angelini y Luis Enrique Yarur, quienes en conjunto vieron aumentadas sus fortunas en un 73% en 2020. <https://www.elmostrador.cl/mercados/2021/04/06/los-super-ricos-chileno-forbes-pone-en-ranking-al-presidente-pinera-y-destaca-aumento-de-fortuna-en-plena-pandemia/>

⁴ Las familias súper ricas pasaron de 23,2 mil millones de dólares a 40,3 mil millones de dólares. Esto, a pocos días que el Banco Mundial indicara que 2 millones 600 mil chilenos bajaron en su nivel socioeconómico y frente a estudios como del Hogar de Cristo, Fundación Sol y otros centros de estudios, que hablan de un alza de la pobreza en el país que se situaría, en términos reales, arriba del 20%. <https://elsiglo.cl/2021/04/07/subio-74-fortuna-de-los-super-ricos-chilenos-de-232-mil-millones-de-dolares-a-403/>



Las elecciones del mes de mayo recién pasado dibujaron un nuevo escenario y reconfiguración de las relaciones sociales y políticas en nuestro país. Ya por adelantado el plebiscito del 25 de octubre del 2020 había predestinado el porvenir, más de un 78% aprobó una nueva constitución y prácticamente el 80% optó por la Convención Constitucional adelantando la tendencia de las próximas elecciones. Aunque en todas las votaciones el nivel de abstención supera el 50% es prudente afirmar que la apatía electoral esta intrínsecamente ligada al papel que juegan los partidos políticos tradicionales. Por ende podemos aseverar que un nuevo ciclo de lucha política se ha inaugurado en Chile rompiendo con pretéritas tradiciones que han atacado los intereses de los sectores populares para el beneficio de las clases dominantes y la elite en el poder, dicho de otro modo el régimen neoliberal.

La elección de las y los constituyentes independientes y la Lista del Pueblo deja de manifiesto que la cultura política se va transformado en la misma medida que las instituciones neoliberales sufren la erosión del manejo y abuso del poder. Sin embargo desde el gobierno y la derecha aun no absorben cabalmente el shock sufrido ante la pérdida de legitimidad, y buscan con razón, en defensa de los intereses que salvaguardan, maniobrar para salvar al menos parte del imperio económico-institucional que con las políticas neoliberales habían construido. Todo indica que los enunciados de Naomi Klein se revierten cual boomerang contra el mismo tratamiento de shock utilizado por la derecha para imponer el modelo neoliberal en Chile⁵.

⁵ La doctrina del shock es la historia no oficial del libre mercado. En cada lugar del planeta la implantación del libre mercado responde a un programa de ingeniería social y económica que Naomi Klein designa como «capitalismo del desastre». La llamada "doctrina del shock" corresponde al conocido tratamiento de choques eléctricos aplicados a internos de psiquiátricos pero extendido a la sociedad entera, Klein explica como el capitalismo sabe utilizar la violencia en todo su espectro para crear crisis en los individuos e introducir en la estructura completa cambios que en estado normal serían más dificultosos de lograr. <https://www.mujiresenred.net/spip.php?article1976>.



La crisis combinada que se inicia con la rebelión social y continúa con el covid19 empiezan a cerrar un ciclo de dominación sistémica inmoral en tanto sus políticas y sus entidades son impugnadas y cuestionadas por los movimientos sociales de octubre 2019 como asimismo se devela su insolvencia sanitaria para lidiar con la pandemia desatada por el Covid19.

Mientras, en el periodo más brutal de la pandemia extensos sectores de la población que habían logrado eludir la pobreza, deuda mediante y esforzado cumplimiento laboral, vuelven a caer bajo los índices de pobreza y cruel vulnerabilidad⁶. Y por otro lado los llamados super ricos, según publica el periódico el Siglo, su fortuna subió un 74%: de 23,2 mil millones de dólares a 40,3 de la moneda americana.

¿Crisis en el neoliberalismo o crisis del neoliberalismo?

Una explicación a la profunda y perversa contradicción de acumulación de riqueza nos lleva a la candente afirmación que el capitalismo neoliberal ha fracasado estrepitosamente en Chile, tal como lo hemos denunciado por largos años sin tener la capacidad para contener su avasallador embate. Las secuelas, como observamos y tal como siempre ocurre en el capitalismo, la pagan los hombres y mujeres de trabajo. El hambre actual que muerde a los barrios populares se acoplará, una vez más, con la pobreza extrema a la cual, con espanto, van regresando millones de hombres y mujeres

⁶ Entre 2006 y 2017, **Chile** había reducido la **pobreza** (ingresos de menos de USD5,5 al día), de 19,6% a 3,7% y el porcentaje de población vulnerable (ingresos entre USD5,5 y USD13 al día) se había reducido de 43,9% a 30,1%. Chile ha sido una de las economías de más rápido crecimiento de América Latina en las últimas décadas, lo que ha permitido al país reducir significativamente la pobreza. Sin embargo, más del 30% de la población es económicamente vulnerable y la desigualdad de ingresos sigue siendo elevada. <https://www.bancomundial.org/es/country/chile/overview#:~:text=Entre%202006%20y%202017%2C%20Chile,%25%20a%2030%2C1%25>.



con su prole, los mismos que trabajan, producen y alimentan a toda la sociedad.

Las pedanterías de la Concertación de Partidos por la Democracia (La Concertación)⁷ sobre la reducción de la pobreza extrema se desploman como un castillo en el aire, lo que no es falaz es que muchos conversos pudieron construir un socialismo muy suigéneris; bienestar para mí y los míos, los demás que se jodan en manos del mercado. Los conversos han devenido los administradores, asesores, sirvientes y renegados al servicio del neoliberalismo, muchos de ellos se transformaron en intelectuales y académicos orgánicos del régimen neoliberal⁸.

Por esta razón y ante la debilidad relativa y transitoria del modelo es imperativo ampliar y fortalecer acuerdos y alianzas que permitan efectivamente cercar al modelo en la arena constitucional y derrotarlos en el terreno electoral, ello, sin perder de vista que solo de la movilización popular surgirá la fuerza social organizativa que permitirá profundizar las reformas constitucionales, políticas y económicas para superar el modelo.

Para liberar toda la potencia contenida es necesario atreverse a incursionar en cambios que por sus contenidos tengan características transformadoras y revolucionarias, en el sentido profundo e integral del concepto. Los cambios deben ser democráticos por sus formas

⁷Concertación de Partidos por la Democracia. La Concertación de Partidos por la Democracia es una de las alianzas políticas y electorales más estables de nuestra historia política reciente. Conformada por el Partido Demócrata Cristiano, el Partido Socialista, el Partido por la Democracia y el Partido Radical Social Demócrata, se mantuvo en el poder por cuatro períodos presidenciales consecutivos entre 1990 y 2010. Y nuevamente electos en 2014. https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Concertaci%C3%B3n_de_Partidos_por_la_Democracia

⁸ Mónica Echeverría: "Eugenio Tironi y Enrique Correa son peligrosos"

En entrevista con Patricio López, la profesora y dramaturga Mónica Echeverría habla sobre su reciente libro "¡Háganme callar!", en el que recuerda a políticos que frecuentaban su casa durante la resistencia a la dictadura, muchos de los cuales hoy son serviles al sistema. "Hay ciertas cosas sobre nuestra historia con las cuales no podemos transar", afirma. <https://radio.uchile.cl/2016/05/19/monica-echeverria-todos-los-ideales-que-fueron-nuestros-estan-marchitos/>



organizativas y movilizadoras y por la gestación de nuevas prácticas políticas, que congreguen la indignación con las propuestas. Y revolucionarias por la radicalidad rupturista con el legado de la dictadura civil militar, por sus propuestas transformadoras y por la convicción de imponerse sobre el capitalismo y construir una sociedad de mujeres y hombres libres.

Dicho de otro modo el cambio al que debemos postular debe emanar desde abajo, desde las organizaciones y sectores excluidos, oprimidos, discriminados del país. De otro modo se corre el riesgo que en el camino se pierda el rumbo a pesar de las buenas intenciones de quienes han servido de intermediarios de los intereses populares, por muy buenas intenciones que ellos tengan sea en su calidad de líderes sociales o de partidos tradicionales. En los laberintos del poder institucional-estatal se confunden, burocratizan y corrompen las ideas más revolucionarias, si observamos América Latina, Chile incluido, se puede constatar sin muchas dificultades.

El Cono Sur y sus dilemas

Mientras en el Cono Sur de América el movimiento popular brasileño sacude al gobierno del ultraderechista de Bolsonaro y ya se perfila la próxima elección entre los paladines del neoliberalismo del presidente en ejercicio y Luiz Inácio Lula da Silva que viene proponiendo salir progresivamente del neoliberalismo por la vía de recuperar la democracia, la economía y la participación social. Ninguna de ambas alternativas acomoda bien a la derecha económica transnacional pero no se ven en el futuro cercano opciones diferentes y Lula representa seguramente la opción posible para este tiempo en Brasil. En Perú en el intertanto el neoliberalismo arrinconado por el profesor de izquierda Pedro Castillo recurre a todas las artimañas posible para desconocer la elección en segunda vuelta que dio la victoria al candidato del partido Perú Libre, Castillo sostiene que, “Un nuevo tiempo se ha iniciado. Millones de peruanos/as se han alzado en defensa de su dignidad y justicia.



Gracias a los pueblos de todo el Perú que desde su diversidad y fuerza histórica me han brindado su confianza. Mi gobierno se deberá a toda la ciudadanía”. El presidente electo es en la actualidad apoyado por una amplia coalición de fuerzas sociales y políticas. Y en Bolivia se consolida el rol del MAS y la presidencia de Luis Arce después del golpismo institucional que removi6 al compañero Evo Morales del gobierno como resultado de las maniobras del Pentágono y la abierta orquestaci6n de Luis Almagro para conspirar contra la izquierda en América Latina tal como lo hace contra la República Bolivariana de Venezuela sin lograr socavar el gobierno del presidente Nicolás Maduro.

Creemos que los movimientos sociales y partidos de izquierda de Chile aprenderán de las lecciones hist6ricas de esta regi6n para dismantelar el régimen neoliberal sin pausa y sin tregua; como sentencia un proverbio africano, y que fue invocado por los estudiantes secundarios, marchamos lentamente porque vamos lejos.

El capitalismo, sin respuesta a la crisis de acumulaci6n del capital y el espejismo del desarrollo de los años sesenta, impuls6 desde la cuna de los Chicago Boys en Estados Unidos un modelo econ6mico que se extendi6 al funcionamiento estatal siendo exportado a escala global pero tuvo en Chile a partir de la dictadura su discipulo más aventajado. Sin embargo como la consigna popular lo sentencia en los muros de Chile, “Aquí yace el neoliberalismo, que naci6 y muri6 en Chile”.

Las necesarias transformaciones por venir se avizoran en el horizonte cercano, no obstante será necesario desectarizar el discurso y las prácticas políticas, de lo contrario el régimen neoliberal podrá retomar la iniciativa, rearticular alianzas y ceder en áreas no vitales ni estratégicas del modelo imperante para salvarlo y recomponerlo.



La retroexcavadora de Quintana⁹ y la opinión del Partido Comunista de rodear la Convención Constitucional—de movilización social y sus propuestas para contener la intrusión empresarial—cobran absoluta pertinencia para desarmar el tinglado neoliberal de Pinochet-Lagos y elaborar una constitución que imponga y legitime la soberanía constitucional en el pueblo¹⁰.

El camino no está despejado y se percibe un andar sinuoso por donde deberá transitar la Convención Constitucional, las y los constituyentes electos representan a sectores heterogéneos y diversos en sus aspectos etarios, culturales e ideológicos. Lo cual dificulta el dialogo y los acuerdos primordiales para empezar la tarea de refundar la institucionalidad quebrantada por el golpe de Estado de 1973.

Hacia un nuevo régimen político

El avance circunstancial de la izquierda¹¹—en sus diversas expresiones—en la elección del 15 y 16 de mayo bosquejó un nuevo mapa político social tanto en las elecciones de constituyentes como en las elecciones de alcaldes, Cores y gobernadores; la nueva

⁹ Senador Jaime Quintana anuncia "retroexcavadora" contra modelo neoliberal. "Nosotros no vamos a pasar una aplanadora, vamos a poner aquí una retroexcavadora, porque hay que destruir los cimientos anquilosados del modelo neoliberal de la dictadura. El lucro, la selección, la discriminación y la mala calidad. Fuente: Emol.com

<https://www.emol.com/noticias/nacional/2014/03/25/651676/nueva-mayoria-advierde-que-pasara-retroexcavadora.html>

¹⁰ A más de cinco años del conocerse los casos de financiamiento irregular de la política, la relación entre dinero y política sigue siendo estrecha. Si bien hoy la ley impide los aportes de personalidades jurídicas a las campañas electorales, esto no ha impedido que los detentores de los grupos empresariales busquen, con dinero en la mano, llevar sus intereses al debate constitucional. ¿Otra manera de 'rodear' la Convención? El rol de los grandes poderes económicos en el financiamiento de campañas. <https://radio.uchile.cl/2021/04/07/otra-manera-de-rodear-la-convencion-el-rol-de-los-grandes-poderes-economicos-en-el-financiamiento-de-campanas/>

¹¹ Por izquierda caracterizamos a los amplios sectores sociales y políticos que de alguna forma recogen el legado de las luchas y reivindicaciones populares que irrumpen con mayor certeza desde el 18 de octubre, 2019.



categoría que intenta dar apariencias democráticas a las fenecidas intendencias. La derecha solo pudo capturar una gobernación regional después de la segunda vuelta. Por otro lado se materializa el avance de la "izquierda social", muchos independientes, autónomos y a la vez rupturistas con el modelo neoliberal, que superan el horizonte de la izquierda parlamentaria, en tanto no se subordinan a las componendas partidarias ni a los acuerdos por la paz de noviembre del año 2019. Sin embargo la simultaneidad de los procesos políticos y movilizaciones de diverso alcance sumado a la multiplicidad de instancias de poder político institucional (aunque deslegitimado) confrontadas y en disputa debido a la superposición de poderes y funciones¹². La movilización social se continuará debido a la sospecha concerniente al alcance efectivo de la Convención Constitucional para superar de una vez por todas la Constitución Pinochet-Lagos también desbordará la ya alicaída institucionalidad neoliberal.

Todo indica que los partidarios del modelo no logran percatarse que su régimen está sumido en una profunda crisis, desde su presuntuoso modelo de desarrollo—solo para la elite y un espejismo para la clase trabajadora—y el sistema político y todas sus instituciones, hasta las castrenses, judiciales, policiales y religiosas. La expresión más alevosa del odio social (de clase) es manifestado por el Poder Judicial al mantener pertinazmente en prisión, bajo oscuras acusaciones y truculentos montajes armados por carabineros, a los presos políticos de la revuelta social iniciada en octubre 2019. Situación muy similar a lo que acontece recurrentemente en el Wall Mapu, el territorio del Pueblo-Nación Mapuche

¹² En los próximos meses observaremos dinámicas de abierta conflictividad en el escenario político, tanto de las fuerzas políticas, como entre los distintos poderes del Estado, debido a la simultaneidad inédita de varios procesos políticos, como la deliberación constituyente, la definición presidencial, las elecciones parlamentarias y las demandas territoriales impulsadas por los gobernadores regionales, que van a exigir su espacio en la discusión nacional. Andrés Cabrera, El Mostrador, 21 de junio 2021.



El escándalo leguleyo de los tribunales los llevó a sumariar al juez de garantía Daniel Urrutia y castigarlo a ejercer como juez de cobranza intentando estigmatizar su labor de juez de garantía pero de manera unánime, el pleno de la Corte de Apelaciones de Santiago levanto la sanción en contra del juez Urrutia, y este podrá retornar al 7° Juzgado de Garantía¹³. El Poder Judicial se alinea invariablemente, como todos sabemos, con el poder político y empresarial. Por la trayectoria de los tribunales y su complicidad con la dictadura cívico-militar, el juez de garantía Daniel Urrutia ha llamado a refundar ese poder del Estado.

Las grietas en el consenso neoliberal son el resultado de la larga lucha de las organizaciones y movimientos sociales e indígenas de Chile desde alrededor del 2010, y todas las movilizaciones populares sectoriales que el régimen (consenso) neoliberal menospreció y se atrevió a catalogar de protestas de grupos de interés, antisociales, desavenidos o insatisfechos. Mientras la elite desde el olimpo se jactaba de las cifras macroeconómicas no podían ver que en el pueblo, al que despojaron incluso de identidad, algo se forjaba hasta llegar a octubre de 2019. Parece olvidar que se reían y humillaban a las trabajadoras y trabajadores; compren flores, levántense más temprano, que bien que hacen vida social en las filas de los hospitales y consultorios; así la elite en el poder menospreciaba a los hombres y mujeres de trabajo. Ahora reclaman porque el pueblo no quiere dialogar con ellos ni establecer acuerdos de pasillos ni en las cocinas¹⁴, de los barrios acomodados por cierto,

¹³ El magistrado había sido castigado y se ordenó sumariarlo por resolver en 2020 la libertad de integrantes formalizados de la "primera línea", en el marco del estallido social, pero mientras arreciaba la pandemia que azotaba a la Región Metropolitana. Lo mismo hicieron en las semanas venideras el resto de sus colegas del mismo tribunal, pero no fueron inquiridos por el tribunal de alzada capitalino.

<https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2021/06/23/libertad-a-primera-linea-corte-revoca-traslado-a-juez-de-garantia-daniel-urrutia.shtml>

¹⁴ [En Chile] La política es una cocina donde no pueden estar todos. A través de estas palabras del senador Andrés Zaldívar se puede entender el proceso de negociación de la Reforma Tributaria, cuyo proyecto original pasó sin sobresaltos la Cámara de Diputados, pero que terminó siendo "cocinado" y reformulado en el Senado y en las



puesto que en las cocinas de los barrios populares se sentirían muy fuera de lugar.

El factor de características transformadoras que cruza a Chile fue la irrupción de la Lista del Pueblo que eligió a 27 miembros para la Convención Constitucional y son los más decididos a terminar con el neoliberalismo en la nueva Constitución. A pesar que recientemente han caído en profundas contradicciones y crisis política, la evidencia es que desde el pueblo movilizado se buscan nuevas formas de representación.

Sin embargo en las elecciones de alcaldes, concejales y gobernadores el Centro Político obtuvo una alta votación que es necesario observar para no caer en excesos triunfalistas. Y, aunque el Partido Comunista logró triunfos históricos en la Alcaldía de Santiago y el Frente Amplio también en alcaldías y gobernaciones de grandes ciudades es necesario igualmente distinguir entre la elección de los constituyentes de la Convención Constitucional para redactar la nueva Constitución, que entrará en vigencia en dos o tres años, y la elección de alcaldes, concejales y gobernadores que seguirán gobernando hasta entonces.

Las cartas no están todavía echadas y al régimen neoliberal en crisis aún le queda vida y seguirá siendo así hasta que la fuerza social organizada los empuje hasta sus madrigueras y dejen de hacer daño a la sociedad. La elección de alcaldes, Cores, y participantes de la Convención Constituyente reconfiguró el mapa político general, no obstante a la bestia todavía le queda toxina y jugara las cartas de la reinención. En este escenario la sombra del tercio para bloquear las necesarias reformas constitucionales promovidas por la derecha puede derivar en un fantasma que buscara articular a otros sectores y no sería extraño que esferas del centro político accedan a ser parte de un consenso neoliberal de nuevo tipo. No olvidar que la lucha electoral en general y la defensa profusa de los privilegios de clase puede con facilidad contaminar y corromper.

casas de unos pocos. <https://www.elmostrador.cl/varios/2014/07/22/la-cocina-oligarquica-de-la-politica-chilena/>



Francis Fukuyama, y el fin diferido de la historia¹⁵

La elección Presidencial es una incógnita, lo más probable que se reitere la historia y que los tres candidatos /as con posibilidades de ganar las elecciones, uno por la derecha, una candidata de la antigua Concertación y uno por la izquierda FA -PC diriman la elección del nuevo gobierno en noviembre de este año. Lo sorprendente podría ser, dada la coyuntura política, que la derecha no pase a segunda vuelta y la elección presidencial concluya entre la Concertación (DC, PS, PPD, PR y liberales) y la izquierda. En ese escenario es aun prematuro invocar certezas absolutas.

Sin embargo, así como en octubre de 2019 los movimientos sociales precipitaron los cambios, que las clases dominantes resisten para preservar sus mezquinos e ilícitos intereses, tampoco es imposible concebir un vuelco en el proceso actual de la lucha política y la lucha de clases que se despliega con renovados bríos. El electoralismo de la carrera presidencial se ha tomado la escena tendiendo un manto de sombra a la Convención Constitucional cuando los esfuerzos deberían centrarse en el proceso constituyente.

A pesar del avance circunstancial de la izquierda tradicional en las elecciones de constituyentes para la Convención Constitucional (CC), también es cierto el avance de la "izquierda social" en los procesos electorales, muchos independientes de izquierda y a la vez rupturistas con el modelo neoliberal y más radicales que la izquierda tradicional.

¹⁵ El ensayo de Fukuyama constituye un intento de explicación del acontecer de los últimos tiempos, partir de un análisis de las tendencias en la esfera de la conciencia o de las ideas. El liberalismo económico y político, la "idea" de Occidente, sostiene el autor, finalmente se ha impuesto en el mundo. Esto se evidencia en el colapso y agotamiento de ideologías alternativas. Así, lo que hoy estaríamos presenciando es el término de la evolución ideológica en sí, y, por tanto, el fin de la historia en términos hegelianos. Si bien la victoria del liberalismo por ahora sólo se ha alcanzado en el ámbito de la conciencia, su futura concreción en el mundo material, afirma Fukuyama, será ciertamente inevitable. https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20200110/20200110153125/rev37_fukuyama.pdf



Por otro lado en las elecciones de alcaldes, concejales y gobernadores el Centro Político obtuvo una alta votación que lo mantiene con no despreciable fuerza dentro del sistema institucional. También el Partido Comunista logró triunfos históricos en la Alcaldía de Santiago y el Frente Amplio lo mismo en ciudades importantes de Chile. Igualmente lograron elegir gobernadores regionales, lo que demuestra un fortalecimiento de la izquierda aunque no la transforma todavía en un factor determinante de las relaciones de poder.

Chile enfrenta un gran dilema y es necesario distinguir entre la elección de los constituyentes de la Convención Constitucional para redactar la nueva Constitución, que entrará en vigencia en dos o tres años, y la elección de alcaldes, concejales y gobernadores los cuales seguirán gobernando hasta entonces. El proceso político por ende transita por al menos dos bandas, “lo nuevo, la convención constitucional que trabaja en la redacción de una nueva constitución y lo viejo, que mantiene vivo al sistema político y la institucionalidad vigente pero que pronto deberán ensamblar relativamente pronto”.

La elección Presidencial es igualmente una incógnita, lo más probable que se repita la historia y que solo tres candidatos /as tendrán posibilidades de triunfar en las elecciones, uno por la derecha, una candidata por el Centro (línea Bachelet y antigua concertación) y uno por la izquierda FA, PC y algunos partidos menores. Lo sorprendente podría ser, y es un escenario electoral posible, que la derecha no pase a segunda vuelta y la elección presidencial se dirima entre el centro político y la izquierda como se sugiere más arriba. En ese escenario lo más probable es que gane el Centro. La izquierda institucional, incluido el Partido Comunista está haciendo un buen trabajo pero el fantasma de la guerra fría y el anticomunismo está lejos de disiparse.

De todos modos, así le fastidie a la derecha tendremos en Chile una nueva constitución, se podrán eliminar muchas de las políticas neoliberales y la herencia constitucional de la dictadura será



desautorizada por una nueva carta magna redactada por constituyentes, mujeres y hombres electos por la ciudadanía.

Piñera, ya agotado, sin libreto ni legitimidad terminará sus días igual o peor que Pinochet abandonado por sus partidarios e incluso por sus partidos. Mientras tanto el movimiento popular busca ávidamente diversos derroteros para sacudirse de la destrucción del capitalismo neoliberal.

La certidumbre es que la nueva constitución será redactada por 57 mujeres y 58 hombres—paridad de género—y 17 representantes de las naciones indígenas. Se eliminará la constitución neoliberal heredada de Jaime Guzmán y Augusto Pinochet y su clasista constitución redactada en un contexto de represión y sin participación ciudadana. Esa constitución ilegítima por su concepción y redacción fue apadrinada y refrendada por Ricardo Lagos el año 2005, un socialista liberal identificado con Blair y Europa más que a América Latina y un colega cercano de Fernando Henrique Cardoso.

Existe energía en el país para que este caminar confluya en el proceso más democrático de la historia de Chile y por ende la Asamblea Constituyente quizá deba esperar su momento pero estamos ante la amplificación hereje—aunque inesperada—de una cultura política que amenaza romper con tradiciones arcaicas, coloniales, autoritarias, patriarcales y clasistas. En esa dirección se proyecta la Convención Constitucional.

Pero, no solo están amenazados los partidos tradicionales de derecha sino que de igual modo los partidos tradicionales de izquierda que de no mediar una profunda transformación terminarán como sus pares de derecha para ello no obstante deberán transitar un largo y sinuoso camino¹⁶. El régimen neoliberal implantado por

¹⁶ La izquierda tiene que volver a sus orígenes, a los grupos sociales excluidos que ha olvidado durante mucho tiempo. La izquierda dejó de hablar o de saber hablar con las periferias, con los más excluidos. Quien habla hoy con las periferias y con los más excluidos son las iglesias evangélicas pentecostales o los agitadores fascistas. Hoy en día, el activismo de izquierda parece limitarse a participar en una reunión del partido para hacer un análisis de la situación (casi siempre escuchar a los que están haciendo). Los partidos de izquierda, tal como existen hoy, no pueden hablar con las



este duopolio ha entrado en una profunda encrucijada y será muy arduo su rescate dada las características de la crisis del modelo y del sistema político en su conjunto.

La interminable transición a la democracia jamás llegó durante este régimen consensuado y para hablar sin eufemismo quizás nunca fue un objetivo de los partidos de ambos bloques. Sin embargo, ahora, con la fuerza de la movilización de las organizaciones y movimientos sociales del pueblo, la transición a la democracia empieza a tomar forma de un modo inesperado para las elites.

Los estudiantes rebeldes, una vez más, fueron el detonante que encendió el oasis de Sebastián Piñera, quien afirmó que “estábamos en guerra contra enemigos peligrosos”. Los luchadores y luchadoras sociales se convirtieron en vándalos y delincuentes que por reclamar por 30 pesos de alza del ticket del metro, el Estado neoliberal les descargó toda su violencia represiva. El general Javier Iturriaga comisionado para aplacar la ira popular declaró a poco andar que él no estaba en guerra con nadie y que era una persona feliz. Contrafraseó a su jefe directo, Piñera, y poco le faltó para indicarle que este era infeliz, probablemente el General Iturriaga verá truncada sus aspiraciones de ascenso. No obstante el papel de los militares en la calle, como último dique de contención de la irritación popular fue el previsto; abusos, vulneración de derechos, humillación y violación sistemática de los DDHH.

La recurrencia invariable de la represión, las golpizas indiscriminadas, abuso y acoso sexual a mujeres, la tortura a adolescentes y el uso gas lacrimógeno y pimienta, los disparos de perdigones, balines y munición de guerra han constituido sistemáticamente violación de los derechos humanos, políticos y sociales de quienes se manifiestan contra las graves injusticias del

voces silenciadas de las periferias en términos que estas entiendan. Las izquierdas deben reinventarse. *Boaventura de Sousa Santos*. 15 junio 2021. <http://www.other-news.info/noticias/2021/06/quince-tesis-sobre-el-partido-movimiento/>



régimen imperante. La mutilación ocular de más de cuatrocientas personas por el uso criminal y alevoso de perdigones representan hechos cobardes cometidos por agentes del Estado contra quienes disienten del gobierno y sus políticas. El dolor de Chile vuelve a ser ejecutado por la derecha y sus fuerzas armadas y de orden, tendrá que haber verdad y justicia para todas y todos los violentados por el gobierno de Piñera, que dejó ciegos a Gustavo Gatica y Fabiola Campillai, símbolos sobrevivientes de su crueldad represiva.

El desenlace de esta crisis solo puede tener una salida hacia adelante para efectivamente reorientar la historia marcando el fin de una trágica época. La calle tiene la última palabra.

Es verdad como se ha escrito en los muros de Chile durante el inicio de la rebelión social, "no fueron los treinta pesos del alza del metro, fueron treinta años de abuso"; el pueblo volvió a la calle y regresará a ella, pandemia mediante, para asegurar que el pinochetismo y sus seguidores no levanten cabeza y se pudran en la maraña de la nostalgia por el dictador desterrando al mismo tiempo el neoliberalismo para siempre.

Recebido em 24 ago. 2021 | aceite em 27 ago. 2021.



Revolução e contrarrevolução: dois conceitos a serem reformulados | anexo: Manifesto do *Capitalexit*¹

Jean Sève²

Tradução: Paulo Alves de Lima Filho³

312

Resumo

O texto apresenta uma nova definição de revolução a partir da crítica às formas teóricas vulgares de conceber uma revolução. Neste sentido, ampara-se sobre concreções comunistas nas instituições francesas e outras formas cooperadas de concreções comunistas na sociedade francesa. Propondo uma nova forma de enfrentar os desafios da práxis revolucionária nos polos de vanguarda do capitalismo.

Palavras-chave: comunismo; capitalexit; revolução.

Resumen

El texto presenta una nueva definición de revolución basada en la crítica de las formas teóricas vulgares de concebir una revolución. En este sentido, se basa en concreciones comunistas en las instituciones francesas y otras formas cooperativas de concreciones comunistas en la sociedad francesa. Propone una nueva forma de afrontar los desafíos de la praxis revolucionaria en los polos de vanguardia del capitalismo.

Palabras clave: comunismo; capitalexit; revolución.

Abstract

The text presents a new definition of revolution based on the critique of the vulgar theoretical ways of conceiving a revolution. In this sense, it is based on communist concretions in French institutions and other cooperative forms of communist concretions in French society. It proposes a new way of facing the challenges of revolutionary praxis at the vanguard poles of capitalism.

Keywords: communism; capitalexit; revolution.

¹ Este Ensaio inédito foi recebido em francês, por e-mail, pelo Professor Paulo Alves de Lima Filho em suas comunicações com o Professor Jean Sève. O texto é complementado com o anexo do Manifesto do *Capitalexit*, disponível em: <https://capitalexit.org/>.

² Fundação Gabriel Péri – Paris - França | jean.seve@orange.fr

³ Doutor em Ciência Política pela PUC-SP e mestre em Economia pela Universidade da Amizade dos Povos “Patrice Lumumba” – URSS. Coordenador Geral do IBEC.



Introdução

Muito comumente, em particular na França, a "revolução" é analisada e, portanto, entendida e esperada como um evento pontual, mais ou menos violento, realizado em benefício de um equilíbrio de poder em um momento favorável, correspondendo a uma *janela histórica*, provocando, assim, uma mudança política mais ou menos radical na cúpula do Estado. A revolução está quase sempre... *por vir*, abrindo-se para um "amanhã brilhante". Desde as primeiras conquistas "democráticas", com a conquista do sufrágio universal mais ou menos amplo, essa "*noite de gala*" pode significar uma vitória eleitoral e acaba se identificando com ela hoje, com a generalização do sufrágio universal. No entanto, falamos, com a mesma frequência, de "revolução feminista", uma expressão que claramente vai contra essa aceitação atual.

Na verdade, se nos limitarmos à única história francesa das chamadas "revoluções", "burguesas" assim como "proletárias" (a Revolução Francesa iniciada em 14 de julho de 1789, a segunda revolução de 10 de agosto de 1792 que derrubou a monarquia e promoveu a primeira República Francesa, a revolução de 1830 que, pelos três anos gloriosos, mais uma vez derrubou a monarquia para fundar uma monarquia parlamentar (a "monarquia de julho"), a revolução de 1848 que levou ao nascimento da Segunda República, a Comuna de Paris de março-maio de 1871, a vitória da Frente Popular de maio de 1936, a insurreição armada da Resistência em 1944-1945 e a Libertação, os dias de maio-junho de 1968, a vitória da esquerda em maio de 1981, até mesmo a de outubro de 1917, a segunda revolução russa, com suas ricas repercussões na França), e se compararmos esta história com as grandes conquistas sociais, podemos legitimamente cultivar este evento impulsionado e fundamentalmente político da revolução. Mas, com isso, vislumbra-se, no fundo, uma "revolução" *pelo alto*, que muito diz sobre o objetivo e a estratégia perseguida. Mas, deveríamos nos surpreender nas sociedades de classes onde o poder, aparentemente, está intimamente ligado ao aparelho do Estado, uma ferramenta de dominação da classe que possui os meios de produção e troca. É profunda a ilusão de uma conquista do poder político, sem dominar o aparelho produtivo (ou mesmo controlando-o parcialmente após as nacionalizações, o que acaba não mudando muito), possuir as chaves da revolução. Deste ponto de vista, esta concepção de revolução está intimamente ligada a uma sociedade dividida em classes, e mesmo, ao forçar a linha, pode ser qualificada como uma



concepção "burguesa" de ruptura com a ordem dominante, na medida em que o estrangulamento do estado permitiria o estabelecimento de uma ditadura do proletariado. Nós tomaríamos o poder tal como a burguesia o fez em várias ocasiões na França.

Mas é claro que, sancionados pelos repetidos fracassos desses "golpes de força", dessas tomadas de poder nunca tomadas, no sentido de que, em lugar nenhum, não permitiram a *saída efetiva das sociedades de classe*, nunca transferindo o poder real para os trabalhadores, esta "revolução pelo alto" está hoje claramente desqualificada (a não ser para ser a última fase, certamente necessária, de um processo revolucionário que atingiu a maturidade, transmutando o fim em forma simples). Nunca nos esqueçamos de que a Revolução Francesa foi fruto de vários séculos de desenvolvimento das relações comerciais dentro da monarquia francesa e que a análise poderia ser ampliada para muitas outras "rupturas" importantes na história de uma formação social. Nunca são mais do que a conclusão de um longo processo preliminar de amadurecimento dos antagonismos de uma dada formação social. Como Marx já analisou em 1852, analisando o fracasso da revolução de 1848, um "*coup de main*" que temporariamente arrancou avanços democráticos, mas aniquilado pelo "*coup de tête*" de dezembro de 1851 (golpe de estado de Louis-Napoleão Bonaparte que levou à fundação do Segundo Império), "*a sociedade parece agora ter voltado abaixo do seu ponto de partida; na verdade, deve começar por criar o seu ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as relações, as condições que, por si só, permitem seriamente uma revolução moderna*"⁴. De certa forma, aqui tudo está dito. A "situação" refere-se a todos os pressupostos necessários antes que uma revolução seja simplesmente possível, começando com as relações (irei insistir nisso longamente) que se referem às relações sociais revolucionárias possibilitadas pelo surgimento das forças produtivas, competindo com as relações dominantes, e as condições referem-se a circunstâncias precisas, à janela histórica que abre possibilidades.

Defenderei aqui a tese segundo a qual essa concepção fundamentalmente política e orientada pelos acontecimentos da "revolução" está hoje claramente datada e historicamente desatualizada. Vou propor uma hipótese: a revolução que visa passar a uma sociedade não apenas pós capitalista, mas sobretudo "pós-classista" deve necessariamente ser feita à

⁴ Vide *O dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. Editions Sociales, 1984, p. 73.



imagem desta última. Deve renunciar o que será a sociedade ainda não nascida. Em outras palavras, o "proletariado operário e camponês", que hoje se tornou um grupo de trabalhadores ultra dominante e assimilado, mais ou menos altamente qualificado, com a condição de imperativamente tomar consciência de si mesmo, não pode derrubar a ordem social *primeiramente* apenas reapropriando-se dos meios de produção e de troca (para a sua *comunização*), sem necessariamente passar pelo estado "burguês", que está fadado a desaparecer como tal. A destruição-reconstrução do poder do Estado é um passo fundamental na construção de uma sociedade pós capitalista. Isso explicaria fundamentalmente o fracasso recorrente do "socialismo planejado" soviético, maoísta ou castrista, que nunca realmente teve esse objetivo, obcecado, por causa dos atrasos do desenvolvimento inicial, por sua simples sobrevivência em um ambiente imperialista hostil e focado, por boas razões, sem dúvida, no desenvolvimento de suas forças produtivas.

Devemos, portanto, repensar profundamente o conceito de revolução, dialetizando-o, e admitir que a revolução é fundamentalmente e antes de tudo um processo muito mais complexo (o que remete à definição de comunismo de Marx: *"O comunismo não é para nós nem um estado que deve ser criado, nem um ideal sobre o qual a realidade terá que ser regulada. Chamamos de comunismo o movimento real que abole o estado atual. As condições desse movimento resultam das premissas atualmente existentes ..."*, que se inscreve no longo prazo, que põe em jogo forças revolucionárias e contrarrevolucionárias contraditórias (luta de classes), fonte de saltos qualitativos que conduzem a ultrapassagens revolucionárias, nunca realmente adquiridas definitivamente, mas, no final, cumulativas, das quais podemos extrair o que foram ou serão momentos-chave amanhã. Em outras palavras, qualquer revolução é uma jornada longa e muito complexa, sempre observável no presente e com futuros e flashbacks. Além de conceber a revolução como um todo em evolução, ela também deve ser analisada como uma soma de *rupturas* quantitativas e qualitativas, das quais darei exemplos a seguir. É assim que as relações sociais, tanto quanto as forças produtivas, evoluem continuamente dentro de uma formação social. Nesse sentido, qualquer contrarrevolução deve ser analisada da mesma forma, como sendo portadora de regressões ou obstáculos à revolução em andamento.



Repensando a revolução

Aqui, eu pegaria o caso clássico da França no primeiro quarto do século XXI, que pode ser extrapolado, *mutatis mutandis*, para muitos países capitalistas desenvolvidos.

Esta França contemporânea está mergulhada, por muitos anos, senão décadas, na crise interminável de um capitalismo enfim ultraliberal, forjado por suas próprias contradições. Aqui temos claramente as “condições” favoráveis acima mencionadas por Marx. Para além das deslocalizações industriais, o controle do CAC 40⁵ pelo capital apátrida, a desindustrialização aliada à metropolização, ambas destrutivas (para todos os chamados espaços marginais), símbolos tangíveis de uma desclassificação dos nossos territórios numa economia globalizada, de uma corrida *macroniana* precipitada para uma ilusória *nação start-up*, podemos distinguir claramente três antagonismos essenciais que são particularmente visíveis em nosso território e que certamente afetam a França atual tanto quanto o resto do planeta (em vários graus): *de uma atual extremamente avançada socialização da produção de bens e serviços* (em última análise, referindo-se ao crescente fosso entre as forças produtivas e as relações sociais dominantes) que abre o caminho para a possível saída do capitalismo, tornando a gestão da economia pelo setor privado totalmente contraproducente, o da *degradação acelerada de nosso meio ambiente* a ponto de colocar em perigo menos o planeta do que toda a humanidade, um desastre portanto tanto ambiental como antropológico, o da pauperização acelerada de nossos concidadãos diante das piores dificuldades enquanto todo o capitalismo se baseia fundamentalmente no consumo, condição para a realização do valor contido na mercadoria. Cada uma dessas contradições, em seu nível, em última análise, condena o capitalismo e torna necessária uma revolução.

Para ilustrar apenas a primeira de suas contradições, tomarei, de forma muito arbitrária, o exemplo do dinheiro. No passado, o poder de emitir dinheiro era um poder soberano supremo. Foi, sempre com referência apenas à história francesa, Napoleão I que criou o “franco germinal” em 1803 e é o Banque de France que o controla, portanto, os bancos privados e o Estado francês, *in fine*. O poder de criar dinheiro é então nacional e

⁵ CAC 40, denominação derivada da expressão *Cotation Assistée en Continu* (Listagem assistida contínua), é um índice da Bolsa de Valores que reúne as 40 maiores empresas cotadas em França.



estadual. Mas com o euro, esse poder é transferido para o Banco Central Europeu (BCE), com fama de ser independente dos poderes políticos, o primeiro passo dessa "socialização". Mas, na realidade, hoje, são os bancos que criam dinheiro concedendo empréstimos e comprando títulos. Estes últimos devem constantemente se refinar com o BCE, que compra esses títulos deles, ajudando assim, em última instância, a criar essa moeda alimentadora. Mas pode-se perguntar, seguindo J. Coupepy-Soubéran⁶, se esses bancos ainda são e sempre são soberanos na criação monetária contemporânea. "O verdadeiro soberano monetário hoje são as finanças", nomeadamente os inúmeros fundos de investimento, fundos de pensões e outros semelhantes. Este processo paradoxal de "socialização" do dinheiro também é estendido pelo surgimento de tais criptomoedas problemáticas, mas também pela proliferação de moedas alternativas de solidariedade (chamadas de moedas locais) que, em princípio, rejeitam Estados, bancos e, portanto, as alienações que eles representam. Vemos em toda parte projetos florescentes de reapropriação de dinheiro pela "sociedade". Por mais surpreendente que possa parecer, o capitalismo ultra liberalizado e globalizado mantém, como Marx e Lenin em seu rastro já indicaram, um processo de socialização claramente preparatório (e condição necessária) para uma revolução pós capitalista.

Mas, para haver revolução, deve haver uma classe revolucionária! No entanto, se claramente não há mais, na França, a consciência desses longos períodos de tempo, nem de uma verdadeiras *consciências de classe* (em particular e entre outras por causa das devastações do individualismo, dos "corporativismos", do sucesso da política do capital na individualização das carreiras, da explosão da precarização e do desemprego, mas também do dramático desaparecimento de uma alternativa clara "à esquerda") senão de uma burguesia globalizada (que tem inteligência e tenacidade na condução das reformas e que provisoriamente "venceu a luta de classes", claro, segundo a famosa frase de Warren Buffett) e que os Pinçon-Charlot⁷ tão claramente demonstrou. Mas será que existe, pelo menos, a existência

⁶ Vide Jézabel Coupepy-Soubeyran, *Quem é o verdadeiro soberano monetário?* Le Monde, 28 de junho de 2021.

⁷ Monique Pinçon-Charlot, nascida Monique Charlot em 15 de maio de 1946 em Saint-Étienne², é uma socióloga francesa. Foi diretora de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), vinculado ao Instituto de Pesquisa em Sociedades Contemporâneas (IRESCO) da Universidade de Paris-VIII, até sua aposentadoria em 2007.



comprovada de uma *classe em si*, potencialmente revolucionária, face a esta hiperburguesia segura dos seus interesses, senão da sua finalidade? E se sim, qual? Para esta questão essencial, se validarmos os três principais antagonismos identificados acima, a socialização extremamente avançada de nossos sistemas produtivos traça os contornos de uma "*classe assalariada*" em sentido amplo, numericamente majoritária e muito amplamente e, de fato, interdependente, que 'podemos e devemos, em minha opinião, estender a todos os trabalhadores independentes, artesãos, agricultores, microempresários mais ou menos totalmente reféns do "mercado", cujo trabalho socializado e globalizado cria solidariedades de facto, cativos de escolhas devastadoras e objetivos impostos pelo capital. Além disso, a destruição de nosso planeta traça os contornos transclassistas de uma população mundial, ligada pela questão de sua simples sobrevivência, expressão objetivada do *gênero humano*, consciente de si mesmo e de seus fins (sua sobrevivência e a do planeta). Por fim, a pauperização extrema, certamente circunscrita social e geograficamente (enquanto os chineses estão vendo seu padrão de vida mudar substancialmente), não apenas limitada à sua dimensão financeira (crescente restrição dos direitos democráticos, vigilância generalizada, extrema precarização de existências, explosão de doenças de longa duração, ligadas ao estilo de vida e ao trabalho, miséria cultural, etc.) também se referem a uma potencial *classe de despossuídos*. Enfim, sem ter aqui a possibilidade de desenvolver toda uma argumentação, o proletariado histórico, hoje majoritário, assalariado, tende (e deve) afirmar-se não só como classe, mas como "*gênero humano*", unida, de fato, pelo trabalho socializado e globalizado, pela obrigação de enfrentar juntos as consequências cataclísmicas do aquecimento climático e detê-lo sob pena de uma catástrofe final, e pelos constrangimentos dramáticos de sociedades cada vez mais precarizadas, ameaçadas por uma grande crise antropológica, paradoxalmente geradora de solidariedades locais mais ou menos circunscritas. Mas, por isso, é necessário conduzir um processo revolucionário bem-sucedido que, somente ele, será capaz de acabar com o capitalismo.

Certamente há um longo caminho a percorrer mais além das palavras! Não estou afirmando que esta classe em si esteja perto de tomar consciência e que forma, além das fronteiras, uma só e mesma classe, uma potencial expressão objetivada da humanidade, capaz de mandar o capital e todos os seus servos de volta às cordas, e tomar em mãos o seu próprio destino. Mas, de fato, podemos ver claramente, aqui e ali, essa consciência de classe /



gênero, mais ou menos indiretamente, afirmando-se e, o que me parece ser uma de suas principais manifestações, suscitando a construção de novas relações sociais. Por mais impensável que possa parecer, as condições para uma revolução pós capitalista, seus pressupostos, estão se acumulando diante de nossos olhos e mal os vemos!

Uma revolução em marcha

Está em curso um processo revolucionário, muito presente, mas invisível, ou melhor, e a menos que esteja enganado, não visto. É verdade que na França, em particular, os "desinfos"⁸ dominantes fazem de tudo para escondê-lo ⁸(mas serão eles mesmo capazes de analisá-lo?). Mas do que estamos, de fato, falando aqui?

Aqui desenvolverei a tese segundo a qual as relações pós capitalistas se desenvolvem, particularmente na França, mas em todo o mundo, algumas já velhas e ainda lá e outras novas, fruto de *rupturas qualitativas* nas relações sociais dominantes, constituindo assim os primeiros contornos objetivados de uma formação social revolucionária pós capitalista. Aquilo que chamei, em livro de 2006, de *futuros presentes*, alicerces de uma revolução que já está aí.

Como demarcá-los, como identificá-los? Começarei aqui pelo que Lucien Sève, em seu volume IV, "*Le communisme*"⁹, Após uma luminosa análise de textos marxistas, estabeleceu, a saber, que os critérios essenciais do *comunismo* no pensamento de Marx eram a apropriação dos meios de produção pelos produtores diretos, o perecimento do Estado e o livre desenvolvimento de cada indivíduo. Com isso, postulo que *todo processo* em que esteja ausente qualquer forma de apropriação privada e onde, ao contrário, haja uma apropriação coletiva pelos trabalhadores de seus meios de produção ou troca, onde qualquer forma de exploração do trabalho está proscrita para dar lugar a uma solidariedade e cooperação entre "trabalhadores" livres e iguais em direitos, visando a utilidade comum, o valor de uso e não o valor de troca (que evidencia o caráter desalienado do trabalho), o bem comum, sem submissão ao Estado, constitui, a meu ver, o que chamarei de "*concreção comunista*". Ali emergiria um processo por meio

⁸ Referência aos *meios de desinformação*.

⁹ Sève, Lucien "*Le communisme*". *Première partie*? Paris, La Dispute, 2019.



do qual relações essencialmente pós capitalistas se desenvolveriam objetivamente.

Um deles é conhecido e brilhantemente destacado por Bernard Friot¹⁰, que é a *Previdência Social*. Através do seu trabalho (que fica fundamentalmente alienado), todos contribuem, inclusive o patrão (que não irá para o acionista, pois a contribuição é deduzida antes de qualquer apropriação pelo capital), de forma fundamentalmente solidária, para financiar um seguro social sistema, o que implica a aceitação de um salário generalizado juntamente com a distribuição de um excedente que acaba por ser em tal crise, como durante a atual pandemia, vital. Estamos claramente numa "concreção" comunista, dentro de uma sociedade capitalista ultraliberalizada, fruto, como todos sabem, de uma conquista histórica excepcional num contexto igualmente excepcional, uma rara janela histórica mas tão decisiva aqui., a da Libertação do território francês em 1945, concebida e realizada por uma "Resistência" politicamente avançada. Como resultado, temos, em substância, um processo claramente pós capitalista, uma ruptura, que se origina no século XIX (com os primeiros mutuários), que continua com as primeiras pensões na França para servidores públicos e uma ruptura decisiva com a criação deste sistema de proteção social em 1945. Inaceitável para os patronato, o capital e todos os governos de direita e de esquerda, tentaremos então voltar, com algum sucesso, a essa conquista, de fato hoje. 'agora seriamente ameaçado. A contrarrevolução está operando.

Aqui dificilmente podemos confundir o que chamamos de *communs*, já que se trata de *relações*, essencialmente pós capitalistas, e não de "coisas" administradas em comum. Não nos deparamos aqui com uma relação entre "coisas" e os homens, um "comum", mas com relações entre os próprios homens. E, surpreendentemente, essas relações estão no cerne de uma economia de mercado capitalista. Como mostra Bernard Friot, esses relatórios revolucionários deveriam ser colocados, na França, em um extenso processo histórico (primeiro tínhamos, simplificando, pensões, abonos de família, depois o seguro-desemprego, estendidos aos funcionários e administradores aos poucos a todos os empregados), um processo que tem demonstrado amplamente a sua superioridade sobre todos os outros sistemas (em particular os beveridgianos "anglo-saxões", com base em impostos ou capitalização).

¹⁰ Friot, Bernard *Poderes do trabalho assalariado*, Paris, La Dispute, nova edição, 2012.



Mas a maioria das relações pós capitalistas está localizada, logicamente, à margem do capitalismo e raramente dentro dele. No entanto, podemos constatar, sem podermos detalhar aqui estes pontos, a existência, novamente na França, de um *Serviço público* que prenuncia o que poderia ser um salário vitalício, com emprego garantido, prorrogado pela pensão de aposentadoria, financiado por consórcios de trabalho. Ou ainda, tema vasto, o processo de socialização do trabalho no seio das empresas transnacionais, estendido por uma conexão planetária de populações pelos GAFA¹¹ na forma de redes sociais, que, também eles, em muitos aspectos, embora em de uma forma muito contraditória são, tanto quanto, pressupostos positivos para uma revolução pós capitalista.

Que exemplos podemos dar dessas relações intersticiais, essencialmente pós capitalistas, à margem da sociedade capitalista? A multifacetada iniciativa de cidadania que se manifesta cotidianamente através do associativismo (cujo 120º aniversário acaba de se celebrar na França em 1º de julho de 2021), e mais particularmente através da chamada economia social e solidária, apesar das muitas reservas que lhes foram feitas em parte com razão. Claro, essas iniciativas são na maioria das vezes fortemente dependentes de financiamento estatal ou paraestatal (mas como seria de outra forma?) e inseridas em um mercado altamente competitivo, um ambiente que não poderia ser mais hostil. Pior, essas atividades estão mais ou menos ameaçadas de serem corrompidas pela lógica do mercado e, portanto, potencialmente recuperáveis pelo capital. No entanto, nesse imenso conjunto que é a ESS¹², vemos o surgimento dos personagens citados acima. Por um lado, a iniciativa é dos cidadãos, responsabilizados, libertos da infantilização e da alienação generalizada, vivendo do próprio trabalho e, portanto, de um salário que eles próprios pagam, podendo contar com financiamento solidário, com base em perícia própria, qualificada ou qualificadora, autônoma, buscando a utilidade comum e, portanto, um objetivo geral de eficiência excluindo inicialmente a finalidade capitalista (rentabilidade do investimento), associando sócios estritamente iguais,

¹¹ Outros países já iniciaram o processo legislativo para tributar os gigantes digitais, mas a França é "a mais avançada", com a adoção nesta quinta-feira (17/07/2019) por seu parlamento de um imposto Gafa, segundo a OCDE. "Se a França for até o fim e entrar em vigor antes de 2020, será o primeiro país a implantar um imposto Gafa (sigla para gigantes Google, Amazon, Facebook, Apple) ", afirma a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a AFP.

¹² ESS – Economia Social e Solidaria, in <https://ess-france.org/fr/ess-france>



excluída, por princípio, de qualquer exploração por um chefe onipotente. Mesmo que esse "modelo" raramente tenha tanto sucesso, ele indubitavelmente constitui a expressão dessas possibilidades pós capitalistas, radicalmente não utópicas.

Podemos citar também, na mesma linha, comunidades de pesquisadores assim como a dos consumidores, ou de diversas e variadas vítimas que pretendem modificar o existente, praticando o compartilhamento do conhecimento, o intercâmbio em todas as suas formas de pessoa a pessoa, incontáveis iniciativas coletivas para proteger, limpar e regenerar nosso meio ambiente, o imenso processo que visa libertar as mulheres da opressão patriarcal, ou o movimento LGBT para se libertar de mentalidades e legislações retrógradas, esforços seculares para ajudar os mais necessitados, reintegrando-os e constituindo as cooperativas hoje extremamente diversificadas de produção e consumo, que remetem ao movimento consumista e cooperativo, do espetacular e multifacetado desenvolvimento de uma cultura popular compartilhada, gratuita ou mal remunerada (por exemplo, a *Wikipedia*), práticas esportivas envolvendo trocas livres de qualquer propósito mercantil, mas com o objetivo de realização e bem-estar físico, a renovação das práticas democráticas, apesar dos imensos obstáculos representados pelos poderes do dinheiro.

Como podemos constatar, a multiplicidade destas iniciativas, reconhecidamente muito desiguais e muito diferentes umas das outras, é sobretudo fruto de indivíduos que começaram a dar-se conta do seu poder coletivo, dos seus inegáveis saberes e habilidades, renovando de cima abaixo os objetivos para iniciar a reconstrução de um mundo livre da apropriação privada e da competição generalizada. Estes constituem, portanto, os pontos de apoio para transformar essas *concreções comunistas* (para alguma delas) em pressuposto de todo o sistema.

A contrarrevolução

Sim, mas... a "contrarrevolução" acaba por ser tão dinâmica e deve ser analisada da mesma forma, como um processo que envolve inúmeras mudanças, quantitativas e / ou qualitativas, estas últimas dando origem a rupturas mais ou menos gravemente retrógradas. Aqui, seus "atores" não são mais indivíduos ou grupos de indivíduos mais ou menos isolados, mais ou menos cientes dos fins gerais, mas esta *hiperburguesia*, ultraminoritária (menos de 1% da sociedade), aparentemente ultrapoderosa, dona, através



das participações patrimoniais, do coração das nossas economias e que no seu rastro envolve um vasto grupo de burgueses, pequeno-burgueses e mesmo proletários que perderam os seus principais pontos de referência. Para frisar apenas este exemplo altamente simbólico, diante da pandemia Covid 19, estamos reaprendendo que o capital de todas as Big Pharma, da qual todos nós dependemos de facto e de jure, é detido por fundos de investimento, fundos de pensão particularmente vinculados a empresas industriais cujos principais ativos são patentes simples. No entanto, neste caso específico, esta hiperburguesia, que pode ser equiparada de facto às finanças, não tem nenhuma intenção de ceder os seus direitos e os seus lucros. Enquanto tudo poderia contribuir para a quebra de patentes de vacinas anti-Covid, em um alinhamento planetário quase perfeito, o capital pretende priorizar o tradicional retorno do investimento, surdo ao interesse geral e com o apoio de Estados como a França de Macron. Qualquer contrarrevolução, por simples conservadorismo, depende primeiro de uma classe dominante zelosa de seus direitos e interesses.

Esse poder da hiperburguesia contemporânea se duplica, ainda seguindo o mesmo exemplo da atual pandemia, com um amplo controle das mídias e, portanto, das consciências. Assim, elas podem vencer esta batalha ideológica permanente contra a revolução e a contrarrevolução e convencer a opinião pública de que, somente as empresas farmacêuticas globalizadas estão em condições de produzir essas vacinas aos bilhões. Elas conseguem essa façanha de fazer crer que são as únicas que possuem, contra todas as evidências, esse know-how e esse tecnicismo. Sem nada prever, pode-se temer que, nesta batalha ideológica, a hiperburguesia, contrarrevolucionária por interesse, tenha participação facilitada e que a derrota ideológica de seus adversários seja inevitável. Estas grandes empresas farmacêuticas conseguem, assim, de forma pouco crível, fazer com que as populações escravizadas paguem três vezes mais por estas vacinas (pelos subsídios públicos à investigação pública e à criação de empresas que tenham descoberto os tratamentos), por subsídios à produção e pelos sistemas previdenciários (quando existentes) que reembolsam essas vacinas. Esta atual derrota ideológica das "forças revolucionárias" é um problema sério.

Certamente devemos acrescentar, o que os "revolucionários" muitas vezes se recusam a ouvir, que o capitalismo sempre desenvolve mais ou menos as forças produtivas, que os comunistas chineses entenderam (acreditando poderem, além disso, sem danos, "cavalgar o tigre" e, portanto, associar-se sobretudo com o capital nacional ou estrangeiro). Os recentes



booms mais ou menos espetaculares nos países emergentes e, mais perto de nós, nos ex-países europeus socialistas (os PECO, países da Europa Central e Oriental), amanhã na África, estão ajudando a ancorar a ideia de que capitalismo = crescimento = aumento dos padrões de vida. Muitas vezes esquecemos o que Marx entendeu, ou seja, que uma formação social não desaparece até que tenha exaurido sua capacidade de revolucionar o mundo.

A contrarrevolução aqui assume, portanto, o aspecto de uma busca cega, mas egoisticamente interessada, do desenvolvimento capitalista dos territórios atrasados. Mais sério, mas com a mesma lógica, em toda parte está progredindo a mercantilização do mundo, a busca por novos setores que possam reabastecer o caixa eletrônico. Ainda na França, a destruição paciente e programada dos serviços públicos abre caminho para a privatização da educação e da saúde, já concluída a dos transportes, da energia e até dos Correios! Nada parece, aparentemente, ser capaz de parar este processo "contrarrevolucionário"! A Previdência social é ameaçada por todos os lados, enquanto o estatuto dos funcionários públicos é abertamente questionado. Porém, neste quadro sombrio, fonte de possível desespero, enquanto a adesão, *nolens volens*, das populações ao mercado capitalista era quase geral no século XX (e sua contestação em geral minoritária), observamos, na França, uma rejeição crescente, no início do século XXI, dessa sociedade perto do seu final. O elemento relativamente novo é que, diante da explosão das desigualdades e da corrupção generalizada, cisão observada entre as "elites" e "os franceses" torna-se evidente, causando retrocessos nas práticas democráticas (abstenções recorde nas últimas eleições locais), ultra preocupante degradação do clima geral com o aumento da desobediência civil (ou das incivildades), como aconteceu com o recente movimento dos *coletes amarelos* (que claramente fez vacilar, por um tempo, o poder político pego de surpresa), causando a ascensão dos autoritarismos e o processo de neofascistização das sociedades (o que a mídia chama, em termos enigmáticos, de *iliberalismo!*).

Um dos símbolos desta tendência da sociedade francesa é a ascensão contínua da Frente Nacional, transformada em Rassemblement National (União Nacional) (para tentar uma operação impossível de desdemonização do lepenismo)¹³, uma parte interessada nesta ativa contrarrevolução ultraconservadora que, paradoxal e contraditoriamente, é uma das principais

¹³ Referente a Jean Marie Le Pen, ex-líder da ultradireita francesa, do Front National.



manifestações da contestação de um "sistema" odiado. É notável, e terrível notar, que essa tendência neofascista se multiplica em todo o mundo, como se esses "contrarrevolucionários" estivessem tentando, em última instância, mesmo à custa do risco de latentes guerras civis (que, de fato, já ocorrem), para repelir o inevitável e necessário superconsumismo do fim do capitalismo globalizado. Muito contraditoriamente, convém analisarmos, a suposta direitização da população francesa, que associa estreitamente a contestação fundamental ao "sistema" e uma busca irracional por alguma autoridade protetora capaz de preservar os poucos direitos restantes. Somos, então, atingidos pela mudança abissal entre a crise terminal de um capitalismo sem fôlego, que precisa urgentemente revolucionar o mundo, e o endurecimento contrarrevolucionário conservador e, portanto, mais ou menos massivo dos indivíduos, logicamente mantido pelo capital.

O mundo de hoje, unido por uma história cada vez mais universal, está ameaçado quadruplicamente pela falência simultaneamente econômica, social, ambiental e política.

O capitalismo globalizado, privatizando os frutos do trabalho sem mais nenhuma legitimidade econômica, provocou, através da privatização dos lucros e da socialização das perdas, a explosão abismal do endividamento (dos estados, das autoridades locais, das empresas privadas e dos indivíduos). A falência, já evidente durante a crise dos subprimes de 2008, só foi evitada à custa da injeção irresponsável de trilhões de dólares, sem outro objetivo que a simples sobrevivência do "sistema". A especulação desenfreada, afastada das possibilidades de novos lucros, preferindo confiar o seu capital a bancos centrais que, no entanto, oferecem taxas negativas, ameaça de colapso geral o atual castelo de cartas. A volta da inflação, hipótese provável e já posta, pode provocar uma elevação das taxas de juro e, assim, como em 2008, ter consequências difíceis de medir e com certeza cataclísmicas.

As sociedades, exauridas por décadas de austeridade e intensificação do trabalho, fragilizadas pela precarização generalizada, pelo trabalho excessivo e pelos suicídios, pelas doenças ocupacionais e agora pelas pandemias, estão à beira da implosão e do enfrentamento civil generalizado. O envelhecimento prolongado das populações abre o caminho indigno, de forma velada, para o sacrifício dos idosos (que morreram na França, durante a pandemia, em condições atroz) enquanto os mais jovens já não têm perspectiva. Existem infinitos dramas surgindo no curto prazo.



Apesar das dúvidas habilmente mantidas, os repetidos desastres naturais, ligados mais ou menos diretamente ao aquecimento global geral, apontam para desastres planetários que já são irreversíveis. Eles podem provocar, na ausência de uma conscientização rápida, conflitos internacionais formidáveis, já conformando pretexto para um rearmamento massivo.

Conclusão

326

Diante de tantos riscos, em grande medida já existentes, as classes dominantes, contrarrevolucionárias em essência, fortes na legítima certeza de seus interesses egoístas, arrastando consigo alguns de nossos concidadãos encerrados em seus confortos pequeno-burgueses de curta visão, multiplicam ataques às liberdades democráticas, pressa autoritária impetuosa, fecham os olhos para desvios mais claramente ditatoriais e "iliberais", perigosamente reminiscentes dos anos trinta. Nesse exercício, um governo Macron-Castex acaba sendo o pior arquiteto imaginável, entre os republicanos em princípio inocentes, de desvios antidemocráticos. As forças armadas, rompendo o silêncio, voltam a ser possíveis atores para garantir a ordem burguesa.

Neste contexto desesperador e fonte de fatalismos, é vital hoje, porém, tomar consciência, de forma totalmente contraditória, dessas potencialidades revolucionárias (mencionadas acima) e também daquelas que são "contrarrevolucionárias", para medir responsabilmente os riscos muito graves que acarretam. Ainda temos escolha? Isso requer, para qualquer revolucionário ciente do momento histórico e dramático que estamos vivendo, como o único resultado (como sugerido por Lucien Sève e eu, em nosso livro "*Capitalexit ou catástrofe*")¹⁴, promover a consciência dessas possibilidades e riscos e para provocar a interferência dos cidadãos em todos os níveis da vida social, para treinar os indivíduos para serem capazes de autogoverno, mesmo às custas da desobediência civil, que é inevitável a longo prazo, e para reinventar as estruturas democráticas de governo. Esta é a tarefa revolucionária definitiva hoje. É nisso que a

¹⁴ Jean Sève, Lucien Sève, *Capitalexit ou catastrophe*. Entretiens, Paris, La Dispute, 2018.



associação de *Iniciativas Capitalexit*¹⁵ na França está decididamente comprometida, tentando criar grupos temáticos eficazes em seus próprios campos, apoiando-se nos já inúmeros grupos temáticos existentes, mas impregnando-os da dimensão essencialmente revolucionária e pós capitalista. Mas, na escala dos problemas contemporâneos, qualquer processo revolucionário digno desse nome deve ser pelo menos continental, idealmente planetário.

Não é hora de formar, agora, face a esta hiper-burguesia globalizada, que inevitavelmente nos conduz à parede, uma Internacional de um novo tipo que visa a superação do capitalismo e a reapropriação pelos cidadãos dos seus meios de produção intercâmbio. Isso tem sido, à sua maneira, antiglobalização, mas sem o objetivo claramente declarado e compartilhado do pós capitalismo.

Recebido em 25 jun. 2021 | aceite em 30 jun. 2021.

Anexo

Manifesto do *Capitalexit*: Engajar-se sem demora para sair do capitalismo

A França entrou em estado de revolta. Um enorme “não agüentamos mais” está surgindo do hospital e da escola, da oficina e da enfermaria, do subúrbio e da fazenda, dos aposentados e dos jovens. Uma revolta? Não, senhor, uma revolução - uma revolução de um tipo nunca antes visto na agenda. Porque os sofrimentos infligidos às mulheres e aos homens pelo neoliberalismo já choram demais. Porque o desperdício agora ultrapassa qualquer limite. Porque a ameaça de colapso ecológico, antropológico, político e até econômico é colossal, iminente. Um poderoso “não queremos mais” precisa ser construído com urgência e as tentativas se multiplicam. A tragédia é que, salvo exceções, não chegam a questionar o que nos condena ao insuportável: um capitalismo que enlouqueceu ao ponto de um desastre

¹⁵ Vide in <https://capitalexit.org> seu Manifesto de lançamento, vide anexo versão traduzida.



extremo. No entanto, você não pode curar os sintomas, você tem que lidar com a própria doença.

Isso é o que define o objetivo original das *Iniciativas Capitalexit* (IC)¹⁶: ajudar a garantir que a impressionante, mas urgente tarefa de acabar com o capitalismo, de iniciar a marcha em direção a uma sociedade onde nosso destino deixará de estar absurdamente subordinado aos interesses egoístas de uma pequena minoria. Tarefa enorme, mas não temos escolha. E iniciar a saída do capitalismo torna-se visivelmente não fácil, mas possível. Os meios materiais e intelectuais de resolver no interesse geral nossos pesados problemas de hoje e de amanhã estão crescendo rapidamente. Muito pouco ainda, mas cada vez mais, a consciência e a responsabilidade individual e coletiva estão se desenvolvendo. É aí que está a semente decisiva de um pós capitalismo viável e desejável.

Para que forma concreta de sociedade mais humana se deve ir, somente o debate público terá que decidir a cada passo democraticamente arbitrado entre cidadãos e cidadãos construindo este novo mundo. Mas podemos dizer com segurança que funcionará para implantar nosso poder de intervir e decidir juntos em todas as áreas onde o mundo é moldado e nossas vidas são determinadas. Ao generalizar a nossa apropriação comum e direta dos meios de produção e troca, acabará com a propriedade lucrativa e garantirá o nosso direito individual e coletivo de uso da propriedade¹⁷ - assim poderemos determinar por nós mesmos as condições, meios e propósitos do nosso trabalho. Ao preferir a cooperação à mercantilização, se empenhará em combinar a satisfação das necessidades sociais, o respeito pela natureza e a realização das pessoas. Ao fazer da política uma competência compartilhada, isso nos permitirá ter uma participação real na conduta do poder público. Isso é tudo que Marx pretendia sob o nome de comunismo. Já passou o tempo de meias medidas: transformar pessoas para sempre e mudar vidas é a decisão urgente pela qual todos nós devemos ser responsabilizados. Compartilhar essa convicção amplamente é a primeira tarefa I.C.

Que devemos sair do capitalismo sem demora, a ideia está começando a se espalhar de forma impressionante. Mas como isso vai ser

¹⁶ O neologismo *Capitalexit* foi retirado do livro de entrevistas: *Jean et Lucien Sève, Capitalexit ou catastrophe, La Dispute, 2018.*

¹⁷ A propriedade é lucrativa, cujo único propósito é obter lucro privado com a propriedade possuída. Um termo costumeiro é aquele que confere a seus titulares o direito exclusivo de usar essa propriedade para o benefício comum.



feito? Muitos se perguntam com perplexidade, até ansiedade. Os vários caminhos que deveriam conduzir até lá foram historicamente invalidados. A conquista insurrecional do poder por uma minoria ativa resultou instavelmente em autoritarismo junto com burocratismo que impede a emancipação geral almejada. A ascensão democrática à liderança do estado por eleição quase sempre se mostrou recuperável pelo capital, e mesmo internamente conquistada para sua causa até uma verdadeira traição aos compromissos assumidos com o povo. Quanto às preciosas tentativas de dar vida a alternativas no campo, se concretizam possibilidades emancipatórias, nenhuma conseguiu criar um equilíbrio de poder capaz de impor alguma grande transformação social.

É um novo caminho que deve ser inventado, com base neste novo fato crucial: enquanto o capitalismo tende a nos privar de todo o poder sobre nossas vidas, uma sociedade sem classes e sem dominações a construir pode atender às aspirações do maior número de pessoas. Visa a apropriação coletiva de bens, saberes e poderes. Deve, portanto, surgir de uma revolução democrática conduzida e dirigida por esta imensa maioria que constitui os despossuídos em todas as suas diferenças. É engajar-se em um intenso empreendimento de convicção nesta direção, batalha de ideias e correspondentes iniciativas práticas ativas agora para transformar concretamente a vida social e fazer pouca resistência à demanda por reformas revolucionárias, ou seja, a mudanças essenciais que tomem força de lei. Uma verdadeira mudança de época.

Muitos esforços estão surgindo nessa direção, geralmente com pouco ruído da mídia. Trata-se de torná-lo um processo torrencial e envolvente, uma evolução revolucionária varrendo todas as defesas de um sistema sócio-político desqualificado. Quem não sente? Estamos em um ponto de inflexão na história humana. O pior é possível, até o desaparecimento cataclísmico de toda a civilização. O melhor está ao nosso alcance, no entanto, se em grande número o tornarmos inevitável. É nessa perspectiva que I.C. deseja se inscrever inventivamente.

O desenvolvimento revolucionário não pode ser decretado, mas é de grande importância que possa ser sabiamente pilotado. Portanto, exige uma organização apropriada. Nem o partido vertical, uma equipe contraproducente para a tomada de iniciativa cidadã responsável da qual tudo dependerá, nem o movimento horizontal cuja coerência está suspensa ao poder de um líder carismático. Ativar poderosamente a desejada batalha revolucionária estimula a formação de uma vasta rede sustentável de



coletivos temáticos, cada um trabalhando em total domínio para desenvolver e promover uma transformação precisa na troca de opiniões e experiências com outros coletivos do mesmo objeto, coordenação necessária do todo sendo o trabalho de uma centralidade horizontal não diretiva operando sob constante democracia maioritária.

É para iniciar a formação de tal tecido de coletivos que o coletivo provisório de animação do CI trabalha e pede. A malha a ser tecida não tende a competir com nenhuma organização ou iniciativa amigável, e a militância na I.C. não é exclusiva de qualquer outro fim compatível. O objetivo é agregar a tudo o que seja útil no sentido emancipatório, um motor de consciência e iniciativa com vocação expressamente pós capitalista, revolucionário no sentido inovador do termo. A vinda para o trabalho não exige vestibular, apenas a firme adesão à tarefa aqui definida e o compromisso moral de respeitar sempre a democracia maioritária. Os membros do coletivo provisório de I.C. Eles próprios têm afinidades e culturas políticas diversas e não concordam em tudo. A I.C. não é sinônimo de nenhuma velha ou nova ortodoxia, mas sonha com nossos olhos bem abertos para nos opormos ao drama sem nome em que corremos na busca por um resultado estimulante que é finalmente candidato ao sucesso.

Paris, 2021.



Resenhas



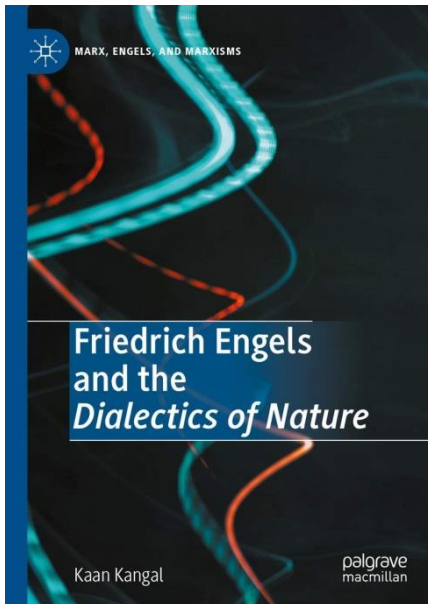
Friedrich Engels and the Dialectics of Nature (Marx, Engels, and Marxisms)

KAAN KANGAL

London: Palgrave Macmillan, 2020. xvi, 213 p.

332

Felipe Cotrim¹



Os manuscritos referentes à *Dialética da natureza*, de Engels, estiveram entre alguns dos textos mais debatidos dentro e fora do marxismo no século XX. Simultaneamente amado e odiado, *Dialética da natureza* foi um dos responsáveis pela divisão do marxismo entre ocidental e soviético. Após quase um século desde sua primeira publicação, em 1925, na União Soviética, e após um acúmulo de estudos e debates, talvez estejamos em melhores condições para avaliar no que realmente consistem esses manuscritos engelsianos, quais eram suas reais

intenções para com os estudos de filosofia e ciências naturais, qual o efetivo significado de dialética para Engels e, por fim, o que foi feito desses manuscritos pelos editores e pesquisadores durante o século XX. Envolvidos pelo ano do bicentenário do nascimento de Engels (1820) e mobilizados

¹ Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Editorial da Revista Angelus Novus (RAN). | f.cotrim.89@gmail.com



pelos debates sobre a crise ambiental e pelo futuro do gênero humano e do planeta Terra, estamos em um momento histórico mais do que adequado para retornar e reavaliar a *Dialética da natureza*—e de iniciarmos uma *Neue Engels-Lektüre* sobre os aspectos mais polêmicos de sua obra.

Por meio das fontes disponíveis nas coleções Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), Marx-Engels-Werke (MEW) e Marx & Engels Collected Works (MECW) e auxiliado por um rico acervo bibliográfico em alemão, inglês e russo, Kaan Kangal apresentou ao leitor em *Friedrich Engels and the Dialectics of Nature* um exame histórico-crítico dos manuscritos engelsianos de filosofia e ciências naturais, uma descrição técnica de sua estrutura e organização, o histórico de suas edições e dos debates a seu respeito, examinado seus usos e desusos filosóficos e políticos e, por fim, construiu um perspicaz diálogo filosófico entre Engels, Hegel, Kant, Aristóteles e demais pensadores.

Kaan Kangal é marxólogo nascido na Turquia e que fez sua formação acadêmica na Alemanha e na Rússia. Atualmente é professor do departamento de filosofia da Universidade de Nanjing (China). Apesar de ser um jovem pesquisador, Kangal tem reconhecida experiência científica, publicando ensaios e livros em alemão, inglês e chinês, e é vencedor do David-Rjazanov-Preis, de 2019, pela pesquisa sobre os manuscritos de Marx do período de Bonn, intitulada: *Marx' Bonner Hefte im Kontext. Ein Rückblick auf das Verhältnis von Bruno Bauer und Karl Marx zwischen 1839 und 1842* (*Os cadernos de Marx em Bonn em contexto: uma retrospectiva da relação entre Bruno Bauer e Karl Marx entre 1839 e 1842*).

O livro foi organizado em seis capítulos. Os capítulos 1 e 6 (“Introduction: *Neue Engels-Lektüre*” e “Conclusion: What Is Dialectics of Nature?”) consistem, respectivamente, na introdução e conclusão, em que Kangal apresentou suas motivações, objetivos e as teses e hipóteses principais da obra. Os capítulos 2 e 3 (“After Engels, After Marx” e “The Origins of the Engels Debate”) formam a primeira parte do livro. Por sua vez, os capítulos 4 e 5 (“*Dialectics of Nature* Between Politics and Philosophy” e “Dialectics in *Dialectics of Nature*”) formam a segunda parte.

Entre as motivações apresentadas por Kangal no capítulo 1 para o engajamento em tal projeto de pesquisa, há a curiosidade em compreender “as razões pelas quais um filósofo ou político pode ser interpretado de tantas maneiras controversas e o interesse em descobrir algo filosoficamente novo e perspicaz naquele livro infame” (a *Dialética da natureza*) (p. 2). Para



tanto, Kanga! exercitou o que poderíamos denominar de leitura imanente, meio com que visou compreender o pensamento de Engels a partir de seu próprio texto. Nesse processo, Kanga! também buscou compreender quais eram as reais intenções e objetivos de Engels, explicitando suas virtudes e seus vícios. Somente a partir do esclarecimento dessas perguntas se poderia passar para o estudo sobre o que foi feito dos manuscritos engelsianos por seus editores e pesquisadores. “Nos sessenta anos de história de publicação (1925-1985)”, escreveu Kanga!, “o texto de Engels foi apresentado e lido de diferentes maneiras. Sob títulos diferentes e com arranjos diferentes dos manuscritos”. Consequentemente, “o público se encontrou ... com um Engels diferente. Todavia, a completude e a maturidade de sua dialética foi sempre imposta pelo trabalho editorial”, (p. 3) e não pelas palavras do próprio autor. (A primeira edição integral da *Dialética da natureza* somente veio a público em 1985 no volume 1/26 da MEGA, ainda assim, não “liberto” de intervenções editoriais.)² Entretanto, a exposição de Kanga! segue o caminho inverso, iniciando pelo que foi feito e dito da *Dialética da natureza* para, somente depois, adentrar efetivamente no texto engelsiano em questão.

Kanga! afirma em uma de suas principais teses que os estudiosos dos manuscritos engelsianos sobre filosofia e ciências naturais fracassaram em apreender e distinguir os propósitos, as motivações e as intenções do autor. Assim, eles teriam ignorado a possibilidade de que o projeto engelsiano tenha ficado incompleto e inconcluso—o teorema da incompletude [*incompleteness theorem*]—, e que ele não ignorava suas insuficiências, ambiguidades e contradições (p. 124-125).

Com o fim da União Soviética, em 1991, o debate sobre a *Dialética da natureza* esvaneceu. Além de buscar “novas formas de leitura, compreensão e interpretação de Engels” (p. 4), o livro de Kanga! visa reanimar os debates sobre esses manuscritos engelsianos, ou, nos termos do próprio autor: “Provocar o debate, e não reconciliar as diferenças” (p. 7).

² Segundo Kanga!: “Projetos hercúleos como a MEGA são motivados política e ideologicamente. Entretanto, os supostos empreendimentos ‘não ideológicos’ da ‘nova’ MEGA nos anos 1970 em diante comprovam, uma vez mais, que as escolhas interpretativas, editoriais ou não, são sempre baseadas, de uma forma ou de outra, em uma visão política do mundo. Seja ela marxista ou outra coisa, o resultado é sempre o mesmo” (p. 28). Para uma crítica à orientação editorial e filológica da MEGA pós-1970 (MEGA-2), ler: Martins (2013).



No capítulo 2, Kangal apresentou uma revisão histórico-crítica dos debates e das pesquisas acadêmicas e científicas das obras de Marx e Engels ao longo do século XX—particularmente sobre o significado engelsiano da dialética e sua aplicabilidade no estudo da natureza—e o surgimento, de um lado, da fusão “Marx *hífen* Engels” (marxismo soviético) e, do outro, de sua completa cisão: “Marx *contra* Engels” (marxismo ocidental).

O livro *História e consciência de classe* (1923), de Lukács (2003), é frequentemente estabelecido como obra fundadora da divisão entre marxismo ocidental e soviético em razão de sua oposição sem concessões à dialética da natureza engelsiana—particularmente as considerações expostas na nota 6 do ensaio “O que é marxismo ortodoxo?”. Entretanto, no capítulo 3, Kangal demonstrou que o debate sobre as questões referentes à filosofia, à dialética e à natureza na obra de Marx e Engels tiveram origem em meados do século XIX, por meio de seus debates com os filósofos pós-hegelianos Adolf Trendelenburg, Eduard Hartmann, Paul Barth e Friedrich Lange. O debate prosseguiu dentro da Segunda Internacional, envolvendo Zhitlovski, Berstein, Kautsky, Sombart, Struve, Adler e Plekhanov—para mencionar somente aqueles que mais se destacaram nesse tópico. Durante os anos 1920, a União Soviética também vivenciou intensos debates baseados nos textos engelsianos sobre a possibilidade de confluência entre a filosofia e as ciências naturais—deborinistas *versus* mecanistas—, impulsionados pela primeira publicação da *Dialética da natureza*, em 1925.

Kangal também apresentou ao leitor uma espécie de biografia da *Dialética da natureza*, desde a “descoberta” por Borís Ivánovitch Nikoláievski dos manuscritos engelsianos de filosofia e ciências naturais—então sob a guarda de Bernstein—e de suas primeiras edições alemãs e soviéticas, explicitando o caráter político e ideológico dos editores. Assim, ele ofereceu a possibilidade de correção de toda uma série de erros, ou equívocos, sobre a história desses manuscritos, lançou luz sobre o que foi feito deles pelos seus primeiros editores e a influência que o trabalho deles teve sobre os leitores e os pesquisadores.

Os exemplos detalhados de comparação entre os manuscritos e suas edições apresentados por Kangal demonstram que os editores não se limitaram ao papel de intermediários entre o autor e seus leitores, mas que eles teriam atuado como instrutores que orientavam a forma pela qual os leitores interpretariam a obra em questão. Orientar politicamente os leitores “foi de fato um dos objetivos” (p. 60). Por esse motivo, seria mais do que



necessário retomar o exame histórico-crítico e filológico dos manuscritos engelsianos sobre filosofia e ciências naturais livre das disputas políticas, ideológicas e acadêmicas que o permearam durante o século XX—seja no marxismo ocidental quanto no soviético.

O capítulo 4 é dedicado ao exame do caráter político dos estudos de Engels sobre a filosofia e as ciências naturais. Segundo Kangal, Engels visou abrir um novo campo de pesquisa e de disputa teórica e ideológica para o marxismo buscando (1) atrair cientistas para o socialismo ou comunismo; (2) combater as tendências antifilosóficas entre os cientistas, pois, para Engels, a filosofia e as ciências naturais seriam complementares e a dialética serviria como método explicativo do processo evolutivo da natureza; (3) combater a metafísica dominante nas ciências naturais do século XIX; e (4) a necessidade de supressão [aufheben] criticamente a filosofia hegeliana da natureza, ou a necessidade de restabelecer os elementos ainda válidos da filosofia hegeliana, transcendendo, porém, seus limites idealistas.

No capítulo 5, Kangal adentrou efetivamente o exame dos manuscritos de filosofia e ciências naturais de Engels. Para ele, a *Dialética da natureza* consistiu em um conjunto de manuscritos que compreendem rascunhos, notas e esboços de ensaios produzidos por Engels entre os anos de 1873 a 1886. Apresentou também as premissas metodológicas—explícitas e implícitas—utilizadas por Engels, buscou medir o “sucesso” e o “fracasso” do projeto engelsiano e examinou os erros e acertos de seus estudos sobre a história da filosofia e das obras dos grandes filósofos—particularmente, Aristóteles, Kant e Hegel.

Conforme demonstrado por Kangal, Engels trabalhou com dois parâmetros fundamentais de oposição: (1) metafísica *versus* dialética e (2) idealismo *versus* materialismo que, segundo ele, eram oposições excessivamente binárias e generalistas, que trouxeram mais problemas do que possíveis soluções. A tese engelsiana da divisão da filosofia entre metafísicos e dialéticos tinha motivações mais práticas e políticas do que de precisão histórica e filosófica. Em primeiro lugar, Engels visava conciliar o método das ciências naturais com a dialética hegeliana—isto é, combinar a lógica objetiva de Hegel com o estudo positivo da natureza. Para tanto, ele buscou distanciar Hegel da metafísica a fim de melhorar sua receptividade entre os cientistas de seu tempo. Em segundo lugar, Engels também estava combatendo das tendências neokantianas dentro do Partido Social-



Democrata da Alemanha (SPD), provável razão pela qual teria excluído Kant da linhagem dos dialéticos e o limitado à linhagem menos ilustre dos metafísicos. Ademais, ele se apropriou acriticamente de muitos conceitos lógicos das categorias hegelianas, terminando por fabricar uma versão materialista de Hegel.

Porém, antes de repetir as conclusões precipitadas dos pesquisadores da *Dialética da natureza* do passado, Kängal recuou alguns passos e demonstrou que essas teses engelsianas sobre metafísica *versus* dialética, idealismo *versus* materialismo e a busca por unificar a filosofia e as ciências naturais eram antes hipóteses de trabalho. Assim, ele defendeu a tese de que o conteúdo dos manuscritos engelsianos de filosofia e ciências naturais se tratavam de uma série de exercícios, reflexões e pesquisas incompletas e inconclusas. “Em meu balanço”, escreveu Kängal, “o ‘teorema da incompletude’ é sustentado pela coerência parcial e pela incompatibilidade parcial entre as premissas, objetivos e procedimentos de Engels. Eu vejo as ambiguidades como etapas únicas que Engels atravessou em seu ‘trabalho em desenvolvimento’. E eu as utilizei como um meio para justificar a razão por que acredito que seu trabalho permaneceu incompleto” (p. 125). Consequentemente, a interpretação de Engels da história da filosofia e das categorias e conceitos filosóficos foi em muitos casos inconsistente e contraditória, pouco sistemática e rigorosa. Essa tese extraída do estudo empírico dos manuscritos engelsianos talvez possa surpreender aqueles que o veem como sendo o paradigma do pensador metódico e sistematizador.

No capítulo 6, Kängal questionou: “O que o título póstumo do projeto de Engels realmente significa? Para ele “não há uma resposta direta” à questão (p. 183), pois o termo “dialética” pode ter inúmeros significados e funções na obra de Engels. Em alguns momentos, se refere à aplicação de um método para o estudo da natureza e da sociedade. Em outros, uma combinação mais ou menos implícita de metafísica, idealismo e materialismo. A razão para essa multiplicidade de significados e aplicações se deve ao fato de que Engels mudou muitas vezes a semântica de seus textos, a adaptando conforme as necessidades impostas pelo objeto de investigação do momento. Contudo, esse caráter experimental, incompleto e inconcluso dos manuscritos engelsianos foi desconsiderado por muitos editores e pesquisadores no século XX. Assim, os reais—e válidos—problemas filosóficos e científicos desses manuscritos de Engels não foram adequadamente examinados e investigados pela maioria dos pesquisadores.



Apesar de o livro—conforme foi reconhecido pelo próprio autor—consistir em prolegômenos para uma leitura renovada de Engels, ele é, certamente, o estudo mais completo, crítico, erudito e polêmico sobre a *Dialética da natureza* publicado em muitos anos. Kangal tem por mérito não somente ter (re)examinado os manuscritos em si, mas de os ter confrontado com o melhor da tradição marxista e filosófica dos séculos XIX e XX, além de encenar debates virtuais entre Engels, Aristóteles, Kant e Hegel. Um grande feito no qual os futuros pesquisadores dos manuscritos de Engels não poderão contornar.

Apesar de ser um estudo sistemático e denso, *Friedrich Engels and the Dialectics of Nature* não deve intimidar os leitores menos experientes no tema. Mas, justamente pelo contrário, por ser um livro acessível, de leitura dinâmica e fluída, ele pode ser apreciado e estudado tanto por pesquisadores quanto por diletantes.

Cumprida a tarefa de revisar historicamente os manuscritos referentes à *Dialética da natureza*, a tarefa seguinte deve ser atualizá-los para o confronto perante os atuais desafios existenciais da humanidade: a crise sistêmica do capital e a ruptura metabólica entre a natureza e o ser social. Engels certamente não pode nos oferecer as respostas, mas, ao menos, ele teve a elegância e a solicitude de deixar algumas perguntas e pistas pelo caminho.

Referências

- MARTINS, Maurício. **Sobre a nova edição da obra de Marx e Engels**: só a filologia salva? *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 135-143, 2013.
- LUKÁCS, György. O que é marxismo ortodoxo? In: **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 63-104.

Recebido em 26 jun. 2021 | aceite em 22 jul. 2021



Entrevistas



Entrevista com JOÃO QUARTIM DE MORAIS

Entrevistadores IBEC¹

Apresentação | Marcelo Micke Doti

340

Esta primeira entrevista da *quinta* edição da **Revista Fim do Mundo**, que ora se vai ler, foi realizada no dia 16 de junho via plataforma de interação digital e à distância, ou seja, online. Em equipe formada por membros do IBEC, entrevistamos João Quartim de Moraes, professor e ex-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Para além disso, Quartim de Moraes possui uma carreira docente e de luta social no Brasil reconhecida e importante. No caso da docência, pessoalmente, contei com o privilégio não apenas de ter sido seu aluno, como também seu orientando nos anos passados



no IFCH. Ainda no campo intelectual é um dos fundadores dentro da ANPOF (Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia) do grupo de trabalho (GT) marxismo do qual faço parte por meio de convite dele.

Neste ponto, o intelectual mistura-se inextricavelmente com o homem de “fé e partido” como diria Darcy Ribeiro: na última ANPOF ocorrida em Vitória (ES) nas dependências da UFES nos dizia “quem vive muito vê o que não gostaria”. Fazia referência tanto ao pai de Heitor na *Ilíada*, Príamo, como ao que viria a acontecer: poucos dias depois é eleito em segundo turno eleitoral em 2018, outubro, Jair Messias Bolsonaro, completando um processo continuado de golpe que começara em 2016 com o falacioso golpe sobre a presidenta Dilma Rousseff. Ao proferir essas

¹ Entrevista realizada via aplicativo *Google Meeting*, mediada por Fabio Castro, tendo como entrevistadores Paulo Alves de Lima Filho (Paulo), Adilson Marque Gennari (Adilson), Marcelo Micke Doti (Marcelo) e Fábio Antonio de Campos (Fabio Campos). Transcrição realizada por Manuela Lowenthal e Bernardo Muratt.



palavras durante aqueles dias na ANPOF, Quartim falava especialmente aos jovens e que poderia vir: uma repressão a qual ele viveu e, em jogo, poderia vir a estar não apenas a democracia, nossas liberdades de expressão, de cátedra, de encontros como aquele e de livre debates intelectuais. Poderia vir a estar em jogo a própria vida, bem de raiz, como também nos alertava.

Esta passagem, sua imagem, suas palavras e o tom ao mesmo tempo tenso e aconselhador ilustra bastante bem os rumos do intelectual e professor, acadêmico, nunca divergindo do ator político. Se assim não o fosse não poderíamos dizer, seguindo Leandro Konder em *Memórias de um Intelectual Comunista*: o intelectual é ao mesmo tempo aquele zelador do conhecimento, ciente dos meandros dos conceitos, aquele a atuar dentro do ambiente acadêmico integrado aos seus debates, suas “malandragens” e suas especificidades (conceito e palavra que Quartim sempre nos advertiu, contra as generalizações e o específico das ideias e conceitos). Porém, ao mesmo tempo, não se identificar com a academia como fim em si: atua politicamente, sabe dos seus compromissos sociais e das apostas, das escolhas feitas: o intelectual é esta figura pública, de luta, definido dentro das lutas de classe, mas sem ceder um fio que seja à trama, à urdidura de um tecido da simplificação e da vulgaridade teórica. Quartim é, assim, um intelectual, homem de posições. Tal dimensão de sua personalidade, de sua pessoa, ficará evidente na entrevista abaixo na qual nos fala de sua formação, sua família, suas concepções teóricas e aprendizado, mas, ao mesmo tempo, intervenção política durante a luta contra a ditadura de 1964 (que alguns muito mal-intencionados órgãos de imprensa, por sinal colaborativos com a ditadura, vieram a chamar de “ditabranda”).

As palavras desta apresentação já se estendem por demais. Procuraram ser tão somente uma prévia dos vários pontos e linhas tecidas e abordadas na entrevista; procuramos apresentar todas ligadas neste tecido do ser-intelectual e o significado urgente deste sentido hoje, desta aposta insinuada por Marcuse em *Razão e Revolução*, ao abordar da filosofia de Hegel até a teoria social moderna; como a partir daqui a modernidade irá nos colocar campos de luta explícitos nunca antes vistos dentro das formações socioeconômicas e culturais (retomando novamente Darcy Ribeiro) do ocidente. Quartim e suas palavras servem-nos para inspirar este *ser-intelectual* e a urgência disso para todos os que leem. Portanto, nada melhor do que estas.



| Marcelo | Boa tarde Quartim. Eu havia sugerido duas questões e uma de início era sobre sua formação. Neste sentido não há como não recordar que fui seu aluno. Lembro que eram aulas muito boas sobre Aristóteles e você aproveitava e contava da sua vida para nós, a questão da resistência armada, sua formação cultural, estudar no colégio São Luís. O que eu gostaria é que você pudesse falar disso, da sua formação familiar e cultural. Gostaria, então, que falasse essa questão de família essa formação cultural inicial, ter estudado no colégio São Luís, que é um colégio tradicional, como foi a decisão de ir para a filosofia?

Eu fui educado, com todas as reservas que se possam acrescentar ao termo, no colégio São Luís, isso significava do ponto de vista de meus pais, que tinham renda média, que eram uma burguesia sem posição sólida na ordem capitalista, era um esforço de ascensão social. Não de ascensão social exatamente, pois sobretudo a família do meu pai era decrépita e teve em outras gerações alguma posição melhor no sentido da opressão de classes.

Para mim não foi uma experiência boa, foi útil, aprendi muita coisa. Aprendi a detestar a hipocrisia eclesiástica, aprendi a detestar a bajulação que esses

padres faziam (e continuam fazendo) com os mais ricos, pois era um colégio de gente muito rica. Provavelmente, como eu era um garoto, um adolescente, eu vivi aquilo não com inveja porque o padrão de vida deles nunca me excitou muito, aquilo não me deixou frustrado, mas na verdade revoltado. Nesse ponto foi educativo, ter uma certa distância emocional sobretudo com relação àquela grãfinalha que estava lá. Era um colégio, como dizem os gringos, "over rated". Não era nada extraordinário no ensino, havia melhores colégios para formar aquilo que é importante aprender no ginásio como uma boa formação científica. Eu por exemplo, me ressinto até hoje, na verdade me ressinto faz uns 15 anos, principalmente quando comecei a me interessar seriamente pelo evolucionismo, de uma má formação em biologia. *(Dirige-se a Marcelo)* Lembro de debatermos sobre evolução há alguns anos: você estudou evolucionismo quando jovem, no colegial? *(Marcelo responde afirmativamente citando Carl Sagan)*. Não tem nada a ver com a voga, merecida de resto, da biologia e da ciência hoje, com uma reação medrosa, perante a



pandemia, essa peste negra do século XXI. Esse novo respeito, que espero duradouro, que a ciência e a biologia em particular recebem hoje me fazem mais ainda ressentir minhas molecagens em não dar a devida atenção à biologia no secundário, tive que tentar reparar isso na idade madura.

Nesse caso o Mandetta é bem emblemático, pois é um bolsonarista, mas não é um capacho. Não é um indivíduo com caráter de gelatina, ele achou que iria se promover mais. Era um inimigo do SUS, privatista na medicina. Mas é um sujeito que em uma situação trágica, reagiu bem. A gente vê muitos nesse domínio avassalador que extrema direita e a direita assumiram desde a virada política de 2015-16, você vai encontrar isso também no exército, alguma minoria de generais que dizem "chega, assim não, não estou mais nisso". Porque não tem um cérebro de ostra e um caráter de gelatina. E o Mandetta é isso.

Ao mesmo tempo, houve uma revalorização da ciência em geral e até da universidade. Não sei se isso vai se traduzir em melhores verbas, pois elas estão sendo asfixiadas como todos sabemos, tanto as estaduais, mas

mais ainda as federais. Isso afirmamos não apenas como um refrão de que "queremos mais grana ou orçamento" e que todas as categorias do serviço público lutam para melhorar sua partilha no serviço público, isso é normal. Você está enxergando mais os seus problemas, por mais que você seja sensível aos problemas dos vizinhos. O fato é que as federais estão mais ameaçadas ainda, pois é um projeto mais violento. E aqui esse governador, que também foi um que "melhorou" pois ele era apenas um reacionário de choque. Mas perante essa peste negra do século XXI...

| Paulo | Esse enfrentamento com a dogmática jesuítica, à qual você foi submetido durante muitos anos, em certa medida deve ter levado à sua recusa dela, à radicalidade. Isso de alguma forma te encaminhou a alguma visão de mundo mais crítica que houvesse levado a decisões futuras?

Eu gostaria de responder que sim, essa seria a melhor resposta "Li Feuerbach e compreendi que não foi Deus quem inventou o homem, mas homem que inventou deus e se ele fez isso o fez porque era miserável e Deus era a solução imaginária para sua miséria real



etc.” (risos). Mas não foi isso, o que me deu um sentimento não de inveja, mas de raiva, era a indecente bajulação dos ricos. E em segundo lugar, a mórbida condenação da sexualidade que eles faziam. Eram uns tarados mal resolvidos, provavelmente pedófilos em potencial, senão na realidade. Por exemplo, havia retiros espirituais para explicar o mal da sífilis. Não sei se é geral, há jesuítas melhores que esses certamente. Mas o que eu vi no Colégio São Luís me deixou uma má impressão, sobretudo sobre a morbidez sexual. Não era minha revolta à não adesão dos padres ao movimento socialista, por exemplo. Eu era um pequeno burguês revoltado, não havia conteúdo de classe, eu não tinha noção clara da divisão da sociedade de classes, isso veio mais tarde.

| Paulo | E como se dá esse salto à crítica social?

Isso ocorre naquilo que o ex-governador, bandido, ladrão e cafetão Adhemar de Barros, definia a Maria Antônia como “aquele ninho de comunistas” e eu comecei meu curso de filosofia naquele ninho de comunistas (risos).

| Paulo | Mas o que são os primeiros momentos dessa descoberta que te levam posteriormente à militância?

Não há uma sequência lógica. Não estudei no primeiro grupo de estudo do Capital na Maria Antônia, em torno do Gianotti e do ex-presidente FHC, mas no segundo grupo, que se articulou um pouco antes do golpe de 1964, e foi esse estudo do capital que me deu bases teóricas para construir posições políticas. Mas independentemente disso, quer dizer, não numa relação de causa e efeito, a resistência à ditadura criou um contexto de clandestinidade e da luta clandestina para a luta armada era tudo muito próximo. Claro que havia um fascínio pela revolução cubana, uma convicção exagerada na eficácia das vanguardas, tudo aquilo que mostra os excessos e limites da minha geração. Mas era sobretudo a vontade de resistir à ditadura e de dizer não para aquele horror que eles haviam instaurado no Brasil e disso eu não faço autocrítica.

| Marcelo | No livro do Luís Mir, há uma foto sua, bem jovem, e coloca você como “ideólogo da VPR”. Você poderia comentar isso conosco? Como foi a aproximação com a VPR, poderia nos falar sobre isso?



Em primeiro lugar, como historiador, o Luís Mir é uma figura muito difícil de aceitarmos tudo o que ele diz. Ele era guiado por uma vontade de fazer sucesso e chocar. Por exemplo, eu dei acesso a ele a uma grande quantidade de documentos que acumulei no exílio em Paris, de coisas que não eram necessariamente minhas, mas que amigos e conhecidos iam depositando ao longo do exílio. E lá ele encontrou um documento que dizia que algo como *"a partir do AI-5 os militares estavam acuados e era hora de planejar uma ofensiva"*, e ele passou a atribuir a mim essa frase. Veja, eu fui excluído da VPR pois me opus à deserção de Lamarca, eu nunca subestimei o AI-5, eu afirmava que era o momento de refluir, e isso não é um mérito intelectual meu, estava na cara. Eles estavam dando carta branca aos grupos de extermínio e a tortura sistemática. Então esse é o método do Mir. Mas voltando à pergunta, na VPR acabaram prevalecendo as ideias do Ladislaw Dowbor, hoje economista ligado ao PT, ele era a favor do vanguardismo radical e tivemos confrontos. Houve luta ideológica sim, na VPR, mas nunca fui ideólogo. Isso é uma "gentileza" do Mir (risos).



| Paulo | Por que a VPR especialmente?

Isso entra na fatalidade bruta de nossas vidas. Um sujeito irônico responderia "porque não a VPR?". O fato é que meus contatos estavam ali. Eu tinha bolsa de estudos do governo francês e estava em contato permanente com o grupo de exilados brasileiros, inclusive um ex-dirigente comunista, o José Maria Crispim, depois ligado ao trotskismo e ele tinha muitos contatos. Voltei ao Brasil em fevereiro de 1968 e tinha contato com o grupo que havia rompido com a POLOP e um grupo mais importante de marinheiros e sargentos como o ex-sargento Onofre Pinto. O Onofre Pinto foi homem chave na VPR. Ele era muito respeitado e rearticulou aqueles militares que foram expulsos no golpe militar de 1964. Eu tenho uma visão crítica da ideologia identitária, mas os dois principais dirigentes da luta armada eram negros, o Onofre Pinto e o Marighella que é mestiço. Isso realmente mostra a base popular da resistência armada à ditadura. O Onofre Pinto foi ultrapassado em notoriedade pública pelo Lamarca, mas era o Onofre quem manipulava o Lamarca, no bom sentido, para o bem ou para o

mal. Ele que mantinha o contato com Lamarca enquanto este ainda estava no 2º exército. A eminência de todo esse processo era o Onofre Pinto.

| Paulo | A decisão do exílio se deve a que circunstâncias? E como foi a vivência no exílio?

A decisão do exílio é uma decisão alheia, não foi minha. Eu caí fora porque não queria entrar na máquina de moer carne dos serviços especiais de repressão. E eu saí logo, por causa dessa briga que houve na VPR logo após a deserção do Lamarca, à qual eu me opus. E me deu uma sensação que o Lamarca estava numa sinuca de bico. E eu vi bem como isso se deu, eu estava no centro do negócio. Mas o Lamarca já tinha uma certa noção que não havia estrutura para acolhê-lo e que a deserção seria um ato tão grande para os militares e aquilo seria muito pesado. Ao mesmo tempo ele já suspeitava que poderiam descobrir suas atividades no exército. Mas logo fomos expulsos da VPR, pois éramos opostos a essa operação. E passamos a ter razão, pois começaram todos a ser presos. A pior coisa no movimento clandestino é ter razão... Logo foi preso todo o núcleo dirigente. E a

mim outro grupo de outros 6 ou 7 que estávamos mais visados, organizamos a saída do Brasil por via terrestre. Passamos o mês de março de 1969 organizando a saída, e deixei saírem primeiro aqueles que não tinham muitos contatos e eu saí por último, não deixei o altruísmo fazer eu esquecer de mim mesmo. Fiquei no Uruguai. O exílio não teve nada de escolha. A saída do Uruguai pra França teve algo de escolha, pois tinha amigos lá e contatos. Eu saí do Uruguai em agosto de 1969, e lá o clima já estava piorando, apesar de existirem instituições em algum funcionamento republicano. Sugeriram que fôssemos pro Chile, mas todos achávamos que o Allende não tinha chance de vencer as eleições presidenciais de 1970. Então, como trabalhava com a hipótese equivocada de que a direita venceria no Chile, isso reforçou a minha decisão de ir para França.

| Marcelo | Foram 14 anos na França?

A rigor a anistia ocorreu em setembro de 1979, mas eu só voltei para o Brasil depois pra ver como estava a situação. Mas eu tinha uma situação profissional lá e também o nascimento do meu primeiro filho. Tampouco tinha



interesse de virar francês, não por um dever abstrato de patriotismo, mas predominava ainda a minha relação com o Brasil. A maior parte do meu círculo social era composto de brasileiros. Por mais que pudesse fazer a opção, não quis virar francês, mesmo devendo muito ao partido comunista francês, onde aprendi sobre a política de massa comunista num partido de massa. Eu mantinha uma mentalidade de intelectual revolucionária de extremismo pequeno burguês, que me faziam deixar de ver certas coisas, que advinham da falta de prática com o movimento operário em um país. Por exemplo, eu questioneei um amigo com quem vivi, de por que o *L'Humanité* tinha uma página dedicada a corridas de cavalos. Era uma observação de puritanismo intelectual de esquerda. Ele me respondeu, sem arrogância, que os leitores eram na sua maioria operários e comprar um jornal diariamente era muito dinheiro e eles tinham esse "defeito", essa "fraqueza" de gostar de se divertir um pouco. Eles eram trabalhadores e não heróis. Pequenas lições como essa são importantes para você virar comunista, assimilar a tradição histórica do comunismo, com



movimento operário de massa com perspectiva revolucionária.

| Marcelo | Agora uma questão mais teórica. Nós já conversamos pessoalmente sobre questões teóricas na UNICAMP. E lembro de você soltar uma brincadeira teórica com os lukácsianos que viam ontologia em tudo. Atualmente estou lendo sobre Althusser e psicanálise. Neste sentido, gostaria de perguntar como foi sua aproximação ao Althusser, ao estruturalismo e se existem elementos de resgate ao Althusser hoje.

Eu tenho sobre isso um conhecimento muito profundo do seguinte: é preciso ter consciência dos limites do seu conhecimento. Eu sou um semianalfabeto em psicanálise, embora tenha lido Freud na primeira juventude passando da adolescência para a maturidade. Mas tenho convicção de que não é possível conhecer em profundidade a ideologia sem levar em conta o elemento do inconsciente, que ao mesmo tempo nos remete até a biologia, que é a base dos nossos gostos, sexualidade, isso começa a centenas de milhares de anos atrás. Todos esses sentimentos e pulsões elementares não podem ficar de fora do debate da ideologia, ou vira mero debate de ideias. Ninguém melhor que nós brasileiros de hoje, vendo o que

são esses gabinetes do ódio, esse furor histórico da extrema-direita, para ver que aí “Freud explica”. Mais do que Freud, eu diria, “Darwin explica”. Quero dizer que essa direção é fecunda, mas não sei até que ponto o Althusser levou isso.

Mas quando eu era bolsista na França ele organizou um seminário na faculdade em que era professor, a *École normale supérieure* de Paris, junto com alguns discípulos, intitulado “A filosofia espontânea dos cientistas”. E nesse curso tem uma aula. O que é essa aula? É uma crítica, no sentido filosófico do termo, ressaltando o que é importante e positivo, mas também mostrando os limites ideológicos. Ali ele é bem “estalinista”, diria algum trotskista horrorizado, ele distingue de um modo um tanto didático e meio simplificador, mas não importa. Ele diz: “o lado materialista é o bom”, e ele usa isso para mostrar o qual é o lado materialista do Monod, biólogo da época, ganhador do prêmio Nobel com a obra *“O acaso e a necessidade”*. Ele diz “o que há de positivo em Monod são duas coisas: o ADN (não digo DNA porque estou falando português) e a própria

teoria da evolução” e isso seria importante. Mas ele também destaca um lado idealista, na própria evolução e introduz um finalismo, na vontade de sobreviver. Aí Althusser afirma que ele (Monod) fica retomando Teilhard de Chardin, que era um católico que tentou batizar a teoria da evolução. E isso está nesse livro *A filosofia espontânea dos cientistas*.

| Fabio Campos | No tema de revolução e contrarrevolução, acho que é fundamental entrar no assunto militar. Como fica a questão genética do exército que tinha um componente nacionalista, social e até popular forte, mas que no próprio processo histórico nos anos 30 vai se alterando. O próprio Sodré indica que há uma mutação nas escolas de formação dos oficiais com grande influência do nazismo, a despeito de Vargas ter perdido para os EUA no Estado Novo. Isso também implicou numa americanização da caserna, quando chega 1964 toda a influência da ESG, a doutrina de segurança nacional, que na verdade é uma doutrina de segurança imperial dos EUA, isso influi nessa formação. Eu gostaria que o senhor fizesse um panorama histórico dessas mutações do exército, para entendermos essa dimensão antinacional e antipopular que as forças



militares apresentam hoje no Brasil, com esse governo no qual vivemos.

Eu fiz dois livrinhos pequenos sobre isso, onde discuti essas questões de modo sistemático. Eu vou resumir aqui um pouco. Eu voltei a esse assunto recentemente, pois houve interesse na Argentina sobre o tenentismo, pois esse assunto tem um apelo muito grande, em parte discutível. O que realmente é característico do tenentismo, seja o tenentismo do primeiro levante do forte de Copacabana em 5 de julho de 1922 e suscitou os levantes seguintes que culminaram na Coluna Prestes, embora o Prestes não tenha participado dos dois primeiros levantes. A coluna surgiu no ano seguinte do levante de São Paulo, onde os sobreviventes de São Paulo se juntam ao, então capitão, Prestes. A partir dessa junção começou aquela marcha gloriosa, eles certamente se cobriram de glória.

Mas esse impulso progressista, a defesa das causas generosas no exército, começa bem antes na luta pela abolição. O Clube Militar, que hoje é um antro raivoso de reacionários fachistóides, há mais de cem anos atrás, era um centro de agitação positivista. Existe uma moda de



esquerda de satanizar o positivismo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a primeira constituição do RS, a primeira a reconhecer direitos trabalhistas era rigorosamente positivista. Enfim, esses militares davam apoio e proteção a tribunos abolicionistas sempre ameaçados pelos jagunços de fazendeiros e capitães do mato. Na obra do general Tasso Fragoso, que depois passou ao conservadorismo, ele descreve que naquela época “éramos muito jovens e não se sabia o risco que corríamos e a audácia que tínhamos de defender os comícios abolicionistas das agressões dos donos de escravos”. Também há aquela suplica do Clube Militar à Regente Isabel para não obrigar o exército a servir de capitão do mato para capturar escravos fugitivos. Como toda a transformação revolucionária, a abolição já estava se tornando um fato social, estavam aumentando a fuga de escravos e já havia condições para acolhê-los, e isso perturbava muito os donos de escravos que viam seu capital correr. Temos que lembrar que naquela época, os escravos serviam de hipoteca para os empréstimos bancários que a oligarquia latifundiária buscava.

Temos que ter isso em perspectiva: os interesses sociais fortes que os abolicionistas contrariaram.

Há uma crítica esquerdista de muitos que lembram que não deram terras aos escravos, mas o fato é que, naquele momento, a batalha que foi ganha pela causa emancipadora, é que a abolição foi feita sem indenização aos fazendeiros. E isso é um fato positivo. Foi uma luta muito corajosa, aliás que poupou ao Brasil aquela guerra civil atroz que acabou com a libertação dos negros nos EUA. Ademais, o Domenico Losurdo, que gostava muito do Brasil, lembrava, ironizando a fraseologia liberal-democrática, que “o único momento em que os negros nos EUA não foram objeto de linchamento, foi durante a ditadura militar que a União impôs aos confederados derrotados”. Quando houve uma normalização e terminou esse regime para disciplinar os derrotados, voltou tudo ao “normal”. Linchamentos, reorganização da Klu Klux Klan, e houve mais um século de terror sobre os negros do sul dos EUA.

| Fábio Campos | Eu gostaria que você explorasse mais o tema do nacionalismo

no exército. Esse é um tema muito forte, no primeiro governo Vargas, por exemplo. E isso passa a mudar, com a união anticomunista em 1935, e o alinhamento com os EUA na missão Oswaldo Aranha. Gostaria que você explorasse essas mudanças que culminaram com o golpe de 1964.

1964 foi um expurgo radical, até mesmo os brasilianistas reconhecem, como aquele Alfred Stepan mesmo lembra, que a categoria profissional mais cassada e perseguida foram os militares, milhares de militares. Aí ele explica o porquê toda uma geração de ideias nacional democráticas foram banidas do exército integralmente.

Acho que aí tem uma questão que vale a pena ser estudada atualmente. A última tentativa mais audaciosa de relançar um ciclo de industrialização no Brasil foi sob a ditadura de Ernesto Geisel, isso é um fato histórico, com muitos paradoxos, claro. Reconheceu Angola, virou as costas para os EUA, quis a liberdade do Brasil no campo nuclear de modo que foi uma política externa extremamente audaciosa. A política externa da Dilma, (na qual) todos votamos e (que)



sofreu um golpe de Estado, por exemplo, foi muito tímida em relação a isso.

Antes do expurgo de 1964 já havia uma luta muito forte entre as duas tendências (nacionalistas e entreguistas). Essa luta já era uma tendência da guerra fria e a satelitização do Brasil na política externa dos EUA. Mas eu vejo de modo mais complexo a figura de Getúlio Vargas. Ele tentou o tempo todo não cair nisso. A famosa história da negociação da CSN, por exemplo, ele inverteu a lógica imperialista, jogou com audácia e obrigou os EUA, no sentido diplomático, a fornecer as condições materiais para se instalar a siderurgia de grande porte no Brasil. Portanto, a produção de meios de produção no Brasil. Nessas horas lembro de um amigo meu já aposentado na UNICAMP que fez uma observação muito boa: em 1964 houve um golpe militar cujo objetivo era acabar com a herança da Era Vargas, em 1994 FHC foi eleito presidente, com o objetivo de acabar com a Era Vargas, em 2018 o cleptofascista Bolsonaro foi presidente, deu um golpe muito grande na Era Vargas que foi acabar com o Ministério do Trabalho. Então vemos que o que



de pior teve no Brasil se preocupou em acabar com a Era Vargas. Isso quer dizer alguma coisa, quer dizer a CLT. E a gente critica “ah, mas a CLT é conciliação de Vargas”... Pode até ser, mas era uma conciliação de classe em que havia fortes concessões do capital ao trabalho, impostas pela ditadura de Getúlio Vargas.

Nós, comunistas, assimilamos o horror de 1935, a repressão, mas a verdade é que foi um levante armado violento, foi um golpe revolucionário fracassado. E as piores atrocidades o Getúlio não fez sozinho, a principal responsabilidade dele é ter colocado aquele bandido do Filinto Müller como chefe de polícia. Temos que lembrar que não foi Getúlio que negou o habeas corpus à Olga Benário, ele poderia ter impedido claro.

| Marcelo | Recentemente eu estava ouvindo uma live que dizia como as coisas mudam, por exemplo Roberto Campos, que jamais uma pessoa como Roberto Campos, um neoliberal, privatizaria a Petrobras. Como você tem enxergado a postura dos militares diante deste desmonte?

Em 1977 a Fiesp e a alta burguesia paulista

desencadearam uma campanha anti estatizante que enfraqueceu muito a ditadura. Um dos estatizantes era o Geisel, pois ele era um dos que mais se sobressaia.

Eu voltaria ao tema da importância do Sodré nisso tudo. Em seus últimos textos, ele passa a abordar muito a revolução nacional, e muitos autores estrangeiros também se referem a uma revolução, inclusive o próprio Perry Anderson.

Portanto, foi de fato uma revolução, pois modificou o bloco de classes no poder, abrindo caminho para a industrialização. Esse é o beabá sobre Getúlio.

Mas, o Sodré, quando ele insiste na direita, ele se refere à direita fruto da tal Cruzada Democrática, induzida nas forças armadas e incentivada pela Guerra Fria, e essa conseguiu em 1952 virar o jogo, em função das alternâncias do poder político no Brasil.

Havia uma certa consistência no dispositivo militar do João Goulart, e até a derrubada do Goulart, havia um núcleo forte, progressista, legalista.

Portanto, 1964 teve esses fatos importantes: foi uma virada,

acompanhada de um expurgo tremendo, e isso resultou em algumas consequências, embora não se possa absolutizar essas consequências, porque o exemplo do Geisel na segunda metade da década de 70 comprova que mesmo no auge da ditadura, havia a possibilidade de uma política externa independente voltada à industrialização. Portanto, o quadro era ainda mais complexo.

Eu acho que nesse sentido, há uma certa incapacidade do Lula e da Dilma, pois ficaram lá 14 anos e tinham influencia para rearticular as forças armadas e promover progressistas, e mesmo assim foram pífiros.

Ficaram apenas no discurso de estadista, mas não fizeram nada. Pois o poder público deve sim comandar as forças armadas, mas no bom sentido, no sentido de que as forças armadas sejam leais às instituições republicanas, que haja uma cultura de respeito as instituições.

É verdade também que houve muita insídia por parte dos militares golpistas. Mexendo aqui num jornal de 2017, mais especificamente na Folha de São Paulo, aquela que descobriu o sentido de "ditabranda".



Então, esse jornal mostra o General Vilas Boas, foi esse que articulou o golpe de 2016. Mas o que nós temos é isso, gente coberta da retórica institucional que articula golpes. Foi um golpe insidioso sim, mas faltou também atenção do governo das presidências petistas, que poderia ter evitado tudo isso. Com exceção do Celso Amorim, todos me desapontaram.

| Paulo | Afinal, o que é a revolução brasileira? O que seria para você após a sua longa experiência e leitura, a revolução brasileira.

Talvez eu desaponte você dando uma resposta aparentemente insignificante demais. Mas eu vou fazer uma tese filosofante. Pensando na dialética da continuidade e da ruptura, de que é feita a trama da história, nós chamamos de revolução momentos de transformação concentrada; ela não precisa ser sangrenta, mas deve ter uma mudança do poder político, imprimindo uma linha nova de mudança. Então eu considero a revolução de 1930 uma revolução nacional de conteúdo industrialista, que abriu caminho para o pleno desenvolvimento capitalista do Brasil; ele seria pleno se



dependesse da política do Getúlio. O Brasil estava desenvolvido em relação a outros nos anos 50, mas depois ele perdeu o bonde, foi um atraso relativo. Mas até 30 anos atrás, o Brasil era comparado à China.

Eu acho que a revolução que vem pela frente é socialista. Não precisa ser uma tomada do palácio do governo, mas alguma coisa assim, pois sem o poder político não se desenvolve uma revolução. Mas é evidente que essa revolução vai ser socialista e deve começar com um programa nacional de desenvolvimento com forte atuação do setor público, assim como uma reforma apurada no mundo do trabalho. É um processo. Isso depende de como a direita vai atuar, como ela vai tirar o Bolsonaro, pois não tem dúvidas que ele a está de fato incomodando. Ele é um fracasso perigoso. E em caso de uma vitória de um candidato de centro-esquerda, há a possibilidade de um golpe. Mas há também a possibilidade de uma vitória do Lula, que vai representar uma derrota da direita, abrirá espaço para uma nova experiência de avanços sociais que não apresentará a limitação da experiência petista. O fato é que a experiência petista foi

bastante limitada. Foi importante porque melhorou as condições salariais, mas foi muito mais limitada do que nós esperávamos.

|Adilson| Eu gostaria de fazer uma colocação breve. Eu fiz o meu mestrado sobre Roberto Campos, e o que eu gostaria de dizer é que o Roberto Campos tem pouca comparação com o governo atual, veja bem, ele estudou Sociologia, Historia, Filosofia e só depois de estudar Economia nos Estados Unidos que ele virou um conservador. Então, ele é um desenvolvimentista conservador, e o governo atual é um “destrutivista” conservador, e isso é muito diferente. Apesar de Roberto Campos ser a favor do golpe e ser autoritário, a ideia dele era de aplicar um desenvolvimento econômico de caráter conservador, mas agora estamos vivendo uma destruição de caráter superconservador. Então, ainda é um fenômeno que precisamos estudar: o fracasso da extrema direita no Brasil, e de alguma forma, nos EUA também.

Mas as minhas questões que eu gostaria de colocar aqui são outras. Vindo mais pro campo da Geopolítica internacional: diante desta tendência da China de se transformar na maior economia do mundo, se já não é, principalmente em relação à sua tecnologia militar. Como o senhor vê essa nova geopolítica que está sendo redesenhada no mundo por parte de um país comunista como a China,

como você vê essa nova configuração mundial sob a hegemonia da China sob os Estados Unidos, ou talvez uma hegemonia compartilhada com os EUA e a Rússia.

Vendo o assunto a partir de nossa condição brasileira, a mudança em relação a trinta anos atrás é radical. A mudança da relação de forças é radical.

A China passou de uns tempos para cá por uma forte transformação. A civilização chinesa mudou bastante, existem cidades maravilhosas. Esse prodigioso desenvolvimento da economia chinesa mudou radicalmente o cenário internacional.

O jornal *Le Monde* sintetizou bem a situação trinta anos atrás em uma manchete: “A OTAN dona do mundo”. A imprensa do capital, quando diaboliza o Putin e o Estado Russo é por uma única razão: a relação entre a China e a Rússia cria uma força implacável e se torna uma grande ameaça. A China sempre foi uma ameaça, e essa aliança entre a China e a Rússia é algo mais ameaçador ainda.

Por muito tempo, a China foi marginalizada. Mas a China também teve um lado barra pesada na política externa. Porque



esse lado? Porque era uma política que consultava basicamente os interesses nacionais do Estado chinês.

Mas o que eu quero dizer aqui é que a reaproximação entre a China e a Rússia encorajou Putin a defender a Síria, pois vocês viram o que foi essa guerra da Síria, foi o Putin e os patriotas sírios (que) detiveram a máquina mortífera da OTAN.

Mostra que a relação de forças em escala internacional mudou.

| Adilson | Um detalhe que eu gostaria de lembrar, é que quando os EUA, junto com o Brasil, planejava recentemente uma intervenção na Venezuela, a Rússia mandou um monte de aviões de caça e tropas, e rapidamente a ideia dos EUA de intervenção sumiu (risos).

Minha outra pergunta é, diante desta nova geopolítica que está se desenhando no mundo e levando em conta que os partidos comunistas sempre tiveram uma influência bastante expressiva nos movimentos sociais, como o senhor vê essa influência dessa China nova nos movimentos comunistas da América Latina?

E isso me remete a outra questão: estamos mais próximos a uma aliança à esquerda e ao centro ou a uma ditadura de extrema direita?



Os efeitos da China são claros, não tenho muito a dizer. É evidente que a posição da China pesa em todas as classes sociais e em todos os meios, ao mesmo tempo seria errado esperar da China, esperar qualquer intervenção; a política deles é se afirmar pelas relações econômicas e comerciais basicamente, a ideologia não está mais no posto de comando, pois o tempo é outro.

No tempo do Mao Tsé Tung era diferente, mas hoje isso não cabe mais. A China, hoje, tem sim uma orientação comunista, porém seu maior intuito atualmente é o desenvolvimento acelerado das forças produtivas, principalmente das forças técnicas científicas. Isso é impressionante, a massa de produção de riquezas, essa é a propaganda do socialismo deles.

A China se impõe politicamente focando indiretamente no poder econômico.

O Brasil peca muito atacando a China. Pois a China tem meios de pressão muito grandes. Ainda mais com a aliança entre a China e a Rússia.

Os EUA deixando de ser a grande potência mundial, abre espaço para outros vários tipos de

negociação. Mas na hora que os EUA assustam muito, eles voltam a atacar. Mas se a China se consolidar juntamente com a Rússia, eu pessoalmente acredito que isso se tornará muito consolidado e a tendência é a Rússia também voltar a fortalecer o partido comunista. Eu pessoalmente me identifico politicamente com o partido comunista da Federação Russa, eu avalio o Putin como um fator positivo no cenário internacional. E tenho total consciência que o ódio sistematicamente alimentado ao Putin pelos meios de comunicação é sintomático, eles sabem exatamente quem devem prejudicar. E esses fatores pesam.

A Rússia não está preocupada em se dedicar a criticar ninguém, pois ela não tem mais um inimigo específico.

O cenário atual do Brasil é primata politicamente, não sabem o que estão fazendo ao negar negociar com a China. Mas só de dispensar esse ignorante, maluco, boçal, responsável por esse genocídio, já seria algo importante. Pois sabemos bem que o imenso número de mortos se dá pela incapacidade de governança política deste presidente. O mais criminoso é

sabotar a política do isolamento, coisa que foi protagonizada por este homem, assim como a negação da vacina.

| Marcelo | Se eu não me engano, você processou o Olavo de Carvalho. Isso é verdade?

Sim, mas esse cara é desprezível. Tratar com ele é degradar-se. Ele está tão acostumado com o meio em que ele vive, como as baratas ao esgoto.

| Fabio Campos | Tenho uma pergunta, que na verdade é uma curiosidade. Gostaria de vincular este debate ao Brasil pensando na revolução nacional. A China passou por uma Revolução Nacional, baseada principalmente em um forte nacionalismo. O senhor escreveu um artigo sobre o programa Democrático Burguês e neste artigo recupera três questões fundamentais: interpretação do imperialismo, da questão agrária e o método do marxismo para entender a questão brasileira.

Gostaria de saber qual é a atualidade deste debate, principalmente em relação à Revolução brasileira, que atualmente pouco se fala.

Bom, muito desse enfraquecimento programático da esquerda brasileira está ligada com a hegemonia do PT sobre o pensamento de esquerda, e o



enfraquecimento do marxismo como instrumento metodológico de análise da realidade.

A pergunta sobre o imperialismo é difícil, pois não tem como garantir que a China se comporte de forma imperialista. O que importa é avaliar a lógica objetiva de determinada situação. Tanto a China quanto a Rússia se preparam para um confronto militar que pode ser desencadeado, pois há sempre essa possibilidade.

Na China há um interesse no marxismo científico, mas sempre no plano acadêmico. Eles retiraram a ideologia o quanto puderam das suas ações políticas práticas, ações do Estado, mas é claro que sempre há ideologia.

Sobre o Brasil, eu penso que deveria mobilizar os recursos públicos para promover um novo ciclo de desenvolvimento industrial com forte investimento na ciência. Isso não é utopia, não está ao alcance agora, que estamos com esse governo de extrema direita que é um fiasco,

um cenário muito perigoso de quase guerra civil. Mas logo isso poderá ser possível.

É preciso não ceder a nenhuma chantagem.

Sobre o desdobramento do Movimento Agrário tem características muito interessantes. O MST tem caráter revolucionário, nos limites da reforma agrária avançada. Acredito que o Caio Prado errou em negar a importância da reforma agrária. Acredito que a reforma agrária deve ser um dos principais objetivos.

Por isso é importante se formar um governo democrático com forte apoio popular que não descuide de controlar a máquina militar. Agora está difícil, mas de qualquer maneira é possível enfrentar e controlar o intervencionismo das cúpulas militares, não desperdiçando uma relação de forças favorável. | FIM |

São Paulo / Campinas, junho de 2021



Esta segunda entrevista da quinta edição da **Revista Fim do Mundo** foi realizada em uma segunda-feira fria, no dia 21 de junho de 2020, por meio de uma videoconferência mediada por Fabio Castro em que os membros dos IBEC, Fabio Campos, Adilson Gennari, Paulo Alves de Lima Filho, Layza Soares e Henrique Tahan Novaes, conversaram com o renomado pesquisador Luiz Marques, um dos maiores especialistas brasileiros na crise ambiental e mudanças climáticas.



Autor do livro “Capitalismo e Colapso ambiental”, uma volumosa obra que retrata a destruição das condições de vida no planeta, Marques tem se destacado como um intelectual militante a serviço das causas ambientais.

A entrevista rendeu mais de 20 páginas e um diálogo sobre questões como o papel das corporações transnacionais na promoção do colapso ambiental, os perigos do ecofascismo, os limites das propostas da esquerda, a política ecocida de Bolsonaro, a forma de construção do livro, a urgente necessidade de diálogo entre as áreas do conhecimento, e a responsabilidade da universidade nos problemas socioambientais. Esperamos que vocês desfrutem – assim como nós – deste diálogo com o professor Luiz Marques.

¹ Entrevista realizada via aplicativo *Google Meeting*, mediada por Fabio Castro, tendo como entrevistadores os professores: Paulo Alves de Lima Filho (Paulo), Adilson Marque Gennari (Adilson), Fábio Antonio de Campos (Fabio Campos), Henrique Tahan Novaes (Henrique) e Layza Rocha Soares (Layza). Transcrição realizada por Fabio Castro e Maria Pessoa.



| Fáblio Campos | Uma questão baseada no seu livro lançado recentemente é sobre a existência humana. No relatório do IPCC 2018, em que se discute o aumento da temperatura do planeta (de 1.5 graus) já deixa transparecer o risco da sobrevivência da espécie humana, diante dos efeitos climáticos. Na mesma direção, um discurso de setembro de 2018 do Secretário Geral da ONU António Guterres, diz que nós temos uma ameaça existencial direta, haja visto que temos a maior concentração de dióxido de carbono em 3 milhões de anos.

Nesse sentido, aquela retórica de tomada de consciência gradual, até mesmo por meio de uma luta social, que os ecossocialistas atualmente defendem, na ideia de que é possível criar de forma paulatina uma gestão que possa ser até uma transformação radical de mudança do sistema, uma sustentabilidade, não estaria em xeque, já que a existência humana está ameaçada neste momento? Não chegamos a um ponto em que a revolução contra o capital se torna um imperativo urgente para atenuar o próprio fim do mundo que isso representa para nós?

Pra começar está bom, não é? (risos).

Sim, Fáblio, eu concordo com você, estou escrevendo um livro que se chama exatamente "O decênio decisivo" e decisivo nesse sentido que você trouxe. No



Institute for the Future of Humanity (Instituto para o Futuro da Humanidade), de Oxford, há dois estudiosos, Nick Bostrom e Toby Ord, que desde 2002 têm procurado definir o que é um risco existencial. Toby Ord publicou em 2020 *Precipício*. A definição de risco existencial proposta por ambos me parece insuficiente. Eles procuram entender o risco existencial de uma maneira monofatorial. O que pode apresentar um risco existencial? Uma guerra atômica é um risco existencial evidente, um choque de um meteoro na terra, outro risco existencial. É claro que o aquecimento global em si, ao menos no horizonte deste século, dificilmente representaria um risco existencial. Toby Ord, assim como o IPCC, descarta, provavelmente com razão, o que normalmente se chama Síndrome de Vênus, isto é, a ideia de que um *runaway climate change*, um processo que impulsionaria a Terra através de alças de retroalimentação do aquecimento a um clima análogo ao de Vênus, com temperaturas superiores a 450oC. Para que isso acontecesse seria necessário, por exemplo, a evaporação do oceano. Extremamente improvável, é claro. Mas essas definições de risco

existencial analisam riscos isoladamente, sem levar em consideração os riscos decorrentes da sinergia entre diversas crises. Ora, essa sinergia tem potencial para gerar um risco existencial. A sinergia é algo de difícil quantificação, e em ciência conhecer supõe alguma forma de mensuração. Sinergia significa que os elementos em interação se reforçam reciprocamente, de modo que a resultante é maior que a simples combinação entre os fatores. E é isso exatamente o que está acontecendo, temos três vetores de desestabilização do sistema Terra: a desestabilização do sistema climático, o empobrecimento da biodiversidade e a poluição, i.e., o adoecimento dos organismos pela intoxicação química. A sinergia entre essas três pressões sob a biosfera tem o potencial de diminuir rapidamente o habitat humano na Terra e não há, no meu entender, uma linha divisória entre o que é uma diminuição parcial do habitat humano e uma supressão pura e simples desse habitat. A questão do risco existencial deve ser entendida como um processo e não como um evento, como uma bomba atômica ou o impacto de um

meteoro. Começam a surgir elementos emblemáticos desse processo. No Kuwait, por exemplo, não se pode mais trabalhar das 11 da manhã às 5 da tarde nos meses de julho e agosto, pois há risco de morte por hipertermia. O mesmo problema está ocorrendo em Phoenix, nos EUA, e em vários outros lugares do planeta, onde o trabalho ao ar livre a um temperatura acima de certo nível, sobretudo se combinada com alta umidade relativa do ar, comporta riscos extremos. É sabido que se ficarmos muito tempo expostos a tais temperaturas perdemos nossa capacidade de regulação térmica. Temos um limite muito definido de tolerância em relação a picos de calor. Mudanças climáticas são em geral referidas a um aquecimento médio global, terrestre e marítimo combinados, em relação ao período pré-industrial, mas não se morre de aquecimento médio global, morre-se por exposição a picos de calor. E esses picos de calor são tanto piores nas ilhas de calor urbano, onde enormes concentrações de pedra, asfalto e concreto aumentam ainda mais a temperatura. A isso se soma o impacto da aniquilação da



biodiversidade. Somos criaturas dependentes da teia da vida, dependemos, por exemplo, de insetos e de vertebrados que polinizam vegetais dos quais retiramos 90% da vitamina C, 100% de licopeno, >70% de vitamina A e de outras substâncias de que precisamos para viver. Então temos essa cadeia de processos: o desmatamento intensifica o aquecimento global e as secas; maiores temperaturas e mais secas aumentam os riscos de incêndios maiores, que fragilizam as florestas, aumentando ainda mais as secas, o aquecimento e eventual desertificação, fatores em sinergia que tendem a inviabilizar a agricultura, a qual tende a avançar sobre as florestas em busca de mais solos agrícolas ou pastagens. Obviamente um círculo vicioso. É justamente essa dinâmica de sinergias entre diversos fatores em interação num sistema complexo que é preciso compreender, a meu ver, antes de definir o que é um risco existencial. Penso que estamos muito mais próximos de riscos verdadeiramente existenciais para a nossa espécie do que o *mainstream* da ciência é capaz de prever, porque a ciência trabalha com parâmetros muito



controlados. Impactos de “baixa probabilidade - alto risco” (*low probability – high risk*), os famosos “cisnes negros”, são ainda pouco conhecidos.

|Adilson| A minha questão vai na direção da questão do Fábio Campos, mas estava pensando talvez no aspecto ideológico da questão, e explico por quê. A questão ambiental já vem sendo discutida pelo menos desde os anos 1970, na famosa Conferência de Estocolmo em 1972, depois houve outra recentemente que não me recordo o ano, mas tive a sorte de participar. E tinha muita gente do mundo todo lá, foi muito bacana! E todas essas questões estavam lá em 70 e foram aprimoradas recentemente, por conta da evolução ou involução do processo de destruição ambiental. Havendo pessoas de diversas correntes, marxistas, liberais e de todas as correntes nessa questão do meio ambiente.

Como já é uma questão bastante discutida no marxismo, inclusive com o Mészáros discutindo a destruição pelo capital, a apropriação dessa questão pelo capital, eu vejo por exemplo, que a burguesia está fortemente preocupada com isso. Por exemplo, há várias instituições como WWF e outras instituições de meio ambiente que são majoritariamente de empresários, e eu vejo aqui em Recife, por exemplo, há a proposta de uma espécie de revolução nos transportes, de

fazer para o metrô, corredores suspensos, e de outros meios de transporte público. Essa proposta vem da burguesia, não vem da esquerda, são os empresários que estão propondo e a esquerda está superperdida. Então eu fico imaginando se a esquerda perdeu esse bonde do meio ambiente, da revolução ecológica, do ecossocialismo, enfim, ela está muito pontuada de algumas personagens e de alguns intelectuais de maneira que se cria uma nuvem ideológica burguesa no problema, pois quando estamos pensando, por exemplo, que o automóvel é um problema, a burguesia lança um automóvel elétrico e propõe de criar depois uma usina hidrelétrica, ou lançar um carro que funcione a base de energia solar, etc. Mas o problema é o próprio automóvel.

Então, da mesma forma que se tem o automóvel, há tantas outras coisas como embalagens, forma de produção de alimentos, produção da educação. O que eu quero dizer é que a burguesia é capaz de se renovar e reciclar para se perpetuar, entretanto, essa destruição ambiental que vocês comentaram agora, coloca um problema de um limite que é o próprio capital que dá, e a burguesia não pode ultrapassar esse limite, ela no fundo é uma classe conservadora retrógrada. Então eu pergunto o que a gente pode pensar, imaginar ou agir, para que essa ideologia que ainda se coloca

como ideologia dominante, ideologia ecológica dominante, possa ser revertida para haver um avanço da revolução, e introduzir essa questão ecológica como um dos principais eixos da revolução? É que eu não vejo isso em nenhum partido, não vejo isso em nenhuma organização de massas, pelo contrário, as massas estão entregues à burguesia.

A sua pergunta reflete uma preocupação de todos nós, porque todos pertencemos a uma tradição que é nascida no século XVIII, o iluminismo. Isso se configurou como luta de classes no século XIX, via marxismo. Mas não apenas via marxismo, mas o marxismo é sem dúvida nesse contexto uma corrente dominante. Há uma tradição enorme do pensamento e da luta política ocidental focada na questão da justiça social. E a esquerda pertence, se incorpora e representa essa tradição e nesse âmbito ela não perdeu nada de sua qualidade e de seus méritos. Essa tradição é mais nunca necessária porque o mundo está se tornando cada vez mais desigual. As desigualdades se acentuaram ao ponto de hoje, um punhado de bilionários do planeta possuírem mais riqueza que a metade mais pobre da humanidade, o que nunca ocorreu



na história da humanidade. Mas como integramos tudo isso nas suas questões? Isso é um grande problema para a esquerda. Faz parte da tradição da esquerda perder tempo e energia com discussões terminológicas. Sou simpático a palavras como ecossocialismo e decrescimento, mas sei que ao pronunciar essas palavras, suscitarei talvez mais divergência do que convergência. O importante é pensar e trabalhar para uma sociedade pós-capitalista. Como ela vai se chamar, é uma questão futura, não presente. A expansão é a dinâmica inerente ao funcionamento do capitalismo, o que o torna incompatível com os recursos disponíveis do planeta e ainda mais incompatível com seus equilíbrios. Portanto, existe uma insolúvel contradição entre as leis que regem a economia capitalista e as leis que regem a física. Os impactos dessa inadequação são cada vez mais visíveis. Desde os anos 1970, os níveis de produção e consumo de materiais e energia tornaram-se mais insustentáveis, poluindo e superando sempre mais a capacidade regenerativa da natureza, de modo que hoje vivemos como se dispuséssemos de uma área 73% maior do que a do nosso planeta. Por que não



morremos ainda de fome? Porque estamos sacando a descoberto do futuro. Estamos roubando as condições de vida dos meus filhos, dos seus filhos e assim por diante, estamos usando um cheque especial. Estamos perdendo o solo, florestas, espécies. As elites econômicas estão cientes disso. Desde 2006, o "Global Risk Report" do Fórum Econômico Mundial vem indagando anualmente os dirigentes da economia global sobre os riscos com maior probabilidade e com maior impacto para os negócios nos 10 anos sucessivos a cada enquete. Em 2021, a 16ª edição dessa pesquisa endereçou aos 650 frequentadores de Davos a mesma demanda: "Pede-se aos participantes dessa pesquisa que avaliem a probabilidade de um risco individual global numa escala de 1 a 5, sendo que 1 representa um risco muito improvável e 5 um risco muito provável no curso dos próximos dez anos. Eles também avaliam o impacto de cada risco global numa escala de 1 a 5, sendo 1 um impacto mínimo e 5, um impacto catastrófico". Na visão dos entrevistados, os riscos para a economia neste decênio – com maior probabilidade de

ocorrência e com maior impacto – são os eventos meteorológicos extremos, o fracasso da ação climática e uma nova pandemia. Ocorre que toda a gigantesca máquina do multilateralismo – as convenções da biodiversidade e das mudanças climáticas, ambas de 1992, as COPs [Conferência das Partes] – continua prisioneira de mecanismos de mercado, com mudanças apenas graduais, e o motivo é muito simples: quem define o que a sociedade vai comer (na hipótese de ausência de fome) não é a sociedade, mas o conjunto das megacorporações da química, que farão os fertilizantes, agrotóxicos, produzirão as sementes transgênicas. Elas vão fornecer os insumos e estabelecer as receitas, em suma, vão determinar o que os agricultores irão produzir. Trata-se de um sistema alimentar globalizado, tão globalizado quanto o sistema energético, se não for mais. E esse sistema é evidentemente um sistema que não funciona, qualquer um pode entender que não tem sentido você produzir soja no Mato Grosso para alimentar um porco na China, e se um marciano descesse aqui e perguntasse como funciona o nosso sistema

alimentar e alguém lhe contasse isso, ele iria embora, dizendo que não valia a pena conhecer os terráqueos. A alimentação tem que ser local, tem que relacionar muito estreitamente produtor e consumidor, tem que ser orgânica. Isso, sabemos nós, mas esse sistema não irá sair de mudanças incrementais, mudanças que são definidas pela dinâmica do mercado. Só que, no que se refere à questão climática, à poluição, não existe agravamento incremental. Esse agravamento é baseado em pontos de inflexão, de alças de retroalimentação, que faz com que a curva suba, suba, suba e de repente ela se acelera e transita muito rapidamente para outro equilíbrio, provavelmente muito mais adverso para os homens que o equilíbrio anterior. Já Hegel, em sua Lógica, referia-se ao princípio da transformação da quantidade em qualidade. Marx o cita nesse sentido em ao menos uma passagem do Capital. Em suma, a contradição é óbvia: de um lado, um sistema que evolui de uma maneira muito lenta e apenas incremental, inclusive com regressões dramáticas do gênero Trump e Bolsonaro, e de outro, um sistema Terra que está se



transformando aceleradamente e sujeito a saltos de qualidade. E o que a esquerda pode fazer em relação a isso? A esquerda, enquanto isso, está fortemente ancorada na velha ideia de que se a sociedade conseguir o controle da produção de excedente, o problema está resolvido. Mas ela não discute a ideia mesma de excedente. Temos que pensar e trabalhar para a emergência de uma sociedade que evolua segundo uma taxa mínima de produção de energia e de bens, porque somos 7 ou 8 bilhões, e provavelmente seremos 10 bilhões em 2050, se é que chegaremos a esse nível de crescimento demográfico. A população a partir de 2030 mais ou menos começará provavelmente a declinar, dados os impedimentos crescentes: pandemias, crises hídricas, ondas de calor, perda de produtividade agrícola, adoecimento coletivo por poluição etc.. O escritório da ONU sobre redução de riscos de desastre mostra que nos últimos vinte anos em relação a 1980-2000, houve um aumento gigantesco de índice de mortalidade, devido exatamente às questões ambientais. Não chega ainda a reverter o crescimento demográfico, mas



está se aproximando cada vez mais dessa reversão. A esquerda, a meu ver, tem que repensar a ideia de excedente sem renunciar à questão da justiça social. Não existe a mais remota possibilidade de sucesso numa agenda de justiça social se não se atacar a questão ecológica. E vice-versa: não existe nenhuma possibilidade você atacar com êxito a questão ecológica, se você não atacar ao mesmo tempo a questão social. Mas incorporar essa nova lógica é obviamente muito difícil.

[Layza] Pegando o gancho das questões anteriores, você acha que o aumento dos desastres ambientais, do aprofundamento dos problemas ambientais conjuntamente com a desigualdade social podem levar a um fortalecimento do ecofascismo ou de movimento semelhante?

Sim. Sir David King, primeiro conselheiro científico do governo britânico, afirma, por exemplo: “é autoevidente que o enorme crescimento da população humana no século XX tem tido mais impacto sobre a biodiversidade que qualquer outro fator”. O lugar-comum de que o aumento populacional é, em si, a causa maior do impacto sobre a biodiversidade oculta o verdadeiro motor das crises socioambientais: o modelo

acumulativo das sociedades contemporâneas e a crescente desigualdade da riqueza e da renda. Há aqui um neomalthusianismo latente ou explícito. A questão demográfica é um problema, sem dúvida e é necessário acelerar a transição demográfica. Mas afirmar que o problema central das crises ambientais é a demografia é jogar-se nos braços do ecofascismo. O problema demográfico, repito, é grande e não foi ainda superado. A população mundial continua a crescer a uma taxa anual de cerca de 1% ao ano. Em 2018, o Mali tinha uma taxa de 3,8% de crescimento populacional ao ano. Em muitos outros países a taxa de fecundidade está ainda acima do nível de reposição. O Brasil, ao contrário, fez a lição de casa. Sua taxa de fecundidade está abaixo do nível de reposição e sua população vai começar a diminuir nos anos 2040 ou mesmo antes. A Índia está longe disso. Deve ultrapassar a população da China em poucos anos, talvez já no ano que vem, quando atingir 1,4 bilhão e deve chegar em 2050, segundo as projeções da ONU com 1,7 bilhão, um aumento imenso em apenas 28 anos. Em

suma, a taxa de fecundidade no mundo está caindo em todos os países, mas não na velocidade requerida. Isso posto, o ecofascismo é um fenômeno extremamente grave, e não apenas na Áustria, berço de você sabe quem. Não esqueçamos que a ideologia nazista, com seu apelo ao retorno às raízes, ao *Blut und Land*, tinha aspectos "ecologistas"; Hitler, de resto, era vegetariano... A ecologia tem, sim, potencial para ser absorvida também pela extrema-direita, e essa é, mais uma vez, uma luta ideológica. Por enquanto, a questão ecológica é majoritariamente de esquerda e tem em geral uma forte conotação anticapitalista. A extrema-direita ainda prefere simplesmente negar o consenso científico. O negacionismo climático nos Estados Unidos é uma bandeira do Partido Republicano, que considera a emergência climática uma "trapaça socialista" (*a socialist scam*). Mas isso pode mudar por causa da questão demográfica, por certo a via mais próxima para uma virada ecofascista.

|Layza| Saindo da questão do ecofascismo, eu tenho uma pergunta sobre o sistema financeiro, sobre uma relação da questão ambiental com a expansão



desse sistema. Na medida em que a produção futura de recursos naturais tem sido negociada, ou já foi negociada, em forma de ativos financeiros, aumenta ainda mais a necessidade de produção crescente de recursos naturais, como por exemplo, combustíveis fósseis. Você acredita que a esfera da valorização financeira impõe restrições significativas para contermos a problemática do aquecimento global em termos de produção e queima de combustíveis fósseis?

Mais do que isso, o sistema financeiro é o protagonista das crises ecológicas. Há várias ONGs trabalhando nisso, *Oil Price, Banking on Climate Change, Forests & Finance, Global Witness* etc. Essas organizações mostram que atrás da retórica dos investimentos verdes, os bancos estão financiando os combustíveis fósseis e empresas envolvidas em desmatamento das florestas tropicais. A JBS, a Marfrig e a Minerva são os três maiores grupos no sistema alimentar receptores de financiamentos do sistema financeiro. No governo Lula, o BNDES-Par (Participações) era proprietária de mais de 20% das cotas da JBS. Os três maiores administradores de fundos financeiros do mundo – *BlackRock, The Vanguard Group* e



State Street Corporation – detêm uma quantidade imensa de recursos e os canalizam para a indústria fóssil e para o sistema alimentar, entre outros. Colocamos nosso dinheirinho no banco e não sabemos onde o banco investirá esse dinheirinho. Não é improvável que acabe chegando a um desses grandes fundos. Sem saber, podemos estar ajudando a financiar o agronegócio, o desmatamento, os agrotóxicos etc. Uma das questões fundamentais que a esquerda teria que trabalhar, é a transparência financeira, de modo a termos ciência do que o banco está fazendo com o nosso dinheiro, e que seja auditável de modo independente. Essa transparência avançou no consumo de bens (exigência de rótulos, informações sobre conter ou não sementes transgênicas etc), mas a questão financeira ainda é opaca.

| Adilson | Pensando com o Marx, de que há um desenvolvimento das forças produtivas que depois se transformam em forças destrutivas, e o Marx sempre relaciona essas forças produtivas com as relações sociais, e que quando essas duas coisas entram em tensão abre-se um processo revolucionário. Então eu fico pensando nessas colocações filosóficas de

Marx, e pensando as análises que o Chico de Oliveira fez, e que outros autores fizeram sobre essa tensão, coloca-se o seguinte, você tem um crescimento acelerado das forças produtivas, e o capital fica numa situação cada vez mais complexa consigo mesmo, porque há uma situação pós industrial que cria uma sociedade que alguns chamarão (entre liberais ingleses e estadunidenses) de escape relativo à lei de valor. É uma questão que já estava colocada em debate desde os anos 1980, porque as mercadorias começam a ser produzidas de uma maneira cada vez mais complicada, primeiro que ela abre mão da indústria, para produzir mais valia, como se fosse uma espécie de capitalismo de plataforma. Então como que o capital extrai e conquista uma boa parte da mais valia? Através das plataformas tanto de entretenimento, transporte, etc., e isso cria uma tensão na produção de mais valia, inclusive com a produção, segundo alguns autores, de não mercadorias. Porque o valor contido em algumas mercadorias é tão baixo que é até estranho chamá-las de mercadorias, apesar de serem porque são produzidas nesse mundo das mercadorias. Então, além dessa nova forma que vai se colocando na produção do valor, que desemboca na quarta revolução industrial, e numa sofisticação na produção (bastante robotizada, muita inteligência artificial),

isso já está alterando e vai alterar o mundo em breve muito fortemente.

Mas se você for pelo lado das relações sociais, em todo esse processo chamado uberização, você vê o esfacelamento da classe operária tradicional, o surgimento de uma nova forma de ser da classe operária, ou da classe trabalhadora, que também está no limite do mundo das mercadorias, porque ele é quase um "não trabalhador" assalariado, na verdade ele não é um trabalhador assalariado, ele é um trabalhador para o capital virtual global. E esse trabalhador está em toda parte do mundo produzindo mais valia o tempo todo, as crianças estão produzindo mais valia em casa jogando na internet, se comunicando... E isso colocou numa tensão brutal na forma mercadoria, e isso no meio de uma sociedade em colapso ambiental, como é o título do seu livro. Como desamarar essa tensão? Pra onde ela vai? Como convivemos com isso? Isso coloca o capital em xeque ou ele é capaz de refazer tudo?

Marx falou muitas coisas, é uma obra oceânica, e é certo que seu pensamento evoluiu. Mas há uma determinação nesse pensamento que é o legado do Iluminismo. Marx é um pensador otimista, não é o pensador do colapso e não haveria, de resto, nenhuma razão para que o fosse. Por vezes a questão do colapso



socioambiental pode aflorar em alguma passagem, mas, como bem faz notar Michael Löwy, a vertente hegemônica de seu pensamento é otimista. A história vai resolver os problemas que a vai se colocar. Marx decifrou a lógica interna do capitalismo, como o mecanismo celular do capitalismo funciona, mas ele não teria nenhuma razão, a menos que a gente acredite em algum tipo de religião, de verdade revelada, não haveria uma razão para ele entender o que poderia vir a acontecer no século XXI. As pessoas querem cobrar de Marx alguma coisa que ele não poderia responder porque são questões de outro tempo. Nem mesmo poderia imaginar os processos revolucionários do século XX, a revolução socialista na Rússia, que resultou em um trágico fracasso. Podemos pensar: a Rússia e a China talvez fossem hoje, sem suas revoluções, países muito subdesenvolvidos. Mas do ponto de vista das premissas da revolução socialista, essas revoluções foram uma catástrofe. A ditadura do proletariado virou um totalitarismo, a democracia popular deu lugar a uma burocracia kafkiana. No meu entender, temos que manter o Marx como uma premissa



metodológica muito importante para se compreender a lógica do capitalismo. Eu preferiria não precisar mais arrancar a fórceps do Capital a passagem X ou Y em que ele se revela, digamos, ecológico *avant la lettre*. Marx acreditava que a sociedade estava rumando para o progresso, ao passo que vivemos numa sociedade que está em franco processo de regressão.

|Fábio Campos| Eu acho que o Marx, inclusive na própria concepção dele de crise - é uma coisa que eu estudei desde a graduação com o Paulo Lima que está aqui, que foi meu orientador -, sobre o limite relativo do capital, a própria crise seria uma forma do capitalismo se colocar num novo ciclo expansivo, superar os problemas e sair de uma forma, como você falou do Nietzsche, quase de eterno retorno. Hoje vivemos sob os limites absolutos desse modo de vida, que é uma outra concepção, que não é renunciar ao Marx, mas o próprio Mészáros coloca em termos de limite absoluto, mudando essa concepção de crise, inclusive, que é uma crise estrutural em relação ao meio ambiente. Não tem como o capitalismo fazer um ciclo expansivo como ele fez na revolução industrial.

Em 1973, termina a capacidade de crescimento a taxas elevadas e duradouras de

crescimento econômico, porque o petróleo começa a ficar mais caro. Numa sociedade termo-fóssil como a nossa, o petróleo barato é uma condição de possibilidade de crescimento robusto. A partir da segunda crise do petróleo em 1979, começa a mudar negativamente o EROI: a taxa de energia recuperada sobre a energia investida. A energia recuperada torna-se cada vez menor em relação à energia investida. E quanto mais o capitalismo luta para manter altas taxas de crescimento, mais ambientalmente destrutivo se torna. E quanto mais destrutivo ele se torna, mais difícil torna-se manter altas taxas de crescimento e de lucro. Rosa Luxemburgo já falava na necessidade do capitalismo de expandir suas fronteiras, mas não creio que entendesse de fato as implicações dessa expansão. Se ela que viveu até 1919 não teria condições de compreender o que iria acontecer 100 anos depois, por que Marx deveria ter pensado nessa engrenagem da destruição? Em 1859, a primeira vez em que se usa petróleo em escala, obviamente nada disso era imaginável. O *Circularity Gap Report* de 2020 mostra que

utilizamos agora por ano mais de 100 bilhões de toneladas de material para fazer a economia funcionar. Não é possível qualquer civilização permanecer de pé se tem esse grau de impacto no sistema Terra. Não vejo nenhuma solução dentro do capitalismo, zero soluções dentro do capitalismo. Sair desse impasse supõe um salto civilizatório, uma completa reelaboração pela sociedade de sua visão de mundo, de seus paradigmas fundamentais, a começar pelo antropocentrismo. O *Homo sapiens* não pode mais ser reduzido ao *Homo economicus*. Esse é uma redução brutal da complexidade da nossa espécie. Isso nos leva à questão fundamental da democracia. Na democracia, na tradição liberal, cada um é dono do seu dinheiro e pode dispor dele como bem entender nos marcos da legalidade. Se eu quiser fazer turismo na China e tiver dinheiro para tanto, tenho um direito inalienável de fazê-lo, um direito que o ordenamento jurídico da sociedade me garante. Isso vai ter que acabar, porque será necessário limitar rigorosamente a quantidade per capita de emissões de gases de efeito



estufa. Será necessário elaborar outra concepção do direito, diversa daquela sobre a qual se assenta a tradição democrática liberal. Uma concepção que privilegia o bem comum sobre o direito individual, e isso vai ser a mudança mais radical entre todas desde o surgimento da sociedade laica. Conceber esse novo direito sem cair no totalitarismo, sem que se delegue o direito individual a um comitê de iluminados científicos, é um desafio imenso e é muito difícil pensar, hoje, que isso possa ocorrer com a velocidade necessária.

| Paulo | Assim como as cabras comeram a floresta grega (como está no *Lucrécio*), será que esse poder altamente concentrado de monopólios e Estados que comandam os governos, não impõem uma aceleração dessa dinâmica tal, que necessariamente no seu planejamento primitivo não existem áreas de destruição. Por exemplo, as florestas tropicais das Filipinas, que foram destruídas, há uma dinâmica, uma escola de áreas de destruição e essa destruição é muito rápida, talvez mais rápida que o tempo histórico da política (talvez seja esse um dos problemas). Será que não é a nossa vez? Será que nós não fomos escalados para sermos a bola da vez nessa destruição, nessa escolha? O colapso de civilizações está na ordem do dia mais do



que de regiões, de repente a dinâmica de aceleração não coloca em questão agora um colapso civilizacional seletivo e arbitrário, evidentemente, porque isso está de acordo com os planos desse grande poder?

Penso que essa seletividade é impossível, no sentido de que algumas sociedades fiquem de pé e outras caiam. O sistema atual é muito interligado, a pandemia mostra isso facilmente. As sociedades ricas acreditam que podem se defender com linhas divisórias, com muros no México ou no Mediterrâneo. Poderão eventualmente retardar seu colapso, mas não evitá-lo. O que você disse me parece muito importante, isto é, o fato de que a destruição atingiu agora uma velocidade muito vertiginosa. Em 50 anos, destruimos quase 2 milhões de quilômetros quadrados de manta vegetal primária, no Brasil, mais de 830 mil quilômetros quadrados de floresta amazônica, e mais de 1 milhão de quilômetros quadrados no Cerrado. Não estou falando de degradação, mas de remoção por corte raso, substituição de florestas e vegetação primária por pastagens ou por plantação. Isso nunca foi feito na história da

humanidade, em nenhuma latitude, em nenhum momento da sua história. E isso tem impactos enormes, e impactos impossíveis de prever, porque esse tipo de experiência em escala planetária não faz parte do repertório da nossa experiência histórica. Demoramos 400 anos para reduzir a Mata Atlântica a quase nada porque foi um desmatamento artesanal, no machado, árvore a árvore. Mas na Amazônia, desde os militares, a floresta foi devastada por fogo, por agente laranja, por serras elétrica e por tratores. É exterminante. A minha percepção é que não se sabe de fato o que vai acontecer, mas é cada vez mais provável que seja algo que diminuirá imensamente o potencial da humanidade, na hipótese de não a extinguir. Talvez para sempre. Por isso é preciso mudar radicalmente de trajetória, enquanto é tempo. E o tempo agora se conta em uma ou duas décadas.

| Fábio Campos | O IBEC sempre teve como militância, desde de 20 anos atrás, uma educação popular, uma educação não só pública, mas voltada justamente para as pessoas que pensam e que necessitam mudar o mundo, para que sobrevivam, inclusive.

Então a gente está entrando em um bloco muito importante para nós, do IBEC, que é sobre educação ambiental, em que vamos tecer algumas questões. A questão que eu formulei aqui para você, ainda que já tenha tocado, mas vou reformular e aprofundar.

O problema clássico das esquerdas, principalmente as comunistas (que hoje me parecem raras) é como o diagnóstico do caráter destrutivo e anti-humano do capital pode penetrar na classe trabalhadora, nas classes oprimidas, não proprietárias, de modo a gestar o sujeito histórico da superação desse modo de vida. E aí então o problema da gramática revolucionária, que se coloca para nós educadores, em como traduzir as fronteiras do conhecimento crítico, inclusive na questão ambiental, que geralmente é de difícil acesso semântico, veja aqui o léxico que a gente está usando para fazer a discussão. Como traduzir isso para as massas?

E aqui eu faço um parêntese, você falou da Rosa Luxemburgo, mas pode falar do Lenin. O Lenin, que tem o livro mais famoso do imperialismo, na verdade ele não tem uma teoria sobre o imperialismo, ele se apropriou da teoria do Hilferding, do Hobson, mas onde está o mérito do Lenin? Ele faz este diagnóstico, difícil, empírico, no início da 2ª Revolução industrial, penetrar nas classes trabalhadoras. Por isso ele é o mais



famoso dos teóricos do imperialismo. Esse é o grande mérito do Lenin. do partido bolchevique até chegar à revolução.

A pergunta que eu faço é como que fica essa questão no que tange ao colapso ambiental (tema do seu livro), uma vez que os trabalhadores, formais ou não, ainda são movidos cada vez mais pela improvável prosperidade desenvolvimentista, por meio da produtividade, renda per capita, capital humano, PIB, etc., em que a própria China se revela como uma espécie de miragem das esquerdas, em que algumas chegam a dizer que aquilo é um comunismo, cujas forças produtivas, mesmo capitalistas, podem ser um meio de emancipação?

A própria China se define como um "Socialismo com peculiaridades chinesas", ela é em 2020 o maior destino dos investimentos diretos, sem pensar no investimento financeiro, do capitalismo global. São feições realmente muito específicas, em todo caso, essa questão tem várias facetas. A questão ambiental requer muita mediação conceitual. Por exemplo: aquecimento médio global de 1,2oC ou 1,3oC (segundo a NASA), atingido em 2020 em relação ao período pré-industrial? Isso é uma medida que nada tem a dizer ao cotidiano do cidadão. A



uma pessoa não familiarizada com o jargão universitário é preciso falar em uma linguagem concreta, relacionada com o seu cotidiano. Estou falando de segmentos da sociedade com baixíssima escolaridade, o que não é necessariamente o caso das classes populares. Refiro-me, vamos pensar assim, ao fulano que está entregando pizza do *Ifood*. Ele tem em geral baixa escolaridade, e está pressionado por uma gigantesca quantidade de privações e preocupações imediatas. Para ele não faz sentido nenhum termos como mudança climática, pontos críticos, alças de retroalimentação. Por outro lado, se o assunto for mudanças climáticas do ponto de vista de seus impactos sobre sua condição concreta de vida, ele é capaz de nos dar uma lição. Ele é capaz de entender muito fortemente como estas questões se interligam, sem necessariamente utilizar a linguagem do IPCC. Eu acho que temos simplesmente que ser capazes de entender que esse jovem tem uma percepção das crises socioambientais que não passa pela linguagem universitária, mas que tem o mesmo nível, ou um melhor nível, de compreensão da realidade do

que nós temos. Então temos muito mais a aprender com eles do que eles conosco, em certa medida. Isso se multiplica por 10 quando vamos para sociedades originárias. Conversar com um indígena sobre biodiversidade é uma experiência de aprendizado. Não há nada a lhe ensinar. Dizer a ele que sem floresta não há água, é algo que ele já sabe e muito melhor que o cientista. O tataravô do tataravô dele já sabia isso, e nós só chegamos a essa conclusão agora através de mensurações e experimentos científicos. Eles sabem muito bem o que significa uma relação não destrutiva com o habitat humano. Portanto, entendo que precisamos descer um pouco de nosso salto alto e perceber que temos muito mais a aprender do que ensinar às populações indígenas. É claro que é preciso ter uma troca, porque eles têm o saber ancestral que nós não temos e nós temos o saber tecnológico que eles não têm, e é preciso uma transfusão recíproca. A universidade é a maior culpada por seu próprio isolamento. O contrato de qualquer professor universitário em tempo integral inclui docência, pesquisa e extensão. Mas, na prática temos 99% de docência e

pesquisa e 1% de extensão. É preciso mudar completamente esse conceito na universidade.

|Henrique| Seu livro “Capitalismo e colapso ambiental” é um dos melhores “diagnósticos” sobre o avanço destrutivo do capitalismo. Como foi o “processo de trabalho”, de levantamento, sistematização e argumentação dessa massa gigantesca de informações. Seus alunos de mestrado e doutorado te ajudaram?

Sinceramente, não sei bem como responder. Pois esse livro foi pensado por volta de 2005/2006, e isto está um pouco nebuloso na minha mente. Ao longo de minha vida profissional, trabalhei com história da arte, em especial o Renascimento italiano. Aos poucos, fui percebendo que estávamos em um mundo com transformações muito críticas. E os colegas da UNICAMP foram muito camaradas, pois me permitiram começar a dar cursos, inclusive a própria editora da UNICAMP, mesmo sem eu ter nenhuma credencial para propor um livro que não fosse sobre história da arte. Afinal de contas, eu coordenava uma coleção sobre as fontes clássicas da história da arte etc. Metodologicamente falando, posso dizer que jamais poderia ter escrito este livro se



não fosse a internet. Sem a internet, jamais poderia aprender qualquer coisa, pois eu nem saberia onde procurar. Não é só o fato de que exista a informação, o fato é que existem mecanismos de busca na internet que se você souber perguntar ela lhe dá os elementos para você estudar. Acho que isso é o grande fator que me possibilitou escrever sobre outras coisas além daquilo que estava fundamentalmente dentro de minha especialização.

| Henrique | Em geral, os dados globais sobre o colapso ambiental são feitos por grupos de pesquisa estrangeiros, agências internacionais pró-capital, órgãos dos Estados, etc. Não há dúvidas que o senhor prestou uma grande contribuição à temática. Os grupos de pesquisa internacionais tiveram acesso aos seus dados? Movimentos Sociais de outros países? Há alguma perspectiva de publicação do livro em língua estrangeira?

O livro foi traduzido para o inglês e foi publicado em agosto de 2020. E tem sido até que bem lido. Como foi publicado pela *Springer*, uma editora de ciências, ele tem alguma visibilidade entre cientistas. Isso é bom, porque a tônica do livro é a afirmação de que não há saída para as crises ambientais contemporâneas dentro do capitalismo. Portanto,



parem de se iludir com supostas balas de prata tecnológicas. Temos que pensar e criar alternativas sistêmicas a essas crises. E o passo decisivo para fazer valer os Acordos e Convenções internacionais, firmados desde os anos 1980, é superar o axioma da soberania nacional absoluta. No ordenamento jurídico internacional, o Brasil tem o direito de destruir a Amazônia ou ao menos a parte dela que está no território nacional. Qualquer interferência global seria considerada indevida e contrária à autodeterminação dos povos. O Canadá tem o direito de explorar suas areias betuminosas e assim por diante. Portanto, temos que rumar para uma soberania nacional relativa, ou seja, o direito nacional cessa no momento em que interferir de maneira destrutiva nos equilíbrios do sistema Terra. Carecemos de uma verdadeira governança global com poder mandatário, coercitivo, na qual o Brasil seria severamente punido pelo sistema internacional se continuasse desmatando a Amazônia, por exemplo.

| Layza | Do ponto de vista teórico, em sua opinião a Economia Ecológica, identificada como perspectiva heterodoxa,

vislumbra um horizonte pós-capitalista em suas possibilidades de saída do colapso ambiental?

Eu tenho um convívio recente com os colegas da Economia Ecológica. Então não me sinto em condições de falar sobre isso. Mas diria que há talvez certa resistência por parte da Economia Ecológica de se politizar mais. Há uma cultura do economista, segundo a qual os problemas da sociedade são muito fortemente ligados às políticas econômicas. Temos fundamentalmente um problema político, eminentemente político, que concerne à relação entre governantes e governados. Claro que a economia circular é fundamental, mas nada será de fato equacionado se não o for do ponto de vista do poder político. Quem controla os investimentos e os recursos estratégicos da sociedade? Se isso não for política, não sei o que política é.

| Paulo | Uma pergunta simplória, mas boa para ilustrar a entrevista. A questão do decrescimento. Que para nós é algo mais ou menos óbvio, mas que contraria os fundamentos da economia política: a Flor do Lácio da burguesia. Você poderia dar um panorama dessa questão tanto no mundo, como no Brasil, mais

especificamente, se é que existe alguma coisa no Brasil.

Acho que existe muita gente pensando na questão do decrescimento no Brasil. Gosto muito de certos posicionamentos do José Eustáquio Alves Diniz. Sou muito amigo dele e conversamos muito. Ele é demógrafo, e não tem receio em falar em decrescimento demo-econômico, isto é, demográfico e econômico. Talvez seja taxado de neo-malthusiano, mas ele tem uma postura muito equilibrada em relação a isso. Como bem afirma o Serge Latouche, a sua recessão econômica não é o meu decrescimento. Decrescer não é o simétrico do crescer. A palavra decrescimento presta-se muito a esse tipo de mal-entendido e é, nesse sentido, um termo infeliz. Trata-se de diminuir o impacto antrópico sobre o sistema Terra. Isso vai significar, em geral, decrescimento real da produção de bens e serviços, mas não necessariamente. Ou seja, se você aumentar a infraestrutura sanitária no país, isso significa um aumento do PIB, pois vai engajar serviços, produção de materiais etc. É claro que vai ter impacto, mas o benefício ecológico vai ser maior do que o impacto. Essa é a grande



questão do decrescimento econômico. O carro não pode mais existir. Mas superá-lo requer criar uma malha ferroviária muito maior que a existente. Isso vai ter um enorme impacto, mas resultará finalmente em decrescimento do impacto.

| Fabio Campos | em seu livro recente (*Capitalismo e colapso ambiental*, 3.ed, 2018, p.684) você critica o nacionalismo, vinculando-o ao imperialismo, e também no momento contemporâneo à lógica de acumulação capitalista de um “estado-corporação”. No entanto, sabemos que todas as revoluções da periferia do sistema, seja de descolonização, ou mesmo socialistas, tiveram no nacionalismo, particularmente no século XX, sua principal força de aglutinação popular anti-imperialista, uma vez que quase sempre suas burguesias nativas eram instrumento do capital financeiro internacional, como no nosso caso brasileiro. Daí a dúvida: é possível por meio da escala local organizar uma luta anticapital (este transnacional e controlado por poucas corporações que instrumentalizam os políticos nacionais) que enfrente o problema ambiental no nível que ele próprio exige, renunciando a escala nacional?

A questão do nacionalismo foi instrumento de aglutinação popular na periferia do sistema,



mas hoje ela é bem menos. O nacionalismo foi fundamental. Quando o exército nazista invade a ex-URSS. Quando a Shell destrói a Nigéria, é claro que o nacionalismo é um instrumento vital para você identificar seu inimigo, para se fortalecer os vínculos de identidade da colônia. No processo de emancipação dos países colonizados, o nacionalismo foi fundamental. Mas hoje esse papel é muito menor. Hoje a instância nacional deve ceder lugar a formas de organização política subnacionais e globais. Quer dizer, a organização da comunidade, dos sistemas de poder dentro das comunidades, dentro dos bairros, dentro da cidade, em um nível subnacional, a meu ver deve ser muito fortalecido. Pois ali está a seiva da democracia, e isso deveria estar cada vez mais articulado com a questão global. O dinheiro global tem que ir direto para a comunidade, é preciso fortalecer as instâncias subnacionais. As comunidades ribeirinhas têm que ser ouvidas, eles têm que ter voz no capítulo global. Então, a instância nacional hoje é a instância mais retrógrada, mais destrutiva e menos capaz de refletir sobre a exigência de democracia. O Estado Nacional é

hoje um inimigo da sobrevivência da humanidade. Das 5 maiores companhias de petróleo do mundo, 4 são estatais - 3 são chinesas e a quarta é a Saudi Aramco, a estatal da Arábia Saudita. Será que os Estados Nacionais estão interessados em uma transição energética quando uma fonte fundamental de receita e de poder vem do fato de que eles detêm essas reservas de petróleo e que isso é fundamental para alavancar a economia deles? Então, é claro que o Estado Nacional tende cada vez mais a ser um instrumento de imobilismo político e a ideologia nacional tende cada vez mais a se confundir com isso. A Petrobrás não pode mais ser a "Petro" "Bras", ela precisa ser uma companhia estatal de energia, não de petróleo. Tanto faz se o CO2 que a queima de petróleo emite é estatal, privado, nacional ou estrangeiro, é o mesmo CO2. Precisamos destruir esta ideia, a meu ver, de que se a companhia é estatal ela é boa, e então ela precisa ser defendida. Quer dizer, o nível nacional é cada vez mais disfuncional na luta política.

| Henrique | Estatal sob controle dos gerentes do capital, que são perigosíssimos...

Totalmente. Aliás, muitas delas são companhias de capital aberto. A SABESP, por exemplo, aqui em São Paulo, é uma companhia estatal de capital aberto com controle do Estado de São Paulo. Isso leva a que o Estado pense como uma corporação, mas ele não pode ser uma corporação, porque ele precisa ser a expressão da vontade popular.

| Henrique | O senhor vem chamando Bolsonaro de ecocida. Poderia descrever em poucas palavras o que sustenta seu argumento e de que forma podemos lutar contra esse ecocídio?

Definir o governo Bolsonaro é impossível sem usar um palavrão. Historicamente, os grandes ecocidas são os militares. Os dados do IBGE de 1950 indicam que a floresta amazônica estava praticamente intacta. Ou seja, ao longo de 450 anos de colonização, os biomas do Centro-Oeste e do norte do Brasil estavam praticamente intactos. É com a Transamazônica, em 1970, que se desencadeia uma tempestade destruidora. Bolsonaro é só o último elo de um projeto militar de destruição da Amazônia, através de uma ideologia paranoica de ocupação



e de des-reconhecimento da sociedade brasileira naquele bioma. 'Entregar terras sem povos, a povos sem terra', o jargão dos ditadores nos anos de 1970, além de errado (a Amazônia nunca foi uma terra sem povos, muito pelo contrário), foi uma sentença de morte para a maior floresta tropical do mundo. Bolsonaro é só a retomada do projeto militar no Brasil com características novas, vale dizer, fascistas. Os militares brasileiros eram ditadores, mas não tinham uma ideologia caracteristicamente fascista. Não tinham sequer uma ideologia de mobilização de massas populares, e o fascismo não existe se não houver um projeto desse tipo. Os militares não tinham esse componente de fascismo que o Bolsonaro tem, e é isso que o distingue. Além disso, o que diferencia Bolsonaro dos governos eleitos anteriores, é que a destruição da Amazônia continuou após 1985, mas a destruição era resultado de uma negligência ou mesmo de uma cumplicidade desses governos, enquanto a destruição da Amazônia é central no programa de governo do Bolsonaro. O programa de governo do Bolsonaro é a destruição. É isso que faz dele um ecocida. Além



disso, em 1970, a consciência que se tinha da ecologia era muito diferente da consciência que se tem em 2021. Portanto, o Bolsonaro hoje, é uma excrescência muito mais grotesca do que a ideologia da destruição da Amazônia nos anos de 1970.

| Paulo | Que perspectivas, em se mantendo o Bolsonaro no poder até 2022, e que consequências mediatas e imediatas nós teríamos na destruição da Floresta Amazônica e do Cerrado?

As consequências nós já estamos sofrendo com a seca, em grande parte resultante de vários componentes importantes: a destruição das matas ciliares nas bacias hidrográficas aqui no Sudeste, a questão conjuntural do La Niña e o aquecimento global. Mas uma componente básica é a perda cada vez maior da umidade que era trazida pela floresta amazônica, hoje mutilada em 20% e degradada em outros 20%. Esse impactos serão cada vez maiores e, no meu entender, o Brasil se transformaria numa sociedade anômica, sem agricultura, sem recursos hídricos, sem nada, se Bolsonaro fosse reeleito. Não será, ao que tudo indica. Mas mesmo mais um ano de Bolsonaro terá consequências imensas. É absolutamente indispensável

destituí-lo já, ainda em 2021, seja via impeachment, seja via abertura de inquérito criminal pelo STF, com a devida permissão do Congresso. O próprio agronegócio não aguenta mais Bolsonaro, é isso que eles mesmos teriam que entender. A sociedade brasileira está em uma encruzilhada radical. Ao que tudo indica, Lula será o presidente do Brasil em 2023 e tenho comigo que ele é suficientemente inteligente para entender que a questão ambiental é estratégica para ele e para o país.

| Adilson | Então o abismo é inevitável? Ou não?

Não acho que seja inevitável ainda, mas pode se tornar se Lula mantiver sua política de "campeões", de favorecer JBS etc.. Minha esperança é que haja uma mudança de coordenadas que levem Lula a uma política de maior proteção, que foi o que ele começou a fazer com a Marina Silva. Ela fez um trabalho magnífico. Montou um Ministério do Meio Ambiente que de alguma maneira funcionava e continuou a funcionar após 2008. Depois, a Marina Silva se perdeu, é uma grande pena. De resto, houve políticas de destruição, com Belo

Monte e outras barbaridades. Mas houve também uma política de conservação. Um terceiro mandato do Lula pode nos fazer avançar mais nessa direção, inclusive por causa da pressão internacional, muito maior hoje do que no primeiro decênio do século. Além disso, "sem Amazônia, sem Água" e em 2022 vamos ter um apagão hídrico e energético no Sudeste e no Centro-Oeste, talvez no Sul também. É mais que plausível que isso ocorra e não é para daqui a quatro ou cinco anos, é para 2022. A conta do desmatamento está chegando. E é apenas o começo. Portanto, conservar e restaurar a Amazônia e o Cerrado, esse bioma tão rico biologicamente e fundamental para a manutenção de diversas bacias hidrográficas, vai se tornando cada vez mais uma emergência absoluta. | Fim |

São Paulo / Campinas, junho de 2021.



Memorial



Traços de Cahú: a arte como resistência feminista¹

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva²

Jeferson Alan Vieira da Silva³

Este ensaio tem como objetivo trazer aos leitores aspectos da vida e obra da artista Maria da Conceição de Souza Cahú, as informações aqui contidas foram coletadas a partir de entrevistas realizadas com membros de sua família e com colegas de trabalho, pesquisa bibliográfica e levantamento das obras da artista. O texto está dividido em três partes, partiremos da sua trajetória de vida para em seguida destacar o caráter multifacetado da artista e posteriormente a sua atuação feminista por meio de algumas de suas obras publicadas na imprensa brasileira.



Fig. 1. Autorretrato (acervo pessoal da artista). Memorial Conceição Cahú. Floresta/PE.

¹Este trabalho é resultado da pesquisa “Traços de Cahú” (on-1209036941) financiada pelo Edital de Formação e Pesquisa da Lei Aldir Blanc, executada pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco – PE, dez. 2020.

² Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, com Mestrado em Sociologia pela mesma instituição e Graduação em Ciências Sociais pela UNESP. Foi Pesquisadora do Observatório Luso Brasileiro de Desigualdades e Políticas Públicas (ODEPP) durante o período que realizou Pós-Doutorado na UFPE. Com Especialização em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra – Portugal), possui experiência em Sociologia Ambiental e Sociologia Rural, com os temas desigualdades e conflitos sociais por água na região nordeste do Brasil. Realizou Estágio de Pesquisa no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS – France) e Visita Técnica no Grupo de Estudos Ecologia e Sociedade do Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra-Portugal). Com formações técnicas em fotografia e cinema, atua desde 2013 em projetos de educação no audiovisual no estado de Pernambuco. | acborges@outlook.com.br

³ Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão de Pernambuco – FACESF, com Licenciatura em Letras (em andamento) na Universidade de Pernambuco – UPE, especialização em Metodologia das Artes pela Universidade Internacional - UNINTER, é professor de dança, direitos humanos e ética e cidadania da Escola Olindina Roriz Dantas – Belém do São Francisco – PE. Com formação complementar nas artes cênicas, tem trabalhos como ator, diretor e professor de atuação no campo do audiovisual. | jeferson-allan@hotmail.com



Dos primeiros traços

Foi às margens do rio Pajeú, no município de Floresta⁴, estado de Pernambuco que Maria da Conceição de Souza Cahú nasceu no dia 08 de dezembro de 1944, terceira filha⁵ de José Gomes Cahú e Elisa de Souza Cahú, viveu em Floresta durante sua infância e início de sua juventude, estudou nas escolas Júlio de Melo, Afonso Ferraz e no Colégio Padre Cícero. Em busca de formação no campo das artes, Conceição Cahú passa a viver no Recife onde realiza o Curso Regular de Pintura na Escola de Belas Artes de Pernambuco⁶.

Era início da década de 1960, o país passaria por grandes transformações com o Golpe Militar de 1964, que utilizou de diversos mecanismos para impedir a produção crítica dos artistas brasileiros, é nesse contexto politicamente conturbado que Conceição Cahú inicia a sua carreira, demonstrando seu espírito contestador e comprometido com as causas da classe trabalhadora ao ilustrar folhetos informativos destinados aos trabalhadores rurais da região nordeste, desenvolvidos pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancarpe). Deu sequência a sua trajetória, ingressando em 1965 no Setor do Audiovisual da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e em 1969 passa a trabalhar para o Programa do Nordeste S.A, sendo responsável por criar ilustrações diversas.

Na década de 1970, inicia a produção de cartazes de diversos movimentos populares e mesmo se consagrando como uma importante

⁴ Uma pequena e bela cidade do sertão pernambucano, que guarda uma exuberante arquitetura preservada de casarios coloniais e tamarindeiras seculares, onde está localizado o Memorial Conceição Cahú, o qual contém um extenso e precioso acervo artístico que se destaca por possuir obras capazes de ilustrar a vida da artista.

⁵ Seus irmãos: José (Zézinho Cahú), Maria Joselisa (Zeli Cahú), Antonio (Toinho Cahú), Maria Celi (Céli Cahú), Paulo Isaac (Paulinho Cahú).

⁶ Fundada em 20 de agosto de 1932, localizada na rua Benfica, 150 no Bairro da Madalena, foi fundada por um grupo de artistas, os quais tinham como objetivo de ser uma instituição onde se ministrava os conhecimentos artísticos, na década de 1940, a escola foi agregada à Universidade Federal de Pernambuco, entretanto seu reconhecimento junto ao Ministério da Educação só se deu em 1945, quando através de Decreto de 14 de novembro de 1945, passa a emitir diplomas válidos em território nacional. Em 1976, a Escola de Belas de Pernambuco é extinta para a consolidação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (Barbosa, 2007).



ilustradora em Pernambuco, Conceição Cahú decide buscar outros espaços e segue sua jornada artística na cidade de São Paulo. No início de sua morada na capital paulista, em 1973 trabalha na editora Abril, publicando nas revistas *Cláudia*, *Placar*, *Pop*, *Visão*, *Versus*, *Capricho*, *Playboy*, também contribuiu para o *Folhetim*, suplemento da Folha de São Paulo, quando ilustrou a série “Indiozinho Oswaldo e Jaboti Carlos Augusto”.

Ao longo da sua vida, Conceição Cahú produziu inúmeras obras, atuando em vários setores das artes, da imprensa e da política. Destacam-se a criação de um cartaz comemorativo pela volta do exilado político Luis Carlos Prestes, em 1976, assim como as ilustrações no ano seguinte das capas do jornal feminista *Nós Mulheres* e da Revista *Saúde em Debate*⁷. Em 1977, a ilustração da série “Na Baixa do Catimbó”, de Plínio Marcos e quadrinização da Declaração dos Direitos da Criança.

A sua admiração pela cultura popular lhe conduziu à atuação no carnaval paulistano, na escola Pérola Negra, ao criar o cartaz festivo de 1979 e tornar-se carnavalesca em 1981, quando também cria os figurinos e fantasias da escola, exibidos no mesmo ano na exposição “Figurinos e Fantasias da Escola de Samba Pérola Negra” no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP).

A sua dedicação à temática dos esportes, via revista “Placar”, lhe proporcionou a aproximação pessoal com o futebol corinthiano e a criação, para o time, de um personagem chamado Zé da Fiel. No ano de 2002 recebe a “Comenda Vicente Matheus” por seu vasto trabalho dedicado ao futebol. Em 2005 participa do livro “A história do futebol no Brasil através do Cartum” e recebe o título de “Cidadã Corinthiana”, outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo e pelo Comitê da Memória Corinthiana. Em 2006 é homenageada pela Escola de Samba Gaviões da Fiel e teve seu trabalho impresso nas fantasias da Ala da Memória Corinthiana. Outro fato relevante foi a sua participação na exposição “Técnicos: deuses e diabos na Terra do Futebol”, com a caricatura de Charles Miller, realizada no SESC Ipiranga/SP, no ano de 2001.

Durante grande parte do período que viveu em São Paulo, trabalhou no jornal diário *Gazeta Mercantil* (1979 a 2005), dedicando-se a produzir retratos em bico de pena para o jornal, foi considerada a melhor ilustradora

⁷ Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) responsável pelos debates sobre saúde pública no Brasil desde a década de 1970, os quais fizeram parte da história da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.



nesta técnica, que como autodidata inovou de forma magistral. Ao encerrar suas atividades na Gazeta em 2005, passa a trabalhar no DCI (Diário Comércio, Indústria & Serviços)⁸, onde seria seu o último local de trabalho.

Apesar de distante de sua cidade natal, Cahú jamais perdeu o vínculo com suas origens, era responsável por reunir a família, mantendo o hábito de voltar a Floresta durante todas as suas férias, demonstrando o quanto valorizava a cultura pernambucana⁹, sempre fez questão de proporcionar referências, ensinamentos e experiências ao seu filho Pedro.

No campo das artes introduziu e cuidou de estimular a sobrinha Camila, filha de sua irmã Maria Celi, a seguir carreira na área. Após sua morte em dezoito de dezembro de 2006, na cidade do Recife, seus irmãos Antônio e Zeli, reuniram todos os seus pertences e obras, que estavam em seu apartamento em São Paulo e carinhosamente enviaram para Floresta, onde a pedido da própria artista, fundaram um memorial, o qual tem como objetivo além de conservar a sua memória, tornar público, principalmente aos estudantes – desejo expresso em vida pela artista – suas técnicas artísticas.

O constituir-se multiartista

O acervo de Cahú é extenso, suas obras identificam seu universo artístico que reflete uma combinação de sensibilidade e muita dedicação profissional. A grandiosidade de suas obras é fruto de sua aptidão artística somada ao apoio e incentivo de sua família e à busca permanente de desenvolvimento de novas técnicas e de aperfeiçoamento das já utilizadas, o que lhe conferiu talento expresso em tudo que produziu ao longo da sua vida.

Desde criança já apresentava os primeiros sinais de que a arte seria a sua vocação, com seus desenhos feitos de caco de porcelana nas calçadas de Floresta. Ceição - como era chamada carinhosamente pela sua irmã Zeli – decidiu ainda bem jovem romper os tradicionais caminhos disponíveis às mulheres nascidas no interior na década de 1940, que adentravam a vida adulta predestinadas somente ao casamento e à maternidade ou, em raros casos, optavam pelo magistério, assim como ocorreu com suas irmãs.

⁸ Jornal fundado em 1934, especializado em Economia, finalizou suas atividades em setembro de 2019.

⁹ Segundo relato de Dona Zeli, Cahú tinha vários títulos, mas o título que ela considerava mais importante é ter sido uma mulher, florestana, o que demonstra a importância que Cahú sempre deu para a sua origem nordestina.



Quebrando esses padrões, Cahú foi a primeira mulher florestana¹⁰ a sair do sertão rumo a Recife para estudar na Escola de Belas Artes de Pernambuco.

Conceição Cahú era pintora, ilustradora, chargista, retratista, cartunista, caricaturista, quadrinista e jornalista, utilizando diversos materiais e técnicas em seus trabalhos, foi capaz de transitar entre vários movimentos artísticos para retratar paisagens, pessoas, manifestações culturais e situações históricas.

Para realizar seus estudos sobre as técnicas, Camila Cahú¹¹, nos relatou que Conceição Cahú desenvolvia projetos, alguns deles são: Projeto São Paulo, Projeto Pintura de Grafismos Índigenas, Projeto Samba e Projeto Mulheres. Para o desenvolvimento da técnica de óleo sobre tela, iniciou seus estudos a partir da pintura abstrata, mas bem rápido passou aos retratos e paisagens, tinha uma preocupação voltada à luz e sombra e buscava a perfeição realista em seus retratos.

É na década de 1980, já na capital paulista, que Cahú trilha em direção ao reconhecimento de melhor desenhista brasileira em bico de pena, sendo responsável por resgatar essa técnica que estava esquecida e aprimorá-la, tanto nos trabalhos que realizava na Gazetta Mercantil, ao introduzir no jornal os retratos desenhados em bico de pena, quanto em diversos trabalhos em charges e quadrinhos em revistas da imprensa brasileira. Segundo José Alberto Lovreto¹², o JAL¹³, a singularidade da artista em relação ao bico de pena está na força orgânica que realizava suas artes, na junção do aprimoramento da técnica e do sentimento expressado em suas obras, o que garantiu a elevação da qualidade dessa técnica, distinguindo suas obras das de outros artistas usualmente encontradas.

A precisão de seu pontilhamento, somada a técnica da hachura, eram insuperáveis, consagrando o seu bico de pena como o melhor entre todos os artistas que se dedicaram a essa prática de desenho. Conceição Cahú emprestou sua arte para as questões sociais e políticas, criando cartazes para o movimento comunista e para o movimento feminista, utilizando como armas contra as injustiças sociais suas aquarelas, canetas a bico de pena e

¹⁰ Gentílico de Floresta, ou seja, quem nasce ou reside em Floresta, Pernambuco é chamado de florestano (masc.) ou florestana (fem).

¹¹ Em entrevista realizada com Camila Cahú, no dia 08 de janeiro de 2021, em seu apartamento em Recife (PE).

¹² José Alberto Lovreto, mais conhecido como Jal, é cartunista, roteirista jornalista e presidente da Associação dos Cartunistas do Brasil.

¹³ Em entrevista realizada no dia 31 de janeiro de 2021 (via chamada de vídeo).



pincéis. Era uma artista completa e uma das poucas mulheres chargistas existentes no Brasil.

Ao longo de sua carreira suas obras foram exibidas em diversas exposições, algumas já citadas anteriormente. Sua primeira exposição ocorreu em 1970, chamada de "Coletiva dos Pintores Pernambucanos", realizada na Galeria Empetur no Recife, quando expõe a série de retratos intitulada "Damas Recifenses", no mesmo ano participa também da exposição "Sertão Pernambucano" na Galeria Detalhe, também em Recife. Em 1987, parte de sua produção em bico de pena é exibida na exposição "30 Retratos dos ex-prefeitos de Floresta"¹⁴, no Centro Cultural João Boiadeiro, em Floresta (PE), em 1988 participa da exposição "100 anos da Avenida Paulista", realizada no Espaço Cultural Citibank em São Paulo.

Em 1992 expõe obras de um dos seus projetos de pintura baseado em seus estudos sobre grafismo indígena brasileiro, na exposição "Visão da Pintura Corporal Indígena", realizada no Museu Murilo La Greca no Recife. No mesmo ano expõe os quadros Temática Indígena (Jabutí), óleo s/tela e Temática Indígena (Onça-pintada), óleo s/tela, ambos na Exposição "Índios do Brasil: Alteridade, Diversidade e Diálogo Cultural"¹⁵. Também desenvolveu importantes trabalhos em aquarela, como a série sobre a sua cidade natal, exposta no ano 2000 na Sala de Artes de Olinda (PE) e "Telas e Aquarelas", exibida em 2003 na Biblioteca Alceu Amoroso Lima, em São Paulo (SP).

Em 2004, realiza suas últimas exposições em vida, no Brasil, expõe obras na Mostra "Traços de São Paulo", que durou três meses e integrou as atividades do calendário oficial de comemoração dos 450 anos da cidade de São Paulo. No exterior, na França, entre maio e setembro de 2004, quando foi convidada para apresentar algumas de suas obras, as quais retratam a cultura indígena brasileira, "Corpos de índios", quadros feitos em acrílico

¹⁴ Estas obras permanecem como exposição permanente do local.

¹⁵ Esta exposição ocorreu entre de 14 de junho e 27 de julho de 1992, no andar térreo do Pavilhão da Bienal, uma área de quase 5.000 m², no Parque do Ibirapuera em São Paulo, foi uma das atividades do projeto cultural "500 Anos: Caminhos da Memória - Trilhas do Futuro" desenvolvido pela Secretaria de Cultura da capital Paulista na ocasião da celebração dos 500 anos de descoberta da América, dos 200 anos do esquadramento de Tiradentes e dos 70 anos da Semana de Arte Moderna. Segundo Grupioni (1992: 14) "a exposição teve como objetivo principal oferecer à população da cidade de São Paulo um conjunto de informações corretas, contextualizadas e acessíveis sobre a realidade indígena brasileira, procurando-se combater as noções de selvageria, atraso cultural e humanidade incompleta que caracterizam a compreensão das sociedades indígenas pelo senso comum".



sobre madeira, uma técnica inédita desenvolvida pela própria artista, nestas obras Cahú aborda o grafismo das pinturas corporais indígenas. Ao todo foram realizadas 18 exposições ao longo da expedição coletiva que esteve tanto na capital francesa, Paris quanto na pequena Poitiers, estas exposições foram realizadas por ocasião da comemoração do ano Brasil – França.

Apesar de ter deixado algumas obras inacabadas, como por exemplo, uma pintura sobre tela de São Expedito, Cahú tem como sua última obra finalizada uma pintura sobre tela que retrata a paisagem sertaneja de sua cidade natal, ao retratar o rio Pajeú e suas margens repletas de lajedos e vegetação da caatinga.

Os traços que rompem o passado e apontam o futuro

O universo das artes visuais de Conceição Cahú expressou o seu entendimento de mundo o que lhe conferiu uma autenticidade e engajamento em questões sociais de fundamental importância. A começar pela participação em jornais de movimentos sociais, realizou trabalhos relacionados à luta pela democracia, esteve ligada ao “Partido Comunista Brasileiro”, às lutas pela anistia política e à campanha das “Diretas Já”¹⁶, realizou trabalhos para a imprensa sindicalista, para jornais de movimentos sociais, esteve na vanguarda do movimento feminista da década de 1970, colaborando para o *Nós Mulheres*, fundado em 1976, um dos jornais feministas mais importantes do movimento criado no contexto de censura na imprensa brasileira. Cahú utilizou sua expressão artística para fortalecer a luta feminista.

É dela a capa da primeira edição do *Nós Mulheres: Quem somos?*, lançado em junho de 1976, onde a artista retrata em “a bico de pena” as diversas representações de mulheres da sociedade brasileira, em sua arte expressa a diversidade cultural e social dessas mulheres representadas de forma singular, como podemos observar a seguir¹⁷:

¹⁶ Em 1984 realizou uma série de ilustrações em camisetas com o tema das “Eleições Diretas: uma andorinha só não faz verão. Vamos nessa!”

¹⁷ As capas do “Nós Mulheres: Quem somos?” estão disponíveis em: <https://www.fcc.org.br/conteudosospeciais/nosmulheres/>



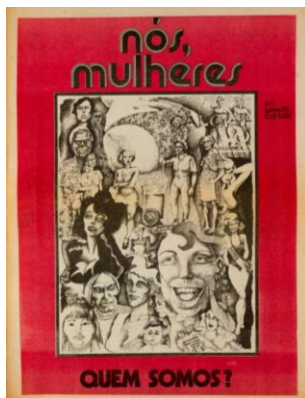


Fig. 2. Capa da 1ª Edição do Jornal Nós Mulheres (1976).



Fig. 3. Capa da 2ª Edição do Jornal Nós Mulheres (1977).

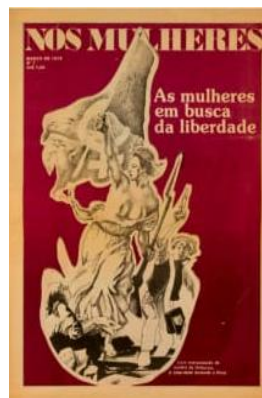


Fig 4. Capa da 7ª Edição do Jornal Nós Mulheres (1978).

Realizado pela Associação de Mulheres¹⁸ entre 1976 e 1978 este tabloide produzido de forma artesanal foi um instrumento de divulgação de assuntos não veiculados na imprensa oficial naquele período de censura, contou com Conceição Cahú no conselho editorial até a edição de número quatro de março/abril de 1977. É dela também a capa do número dois “Dona de casa, qual é o reino desta rainha?”, publicado em setembro/outubro de 1976. Contribui para a sétima edição “As mulheres em busca de liberdade”, de março de 1978, com a ilustração de capa, uma livre interpretação do quadro de Delacroix “A liberdade guiando o povo”. Continua como colaboradora deste jornal até a sua oitava e última edição, de junho/julho de 1978. É importante salientar que este jornal é fonte histórica fundamental sobre o movimento feminista, um instrumento de expressão do pensamento político das mulheres em tempos de ditadura militar no Brasil.

Também de grande relevância é a sua participação no Jornal Voz da Unidade ao produzir uma série de ilustrações no ano de 1988 sobre a “Abolição da Escravatura”. Outro marco para a carreira de Conceição Cahú, também realizado em 1988 foi a publicação da primeira ilustração colorida do Jornal Gazeta Mercantil para o relatório “O Turista Sofisticado”. São

¹⁸ O Jornal Nós Mulheres nasce de um coletivo feminino composto por mulheres militantes de esquerda em 1976, mulheres “decididas a editar um jornal feminista, de oposição, e que veiculasse as lutas sociais das mulheres. Preferiram garantir sua ‘autonomia’, fundando um jornal próprio, o Nós Mulheres, a se integrar no já existente Brasil Mulher, reproduzindo, desse modo, a heterodoxia tão presente nas organizações de esquerda (DUARTE, 2016: 236).”



também de sua autoria os retratos dos 27 autores da “Coleção Literatura Brasileira”, da Editora Folha de São Paulo, publicada em 1997.

Cahú adentra o universo do cartum e dos quadrinhos no início de sua carreira, participando na década de 1970 da revista “Balão”, criada por Laerte Coutinho e Luiz Gê e também participa da revista “Carbono 14”, editada pelo ilustrador e quadrinista Gualberto Costa, conhecido como GUAL. Em 1985, foi reconhecida como uma das pioneiras nos quadrinhos, citada como referência no fanzini Quadrix, em matéria intitulada “Quadrinheiras – as mulheres que fazem quadrinhos”¹⁹. Em 1989 participa de atividades ligadas ao Cartum com outros profissionais da área e em 1993 quadriniza a partir de texto escrito por JAL, a história do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em comemoração aos 120 anos da fundação da instituição. Em 1998 participa do “Dez em Humor”, evento da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

É no contexto artístico dos quadrinhos, que encontrava-se em ascensão nos anos de 1980 e 1990 com a crescente atuação de quadrinistas críticos ao cenário político, que Conceição Cahú atua também no campo dos esportes, espaço onde a inserção feminina era ainda mais difícil.

Apesar do pouco espaço e reconhecimento de trabalhos realizados por mulheres no campo das artes gráficas, no ano 1992, Conceição Cahú foi premiada no Salão de Humor de Piracicaba, com um trabalho que homenageava o erotismo de Carlos Zéfiro, chamado “Uma história de amor.”, como podemos observar na imagem abaixo. Segundo Boff (2014), é a partir dos trabalhos realizados por Cahú que se podem notar maiores investimentos nas representações femininas nos quadrinhos.

Conceição Cahú se desenvolveu enquanto artista no cerne da contracultura, o que segundo Pessoa (2019) fez com que sua expressão artista refletisse um discurso autoral de contestação às histórias de quadrinhos heteronormativas predominantes no período. Ao observarmos as obras de Conceição Cahú, podemos notar uma variação na identificação dos quadros, parte deles a artista assina Conceição Cahú e em outros apenas Cahú, não sabemos ao certo em que momento passou a assinar somente seu sobrenome. O que sabemos agora, é a resposta a uma dúvida que há anos acompanhava nossas reflexões sobre a artista.

¹⁹ Informação adquirida em documento referente a entrevista realizada com Conceição Cahú por Gualberto Costa em 2006, onde a artista traça uma linha cronológica contendo eventos relevantes da sua vida profissional.



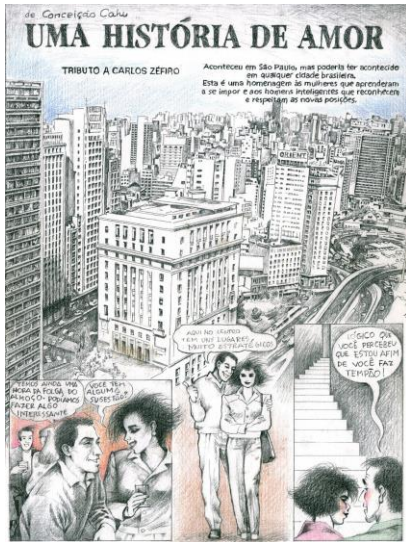


Fig. 5. Capa da história em quadrinhos: "Uma história de amor - tributo à Carlos Séfiro" de Conceição Cahú, 1992²⁰.

Qual motivo dessa modificação? Seria tornar oculto o seu gênero feminino para assim ser aceita e reconhecida nesse espaço dominado pela atuação masculina? Em sua última entrevista, realizada pelo amigo Gualberto Costa, Conceição afirma que durante sua vida, teve que enfrentar muitos preconceitos, "em especial por ser mulher". Em suas palavras: "Foi tão sofrível que para sobreviver optei por assinar apenas *Cahú*".

Cahú destaca-se no cenário brasileiro por sua grandiosidade artística, caracterizada pelo desenvolvimento de novas técnicas somado ao aprimoramento das já existentes e por sua atuação militante onde combina o

seu olhar sensível às causas humanas (sociais, culturais, econômicas, políticas) ao entendimento do seu papel enquanto mulher revolucionária. Escolheu o duro caminho de adentrar em espaços onde predominava a atuação masculina. Trilhou sendas, seja entre a mata branca²¹ do sertão pernambucano, ou entre os arranha-céus paulistanos, abrindo espaços onde muitas outras mulheres atualmente podem estar.

Contudo cabe salientar que não é objeto deste texto relatar por completo a vida de Conceição Cahú, pois sua existência ultrapassa todo e qualquer escrito, mas é fundamental deixar aqui registrado que com a sua arte, Cahú constituiu-se referência de artista mulher, feminista, nordestina, autêntica, multifacetada e, sobretudo, comprometida com a realidade brasileira. Sua história é fundamental para a inspiração das novas gerações, onde sua liberdade extravasada em seus traços, indicam o caminho pelo qual as mulheres podem e devem ter o direito de percorrer.

²⁰ Disponível em: <https://salaointernacionaldehumor.com.br/sem-categoria/190-salao-de-humor-de-piracicaba-1992/>

²¹ Referência à definição do bioma caatinga, que em tupi guarani significa mata branca.



Referências

- BARBOSA, Virgínia. "Escola de Belas Artes de Pernambuco". Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 24/01/2021.
- BOFF, Ediliane de Oliveira. **De Maria a Madalena: Representações femininas nas histórias em quadrinhos**. São Paulo: USP, 2014.
- CAHÚ, Conceição. **Uma história de amor- tributo a Carlos Zéfiro**. Disponível em: <https://salaointernationaldehumor.com.br/sem-categoria/19o-salao-de-humor-de-piracicaba-1992/>
- COSTA, Gualberto. **Entrevista com Conceição Cahú**. São Paulo, 2006. (documento gentilmente cedido pelo autor).
- DUARTE, Constância Lima. **IMPRESA FEMININA E FEMINISTA NO BRASIL: SÉCULO XIX – DICIONÁRIO ILUSTRADO**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GRUPIONI, Luiz Donizetti Benzi (org). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1992.
- GUIMARAES, Edgar. "Suplemento de Quadrinhos da Folha de São Paulo". In: **Pequena Biblioteca sobre histórias em quadrinhos**. Brazópolis/MG: EGO Edição Independente – Impressão Digital, 2016. Disponível em: <http://www.marcadefantasia.com/revistas/ego/outras-edicoes/pbshq1-10/pbshq3/pbshq3.pdf>. Acesso: 02/06/2021.
- Jornal Nós Mulheres. Imagens das Edições 1, 2 e 7. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/>. Acesso em: 06/03/2021.
- PESSOA, Alberto Ricardo. "Representações do humor feminino nos quadrinhos de Conceição Cahú". **9ª Arte**. São Paulo, vol. 8, n. 1, 1º Semestre/2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/153149/160940>. Acesso em: 10/03/2021.

Recebido em 06 jun. 2021 | aceite em 20 jul. 2021.





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/ SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>





PRECISA-SE
DE
FUNCIONARIO
TRATAR AQUI



FIM DO MUNDO

ciência transformadora
discussões para a emancipação

